

MILENA SANTOS MAYER

**MUSEU, HISTORIOGRAFIA E PATRIMÔNIO: a trajetória do Museu do Tropeiro e a
institucionalização de um *lugar de memória***

ASSIS

2022

MILENA SANTOS MAYER

**MUSEU, HISTORIOGRAFIA E PATRIMÔNIO: a trajetória do Museu do Tropeiro e a
institucionalização de um *lugar de memória***

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), para a obtenção do título de Doutora em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientadora: Fabiana Lopes da Cunha

Bolsista: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Ana Cláudia Inocente Garcia - CRB 8/6887

Mayer, Milena Santos
M468m Museu, historiografia e patrimônio: a trajetória do
Museu do Tropeiro e a institucionalização de um *lugar de
memória* / Milena Santos Mayer. Assis, 2022.
332 f. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista
(UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientadora: Dra. Fabiana Lopes da Cunha

1. Museu do Tropeiro - Castro (PR). 2. Lugar de
memória. 3. Patrimônio cultural. I. Título.

CDD 363.69



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Assis



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: MUSEU, HISTORIOGRAFIA E PATRIMÔNIO: a trajetória do Museu do Tropeiro e a institucionalização de um lugar de memória

AUTORA: MILENA SANTOS MAYER

ORIENTADORA: FABIANA LOPES DA CUNHA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Doutora em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Profa. Dra. FABIANA LOPES DA CUNHA (Participação Virtual)
Programa de Pós-Graduação em História / UNESP/FCL-Assis

Profa. Dra. ELIZABETH JOHANSEN (Participação Virtual)
UEPG/Ponta Grossa

Profa. Dra. CÉLIA REIS CAMARGO (Participação Virtual)
UNESP/FCL-Assis

Prof. Dr. RODRIGO CRISTOFOLETTI (Participação Virtual)
UFJF/Juiz de Fora

Profa. Dra. MARIA JULIETA WEBER CORDOVA (Participação Virtual)
UEPG/Ponta Grossa

Assis, 07 de abril de 2022

Para todas as professoras que encontrei pelo caminho; elas que, na medida em que atuaram como docentes, também exerceram poderosas influências para que sigamos na construção por uma sociedade mais equitativa e justa para todos, em especial às mulheres.

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial minha mãe Terezinha, que me apoiou de todas as formas possíveis.

Ao meu companheiro André pelo incentivo, compreensão e suporte durante essa jornada, minha gratidão e meu amor.

À professora Dra. Fabiana Lopes da Cunha por sua orientação, pelos conhecimentos compartilhados e por ter contribuído significativamente para meu crescimento profissional e acadêmico.

Às professoras Dra. Célia Reis Camargo e Dra. Elizabeth Johansen pela atenção e contribuição no processo de qualificação e por terem aceitado participar do processo de defesa. Do mesmo modo, agradeço à professora Dra. Maria Julieta Weber Cordova e ao professor Dr. Rodrigo Christofolletti por tão generosamente terem aceitado o convite para compor a banca final.

A todos os docentes e colaboradores do Programa de Pós-graduação em História da UNESP pela contribuição para meu desenvolvimento intelectual e profissional.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Portanto, agradeço e destaco o papel fundamental dos órgãos e iniciativas que apoiam e viabilizam a produção científica no Brasil.

A todas as pessoas que conheci no Museu do Tropeiro ou através dele e que de alguma forma colaboraram para a realização desta pesquisa em especial: Amélia Podolan Flugel, Ana Flávia Gerhards, Araci Pianowski (*in memoriam*), Bernadete Wrobel (*in memoriam*), Daniele Cristine Martins, Fabiana Hey Pinto, Henrique Serra Marcondes, João Maria Ferraz Diniz (*in memoriam*), Joel Lourenço, José Carlos Ferreira, Léa Cardoso Villela, Solange Cristina Neves.

Por fim, ao meu irmão Miguel (*in memoriam*) que há alguns anos avisou a irmã recém-formada em História sobre um concurso para trabalhar em um museu em Castro. Infelizmente ele não lerá esse agradecimento, porque fazemos parte das mais de 660.000 famílias brasileiras que perderam um ente querido durante a pandemia da Covid 19 que ainda nos aflige.

Fio d'água

Não quero ser o grande rio caudaloso
Que figura nos mapas.

Quero ser o cristalino fio d'água
Que canta e murmura na mata silenciosa.

Helena Kolody

MAYER, Milena Santos. **Museu, historiografia e patrimônio:** a trajetória do Museu do Tropeiro e a institucionalização de um *lugar de memória*. 2022. 332f. Tese – (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis/Franca, 2022.

RESUMO

A pesquisa tem como fio condutor a investigação e a análise da trajetória do Museu do Tropeiro, instituição museológica localizada no interior do Brasil, na cidade de Castro, estado do Paraná. Desde o final da década de 1970 o museu seleciona, conserva, pesquisa e expõe uma determinada perspectiva acerca do comércio de gado muar na região Sul e suas implicações sociais e culturais no município. A atividade tropeira iniciou-se no período colonial a partir da necessidade do transporte de animais pelo território brasileiro. Essa prática pode ser avaliada como um fenômeno global, uma vez que o uso de animais foi, durante muito tempo, o principal meio de transporte da humanidade. Entretanto, no Brasil meridional, este movimento se desenvolveu com a peculiaridade da comercialização e do deslocamento do gado muar. As tropas de mulas eram transportadas da região dos pampas, que hoje corresponde ao estado do Rio Grande do Sul, até a cidade de Sorocaba, no estado de São Paulo. Na sequência eram vendidas para serem utilizadas em outros pontos do país como meio de transporte às pessoas e às mercadorias. Desta forma, foram constituídos extensos caminhos que possibilitaram a integração de parte do território brasileiro que estava distante do relativamente conhecido litoral. Os tropeiros, homens que conduziam e comercializavam estes animais, necessitavam pernoitar ou assentar em determinados locais para o próprio descanso e para o restabelecimento das tropas. Um dos principais pontos de parada era a região dos Campos Gerais, no atual estado do Paraná. Propícia pela sua vegetação de campo, a região tem como organização administrativa mais antiga o atual município de Castro, originalmente “Pouso do Iapó”. Passados aproximadamente 200 anos, em 1977, a cidade inaugurou o seu Museu Público Municipal, que além de temático, foi o primeiro do país dedicado à história da atividade tropeira. Posto isto, a tese busca compreender contradições e circunstâncias que envolveram a criação do Museu, sua trajetória e suas implicações à comunidade. Os resultados foram obtidos a partir da análise da produção historiográfica sobre a atividade tropeira, da massa documental institucional produzida entre os anos de 1975 e 2007, bem como das reflexões teórico-metodológicas ancoradas em autores como Pierre Nora, Jacques Le Goff, Françoise Choay, Ulpiano Bezerra de Meneses José Reginaldo Gonçalves e Nestor Canclini, entre outros autores que pensaram os conceitos de memória e patrimônio cultural. Instrumentalizada pelas estratégias propostas pela Micro-história, esta pesquisa almejou perceber a historicidade do Museu do Tropeiro enquanto um *lugar de memória* com o objetivo de analisar especificidades que envolveram o conjunto de ações sociais estabelecidas a partir de um museu, diante das problemáticas suscitadas pelos processos de seleção e/ou o reconhecimento de um patrimônio cultural.

Palavras-chave: Museu do Tropeiro. Patrimônio Cultural. Lugar de Memória.

MAYER, Milena Santos. **Museum, historiography and heritage: the trajectory of the 'Museu do Tropeiro' and the institutionalization of a place of memory.** 2022. 332f. Thesis - (Doctorate in History) - Faculty of Sciences and Languages, Paulista State University, Assis/Franca, 2022.

ABSTRACT

The research is based on the investigation and analysis of the trajectory of the 'Museu do Tropeiro', a museological institution located in the interior of Brazil, in the city of Castro, state of Paraná. Since the end of the 1970s, the museum selects, preserves, researches, and exhibits a certain perspective about the cattle mule trade *muar* in the southern region and its social and cultural implications in the municipality. The muleteer activity started in the colonial period from the need to transport animals through the Brazilian territory. This practice can be evaluated as a global phenomenon, since the use of animals was, for a long time, the main means of transportation for mankind. However, in southern Brazil, this movement developed with the peculiarity of trading and moving cattle *muar*. The troops of mules were transported from the pampas region, which today corresponds to the state of Rio Grande do Sul, to the city of Sorocaba, in the state of São Paulo. They were then sold to be used in other parts of the country as a means of transportation for people and goods. In this way, extensive roads were built, which enabled the integration of part of the Brazilian territory that, until then, was far from the known and populated coast. The muleteers, the men who drove and traded these animals, needed to stay overnight or settle in certain places for their own rest and for the troops' recovery. One of the main stopping points was the Campos Gerais region, in the current state of Paraná. Propitious for its field vegetation, the region has as its oldest administrative organization the current municipality of Castro, originally "Pouso do Iapó". Approximately 200 years later, in 1977, the city inaugurated its Municipal Public Museum, which, besides being thematic, was the first in the country dedicated to the history of the muleteer activity. Having said this, the thesis seeks to understand contradictions and circumstances that involved the creation of the Museum, its trajectory and its implications to the community. The results were obtained from the analysis of the historiographic production about the muleteer activity, the institutional documental mass produced between the years 1975 and 2007, as well as from theoretical and methodological reflections anchored in authors such as Pierre Nora, Jacques Le Goff, Françoise Choay, Ulpiano Bezerra de Meneses José Reginaldo Gonçalves and Nestor Canclini, among other authors who have thought about the concepts of memory and cultural heritage. Instrumentalized by the strategies proposed by Microhistory, this research aimed to understand the historicity of the Museu do Tropeiro as a place of memory. The goal was to analyze specificities that involved the set of social actions established from the museum, in face of the problems raised by the processes of selection and/or recognition of the aforementioned cultural heritage.

Keywords: Tropeiro Museum. Cultural Heritage. Place of Memory.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Glossário	70
QUADRO 2	Anotações da agenda de 1977	150
QUADRO 3	Correspondências Expedidas	174
QUADRO 4	Correspondências Recebidas	177
QUADRO 5	Imóveis tombados em Castro – PR	181
QUADRO 6	Correspondências entre Judith Carneiro de Mello e Pietro Maria Bardi	183

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAMT	Associação de Amigos do Museu do Tropeiro
AMCG	Associação dos Municípios dos Campos Gerais
CPC	Coordenadoria do Patrimônio do Paraná
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
CTNP	Companhia de Terras do Norte do Paraná
FEAMBRA	Federação de Amigos de Museus do Brasil
Grafipar	Gráfica Editora Paraná Cultural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	International Council of Museum (Conselho Internacional dos Museus)
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MASP	Museu de Arte de São Paulo
MHL	Museu Histórico de Londrina
MP	Ministério Público
MT	Museu do Tropeiro
PARANATUR	Paraná Turismo
PPC	Preservação, Pesquisa e Comunicação
SAMP	Sociedade de Amigos do Museu Paranaense
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENATRO	Seminário Nacional sobre Tropeirismo – Bom Jesus-RS
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TELEPAR	Telecomunicações do Paraná S.A.
WFFM	World Federation of Friends of Museums

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	<i>Limite da Província de São Paulo e Curitiba</i> (Jean-Baptiste Debret)	30
FIGURA 2	<i>O Jaguariçatu</i> (Jean-Baptiste Debret)	30
FIGURA 3	Caminho das Tropas da região dos Campos Gerais	33
FIGURA 4	Rotas dos tropeiros no Sul do Brasil (séculos XVIII e XIX)	35
FIGURA 5	Acampamento noturno dos viajantes (Jean-Baptiste Debret)	40
FIGURA 6	Tropeiros paulistas (Jean-Baptiste Debret)	40
FIGURA 7	Sala A-12 do Museu Paulista “Consagrada ao passado de Santos, às feiras de Sorocaba, às tropas e cenas de estrada”	47
FIGURA 8	Sala A-13 do Museu Paulista “Cenas de estrada. Feiras de Sorocaba. Fazendas antigas”	48
FIGURA 9	<i>Aprontando um burro de carga para viajar</i> (Maximilian von Wied-Neuwied)	72
FIGURA 10	Monumento do Tropeiro de Sorocaba-SP	80
FIGURA 11	<i>Corte da tropa</i> (Henrique Távola)	83
FIGURA 12	Abaixo-assinado referente à Feira de Sorocaba	84
FIGURA 13	Placas internas do Museu do Tropeiro	130
FIGURA 14	<i>Iapó</i> (Jean-Baptiste Debret)	146
FIGURA 15	O imóvel sede do Museu do Tropeiro durante o processo de restauro	146
FIGURA 16	Interior do imóvel do Museu do Tropeiro	147
FIGURA 17	O imóvel durante o processo de restauro	147
FIGURA 18	Judith Carneiro de Mello na sede do Museu do Tropeiro	148
FIGURA 19	Panfleto de divulgação da 1ª Feira do Artesanato	169
FIGURA 20	Exposição do Museu do Tropeiro 1	170
FIGURA 21	Exposição do Museu do Tropeiro 2	170
FIGURA 22	Feira de artesanato na calçada do Museu do Tropeiro	171
FIGURA 23	Feira de Artesanato em Esteio – RS	171
FIGURA 24	Imagens de peças do Museu do Tropeiro publicados no livro de Pietro Maria Bardi	186
FIGURA 25	<i>Rico habitante de São Paulo, que conduz suas mulas com cargas de açúcar</i> (Aimé-Adrien Taunay)	187

FIGURA 26	<i>Jornal do Iapó</i> (1975)	195
FIGURA 27	Museu enfrenta 1º problema (<i>O Bravo</i>)	197
FIGURA 28	Nosso Museu é Pioneiro (<i>Jornal do Iapó</i>)	198
FIGURA 29	Alfredo Rusins (<i>Revista VUP</i>)	199
FIGURAS 30 e 31	Notas no <i>Jornal do Iapó</i> (1978)	200
FIGURA 32	Horários de funcionamento (1978)	201
FIGURA 33	Nota sobre o Pouso Tropeiro (1990)	203
FIGURA 34	Sala do Pouso, representação baseada na aquarela <i>Acampamento noturno dos viajantes</i> de Jean-Baptiste Debret	209
FIGURA 35	Sala do Pouso, vitrine com prato de ágata e talheres	209
FIGURAS 36 e 37	Sala da Casa do Tropeiro	210
FIGURAS 38 e 39	Fragmentos da exposição de longa duração do Museu do Tropeiro	211
FIGURA 40	Fragmentos da exposição de longa duração, ao fundo Sala de Aferição e a porta de acesso a Sala de Arte Sacra	212
FIGURA 41	<i>Loja de Rapé</i> (Jean-Baptiste Debret)	213
FIGURA 42	Fragmento da Sala Testemunho de uma Época	213
FIGURAS 43 e 44	Fragmentos da Sala de Arte Sacra	214
FIGURA 45	Planta baixa do Museu do Tropeiro	215
FIGURA 46	<i>Escravo negro conduzindo tropas na província do Rio Grande</i> (Jean-Baptiste Debret)	218
FIGURA 47	Imagem da exposição do Museu do Tropeiro no artigo <i>A manteigueira</i>	219
FIGURA 48	Casa nº 6 da Praça Sant' Ana do Iapó	227
FIGURA 49	Casa de Sinhara – Sala de Jantar	227
FIGURA 50	Casa de Sinhara – Sala de Estar	228
FIGURA 51	Casa de Sinhara – Quarto do Casal	229
FIGURA 52	Casa de Sinhara – Cozinha	229
FIGURA 53	Passagem de uma tropa durante o evento Pouso Tropeiro – Fazenda Marumbi	234
FIGURAS 54 e 55	Feijão do Tropeiro	237
FIGURA 56	Sede da Fazenda Capão Alto - Fotografia produzida para publicação do Museu do Tropeiro	244
FIGURA 57	Espetáculo de Luz e Som	246

FIGURA 58	Leitura da Carta de Sesmaria	246
FIGURA 59	Posse da Ordem Carmelita	246
FIGURA 60	Passagem da tropa	246
FIGURA 61	Cópia da fotografia de Nhá Mariquinha – Guardiã do Chafariz	249
FIGURA 62	Elenco do espetáculo de inauguração do Chafariz da Costa	250
FIGURA 63	Espectáculo de inauguração do Chafariz da Costa	251
FIGURA 64	Página do álbum <i>Castro Antiga: imagens e lembranças</i> (1)	255
FIGURA 65	Página do álbum <i>Castro Antiga: imagens e lembranças</i> (2)	255
FIGURA 66	Página do álbum <i>Castro Antiga: imagens e lembranças</i> (3)	256
FIGURA 67	Página do álbum <i>Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos: campos de Castro</i> (1)	257
FIGURA 68	Página do álbum <i>Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos: campos de Castro</i> (2)	258
FIGURAS 69 e 70	Páginas do álbum <i>Castro – Antiga Sant’Ana do Iapó: Patrimônio Cultural e Arquitetônico</i>	260
FIGURA 71	Página do álbum <i>Castro – Antiga Sant’Ana do Iapó: Patrimônio Cultural e Arquitetônico</i>	262
FIGURA 72	Imagem do álbum <i>Sant’Ana do Iapó: Castro nasceu aqui</i>	262
FIGURA 73	Indumentária tropeira – I Seminário de Tropeirismo	266

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Capítulo 1 - O tropeiro na historiografia brasileira.....	23
1.1. O lugar do tropeiro na História do Brasil: “os clássicos”	25
1.2. José Alípio Goulart e Aluísio de Almeida: o tropeiro como tema central	62
1.3. O tropeiro e tropeirismo na Academia e nos estudos regionais.....	88
1.4. Castro: o Pouso do Iapó	102
 Capítulo 2 - Museus: pontes e portais... ..	107
2.1. História, Memória e Patrimônio Cultural: a problemática dos museus.....	109
2.2. Judith Carneiro de Mello e um museu para Castro	118
2.3. Apresentando as fontes e a metodologia.....	130
 Capítulo 3 – Museu do Tropeiro: construindo um lugar de memória	136
3.1. O museu no papel: leis, datas e nomes.....	138
3.2. Uma casa para o museu.....	144
3.4. Museu e sociedade: ações e associações.....	165
3.4.1. As “Feiras de Artesanato”	168
3.4.2. Correspondências: entre contatos pessoais e relações profissionais.....	173
3.4.3 Associação de Amigos do Museu do Tropeiro - AAMT	188
3.5. “Saiu no jornal”: Museu do Tropeiro e a comunicação da imprensa.....	192
 Capítulo 4 - Usos do patrimônio cultural: ação e comunicação	205
4.1. Seguindo um roteiro: “uma exposição permanente”?	206
4.2. Casa de Sinhara: o Museu do Tropeiro em outro espaço.	222
4.3. O Museu do Tropeiro e os “teatros da memória”	232
4.3.1. Espetáculo de Luz e Som.....	241
4.3.2. Chafariz da Costa: “revitalização” e espetáculo.....	248
4.4. O Museu do Tropeiro e o “laboratório da história”	252
4.4.1. Seminário de Tropeirismo: interlocuções e reflexões.....	265
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	276

LISTA DE FONTES	282

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	288

ANEXO A - Quadro com pesquisas acadêmicas que apresentam como palavras-chave o termo “tropeiro”/“tropeirismo” ou que abordam ou tangenciam o tema.	304
ANEXO B – Transcrição “Os Grandes Tropeiros” de David Carneiro (1963)	307
ANEXO C – Álbum Inauguração do Museu do Tropeiro (20 de janeiro de 1977).....	315
ANEXO D – Material de divulgação 1977	317
ANEXO E – Registro de tombamento da sede do Museu do Tropeiro.	318
ANEXO F – Roteiro da Exposição de Longa Duração (2001)	319
ANEXO G – Capas das publicações do Museu do Tropeiro.....	326
ANEXO H – Publicações do Museu do Tropeiro	327
ANEXO I – Publicações de autoria de João Maria Ferraz Diniz.....	327
ANEXO J – Imagens do prédio do Museu do Tropeiro após o falecimento de Judith Carneiro de Mello (2007 – 2012)	329
ANEXO K – Restauro e reorganização do Museu do Tropeiro (2014-2017)	330
ANEXO L - Exposição após restauro da sede (2017)	331

INTRODUÇÃO

Aos vinte e hum dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e sete, centésimo vigésimo ano da elevação da cidade de Castro à categoria de cidade, centésimo quinquagésimo quinto ano da Independência do Brasil e ano da Proclamação da República foi inaugurado oficialmente, na presença das excelentíssimas autoridades e do público abaixo assinados o Museu do Tropeiro, com o objetivo de evocar aquela figura histórica do Brasil Colônia, dos séculos XVIII e XIX que tanto contribuiu para a formação da Sant'Ana do Iapó, hoje cidade de Castro, bem como de muitas outras cidades nas Províncias, hoje Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Ata de Inauguração do Museu do Tropeiro (1977).

Eis o modo como se inicia o documento que oficializa a inauguração do Museu do Tropeiro, objeto principal desta pesquisa. Mas, antes de iniciarmos propriamente esta introdução, pedimos licença para relatar o caminho percorrido. Consideramos que estas informações podem ser úteis para o entendimento da proposta, principalmente por se tratar de uma pesquisa do campo da História. Apreendemos que o processo de investigação é dinâmico, por vezes marcado por angústias, inquietações, equívocos, novos problemas e, também, de perspectivas¹.

Dessa forma, relatamos que a proposta inicial da Pesquisadora era compreender a relação entre *tropeirismo* e cultura material na região que corresponde atualmente aos Campos Gerais do estado do Paraná, mais especificamente sobre a Vila de Castro, posto que esta era referência administrativa para a região no fim do século XVIII e início do século XIX. Nos interessávamos por identificar e avaliar quais seriam os artefatos do cotidiano da população inventariada naquele período. O objetivo era compreender as transformações, rupturas ou continuidades no contexto social, econômico e político a partir da cultura material salvaguardada no Museu do Tropeiro. Contudo, após os questionamentos oriundos do processo de doutoramento e mediante o amadurecimento do projeto, nos deparamos com problemas não antes supostos, ou talvez apenas camuflados pelo discurso da instituição detentora das fontes de pesquisa. Ou também, devido ao local de trabalho da Pesquisadora que, até então, atuava como Técnica Cultural na instituição (de outubro de 2012 a agosto de 2018).

¹ O texto foi redigido na primeira pessoa do plural, uma vez que a Autora considera que esta pesquisa é o resultado de um trabalho coletivo.

Algumas noções que antes pareciam inatas ou espontâneas, passaram a ser colocadas em xeque. Possivelmente, ainda que estivéssemos cientes da subjetividade que envolve toda e qualquer investigação, pensamos que, a partir de uma perspectiva agora de pesquisadora, tivéssemos de fato conseguido o tão controverso “afastamento do objeto”, logrando êxito de atingir o distanciamento necessário, naquele olhar que move o desenvolvimento das ciências a partir do estranhamento dos movimentos pretensamente comuns da vida humana. A despeito do conhecimento teórico adquirido na Academia, nos parece que, apenas após esta emersão das atividades laborais, é que foi possível enxergar os processos e notar as práticas da construção dos conceitos e das narrativas presentes no cotidiano do museu.

A proposta inicial era baseada na reflexão entre *cultura material*, *tropeirismo* e *patrimônio cultural* no município de Castro, com base no acervo tridimensional do Museu do Tropeiro. Contudo, começamos a estabelecer os seguintes questionamentos: a expressão “*tropeirismo*”, por exemplo, como e de que forma ela foi criada e quais as bases históricas e historiográficas dessa designação? Em algum momento essa noção foi problematizada? Quem ou qual meio emprega ou recorre àquela concepção? Quanto ao Museu do Tropeiro de Castro-PR, qual é o lugar e o papel dessa instituição museológica na construção e na divulgação de um conhecimento sobre o passado da região e período histórico? Por que a cidade de Castro possui museu histórico temático e não mais um museu histórico municipal com galeria de prefeitos, conterrâneos ilustres e máquinas de escrever? Os (as) leitores (as) que conhecem instituições museológicas pelo interior do Brasil compreenderão essa referência.

Seria possível analisar os bens culturais do Museu do Tropeiro, sem conhecer a fundo sua origem, o modo como foram reunidos e a trajetória da própria instituição? Não podemos dizer que esta Pesquisadora não refletia sobre alguns aspectos dessas questões no desenvolvimento das suas atividades. Entretanto, admitimos que elas não apareciam na primeira proposta. A partir de então, principalmente através dos diálogos estabelecidos com a Orientadora desta pesquisa, buscamos compreender as razões que levaram o Museu do Tropeiro, há 45 anos, produzir e comunicar uma narrativa sobre a história de uma cidade e de uma região, promovendo pesquisas e salvaguardando determinados patrimônios culturais, tornando-se uma sólida instituição museológica. Então, os rumos da pesquisa foram alterados. A princípio realizaríamos um estudo a partir do acervo de um museu, agora nos propomos a compreender as contradições e as circunstâncias que envolveram a criação de um museu histórico, sua trajetória e suas implicações na sociedade.

Segundo Meneses (2013, p.14), “rigorosamente, todos os museus são históricos”, uma vez que “o museu tanto pode operar dimensões de espaço como de tempo”. Todavia, no

Brasil, “somente na década de 20 do século XX é que se condensa o museu histórico como categoria distinta das demais (MENESES, 2013, p. 15).

A escrita do passado em museus históricos já foi tema de outros trabalhos, como nas obras de Lilia Moritz Schwarcz (1996), Ana Cláudia Fonseca Brefe (1999; 2005) Myrian Sepúlveda dos Santos (2006), entre outros. Ambas partiram de grandes e afamados museus, aqueles dedicados a história da nação, e abordaram a influência dos seus diretores e pesquisadores na atuação, na visibilidade dessas instituições e nas reverberações delas sobre a escrita da história e na história dos museus no Brasil.

O termo ‘museu’ advém do grego antigo *mouseion*, que significa o “Templo das Musas”. As musas seriam filhas de Mnemosine, deusa da memória, e de Zeus, o mais poderoso de todos os deuses. Museus são, portanto, *lugares de memória*, mas são também *lugares de poder* (CHAGAS, 2006). Conseguimos perceber essa relação nos estudos citados acima, mas também na prática da vida profissional em um museu. De forma pitoresca, logo no início das atividades laborais da Pesquisadora, ainda recém-graduada em História, um senhor morador da comunidade de Catanduva de Fora, interior do município de Carambeí, a poucos quilômetros de Castro, levou ao museu uma folha de papel onde constava, por escrito, a história de uma imagem de Nossa Senhora Imaculada Conceição, que teria sido encontrada em um rio por um pescador e que seria a origem da Capela daquela comunidade, que fora construída por volta de 1880. O senhor mostrou o que ele havia escrito e solicitou o carimbo da instituição e que uma funcionária do Museu do Tropeiro escrevesse no papel exatamente assim: “passado pelo museu”. Aquele senhor, que infelizmente não recordamos o nome, entendia que o ato de “passar”, ou seja, do “transportar” daquelas suas anotações através do museu, lhe daria credibilidade. Nota-se, portanto, a presença da ideia de autoridade por parte do senhor à instituição.

Essa concepção de um espaço de autoridade diz respeito a “origem do museu moderno, com suas funções de pesquisa, educação, valorização do racionalismo, método e classificação” (POULOT, 2013, p. 63). Após o chamado “século das luzes” diversos autores indicam o século XIX como o “século dos museus”. Segundo Poulot, foi a partir desse período que surgiu na Europa a necessidade de ampliação de acesso ao público, desencadeando o desenvolvimento dos sistemas de organização das exposições e das coleções. Entretanto, “os verdadeiros usuários dos museus continuaram sendo os *studiosi* e os artistas, que se beneficiavam sempre em condições privilegiadas” (POULOT, 2013, p. 63).

O historiador Ulpiano Bezerra de Meneses (2013) escreveu que no continente americano a origem é um pouco diversa. Nos Estados Unidos, por exemplo, entre os anos

1740 e 1870, há, certamente, a influência do iluminismo europeu, entretanto, há também a presença dos ideais republicanos, o crescimento da classe média e o início da profissionalização da ciência. “Educação popular e pesquisa acadêmica são eixos que o compromisso americano desenvolveu a partir de museus complexos, basicamente modelados como museus de História Natural, aos quais também se integra a atuação de sociedades históricas e arquivos” (MENESES, 2013, p. 22). No Brasil, o autor lembrou que “o modelo oitocentista é, também, o do museu de História Natural, no qual se insere organicamente a Antropologia e, como um enclave evocativo e celebrativo, a História” (MENESES, 2013, p. 22)².

A historiografia produzida sobre a temática, reiteradamente aponta que o nacionalismo foi um forte aliado das instituições museológicas, pois foi através de uma busca por uma ideia de nação, retomado no século XX, que se deu uma nova perspectiva aos espaços museológicos e ao patrimônio histórico e cultural brasileiro. Segundo Maria de Lourdes Horta, as coleções brasileiras foram “institucionalizadas nos ‘grandes museus nacionais’ durante a década de 30, época de perfil político-nacionalista e que coincide com a criação do SPHAN³” (HORTA, 1987, p. 160), hoje IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, órgão responsável pela identificação, documentação e promoção do patrimônio cultural brasileiro, que dedicou-se, inicialmente, à preservação dos bens imóveis dos Séculos XVI, XVII e XVIII, prioritariamente de arquitetura religiosa (FONSECA, 2017, p. 116).

Para Ana Maria Alves Machado (2013) a relação dos museus e de outras instituições culturais com o SPHAN, teve como principal articulado o seu diretor, Rodrigo de Melo e Franco, o qual esteve à frente do órgão de 1936 até 1967. O nacionalismo dos anos 1930 marcariam a missão política das instituições museais, em busca da construção e consolidação da nação brasileira: “essa mentalidade específica de organização e preservação da história pátria será a mesma que prevalecerá como tônica determinante do modelo de formação da história de diversas localidades, através dos museus municipais” (MACHADO, 2013, p. 154).

O museu público municipal de Castro começou a tomar forma a partir do ano de 1975, momento em que “os museus são utilizados como instrumentos de veiculação de discursos oficiais, com tendências a efetivação do ideal do regime militar” (MACHADO, 2013, p. 154).

² Em 1818, 10 anos após a vinda da família real, cria-se o Museu Real com o objetivo de propagar os conhecimentos das ciências naturais no Reino do Brasil. Ainda no século XIX são criados espaços como: Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), Museu do Exército (1864), Museu da Marinha (1868), Museu Paraense Emilio Goelgi (1871), Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1895).

³ Através do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937.

Todavia, internacionalmente, esta mesma década é caracterizada pela Nova Museologia, principalmente com a discussão da mesa-redonda organizada pela UNESCO, que ocorreu na cidade de Santiago, no Chile, em 1972. Ocasão em que este campo do conhecimento, a Museologia, estabeleceu formalmente diretrizes para uma atuação voltada à diversidade cultural, à defesa do patrimônio das minorias étnicas e para a integração dos museus com as comunidades locais. É nesse contexto que se iniciou a trajetória do Museu do Tropeiro.

A literatura consultada expõe que há um incentivo à criação de museus históricos municipais e outros museus foram criados neste mesmo período no Paraná. Entretanto, em Castro há uma característica peculiar: optou-se por um museu histórico temático. O próprio nome escolhido indica seu objetivo. Mas por qual razão surge a proposta de um museu temático? Por que e de que maneira o tropeiro tornou-se principal elemento para a política de preservação do patrimônio cultural do município?

Para responder essas e outras questões já apresentadas precisamos seguir os passos de uma “custosa”⁴ jornada. O primeiro capítulo tem por objetivo promover reflexões por meio da identificação das informações necessárias para todo o restante do trajeto. Fazendo uma analogia com uma tropeada, é no primeiro capítulo que juntamos as “traias” que nos acompanharão até o destino. Para além do conteúdo presente nos escritos acerca da atividade tropeira, sentimos a necessidade de pensar qual é o lugar do tropeiro na história do Brasil, ou melhor, em quais narrativas ele aparece e de que maneira foram construídas. Essa intenção teórica-metodológica é profundamente marcada pela leitura de Michel de Certeau (1982) acerca da *escrita da história* e da *operação historiográfica*. Dessa forma, o texto discorre sobre as considerações relacionadas com a atividade tropeira produzidas por historiadores e intelectuais considerados nesta pesquisa e em outros trabalhos como autores “clássicos” da historiografia brasileira, da temática e da chamada historiografia regional ou local. Além destes, com o objetivo de contribuir às futuras pesquisas, apresentamos um levantamento da produção acadêmica entre os anos de 1960 até a primeira década dos anos 2000. A expectativa é que após a leitura do primeiro capítulo, seja possível compreender o referencial teórico que embasou a criação, a manutenção e as ações do Museu do Tropeiro. É importante salientar que este capítulo não é construído sobre uma noção hierárquica de produção do conhecimento histórico. Nossa intenção não foi construir uma reflexão de oposição,

⁴ Termo que a pesquisadora aprendeu com a dona Abgail Mainairdes, artesã, moradora da área rural de Castro, que produz artefatos utilitários para montaria como coxonilhos e baixeiros com lã de carneiro. Certa vez relatando sobre o seu ofício, Abgail declarou que “o baixeiro é fácil de fazer, mas o coxonilho é custoso”. Uso do termo e essa nota é uma forma que encontramos de deixar registrado aqui a gratidão e o reconhecimento a todas e a cada uma das pessoas que conhecemos durante nossa trajetória profissional no Museu do Tropeiro.

“clássicos” *versus* Academia *versus* memorialistas, mas sim, somar e investigar a contribuição de cada uma destas perspectivas.

O segundo capítulo apresenta as reflexões teóricas que inspiraram nosso entendimento acerca da problemática dos museus diante dos conceitos de memória e de patrimônio cultural. É neste momento que apresentamos Judith Carneiro de Mello, diretora da instituição durante todo nosso recorte de pesquisa, bem como esclarecemos quais fontes estavam disponíveis e de que maneira elas foram “interrogadas”. Judith esteve à frente deste museu por aproximadamente 30 anos, entre 1975 e 2007, quando faleceu, e estas são as bases temporais da pesquisa. No entanto, acreditamos que o conhecimento histórico ocorre enquanto processo e, portanto, estas datas não foram encaradas como marcos temporais rígidos e intransponíveis. Sobre a sustentação teórico-metodológica, informamos que os principais autores são Jacques Le Goff (2013), Françoise Choay (2017), Pierre Nora (1993,2008), Ulpiano Bezerra de Meneses (1930) José Reginaldo Gonçalves (1996) e Nestor Canclini (2015). Fundamentados nas análises destes historiadores e antropólogos, problematizamos a categoria de *patrimônio cultural* diante dos vestígios levantados durante a pesquisa, concebendo, portanto, esta categoria e os *lugares de memória* como instrumentos políticos e sociais. Além disso, recorremos a historiadores, geógrafos, geólogos, sociólogos, entre outros pesquisadores, que estudaram o tema, mais os teóricos da museologia, posto a especificidade do objeto de pesquisa. Explicamos que, por meio dos instrumentos oferecidos pela micro-história, buscamos compreender a concepção e a trajetória de um *lugar de memória*, bem como o modo como um determinado tema foi selecionado e/ou reconhecido enquanto patrimônio cultural através da criação e dos desdobramentos promovidos por um museu.

No terceiro capítulo, *Museu do Tropeiro: construindo um lugar de memória*, tratamos dos processos de instauração e apresentação da nova instituição. Legislação, primeiras ações, busca por contatos com pesquisadores e outras instituições, além analisarmos vestígios acerca das ressonâncias diante da comunidade por meio da Associação de Amigos do Museu do Tropeiro e da imprensa local.

Ao longo dos seus primeiros 30 anos de vida, o museu desenvolveu diversas atividades para a sociedade, seja como um *teatro de memória* ou como um *laboratório de história*. Portanto, inspirados por essa reflexão aparentemente dicotômica, no quarto capítulo analisamos as exposições de longa e curta duração, os espetáculos, as palestras e as pesquisas para publicações realizadas pelo museu.

Por fim, explicamos que para organizarmos nossas ideias, subdividimos a trajetória do Museu do Tropeiro em três fases: os primeiros anos de instauração e apresentação, marcados

pelo entendimento de um retorno social, representado pelas feiras de artesanato organizadas na rua em frente ao museu, e a busca por contatos com pesquisadores e outras instituições; um segundo período ao qual identificamos como fase de reestruturação, que ganhou força na década de 1990 e promoveu mudanças materiais e organizacionais; e uma última fase, período de consolidação por meio dos “grandes eventos” e da concretização de publicações próprias.

Ao chegar no destino, conferimos o conteúdo das canastras e as bruacas que fomos completando ao longo do caminho e indicamos nossas considerações e resoluções às questões levantadas em cada pouso. De antemão, queremos deixar claro em quem pensávamos enquanto percorríamos na construção desta tese: colaboradores(as) do Museu do Tropeiro de Castro, pesquisadores(as) e professores(as) que recorrem a instituição para desenvolver seus projetos didáticos ou de pesquisas; todos os cidadãos e cidadãs castrenses. Esperamos oferecer, nestas páginas, os subsídios para que a compressão acerca da institucionalização de um *lugar memória* para Castro inspirem reflexões, ressignificações e ressonâncias que despertem e impulsionem as potencialidades sociais, culturais e educativas que vislumbramos e concebemos quando pensamos em um museu.

CAPÍTULO 1 - O TROPEIRO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Esta é a história. Um jogo da vida e da morte prossegue no calmo desdobramento de um relato, ressurgência e denegação da origem, desvelamento de um passado morto e resultado de uma prática presente. Ela reitera, um regime diferente, os mitos que se constroem sobre um assassinato ou uma morte originária, e que fazem da linguagem o vestígio sempre remanescente de um começo tão impossível de reencontrar quanto de esquecer.

Michel de Certeau (1982)

Em a *Escrita da História*, Certeau (1982) advertiu que um historiador, quando produz história, estabelece uma articulação entre a vida e a morte. É a partir de um *lugar social*, por meio de determinados procedimentos e métodos de análise, que um pesquisador consulta suas fontes e constrói uma narrativa sobre o passado. Um discurso sobre o *outro*. Outros sujeitos em outras temporalidades. Portanto, partimos dessa proposta teórico-metodológica para compreender, neste capítulo, de que maneira o *tropeiro*, ou então, “os *tropeiros*” foram retratados na escrita da História do Brasil. Nos próximos parágrafos tentaremos perceber “o dito e o não dito” acerca desse personagem eleito como protagonista por um “pequeno” museu de uma “pequena” cidade no “interior” do Paraná⁵.

Antonie Prost (2015), outro historiador francês, escreveu que a história, antes de ser uma prática científica, é prática social, afirmação que reiteramos e estendemos para o campo dos museus e dos processos museológicos. Portanto, para compreendermos a trajetória de um museu histórico que possui um tema, *a priori*, bem definido, como “a história do tropeiro”, precisamos entender como essa, ou estas, histórias foram construídas pela historiografia, seja ela acadêmica ou não. Sabemos que a instituição e diversos pesquisadores, que fomos encontrando no decorrer da investigação, tratam o tema como axiomático. De forma recorrente é apresentado com o sufixo “ismo” - *tropeirismo* e definido como mais um ciclo econômico da “História Nacional”. Entretanto, apreendemos, desde as primeiras lições sobre o ofício de historiador, que devemos questionar, duvidar, problematizar e perceber as intenções e as perspectivas. Deste modo, nossas reflexões são propostas a partir de um posicionamento fundamentado em leituras relacionadas com a História Cultural, o que significa afirmar que os sujeitos e suas práticas culturais são constituídos e construídos ao longo do tempo, por meio de processos históricos, compreendendo também os conceitos, as

⁵ O Museu do Tropeiro foi inaugurado no ano 1977, portanto, este é o recorte temporal a que recorremos para selecionar as referências bibliográficas centrais desta discussão e que nortearam a construção deste capítulo. No entanto, para atingir nossos objetivos, informamos que o leitor irá encontrar também algumas referências publicadas posteriormente e que complementam e nos auxiliam na construção da pesquisa.

ideias e as narrativas historiográficas (BURKE, 2008; CHARTIER, 2002; HUNT, 1992; PESAVENTO, 2012).

Para Fernando Novais e Rogerio Forastieri da Silva o “discurso do historiador responde, desde sempre, à necessidade da narrativa do acontecimento para a constituição da memória social e configuração de nossa própria identidade”, (NOVAIS; SILVA, 2013, p. 18). Entendimento fundamental para pensar também a pluralidade do conceito de patrimônio cultural e o papel dos museus diante dos processos de construção e reconstrução da História⁶.

Grande parte do que lemos, desde o início do caminho percorrido para a nossa formação profissional e acadêmica, está presente no texto que ora construímos, principalmente no que diz respeito aos campos da Teoria da História e da História da Historiografia. O historiador é um profissional que constantemente (re)pensa o próprio ofício, talvez porque todas as histórias são, ao mesmo tempo, uma História da História (PROST, 2015).

José Carlos Reis avaliou que a teoria e a metodologia ocupam papel central na cultura histórica, aliás *teoria-metodologia*, como propõe o autor. Concordamos com esse entendimento pois, por tratar-se de ciência, a História requer um raciocínio metodológico com fundamentação teórica. As teses produzidas pelos historiadores são obras “edificadas” sobre estrutura, e essa estrutura é a teoria. Dessa forma, é impreterível e auspicioso o diálogo da História com distintos campos do conhecimento como a Filosofia, a Sociologia e a Antropologia, pois, outras ciências fundamentam noções das quais o historiador pode se apropriar ou se inspirar para pensar os seus objetos de estudo (REIS, 2019).

Por fim, a concepção deste capítulo passou também pela compreensão da noção de *regimes de historicidade*, proposto por François Hartog (2014). O autor nos convida a analisar as formas como as sociedades se relacionam com o tempo, pois, as *experiências do tempo* orientam o modo como o passado é tratado/percebido em distintos períodos. Para nós, é

⁶ A noção de patrimônio cultural como uma categoria interdisciplinar que é constituída ao longo do tempo em determinados contextos de disputas políticas, econômicas e sociais é o ponto de intersecção que conduz todas as reflexões desta pesquisa. Entendemos que a definição de patrimônio cultural se constitui enquanto um processo e também uma prática. Dessa forma, veremos no momento oportuno de que maneira os vestígios materiais ou intangíveis relacionados à atividade tropeira foram submetidos a um processo de patrimonialização e quais foram os encadeamentos dessa ação. Essa concepção de patrimônio cultural foi elaborada a partir das seguintes leituras: CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2017; CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, Brasília, DF, n. 34, 2012b, p. 147-165. CHUVA, Márcia. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X: 2012; FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2017; FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

pertinente acompanhar o raciocínio de que as articulações e as interpretações para a escrita da história se alteram e são alteradas ao longo dos processos históricos. Durval Muniz Albuquerque Junior explicou que o conceito de *regime de historicidade* não se trata de uma percepção abstrata, pois, pode ser experienciado no contato com os textos. Recorrendo à etimologia das palavras, bem como à sensível capacidade de criar metáforas, o autor estabeleceu uma aproximação entre os termos *dieta* e *regime alimentar*, percebendo o conhecimento histórico como um espaço de informação e simulação para a experimentação e a “degustação” de outros tempos (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019).

“O *regime de historicidade*, assim como o *regime alimentar*, implica em dado modo de organizar a vida em função do tempo, implica a adoção de modos de viver, de maneiras de vivenciar o dia a dia” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 216). A palavra *dieta* é de origem grega e indica moderação, equilíbrio ou instruções para o momento da alimentação. Assim, um “*regime de historicidade* também implica o regramento de nossa relação com o tempo, implica a adoção de códigos através dos quais nos permitimos e proibimos dadas percepções e vivências do tempo” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 217)⁷.

Subscrevemos, portanto, que o tempo, o *lugar social*, a teoria e o método atuam, inspiram e delimitam, proporcionalmente, a forma e o conteúdo da escrita do passado. Vejamos, neste primeiro capítulo, o caso dos escritos acerca da história do tropeiro na historiografia brasileira.

1.1. O lugar do tropeiro na História do Brasil: “os clássicos”

O sociólogo e crítico literário Antônio Cândido (1995) recomendou que três obras seriam fundamentais para o entendimento histórico e sociológico do Brasil. Segundo o intelectual, os três grandes “clássicos” brasileiros seriam: *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre (1933), *Raízes do Brasil* de Sérgio Buarque de Holanda (1936), e *Formação*

⁷ José Carlos Reis (2019) também nos auxilia nessa reflexão quando explica e exemplifica a noção de regimes de historicidade a partir da produção historiográfica sobre a escravidão no Brasil, e identifica três momentos distintos: o primeiro sob um “regime de historicidade passadista”, de 1930 a 1940, com Gilberto Freyre e uma interpretação que aproximava o senhor e o escravo em uma relação aparentemente bem sucedida; o segundo de 1960 a 1970, com a rejeição da chamada “democracia racial” e a denúncia do passado e da coisificação do negro a partir de uma perspectiva que estava sob o “regime de historicidade marxista-futurista”; e por fim, entre 1980 e 1990, sob o “regime de historicidade presentista”, aponta que as investigações buscam a compreensão do escravizado como sujeito do seu tempo, sem a imposição de idealizações ou ajuizamentos. Há, portanto, três visões sobrepostas que utilizam as mesmas fontes documentais. Sobre “regimes de historicidade” ver: HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. REIS, José Carlos. Regimes de Historicidade e historiografia. In: **O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

do Brasil Contemporâneo de Caio Prado Júnior (1942). Inclusive no prefácio de *Raízes do Brasil*, Cândido escreve que aquela publicação nascera como um “clássico” (CÂNDIDO, 1995). Mas o que determina ou define uma obra como “clássica”?

“Os clássicos são livros que, quanto mais pensamos conhecer por ouvir dizer, quando são lidos de fato mais se revelam novos, inesperados, inéditos” (CALVINO, 2013, p. 10). Para Calvino, os livros considerados “clássicos” são aqueles que “chegam até nós trazendo consigo as marcas das leituras que precederam a nossa e atrás de si os traços que deixaram na cultura ou nas culturas que atravessaram” (CALVINO, 2013, p. 8). É uma obra literária que marca não só o contexto e o momento em que foi escrita, como também a recepção e as interpretações provocadas no decurso dos tempos.

O termo “clássico” pode ser recebido com receio ou então causar uma certa hesitação em leitores cautelosos e atentos, talvez por sugerir a noção de que existam obras com juízos unânimes ou valiosas em si mesmas. Entretanto, convém esclarecer que, nesta pesquisa, concebemos que “não existe uma obra ou uma tradição literária que seja valiosa em si” (EAGLETON, 2006, p. 17), pois as distinções são inclinadas à objetivos e critérios específicos. “Assim como uma obra pode ser considerada como filosofia num século, e como literatura no século seguinte, ou vice-versa, também pode variar o conceito do público sobre o tipo de escrita considerado como digno de valor” (EAGLETON, 2006, p. 17). Terry Eagleton observou que o status de cânone literário não é posição estável e definitiva. Portanto, recorreremos ao uso das aspas quando empregamos o dito vocábulo e explicamos que se trata de obras de referência para a historiografia brasileira.

Por mais que seja uma tarefa complexa e polêmica definir quais seriam essas obras, nos parece que há uma certa regularidade em relação a determinados autores. Essa caracterização pode ser observada pelo número de edições de suas publicações, pelas recorrentes citações em investigações posteriores ou também pela reiterada presença de suas produções nos currículos dos cursos universitários de História. Podemos citar nomes como Francisco Adolfo de Varnhagen, João Francisco Lisboa, Joaquim Nabuco, Capistrano de Abreu, Oliveira Vianna, Oliveira Lima, Manuel Bomfim, Afonso d’Escagnolle Taunay, Luís

da Câmara Cascudo, Octávio Tarquínio de Sousa, Gilberto Freyre, Serafim Leite, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré e José Honório Rodrigues⁸.

Retomando o pressuposto de que o conhecimento histórico é sempre um pouco de História da Historiografia, seguiremos uma ordem cronológica de publicação, reconhecendo que faz parte do *metiér* do historiador retomar o que já foi escrito sobre o assunto de interesse⁹.

Iniciamos com Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), o visconde de Porto Seguro, que produziu uma vasta bibliografia com trabalhos em diversas áreas, entretanto a obra *História Geral do Brasil*, publicada em 1854 e 1857 (dois volumes) é considerado seu maior empreendimento (GUIMARÃES, 2018).

Varnhagen é natural da cidade de Sorocaba, São Paulo. Filho do engenheiro alemão Coronel Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen e de Maria Flávia de Sá Magalhães, de nacionalidade portuguesa (GUIMARÃES, 2018). Trata-se de um historiador do século XIX¹⁰. Período marcado pela ascensão das ciências e das tecnologias, do desenvolvimento dos meios de transporte e da comunicação. A teoria da evolução de Charles Darwin, as descobertas na área da química e da medicina de Louis Pasteur, Robert Koch e Joseph Lister, as teorias filosóficas e sociológicas de August Comte e Karl Marx e ainda a psicanálise de Sigmund Freud são algumas das expressões desse momento no contexto europeu. E é neste período que a História também procurou ocupar seu espaço dentro do campo científico.

A historiografia do século XIX, com base nos princípios positivistas, é caracterizada, principalmente, pelo registro de uma história oficial. Construída a partir da consulta a documentos institucionais com viés essencialmente político e uma pretensa busca pela verdade. Todavia, o que nos interessa, no momento, é anotar que, para além das habituais ressalvas à produção historiográfica daquele período, é importante reconhecer que os acontecimentos históricos não são isentos, irrefutáveis e/ou herméticos, e que para compreendê-los é preciso seguir certos passos sustentados em alguma metodologia.

⁸ Maurício Parada e Henrique Estrada Rodrigues organizaram e publicaram em 2018 uma antologia intitulada *Os historiadores: clássicos da história do Brasil*, uma obra composta por ensaios que apresentam e analisam todos os autores citados. Sabemos que a concepção de uma antologia, passa por um processo de seleção que dificilmente encontra a unanimidade ou completude, no entanto, observadas as considerações já expostas, e todo o processo de levantamento de autores e obras de referência para esta pesquisa, compartilhamos e recorremos ao mesmo recorte desta recente coletânea. Ver: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Orgs.). **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2018.

⁹ Informamos que não abordaremos todos esses autores, pois estabelecemos um recorte, selecionando aqueles que produziram obras que trataram ou tangenciaram a temática da atividade tropeira no Brasil meridional.

¹⁰Sobre Varnhagen ver: CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topói**, v.8, n.15, jul./dez.2007.

A despeito dos novos objetos, novos problemas e novas fontes assimilados e propostos a partir da Escola dos Annales e mais tarde da Nova História Cultural (BURKE, 2008; 2011; LE GOFF, NORA, 1995), a Academia e os pares continuam confiando e “exigindo” que os historiadores averiguem suas informações em documentos¹¹. Portanto, a crítica que gostaríamos de registrar diz respeito mais a restrição de quais seriam esses documentos do que necessariamente sobre os métodos propostos ainda lá no século XIX (PROST, 2015).

Contudo, a subjetividade e o lugar do autor também compõem a complexa tarefa de produzir conhecimento histórico. Em *História Geral do Brasil*, Varnhagen (1877) construiu uma narrativa sobre a formação da Colônia e o papel dos portugueses nesse processo. Conforme as características já levantadas, a obra não apresenta problematizações e todo o processo histórico é construído como se não houvesse conflitos, resistências ou rupturas. São perceptíveis o etnocentrismo europeu e a valorização da cultura portuguesa em detrimento da cultura indígena e da africana, fundamentais para entender a constituição da nação brasileira. Encontramos na obra uma menção ao termo tropeiro, no Tomo Segundo, quando o autor falou sobre a expansão da colonização europeia:

Quanto aos sertões do Maranhão, cremos que devem ter elles sido especialmente frequentados pelos Bahianos, pelo simples facto de serem ahi designados com este nome todos os **tropeiros** e **gente do interior que em outras províncias se designam por caipiras** (VARNHAGEN, 1877, p. 759, grifo nosso).

Não há nessa obra uma caracterização ou descrição do tropeiro como uma atividade econômica singular ou específica. No entanto, é preciso destacar essa interpretação de tropeiro como “gente do interior” ou “caipira”, uma vez que essa informação será importante no decorrer da análise.

Ao longo da pesquisa, buscando outros indícios da presença da atividade tropeira do Brasil meridional nas obras de Varnhagen, encontramos um artigo publicado em 1945 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Escrito por Clado Ribeiro de Lessa (1945) o texto apresentou aspectos da vida e da obra daquele historiador. Lessa transcreveu um relato de 1840, publicado por Varnhagen no ano de 1867:

Achando-me em São Paulo, em fins de 1840, empreendi uma viagem pelo sul da Província, depois de haver ido a derramar uma lagrima no triste vale, onde aprouvera ao Criador que eu apparecesse neste mundo. Já pela altura de Paranapitanga, onde me demorei alguns dias, comecei a ouvir contar muitos casos cruéis assaltos e invasões de Índios, que, quando lhes aprazia, chegavam até ali com suas correrias, e traziam a todos cheios de temor e espanto. Passando, porém, mais

¹¹ Considerando a ampliação da ideia de documento como todo e qualquer vestígio produzido pelos seres humanos e/ou que registram/carregam informações acerca do homem no tempo.

ao sul, a **fazenda de Morungava**, confirm atual da província de São Paulo com a de Paraná, dela desmembrada, não só ouvi contar novas histórias de assaltos de Bugres, como fui informado que andavam eles mui perto, e que eu e meus companheiros poderíamos no dia seguinte ser atacados na estrada, ao atravessar um bosque, felizmente de curta extensão. Apesar desta notícia, era essencial partir nesse dia; porque tínhamos a vantagem de ir em maior número, associando-nos a outros **tropeiros**, já mais acostumados a semelhantes cenas. Ao chegarmos à beira do mato vi que todos os meus companheiros e seus camaradas e vaqueanos, sem dizer palavra, tiravam as espingardas dos arções e com elas engatilhadas, e como prestes a dispararem, prosseguiram, e me disseram de fazer outro tanto com as minhas duas pistolas. Felizmente os tais Índios Bugres, que segundo os meus companheiros, andavam por ali, e nos deviam estar tucaçando, ou por nos verem em suficiente número, ou porque notaram que íamos mui prevenidos, e eles não gostam de ataques em que corram o menor risco, deixaram-nos passar sem nos enviar nenhuma frechada, a que havéramos correspondido com um disparo à carga cerrada. Note-se que se passava isto, nada menos que na **estrada real, bastante frequentada por todas essas tropas e pontas de gado que concorriam à feira de Sorocaba**, etc” (VARNHAGEN *apud* LESSA, 1945, p. 80-81, grifo nosso).

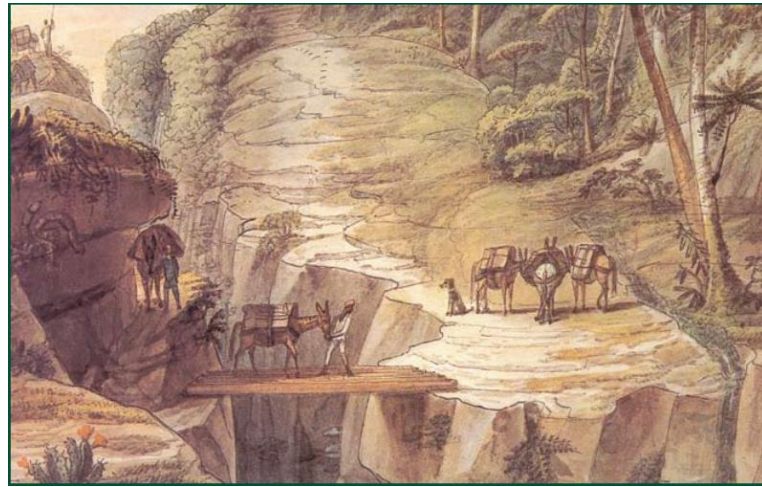
E a viagem continua passando por Ponta Grossa e Palmeira até chegar em Curitiba. Lessa transcreveu essa experiência com o intuito de compreender os discursos de Varnhagen sobre os povos originários do Brasil. Mas, o leitor deve ter percebido que para essa pesquisa o relato é interessante porque há o registro da presença de tropeiros justamente na região que hoje corresponde ao Paraná: a Fazenda Morungaba ou Morungava¹², que atualmente pertence ao município de Sengés¹³ e está situada entre os rios Itararé e Jaguaricatu.

Para nos localizarmos nesse itinerário, devemos explorar estas paragens:

¹² Pertenceu ao Brigadeiro Raphael Tobias de Aguiar, esposo da Marquesa de Santos. Está localizada em uma área que corresponde a uma das mais antigas sesmarias, concedida por Carta Régia em 21 de janeiro de 1721. “Morungava é palavra abanheen que significa assemblea ou grande reunião de guerreiros, localizada no morro de mesmo nome da fazenda” (LEÃO, 1926, p. 1373 *apud* GOMES, 2007, p. 103). Segundo Gomes (2007), em 1772 a Fazenda Morungava pertencia ao Sargento-mor Antônio Francisco de Andrade, morador da Parnaíba. Entre os anos de 1783 a 1788, os herdeiros de Antônio Francisco de Andrade venderam a fazenda para o alferes José Novais Dias. O último proprietário a usar mão-de-obra escrava foi o Coronel Jordão do Canto e Silva, falecido em 1918. Herança de seu bisavô, o capitão-mor José Felix da Silva. Ver: GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. **Significações e Ressignificações do Patrimônio Cultural**: as Fazendas Históricas e o Turismo nos Campos Gerais do Paraná. 2007.162p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 200.

¹³ Aqui cabe ressaltar que o autor relata que fez essa viagem em 1840. O Paraná emancipou-se da Província de São Paulo em 1853 e o registro que ele faz dessa viagem é publicado em 1867.

FIGURA 1: Limite da Província de São Paulo e Curitiba – Jean-Baptiste Debret



Fonte: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil**. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p.290

FIGURA 2 – O Jaguariçatu. 1827 – Jean-Baptiste Debret



Fonte: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil**. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p. 291.

As imagens acima retratam a região descrita por Varnhagen e são atribuídas ao pintor francês Jean Baptiste Debret (1768-1848). Debret integrou a Missão Artística Francesa de 1817 e publicou, em 1831, a obra *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*, destacando aspectos da sociedade e da natureza brasileira daquele momento. Além do pintor, outros viajantes (artistas, naturalistas, exploradores, entre outros), assim como o visconde de Porto Seguro, registraram impressões e memórias de suas passagens por esta região durante o

século XIX¹⁴. Estes testemunhos foram e ainda são amplamente utilizados como fontes para as produções historiográficas. Sobre esse mesmo local, poucos anos antes, em 1820, o francês Auguste Saint'Hilaire relatou que:

Depois de atravessar uma mata bastante sombria, cheguei ao **Rio Jaguaricatu**, um dos afluentes do Itararé. Esse rio, de pouca largura, é vadeável na época da seca, mas após chuvas prolongadas ele se torna tão caudaloso que os cavalos e burros não podem atravessá-lo a nado sem o risco de serem arrastados pela corrente. Durante o tempo que permaneci em **Morangava** vários despachos urgentes tinham ficados retidos nessa propriedade porque não se podia atravessar o rio com segurança. Quando cheguei à sua beira, as águas tinham baixado pouco de volume; minha bagagem foi transportada numa canoa e os burros atravessaram a corrente a nado (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 33, grifo nosso).

Estes registros subsidiaram uma imagem dessa região, denominada de Campos Gerais, como um local de passagem¹⁵. Os caminhos, vindos do Sul em direção a Sorocaba, convergiam para esses confins que até 1853 pertencia a Província de São Paulo. Esse peculiar torrão foi designado por Saint-Hilaire como “paraíso terrestre do Brasil” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 27), vejamos parte dessa descrição:

Esses campos constituem inegavelmente uma das mais belas regiões que já percorri desde que cheguei à América; suas terras são menos planas e não se tornam tão monótonas como as nossas planícies de Beuce, mas as ondulações do terreno não chegam a ser tão acentuadas de maneira a limitarem o horizonte. Até onde a vista pode alcançar, descortinam-se extensas pastagens; pequenos capões onde sobressai a valiosa e imponente araucária surgem aqui e ali nas baixadas, o tom carregado de sua folhagem contrastando com o verde claro e viçoso do capinzal. De vez em quando apontam rochas nas encostas dos morros, de onde se despeja uma cortina de água que se vai perder no fundo dos vales [...] (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 15-16).

¹⁴ Inclusive Dom Pedro II, então Imperador do Brasil, registrou em um dos seus diários de viagem uma breve nota sobre a atividade tropeira na região, mais especificamente na cidade de Castro: “29 de maio de 1880 (sábado) [...] Passeio até o rio Iapó, afluente do Tibagi. Ponte longa de madeira, em mau estado e é caminho de S. Paulo. Bonita vista da ponte para ambos os lados, e do alto do além. O rio com a cheia cobriu uma das margens, ficando um cercado dentro d’água. O rio é piscoso e ao jantar serviram o tabarana. A Câmara proibiu certos meios de pescar e vedou-o nos meses de outubro, novembro, dezembro e janeiro. Conversei no passeio com Manuel Inácio do Canto e Silva, que disse-me ter dividido as fazendas entre os filhos e possuírem todos de 7 a 8.000 reses. Murici fala de 12.000. Pareceu-me pelo que ouvi a diversos que não cuidam muito de melhorar a criação. **Canto e Silva atribuiu a diminuição do gado a fazer mais conta alugar os pastos aos criadores de mulas de São Paulo**” (SANTOS, 2008, p. 32, grifo nosso). Ver: SANTOS, Francisco Marques (Org.). **D. Pedro II: diário da visita à Província do Paraná**. Ponta Grossa, UEPG, 2008.

¹⁵ O geógrafo alemão Reinhard Maack (1981) definiu Campos Gerais como uma zona fitogeográfica natural, com campos limpos e matas de galerias ou capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro araucária. Uma região de aproximadamente 19.060 km², utilizados predominantemente para a criação intensiva de gado bovino, desde a fronteira com o Estado de Santa Catarina até o limite com o Estado de São Paulo (MAACK, 1981). O Dicionário Histórico dos Campos Gerais (2020), fundamentado em Maack (1981), adota uma definição que preserva os critérios naturais, mas também privilegia os aspectos históricos de identidade regional e, portanto, registra que ela abrange o território que apresenta vínculo com a atividade tropeira, onde é possível observar a influência na cultura e nos costumes, presentes nos hábitos preservados no cotidiano da população. Ver DICIONÁRIO HISTÓRICO DOS CAMPOS GERAIS. Disponível em: <https://www2.uepg.br/dicion/>. Acesso em: 04.abr.2021.

De fato, um lugar de beleza natural ímpar. Outrossim, o aspecto físico foi provavelmente um dos principais fatores para que o caminho das tropas passasse por essas localidades. É o que afirmam os geólogos Antônio Liccardo e Gil Piekarz (2017). Segundo estes especialistas, a geodiversidade dos Campos Gerais composta por capim abundante, formação de cânions de água e relevo marcado pela presença das formações de arenito, foram fundamentais e até determinantes para o desenvolvimento deste caminho.

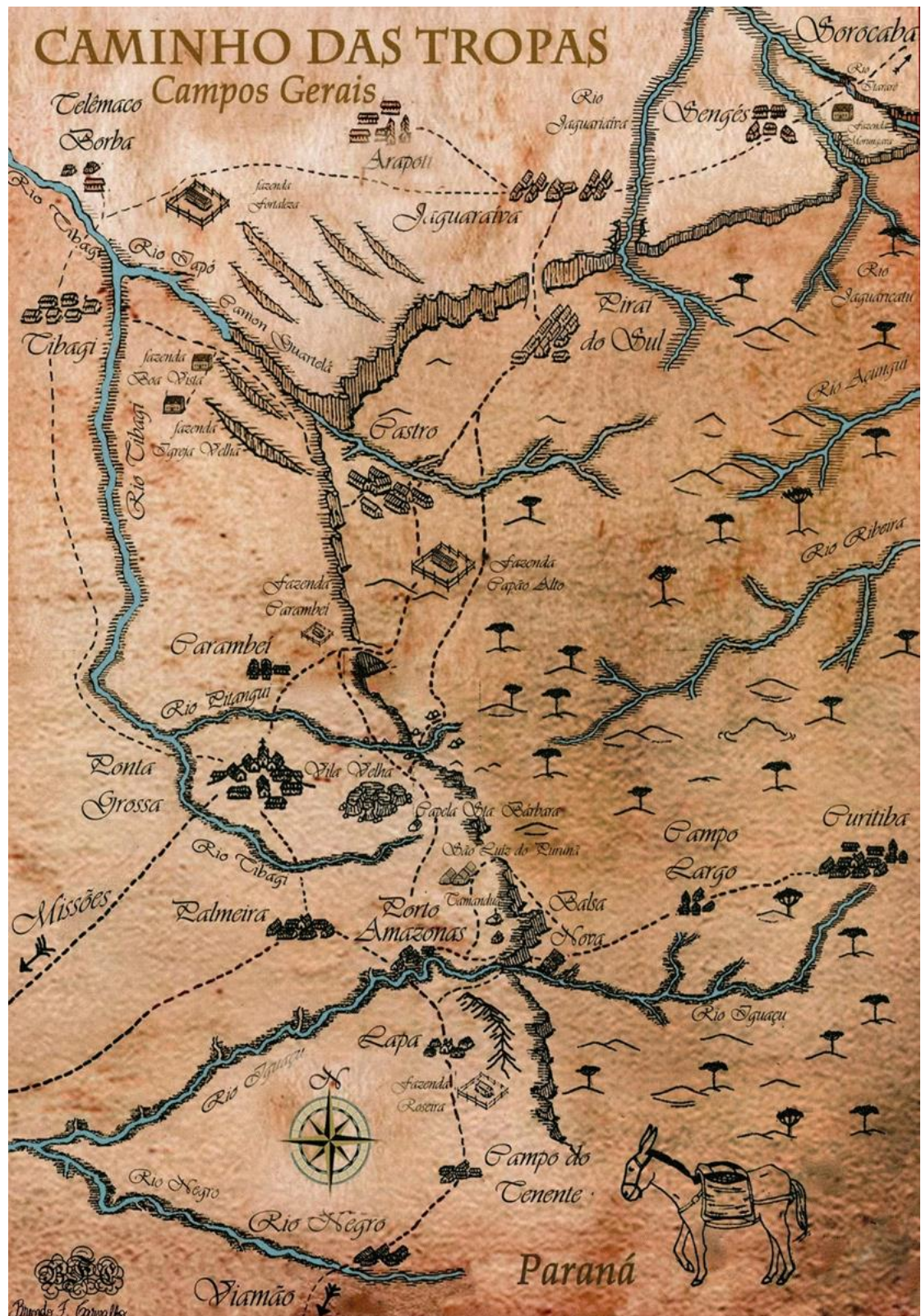
O transporte de animais na magnitude com que se sucedeu neste período - tropas com mais de 800 ou 1000 animais eram comuns - exigiu uma logística que foi influenciada, e **até mesmo determinada pelo meio físico**, em última instância fatores geomorfológicos e geológicos. Foram necessários imensos planaltos com água, pasto e declividade adequados para a manutenção física dos animais, assim como eram críticas as passagens e travessias por rios, desfiladeiros e terrenos abruptos. Uma análise da geomorfologia ao longo do caminho mostra o quanto a geologia foi caprichosa e determinante para a existência do tropeirismo nestas regiões (LICCARDO; PIEKARZ, 2017, p. 24, grifo nosso).

Saint-Hilaire, reiteradamente, comentou sobre essa atividade pecuária dos Campos Gerais: “homens de todas as classes, operários, agricultores, no momento em que ganham algum dinheiro, partem para o sul, onde compram burros bravos para revendê-los em sua própria terra ou em Sorocaba” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 19).

As excelentes pastagens dos Campos Gerais são aproveitadas como internada para as numerosas tropas de burros que vem do Rio Grande do Sul, divididas em pontas de quinhentos a seiscentos animais. As tropas chegam em fevereiro, depois de atravessarem o Sertão de Viamão, entre Lapa e Lajes, onde perdem muito peso. Comumente, em lugar de forçarem os animais a prosseguir viagem, os tropeiros deixam-nos descansar nos Campos Gerais até outubro, quando então seguem para Sorocaba. No começo da internada os camaradas que acompanharam a tropa até ali são mandados de volta, com a exceção de dois ou três, sendo contratados outros quando se reiniciam a viagem (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 23).

Sobre as características dos Campos Gerais e a identificação dos caminhos e rotas utilizadas para o desenvolvimento dessa atividade foi necessário “desviar ligeiramente o rumo” para recorrermos aos relatos de viajantes e às pesquisas específicas sobre a temática, como é o caso da obra *Tropeirismo e Geodiversidade no Paraná* de Liccardo e Piekarz (2017). Vejamos o mapa artístico elaborado para a publicação:

FIGURA 3 – Caminho das Tropas na região dos Campos Gerais



Fonte: LICCARDO, Antonio; PIEKARZ, Gil. **Tropeirismo e Geodiversidade no Paraná**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017. p. 26.

Para avançarmos, é preciso explicar que antigas trilhas dos povos originários do Brasil propiciaram esses acessos. Aquelas rotas que foram também utilizadas pelos bandeirantes são gêneses das contemporâneas vias de comunicação (SCHMIDLIN, POLINARI, MANFREDINI, 2009). São conhecidos e estudados alguns desses trajetos, entretanto a rota denominada “Caminho do Viamão” ou “Estrada da Mata”, que partia de Viamão (RS) até a Vila de Sorocaba, em São Paulo, cruzando os campos de Lajes, em Santa Catarina, ingressando em território paranaense após cruzar Rio Negro, os campos da Lapa, e seguindo para os Campos Gerais, é a rota mais conhecida e referenciada. Esse percurso tem sua origem vinculada à viagem de Cristóvão Pereira de Abreu que ocorreu entre os anos de 1731 e 1732. “Durante esta primeira comitiva foram conduzidas aproximadamente 3000 mulas, ‘inaugurando’ assim um caminho que ligava a região de Viamão aos campos de Curitiba” (GOULART, 1961, p. 37). Este trajeto estava sendo preparado desde 1727, por Francisco de Souza e Faria, sob ordem do governador da capitania de São Paulo, Antônio da Silva Caldeira Pimentel. “O mesmo governador teria criado, em fevereiro de 1732, o Registro de Curitiba, instituição que controlaria a cobrança dos impostos de circulação de animais naquele novo caminho” (GIL, 2009, p. 45). Tais explanações, fundamentadas em investigações mais recentes e específicas, foram indispensáveis para que sigamos o percurso deste capítulo.

Para visualizar e compreender as localizações espaciais e as rotas citadas elaboramos a partir das referências bibliográficas e demandas desta pesquisa o seguinte mapa¹⁶:

¹⁶ Informamos que ambos os mapas são concepções artísticas do geógrafo Brendo Francis Carvalho.

Retomemos nosso itinerário e a proposta de examinar autores e obras selecionados como referência à História da Historiografia Brasileira. Verificamos que pelo entendimento do que seria História, enquanto campo do conhecimento, no século XIX, a questão da atividade tropeira e suas especificidades ainda não poderiam, ou não deveriam, ser contemplados em uma *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, por exemplo. As informações registradas naquele período foram encontradas, sobretudo, em relatos de viagem, ordinárias anotações daquele tempo presente. Para nossa reflexão é relevante lembrar que aquele historiador registrou que tropeiros eram “gente do interior” que em alguns lugares do país eram chamados de “caipiras”, além disso, anotou também que eram sujeitos acostumados com as adversidades impostas pelo trabalho de condução de animais em meio a trilhas e caminhos inóspitos ou hostis.

Partiremos agora para a obra de Capistrano de Abreu (1853-1927), um autor nascido ainda no século XIX, mas que produziu e publicou seus escritos no século seguinte. Natural de Maranguape, no Ceará, Capistrano é filho do major da Guarda Nacional Jerônimo Honório de Abreu e Antônia Vieira de Abreu. Após cursar Humanidades, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde atuou como jornalista, pesquisador, bibliotecário da Biblioteca Nacional e professor do Colégio Pedro II (GONTIJO, 2006).

A historiadora Rebeca Gontijo apontou que Capistrano estava inserido em um contexto de “crescente interesse a respeito do povoamento do interior, com destaque para o surgimento dos caminhos e das cidades, que, ao lado do estudo sobre o ser nacional, deveria contribuir para a construção de uma nova narrativa sobre a nação” (GONTIJO, 2018, p. 172). Portanto, este polígrafo tratou de temas que, até então, raramente apareciam nos livros de História, “tais como as festas, a família, as bandeiras, as minas, as estradas e a criação do gado (GONTIJO, 2018, p. 173). Para José Honório Rodrigues, Abreu elaborou “a mais profunda e aguda página de periodização da História do Brasil jamais escrita na nossa historiografia” (RODRIGUES, 1978, p. 134). A obra que ora analisamos é o “clássico” *Capítulos de História Colonial*, publicado em 1907¹⁷. Contudo, vejamos primeiramente o

¹⁷ Informamos que em obra anterior, *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, de 1899, Capistrano já havia registrado a atividade tropeira de mulas xucras, destacamos a seguinte passagem: “A estrada de Sorocaba a Porto Alegre e ao território das Missões teve sua importância quando vinham as feiras dezenas de milhares de bestas, mas sua influência durou pouco e esvaiu-se com a introdução do vapor”. Ver: ABREU, Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1930, p. 73-74.

entendimento de História de Capistrano, explicado por Gontijo, estudiosa deste intelectual e de suas obras¹⁸:

O autor compreende que, para que algo seja histórico, deve possuir uma realidade ou uma permanência posterior às circunstâncias de sua ocorrência, seja como desdobramento do próprio processo histórico, seja como testemunho documental. Em outros termos, as ações e movimentos que compõem aquilo que podemos designar por experiência só se tornam efetivamente históricos se obtiverem sucesso, no sentido de produzirem resultado ao longo do tempo. Como se o histórico correspondesse ao conjunto de resultados objetivos das ações (GONTIJO, 2018, p. 188).

Concordamos que há uma pré-disposição ao reconhecimento das consequências dos acontecimentos. Dessa forma, em *Capítulos da História Colonial*, quando o autor tratou da ocupação do território que correspondia à então Província de São Paulo, escreveu que a região de Curitiba “atraiu pouca população, e medrou precariamente enquanto não lhe deu vida **o comércio de trânsito, principalmente de muares, procedentes do Sul**” (ABREU, 1998, p.117, grifo nosso). Sobre esse comércio, Capistrano registrou que após o declínio das atividades mineradoras, ainda no século XVIII, os habitantes da colônia precisavam buscar alternativas para a subsistência, como a agricultura de cereais, a plantação de cana, de fumo, de algodão e a atividade que nos interessa, a pecuária. “Com o tempo avultou a produção ao ponto de criar-se uma indústria especial de transportes, confiada aos **históricos e honrados tropeiros**” (ABREU, 1998, p.154, grifo nosso). “Históricos e honrados”, vejamos que em Capistrano começamos a encontrar os indícios para responder de que forma a atividade tropeira é abordada na historiografia brasileira.

No princípio do século, começavam a despertar da hibernação devida às minas e aos grandes êxodos por elas provocados em São Paulo. A agricultura aos poucos se reanimava; existiam numerosos engenhos de açúcar e de aguardente; duvidava-se ainda que o clima permitisse a grande cultura do algodão e do café. **A mais importante fonte de receita consistia no comércio de trânsito, de Mato Grosso, de Goiás, de parte de Minas e dos sertões do Sul. Já funcionava a famosa feira anual de Sorocaba** (ABREU, 1998, p. 209, grifo nosso).

Há, portanto, menção à atividade pecuária no território paulista, todavia, avaliando o recorte temporal do Brasil Colônia, a ênfase das narrativas sobre aquele território ficava por conta, principalmente, da dinâmica das bandeiras e dos bandeirantes. Segundo Capistrano, as “bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena. O

¹⁸ Ver também: GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Niterói, 2006. Tese (Doutorado em História) ICHF, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra” (ABREU, 1998, p. 108).

Faltam documentos para escrever a história das bandeiras, aliás sempre a mesma: homens munidos de armas de fogo atacam selvagens que se defendem com arco e flecha; à primeira investida morrem muitos dos assaltados e logo desmaia-lhes a coragem; os restantes, amarrados, são conduzidos ao povoado e distribuídos segundo as condições em que se organizou a bandeira. Nesta monotonia trágica (ABREU, 1998, p. 109).

Nesta obra, antes de tecer elogios aos tropeiros, verificamos um discurso sobre o bandeirante, que não é aquele conhecido discurso celebrativo exposto em narrativas de memoriais ou monumentos, assunto que iremos abordar posteriormente¹⁹. Por ora, indicamos que o autor evidencia um tom crítico à atividade bandeirante, contrapondo, inclusive, o argumento da conquista e ampliação do território nacional. O historiador registra que as bandeiras foram marcadas por “despovoamento e depredação” (ABREU, 1998, p. 110). Disse ele: “compensará tais horrores a consideração de que por favor dos bandeirantes pertencem agora ao Brasil as terras devastadas?” (ABREU, 1998, p. 112).

Sobre a ocupação do interior do país, percebemos que atribuiu grande visibilidade para a atividade pecuária, pois a solução para o problema da ocupação deste vasto território teria sido o gado vacuum. “O gado vacuum dispensava a proximidade da praia, pois como as vítimas dos bandeirantes a si próprio transportava das maiores distâncias [...], dava-se bem nas regiões impróprias ao cultivo da cana [...]; pedia pessoal diminuto” (ABREU, 1998, p. 132). Nesse momento, o autor tratou especialmente da ocupação das regiões que hoje correspondem ao Norte e ao Nordeste, mas para nós é importante apontar a intenção de registrar aspectos da *cultura material*²⁰ comuns no cotidiano da lida com animais de corte e de carga.

Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas de faca, as bruacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os bangüês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (ABREU, 1998, p. 135).

Já sobre a região Sul, Capistrano considerou que “o movimento de ocupação se operou com muita lentidão por parte de Portugal, acompanhando o litoral do Paraná e Santa Catarina,

¹⁹ Quando tratarmos da obra de Affonso de Taunay e do Museu Paulista.

²⁰ “Suporte material, físico, imediatamente concreto, da produção e reprodução da vida social” (MENESES, 1983, p. 112).

e continuou do mesmo modo ainda depois de 1640” (ABREU, 1998, p. 185). Além disso, indicou que “para o terreno acidentado provavam melhor os muares, mais sóbrios, mais resistentes, de passo mais seguro, importados de além Uruguai” (ABREU, 1998, p. 185). E finalmente, após mencionar a “famosa feira anual de Sorocaba”, escreveu que **“nos Campos Gerais do Paraná viviam bastante criadores**, mas a verdadeira zona pastoril do Sul ostentava-se nas terras rio-grandenses” (ABREU, 1998, p. 210). Novamente, agora voltando-se para o sul, o autor descreveu detalhadamente elementos da vida material desse movimento:

A escassez de lenha obrigava a comer a carne quase crua, apenas sapecada no lume, produzido por dejeções animais ou gravetos, e comida quase sempre sem mastigar. Ao mate, beberagem primeiro descoberta nos sertões de Guairá e depois propagada pelos jesuítas, atribui-se a atenuação dos males que deviam resultar desta dieta. A superfície ligeiramente ondulada, o descampado quase onipresente, a facilidade de alimentação, a abundância de cavalgaduras convidava à locomoção. **Viajava-se principalmente no verão, quando raras vezes chovia, os rios levavam pouca água e aumentava o número de vaus; a importância destes em capitania onde não havia pontes manifestava-se nos passos sem conta que a cada instante se encontram designando localidades.** Serviam-se às vezes de pelotas, canoas frágeis feitas de pele. De passagem fique notado que também aqui houve uma época do couro. Dormia-se ao relento: os aperos do animal serviam de leito. Estendiam por terra a grande peça chamada carona, o lombilho substituíu o travesseiro, sobre a carona punham o pelego e por cima de tudo deitavam-se embrulhados no poncho e de cabeça descoberta. Avigorou-se a tendência ao nomadismo com a circunstância de passar por ali a fronteira, uma fronteira disputadíssima, que qualquer dos confinantes ambicionava estender, e de entre ambos se meteram os campos neutrais, em que nenhum tinha direito de penetrar, por isso mesmo violados a cada instante, máxime da parte do Rio Grande. Os combates regulares não subiram a muitos, mas as surpresas, as arreatas, os encontros singulares, as incursões de contrabandistas constituíam fato quotidiano. Forçosamente os rio-grandenses tornaram-se aventureiros e soldados; só por militares tinham atenção; a Saint-Hilaire deram o título de coronel. A quem não montava bem ou não sabia laçar de cavalo xingavam de baiano ou maturango (ABREU, 1998, p. 211, grifo nosso).

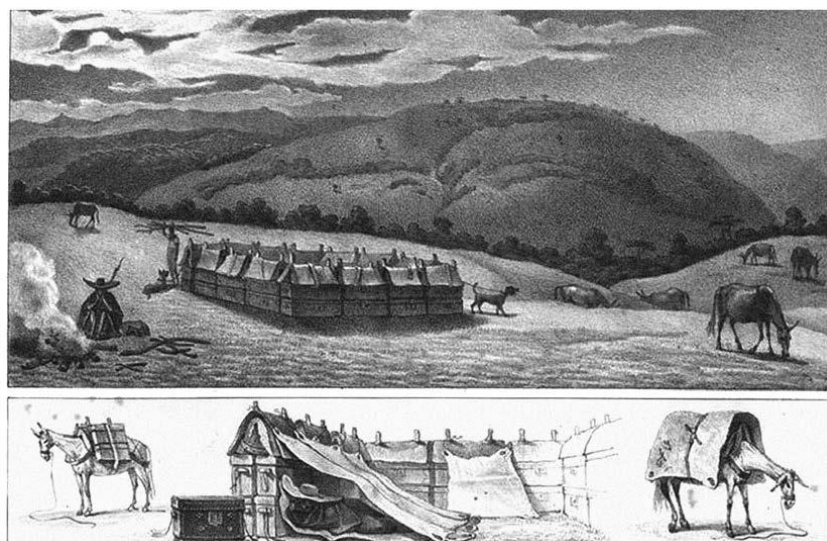
A descrição da atividade passa, essencialmente, pela enumeração de diversos artefatos e a exposição de seus usos. Além de mencionar o surgimento de localidades próximas aos vaus, justamente a condição que teria propiciado a fundação da cidade de Castro-PR²¹. Portanto, este trecho evidencia que a historiografia ofereceu subsídios e informações para a construção da narrativa proposta pelo Museu do Tropeiro. Retomamos as produções historiográficas como referências bibliográficas, mas também, e principalmente, como fontes para a nossa produção do conhecimento acerca do tema e do objeto dessa pesquisa.

Avaliamos que essa perspectiva de apresentação do contexto material e dos hábitos do cotidiano, abordagem que também veremos nos autores seguintes, é resultado da justaposição das fontes consultadas, entre elas as representações elaboradas por Jean Baptiste Debret e a

²¹ Vau é o trecho raso do rio, que se pode passar a pé ou a cavalo: CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010, p. 670.

preponderância das observações e juízos do naturalista Sant-Hilaire. Vejamos mais algumas imagens de Debret que elucidam a citação de Capistrano de Abreu e comunicam parte da tipologia do acervo do museu:

FIGURA 5 – Acampamento noturno dos viajantes, 1835 – Jean-Baptiste Debret



Fonte: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil**. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p.575.

FIGURA 6 – Tropeiros Paulistas



Fonte: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil**. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008, p. 597.

Prosseguindo com a proposta de localizar os tropeiros em análises e pesquisas sobre a História da Brasil, selecionamos o historiador, jurista e sociólogo Oliveira Viana (1883-1951). Francisco José de Oliveira Viana nasceu na então província do Rio de Janeiro, filho do

fazendeiro e coronel da Guarda Nacional Francisco José de Castro Viana e de Balbina de Oliveira Viana. Sua obra é marcada pelo destaque aos aspectos rurais de formação do país. Maria Stella Bresciani (2005; 2018) explicou que o autor procurou “desmembrar” os estudos sobre a sociedade brasileira “de modo a distinguir três histórias diferentes: a do norte, a do centro-sul, a do extremo sul”. Descrevendo e analisando “habitats de populações diferenciadas - no sertão o sertanejo, na mata o matuto e nos pampas o gaúcho” (BRESCIANI, 2018, p. 225).

Abordaremos seu primeiro livro, *Populações meridionais do Brasil*, publicado originalmente em 1920. Percebemos que ao longo da obra, que o autor confirma a leitura de Bresciani, escrevendo, por exemplo, que no vasto território brasileiro constituiu-se uma “sociedade de hábitos e costumes caracteristicamente rurais” (VIANA, 2005, p. 70). Para ele “o sentimento da vida rural estava perfeitamente fixado na psicologia da sociedade brasileira: a vida dos campos, a residência nas fazendas, a fruição do seu bucolismo e da sua tranquilidade se tornou uma predileção dominante da coletividade” (VIANA, 2005, p. 77). É preciso observar essa perspectiva do autor de que o brasileiro “sempre se afirma um homem do campo” e que “todas as pessoas capazes de posição procuram preferencialmente a roça” (VIANA, 2005, p. 77-79). Identificamos também um ponto de vista atravessado por adjetivos, generalizações e juízos, supostamente ancorados em discursos científicos (eugenia e teorias raciais).

Oliveira Viana escreveu sobre como o poder político aproximava-se de uma “aristocracia rural” no Brasil: “depois de três séculos de paciente elaboração, a nossa poderosa nobreza rural atinge, assim, a sua culminância: nas suas mãos está agora o governo do país” (VIANA, 2005, p. 93). Esse aspecto também é fundamental para compreendermos a relação entre o poder político no Paraná e a atuação dos grandes proprietários de terras e de animais da região dos Campos Gerais (como veremos mais adiante). “O meio rural é, em toda parte, um admirável conformador de almas. Dá-lhes a têmpera das grandes virtudes e as modela nas formas mais puras da moralidade” (VIANA, 2005, p. 99). “Virtude e moralidade” novamente são características destacadas nas narrativas analisadas até o momento.

Para Viana (2005) os quadros sociais formados no interior do Brasil não possuíam grandes mobilidades, as relações sociais seriam “estáveis, permanentes e tradicionais”. “Sociedade rarefeita, de círculo vicinal limitado, todos, por isso mesmo, se nomeiam, se cumprimentam e mantêm entre si uma certa comunidade de simpatias e afeições” (VIANA, 2005, p. 99). E assim o autor descreveu algumas dessas características, como a prática de

cumprimentar a todos, “como se todos os viajores e transeuntes fossem conhecidos velhos da vizinhança, ou amigos de longa data” (VIANA, 2005, p. 99).

Há, entretanto, certos sentimentos e certos preconceitos – índices infalíveis de nobreza moral – que têm para esses desdenhados matutos uma significação **medievalmente cavaleiresca**. O respeito pela mulher, pela sua honra, pelo seu pudor, pela sua dignidade, pelo seu bom nome, por exemplo. Ou o sentimento do pundonor pessoal e da coragem física, que faz com que o matuto, ferido na sua honra, desdenhe, como indigno de um homem, o desagravo dos tribunais e apele, de preferência, como nos tempos da cavalaria, para o desforço das armas. **Quatro qualidades possui o nosso homem rural**, cuja influência na nossa história política é imensa: quatro qualidades que constituem o mais genuíno florão da nossa nobreza territorial. **Uma é a fidelidade à palavra dada. Outra, a probidade. Outra, a respeitabilidade. Outra, a independência moral** (VIANA, 2005, p. 101, grifo nosso).

Assim que nos deparamos com essa descrição, lembramos da exposição e do material de divulgação do Museu do Tropeiro. Vejamos abaixo o chamado *Código do Tropeiro*:

Competia ao tropeiro: Não deixar porteira aberta; respeitar a propriedade alheia; saudar a todos que encontrasse em caminho; nunca chegar à casa de alguém pelo lado da cozinha; respeitar as mulheres; ser leal aos companheiros; ser correto nos negócios; honrar a palavra dada (ROMAGUERA NETTO, 2002, p. 56-57).

Estas palavras integravam um painel da exposição de longa duração do Museu do Tropeiro, entre os anos de 2002 e 2013, seguidas dos nomes de homens que exerciam o ofício no município de Castro. Adiantamos esse dado sobre a exposição do Museu Tropeiro para que possamos ir “acomodando” essas referências em nossa “bagagem”, pois elas serão úteis ao longo da jornada.

Capistrano de Abreu já havia transmitido a apreciação de que os tropeiros seriam “homens honrados”, Oliveira Viana corrobora para essa caracterização, estendendo-a para o “homem rural” (com posses):

Entre os senhores, a **rigorosa observância das promessas** é um dos títulos principais da sua ascendência aristocrática. O “**fio da barba**”, da tradição popular, vale para eles tanto quanto o documento mais autêntico. Os seus atos não precisam, para o pontual desempenho, a razão e o sinal dos tabeliães. Mais do que a força das leis, o pundonor fazendeiro lhes garante o desencargo no dia e hora aprazados. Os nossos partidos políticos, aliás, têm a chave de sua força e da sua coesão nessa qualidade admirável (VIANA, 2005, p. 102, grifo nosso).

Até o momento, observamos que para estes dois primeiros autores a atividade tropeira do sul do país dialoga diretamente com as interpretações acerca de uma “essência” rural brasileira. Outro ponto que chama a atenção é que quando o tema aparece, é tratado com certo caráter heroico e estabelece aproximações ou comparações com a figura do bandeirante.

Há dois tipos principais de bandeiras. Há as bandeiras de guerra e há as **bandeiras de colonização. Este segundo tipo domina na expansão paulista para o sul, na colonização dos campos paranaenses, catarinenses e rio-grandenses e no povoamento da orilha meridional até Laguna.** Os bandos sertanistas de **simples exploração** do sertão, de preá ao índio, de caça ao ouro, de combate aos quilombos **pertencem ao primeiro tipo** (VIANA, 2005, p. 144, grifo nosso).

Em um tom diverso de Capistrano de Abreu, Oliveira Viana afirmou que as transumâncias do período colonial brasileiro ocorreram de maneira disciplinada por causa do “pulso de ferro do cabo da tropa: um Afonso Sardinha, um Pascoal de Araújo, um Bartolomeu Bueno, um Matias Cardoso, um Antônio Raposo, um Manoel Preto, um Borba Gato, um Fernão Dias, um Domingos Jorge” (VIANA, 2005, p. 145). Para o autor fluminense, a atividade pecuária foi uma operação conjunta ao processo de ocupação “iniciado” pelas bandeiras. “Em nossa história o pastoreio é o antecedente obrigatório da agricultura” (VIANA, 2005, p. 145). O sinal de passagem e de conquista dos sertanistas seria o curral: “depois de metido o gado, alega esse fato, e os dispêndios e as lutas com o gentio – e pede a sesmaria, assim preliminarmente ‘povoada’” (VIANA, 2005, p. 145).

Depois do curral vem a fazenda, o engenho, o arraial, a povoação, a vila. Lajes é um exemplo. Curitiba, outro. Palmas, ainda outro. São povoações que se fundam com o fito de “reunir os moradores dispersos” pelos latifúndios. **O vaqueiro é, então, em nossa história o vanguardeiro da civilização.** É o batedor dos engenhos. Anuncia-os; prepara o meio para sua instalação; abre clareiras a fogo; afugenta as feras; bate o índio, e o expulsa e assegura por toda parte a tranqüilidade indispensável ao labor das sementeiras (VIANA, 2005, p. 146).

Este livro tratou especificamente das populações do Brasil meridional, como o próprio título sugere, sendo assim, por uma perspectiva regional, vemos que a pecuária alcança visibilidade e até um certo tom de notoriedade na narrativa. A todo momento procuramos apontamentos concretos sobre a atividade tropeira e é preciso advertir o quanto é raro localizar o termo tropeiro, propriamente dito. As nomenclaturas comuns são: bandeirante, sertanista e vaqueiro.

O desenvolvimento da indústria pastoril e principalmente a descoberta dos belos campos rio-grandenses e platinos trazem uma profunda modificação a esses meios rudimentares de transporte. Desses campos opimos sobem para S. Vicente e S. Paulo grandes manadas. Cristóvão Pereira, por exemplo, em 1731, consegue arrebanhar 3.000 cavalgadas e as introduz em S. Paulo (VIANA, 2005, p. 147).

Até mesmo Cristóvão Pereira de Abreu, aquele que é indicado por alguns autores como “o primeiro tropeiro” desse comércio de muares, não recebeu tal indicação²². E o autor continuou: “os grandes centros de irradiação bandeirantes são assim abundantemente providos de animais de montaria e de carga. O problema da mobilização das bandeiras fica extremamente facilitado” (VIANA, 2005, p. 147). Portanto, neste trecho, a atividade tropeira aparece como uma atividade acessória ao movimento bandeirante.

Nessa toada, o autor citou a atual cidade de Castro quando se referiu a alta capacidade migratória dos paulistas “que ameaçava de êxodo geral os distritos de Curitiba, Príncipe²³ e Castro. Tanto que as autoridades se queixam dos habitantes em razão de mania que têm de se mudarem para a Província do Rio Grande” (VIANA, 2005, p. 150). Ratificando a ideia de mobilidade e uma “notável capacidade colonizadora” das populações de origem vicentista.

Ainda sobre essa população que se estabeleceu no Paraná o autor escreveu que a “emigração de mestiços superiores, isto é, daqueles capazes de se confundirem, pela sua aparência, com os brancos da massa emigrante, é esplendidamente confirmada pela análise da estrutura antropológica da população dos campos paranaenses” (VIANA, 2005, p. 150). A fonte utilizada por ele são os relatos de Saint-Hilaire:

Seria erro, diz ele, pensar que a maioria dos habitantes dos campos gerais são mestiços. É muito mais considerável nesta região o número dos brancos realmente brancos do que nos distritos de Itapeva e Itapetininga (São Paulo); e, na época da minha viagem, raro era o artesão da cidade de Castro que não pertencesse à nossa raça por todos os costados. Bem diversamente dos pobres mestiços que povoam os campos perto de Itapeva, os moradores dos campos gerais são geralmente altos e bem-feitos, de cabelos castanhos e tez corada e trazem na fisionomia o cunho da bondade e da inteligência. São as mulheres, na sua maior parte, sumamente bonitas; têm as faces cor de rosa e nos traços delicadezas tais como nunca notei em brasileira alguma (SAINT-HILAIRE *apud* VIANA, 2005, p. 171-172).

Por fim, destacamos na construção narrativa de Viana a aproximação entre a atividade pecuária do Sul com a belicosidade e o caudilhismo.

Essa correlação entre a anarquia e o pastoreio explica-se, em parte, pela infixidez a que esse regime econômico submete a população inferior. O trabalho do pastoreio

²² Cristóvão Pereira de Abreu (1678-1755) é apresentado pelo Arquivo Público de sua terra natal (Ponte de Lima – Portugal) como um militar e comerciante de gado no Brasil. “Tropeiro, foi um dos principais contribuintes para a integração territorial do Rio Grande do Sul no Brasil. Figura proeminente na história do Sul Brasileiro, nasceu na freguesia de Fontão, em Ponte de Lima, em 13 de julho de 1678, sendo filho de João de Abreu Figueira (que mais tarde passou a assinar João de Abreu Figueiredo) e de sua mulher Leonor de Amorim Pereira, moradores naquela freguesia, no lugar de S. Cristóvão. Atravessou o Atlântico, ainda muito novo, e dedicou-se ao negócio da extração, aquisição e comercialização dos couros bovinos na Colônia do Sacramento, integrando-se na principal atividade econômica daquela região”. Ver: LOUREIRO, José Carlos de Magalhães. **Cristovão Pereira de Abreu (1678-1755)**. Arquivo Municipal de Ponte de Lima. Disponível em: https://arquivo.cm-pontedelima.pt/pages/895?poi_id=125. Acesso em: 25.set.2021.

²³ Vila do Príncipe é atual cidade da Lapa no Paraná.

abre aos vaqueiros maiores lazeres, vastos interregnos de sesta quotidiana. De forma que, nas zonas do criatório, a plebe rural se afaz muito naturalmente aos hábitos da gandaíce e da vagabundagem. O regime agrícola, mesmo como se pratica entre nós, exige, ao contrário, do homem, uma atividade contínua, um labor intenso, nas arrotéias, nas sementeiras, nas cardagens, nas colheitas. Por isso, as nossas populações exclusivamente agrícolas se mostram sempre de costumes pacíficos e calmos (VIANA, 2005, p. 304).

Raciocínio que diz respeito àqueles que não eram fazendeiros, a “plebe rural”. Para o autor os sujeitos que tinham poder aquisitivo e que exerciam a atividade de criação e venda de animais se aproximavam daqueles que se dedicavam a agricultura. Ambos constituíam uma “aristocracia rural” repleta de conveniências sociais e políticas, alicerçadas pelo poder econômico. Eram estes últimos, os donos das tropas, que apresentavam as virtudes da fidelidade, probidade, respeitabilidade e independência moral: os “honrados e históricos” tropeiros.

Portanto, já podemos vislumbrar que a noção de tropeiro que estava sendo construída poderia ser vinculada diretamente a uma elite econômica, política e social. Seguiremos a análise para entender de que maneira o Museu do Tropeiro abordou e institucionalizou essas narrativas.

O próximo historiador que avaliamos contribuir para tal intento é Afonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958). Filho de Alfredo d’Escragnolle Taunay (1843-1899) - o Visconde de Taunay - e neto do pintor Nicolau Antônio Taunay, que também participou da já citada Missão Artística Francesa em 1818²⁴. Estudou engenharia e humanidades, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e diretor do Museu Paulista (amplamente conhecido como Museu do Ipiranga) por quase 30 anos. Karina Anhezini (2006; 2018), que se dedicou ao estudo de sua obra, escreveu que a partir das análises de correspondências pessoais

²⁴ Visconde de Taunay, pai de Afonso d’Escragnolle Taunay, foi presidente da Província do Paraná entre os anos de 1885 e 1886. Período em que publicou um relato de viagem intitulado *Viagem Philosophica aos Campos Gerais e ao sertão de Guarapuava*: “Quem viaja pelos Campos Geraes, não póde por vezes reprimir um movimento de admiração, ao contemplar aquellas verdejantes vastidões que se desenrolam, não chatas e uniformes como planices intermináveis, porém, sim, dobradas, cheias de pitorescos accidentes, com fundas e elegantes ondulações, verdadeiras bacias de colossal parque inglez, vastidões em que os pinheiros, já em grupos, já isolados, já no encontro das quebradas, já no ponto culminatente dos outeiros, já solitários, já casando a sua folhagem áspera e glauca com a coloração multicolor de outros vegetaes, são cunho particular e imprimem feição toda a sua àquelles campos iluminados pelo sol com luz sempre mais ou menos branda [...]. Quando no céu correm nuvens ou destacadas ou em massiços um tanto bojudos, é de ver-se a contraposição das manchas de sombra aos trechos de luz que salpicam o verde de relva do terreno e amis ainda lhe imprimem” (TAUNAY, 2016, p. 65). Esse relato foi editado e publicado em 2016. Ver: TAUNAY, Alfredo d’Escragnolle. **Viagem philosophica aos Campos Geraes e ao sertão de Guarapuava**; edição, introdução e notas: Darcio Rundvalt e Antonio Paulo Benatte. Londrina: Eduel, 2016.

é possível identificar que Capistrano de Abreu foi seu interlocutor, atuando como um orientador, incentivando as pesquisas sobre o tema das bandeiras e dos bandeirantes paulistas.

Entre os anos de 1924 e 1950 publicou em onze volumes a *História Geral das Bandeiras Paulistas*, e segundo Anhezini:

Entrou para a História da historiografia brasileira como o historiador das bandeiras, o historiador de São Paulo e do Brasil, um dos responsáveis pela cristalização da imagem bandeirante que interessava à elite política da qual fazia parte, o criador da memória bandeirante, o transformador do Museu Paulista em um Museu de História (ANHEZINI, 2006, p. 13).

O Museu Paulista, um dos museus do século XIX do Brasil, assim como outras instituições desse período, caracterizava-se como um museu enciclopédico. No entanto, com Taunay na direção “abre-se um período de intensas mudanças na instituição” (BREFE, 1999, p. 35). Já no primeiro ano (1917), Taunay criou uma sala de exposição destinada a história de São Paulo. “Além de diretor também atuou como especialista, procurando introduzir paulatinamente no acervo histórico do museu os métodos científicos que guiavam a história em sua época” (BREFE, 1999, p. 35). Instituído, em 1922, uma sessão orientada integralmente à História.

Taunay não tem sequer um trabalho dedicado a museologia. Por isto, para entender sua ação no museu, é preciso inferir a partir de sua vasta produção historiográfica, pois é ela que orienta suas escolhas na composição do acervo, na organização das salas e na disposição das peças no espaço de exposição (BREFE, 1999, p. 42).

Essas considerações de Ana Claudia Fonseca Befe sobre como Taunay “construiu um lugar de memória para nação” em São Paulo e de como as questões teóricas da história e a própria historiografia de sua época atuam em uma instituição museológica, também inspiraram o desenvolvimento dessa pesquisa. Taunay reuniu documentos inéditos, ampliou a biblioteca institucional e criou o periódico *Anais do Museu Paulista*²⁵ para fundamentar, registrar e divulgar uma pressuposta notoriedade de São Paulo na história nacional.

O povo paulista, empreendedor por natureza – já que desde a época dos primeiros bandeirantes foi responsável não apenas pelo desbravamento dos sertões brasileiros, mas também por levar a civilização aos lugares mais afastados do país e, igualmente, tornar o Brasil conhecido como um todo, uma unidade territorial – e dotado de características heroicas e míticas, encontra no Museu Paulista seu lugar de culto e celebração (BREFE, 1999, p. 171).

²⁵ Os *Anais do Museu Paulista* são publicados desde 1922. A partir de 1993 tornou-se uma revista acadêmica com o subtítulo “História e Cultura Material”. Os números podem ser consultados no endereço eletrônico do Museu Paulista. Disponível em: <http://mp.usp.br/publicacoes/anais-do-museu-paulista>. Acesso em: 04.abr.2021.

Segundo o *Guia da Secção Histórica do Museu Paulista*, publicado em 1937 pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, naquele momento a instituição possuía três salas dedicadas à “Antiga Iconographia Paulista”. E é neste espaço que Taunay organizou o acervo referente aos costumes rurais, documentos sobre as Bandeiras e sobre à atividade tropeira. As paredes desses ambientes eram repletas de molduras com telas originais ou cópias encomendadas pelo diretor. Além disso, consta no documento que: “nas vitrinas lateraes da sala nota-se valiosa collecção de arreatas de prata, e outra, muito curiosa, de estribos, constante de muitos typos de peças, diversas e variadas, de madeira e metal, esporas, etc.” (TAUNAY, 1937, p. 81).

FIGURA 7 – Sala A-12 do Museu Paulista “Consagrada ao passado de Santos, às feiras de Sorocaba, às tropas e scenas de estrada”



Fonte: TAUNAY, Affonso de E. **Guia da Secção Histórica do Museu Paulista**, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937. p. 85.

FIGURA 8 – Sala A-13 do Museu Paulista “Scenas de estrada. Feiras de Sorocaba. Fazendas antigas”



Fonte: TAUNAY, Affonso de E. **Guia da Secção Histórica do Museu Paulista**, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937, p.86.

Observamos, portanto, que o Museu Paulista apresentava em sua exposição artefatos e imagens relacionados a atividade tropeira. De maneira geral, a monumental obra historiográfica de Taunay, possui um objeto bem definido e não versa diretamente sobre comércio de muares. No entanto, no momento oportuno, veremos que os arquivos e o acervo iconográfico do Museu Paulista subsidiaram pesquisas sobre o tema. Outrossim, grande parte da bibliografia que consultamos, publicadas após *História Geral das Bandeiras Paulistas* recorreu ao autor, pois as comparações ou aproximações entre bandeirantes e tropeiros continuaram presentes na historiografia, como veremos a seguir.

Taunay foi sucedido na direção do Museu Paulista por Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982) em 1946. Professor universitário desde a década de 1930, Holanda foi o autor de *Raízes do Brasil*, aquela obra avaliada por Antônio Cândido como “um clássico de nascença” (CÂNDIDO, 1995, p. 10). Publicada originalmente em 1936, trata-se de uma interpretação dos processos históricos que esclareceriam as especificidades sociológicas brasileiras²⁶. A influência da cultura ibérica estaria “nas entranhas” de nossa sociedade. A análise parte da ideia de que os países colonizadores, Espanha e Portugal, se constituíram como territórios-ponte, formados a partir de uma “zona fronteira” o que acarretou o desenvolvimento de uma

²⁶ Este livro é também o responsável pela reverberação da noção de “homem cordial”. Uma proposta de interpretação das idiossincrasias do brasileiro. A etimologia da palavra cordial é relativa a coração, portanto o comportamento dos brasileiros seria marcado pelo interesse, entre outros aspectos, em estabelecer relações de intimidade e quebras de protocolos nos âmbitos públicos e privados (CUNHA, 2010; HOLANDA, 1995).

população miscigenada em suas origens, peculiaridade que distingue esses países do restante do continente europeu (HOLANDA, 1995). Segundo o autor, características como a fidalguia e a repulsa pelo trabalho regular, pelas atividades utilitárias e a falta de aptidão para organização influíram diretamente na estruturação da sociedade brasileira.

Com uma leitura Weberiana (WEBER, 2004), o autor explica as contraposições entre uma ética católica e uma ética protestante, onde uma valoriza o esforço e o trabalho, enquanto outra, mais próxima dos valores da antiguidade clássica, preza pelo ócio e conquistas épicas. Essa perspectiva compõe também as narrativas construídas sobre a atividade tropeira, uma vez que os povos ibéricos e seus descendentes estariam inclinados às atividades aventureiras e de descobertas (navegações, monções, *bandeirantismo*, *tropeirismo*).

A dicotomia entre “trabalhador” *versus* “aventureiro” é pensada a partir da noção de *tipos ideais*, ou seja, concepções propostas para auxiliar no entendimento do real. A ética do aventureiro, explicada pelo autor, é pautada pelo desprezo de fronteiras, pela expansão do mundo e por “ações que levem a recompensas imediatas e sem reconhecer os obstáculos, pois o resultado final é o mais importante” (HOLANDA, 1995, p. 46). Em contrapartida, a ética do trabalhador seria fundamentada na dificuldade a vencer e não no triunfo a ser alcançado, o que geraria ações mais seguras. No que diz respeito ao Brasil, observou que a “ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos de posições e riquezas fáceis” seriam características notórias “da gente de nossa terra” (HOLANDA, 1995, p. 46). Marcas do espírito aventureiro do colonizador português. Essa característica justificaria diversos aspectos da construção nacional, como, por exemplo, a exploração da agricultura de forma rudimentar com escassos ou nenhum investimento para preparo e cultivo da terra, isto é, a obtenção de vantagens com a aplicação do “menor esforço” (HOLANDA, 1995, p. 49-50).

Dessa forma, o *tipo aventureiro* foi identificado com os chamados sertanistas (bandeirantes e tropeiros), e em relação à atividade pecuária da região dos Campos Gerais, essa concepção também foi fundamentada pelos historiadores através de relatos como o de Saint-Hilaire:

O clima temperado dos Campos Gerais pareceria de molde estimular os homens ao trabalho; mas o gênero de ocupação que a própria natureza os forçou, por assim dizer, a adotar incutiu-lhes o hábito da preguiça. A criação de gado exige poucos cuidados, e os que se dedicam a ela só trabalham em determinadas épocas. Além do mais, esse tipo de trabalho chega a ser quase um divertimento. Galopar pelas vastas campinas, atirar o laço, arrebanhar o gado e levá-lo para um local determinado constituem para os jovens, atividades que tornam detestável qualquer trabalho sedentário; e nos momentos em que não estão montados a cavalo, perseguindo as vacas e touros, eles geralmente descansam (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 19).

Assim como os autores que já apresentamos, Holanda afirmou que “toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos” (HOLANDA, 1995, p. 73). Deste modo, as raízes do Brasil seriam raízes rurais. É na propriedade rural que se desenvolveu a colônia, as cidades foram dependentes dessas propriedades e essa realidade só começou a mudar com a abolição, em 1888 (HOLANDA, 1995, p. 72).

O predomínio esmagador do ruralismo, segundo todas as aparências, foi antes **um fenômeno típico do esforço dos nossos colonizadores** do que uma imposição do meio. E vale a pena assinalar-se isso, pois parece mais interessante, e talvez mais lisonjeiro à vaidade nacional de alguns, a crença, nesse caso, em certa misteriosa “força centrífuga” própria ao meio americano e que tivesse compelido nossa aristocracia rural a abandonar a cidade pelo isolamento dos engenhos e **pela vida rústica das terras de criação** (HOLANDA, 1995, p. 92, grifo nosso).

A dimensão e a expansão do território, as práticas de ocupação e a composição da população são questões presentes em todas essas obras analisadas até o momento. A compreensão do processo de colonização foi tema de interesse e uma escolha metodológica para os intelectuais que propuseram uma interpretação social, cultural e histórica do Brasil. No caso de Sérgio Buarque de Holanda, os livros *Monções* (1945) e *Caminhos e Fronteiras* (1956) aprofundaram o conteúdo já indicado em *Raízes do Brasil* (1936), uma vez que complementaram a historiografia acerca da adaptação dos colonizadores no novo mundo. *Monções* tratou dessa expansão por vias fluviais, portanto concentramos nossa atenção na obra posterior.

A ênfase dada à cultura material e para as questões de alimentação e de sobrevivência em *Caminhos e Fronteiras*, dialogam diretamente com o acervo do Museu do Tropeiro²⁷. Além disso, Holanda também registrou o contato e a presença ativa da cultura e do conhecimento dos “naturais da terra”, lembrando que os caminhos conhecidos e desbravados por bandeirantes ou tropeiros nasceram a partir de trilhas indígenas. Mas, argumentou que o desenvolvimento e ampliação desses caminhos “foi definitivamente alcançado com a introdução em grande escala dos animais de transporte. Em São Paulo, particularmente, com

²⁷ Na apresentação de *Caminhos e Fronteiras*, em 1956, o historiador faz os seguintes agradecimentos: “Ao **Cônego Luiz Castanho de Almeida**, a Frederico Lane, a Carlos Borges Schimist, a Paulo Florenzano, notáveis conhecedores, **o primeiro (autor, entre diversas obras publicadas, de um opulento estudo que ainda se conserva lamentavelmente inédito, acerca dos antigos tropeiros e feiras de Sorocaba)** especialmente da história da expansão paulista, os outros, de nossa vida rural, sou devedor de indicações da maior importância acerca de muitos dos temas aqui tratados” (HOLANDA, 1975, p. 10, grifo nosso). O Cônego Luiz Castanho de Almeida conhecido também como Aluísio de Almeida é autor das obras *O tropeirismo e a Feira de Sorocaba* (1968) e *Vida e Morte de Tropeiro* (1971). Mais adiante, vamos “aprear nessas paragens” e explorar estas e outras narrativas integralmente voltadas à essa temática.

as primeiras tropas de muares” (HOLANDA, 1975, p. 24). Apreendemos ao longo da pesquisa que coexistiram no Brasil diversos modos de atividade tropeira. No entanto, o Museu do Tropeiro de Castro selecionou, registrou, conservou, primordialmente, bens culturais sob este viés citado por Holanda, a história do comércio de muares no sul e sudeste do país²⁸.

Para produzir conhecimento sobre o cotidiano e as especificidades vividas nesses caminhos, o autor explanou que a documentação era escassa, dessa forma é interessante observar o modo como ele recorreu à consulta de inventários *post mortem*, isto é, documentos que armazenavam informações acerca da vida material daquele tempo. “Há motivos para supor que nas suas longas jornadas os bandeirantes e cabos de tropa andassem frequentemente descalços” (HOLANDA, 1975, p. 24), uma vez que os inventários demonstram a ausência de sapatos, por exemplo. Constam ainda considerações sobre os hábitos sertanistas em relação ao uso de estribos e a descrição deles.

No Rio Grande do Sul prevaleceu por muito tempo um modelo de estribo ainda mais singular. Constava de um pequeno cilindro de pau, suspenso horizontalmente por duas guascas e, que formavam um triângulo em que só cabia o polegar. É provável que esse modelo tivesse origem nas possessões castelhanas do Prata, onde aparece desde épocas remotas (HOLANDA, 1975, p. 27).

Ao longo da obra percorremos descrições dessa vida material, como aspectos da alimentação, o uso do couro, as práticas e artefatos de caça, as referências a uma medicina popular, relatando uso de plantas e crenças como os benzimentos, por exemplo. Todos esses aspectos são associados ao cotidiano dos sertanistas, com ênfase aos bandeirantes. Contudo, há um capítulo intitulado *Do peão ao tropeiro* (HOLANDA, 1975) que traz relevantes informações para chegarmos ao nosso objetivo de compreender de que maneira esse personagem aparece na historiografia brasileira. Holanda procurou demonstrar que nos primeiros séculos da ocupação europeia, todo e qualquer tipo de transporte era executado predominantemente a pé, e que só a partir do século XVIII é que “as primeiras cavalgadas começam a afluir esporadicamente para o sertão remoto e, ainda sim, onde houvesse terras já desbravadas e povoadas” (HOLANDA, 1975, p. 148).

E além disso a relativa escassez de cavaleiros nessa época (século XVII) não autoriza a crer que pudessem ser utilizados em escala considerável pelos moradores da terra. A posse de cavalgadas correspondia, aparentemente, menos a uma conveniência

²⁸ Aqui estamos nos referindo aos dois tipos de atividade tropeira: as tropas de mulas xucas e as tropas de mulas arreadas, onde no primeiro caso o produto a ser comercializado são os próprios animais enquanto na segunda situação os animais são meios de transporte para a comercialização de outros produtos. No próximo subcapítulo esta diferença será explicitada.

prática de que a um luxo. Luxo que muitas vezes se exprimia na posse, ao lado de um ou dois animais, de selas e adereços desproporcionadamente caros, mais caros, em certos casos, do que os próprios cavalos (HOLANDA, 1975, p. 151).

Essa realidade só mudaria a partir de 1730, “com a abertura do caminho por terra que de Curitiba ia dar às campinas do Viamão e à colônia do Sacramento, é que o cavalo começa a ter lugar no ritmo ordinário da vida paulista (HOLANDA, 1975, p. 154). Para o autor o contato com as populações que habitavam a região dos pampas na América do Sul e a instauração desse caminho “iria influir decisivamente, não só na vida econômica, mas até nos costumes do povo” (HOLANDA, 1975, p. 154).

Já nos primeiros tempos da colonização, o mesmo contato introduzira na capitania a cuia de tomar congonha. Agora será a vez dos largos chapéus de palha e dos ponchos, sobretudo do poncho azul forrado de baeta vermelha, que ia tornar-se uma espécie de traje nacional dos paulistas (HOLANDA, 1975, p. 154).

Essas duas observações são muito caras para o museu, afinal, o acervo da instituição é composto justamente por artefatos oriundos ou associados à atividade tropeira e suas implicações sociais e culturais. O chapéu, o lenço, a camisa, a bombacha, a guaiaca, a faca, a arma, as botas, as esporas, o poncho e o tirador que compunham a indumentária do tropeiro, tornaram-se bens culturais patrimonializados e constam na exposição e nas publicações da instituição.

Da mesma forma, a menção ao costume de usar a “cuias de tomar congonha”, pois a disseminação do chimarrão ou mate, que é o consumo da infusão em água quente da erva-mate seca e triturada, preparada em uma cuia (porongo) e sorvida por meio de uma bomba, é atribuída à presença e à circulação dos tropeiros por toda a região Sul até o interior de São Paulo. Há relatos do uso da erva-mate por povos da etnia Guaraní a partir do século XVI, principalmente por meio da obra do padre Antônio Ruiz de Montoya, publicada originalmente em 1639 (CONTINI; CASTILHO; COSTA, 2012). Classificada pelo naturalista Saint-Hilaire e denominada *Ilex paraguariensis*, a espécie é natural da América do Sul, encontrada no Brasil, na Argentina e no Paraguai.

Perdendo-se na noite da pré-história americana, o que se sabe, portanto, com segurança, é que ele era elemento básico da alimentação dos guaranis, cuja tribo se espalhava pelo vasto território banhado, sobretudo, pelos rios Paraná, Uruguai e Paraguai. Outras tribos, porém, em cujas terras a planta não medrava, realizavam ativo comércio de troca com a bebida, cujo transporte era feito por milhares de quilômetros, através de difíceis caminhos, que atravessavam muitas vezes os Andes para chegar à Bolívia, ao Peru e ao Chile (LINHARES, 1969, p. 3.).

Este e outros hábitos registrados pela historiografia são elementos fundamentais das narrativas construídas e representadas pelo Museu do Tropeiro, conforme veremos oportunamente.

Retomando o viés econômico, Holanda escreveu que o gado muar era escasso na Província de São Paulo e só “a partir de 1733, ou pouco depois, é que começa a avolumar-se o número de bestas muares vindas do Sul, geralmente de passagem para Minas (HOLANDA, 1975, p. 155).

Em 1754, segundo documento constante do livro de registro de cartas reais, provisões, procurações etc., da vila de Parnaíba, cujo teor me foi comunicado por **um dos melhores conhecedores da história sul-paulista, o Cônego Luiz Castanho de Almeida**, um tropeiro castelhano, Bartolomeu Chevar, conduziu dos campos rio-grandenses para as Minas Gerais 3780 cabeças de muares. Ao transpor o Rio Negro, onde havia registro, alegou fiador. Mais tarde, porém, tornou-se necessário ir precatória para as Minas, a fim de receberem os 5:021\$ 000 de impostos (HOLANDA, 1975, p. 155, grifo nosso)

Este trecho expõe outro momento em que o autor faz elogio e referência ao pesquisador Aluísio de Almeida, pois seus manuscritos subsidiam o texto em relação a dimensão financeira da atividade. Além da menção a prática do crédito por meio de fiadores, uma das características da atividade que possivelmente originaram a “fama sobre a credibilidade da palavra dada”. Holanda mencionou que as feiras de animais de Sorocaba significaram relevante “etapa na evolução da economia e também da sociedade paulista” (HOLANDA, 1975, p. 158).

O tropeiro é o sucessor direto do sertanista e o precursor, em muitos pontos, do grande fazendeiro. A transição faz-se assim sem violência. O espírito de aventura, que admite e quase exige a agressividade ou mesmo a fraude, encaminha-se, aos poucos para uma ação mais disciplinadora. A fascinação dos riscos e da ousadia turbulenta substitui-se o amor às iniciativas corajosas, mas que nem sempre dão imediato proveito. O amor da pecúnia sucede ao gosto da rapina. Aqui, como nas monções do Cuiabá, uma ambição menos impaciente do que a do bandeirante ensina a medir, a calcular oportunidades, a contar com danos e perdas. Em um empreendimento muitas vezes aleatório, faz-se necessária certa dose de previdência, virtude eminentemente burguesa e popular. Tudo isso vai afetar diretamente uma sociedade ainda sujeita a hábitos de vida patriarcais e avessa no íntimo à mercancia, tanto quanto as artes mecânicas. Não haverá aqui, entre parênteses, uma das explicações possíveis para o fato de justamente São Paulo se ter adaptado, antes de outras regiões brasileiras, a certos padrões do moderno capitalismo? (HOLANDA, 1975, p. 158, grifo nosso).

Dialogando com as ideias presentes desde *Raízes do Brasil*, o autor ofereceu uma interpretação que sugeriu a observação de uma mudança de mentalidade a partir do estudo desses comerciantes e dessa atividade econômica. Além disso, retomou a construção de um perfil desses sujeitos:

Há na figura do **tropeiro paulista**, como na do **curitibano**, do **rio-grandense**, do **correntino**, uma **dignidade sobranceira e senhoril**, aquela mesma dignidade que os antigos costumavam atribuir ao ócio mais do que ao negócio. Muitos dos seus traços revelam nele a herança, ainda bem viva, de tempos passados, inconciliável com a moral capitalista. A dispensa muito frequente de outra garantia nas transações, além da **palavra empenhada**, que se atesta no gesto simbólico de trocar um fio de barba em sinal de assentimento, casa-se antes com a noção feudal de lealdade do que com o conceito moderno de honestidade comercial. Também falta, aqui, esse ascetismo racionalizante, que parece inseparável do ideal burguês, ao menos em suas origens. O amor ao luxo e aos prazeres domina, em pouco tempo, esses **indivíduos rústicos**, que **ajaezam suas cavalgadas com ricos arreios de metal precioso** ou que timbram em gastar fortunas nos cabarés, nos jogos, nos teatros. Sorocaba vive mais intensamente nos tempos de feira do que muita capital de província (HOLANDA, 1975, p. 158-159, grifo nosso).

O tropeiro apresentado pelo autor é o sujeito dono da tropa, o capitalista que negocia e obtém lucro de uma atividade baseada em crédito e negociações a longo prazo. “Ninguém duvida que a ocupação a que se entregavam tais homens fosse, em todos os sentidos, produtiva e útil a coletividade” (HOLANDA, 1975, p. 159). No entanto, a pouca instrução “homens rústicos” e “de toda a espécie” mascarava “essa feição utilitária, que em realidade era menos de bufarinheiros do que de Barões” (HOLANDA, 1975, p. 159). Sérgio Buarque de Holanda corrobora para a aceção de tropeiro como um homem da elite, barões que buscavam a ostentação financeira, mas que também possuíam “aptidão para enfrentar uma vida cheia de riscos e rigores”, assim como os bandeirantes (HOLANDA, p. 1975, p. 159).

Aliás, para este historiador “o tropeiro ainda pertencia à família bandeirante” (HOLANDA, 1975, p. 159), pois um dos pontos recorrentes na historiografia, comum às duas atividades, seria a questão da expansão territorial do país. O bandeirante que conquistava territórios e mão de obra e o tropeiro como um desbravador que criava uma necessária rede logística pelos lugares onde passava.

A pecuária, apesar de ter constituído no período colonial **uma atividade secundária e acessória, ficando sempre em segundo plano** e dependendo das outras grandes explorações econômicas, ou seja já, da agricultura de exportação, principalmente da cana e da mineração, **teve um papel extraordinário no desbravamento e na ocupação de vastas áreas do Brasil atual** (HOLANDA, 2003, p. 244, grifo nosso).

Em *História Geral da Civilização Brasileira* (no segundo volume), publicada em 1997 e organizada por Sérgio Buarque de Holanda, a pecuária foi lembrada como uma atividade econômica de menor valia na economia colonial, entretanto, admitiu-se que “a criação de gado desempenhou papel importante na formação geográfica do Brasil colonial (HOLANDA, 2003, p. 255).

Os carros de boi e as tropas de animais asseguravam o desenvolvimento econômico, os lucros produzidos pela pecuária, ao contrário da mineração e da agricultura comercial, foram incorporados ao país, contribuindo para o seu progresso material, apesar do pouco que fez a metrópole no sentido de auxiliar essa atividade econômica (HOLANDA, 2003, p. 255).

Sérgio Buarque de Holanda é mais um autor que não utiliza o termo *tropeirismo*. Entretanto, observamos que em suas obras há o registro dessa atividade e algumas descrições e considerações sobre os sujeitos envolvidos nesse movimento. A afirmação de que há uma mudança de mentalidade e a caracterização construída no decorrer dessas obras confirmam e subsidiam narrativas posteriores e podem ser percebidas inclusive nos textos de Caio Prado Júnior, último historiador desta seleção de obras e autores de referência para a historiografia nacional que refletiram, de algum modo, sobre a atividade tropeira²⁹.

Caio Prado Júnior (1907-1990), filho de cafeicultores de São Paulo, formou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco com 21 anos. Intelectual e político escreveu *Evolução política do Brasil: ensaio de interpretação materialista da história brasileira* (1933), *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia* (1942), *História econômica do Brasil* (1945), entre outras obras. Seus textos estão profundamente relacionados à sua orientação e atuação política. Tornou-se uma referência no que diz respeito à ciência histórica, mesmo não atuando como docente em nenhuma instituição acadêmica (RODRIGUES, 2018, p. 505).

A filiação a partidos de esquerda e as produções bibliográficas evidenciam a leitura marxista do autor. Caio Prado Júnior pensou o estudo da economia do período colonial sob o viés das relações exteriores. Suas análises buscaram um entendimento total das relações mercantis e a questão da exploração da mão de obra escravizada e das necessidades do mercado externo como sentido da colonização. Essa é uma perspectiva diversa dos autores

²⁹ Quanto a Gilberto Freyre e a obra *Casa Grande & Senzala*, terceiro elemento da tríade sugerida por Antônio Cândido, avaliamos que Freyre dedicou-se às especificidades dos engenhos principalmente das regiões Nordeste e Sudeste. Nascido em 1900 em Recife - PE formou-se em Ciências Políticas e Sociais, atuou como professor e, em 1933, publicou sua obra mais conhecida. Pouco tempo depois, lançou *Sobrados e Mucambos* (1936) e por fim *Ordem e Progresso* (1957). Três livros complementares que apresentam considerações do autor sobre a família patriarcal, as relações étnico-raciais e de trabalho, além do cotidiano, dos afetos e dos processos de modernização da sociedade brasileira. De modo geral, percebemos apenas na obra de 1936 uma breve referência à temática do Museu do Tropeiro. Quando tratou da questão dos transportes de cargas e de pessoas realizados por escravizados, fez a seguinte anotação: “Não nos foi possível encontrar informações que nos permitissem calcular com segurança o número de escravos empregados, no Brasil colonial e no dos primeiros decênios do Império, no transporte de pessoas e coisas. Devia ser imenso. E imensa, entre eles, a mortandade. Tão grande como entre as mulas. De Minas Gerais se sabe com segurança que, em 1837 era servida por cerca de 260.000 mulas de transporte, das quais nunca menos de 18.000 a 20.000 morriam cada ano. Para manter aquele número os mineiros importavam anualmente de Sorocaba cerca de 60.000 mulas. Ou no cálculo de Aluísio de Almeida, adotado pelo professor Ellis Júnior no seu recente “O ciclo do luar”, mais de 30.000 muarees por ano de 1826 a 1845, mais de 50.000 de 1845 a 1855, mais de 100.000 de 1855 a 1860” (FREYRE, 2013, p. 624). Como o assunto não teve desdobramentos naquela obra e tanto Almeida quanto Ellis Júnior serão analisados na sequência, optamos por registrar nossas observações sobre Gilberto Freyre exclusivamente nesta nota.

que vimos até o momento que se dedicaram a compreender questões internas como o patriarcalismo, por exemplo.

Em relação ao comércio de muares ou a pecuária de modo geral, constatamos que, com exceção de Oliveira Viana, que propôs uma análise “regional”, nenhum dos outros autores abordaram profundamente o tema. Esse trabalho foi apresentado como uma atividade econômica de menor importância cada vez que se reivindicava uma “História Nacional”. No caso de Prado Junior estimamos que esse tipo de negócio não interessou diametralmente, por se tratar, naquele momento, de uma organização dirigida ao mercado interno. Contudo, assim como os autores anteriores, Caio Prado Junior suscitou algumas reflexões que analisaremos a seguir.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), quando se referiu ao Sul do país, o autor descreveu as características da geografia física da região, que segundo ele formavam um “conjunto admirável para o estabelecimento do homem”. Percebemos a influência da romântica descrição de Saint-Hilaire. Aliás, o autor citou a expressão do naturalista francês, denominando os Campos Gerais de “paraíso terrestre do Brasil” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 59).

Apesar disso, o povoamento ainda é aí escasso em princípios do século XIX, muito mais que o dos sertões do Nordeste, tão inferiores do ponto de vista das condições naturais. A explicação é fácil. O que os fatores locais não concederam ao Nordeste, supre-o a sua posição de hinterlândia da mais velha, extensa e povoada região da colônia: o Norte açucareiro. Enquanto isso, aqui no Sul, os campos pastoris giram na órbita de um litoral escassamente povoado, excêntrico ao eixo econômico da colônia que se orienta naturalmente para Portugal, para a Europa. Estamos no sul da colônia, num fim deste mundo do século XVIII (PRADO JUNIOR, 2011, p. 59).

Fora do eixo econômico e em um fim de mundo, “não fosse a navegação a vapor que o aproximaria mais tarde dos focos da nossa vida, lá do velho continente, estaria ainda, com certeza, caminhando na retaguarda do país” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 59).

O povoamento dos Campos Gerais (é a sua designação genérica) se adensa na sua extremidade setentrional: os campos de Curitiba. À pecuária juntou-se aí um pouco de agricultura; na sua parte mais oriental, onde aparece a mata que reveste a serra, a extração da erva-mate. Essas atividades animaram a colonização. Para o sul, nos campos de Lages, o povoamento se rarefaz consideravelmente, e **é quase só a grande via de comunicações do extremo Sul por onde transitam o gado e sobretudo as tropas de bestas que vem do Rio Grande, e em Sorocaba (São Paulo) se distribuem pelas capitânicas do Centro e do Norte; é quase só esta via que dá sinais da presença do homem.** Para oeste dela, onde se encontram os campos que seriam explorados ocupados muito mais tarde, - e que se chamariam Palmas e Iraí -, eram o deserto e os índios hostis que afugentavam os colonos. Nos campos da Vacaria, em território já do Rio Grande do Sul, as fazendas de gado reaparecem mais numerosas, e com elas um povoamento ralo e exclusivamente pastoril (PRADO JUNIOR, 2011, p. 60, grifo nosso).

Logo, uma região com pouca gente e pouco dinheiro. O destaque circunscreveu, nomeadamente, o comércio do gado mear e a expansão territorial que o trânsito das tropas de bestas provocou naqueles confins. Prado Junior argumentou que a atividade pecuária foi um dos motivadores para ocupação (séculos XVI e XVII), mas também poderia ser considerada “a causa da estagnação e decadência das capitânias do sul (século XVIII)”, pois para o autor essa característica de “zona de passagem” atrasou o desenvolvimento de uma “vida própria” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 62). Naquele território as atividades de mineração e agricultura dos primeiros séculos “não tiveram expressão alguma” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 62). Foi a exploração do ouro em Minas Gerais que teria impulsionado a pecuária e a circulação de homens e animais. Todavia, declarou também que “essas formas de atividade se extinguíram nos primeiros anos do século XVIII” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 62).

No que diz respeito às aproximações entre bandeirantes e tropeiros, é pertinente notar que para ele as bandeiras “não interessam diretamente a história do povoamento” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 67), pois estas expedições teriam resultado no reconhecimento de novos territórios, mas não seriam responsáveis pela ocupação. Percebemos que a noção de tropeiro como povoador e bandeirante como explorador é uma das questões imprescindíveis para compreendermos as narrativas sobre a história do tropeiro no Sul do Brasil. A interpretação acerca dos aspectos sociais e culturais da população do Brasil meridional, proposta por Prado Junior, nos remeteu à leitura de Oliveira Viana, pois apresentou premissas sobre *raça* e *mestiçagem* produzidos e legitimados pelo discurso supostamente científico do início do século XX.

Essas áreas são todas, e quase exclusivamente, abastecedoras do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco, em gêneros de subsistência. Em nenhuma delas, salvo em pequenas proporções no Espírito Santo e São Paulo, instalou-se a grande lavoura. Ou então não vingou nelas. Por um motivo ou outro não se prestaram a isto; e as populações que nela se fixaram, **populações marginais** de baixo teor de vida na maioria, aí se encontram só porque não acham lugar nas zonas de maiores perspectivas que são da grande lavoura. A mediocridade desta mesquinha agricultura de subsistência que praticam, e que **nas condições econômicas da colônia não podia ter senão este papel secundário e de nível extremamente baixo, leva para elas, por efeito de uma espontânea seleção social, econômica e moral, as categorias inferiores da colonização**. Não encontramos aí, por via de regra, senão um elemento humano, residual, sobretudo **mestiços do índio que conservaram dele a indolência e qualidades negativas** para um teor de vida material e moral mais elevada. Ou então, brancos degenerados e decadentes. Martius, o príncipe Maximiliano e Saint-Hilaire, que percorreram as regiões, deixaram delas um testemunho doloroso. **Fazem exceção à regra apenas as populações do extremo Sul, Santa Catarina e Rio Grande, em cuja constituição intervieram fatores particulares especiais, como vimos acima: a colonização provocada de açorianos, o que deu outra feição ao tipo de habitantes dessas regiões**. Assim

mesmo, é uma população pobre e de medíocre nível de vida que as ocupa (PRADO JUNIOR, 2011, p. 163-164, grifo nosso).

Todavia, quando dedicou um tópico em sua obra para a criação e comercialização de animais, o autor contradisse alguns argumentos anteriormente aplicados. Nessa passagem, escreveu que a pecuária foi uma das principais atividades da colônia, “a única, afora as destinadas aos produtores de exportação, que tem alguma importância” e que, portanto, “**não é com justiça que se relega em nossa história para um plano secundário**” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 194, grifo nosso).

Certo que não ostenta o lustre dos feitos políticos, **nem aparece na primeira ordem dos grandes acontecimentos do país**. Recalcada para o íntimo dos sertões, escondem-na à vista, a intensa vida do litoral, os engenhos, os canaviais, as outras grandes lavouras. E não tem os atrativos naturais do ouro e dos diamantes. **Entretanto, já sem contar o papel que representa na subsistência da colônia, bastaria à pecuária o que realizou na conquista de território para o Brasil a fim de colocá-la entre os mais importantes capítulos da nossa história** (PRADO JUNIOR, 2011, p. 194, grifo nosso).

Nos parece que há, portanto, uma convergência em todas as reflexões expostas até o momento sobre a relação entre a atividade tropeira e a ocupação, expansão e manutenção do território da colônia portuguesa.

Outro ponto que constatamos ao longo da investigação é que há autores que consideram que a atividade foi encerrada com o advento da ferrovia, ainda no século XIX, quando os trens com locomotivas a vapor começaram a protagonizar o transporte de cargas e de pessoas em território nacional. Por outro lado, localizamos também análises que argumentaram que o transporte por meio do auxílio de animais diminuiu consideravelmente naquele período, sobretudo o comércio específico de muares vindos do Sul, porém, desdobramentos e resquícios culturais teriam permanecido até meados do século XX, sucumbindo definitivamente somente após a implantação das estradas de rodagem na década de 1950.

Formação do Brasil Contemporâneo foi publicado originalmente em 1942, alguns anos antes da expansão e consolidação do sistema rodoviário. Levando em conta essa informação, vejamos o seguinte trecho:

Excluída a estreita faixa que beira o mar e que pertence à agricultura, a área imensa que constitui hoje o país se divide, quanto aos fatores que determinaram sua ocupação, entre a colheita florestal, no extremo Norte, a mineração, no Centro-Sul, e a pecuária, no resto. Das três, é difícil destacar uma para o primeiro lugar dessa singular competição. **Mas se não a mais grandiosa e dramática, é a pecuária pelo menos a mais sugestiva para os nossos olhos de hoje. Porque ela ainda está,**

idêntica ao passado, nestas boiadas que no presente, como ontem, palmilham o país, tangidas pelas estradas e cobrindo no seu passo lerdo as distâncias imensas que separam o Brasil; realizando o que só o aeroplano conseguiu em nossos dias repetir: a proeza de ignorar o espaço. **Há séculos esta cena diuturna se mantém em todo país; e neste longo decurso de tempo não se alterou;** as mesmas boiadas que seu primeiro cronista (Antonil) descreve com tão vivas cores poderiam ressurgir hoje a atravancar as estradas para maior desespero dos automobilistas: estes não notariam diferença (PRADO JUNIOR, 2011, p. 194-195, grifo nosso).

Destarte, Caio Prado Junior “testemunhou” a favor daquele entendimento de que homens e animais estavam se locomovendo no Brasil ainda no século XX de forma “idêntica ao passado”³⁰. Após essas abrangentes considerações acerca da temática em questão, prosseguindo a leitura, descobrimos acessos que nos possibilitaram encontrar a localização dos Campos Gerais e do comércio de muare neste itinerário proposto pelo autor.

Estendem-se para o sul do Paranapanema, encerrados de um lado pela Serra do Mar e seu denso revestimento florestal, e do outro pelas matas que bordam o rio Paraná e os seus grandes afluentes. À medida que se desce para o sul, essa faixa de campos se a larga até atingir, no extremo da colônia, os ilimitados pampas de fronteira, que não são aliás senão uma parte da planície herbosa imensa da bacia platina. **Nestes campos do Sul, ou Campos Gerais, como são conhecidos na sua parte setentrional e de ocupação mais antiga (Paraná), aparecem condições naturais admiráveis, que já tive ocasião de assinalar citando a observação de Saint-Hilaire, que reputou essa região como o “paraíso terrestre do Brasil”.** A sua topografia é ideal: um leve e uniforme ondulado que se vence sem esforço; a vegetação muito bem equilibrada, e distribuída entre **ervas rasteiras que dão a melhor forragem nativa do país**, e matas em capões que atapetam os baixos, e nas quais domina a araucária, com seus pinhões que alimentam, e sua madeira, a mais aproveitável do Brasil para construção. A água também não falta, e ela corre, cristalina, em leitos de pedra; o que também, no Brasil, é excepcional (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 209, grifo nosso).

Algumas ponderações aparecem repetidamente ao longo desta primeira seção. Propositamente, demonstramos o uso dos relatos de Saint-Hilaire como fontes para a escrita da história dessa região. Todas as obras e autores mencionados aqui como “clássicos” da historiografia são referências de informação e conteúdo, frutos de investigações e análises que procuraram contribuir para área da História do Brasil, mas são também fontes para a uma nova perspectiva sobre o tema. As citações de todas essas obras foram destacadas como se estivéssemos recorrendo ao uso de uma lupa. Uma ferramenta que possibilitou a ampliação de determinados fragmentos dedicados a atividade tropeira. Parafraseando Durval Albuquerque Junior (2019) percebemos que o trabalho do historiador é como o de um tecelão que

³⁰ Para essa argumentação, as referências citadas por Caio Prado Junior são os escritos do cronista André João Antonil, um jesuíta italiano que publicou em 1711 um livro que reuniu informações sobre as seguintes atividades econômicas da colônia: cana-de-açúcar, tabaco, mineração e pecuária. Ver: ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil** (1711). 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em: <<http://www.culturatura.com.br/obras/Cultura%20e%20opulência%20do%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 15.ago.2019.

seleciona, organiza, combina e tece os fios para elaborar uma trama, aliás, termo que pode ser empregado como sinônimo de narrativa.

Seguindo o “fio da meada” observamos um conteúdo redigido por Prado Junior, cujo teor versa especificamente sobre a matéria que oportunizou nosso objeto de pesquisa:

As fazendas dos **Campos Gerais** – “fazendas” e não estâncias, como no Sul, que adotou a designação castelhana - são grandes; mas longe das do Rio Grande. Saint-Hilaire, que ainda não visitara essa última capitania, admira-se com a propriedade do coronel **Luciano Cordeiro** (sic), em Jaguariaíva, que contava 2 mil vacas além dos touros e bezeros. No Rio Grande, esta fazenda não lhe causaria tanta surpresa. Aliás, como notei, **não tem essa região a importância da do sul**. A indústria da carne-seca é inexistente, e para o gado em pé, os únicos mercados regulares são o litoral paranaense (Paranaguá), de expressão ínfima, e São Paulo, também de pouco vulto. E nem para isto era suficiente sua produção, pois vimos o Rio Grande contribuir com alguns milhares de cabeças por ano. Já se fora havia muito o tempo em que os **Campos Gerais** eram os grandes abastecedores de todas as capitânicas do Sul da colônia, inclusive o Rio de Janeiro. Criava-se se algum gado lanígero, mas não muare, pois isto era proibido ao norte do rio Iguaçu para proteger a indústria similar do Rio Grande, que a metrópole desejava ver povoado. **Os Campos Gerais serviam apenas de internada para as tropas que vinham do Sul e aí repousavam antes de alcançar a feira de Sorocaba, onde então se fazia a venda e distribuição das bestas**. As demais zonas criatórias do país são de segunda importância (PRADO JUNIOR, 2011, p. 213-214, grifo nosso).

O coronel Luciano Cordeiro é na verdade Luciano Carneiro Lobo. Saint-Hilaire registrou que se tratava de um dos homens mais ricos dos Campos Gerais³¹.

A Fazenda de Jaguariaíva compunha-se de uma dúzia de choupanas para os negros, de algumas construções necessárias às atividades da propriedade, e da casa do dono. Esta era maior que todas as que havia visto desde que deixara Sorocaba, mas teria sido considerada uma das mais modestas na parte oriental de Minas Gerais (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 31).

Conforme as informações presentes nos documentos armazenados nos arquivos institucionais do Museu do Tropeiro e do registro de tombamento do imóvel, a casa sede da instituição pertenceu justamente à família desse grande proprietário de terras (PARANÁ, 1978, p. 50). Até meados do século XIX a Câmara da Vila de Castro administrava as Freguesias de Ponta Grossa, Jaguariaíva, Guarapuava e o aldeamento indígena dos Campos de Palmas.

Sobre o uso das terras da região como campos para internada de animais, já referenciamos em nota de rodapé que Dom Pedro II, em 1880, também anotou em uma

³¹ Segundo David Carneiro, Luciano Carneiro Lobo nasceu em 1761, próximo a Curitiba. “Era filho do primeiro matrimônio de Francisco Carneiro Lobo, bandeirante, capitão comandante da Terceira Companhia do Regimento de Cavalaria dos Campos Gerais. Quando perdeu sua primeira esposa foi residir definitivamente em sua fazenda em Jaguariaíva, nessa mesma em que o encontrará Saint-Hilaire em 1820. Casado em segundas núpcias com dona Izabel Branco e Silva, em 1810, foi logo depois nomeado capitão-mor de Jaguariaíva” (CARNEIRO, 1995, p. 139).

conversa com Manuel Inácio do Canto e Silva (outro grande proprietário de terras em Castro) que não havia amplos investimentos para criação de animais e **“atribuiu a diminuição do gado a fazer mais conta alugar os pastos aos criadores de mulas de São Paulo”** (SANTOS, 2008, p. 32, grifo nosso).

Ao longo da obra, Caio Prado Junior alterna a perspectiva e o modo como apresenta a temática em questão. Já vimos que o autor escreveu que essa história dos caminhos e da comercialização de animais de transporte foi “de menor importância histórica” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 270) enquanto atividade econômica, entretanto, em outro momento, expôs que a “estrada São Paulo-Rio Grande teve um grande papel histórico” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 271) porque teriam garantido territórios meridionais até então pleiteados pela Espanha. “Enquanto para o Sul seguiam povoadores e soldados, vinham de volta as tropas de bestas que durante mais de um século constituíram o principal meio de locomoção e transporte da colônia e ainda no Império independente” (PRADO JUNIOR, 2011 p. 271). O autor reforçou mais de uma vez que o gado muar, “humildes e vigorosas bestas”, serviram de alternativa para o problema do transporte.

Já me referi a este comércio de muares, que criados no Rio Grande ou introduzidos do Prata se destinavam ao resto da colônia. Formavam-se naquela capitania as tropas, compostas muitas vezes de várias centenas de animais, não raro mesmo de mil, e marchavam daí para o Norte em setembro e outubro quando os passos do trajeto começavam, sobre a ação das chuvas, a vicejar. Às vezes seguiam diretamente até Sorocaba, termo da viagem; doutras, invernavam em Lajes, para recomençar a marcha no ano seguinte. Naquela primeira vila realizava-se anualmente, de abril a maio, a grande feira de bestas que atraía compradores de toda a colônia. Subiam a cerca de 30 mil em princípios do século passado os animais negociados. Isto dava a Sorocaba, lugarejo pacata e amortecido na maior parte do ano, o aspecto animado intenso de um grande centro bulhento e agitado. Enchiam-se as suas numerosas hospedarias; nas ruas e praças debatiam-se e se fechavam as transações; era um **trânsito ininterrupto de homens de negócio e animais, que à noite dava lugar as não menos animadas diversões, em que o jogo, a bebida e a prostituição campeavam neste ajuntamento fortuito de tropeiros, mercadores, mulheres e aventureiros de toda classe, estimulados pelo lucro ou pelo deboche** (PRADO JUNIOR, 2011, p. 271-272, grifo nosso).

Por fim, o autor fez algumas considerações sobre Sorocaba e a sua feira anual, relatos já compartilhados em obras anteriores, e apresentou as especificidades do tropeiro e do que seria o *tropeirismo*: uma empresa regularmente organizada. “Seu proprietário é o tropeiro, homem às vezes de grandes recursos e senhor de muitas tropas empregadas no transporte. Os trajetos são prefixados com datas certas de chegada e partida, bem como tabelas estabelecidas de fretes” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 277). Atividade que para a região sul foi avaliada essencial, “onde o comércio de bestas que a ela se destinam resume, pode-se dizer, a vida local” (PRADO JUNIOR, 2011, p. 277).

Caio Prado Junior estruturou seu pensamento no materialismo histórico, abordagem que se expandiu no Brasil em um período de transição para a historiografia. Os projetos marxistas consistiam em “mudar a definição do objeto da história que deixaria de ser a reconstituição dos eventos, e passaria a integrar as estruturas a serem analisadas e explicadas” (NOVAIS; SILVA, 2013, p.53). É por isso que a pecuária, do ponto de vista econômico, seria considerada uma atividade acessória e, portanto, menor para a compreensão da estrutura e consequentemente da “História Econômica do Brasil”, título de outra obra, lançada originalmente em 1945 pelo mesmo autor (PRADO JÚNIOR, 1962, p. 44).

Em relação ao objeto do Museu do Tropeiro, este último livro apresentou muitos elementos que já constavam no primeiro. A notável diferença é que em 1962 o autor trouxe indicações comentadas de referências bibliográficas. Para Prado Junior (1962), naquele momento, a produção sobre economia brasileira era “pobre e fragmentária”, contudo, indicou algumas pesquisas que considerava fundamentais para o entendimento da economia nacional. Os títulos são obras que tratam de aspectos gerais da História do Brasil e obras com perspectivas específicas sobre as economias do açúcar, do café, da mineração, da indústria extrativista, da indústria manufatureira e por fim dos transportes. Neste último item a indicação é o livro *Tropas e tropeiros na formação do Brasil* de autoria de José Alípio Goulart de 1961 e que segundo o autor “é o **primeiro** trabalho de conjunto sobre matéria de **máxima importância** para a história econômica brasileira” (PRADO JUNIOR, 1962, p. 343, grifo nosso).

Sendo assim, ao final de todo o processo de análise de autores e obras de referência para a historiografia nacional que abordaram de algum modo o tema do Museu do Tropeiro, percebemos a indicação peculiar de dois pesquisadores e de suas obras. Dois autores que são apontados como precursores e que exploraram e estudaram diretamente a atividade tropeira e suas especificidades.

1.2. José Alípio Goulart e Aluísio de Almeida: o tropeiro como tema central

No periódico Diário de Notícias do dia 3 de julho de 1960³² há uma nota intitulada *José Alípio Goulart, Etnógrafo* de autoria de Luís da Câmara Cascudo a qual transcrevemos abaixo:

O senhor José Alípio Goulart está divulgando o resultado de suas pesquisas sobre os transportes. Publicou *Transporte nos engenhos de açúcar e meios e instrumentos de Transportes no interior do Brasil*. Seguir-se-ão *Tropas de muares*, e o *Cavalo no Brasil* [...]

Estamos realmente diante de um etnógrafo consciente, homem de observação, de busca teimosas, de dedução penetrante, de leitura segura. Nenhuma improvisação e bem longe está no intuitivíssimo primário e sedutor que é uma aura brasileira na pequena bibliografia que possuímos na espécie. Estamos numa fase em que estudos da economia brasileira constituem o monopólio da consagração oficial. Daí, naturalmente, a facilidade da adesão aos motivos nem sempre tratados com clareza e ainda menos como orientação lógica. Muitos fazem exposição cultural das leituras e examinam escolas, doutrinas, com aparato crítico percuciente. Depois pergunta-se onde está o sentido realístico nacional dessa erudição de biblioteca e baseada em estatísticas, estatísticas que provam tudo quanto queremos provar. Falta, perdoe o atrevimento jagunço, integração dos estudos etnográficos na diuturnidade dessas mecânicas de raciocínio puro. A base única para a realidade brasileira é a pesquisa etnográfica, no plano imediato e raseiro do povo, na normalidade de sua existência, trabalho, economia, doméstica, alimentação (uma geografia da alimentação), soluções da arquitetura popular, instintiva e prática, e seu mundo espiritual, sua base sensível, formadora da mentalidade, princípio e fim de todas as coisas porque dela vai depender sucesso e fracasso das fórmulas criadas para o benefício coletivo (CASCUDO, 1960, p. 7).

José Alípio Goulart (1915-1971), nascido no estado de Alagoas, formou-se bacharel em Administração Pública pela Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Atuou profissionalmente em diversos cargos públicos em órgãos como o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, Instituto Nacional de Imigração e Colonização, Conselho Nacional do Serviço Social Rural e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Luiz Roberto de Barros Mott (1969) escreveu que o autor apareceu no cenário literário brasileiro a partir de 1956 com a publicação de diversos ensaios já nominados por Câmara Cascudo³³.

Tropas e tropeiros na formação do Brasil (1961) é, portanto, como indica Prado Junior (1962), a primeira obra com alcance nacional escrita especificamente sobre esse

³² No periódico Diário de Notícias do dia 3 de julho de 1960, no suplemento literário, há um artigo nomeado *José Alípio Goulart, etnógrafo* de autoria de Luís da Câmara Cascudo, p.1. Ver: CASCUDO, Luís da Câmara. **José Alípio Goulart, etnógrafo**. Diário de Notícias, 3 de julho de 1960. Suplemento Literário. Arquivo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 23.dez.2020.

³³ Obras publicadas por José Alípio Goulart: *Favelas do distrito federal* (1957), *Transportes nos engenhos de açúcar* (1959), *Meios e instrumentos de transportes no interior do Brasil* (1959), *Tropas e tropeiros na formação do Brasil* (1961), *O cavalo na formação do Brasil* (1964), *Brasil do boi e do couro* (1964), *O ciclo do Ouro Nordeste* (1964), *Mascates do Brasil* (1967), *Da Palmatória ao patíbulo* (1971), *Da fuga ao suicídio* (1972).

assunto. Produzido pela Editora Conquista, o livro compôs a coleção *Temas Brasileiros*, organizada pelo historiador Arthur Cezar Ferreira Reis³⁴.

Anunciando sua empreitada como pioneira ou inédita, Goulart explicou que até aquele momento estava faltando alguém que se dispusesse a elaborar um trabalho de profundidade acerca dessa temática, considerada por ele de “importância imensurável” para o progresso e desenvolvimento do Brasil.

Concordamos com a argumentação de que diversas obras que abordaram este objeto o fizeram tangencialmente, e que a questão é encontrada de forma dispersa em obras de história colonial e/ou imperial. De modo geral, o assunto foi tratado como “elemento subsidiário de outros temas que lhes sobrepõe” (GOULART, 1961, p. 16).

Contudo, um ponto muito importante para nós, posto logo de saída, é que todo o trabalho foi dedicado especialmente ao entendimento das tropas de muares de circulação de produtos e mercadorias. E o que isso quer dizer? Nas palavras do autor: “nos detivermos mais no tropeiro já com seu negócio de transporte organizado, ao invés daqueles tangedores de manadas que recebiam a mesma denominação”(GOULART, 1961, p. 16). Isto significa que ele também não aprofundou o estudo da atividade tropeira de mulas xucras, aquela em que o principal produto eram os próprios animais.

E como última explicação, cumpre-nos alertar o leitor que não nos preocupamos com certas exigências de estrutura, de arrumação do que se expõe, porque durante o tempo em que trabalhamos para realizar esse estudo, tempo que ultrapassou a dois anos, nunca nos ocorreu fazer obra literária ou qualquer exibição de técnica, de metodologia, de ciência: o que se contém neste livro são registros e informações colhidas aqui, ali, acolá, com escopo único de facilitar a tarefa de quem porventura venha se interessar pelo assunto (GOULART, 1961, p. 17).

Mesmo com a “modesta” intenção, a obra tornou-se referência fundamental sobre o tema, posto que, de forma ensaística e aprazível, reuniu um vasto conteúdo, organizado em sete capítulos e ainda um adendo com um número considerável de transcrições de documentos oficiais e correspondências utilizadas como fontes para a investigação.

Assim como fizemos na primeira parte desse capítulo, analisaremos a obra em questão, a fim de compreender o contexto e as especificidades da atividade tropeira. Buscamos apurar o olhar e estabelecer uma análise crítica acerca da escrita do passado nessas

³⁴Arthur Cezar Ferreira Reis foi também jornalista e político. No período daquela publicação (1961) dirigiu o Departamento de História e Divulgação do estado da Guanabara, no governo de Carlos Lacerda (1960-1965). Além disso, atuou como professor de Sociologia e Política na Pontifícia Universidade Católica (PUC), de Administração na Fundação Getúlio Vargas e na Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói. Cf. ABREU, Alzira Alves de; et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro** – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 28.set.2021.

obras, com o objetivo de oferecer subsídio para o entendimento da historicidade do Museu do Tropeiro e suas implicações como um *lugar de memória* (NORA, 2008).

Goulart iniciou suas reflexões a partir do século XVIII, ocupando-se da prosperidade da mineração na região das Minas Gerais e o já reiterado problema da escassez dos meios de transporte. A resolução encontrada teria sido a utilização das tropas de muares conduzidas a partir da Capitania de Rio Grande de São Pedro³⁵. A despeito da indicação na introdução, de que seu objetivo não era realizar um trabalho científico, o autor faz referência às suas leituras e pesquisas. Os comentários em notas de rodapé lembram um trabalho acadêmico que foi fundamentando em textos publicados na Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo, em documentos do Arquivo Nacional, nos relatos de viajantes e em todos os autores “clássicos” já apresentados.

Para atingir seus objetivos, Goulart apresentou alguns dados e informações registrados pela historiografia até então. Explicou que “apesar dos obstáculos a vencer no trajeto, pode-se dizer que a partir de 1730, ou mesmo antes disso, teve início a exportação de animais do extremo-Sul para as regiões centrais” (GOULART, 1961, p. 36). Para discorrer sobre o transporte de mercadorias ao longo das estradas das minas, retomou pesquisas sobre as “numerosas manadas arrebanhadas nas campinas do Prata, que vinham ter em terras de São Paulo e logo eram escoadas para outras direções depois de negociadas nas célebres feiras anuais em Sorocaba” (GOULART, 1961, p. 36).

“Em 1730 o grande preador Cristóvão Pereira de Abreu sobe para São Paulo com uma manada de oitocentas cabeças; e logo retorna ao sul, com um grupo de cento e trinta camaradas, para voltar em 1732 nas pegadas de 3000 cavalos, como informa Varnhagen” (GOULART, 1961, p. 37). Notamos que Goulart emprega o termo preador, que significa aquele que preia (prende/caça). Este adjetivo chama a atenção para uma questão até então preterida pelos autores analisados: a extração da Prata no Potosí (atual território da Bolívia).

Se antes as minas de Potosí exigiam muitos muares para o seu abastecimento e tráfego da produção, animais esses que eram fornecidos pelas regiões do extremo-Sul, com a decadência das jazidas de prata as populações sulinas ficariam em difícil situação econômica não fosse a descoberta do ouro, no Brasil, a requisitar o mesmo transporte: o muar (GOULART, 1961, p. 39).

Nesse momento, precisamos suspender a marcha da análise de *Tropas e Tropeiros na formação do Brasil*, pois Goulart indica um artigo bastante significativo, publicado em 1950 e escrito pelo historiador Alfredo Ellis Junior (1896-1974), que foi professor da cadeira de

³⁵ Divisão administrativa do Brasil colonial que corresponde hoje ao atual estado do Rio Grande do Sul.

História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo³⁶. Este texto é intitulado *O ciclo do muar* (1950), e como o próprio nome adverte, é abalizado pela “teoria dos ciclos econômicos”³⁷. Essa perspectiva deve ser explorada neste capítulo, uma vez que, nas publicações do Museu do Tropeiro (que analisaremos mais adiante) a atividade é tratada como um ciclo econômico.

Para Ellis Junior “o ciclo do muar nasceu com o ouro, na madrugada do século XVII e depois de uma vigência de mais de um século e meio, morreu em 1875 mais ou menos, com o advento da ferrovia” (ELLIS JUNIOR, 1950, p. 73). Com uma narrativa caracterizada por rigorosas datas e adjetivações, o autor argumentou que pelas “famosas” feiras de Sorocaba passaram “um número formidável e inimaginável de muares, atestando a importância fora do comum desse ciclo que esteve relegado, como subsidiário, ao ciclo do ouro durante o setecentismo, e ao do café, durante o oitocentismo” (ELLIS JUNIOR, 1950, p. 73).

O professor apresentou um “resumo estatístico” com o levantamento dos números alcançados durante aquelas feiras. Os dados são fundamentados em um trabalho até então inédito de autoria de Aluísio de Almeida³⁸.

1724, 1725, 1726, provavelmente passaram mil cavalos por ano.
De 1731 a 1754, provavelmente passaram mais de 2.000 muares por ano.
De 1750 1780, provavelmente passaram mais de 5.000 muares por ano.
De 1780 a 1800, provavelmente passaram mais de 10.000 muares por ano.
De 1800 a 1826, provavelmente passaram mais de 20.000 muares por ano.
De 1826 a 1845, provavelmente passaram mais de 30.000 muares por ano.
De 1845 a 1855, provavelmente passaram mais de 50.000 muares por ano.
De 1855 a 1860, provavelmente passaram mais de 100.000 muares por ano.
De 1875 a 1900 provavelmente passaram mais de 20.000, 15.000, 10.000, 5.000 muares por ano (ELLIS JUNIOR, 1950, p. 73).

Novamente o nome e as pesquisas de Aluísio de Almeida aparecem como referência para outros autores, inclusive indiretamente. Segundo Ellis Junior (1950, p.74) esses

³⁶ Autor das publicações: *Raça de gigantes* (1926), *Populações paulistas* (1934), *Capítulos da história social de São Paulo* (1944), *Meio século de bandeirismo* (1946), *O café e a paulistânia* (1950). Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto de Estudos Genealógicos e da Academia Paulista de Letras.

³⁷ Difundida no Brasil pelo empresário e político Roberto Simonsen. Ver: CURI, Luiz Felipe Bruzzi. **Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen**. 2014. 221f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-28022014-095317/pt-br.php>. Acesso em: 05.set.2019; SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil**. 1500-1820. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1111/749413.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 05.set.2019.

³⁸ Uma leitora ou um leitor atento perceberá que em uma nota de rodapé anterior, constam os mesmos números da citação a seguir, pois Gilberto Freyre referenciou Ellis Junior na segunda edição de *Sobrados e Mucambos*, publicada em 1952.

expressivos números demonstram como o gado muar desempenhou “importantíssima função, suprindo os transportes, durante um longo século, não só para Gerais, mas ainda para Goiás, Mato Grosso e para Bahia”, posto que esses animais vindos do Sul eram vendidos em Sorocaba e seguiam para o restante do território brasileiro. Destacamos ainda “audaciosas” declarações, como, “sem o muar não teria sido possível o Século do Ouro” (ELLIS JUNIOR, 1950, p. 74); “sem o muar não teria sido possível a vida econômica no Planalto, de 1750 a 1850” (ELLIS JUNIOR, 1950, p. 74); e:

talvez a estrada do Rio Grande a São Paulo tenha sido a rota de maior importância na história do Brasil, pois sem ela não teria havido ciclo do Ouro, não teria havido o do café e nem a unidade nacional teria sido levada a cabo. A afirmação poderá parecer audaciosa, mas a evidência é tão patente que ninguém de boa-fé pode contestá-la (ELLIS JUNIOR, 1950, p. 76).

Notem que sob a perspectiva dos museus históricos ditos “tradicionais”, constituídos enquanto “espaços de consagração e celebração de uma historiografia oficial” (CHAGAS, 2017, p. 121) avaliamos que seguramente esse artigo poderia estar anexado a uma justificativa para criação e permanência de um lugar para conservar ou então “celebrar” essa “notável” história.

O autor deixa muito claro o seu entendimento de História e de produção do conhecimento histórico, pois para ele “todo fenômeno histórico tem que ser estudado pelas suas causas e consequências, depois de dissecado nos seus fatos constitutivos que formam as suas características” (ELLIS JUNIOR, 1950, p. 74). Para organizar sua tese, colocou a prova suas hipóteses através de uma equação onde “ $P = E + M + C + t + c$ ”. Sendo P = produção, E = ecologia, M = mão de obra, C = capital, t = transporte e c = consumo. “O último termo dessa equação, o consumo, determina a necessidade imperativa da produção” (ELLIS JUNIOR, 1950, p. 74). Em outras palavras, Ellis Junior tentou provar que houve produção porque havia demanda, além disso, caso não houvesse as mulas para transportar, não poderia ter havido abastecimento na região das Minas Gerais, nem o comércio do açúcar paulista e nem o café do Vale do Paraíba ou do Oeste paulista.

Na equação proposta, apenas o termo c (consumo) é determinante, os demais são considerados viabilizadores do ciclo em questão. A variável E (ecologia), diz respeito a característica da vegetação (os campos), já considerada também por outros autores, particularidade que teria favorecido o desenvolvimento da pecuária na região Sul. Ademais, o autor vai além e afirma que “se não fosse o ouro brasileiro, não teríamos o vice-reinado do Prata, com Buenos Aires, Uruguai, Entre Rios, Corrientes, Paraguai etc. Foi a venda do muar

que constituiu a grande fonte de renda para essa imensa região” (ELLIS JUNIOR, 1950, p. 76).

Inspirado por essas reflexões que foram sistematizadas em nove páginas e publicadas na edição número 1 (um) da *Revista de História* da Universidade de São Paulo³⁹, Goulart reforçou a proposição de que, com o esgotamento das jazidas de prata do Potosí, a exploração do ouro no Brasil foi responsável pela manutenção da economia no extremo Sul (GOULART, 1961, p. 39). Examinada desse ponto de vista, a determinação de Caldeira Pimentel, governador da capitania de São Paulo, que viabilizou a abertura de uma passagem até os campos de Curitiba, caminho esse iniciado por Francisco de Souza Faria na década de 1720, teria sido fundamental para o desenvolvimento econômico e social da colônia, "o caminho aberto por Souza Faria foi posteriormente retificado por Cristóvão Pereira, a partir de 1738 (sic)” (GOULART, 1961, p. 46)⁴⁰. Naquele período, o primeiro trecho atribuído a Sousa Faria ficou conhecido como *Caminho dos Conventos* e o segundo de *Estrada Real* ou *Caminho do Viamão*.

A estrada de Conventos, aberta por Souza Faria, em 1728, ligando Araranguá a Laguna, e Laguna aos campos de Lages e Sorocaba, seria dentro em pouco abandonada. Maiores vantagens ofereceriam, como sucedeu, o caminho de Viamão que passava por Santo Antônio da Patrulha, São Francisco de Paula, Campos da Vacaria, Campos de Lages, Campos Gerais, Itararé, Sorocaba onde se realizavam as célebres feiras de gado vacum e asinino (GOULART, 1961, p. 46).

Entre a terceira e a quarta década do século XIX a colônia vivenciou o que ele chamou de “novo sistema de transporte”: a tropa de muares. É nesse momento que o autor propõe uma diferenciação entre a organização das tropas de gado muar e a de outros tipos de cargueiros anteriormente aproveitados no período colonial, registrando também a continuidade dessas práticas até o final da década de 1950 e início de 1960. “Onde a ponta de trilhos não chegou e o caminhão ainda não se acomodou, grupos de animais cargueiros continuam sendo o meio de transporte mais requisitado” (GOULART, 1961, p. 49). Advertimos que há a intenção de abordar e inventariar as permanências e os vestígios que ainda poderiam ter permanecido no cotidiano de um país que estava iniciando um processo de êxodo rural.

“Ora de muares, ora de equinos, esses grupos continuam sendo os sustentáculos da sobrevivência, os esteios da fixação de muitos núcleos populacionais existentes na hinterlândia brasileira” (GOULART, 1961, p. 49). Com efeito, o autor sustentou a percepção

³⁹ A revista foi criada em 1950, pelo professor Eurípedes Simões de Paula, sendo um dos mais antigos periódicos acadêmicos especializados em História do Brasil. A primeira edição está disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/2670>. Acesso em: 06.ago.2021.

⁴⁰ O ano não é 1738 e sim 1730, considerando o conjunto da obra este é um provável erro de redação.

do tropeiro como um povoador e não um aventureiro conquistador. Aliás, para robustecer tal intento, cita Afonso Arinos⁴¹ a quem ele considera “uma voz autorizada”, quando este disse que “quem salvou a obra épica, mas efêmera dos bandeirantes foi o trabalho modesto e paciente do tropeiro” (ARINOS, 1921, p. 128 *apud* GOULART, 1961, p. 50).

À medida que o texto oferece uma leitura sobre as tropas e os tropeiros na formação do que viria a ser o Brasil, encontramos também os persuasivos relatos de viajantes pelo interior do território e informações sempre referenciadas em documentos oficiais, citando nomes, datas, acontecimentos e números, essenciais sob uma perspectiva de construção de uma história oficial e um história econômica. No entanto, para o nosso estudo que aborda a relação entre historiografia e o patrimônio cultural, nos interessa imensamente a percepção acerca das especificidades dos aspectos culturais envolvidos na atividade tropeira e que são trabalhadas pelo autor.

As publicações anteriores não problematizaram ou experimentaram o detalhamento sobre o cotidiano, as experiências, os significados e as representações do tropeiro. Os trechos que analisamos são adendos que complementam outros estudos. Talvez, o autor que mais se aproxime dessas reflexões, seja Sergio Buarque de Holanda (1975), quando descreve alguns elementos da vida material. Já Goulart registrou em detalhes como era instituída a organização de uma tropa, os artefatos materiais envolvidos no processo e consequentemente os registros de aspectos intangíveis relacionados aos cuidados e conhecimentos agregados ao ofício. “A tropa de muares, na sua amplitude, se constituía do grupo de animais - burros e bestas - muitas vezes somando dezenas deles, e o conjunto humano que a integrava composto do tropeiro, dos camaradas e do cozinheiro (GOULART, 1961, p. 63).

Outro ponto pertinente são as ponderações sobre a palavra *tropa*, que segundo Goulart seria um vocábulo com interpretação e significado genuinamente brasileiro. Essa explanação é fundamentada na acepção do verbete que consta no *Diccionario da língua portuguesa* (1890) onde *tropa* é definida como: “termo do Brasil, bestas de carga, que fazem o transporte de mercadorias, onde não há vias férreas, ou fluviais, e seguem com os seus condutores como que em caravana” (GOULART, 1961, p. 63). Da mesma forma, segundo o mesmo dicionário, o termo *tropeiro* é “termo do Brasil, condutor de tropas; homem que viaja com cavalgadas de carga, e cáfila, onde não há vias férreas e fluviais, negociante que compra e vende tropas de muares” (GOULART, 1961, p. 63-64).

⁴¹ A referência que consta no livro é “ARINOS, Afonso. **Histórias e paisagens**. 1921. Rio de Janeiro, p. 128”.

Sobre esse último significado, o autor explica que corresponde, justamente, aos comerciantes das manadas de animais xucros tangidos do Sul para São Paulo e que esta variedade de tropa ou de tropeiro não compõe o objeto principal de seu livro, e sim a condução de tropas de mulas arreadas (aquelas que transportavam cargas e mercadorias) e que poderiam ser encontradas em toda a “hinterlândia” de nosso território. (GOULART, 1961). Entretanto, os artefatos e as características descritas pelo autor podem ser associados a ambas as tropas e é por este motivo que destacamos mais um capítulo dessa obra. Em uma sequência de definições, assemelhada a um glossário, encontramos a denominação dos apetrechos/instrumentos de trabalho e uma breve elucidação de seus usos. Para uma melhor visualização e para facilitar a consulta, caso seja necessário, organizamos um quadro com a seleção proposta por Goulart⁴².

QUADRO 1 – Glossário

Denominação	Função
Albarda	É um aparelho grosseiro com posto de madeira e palha, que se coloca sobre o animal para nela se alçar a carga
Arrocho	Trata-se de um pau torto e curto, que serve para torcer as cordas e correias a fim de apertá-las convenientemente.
Baixeiro	É um tipo de manta que nos animais de montaria se coloca por baixo da sela, e nos cargueiros, sob as cangalhas, para amaciar e evitar pisaduras no lombo do animal.
Badana	Pele macia e lavrada que se põe sobre o coxinilho, sendo peça mais de animal de montaria que de cargueiro.
Buçal	Trata-se de um arreio complicado, composto de quatro partes a saber: focinheira, cabeçada, se a dor e cadeira, que se enfia na cabeça e pescoço do animal.
Basto	Dão esse nome as partes acolchoadas com capim que ficam sobre as cangalhas ou albarda.
Cabresto ou Cabeçada	Objeto de corda ou de couro que se enfia pelo focinho do animal; mas não possui freio.
Cangalha	O mesmo que albarda.
Cutuca	É uma espécie de selim com dois arções altos.
Carona	Trata-se de uma manta de couro que se coloca por baixo do lombilho
Cilha/Sobrecilha	Tira de couro ou pano que cinge o animal pela barriga e por sobre a carga para segurá-la.
Coxinilho	Apetrecho mais de montaria, pois se trata de um tecido de lã que se põe sobre os arreios para conforto do cavaleiro.

⁴² Informamos que a cultura material que pode ser associada a atividade tropeira não está limitada a apenas esses objetos. Além disso, pode haver variações nas denominações ou grafias dependendo da região do Brasil.

Ligal	É o couro cru de boi, dobrado com pelo para dentro, com o qual se cobrem as cargas para defendê-las das intempéries.
Lombilho	Nome do apeiro que substitui, nos arreios, a sela, o selim.
Manta	Grande pano de lã, do feitio de cobertor, que serve para agasalhar.
Peitoral	É a correia de couro que cinge o peito da alimária e se prende em cada lado das cangalhas para que estas não escorreguem para trás.
Pelego	Apetrecho usado pelos cavaleiros: couro de carneiro com a lã, que serve de forro ao acento no lombilho ou no serigote.
Retranca	Correia que passa sobre a cauda do animal e segura as cangalhas para que não resvalam para frente.
Serigote	Espécie de lombilho.
Socadinho	Trata-se de um lombilho curto.
Sobrecincha	Tira comprida de couro que contorna o animal pela barriga e aperta os arreios.
Sobrecarga	Espécie de cilha com que se aperta a carga.
Tope	Laço de baeta vermelha ou de pano colorido colocado nos fardos para indicar a posição em que eles devem ficar quando alçados às cangalhas.

Fonte: Adaptado de GOULART, José Alípio **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. 1961, p. 71-72.

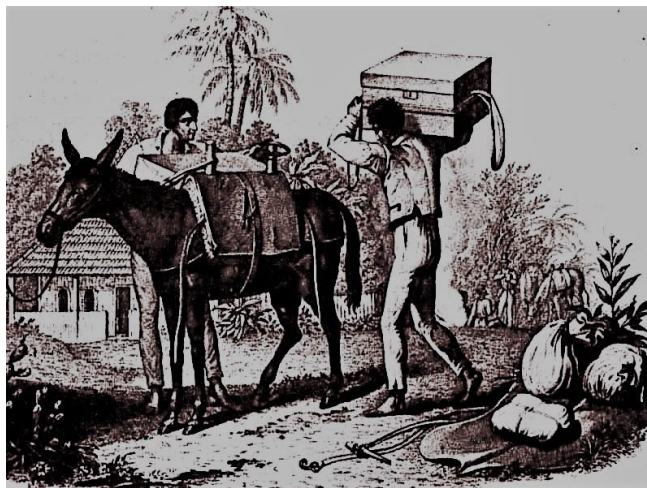
Sobre o *metiér* do tropeiro, o autor citou uma descrição feita pelo Príncipe Maximilian von Wied-Neuwied, publicada originalmente em alemão no ano de 1820⁴³. Optamos por compartilhar aqui o texto traduzido e publicado em língua portuguesa:

A maneira de carregar burro no Brasil merece ser mencionada pois é engenhosa e simples. Um bom animal carrega 8 arrobas (uma arroba vale 32 libras) e as vezes eleva-se a carga até 12 arrobas. Põe-se primeiro no lombo do burro uma albarda (chamada cangalha); esta é de madeira, e tem uma forte saliência vertical nas duas extremidades da parte superior; suspendem-se nelas, de cada lado, as caixas. A fim de diminuir a pressão dessa cangalha, forram-na internamente com um capim seco, de longas folhas estreitas, e que é estendido bem por igual; põe-se por cima desse colchão de capim um coxim feito de esteira, e cobre-se e este com um pano de algodão. A albarda assim acolchoada é ainda guarnecida de um couro recortado; a parte externa deste tem dois orifícios para deixar passar as pontas da cangalha, em que se suspendem as caixas. Amarra-se, na frente dessa cangalha, uma correia larga e, atrás, uma outra comprida; essas duas correias são indispensáveis quando se sobe ou desce uma montanha. Uma tira de couro cru, fortemente amarrada e presa a um nó dá a volta da cangalha e fixa-se solidamente. O animal, na cabeça, só leva um cabresto de couro cru ou de crina de cavalo trançada, que passa por trás das orelhas e deixa a boca do animal livre para pastar e beber. A rédea, que se prende ao cabresto e com a qual se amarra o burro, quando este está arreado é presa à cangalha; uma

43 A viagem corresponde aos anos de 1815 e 1817. Em português a obra foi publicada em 1940. Ver: WIED-NEUWIED, Prinz Maximilian von. **Viagem ao Brasil**. 1.ed. Trad. Edgar Süsskind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. Disponível em: <http://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/437>. Acesso em: 12.dez.2020.

vez tudo isso pronto, deixam-se os animais marchar livremente uns atrás dos outros (WIED-NEUWIED, 1940, p. 468).

FIGURA 9 – “*Aprontando um burro de carga para viajar*”, Maximilian von Wied-Neuwied. Esta imagem ocupava toda a extensão de uma das paredes da chamada *Sala de Apresentação*, a primeira sala da exposição de longa duração do Museu do Tropeiro



Fonte: WIED-NEUWIED, Prinz Maximilian von. **Viagem ao Brasil**. 1.ed. Trad. Edgar Süsskind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940. p. 466.

O livro de Goulart reuniu uma vasta diversidade de elementos e particularidades relacionadas às viagens. Além da descrição exposta acima, é possível encontrar detalhes sobre as adversidades do ofício, como a travessia de rios em épocas chuvosas, a possibilidade de algum animal ficar ferido, sofrer qualquer acidente, adquirir uma enfermidade ou morrer durante o trajeto. Relatos acerca da rotina de enfrentamento aos animais peçonhentos ou selvagens até as possíveis fugas dos animais xucros. Enfim, abordou profusamente as possíveis desventuras e infortúnios dessas jornadas (GOULART, 1961).

Segundo o pesquisador, as regiões mineradoras e produtoras de café como os atuais territórios de Minas Gerais, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, recorreram ao uso das mulas pela necessidade imposta pela geografia. Realidade distinta da região produtora/criadora do gado muar, pois “dada a suavidade da topografia, as populações do Extremo-Sul recorriam aos veículos a tração animal, como as carretas, carroções, etc” (GOULART, 1961, p. 88). Veremos que essa perspectiva corrobora e contribui para o entendimento da delimitação e a especialização do Museu do Tropeiro de Castro.

Esses registros das práticas de uma tropa em marcha, sejam elas xucras ou arreadas, são elementares para a composição de uma narrativa sobre o tema⁴⁴. De modo precursor, Goulart publicou, em uma coleção dedicada a divulgação de estudos sobre o Brasil, informações antes registradas apenas por estrangeiros/viajantes e/ou presentes nas práticas cotidianas passadas de geração em geração pela oralidade e “arquivadas” na memória dos sujeitos envolvidos. Difundindo, por exemplo, o conhecimento sobre a função de uma égua madrinha - uma besta ou égua já envelhecida, familiar aos outros animais, que carregava um cinorro ao pescoço e partia à frente da tropa. “Com inviolável fidelidade a seguem os outros animais, de modo que, geralmente, só é preciso guiar a madrinha”, fato que explicaria a organização dos animais, pois em “maus caminhos, nas moitas e matas, as tropas na sua maioria se dispersariam e se perderiam, se a madrinha, com o seu cinorro, não conservasse todos os animais reunidos” (GOULART, 1961, p. 92).

Identificamos no decurso da análise que caravanas de animais cargueiros eram comuns em quase todo território nacional, todavia cada região compreendia suas próprias originalidades. Inferimos que não poderia ser diferente, afinal a complexidade das experiências brasileiras, testemunhada pela extensão continental do território e a consequente diversidade de biomas, climas e agrupamentos humanos, proporcionaram uma multiplicidade cultural bastante significativa. Sobre este aspecto destacamos o seguinte trecho:

No Rio Grande do Sul empregavam o termo *mulada* para designar porção de mulas; *cavalhada*, se de equinos. Em Mato Grosso, além do designativo *tropa*, usavam também *monção*. No Nordeste, a denominação mais usual é *comboio*, termo que, entre nós, com essa acepção, vem da época inicial da cultura algodoeira, no interior, na segunda metade do século XVIII; indica espécie de caravana de animais de carga, que desce do interior conduzindo gêneros de produção local; e que de retorno conduz fazendas e gêneros diversos. Bernardino José de Souza faz bem a diferenciação quando diz que *comboio* era uma espécie de caravana de bestas de carga, para o transporte de mercadorias. Nas províncias meridionais é a *tropa* (GOULART, 1961, p. 102).

Bernardino José de Souza é autor do *Dicionário da Terra e da gente do Brasil* publicado em 1939⁴⁵. Essa característica de procurar a definição ou conceituação dos termos demonstra a intenção de produção de um trabalho com certo rigor científico, ou então ao menos respaldado pelo discurso autorizado de uma intelectualidade brasileira, mesmo o autor

⁴⁴Quando nos referimos aos animais xucros, estamos falando daqueles que não eram domados e que, portanto, não levavam cargas e nem eram utilizados para montaria. As mulas xucras eram a mercadoria. Já os animais arreados, eram aqueles domados e que se submetiam a montaria e aos apetrechos de carga (cangalhas, bruacas, jacás).

⁴⁵ Publicado anteriormente com os títulos de: "Nomenclatura geográfica peculiar ao Brasil" em 1910 (1.ed.), 1917 (2.ed.). "Onomástica geral de geografia brasileira" em 1927 (3.ed.). Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/247?mode=full>. Acesso em: 04.abr.2021.

afirmando que não possuía essa aspiração quando da apresentação da obra. Vejamos a aceção de tropeiro proposta por Goulart:

É o patrão, o dono da tropa, um empresário de transporte que, por preço combinado, carrega suas mulas e se vai pelos caminhos a fora. Homem constantemente requisitado, ansiosamente esperado, carinhosamente recebido, chegou até a se constituir num "**tipo humano**" criado pelo sistema de transporte que explorava e pela posição que chegou a assumir no complexo econômico e social das áreas de sua atuação (GOULART, 1961, p. 107, grifo nosso).

Identificamos a disposição em criar uma análise sociológica desse “tipo humano”, e que vai de encontro com as outras caracterizações já apontadas pelos autores analisados até o momento. Essa concepção passa também pela “noção feudal de lealdade” (HOLANDA, 1975) e o “gesto simbólico de trocar o fio da barba em sinal de compromisso e de assentimento sem maiores garantias” (GOULART, 1961, p. 108). Descrições extremamente positivas, versadas como virtudes, pois segundo o autor, as cargas eram “religiosamente cuidadas, e as missões conferidas escrupulosamente cumpridas, sem o mínimo deslize, sem o menor abuso, originando-se daí aquela confiança ilimitada que no tropeiro todos depositavam” (GOULART, 1961, p. 108). Uma “coragem colossal” atribuída somente aos heróis, uma vez que “o tropeiro se apresentava como um remanescente daquela plêiade de bravos que compunham as bandeiras de penetração e exploração do ignoto” (GOULART, 1961, p. 108).

Estas interpretações evidenciam a necessidade desse primeiro capítulo para compreendermos as narrativas publicadas e difundidas sobre o tropeiro e como esses escritos estarão diretamente relacionados a criação de um *lugar de memória* (um monumento, um memorial ou um museu?) para estes sujeitos. Afinal, as narrativas corroboram para justificar qualquer possível homenagem para sujeitos que representariam a “personificação da honestidade”.

O **único caso** de tropeiro desonesto que se conhece é aquele narrado por Gustavo Pena em conferência pronunciada no Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Contou o conferencista que certo dono de tropa, em conluio com um velhaco, desviou mercadoria pertencente a outra pessoa enriquecendo no fim de alguns anos. Mas de tal maneira viu-se ruído pelo remorso que procurou o espoliado, encontrando-o já velho e falido, a quem pagou a dívida com todos os juros. Então Gustavo Penna não teve dificuldade em concluir que **o único tropeiro desonesto que houve em Minas acabou honrado** (GOULART, 1961, p.115, grifo nosso).

Identificamos uma disposição em assinalar e reconhecer o que o autor denominou como um “tipo humano tão interessante” (GOULART, 1961, p. 115). Goulart entendeu que o tropeiro não era todo condutor de cavalgaduras ou outros tipos de gados. O tropeiro - da formação do Brasil - era um “honrado comerciante”. Um “homem de bem”, “membro das

mais conceituadas famílias do Brasil e até clérigos”. Homens que chegaram a “ocupar altos postos na administração Imperial, nos conselhos da corte, no senado vitalício, assim como nos mais elevados graus da hierarquia nobiliárquica” (GOULART, 1961, p. 117). O tropeiro citado como exemplo para ilustrar seu raciocínio é João da Silva Machado (1782- 1885), o Barão de Antonina, aliás político de estreita relação com a Província do Paraná e com os Campos Gerais⁴⁶.

A despeito desta aparente opulência, *Tropas e tropeiros na formação do Brasil* ofereceu, detalhadamente, uma ampla investigação acerca das práticas e dos “rituais” modestos daquela atividade. Expondo ao leitor diversas particularidades como as composições da indumentária e da dieta:

[...] traziam a cabeça um chapelão de feltro, quase sempre cinzento, camisa e calças marrons, de pano forte, botas de couro flexível, tão compridas que alcançavam a metade da coxa, uma grande manta de baeta, com abertura no centro para a cabeça [e a dieta] não muito variada e quase que exclusivamente a carne seca, feijão, angu de milho, farinha de mandioca, torresmo e café com açúcar (GOULART, 1961, p. 119).

Goulart explicou essa suposta contradição afirmando que “o tropeiro, propriamente dito, já desenvolvidas suas atividades em negócios diversos, não mantinha aquele contato direto, permanente, com os animais, a que se viam obrigados os outros” (GOULART, 1961, p. 126). Percebemos, portanto, uma distinção entres os elementos humanos das tropas. Segundo o autor, eram dos camaradas, arrieiros e cozinheiros que se “ouviam aquelas histórias que enchiam as horas de repouso, antes do sono reparador; e de suas gargantas é que ecoavam as notas e as palavras, hora brejeiras, hora nostálgicas das canções que entoavam” (GOULART, 1961, p. 126). Essas canções e estórias que “animavam a burrama e as almas dos viajantes” (GOULART, 1961, 126) eram compartilhadas nos momentos de trégua para o pernoite.

"Não se pode falar de tropas, de tropeiros e de camaradas sem mencionar o pouso, cujo surgimento na paisagem interior de certa parte do Brasil deveu-se especialmente ao mencionado sistema de transporte" (GOULART, 1961, p. 129). Este é justamente o “mito de origem” da cidade de Castro. A historiografia produzida por memorialistas locais aponta que

⁴⁶ O resumo biográfico do Barão de Antonina compõe o rol de “Os Grandes Tropeiros” de autoria de David Carneiro e pode ser conferido no Anexo B.

o rio Iapó⁴⁷, por sua característica de tornar-se alagado, obrigava os tropeiros que por ali passavam a aguardar e acampar. Por esse motivo, a primeira denominação de Castro teria sido *Pouso do Iapó* (ROSAS, 1993; BORBA, 1986).

Para Goulart, a atuação dos tropeiros vai além da questão comercial, diz respeito a essa ocupação territorial (percepção comum entre os autores que já analisamos), mas também à disseminação de determinados hábitos culturais, a circulação de bens e a transmissão de informações. Pois esses sujeitos carregavam consigo “as notícias mais frescas”, as encomendas almejadas e as necessárias correspondências. No entanto, à vista destas colocações, poderíamos afirmar que os artefatos elencados anteriormente no glossário, dizem respeito, nas palavras do autor, aos “outros” e não ao “tropeiro propriamente dito”? Uma vez que, segundo Goulart, nem sempre o “dono da tropa” ou “empresário dos transportes” seriam os sujeitos que estariam em trânsito. Então, a quem concerne esta cultura material da atividade tropeira? Quais sujeitos disseminaram os hábitos culturais inventariados pelo autor?

Tentaremos encontrar essas respostas nas pesquisas do Cônego Luiz Castanho de Almeida, também citado por Goulart como “um dos maiores conhecedores do tema”, concordando assim com Holanda, Prado Junior, Freyre e Ellis Junior. A propósito, o livro *Tropas e tropeiros da formação do Brasil* termina com um compilado de documentos e transcrições de cartas, em grande medida resultado das pesquisas de Aluísio de Almeida.

Monsenhor Luiz Castanho de Almeida, nasceu em 1904, na cidade de Gareí, São Paulo. Ingressou no seminário em 1918 e cursou Filosofia e Teologia⁴⁸. Foi padre coadjutor em Itararé, Itapetininga e Guareí quando foi transferido para Sorocaba em 1933, onde fixou moradia até o fim de sua vida. Afastou-se das obrigações sacerdotais em 1944 em decorrência de uma doença identificada como esclerose dos nervos, porém, nunca deixou de usar a batina e celebrar missas em sua residência. Faleceu em 1981 no imóvel que veio a tornar-se o Museu Casa de Aluísio de Almeida e sede do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba, fundado pelo pesquisador (DANTAS, 1985).

Seus livros ou artigos com temas religiosos eram assinados com o nome de batismo, já as obras sobre assuntos laicos eram publicadas com o pseudônimo de Aluísio de Almeida. A biblioteca do Museu do Tropeiro possui algumas obras inclusive com dedicatórias do próprio

⁴⁷ Iapó tem origem nos termos tupi *yapó* e *ygapó* e significa “alagado, cheia de rio, lugar alagadiço” (BORDONI, s/d, p. 235). O rio Iapó nasce no município de Pirai do Sul, corta o perímetro urbano de Castro e deságua no Rio Tibagi, no município de mesmo nome. Ver: BORDONI, Orlando. **Dicionário: A língua Tupi na Geografia do Brasil**. Curitiba: BANESTADO, s/d.

⁴⁸ Na biblioteca do Museu Tropeiro, encontramos um livro intitulado *Monsenhor Castanho/Aluísio de Almeida*. Com uma dedicatória para o “estimado amigo Padre Nicolau Baltazar, afetuoso abraço com assinatura não identificada, 05/XII/85”. O livro é de autoria de Arruda Dantas, publicado naquele mesmo ano e trata-se da biografia de Aluísio de Almeida, portanto fonte para as informações que constam nesta pesquisa.

autor datadas de 1977 (ano de inauguração do museu). Até certo momento da pesquisa, acreditávamos que ele havia publicado uma única obra sobre a temática, aquela de 1971 que encontramos na biblioteca da instituição. No entanto, no decorrer da investigação, nos deparamos com outro livro, publicado em 1968, com o título *O Tropeirismo e a Feira de Sorocaba*, e foi através da leitura dessa publicação que descobrimos algumas informações importantes sobre a sua trajetória de pesquisa.

Neste tomo de 1968, Almeida esclareceu que pesquisara sobre a história dos tropeiros desde 1938. Fato que explica porque encontramos o seu nome nas obras anteriormente analisadas, embora as referências não mencionassem livros publicados. Ficamos sabendo também que a obra *Vida e Morte de Tropeiro* ficou pronta no ano de 1944: “entreguei-o ao ilustre editor Martins [...], recebendo um bom pagamento para época” (ALMEIDA, 1968, p. 5)⁴⁹. Segundo Dantas (1985), seu biógrafo, o motivo da não publicação foram questões econômicas, pois o editor, José de Barros Martins, acreditava que o livro não seria rentável, por isso, passados mais de 20 anos ainda não tinha sido publicado.

Almeida confidenciou que durante aquele interim “a ideia fixa do livro lhe perseguia”, mas como já tinha vendido os direitos autorais, não dispunha de muitas alternativas, a não ser escrever outro livro. Dizia ele: “então resolvi redigir um pequeno trabalho em esquema, quase, totalmente diverso, na redação, e aumentado com as buscas que fiz depois” (ALMEIDA, 1968, p. 5).

Os três primeiros capítulos de *O Tropeirismo e a Feira de Sorocaba* são artigos publicados no jornal *O Estado de São Paulo* e o restante são textos inéditos resultado de novas leituras e de um “aproveitamento” de ideias daquele “livro fracassado”, que é como ele se refere ao *Vida e Morte de Tropeiro*. Ainda na apresentação, Almeida justificou que não incluiu todas as referências bibliográficas consultadas por uma questão de custo, posto que o financiamento foi feito com recursos próprios.

Nesta história da historiografia da atividade tropeira, observamos que o livro de 1968 é umas das publicações que procurou difundir o termo *tropeirismo*, inclusive incluindo-o no título. Este vocábulo é novamente publicado na obra de 1971 (portanto o autor a utiliza desde a década de 1940). “Pode considerar-se o tropeirismo um fenômeno quase universal, e de todos os tempos, desde a pré-história, porquanto o transporte terrestre e por quadrúpedes

⁴⁹ José de Barros Martins foi livreiro-editor e proprietário da Livraria Martins Editora, uma das principais editoras do Brasil entre os anos de 1940 e 1980. Ver: NASTARI ZENI, Sílvia de Moraes. **O projeto gráfico da coleção Biblioteca de Literatura Brasileira, publicada pela Livraria Martins Editora nas décadas de 1940 e 1950**. 2019. 192f. Dissertação (Mestrado em Design) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

domesticados pertence ou pertenceu a todos os continentes” (ALMEIDA, 1968, p. 7). Na sequência, abrindo suas análises o autor defendeu abertamente o uso do termo:

A palavra erudita tropeirismo, não usada popularmente, já tem sido empregada. Por que não? Assim, como o bandeirismo já foi dicionarizado e definido como o conjunto de fatos ligados às bandeiras, o tropeirismo é um complexo de fatos geográficos, históricos, sociais, econômicos e até psicológicos relacionados com as tropas de transporte em todo país (ALMEIDA, 1968, p. 7).

A proposta de uso do termo *tropeirismo*, sugere também uma nova perspectiva de análise e de registro dessa história que passaria a ser avaliada como um movimento ou um fenômeno não só econômico, mas também social e cultural.

Para Almeida o “primeiro grande tropeiro do Brasil é o Coronel Cristóvão Pereira de Abreu, português fundador do atual Estado do Rio Grande do Sul” (ALMEIDA, 1968, p. 9), pois, segundo o autor, é após a abertura do *Caminho do Viamão* que a designação de tropeiro começou a ser aplicada, inclusive em documentos oficiais a partir da década de 1770. Percebemos que o intento do pesquisador foi estabelecer as diferenças entre a pecuária e o tráfego de mercadorias exercida no restante do país e as práticas do comércio de muares da região Sul e Sudeste. Divergente de José Alípio Goulart, Almeida argumentou que as noções de tropas e de tropeiros seriam originárias do Brasil meridional e diziam respeito, principalmente, a atividade comercial de manadas de cavalos e muares soltos e xucros.

Outro ponto particular desse estudo é o entendimento de que todos os sujeitos envolvidos na atividade eram denominados tropeiros. “Tropeiro é o cozinheiro que montado vem na égua madrinha, como é tropeiro o senhor Barão de Antonina...” (ALMEIDA, 1968, p. 78). Recorrendo a uma analogia com a carreira militar, o autor explicou que “a classe dos tropeiros é uma, como a dos militares, e ao mesmo tempo dividida como a dos oficiais e os soldados, para certos efeitos” (ALMEIDA, 1968, p. 78). Portanto, ainda que todos fossem identificados como tropeiros, havia um reconhecimento social e hierárquico que os diferenciava em determinadas atividades, certamente marcadas pelo poder aquisitivo e pelas funções que exerciam.

A propósito, Aluísio de Almeida procurou identificar quais seriam as orientações políticas desses sujeitos, a partir da suposta dicotomia entre liberais e conservadores. Pois para ele “à primeira vista parece que a civilização do tropeiro, o seu meio que são os caminhos, o próprio ar que respira o leva às convicções liberais, ao contrário do ciclo do senhor do engenho ou do fazendeiro do café” (ALMEIDA, 1968, p. 78-79). Estes últimos estariam mais próximos de instituições patriarcais e do ideal de concentração de poder “nas

mãos de poucos”. No entanto, Almeida não desconsiderou o poder econômico e consequentemente político e social exercido de maneira patriarcal pelos tropeiros “donos das tropas”, posto que encerra essas breves considerações com a afirmação de que “o tropeiro é liberal a seu modo: contanto que o obedeçam” (ALMEIDA, 1968, p. 78-79).

Sobre essas concepções de contrastes sociais, culturais e econômicos dentro do próprio movimento é conveniente que vejamos as seguintes descrições:

O tropeiro de tropa xucra, quase sempre *doublé* de fazendeiro e até de comerciante na cidade, é o representante de uma classe social equivalente à dos senhores de cana e do café. Sabe trocar a tenda, leito de campanha (rede, cama de vento ou pelego no chão) e o ponche do frio e da chuva, pelo seu palacete e salas empapeladas, sobrecasaca e pala de linho, e leito de Jacarandá

O tropeiro de tropa arreada, empresário de transportes, mesmo sendo o dono, tinha uma situação econômica inferior. Dita situação não deixava de influir na categoria social. Por exemplo, ao que saibamos, nunca morou em sobradões da cidade ou da fazenda própria, não teve filhos doutores de Coimbra e São Paulo. Se isso aconteceu, é porque deixou a velha profissão. Subiu (ALMEIDA, 1968, p. 79, grifo nosso).

Para o autor, o negociante de mulas ou muladeiro é quem pode ser considerado membro de uma elite econômica, assim como poderia ser o proprietário de muitas tropas arreadas. “Humildes eram mesmo os tocadores de lote que nem casa e sítio possuíam, sucessores que eram diretos dos escravos tropeiros e andando a pé!” (ALMEIDA, 1968, p. 84). Esse é um dos raros trechos em que vemos a referência da mão de obra de sujeitos escravizados. Não precisamos lembrar ao leitor que o Brasil foi uma das últimas nações a abolir a escravidão e que nossa história colonial e imperial é profundamente marcada pela mão de obra de mulheres e homens oriundos do continente africano e seus descendentes. Mas então, haviam escravizados tropeiros? Negros nos Campos Gerais e no Paraná? Oportunamente, refletiremos a cerca desses questionamentos.

Almeida lamentou que por falta de recursos não inseriu seus estudos sobre indumentária, os quais fundamentaram a criação do “monumento ao tropeiro” de Sorocaba inaugurado em 1954⁵⁰. “Mas o bronze não diz tudo”, como escreve o autor. E encerrou, registrando que não seria possível naquela obra contemplar outros assuntos que gostaria, como “a casa, o pouso, os costumes, até o fogo e a trempe, a política... é melhor pingar o último ponto” (ALMEIDA, 1968, p. 90).

⁵⁰ A imagem da capa do livro de 1968 é justamente uma fotografia deste monumento. No local consta a seguinte informação: “Monumento ao Tropeiro. Homenagem da S/A Indústria Reunidas Francisco Matarazzo ao bandeirante das estradas, exemplo de disciplinas, métodos e tenacidade. Colaborador modesto e paciente da grandeza nacional. 3º Centenário de Sorocaba. 1654-1954”.

FIGURA 10 – Monumento ao Tropeiro em Sorocaba-SP



Fonte: Prefeitura Municipal de Sorocaba. Disponível em: <http://turismo.sorocaba.sp.gov.br/visite/praca-dos-tropeiros/>. Acesso em: 06.dez.2020.

Três anos após a impressão de *O tropeirismo e a Feira de Sorocaba*, Aluísio de Almeida viu seu tão esperado primeiro projeto ser publicado, em 1971, pela editora Martins, em convênio com o governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Cultura, Esportes e Turismo e do Conselho Estadual de Cultura, quase 30 anos depois da venda dos direitos para o editor⁵¹.

Quando nos deparamos com o título, imediatamente nos veio a referência do livro *Morte e Vida de Bandeirantes*, de José de Alcântara Machado e Oliveira (1929). De fato, Almeida assume que se inspirou naquela obra, que refletira “a tendência já vencedora de fazer os paulistas, mesmo os de agora, bandeirantes, na linguagem falada e escrita” (ALMEIDA, 1971, p. 9). Porém, para o autor, com a decadência da atividade bandeirante, ainda no século XVII, seria necessária uma análise sobre “os bandeirantes que ficaram” considerando que jamais o paulista deixara de “sertanizar”, pois estaria “na massa do sangue” (ALMEIDA, 1971, p. 13). Aliás, já vimos que ambos (tropeiros e bandeirantes) são identificados como sertanistas.

Mesmo com a imensa maioria das narrativas privilegiando os bandeirantes como símbolo de uma identidade regional, Almeida defendeu que “o paulista se tornou

⁵¹ O historiador Roger Chartier nos lembra que os autores produzem textos, mas quem faz livros são os editores, as editoras e os demais sujeitos envolvidos em todo o processo de uma publicação. “Se o corpo do livro é o resultado do trabalho dos impressores, sua alma não é confeccionada apenas pelo autor, mas recebe sua forma de todos aqueles, como o mestre impressor, os compositores e os revisores que cuidam da pontuação, da ortografia e da *mise en page* (paginação)” (CHARTIER, 2007, p. 94).

predominantemente tropeiro, e esse novo caráter principal de sua existência apresentou novas peculiaridades, que determinaram uma época, a época do tropeiro” (ALMEIDA, 1971, p. 19), período esse que teria terminado apenas no século XX.

À primeira vista parece humilhante que os netos daqueles que guardaram tão bem suas nobiliarquias, e nessa afastada República planaltina praticavam os preceitos e também os preconceitos da nobreza, se sujeitassem ao ofício de almocreves ou muladeiros (ALMEIDA, 1971, p. 20).

Surge então, uma hipótese quanto o motivo desse tema estar, até a década de 1960, à margem dos estudos e interpretações sobre a História do Brasil. Almeida buscou reverter essa provável imagem desprestigiada, advertindo que até o século XVIII “somente grandes heróis podem levar sal do Rio de Janeiro até Serro-frio, por exemplo, ou à Goiás” (ALMEIDA, 1971, p. 20). Portanto, há uma narrativa que procurou justificar a escrita da história destes movimentos, afinal “os tropeiros seriam heróis a serviço da pátria”⁵².

Guardadas as devidas proporções, parafraseando Antônio Cândido, esse livro foi concebido e idealizado para se tornar um “clássico”. Seria o primeiro estudo com publicação nacional, que procurou abranger e estudar o maior número de perspectivas possíveis sobre o assunto: origens, características e implicações sociais e culturais. Resultado de uma pesquisa de fôlego, realizada em arquivos públicos de Sorocaba e São Paulo, periódicos, registros de história oral, além de extensa bibliografia, dessa vez enumerada e comentada ao final da obra.

Além do conteúdo, nos interessa a forma e a subjetividades do texto. Como por exemplo a presença de muitos nomes de capitães, coronéis e barões envolvidos com atividade, designando-os como “senhores tropeiros”. Pois, conforme afirma o autor, estes sujeitos seriam “tão importantes como os senhores de engenho e os fazendeiros de café. A nata da aristocracia de então. Mas, infinitamente mais democratas, no seu contato com os peões, pobres estes, mas não lacaios” (ALMEIDA, 1971, p. 46-47). Almeida adotou a ideia da existência de uma categorização para construir a seguinte explicação: havia um patrão - o “dono da tropa”, no entanto, na narrativa por ele construída, durante as viagens, “ao pé do fogo reuniam-se os tropeiros das barracas vizinhas, corria o quentão, e a viola entrava em cena, saudosa dos pampas do Sul, dos belíssimos Campos Gerais, das montanhas mineiras ou dos Sertões do São Francisco” (ALMEIDA, 1971, p. 56). Momento de confraternização em

⁵² Ao final da apresentação Almeida declarou que: “não pretendemos estudar o tropeiro ao mesmo tempo de gado vacum e cavalar, mas restritamente o negociante de animais equídeos e principalmente muares, e o transportador de cargas, o que corresponde ao significado mais comum em São Paulo” (ALMEIDA, 1971, p. 21).

que se aproximavam “caboclos, camaradas, peões, enfim nome genérico que designava, na hierarquia do grupo, todo tropeiro que não fosse patrão” (ALMEIDA, 1971, p. 56).

Almeida, que não era sorocabano de nascimento, mas radicou-se naquela cidade, tornando-se profundo conhecedor da documentação local, foi autor também de textos sobre a história da cidade. Sendo assim, há um detalhamento da relação entre a atividade tropeira e aquela localidade, principalmente em relação a “afamada” feira. Logo, nesta obra, encontramos o detalhamento sobre o funcionamento e a organização delas:

Ao derredor de Sorocaba, entre a cidade de Itapetininga, havias os campos nacionais. Há-os ainda, invadidos pelos sitiantes, aos poucos se encurtando. Terras devolutas. Eram uma instituição nacional. Servidão pública. Cada tropa que vinha chegando ia sendo colocada no encosto, à espera do comprador. O encosto era o lugar apertado entre um riacho e capões de mato, onde, sem fechos nem cercado, era mais difícil a burrada fugir, ou entreverar-se com as outras. À frente, guardando a entrada, o rancho de sapé ou a barraca de algodãozinho do capataz e camaradas. Pela noite fria dentro, com os ventos dominantes de sudeste e em campo aberto, um camarada fazia a ronda. O homem podia sofrer, mas não perder o animal (ALMEIDA, 1971, p. 56).

As feiras tinham épocas de duração diversas, mas aos poucos foram fixando-se em fins de abril até início de junho para facilitar o encontro de vendedores e compradores de animais. Os tropeiros de tropas xucras partiam do extremo-Sul assim que terminava o inverno, normalmente nos meses de setembro e outubro e no final do mês de março começavam a chegar na região de Sorocaba. Quando pensamos em feiras, trazemos nossas referências e imaginamos um local específico, onde expunham-se os produtos diante dos prováveis compradores. Todavia, Aluísio de Almeida explicou que as tropas ficavam nos campos, próximos da vila, como descrito na citação acima, a negociação começava pelas ruas, comércios e botequins do povoado, onde “tropeiros vendedores conversam com os tropeiros compradores”. Despertado o interesse, deslocavam-se até o local de resguardo das tropas para realizar o corte.

O corte era feito do seguinte modo: o dono da tropa reunia todos os animais, misturando-os para mesclar os melhores e os piores exemplares. Após essa mescla, os animais seguiam a égua-madrinha em uma fila para contar o número solicitado pelo comprador até o rompimento - o corte - da fila para separação dos animais. A primeira venda de tropa era considerada o início oficial da feira, “ouvindo-se por todos os lados da vila: rebentou a feira!” (ALMEIDA, 1971, p. 58).

Ainda segundo Almeida, no período em que escreveu o texto (presumimos que na década de 1940) estava em exposição no Museu Paulista uma tela de autoria de Henrique

Távola com a reprodução de um desenho/esboço feito por Hercules Florence, jornalista que teria feito o registro *in loco* durante a expedição Langsdorff, em 1826.

FIGURA 11 – *Corte da tropa* de Henrique Távola. Tela em exposição no Museu Paulista (1937). Reprodução de Pintura "Corte da Tropa" (H. Távola, a partir de original de H. Florence)



Fonte: Acervo do Museu Paulista. Digitalização: Hélio Nobre/José Rosael.

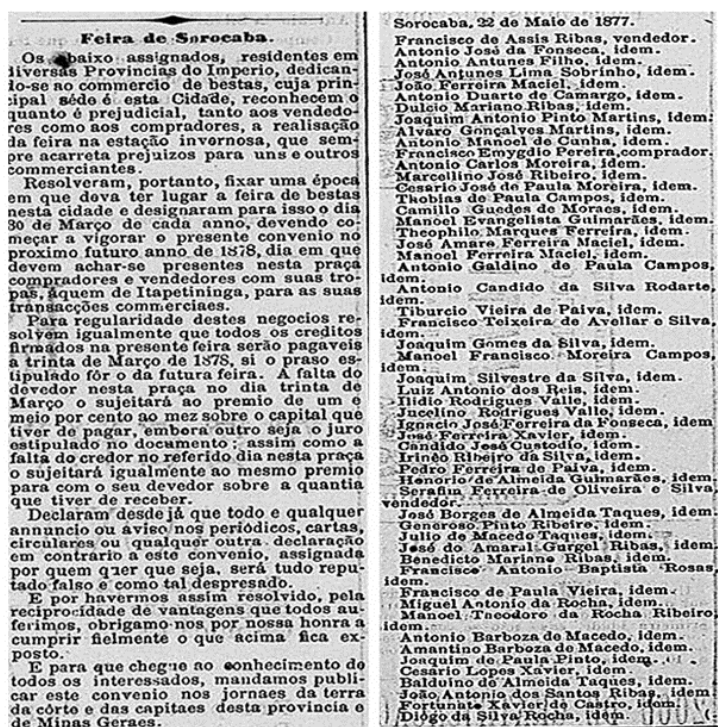
Após a venda da última tropa “a cidade caía na modorra”. “Pode-se dizer que essa gente vivia entre duas feiras, comentando o sucesso da passada e preparando a futura” (ALMEIDA, 1971, p. 58). Por meio de notas e artigos publicados em jornais do fim do século XIX, o autor construiu o enredo sobre as feiras, inclusive contrapondo depoimentos contrários e favoráveis, como nos exemplos a seguir: “nenhum avanço há nessa cidade que comprove a vantagem das feiras e a necessidade de sua subsistência. Não! Antes, está decididamente verificado que elas são um sorvedouro dos dinheiros de Sorocaba”, uma crítica enviada por um leitor ao *Colombo: Jornal litterario, noticioso e comercial* em 1877 (ALMEIDA, 1971, p. 59)⁵³. Todavia, recorrendo ao mesmo periódico, o autor comentou notícias sobre a movimentação financeira promovida pela compra e venda de muares, além do registro de que “as grandes casas comerciais da cidade comercializavam muito mais com os tropeiros que

⁵³ Aqui o autor transcreve trechos do periódico “Colombo: Jornal litterario, noticioso e comercial. Sorocaba, SP. 1877”. O documento compõe o acervo da Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional e está disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16.dez.2020.

vinham de fora de outras localidades do que com os cidadãos da região” (ALMEIDA, 1971, p. 59).

Avaliamos que não há indicações de métodos de análises ou mesmo observações críticas as fontes, no entanto, reconhecemos que o registro da imprensa ofereceu muitas possibilidades para autor e o ajudaram a “provar” suas teses e argumentações. São citados por ele periódicos de Sorocaba, de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul. Em 1877, alguns tropeiros publicaram um comunicado, em diversos veículos, solicitando a fixação de um dia para realização da feira a partir do ano de 1878 (ALMEIDA, 1971). Assinaram essa nota cerca de 50 sujeitos e, segundo o autor, muitos desses paranaenses, “mais paranaenses do que gaúchos, a julgar pelos apelidos de família” (ALMEIDA, 1971, p. 67). Recorremos ao Arquivo da Hemeroteca Nacional e localizamos o dito artigo.

FIGURA 12 – Abaixo-assinado referente à Feira de Sorocaba



Fonte: O Globo. n. 259, 24.out.1877, p. 3. Arquivo da Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em: 15 dez. 2021.

De fato, muitos sobrenomes são iguais aos sobrenomes conhecidos e de famílias tradicionais da região do Campos Gerais⁵⁴. Além disso, esta informação é confirmada por Carlos Eduardo Suprinyak (2006, 2008), pesquisador da área de História Econômica, que realizou um levantamento da documentação elaborada por registros e barreiras imperiais de fiscalização e cobrança de impostos de Rio Negro (PR) e Itapetininga (SP). Em suas análises concluiu que:

No caso de Rio Negro, **houve predomínio absoluto de fiadores paranaenses**, seguidos por paulistas da região sul, juntos, estes dois grupos responderam por quase 95% das tropas e animais conduzidos. Registrou-se 45 localidades diferentes, e **as três mais relevantes foram localidades paranaenses**: em primeiro lugar Rio Negro, o próprio local do registro, seguido por Lapa e **Castro**, localizadas nas imediações. No caso dos locais de internada, repetiu-se o mesmo padrão. **Predominaram por larga margem as estações paranaenses**, seguidas por aquelas do sul de São Paulo. Foram registrados 57 locais de internada diferentes, dentre os quais se destacaram **Castro, Lapa e Ponta Grossa, três localidades da região dos Campos Gerais que, juntas, foram responsáveis pela internagem de aproximadamente 45% das tropas e animais. Além disto, uma parcela significativa das tropas (10%) registrou apenas a indicação genérica "Campos Geraes", reforçando ainda mais o predomínio desta região como principal centro de internagem das tropas** (SUPRINYAK, 2008, p. 337, grifo nosso).

Portanto, estudos acadêmicos posteriores que analisaram a proveniência dos condutores das tropas que passaram pelas barreiras de cobranças de impostos, reiteram a informação de Almeida a respeito da significativa presença de paranaenses nesta atividade.

Dando continuidade à nossa jornada, um dos capítulos mais aprazíveis da obra é o que procura retratar elucubrações sobre os períodos de infância e de juventude desses tropeiros. Nesse momento, o autor fez uso de recursos literários para produzir conhecimento histórico. Talvez, nesse momento, alguns historiógrafos apresentem resistências em relação ao texto, posto que a cientificidade da pesquisa poderia ser questionada. No entanto, lembramos que o trabalho do historiador é um exercício, essencialmente, de escrita e que, portanto, as formas para a construção de redações podem ser encaradas como “a arte de inventar o passado”. Indubitavelmente, sem negar a responsabilidade política e social que o ofício provoca e exige. É preciso método e crítica para tratar das “ações do homem no tempo”, no entanto é possível fazê-lo sem negligenciar o prazer que uma boa narrativa é capaz de oferecer. Além disso, “sem a reflexão crítica sobre a arte da narrativa não há ciência possível na historiografia” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 16).

⁵⁴ Informação averiguada dos inventários *post mortem* transcritos e armazenados nos arquivos do Museu do Tropeiro (1800-1870).

Na narrativa que ora analisamos, é como se o autor fizesse uma pausa e, de repente, já não encontramos datas, nomes e “grandes feitos”, e sim uma contradição do cotidiano: a complexidade do trivial. E é nesse contexto que a obra nos conduz a uma reflexão sobre dois atores que, até o momento, não foram contemplados na historiografia que ora analisamos: as mulheres e as crianças.

Em *Vida e morte de tropeiro* a mulher passou a “existir” na narrativa como progenitora, pois um futuro tropeiro “pode ter nascido na barraca onde a mãe, corajosa, acompanha o esposo nas longas jornadas pelos sertões” (ALMEIDA, 1971, p. 90). Tal criança seria apresentada, de forma lúdica, à profissão que supostamente herdaria do pai, pois desde a mais tenra infância identificar-se-ia com “a primeira montaria, com o chicotinho de cabo encastado em prata, os arreios mirins e o porte senhoril de príncipezinho, filho do rei das coxilhas” (ALMEIDA, 1971, p. 90). E assim seguiu a narração, direcionando o leitor a imaginar o processo de aprendizagem das primeiras letras, a introdução da religião com a memorização de orações e participação nas celebrações, mais especificamente das missas, afinal é importante advertir que o autor é um sacerdote da Igreja Católica e que o processo de colonização no Brasil é profundamente marcado por esta religião. Já adulto, *expert* naquela labuta, o menino tornar-se-ia um honrado tropeiro católico. Mas e se a aquela “corajosa mãe” desse a luz a uma menina?

Almeida relatou hábitos e costumes associados ao contexto dos séculos XIX e início do XX, logo se os pais morassem em uma fazenda e entendessem que deveria estudar, a menina iria para um colégio interno, onde aprenderia “prendas domésticas, trabalhos de renda e crochê, música e a ler e escrever” (ALMEIDA, 1971, p. 92). “As filhas do tropeiro casavam-se bem cedo. Tinham bastantes filhos. O lar é uma casa grande, povoada” (ALMEIDA, 1971, p. 92). As mulheres que não casavam “passavam a vida santa e morriam em odor de santidade, muitas irmãs de tropeiros, na Luz em São Paulo. Em Santa Clara de Sorocaba ou em Itu” (todos estes espaços citados no livro são conventos ou casas de recolhimento para mulheres). Nesses locais, “rezavam pelos homens sempre em luta com o demônio, o mundo e a carne neste vasto planalto que desce para as coxilhas do Prata” (ALMEIDA, 1971, p. 93).

Por outro lado, a vida dos homens seria cheia de aventuras e fascínios, “vendo lugares novos, ouvindo todos os sotaques, admirando costumes diferentes” (ALMEIDA, 1971, p. 93), tropeando e vivendo profusas paixões até o momento que viria a ceder “aos doces vínculos do matrimônio com a filha ou irmã de um companheiro. A união entre as províncias completava-

se e o fruto dela podia dizer mais tarde: meu pai é mineiro, minha mãe é do Rio Grande e eu sou paulista...” (ALMEIDA, 1971, p. 93).

Gente de coragem, os tropeiros! Desprezadores da morte, orgulhosos de serem chamados valentes, digna linhagem bandeirante de cavaleiros feudais, independentes, individualistas, levando a lei na ponta da espada ou do facão, mas sempre com um mínimo de normas de conduta e dogmas de gente honrada (ALMEIDA, 1971, p. 94).

Uma narrativa repleta de idealizações e subjetividades. Um experiente pesquisador, que indica suas fontes e referências bibliográficas, mas que também fala a partir do seu lugar social (CERTEAU, 1982) e de suas convicções pessoais e morais, demonstrando seus juízos e intenções ao historiar o tropeiro como um herói nacional. Correntemente traçando paralelos entre os que possuíam maior poder aquisitivo com aqueles mais modestos ou que apenas trocavam sua mão obra:

Negociante de animais admite todos os tipos, desde o capitalista empanturrado de dinheiro que compra milhares de bestas na estância ou na feira, até ao pequeno sitiante que reúne suas parcas economias para adquirir um ou dois lotes de burros chucros, amansá-los e revendê-los com lucros bem pingues, para dobrar o negócio na feira seguinte (ALMEIDA, 1971, p. 109).

Almeida também registrou a atividade de invernadas na região dos Campos Gerais e a passagem dessas tropas por Rio Negro, Vila do Príncipe (Lapa) e Castro (ALMEIDA, 1971, p. 110). Cidades do Paraná que teriam se desenvolvido a partir de pousos. Povoações em que o logradouro principal era chamado de “rua das tropas”, influenciando inclusive na organização espacial dessas futuras cidades, como o local da igreja matriz e na arquitetura dos imóveis. O autor chama atenção para a diferença entre as casas das regiões mineradoras, onde ainda estão preservados diversos sobrados, enquanto em Sorocaba e Lapa, região de pecuária e campo, as residências são em grande maioria térreas. Fato que ocorre também na cidade de Castro.

Por fim, após a análise deste autor e do que chamamos de história da historiografia tropeira, avaliamos que todos aqueles que de alguma forma participavam desta atividade poderiam/deveriam ser denominados tropeiros, entretanto, observamos que *a priori* o termo é aplicado, com mais frequência, ao dono do capital e/ou aqueles que enriqueceram a partir desse negócio. Além disso, nessas histórias sobre estes “homens de caminhos”, os pontos de partida e de chegada (Rio Grande do Sul e São Paulo) são privilegiados na escrita da história, no entanto, as paragens dos Campos Gerais do Paraná estão constantemente presentes em estudos de pretensão nacional.

Mais adiante, quando analisarmos a trajetória e as ações do Museu do Tropeiro, veremos que há uma estreita relação entre a bibliografia do primeiro capítulo e a promoção/salvaguarda de um determinado patrimônio cultural a partir da criação de um *lugar de memória* para Castro. Concluímos esta etapa com uma afirmação do Monsenhor Luiz Castanho, que nos possibilita reforçar esse pressuposto, uma vez que a frase oferece premissa que sintetiza a fundamentação central da criação de um museu temático na cidade de Castro: “não só o bandeirante, mas também o tropeiro foi plantador de cidades” (ALMEIDA, 1971, p. 159).

1.3. O tropeiro e tropeirismo na Academia e nos estudos regionais

Já dissemos que nosso objetivo neste primeiro capítulo é apresentar ao leitor uma investigação acerca do conhecimento histórico que teria fundamentado a criação do Museu do Tropeiro. Diante deste propósito, concluímos que além dos “clássicos” que ambicionaram uma história nacional, precisaríamos citar também os ditos “clássicos” regionais, ambos presentes na biblioteca da instituição⁵⁵. Segundo José D’Assunção Barros (2006) é a partir da década de 1950 que a História Local ganha força e visibilidade na França⁵⁶. Os historiadores, em diálogo com a Geografia, a partir dos conceitos de espaço e território, construíram o conceito de *região*. Aliás, Barros (2013, p. 06) afirma que “toda *Região* ou *localidade* é necessariamente uma construção do próprio historiador”.

A História Local — ou História Regional, como passaria a ser chamada com um sentido um pouco mais específico — surgia precisamente como a possibilidade de oferecer uma iluminação em detalhe de grandes questões econômicas, políticas, sociais e culturais que até então haviam sido examinadas no âmbito das dimensões nacionais (BARROS, 2006, p. 470).

Segundo a historiadora Christiane Marques Szesz (1997, p. 12), “na historiografia paranaense dos anos 50 e anos 60, a temática da região passou a ser concebida dentro desse diálogo entre a geografia e a história”. A predominância das pesquisas na área da História Demográfica e Econômica dentro do Departamento de História da UFPR contribuíram para a construção de uma História Regional. Ao analisar o Paraná a historiografia procurou “demonstrar que a vegetação e atividades humanas estavam interligados” (SZESZ, 1997, p.

⁵⁵ Estas publicações passam também pela Academia, afinal, quatro dos autores que iremos citar, foram professores da Universidade Federal do Paraná (Ruy Wachowicz, Altiva Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Westphalen).

⁵⁶ Sobre o assunto ver: GOUBERT, Pierre “História Local”. *História & Perspectivas*, Uberlândia, 6-45-47, jan/jun 1992.

13). E especialmente os Campos Gerais “foram considerados uma região no sentido de envolver uma paisagem relativamente uniforme, e um gênero de vida específico representada, nas fazendas de criar” (SZESZ, 1997, p. 13).

Portanto, selecionamos três publicações homônimas: o livro *História do Paraná*, de Romário Martins, publicado originalmente em 1899 (que foi significativamente ampliado em uma segunda edição em 1937), o *História do Paraná*, de Ruy Christovam Wachowicz, publicado em 1966, e o *História do Paraná*, de Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Westphalen, publicado em 1969.

A primeira obra não corresponde ao contexto acadêmico explicitado acima, no entanto para dar continuidade a uma proposta de análise dos supostos “clássicos” presentes na biblioteca do Museu do Tropeiro, consideramos fundamental a alusão ao livro de Romário Martins. Este intelectual foi presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, principal líder do Movimento Paranista e diretor do Museu Paranaense entre os anos de 1902 e 1928⁵⁷. Sua *História do Paraná* propôs uma “história total” que partiu do “meio físico”, com descrições e explicação acerca da geografia e da geologia do território paranaense, passando pela “história oficial da colonização ibérica”, até por análises sobre cultura, etnicidade e organização político-administrativa nos primeiros anos da nova Província. Especificamente sobre a atividade tropeira, tratou do assunto, principalmente, em dois dos vinte capítulos de sua obra. Quando se referiu aos “caminhos históricos” observou que o “Caminho de Sorocaba” originou diversas povoações como: “Itararé, Jaguariaíva, Lança (Piraí), Iapó (Castro), Carrapatos, Santa Cruz (origem de Ponta Grossa), Palmeira, Campo Largo – que eram primitivamente lugares de pouso e currais de descanso ou internadas de gado” (MARTINS, 1995, p. 109). Informação essa que o autor repete em mais de um momento reforçando a concepção de que a fundação dessas vilas e cidades no Paraná foi uma consequência daquela atividade (MARTINS, 1995).

No capítulo *Origens da Economia Rural*, Martins escreveu que “o comércio e a criação de gado tiveram uma influência decisiva no povoamento do território paranaense, muito maior certamente que a mineração do ouro que não fixava populações...” (MARTINS,

⁵⁷Sobre o Movimento Paranista ver: PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo: Cultura e Imaginário no Paraná da I República**. 1996. 276f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/>. Acesso em: 06.abr.2021.

Sobre a atuação de Romário Martins no Museu Paranaense ver: CARNEIRO, Cíntia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013. 202p. Disponível em: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/Pagina/Edicoes-do-Museu-Paranaense>. Acesso em: 06.abr.2021.

1997, p. 270). Sendo assim, o povoamento do estado seria resultado de três ciclos: “a mineração, a criação e o comércio de gado e finalmente a roça” (MARTINS, 1995, p. 273).

Quando o ouro escasseou, deixando menos fortunas que desilusões, os arraiais dos nossos imensos sertões, servidos apenas de trilhos selváticos para as comunicações com as vilas mais próximas e que, ainda assim jaziam centenas de léguas de Curitiba, ficaram em grande parte agremiados na região do planalto, entre a Serra do Mar e o sertão próximo e pressago. Foi então que procuraram salvar-se das contingências do próprio meio social que haviam criado, fundando os órgãos mais precisos à justiça e à administração pública, investigando as veredas mais acessíveis a outros centros de populações e se dedicando à criação e ao comércio do gado. **Foi o ciclo pastoril e tropeiro, mais criador de êxitos felizes que os que dera origem às entradas de preiadores de índios e de caçadores de pepitas auríferas. Foi o ciclo da criação pastoril que iniciou a vida doméstica, a atividade prática, o estabelecimento da ordem nos nossos turbulentos e instáveis arraiais de mineradores** (MARTINS, 1995, p. 247, grifo nosso).

Esta obra de Alfredo Romário Martins, reeditada em 1937, 1953 e 1995 pode ser considerada uma das primeiras iniciativas de uma “história total” do Paraná, sendo adotada como uma obra “oficial” para o ensino do tema. Além disso, embasou e influenciou significativamente a produção do conhecimento histórico que a sucedeu.

Da mesma forma, o livro *História do Paraná*, de Ruy Wachowicz, de 1966, impulsionado pela atividade docente do autor, também fora difundida como material didático para o ensino da história do estado, passando por diversas revisões e ampliações até sua 10ª edição em 2010. Contudo são as edições da década de 1970 que obtiveram significativo alcance, posto que neste mesmo período Wachowicz concluiu o mestrado e o doutorado na Universidade Federal do Paraná e se tornou professor titular da instituição. Um livro que procurou abordar desde os povos originários, no capítulo inaugural “*O indígena paranaense*” (WACHOWICZ, 2010, p. 11) até o século XX e as organizações político-administrativas mais recentes do território como o “*Norte novo e novíssimo*” (WACHOWICZ, 2010, p. 311).

Contudo, é no capítulo de encerramento que encontramos uma explicação de sua tese sobre a ocupação territorial do Paraná. Para Wachowicz, o estado poderia ser circunscrito em três áreas histórico-culturais: a primeira corresponderia ao chamado Paraná Tradicional, que diz respeito às atividades de mineração do século XVII nas regiões do litoral (Paranaguá) e do primeiro planalto (Curitiba) e ao período que nos interessa com o estabelecimento das rotas de comércio de animais e a fixação de locais para invernações nos Campos Gerais, movimento que promoveu também a ocupação dos Campos de Guarapuava e dos Campos de Palmas no século XIX; a segunda área cultural corresponderia ao norte do Paraná com a expansão da economia do café a partir do ano de 1840 e que foi intensificada no século XX com a migração de mineiros e paulistas e com as iniciativas privadas de colonização através da

Paraná Plantation (1924) mais tarde Companhia Melhoramentos Norte do Paraná; já a terceira área teria sido originada a partir da década de 1950 com a chamada “frente sulista” com a migração de sujeitos oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que se estabeleceram nas regiões sudoeste e oeste do estado (WACHOWICZ, 2010).

No final do século XVIII e parte do XIX, os Campos Gerais detinham a hegemonia na ainda pacata sociedade paranaense. Nesse período, através do caminho Sorocaba-Viamão, as populações dos Campos Geais recebiam forte influência paulista e rio-grandense (WACHOWICZ, 2010, p. 327).

O autor escreveu que essa “primeira área cultural”, até meados do século XIX, era composta do “tradicional tripé brasileiro: o português, o negro e o índio” (WACHOWICZ, 2010, p. 328)⁵⁸. E que do ponto de vista político foi desse Paraná Tradicional que procedeu o poder regional. Pois, “foram os luso-paranaenses proprietários de terras que, desde a emancipação política do Paraná em 1853, passaram a controlar politicamente a região” (WACHOWICZ, 2010, p. 328). Ainda que os presidentes de província fossem nomeados pelo governo imperial “o controle político-ideológico emanava dos latifúndios dos Campos Gerais e exercia-se através da Assembleia Provincial e dos cargos administrativos da máquina burocrática” (WACHOWICZ, 2010, p. 328).

Por fim, especificamente acerca do tropeiro e do *tropeirismo*, Ruy Wachowicz escreveu que:

Foi o tropeiro um personagem típico de nossa sociedade de antigamente. **O dono das tropas não era um homem pobre.** A formação de uma tropa requeria quantias razoáveis, sendo a maioria de seus proprietários homens abastados e de destaque. Foram tropeiros no Paraná homens como o Barão do Tibagi (José Caetano de Oliveira), o Barão dos Campos Gerais (Coronel David dos Santos Pacheco), o Coronel Joaquim Rezende de Lacerda, Francisco Paula e Silva Gomes, vulto ilustre e um dos arautos da emancipação política da 5ª Comarca, muito conhecido dos políticos inclusive na Corte do Rio de Janeiro, e muitos outros (WACHOWICZ, 2010, p. 128, grifo nosso).

Além disso, o texto apresenta pormenores acerca da constituição de uma tropa, justificativas dos usos de muares, inconvenientes e dificuldades da atividade. O destaque para o “papel desempenhado pelo tropeiro” para a cultura e para a história do Brasil, ficou a cargo do “contato íntimo e permanente” entre os tropeiros de Sorocaba, dos Campos Gerais e do

⁵⁸ Para exemplificar suas considerações, Ruy Wachowicz comenta sobre os modos de pronúncia dessa região. “Foi nesta sociedade campeira que se aprimorou a pronúncia que caracteriza o paranaense do centro sul do estado. O ‘leiTE quenTE’ originou-se dessas populações dos Campos Gerais, mais tarde reforçada pela presença de várias correntes imigratórias que aportaram ao estado. Já em 1820, o naturalista Saint-Hilaire, que percorreu a região, detectava a existência dessa pronúncia. No linguajar do povo, os ‘ch’ e ‘xis’ (influência portuguesa) cediam lugar para uma pronúncia mais clara. Pronunciava-se como estava escrito, bem claro” (WACHOWICZ, 2010, p. 327).

Rio Grande do Sul, que, segundo o autor, promovera a aproximação dos gaúchos com o restante do país, “impedindo que os mesmos se tornassem castelhanos” (WACHOWCZ, 2010, p. 129). É importante registrar que Wachowicz faz referência aos já citados Saint-Hilaire e José Alípio Goulart (1961).

A última *História do Paraná* que expomos aqui foi publicada em 1969 pela Gráfica Editora Paraná Cultural – Grafipar. Com um viés interdisciplinar, trata-se de uma coleção publicada em quatro volumes que contou com a participação de 12 intelectuais estudiosos das especificidades paranaenses. A coleção foi organizada por Faissal El-Khatib, então diretor daquela editora. O primeiro volume que é o que nos interessa, foi escrito por Altiya Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen, ambos professores da UFPR (ALMEIDA, 2016).

Bento Munhoz da Rocha Netto, político e intelectual paranaense, governador do estado entre os anos de 1951 até 1955, explicou no prefácio que a finalidade da obra era a “necessidade de divulgação da história paranaense” (ROCHA NETTO, 1969, p. 11). Sendo assim, este livro é dividido em três partes, a primeira que trata especialmente dos anos iniciais da chegada dos europeus no Novo Mundo, portanto, formas de ocupação e exploração do território por portugueses e espanhóis; na sequência um extenso capítulo intitulado *Paraná Tradicional* que vai do século XVIII até a década de 1930 do século XX; e por último o *Paraná Moderno* que abordou, entre outros aspectos, a consolidação da colonização da região norte, a economia cafeeira, a industrialização e o desenvolvimento demográfico e urbano até aquele momento.

Com denso referencial bibliográfico e alicerçada nas pesquisas individuais dos autores “a obra teve um alcance científico considerável” (CORDOVA, 2009, p. 217). O texto versou sobre os conflitos e ambiguidades da ocupação do Sul, da região do rio da Prata e os desdobramentos do Tratado de Madri (1750). Inclusive, os autores referenciam Sérgio Buarque de Holanda (1960) e apresentam o trecho da argumentação do diplomata Alexandre de Gusmão mencionando os possíveis benefícios do comércio de animais⁵⁹:

As dilatadíssimas campanhas que se compreendem dentro da demarcação que nos fica, são capazes de sustentar muitas mil pessoas: na criação de cavalarias, bestas, muars e cavallares, se farão opulentos os que tomarem este modo de vida: navegando os seus couros e carnes para os portos do Brasil, e os mais animais terão

⁵⁹ O Tratado de Madri foi um acordo estabelecido entre as coroas ibéricas que reconheceu oficialmente os territórios coloniais já ocupados por ambas. Alexandre de Gusmão, eleito no governo de D. João V como Secretário do Conselho Ultramarino, foi o representante da coroa portuguesa nesta negociação. Ver: CORTESÃO, Jayme. **Alexandre de Gusmão e o tratado de Madri**. 1950. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34868/37604>. Acesso em: 10.mai.2021.

uma grande saída para o serviço das povoações, onde tem delles necessidade (GUSMÃO in HOLANDA, 1960, p. 354 *apud* BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 60).

Sobre o assunto, os autores procuraram explicar “as causas” que levaram ao desenvolvimento do “ciclo das tropas”, evidenciando que a descoberta e exploração do ouro em Minas Gerais e a consequente concentração de população e carência de gêneros alimentícios tornou-se uma adversidade a ser contornada pela administração da colônia (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969). Nesse período, “fazendas de criação de gado dos Campos Gerais do Paraná se desenvolveram com a venda de seu gado aos mineiros, a altos preços pagos em ouro. Mas sua produção era insuficiente para o grande abastecimento” (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 64). Foi neste contexto que o Governador de São Paulo, Caldeira Pimentel, mandara abrir uma estrada ligando os campos do Rio Grande do Sul com os de Curitiba.

Os autores comentaram que esse trânsito de animais e o interesse da coroa em expandir e ocupar o território incentivaram a “expansão da sociedade campeira” (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 81). Após expedições militares (1810), a região de Guarapuava foi “ocupada” por uma “multidão de fazendeiros dos Campos Gerais, à procura de novas terras de campo limpo para a ampliação de suas criações de gado” (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 83). Pouco tempo depois, “estancieiros guarapuavanos” organizaram-se para ampliar seus domínios e ocupar os Campos de Palmas (período que corresponde aos anos de 1839-1846).

Começa nesta data o fluxo de tropas de muares pelo *Caminho das Missões*, em demanda de Sorocaba, e começa também o uso dos campos de Guarapuava e Palmas para invernagem das mesmas, como o maior negócio de que dispunham os fazendeiros (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 86).

Este livro, que tinha como objetivo a divulgação da história paranaense, difundiu a noção de que “o elemento fundamental da expansão das populações foi a fazenda de criação de gado como instrumento, a família como agente social e econômico, as regiões de campos naturais como espaço geográfico e a escravidão como sistema de trabalho” (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 86). Um ano antes desta publicação, Altiva Pilatti Balhana e Brasil Pinheiro Machado lançaram *Campos Gerais: estruturas agrárias* (1968). Portanto, as reflexões acerca da “sociedade campeira” expostas em *História do Paraná* dialogam diretamente com a obra de 1968.

Segundo estes historiadores, o povoamento dos Campos Gerais, que se deu a partir das concessões das sesmarias a ricos habitantes de São Paulo, Santos e Paranaguá, acabou por formatar uma estrutura agrária de grandes latifúndios, mas também era possível observar a existência de pequenas propriedades (MACHADO, BALHANA, 1968; BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969). No entanto, com a emancipação da Província do Paraná, em 1853, o poder local foi inteiramente restituído às classes superiores, especialmente à classe dos fazendeiros dos Campos Gerais, constituindo assim uma oligarquia. Essas características compõem o que os autores denominaram de “sociedade campeira” (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 87).

Entregues à vida campeira, continuidade dos grupos paulistas de que descendiam historicamente, vivendo numa região que se constituiu em “zona de passagem”, entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, no período das tropas, de que participaram intensamente, estabelecendo um contínuo contato com os paulistas e rio-grandenses, os habitantes dos Campos Gerais tinham, sobretudo, costumes de gaúchos (MACHADO, BALHANA, 1968, p. 38).

Sobre esses costumes ou “gêneros de vida” nas palavras dos autores, é fundamental que citemos nesse primeiro capítulo alguns trechos que segundo nosso entendimento (resultado do processo de pesquisa), contribuíram para a fundamentação da narrativa do Museu do Tropeiro e conseqüentemente influíram na seleção dos objetos que se tornaram patrimônio cultural a partir do processo de musealização.

Encasteladas nos seus campos, as famílias fazendeiras criaram uma economia quase autárquica, acentuaram suas relações patriarcais, lutaram contra os bugres que invadiram suas terras e incendiavam seus paióis. Com o algodão que vinha da região de Sorocaba com a lã de seus próprios carneiros, em rodas de fiar e teares, manejados pelas mulheres, fabricavam o pano de sua roupa. Com a madeira de seus capões. Com o ferro em barra armazenado, reparavam seu instrumental de trabalho. Do couro de suas crias faziam aperos de seus cavalos, os arreios, lombilhos, xergas, buçais, cinchas, botas. Em 1798, respondendo ao Capitão-General, a Câmara de Castro dizia que todos os artigos europeus seriam ‘de serventia’, mas a necessidade eram apenas ‘o aço e o sal’⁶⁰. Para esses trabalhos, criaram nas fazendas um artesanato escravo: havia escravos oficiais de carpinteiro, oficiais de sapateiro, oficiais de alfaiate, roupeiros, cozinheiros, arrieiros, domadores, campeiros⁶¹ [...] Nos inventários das famílias fazendeiras de 1795 a 1870, são arrolados os instrumentos de trabalho que completam a descrição das atividades: machados, foices, enxadas, enxadões, facões grandes, facas, cavadeiras, martelos, torqueses, formões, verrumas, compassos, bordana de carpintaria, plainas, serrotes, serras, sepilhos, enxós, goivas, enxós chatas, bigornas, tornos, craveiras, limas, brocas, pregos, barras de ferro com duas arrobas, rodas de fiar, teares de tecer, panos com todos os utensílios, pedras de moinhos, pensa e roda de ralar mandioca, carros, mesas de carros, bois mansos, cangas, selas, estribo de ferros e de prata, freios,

⁶⁰ Segundo nota de rodapé essas informações foram encontradas em manuscritos da Câmara Municipal de Castro.

⁶¹ Segundo nota de rodapé as informações foram retiradas dos Autos de Inventários de 1795 a 1870 do Cartório de Castro.

cangalhas, bruacas, tesouras de tosar burros, escovas de preparar cavalos, espingardas, pares de pistola, pólvora, chumbo, algema de ferro, correntes de ferro (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 88-89).

Lendo esta descrição, temos a impressão de estarmos discorrendo sobre um arrolamento das peças que compõem o acervo do Museu do Tropeiro, pois, além dos objetos relacionados à pecuária, a instituição também salvaguardou exemplares de ferramentas e utensílios provenientes ou utilizados nos séculos XVIII, XIX e início do XX. Ademais, outro ponto muito significativo é o registro da mão de obra de negros escravizados e indígenas. Vimos, em obras anteriores, que a ideia de que essa atividade econômica exigia pouca mão de obra viabilizou uma construção narrativa de que a presença de homens, mulheres e crianças oriundos do continente africano ou seus descendentes seria insignificante no estado do Paraná⁶². Vejamos o que diz este livro da coleção Grafipar:

Quase todos os serviços da fazenda eram feitos por escravos, nem sempre negros. Os primitivos, que acompanharam a expansão paulista para o litoral paranaense, eram carijós, e sua situação jurídica era definida como ‘administrados’. Encontramos em Paranaguá nos tempos da mineração e muito mais tarde nas fazendas dos Campos Gerais. Nos inventários dos fazendeiros da última década do século XVIII e princípios do século XIX, são comuns os *gentios da terra*. Eram escravos indígenas (coroados e botocudos), aprisionados nas investidas que os fazendeiros faziam, em represália, contra os bugres que lhes assaltavam as fazendas e as tropas. Assim, na fazenda Jaguariaíva, em 1795, em 25 escravos, 11 eram *gentios de guerra*. Os negros, porém, constituíram maioria. Distinguiam-se entre *crioulos* e de *nação*, conforme tivessem nascido no Brasil ou na África. Na segunda década do século XIX houve uma importação maciça de negros em São Paulo. Como reflexo, encontramos nas fazendas do Paraná, nessa época, escravos africanos de *nação* e jovens, dominando em número a força de trabalho, eram das *nações* Caçanje, Congo, Cabinda, Munjolo, Loanda, Moçambique, Rebolo. Os escravos do sexo masculino predominavam ligeiramente sobre os do feminino. O número de escravos na fazenda foi em aumento, desde o último quartel do século XVIII, até mais ou menos 1860, em que começou a declinar. Assim, em 1772, uma determinada fazenda da região de Castro tinha 8 escravos e 152 cabeças de gado. Essa mesma fazenda, 1795, tinha 25 escravos e 1346 cabeças de gado. Em 1842, o número de escravos elevou-se a 44 e o de gado a 2827. E afinal em 1870, o rebanho baixara a 2675 e o número de escravos a 35 (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 92-93).

⁶² Ver CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tingüís, pioneiros e adventícios na mancha loira do sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense**. 2009. 296f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/286>. Acesso em: 12.mai.2021; CARVALHO, Tatiane Valéria Rogério de. **O silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba: memória e esquecimento**. 2016. 178f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/286>. Acesso em: 12.mai.2021; PEREIRA, Luís Fernando Lopes. **Paranismo: cultura e imaginário no Paraná da I República**. 1996. 276f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/286>. Acesso em: 12.mai.2021.

A citação nos fornece dados importantes sobre a relação de proporcionalidade entre a atividade pecuária e o número de escravizados⁶³. Nesse momento o texto não especificou as espécies dos animais criados nestas fazendas, lembrando que gado é um termo aplicado para conjunto de animais criados pelo homem para fins diversos. No entanto, os autores esclarecem que não foi o gado *vacum* que transitou pela nova estrada que partia do Viamão e sim gado *muar*, e que “a primeira tropa entrou nos campos de Curitiba, inaugurando a era do tropeirismo em 1731” (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 95). E a partir de então, para a região dos Campos Gerais, esse movimento teria encontrado “nova fonte de renda: o aluguel de suas pastagens, que desde então passaram a se chamar *invernadas*” (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 95). E para aprofundar o tema, os autores paranaenses recorreram a Aluísio de Almeida e suas pesquisas são citadas por intermédio do texto de Alfredo Ellis Junior, que já tratamos neste capítulo (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969).

Com a transformação do uso da propriedade, partilhada entre criatório e a *invernagem*, com a predominância desta, que acompanhou a mudança do fazendeiro em tropeiro, e com a ampliação da economia monetária que a isso se seguiu, desenvolveu-se o comércio contra a autossuficiência das fazendas, começando o predomínio econômico das cidades (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 99).

Essa “ampliação da economia monetária” corroborou para a influência e o prestígio destes comerciantes. Cecília Westphalen confirmou que entre os anos 1842 e 1888, foram outorgados na região do Paraná oito títulos de nobreza, sendo seis destes títulos para tropeiros: Barão de Antonina, Barão do Tibagi, Barão dos Campos Gerais, Barão de Guarapuava (depois Visconde de Guarapuava), Barão de Guaraúna e Barão de Monte Carmelo (WESTPHALEN, 1995)⁶⁴.

Para Letícia Leal de Almeida (2016), que analisou a produção historiográfica de Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen, os discursos destes intelectuais produziram um sentido para o Paraná e propuseram em suas obras “um regionalismo à serviço das classes dominantes” (ALMEIDA, 2016, p. 116). Segundo Almeida, as produções aqui referenciadas “subestimam as desigualdades sociais decorrentes

⁶³ Além dessa observação, Cecília Westphalen, uma das autoras, publicou no final da década de 1990 um artigo analisando a questão detalhadamente. Reuniu e apresentou números e dados demográficos levantados em pesquisas realizadas, principalmente, no Programa de Pós-graduação em História da UFPR. Ver: WESTPHALEN, Cecília Maria. **Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná?** In: Revista da SBPH, nº 13: 25-63, 1997.

⁶⁴ Ao final deste trabalho, no ANEXO B, transcrevemos os resumos biográfico de todos estes homens citados por Westphalen, escritos pelo intelectual paranaense David Carneiro.

do processo de expansão territorial paranaense a partir do século XVIII”, delineando “um movimento implacável do Paraná rumo ao progresso”, subjugando “o indígena, o negro, o caboclo, por não estarem contemplados no tipo-ideal de agente modernizador: o imigrante europeu (ALMEIDA, 2016, p. 116).

Mediante esta perspectiva, não podemos negar que há uma narrativa historiográfica que estabeleceu uma correlação entre atividade tropeira e a formação de uma elite regional. Ainda mais se recorrermos a historiografia que denominou tropeiro apenas “o dono” ou “o patrão”, sincronicamente aqueles que também eram os proprietários das terras do Paraná Tradicional. Em ambas as “Histórias do Paraná”, percebemos que os grandes proprietários rurais, os que detinham as maiores fortunas na província, representavam o poder político local e esse poder econômico foi ricamente detalhado com a descrição e reflexão acerca da cultura material encontrada nos inventários e nos relatos de viajantes sobre essa região. Embora longo, o trecho abaixo nos oferece subsídios para compreender as possíveis associações entre as narrativas acerca dos Campos Gerais, do século XIX e o acervo do Museu do Tropeiro:

Enquanto, em 1820, Saint-Hilaire só viu bancos de pinho compridos ao lado de mesas longas e rústicas, os inventários da segunda metade do século denotam mais refinamento. As cadeiras austríacas estavam presentes: 1 dúzia de cadeiras de palhinha novas e 2 cadeiras de encosto tecidas com palhinha, mostram a ‘sala de visitas’, com seus tocadores de sala, 2 espelhos grandes de sala, uma marquesa e as escarradeiras de louça. A sala de jantar tinha no meio uma mesa grande de jacarandá, com gavetas, rodeada de cadeiras de madeira com assento de sola, e um relógio de parede. De uma dessas mesas, que viu e 1874 numa fazenda de Tibagi, disse Bigg Wither: *‘from ist massive structure and venerable aspect, might have been a relicto f the baronial days of England’*⁶⁵. O rol das louças já era mais opulento: meia dúzia de pratos de porcelana da china, 17 pares de xícaras de porcelana da China, 12 pares de canequinhas de porcelana, 1 aparelho de porcelana, de chá. Duas dúzias e meia de colheres de prata ‘inclusive as de chá, a de açúcar e a sopa’, e outros tantos garfos de prata. Aparelhos de louça de ‘‘o de pedra, de louça parda e outro de ‘louça ordinária’’. Xícaras e pratos azuis, 24 pratos travessas, pratos para doce, copos de vidro para água, 20 cálices, 31 copinhos para vinho, cálices para champagne. Bules de zinco, açucareiros de louça tigelas, farinheiras de ferro, garrações, canecas grandes. Na cozinha: caçarolas de ferro com cabo comprido, bacias de assar pão-de-ló, tachos para doces, chaleiras de ferro, forno de ferro, folhas para assar biscoitos, panelas de ferro, almofariz de bronze, chocolateiras de ferro, espumadeiras de cobre, trempe de ferro para assar pão, caldeirão de cobre. Nos quartos, os velhos estrados de madeira assentados diretamente no chão, já tinham sido substituídos pelas camas, ‘catres de armação’, ‘catres tecidos de couro’, ‘camas de armação de jacarandá’; a roupa guardada em canastras grandes de couro ‘com pregos dourados’, em baús de folhas, em cômodas com gavetas e fechaduras e em

⁶⁵ Tradução livre: “pela sua estrutura maciça e aparência venerável, poderia ter sido uma relíquia dos dias baroniais da Inglaterra”. O relato de Thomas P. Bigg-Wither publicado em 1878, fruto de sua expedição pela Província do Paraná entre os anos de 1872 e 1875, também constitui o rol de relatos de viajantes consultados pela historiografia. Sobre esta obra especificamente, é importante registrar que a tradução brasileira publicada em 1974 contou com uma Nota Biográfica de autoria de Newton Carneiro, historiador, considerado patrono do Museu do Tropeiro. Ver: BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. **Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná. Três anos de vida em suas florestas e campos – 1872/1875.** Tradução de Temístocles Linhares. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974. (Coleção Documentos Brasileiros).

armários grandes com portas. Completava-se com jarro e bacia de louça, o ‘ourinol grande pintado’, os lençóis de morim com babados, ou de linho; as colchas de baetão encarnadas, ou de chita, ou forradas de cassa; os travesseiros de cambraia vermelha com fronhas e os colchoes de riscado. No quarto que servia de oratório um ‘nicho pequeno com a imagem do Divino Espírito Santo’, imagens do Senhor Crucificado, guarnecido de prata, de 3 palmos; 1 imagem da Senhora do Rosário, dourada com 2 palmos de altura; 1 imagem de Nossa Senhora da Conceição, dourada; 1 de Nossa Senhora das Dores. Aos vestidos das mulheres, acrescentam-se as joias: cordão de cinco medalhas de prata, rosário de ouro com crucifixo, pares de bichas de ouro, par de bichas de pedras cravadas, par de brincos de pedra (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969, p. 101-102).

O(a) leitor(a) que já esteve presencialmente no Museu do Tropeiro e em sua exposição Casa de Sinhara, certamente “puxou pela memória” e revisitou o museu em suas lembranças. Para os demais, nos próximos capítulos e por meio das imagens que fizemos questão de anexar, será possível perceber claramente a relação entre os artefatos inventariados e mencionados no trecho acima com as coleções que a instituição foi construindo ao longo dos anos.

Encaminhando para o final desta primeira parte, ponderamos que o objetivo principal foi a análise de obras publicadas antes de 1977 e que foram encontradas na biblioteca do Museu do Tropeiro. Todavia, durante todo o processo do estudo, realizamos um levantamento acerca das produções acadêmicas sobre o tema. Consultamos o *Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da área de História*, criado para reunir, organizar e disponibilizar os dados referentes aos resultados dos cursos de pós-graduação em História (mestrado e doutorado) entre os anos de 1942 e 2000 e o Catálogo de *Teses e Dissertações* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES até a primeira década dos anos 2000. Cientes de que, certamente, não tivemos acesso a totalidade de pesquisas realizadas no país, mas com o intuito de contribuir para o acúmulo e disseminação do conhecimento histórico acerca do tema, organizamos um quadro que está disponibilizado no Anexo A. Além disso, é importante registrar que realizamos este levantamento na área de História, mas o tema interessa a outros campos do conhecimento e por isso é possível encontrar pesquisas nos campos da Geografia, Economia, Ciências Sociais, Turismo, entre outras. Além disso, existem inúmeras publicações independentes sobre o tema produzidas pelos mais diversos pesquisadores, memorialistas, interessados e entusiastas. Caso haja interesse, todo o material consultado e que tivemos acesso constam no rol de referências ao final da pesquisa.

Por meio desse levantamento, conseguimos apurar que nem todos os pesquisadores recorreram ao termo *tropeirismo*, mas, a partir do final da década de 1960, o termo começa a ser propagado, inclusive em pesquisas acadêmicas. Entretanto, quando é aplicado, não

localizamos justificativas ou problematizações. Ao que parece Aluísio de Almeida foi o autor que difundiu tal termo e quando se trata especificamente de aspectos da História do Paraná ou dos Campos Gerais, nos textos que analisamos, em sua imensa maioria, o termo é amplamente utilizado.

A etimologia do sufixo, *ismo* deriva do grego *ismós* e do latim *ismus* e segundo o linguista Antônio Geraldo da Cunha tem “extraordinária vitalidade na língua portuguesa” (CUNHA, 2010, p. 367). Diz respeito às doutrinas ou sistemas artísticos, filosóficos, políticos ou religiosos, mas também participa da “formação de derivados de cunho nitidamente popular com conotações irônico-pejorativas”⁶⁶ (CUNHA, 2010, p. 367). No entanto, consideramos que a atividade tropeira pode adequar-se em outro sentido que também é atribuído a este sufixo, que concerne “aos modos de proceder ou maneiras de pensar ou agir”, conforme explica Cunha, citando o exemplo das expressões *caboclisto* ou *mineirismo* (CUNHA, 2010, p. 367).

Em vista desta explicação e por tudo que estudamos até o momento, concordamos e defendemos o uso do termo *tropeirismo*. Conscientes de que se trata do resultado de uma construção narrativa. No entanto, acreditamos que a edificação desta expressão tem por base o entendimento de que este movimento, fruto de um sistema de transporte de longa duração, que teve início em meados do século XVIII e perdurou até meados do século XX, tornou-se um elemento relevante do processo de ocupação e integração territorial podendo ser avaliado como um fenômeno econômico, mas também cultural e social que reuniu formas de proceder, pensar ou agir. Além disso, o termo foi incorporado às análises acadêmicas, às publicações de órgãos da Administração Pública, sendo largamente utilizado por pesquisadores, memorialistas e entusiastas.

O *tropeirismo*, portanto, pode ser estudado a partir de diversas fontes como documentos produzidos pelo Estado (cartoriais e judiciais), artefatos tridimensionais conservados em museus e por meio de fontes orais. Trata-se de um objeto que pode suscitar questões para diversas áreas do conhecimento como História, Geografia, Educação, Artes, Letras, Turismo, Economia, enfim um vasto campo de possibilidades dentro das Ciências Humanas e Sociais.

No entanto, é preciso assinalar que essa é uma das leituras possíveis. Das pesquisas acadêmicas que examinamos, destacamos o entendimento do historiador Tiago Luis Gil (2009), que estudou o acesso ao crédito e a dinâmica das relações pessoais do que ele

⁶⁶ “Puxa-saquismo”, por exemplo. Ver: CUNHA, Antonio Geraldo da. **Dicionário Etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

denomina de “rota mercantil, que interligava as localidades de Viamão e Sorocaba”. Este autor, em momento algum invocou o termo *tropeirismo* e por meio de uma análise voltada para o campo da História Econômica, Gil escreveu que:

Os tropeiros de gado da rota Viamão-Sorocaba não se constituíam como um grupo social preciso. **Não possuíam identidade étnica, política ou de classe**, ainda que sua performance social fosse orientada tendo em conta a imagem pública que estes negociantes de animais possuíam (GIL, 2009, p. 51, grifo nosso).

Entre outras fontes, o pesquisador analisou as correspondências e a documentação contábil da chamada Casa Doadá, “instituição encarregada de recolher a metade dos tributos pertencente à casa do Conselheiro Ultramarino Tomé Joaquim da Costa Corte Real, que recebeu esta mercê logo após a morte de Cristóvão Pereira de Abreu” (GIL, 2009, p. 47), e chegou à conclusão que “montar uma tropa de animais, ir ao Viamão para comprá-los e depois revendê-los em Curitiba ou Sorocaba, ou ainda em outras regiões, não parece ter sido uma prerrogativa de grandes negociantes” (GIL, 2009, p. 52). Com este argumento, de ter encontrado alguns nomes apenas uma vez, o autor defendeu que não há uma especialização para essa atividade. Entretanto, por diversas vezes alertou para o provável sub-registro e que “muitas vezes o tropeiro indicado na guia não era o proprietário da tropa, mas apenas seu condutor ou, ainda, alguém que conduziu animais de amigos juntamente com os seus” (GIL, 2009, p. 53).

A constatação a que chego é que o negócio de animais não era manipulado por um grupo especializado ou controlado por algum monopólio. Era uma possibilidade mercantil aberta, disponível não apenas a membros salientes de uma elite local, mas estava igualmente no quadro de possibilidades de uma grande quantidade de pessoas que tinham condições de conseguir algum recurso ou um empréstimo (GIL, 2009, p. 56).

Esta constatação do autor já apareceu nos relatos de viagem de Saint-Hilaire em 1820, conforme verificamos no início desse capítulo: “homens de todas as classes, operários, agricultores, quando ganham algum dinheiro, partem para o sul, onde compram burros bravos para revendê-los em sua própria terra ou em Sorocaba” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 19). Portanto, para nós, esta leitura reforça também a argumentação a favor da noção de que todos os envolvidos na atividade podem/são considerados tropeiros, e que, portanto, não se trata de uma distinção social reservada a membros de uma elite.

O trabalho de Gil é formidável para conhecermos os números, os nomes e as relações pessoais envolvidas no estabelecimento de um sistema de crédito no período colonial. Todavia, chamamos a atenção para três aspectos, conforme a seguir: o primeiro é que o

recorte temporal do autor é de 1780 a 1810 e conforme descrito por Ellis Junior (1950), Aluísio de Almeida (1968,1971), Herbert Klein (1989, 1990), Carlos Eduardo Suprinyak (2006), entre outros autores, o auge dos negócios, em termos de número de animais comercializados, ocorreu entre os anos de 1830 e 1870; o segundo é a continuidade desse movimento até meados do século XX (claro que com outros trajetos, proporções e especificidades); e por último, a falta de registros documentais, assumida pelo próprio autor, quando escreveu que a “documentação relata grande número de negócios acertados apenas oralmente, desde a cobrança das dívidas, a organização de tropas de animais e a compra e venda dos animais”, ou seja, “transações orais, baseadas na memória, individual ou coletiva” (GIL, 2009, p. 191). Por fim, registramos que Gil contribuiu significativamente para o entendimento dos meandros e especificidades dessa rede mercantil e explicou que esta atividade funcionou como uma “corporação de capitães, baseado em acertos pessoais, predominantemente orais, nos negócios familiares (no sentido amplo de família) e nas chamadas redes densas” (GIL, 2009, p. 355).

Os tropeiros, sem serem tropeiros, tinham sua corporação de capitães, sem ser corporação formalmente. E era ela que garantia os pontos fixos para que os animais passassem: a confiança entre os negociantes, os obséquios do crédito e da política. Mas para que tal corporação fosse feita cotidianamente pelos capitães, era preciso que houvesse outros pontos fixos: o catolicismo, a monarquia, as noções de equidade, sociedade corporativa e família (GIL, 2009, p. 357).

Após verificar estas considerações do autor, nos parece que caberia aqui uma discussão acerca do conceito de identidade. Para nós a identidade cultural se constitui como um processo dinâmico e uma construção que se “elabora em uma relação que opõe um grupo aos outros grupos com os quais está em contato” (CUCHE, 1999, p. 182). Além disso, “a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas” (CUCHE, 1999, p. 182). Gil escreveu que naquele contexto não reconheceu uma identidade étnica, política ou de classe comum aos tropeiros, contudo, a construção de uma identidade cultural comum é fundamental para pensar as práticas do Museu do Tropeiro e consequentemente as práticas de preservação e difusão de um patrimônio cultural relacionado a esta temática conforme veremos nos próximos capítulos.

1.4. Castro: o Pousio do Iapó

Finalmente, para concluir a análise sobre o lugar do tropeiro na escrita da história, retomamos Michel de Certeau e a operação historiográfica e concordamos que o conhecimento histórico está diretamente relacionado ao lugar social do historiador. Dessa forma, a partir de suas reflexões e de Albuquerque Junior (2019) e Barros (2005), consideramos que a classificação “história regional” é algo complexo. Afinal, quais são os critérios que definem ou delimitam temas/assuntos como nacionais/gerais ou regionais/locais? Partindo do pressuposto de que a noção e a circunscrição de “região” são construções do historiador, bem como das reflexões de Certeau acerca do lugar de produção, acreditamos que todo conhecimento histórico pode ser entendido como *local* ou então *nacional*. No entanto, por uma questão de organização e assimilação de nossas ideias e como nosso objetivo não é teorizar acerca dessas classificações ou denominações, optamos por empregar tais subdivisões.

Dessa forma, sobre história local, as fontes indicam que existem dois principais autores que fundamentaram e divulgaram dados e pesquisas sobre a história de Castro⁶⁷. O primeiro é Pedro Novaes Rosas (1896-1972), castrense, descendente de representantes das oligarquias dos Campos Gerais, foi prefeito da cidade por dois mandatos (1947-1951 e 1959-1963) e publicou *A Fundação da Cidade de Castro*⁶⁸. O segundo é Oney Barbosa Borba (1915- 2001) advogado e membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, natural de Ponta Grossa, mas radicou-se em Castro a partir da década de 1940. Oney publicou mais de uma dezena de livros, entre pesquisas de história, crônicas e romances⁶⁹. Especificamente sobre a organização e o desenvolvimento de Castro, o livro mais difundido e referenciado é a *Pequena História de Castro* publicada originalmente em 1972 e que foi revista e ampliada em 1986 com o título de *Os Iapoenses* (referência ao rio Iapó).

No período colonial brasileiro, pelo regime de sesmarias, a Coroa Portuguesa concedia grandes extensões de terras às famílias que desejassem fixar moradia. Segundo estes

⁶⁷ Notem que não estamos afirmando que são os únicos. Seleccionamos estes por encontrá-los constantemente referenciados na documentação administrativa do Museu do Tropeiro.

⁶⁸ A primeira edição não é datada, mas é anterior a publicação de Oney Barbosa Borba. Nós tivemos acesso a segunda edição publicada pela Prefeitura Municipal de Castro em 1993. Sobre a biografia de José Pedro Novaes Rosas ver: BUENO, Fidelis. **Historiadores de Castro**. Castro: Museu do Tropeiro. Prefeitura de Castro, 2016.

⁶⁹ Sobre a biografia e a produção de Oney Barbosa Borba ver: BUENO, Fidelis. **Historiadores de Castro**. Castro: Museu do Tropeiro. Prefeitura de Castro, 2016; e FLUGEL, Amélia Podolan; MAYER, Milena Santos. Entre a crônica, o conto e o caso: Oney Borba e as histórias dos Campos Gerais. In: BENATTE, Antonio Paulo.; SAAD, Cesar Leonardo van Kan. (Orgs.). **História da Historiografia Paranaense: matrizes & mutações**. 1ed. Londrina: EDUEL, 2019. p. 2133-2430.

memorialistas, a carta de sesmaria requerida por Pedro Taques de Almeida em 19 de março de 1704 é o documento que marca a fundação e o povoamento daquela localidade.

Iapó – Hyapó – Apo’ – Ilyapo’ ou Gapo’ –Ipok – deturpação da primitiva grafia Iapó – rio alagadiço toponímico tupi-guarani dado ao rio que banha a cidade de Castro e seu município, afluente do Tibagi.

O seu nome foi mencionado a primeira vez em documentos oficiais, na sesmaria requerida em 1704, pelo Capitão-mor de São Paulo, Pedro Taques de Almeida pedindo as terras ‘desde Yguaricatú até o rio Hyapó que serão sete ou oito léguas pouco mais ou menos, campos e terras lavradas, e do dito rio Hyaoó até Itambé Hua, e outra banda do caminho...’ À margem esquerda do Iapó, uma colina cercada de águas e banhados, oferecia aos viandantes segurança de um grande potreiro, onde os tropeiros vindos do continente do Sul, faziam o pernoite das suas tropas e um pouso certo na jornada do sul. Religioso, como toda a sua estirpe, o Capitão-mór Pedro Taques mandou levantar uma cruz, marco de sua fé e posse, em seguida uma capelinha de pau a pique, coberta de folhas de palmeiras, que a consagrou ao orago de Sant’Anna (ROSAS, 1993, p. 37).

Segundo Pedro Novaes (como era mais conhecido), a extensão de terra solicitada por Pedro Taques de Almeida, seus filhos e genros, correspondia aos atuais territórios de Jaguariaíva, Piraí do Sul, Castro e parte de Ponta Grossa. Após o falecimento do patriarca, o herdeiro José de Goes e Moraes foi quem deu continuidade ao processo de posse e ocupação daquele território. Em 1720, com a delimitação das divisas entre as Vilas de Curitiba e de Sorocaba pelo rio Itararé, as sesmarias dos Taques ficaram pertencendo a jurisdição da Vila de Curitiba, “cujas divisas serviram futuramente para a formação da Província e do Estado do Paraná” (ROSAS, 1993, p. 38).

O autor também registrou que foi com a abertura do caminho entre São Paulo e o Rio Grande do Sul que houve uma expansão da região, acarretando a atração de “novos moradores que vieram se estabelecer junto ao Pouso do Iapó” (ROSAS, 1993, p. 38). Sobre o assunto, ou então, sobre o “mito fundador” de Castro, Oney Barbosa Borba, escreveu que:

O assentamento de ranchos que deu início a povoação, teve sua origem em circunstâncias hídricas, alheias à vontade dos viajantes, criadores e tropeiros, fazendeiros ou sesmeiros. As margens do rio à montante das corredeiras, onde há vaus, portando baixas, são facilmente alagadiças. As cheias do rio são imprevisíveis e o eram muito mais quando a vegetação marginal era abundante. Com o rio alagado impossível a vadeação. Meses e meses permaneciam acampados os viajantes, com suas comitivas, suas tropas e boiadas, à espera da baixa das águas (BORBA, 1986, p. 8).

Os apontamentos de Borba, nos remetem a afamada constatação de Heródoto sobre o Egito e o Nilo, uma vez que para o pesquisador a característica de alagamento do Iapó teria sido fundamental no processo de consolidação daquele local como pouso de tropeiros. “Os viajantes de Curitiba, de Viamão e de Sorocaba, durante as enchentes do Iapó, no século

XVIII, eram obrigados a pousar em suas margens, principalmente na margem esquerda que, na época, não era tão sujeita aos ataques dos gentios” (BORBA, 1986, p. 13-14)⁷⁰. Do mesmo modo, Novaes Rosas afirmou que “o Pouso do Iapó ficou conhecido por toda a parte e os tropeiros, quando o mencionavam, era na convicção da segurança e comodidade do pernoite de suas tropas” (ROSAS, 1993, p. 38).

Em crescente desenvolvimento, aquele lugarejo com “fazendas povoadas, comércio promissor e sobretudo, uma capela paramentada, com seu vigário, o requisito indispensável para a permanência dos moradores, já se ufanava em ser freguesia” (ROSAS, 1993, p. 18). A ascensão foi confirmada em 5 de março de 1774, sob a denominação de Freguesia de Sant'Ana do Iapó⁷¹.

As divisas da Freguesia do Iapó foram amplas, abrangendo todo o sertão do Paraná. A presença de um vigário a distribuir o sagrado pasto espiritual foi motivo preponderante para atrair inúmeros moradores, que nas Vilas de Itu, Sorocaba, Santos, Porto Feliz e São Paulo vinham à procura da Freguesia do Iapó. O Comércio se tornou próspero, as fazendas se encheram de gados, e tropas e mais tropas seguiam para as feiras de São Paulo (ROSAS, 1993, p. 39).

A elevação para a categoria de Vila não tardou e ocorreu em 20 de janeiro de 1789. Ambos os autores transcreveram em suas obras o Auto de Ereção registrado nos livros de atas da Câmara, onde consta que, por ordem de Bernardo José de Lorena, governador e capitão geral da Capitania de São Paulo, daquele dia em diante “nos papéis públicos não lhe desse mais o antigo nome, mas sim unicamente o nome de Vila Nova de Castro, em honra e memória do Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Martinho de Melo e Castro” (BORBA, 1986, p. 18-19).

Quanto a motivação de tal homenagem para o então Secretário de Estado dos Negócios Ultramarinos de Portugal encontramos divergências. Para Pedro Novaes a deferência teria sido uma promessa do capitão Manoel Gonçalves Guimarães, pois o Ministro teria intercedido a seu favor em Portugal, após sua prisão por envolvimento em contrabando de ouro (ROSAS, 1993). Manuel Gonçalves Guimarães é um dos personagens estudados por Tiago Luis Gil, pois “foi um importante tropeiro de finais do XVIII e início do XIX” e “um dos maiores proprietários de escravos da Vila de Curitiba” (GIL, 2009, p. 58).

⁷⁰ Sobre os povos originários, Borba escreveu que “a tribo indígena que habitava a zona do interior entre os rios Iapó e Pitangui, atual município de Castro, na primeira metade do século XVI eram chamados Abapani (aba: índio ou guerreiro; mbá ou mpa: origem; i: água – indígena das cabeceiras do rio)” (BORBA, 1986, p. 14).

⁷¹ Freguesia era uma divisão administrativa do Império Português fundamentada na existência e organização de uma Paróquia.

Oney Borba também fez considerações a respeito da prisão do grande proprietário de terras e relatou seu envolvimento em contrabando de novilhas de Curitiba à Paranaguá (BORBA, 1986, p. 28). Todavia, este último argumenta que não encontrou qualquer registro acerca do “compromisso do súdito português com o Ministro Melo e Castro” (BORBA, 1986, p. 28). Para o advogado pesquisador “muitos escritores, poetas de fértil imaginação, buscam fantasiar a história com lendas sobre a origem do nome, como a quererem esconder o abjeto pendor bajulatório dos cornacas do colonialismo” (BORBA, 1986, p. 27).

De qualquer forma, estas informações sobre um tropeiro envolvido em atividades ilícitas é uma novidade presente apenas nesses estudos locais (até aquele momento).

Ambos os autores abordaram as especificidades daquela Vila e expuseram informações, curiosidades e fatos que julgaram relevantes para o entendimento de como aquele pouso tornou-se o centro administrativo de toda a região dos Campos Gerais. Em meio ao registro de datas, personalidades e marcos administrativos e institucionais, os tropeiros e o *tropeirismo* permearam todo o enredo construído por estes memorialistas. Segundo Borba “afirmar-se que os paranaenses eram os melhores tropeiros do Brasil Meridional, na época do povoamento, é repetir uma verdade histórica (BORBA, 1986, p. 53). É curioso como em *Os Iapoenses* o tropeiro paranaense é apresentado como “lutador e capaz”, mas, do mesmo modo, Borba faz questão de historiar a violência e a brutalidade do processo de colonização em relação aos povos originários (BORBA, 1986)⁷².

Ainda sobre a estreita relação entre a fundação de Castro e o *tropeirismo*, é primordial expor que os autores relataram que o primeiro local por onde tropas e tropeiros atravessavam o rio Iapó era próximo à Capela Santo Antônio, na Fazenda Capão Alto (sede de uma das sesmarias da família Taques), fazenda esta que a partir de 1751 foi administrada por membros da Ordem Carmelita⁷³.

⁷² Em uma de suas obras sobre os Campos Gerais, Oney Borba escreveu que “a História não é constituída tão somente por lutas heroicas, subordinadas a propósitos idealistas; em seu bojo ela agasalha também muita patifaria, grandes safadezas e crimes hediondos”. Ver: BORBA, Oney Barbosa. **Preconceito e Violência**. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1984.

⁷³ “Localizada em sesmaria concedida pela Coroa Portuguesa à família Taques de Almeida, em 1704, tornou-se mais tarde propriedade da Ordem Carmelita no Brasil. Utilizando-se a mão-de-obra escrava, os frades carmelitas desenvolveram ali a produção de alimentos e a criação de gado, transformando a fazenda num dos primeiros e mais expressivos núcleos de povoamento local, situados sobre o estratégico caminho das tropas. Durante muitos anos, já no século XIX, quando da saída das carmelitas, a fazenda foi administrada pelos próprios escravos. Passou, depois, pelas mãos de diversas gerações da aristocracia e da alta sociedade castrense, até que, em 1979, foi vendida à Cooperativa Central de Laticínios do Paraná. O atual proprietário da fazenda é Koob Petter (membro da colônia Castrolanda), mas desde 2001, esta passou a ser administrada também pela empresa denominada “Fazenda Capão Alto Empreendimentos Culturais e Turísticos S/A”. Possui uma área total de 43,01 hectares, sendo que 22,71 hectares são de mata nativa, a sede e seu entorno possuem 0,38 hectares, o restante é área arrendada” (GOMES, 2007, p. 83-84).

Por esse vau passavam as tropas e, frequentemente, viajantes pousavam junto à capela. Os carmelitas do Convento de Santos, donatários da fazenda por liberdade de José de Góis e Morais, filho de Pedro Taques, não haviam de gostar que em suas cercanias pousassem tropeiros, nem todos eles de costumes admitidos pela rigidez conventual. Fácil lhes foi pressionar a mudança; outro vau havia, logo além, a jusante do Capão Alto, próximo a colina que se avistava da sede dos religiosos, e que também era usado pelos viajantes. A ereção de nova capela, tosca, coberta de capim, assistida por carmelitas, com mais tolerância quanto aos costumes, atraía a peonada, que além de rápidas devoções, prelibavam as delícias de merecido descanso, após dias e dias de estafante jornada. Podiam cantar, tocar suas violas, dançar quadrilha ou fandanguear, sem perturbar o sossego dos retraídos carmelitas (BORBA, 1986, p. 173).

Então, próximo a este “segundo” vau, surgira e se desenvolvera o núcleo central de Castro, que após a emancipação da Província do Paraná em 1853 foi elevada à condição de cidade, no dia 21 de janeiro de 1857⁷⁴. Em síntese, concluímos que amparada por essas narrativas, é que a professora castrense Judith Carneiro de Mello viabilizou a instalação de um museu histórico na cidade de Castro, o Museu do Tropeiro. Vejamos como se deu o processo de institucionalização desse *lugar de memória* e a consequente trajetória de seleção e preservação do patrimônio cultural naquela cidade.

⁷⁴ É comum encontrar referências a Castro como “cidade mãe do Paraná”, dada essa informação de que Castro fora a primeira elevação à categoria de cidade após a emancipação da Província do Paraná.

CAPÍTULO 2 - MUSEUS: PONTES E PORTAIS...

Viver a tensão entre ser e não ser é próprio do museu. Por tudo isso, e por algo mais que não consigo compreender e que quando imagino que compreendo não consigo traduzir em palavras cientificamente conformadas, é que digo: os museus são potência, pontes, portais e janelas, são energias criadoras capazes de ir além de si. Eles podem ser aparelhos ideológicos do Estado? Podem. Podem ser espaços de consagração e celebração da historiografia oficial? Podem. Podem ser templos da arte capturada? Podem. A rigor, os museus podem ser tudo isso e ainda mais e podem mesmo ser “metamorfoses ambulantes” e o “oposto” de tudo aquilo que foi “dito antes”

Mario Chagas (2017)

O que é um museu? Um conceito? Uma categoria? Uma condição definida por textos legislativos? Segundo a legislação brasileira museus são:

Instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (IBRAM, 2009)⁷⁵.

No entanto, para a construção dessa pesquisa, concordamos com Mario Chagas e avaliamos que, para além das definições legais, os museus são também “arenas, espaços de conflitos, campos de tradições e contradições” (CHAGAS, 2006, p. 16) em movimento.

O termo museu tem origem na palavra *Mouseion* que significa templo das musas, uma referência as nove musas filhas de *Mnemosine*, deusa da memória, e de Zeus, o deus supremo do Olimpo. Este mito sugere a união entre o poder e a memória, sendo assim, o museu é um espaço onde poder e memória caminham lado a lado (NORA, 1993, 2008; CHAGAS, 2006).

As percepções acerca dos museus e de instituições museológicas passaram por alterações ao longo do tempo e possuem uma historicidade, portanto, entendemos que compreender as especificidades dos espaços museais são fundamentais para que sejam

⁷⁵ As definições de museu, usualmente, são fixadas por textos legislativos de seus respectivos países. Todavia, a definição proposta pelo *International Council of Museums* (ICOM) é aquela que norteia os profissionais de museus. Consta em seus estatutos que “o museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade e o seu meio, com fins de estudo, educação e deleite” (ICOM *apud* DESVALLÉES, MAIRESSE, 2013). Informamos que esta acepção, veiculada desde 2007, está passando por um processo de revisão que teve início em dezembro de 2020 e segue até a votação final que está prevista para agosto de 2022, durante a Conferência Geral que ocorrerá em Praga, na República Checa.

capazes de cumprir as demandas verbalizadas nas definições legais do presente, demandas essas que são frutos do acúmulo do conhecimento construído sobre essas instituições⁷⁶.

A história dos museus necessariamente nos remete à atividade humana de constituir coleções, ao ato de colecionar, que de maneira denotativa significa reunir um conjunto de coisas por gosto ou passatempo. Krzysztof Pomian definiu coleção como:

(...) qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para este fim, e expostos ao olhar do público (POMIAN, 1984, p. 53).

Esta interpretação nos auxilia na compreensão das noções de museus, de centros de memória, de bibliotecas e de arquivos. O autor expõe o paradoxo que há no ato de colecionar, no que diz respeito ao valor e a utilidade dos objetos:

(...) por um lado, as peças de coleção são mantidas temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, mas, por outro lado, são submetidas a uma proteção especial, sendo por isso considerados objetos preciosos (POMIAN, 1984, p. 53-54).

Refletindo sobre as origens dessa prática, podemos destacar os objetos conquistados através das guerras, os tesouros dos príncipes, as coleções que indicavam ascensão social e os conjuntos de objetos sagrados, como as relíquias. Algumas dessas coleções “serviam como estímulo à curiosidade e à pesquisa, e outras visavam unicamente ao estímulo emocional e a estética” (HORTA, 1987, p. 160). Deste modo, a prática de colecionar objetos, e mais tarde a história dos museus, pode ser percebida em três momentos: na Antiguidade Clássica, quando eram reunidas coleções de arte em templos gregos e romanos; no Renascimento, no qual foram criados os chamados gabinetes de curiosidades, com coleções de objetos raros ou peculiares, normalmente ligadas a nobreza; e no Iluminismo, quando os museus europeus foram transformando-se em locais de pesquisas e em instituições públicas (POULOT, 2013; FERNÁNDEZ, 1999). No fim do século XVIII as camadas sociais vinculadas à burguesia começaram a almejar o acesso à arte e à ciência dando “origem ao museu moderno, com suas

⁷⁶ Essas demandas são também resultados de um acúmulo de debates na área e que podem ser associados a um movimento denominado Nova Museologia. Definido como: “um movimento ideológico – baseado num número de precursores que, a partir de 1970, publicaram textos inovadores – enfatizou a vocação social dos museus e seu caráter interdisciplinar, ao mesmo tempo que chamou a atenção para modos de expressão e de comunicação renovados. O seu interesse estava principalmente nos novos tipos de museus concebidos em oposição ao modelo clássico e à posição central que ocupavam as coleções nesses últimos: tratava-se dos ecomuseus, dos museus de sociedade, dos centros de cultura científica e técnica e, de maneira geral, da maior parte das novas proposições que visavam à utilização do patrimônio em benefício do desenvolvimento local” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 62-63).

funções de pesquisa, educação, valorização do racionalismo, método e classificação” (POULOT, 2013, p. 63).

Do mesmo modo é a partir daquele período e durante o século XIX que a ideia de museu histórico se consolida, principalmente na Europa, mas também na América, chegando inclusive ao Brasil⁷⁷. Um dos fatores que teria contribuído para essa expansão das instituições museais são as ideologias nacionalistas desse período. Segundo Eric Hobsbawm (1990), para que um determinado povo fosse reconhecido enquanto nação, era preciso responder a três critérios: o primeiro é uma “associação histórica com um Estado existente ou com um Estado de passado recente e razoavelmente durável”; o segundo seria a “existência de uma elite cultural longamente estabelecida que possuísse um vernáculo administrativo e literário escrito”; e a última a comprovação da “capacidade para a conquista” de outros povos (HOBBSAWM, 1990, p. 49-50). Segundo Françoise Choay, durante aquele momento de consolidação, os novos museus tinham “por função servir à instrução da nação”, através da reunião de obras de arte, objetos de arte aplicada, máquinas e com o espírito enciclopedista, os museus deveriam “ensinar civismo, história, assim como as competências artísticas e técnicas” (CHOAY, 2017, p. 101). Além disso, estas instituições nasceram atreladas a ideia de “reconstrução do passado e à valorização da História”, dessa forma, “esses exemplares templos de exaltação da nação constituíram-se em instrumentos privilegiados para a produção e exaltação da memória nacional” (BREFE, 1999, p. 284).

2.1. História, Memória e Patrimônio Cultural: a problemática dos museus

A memória, como construção social, é formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a História, que é forma intelectual de conhecimento, operação cognitiva. A memória, ao invés, é operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz (MENESES, 1992, p. 21).

As fronteiras e as intersecções entre memória e história apresentam vasta bibliografia, autores como Maurice Halbwachs (1990), Jacques Le Goff (2013), Pierre Nora (2008), Paul Ricoeur (1996), Michael Pollak (1989, 1992), entre outros refletiram e apresentaram contribuições teóricas substanciais quanto à problemática da memória e sua relação com a

⁷⁷ Em 1818, 10 anos após da vinda da família real, cria-se o Museu Real com o objetivo de propagar os conhecimentos das ciências naturais no Reino do Brasil. Ainda neste século são criados espaços como: Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), Museu do Exército (1864), Museu da Marinha (1868), Museu Paraense Emilio Goelgi (1871), Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1895).

produção do conhecimento nas ciências humanas e sociais⁷⁸. A partir destes estudos, compreendemos que a memória é uma realidade dinâmica. A faculdade de lembrar ou esquecer, selecionar ou restaurar, experiências ou informações implicam em distintas variáveis biológicas, sociais e culturais. Um processo permanente de construção e reconstrução (MENESES, 1992; CAMARGO, 1999; OLIVEIRA, 2010).

Segundo Ulpiano Bezerra de Meneses (1992, p. 10), uma caracterização comum à memória é a imagem de “mecanismos de registro e retenção, depósito de informações, conhecimentos, experiências” que poderiam ser transportados para o presente. Como se a memória fosse algo concreto e que constantemente estaria exposta ao risco de se desgastar por alguma ação abrasiva. Por esse motivo, é recorrente o juízo de que deveria ser preservada, restaurada, ou então resgatada “como a criança que caiu num poço e não consegue subir à superfície sem o auxílio providencial dos bombeiros” (MENESES, 1992, p. 10). No entanto, esse “salvamento”, conforme os argumentos expostos no parágrafo anterior, acerca do caráter mutável e a fluidez dos processos de memória, bem como a “heterogeneidade presente na memória individual e, mais amplamente, na de grupos e coletividades, torna seu resgate uma ilusão” (MENESES, 1992, p. 10).

Essa é uma questão que foi ponderada e proposta por David Lowenthal (1985), em sua obra *The past is a foreign* (O passado é um país estrangeiro). O historiador norte-americano inspirou os estudos sobre patrimônio que o sucederam, uma vez que analisou o passado como uma construção do presente, marcados por processos de criação, seleção, substituição ou supressão. Ademais, suas análises apontam que não há como resgatar o passado, uma vez que é preciso considerar a impossibilidade de se registrar tudo, a imprecisão e indeterminação a que estão sujeitas as informações que são passadas adiante no tempo e as subjetividades que envolvem o ato de lembrar ou esquecer.

A necessidade de usar e reutilizar o conhecimento memorial, e de esquecer assim como lembrar, força-nos a selecionar, destilar, distorcer e transformar o passado, acomodando as coisas lembradas de acordo com as necessidades do presente (LOWENTHAL, 1985, p. 194)⁷⁹.

⁷⁸ Sobre o tema ver: OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória, História e Patrimônio: perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica. **Fronteiras**. Dourados, v. 12, n. 22, 2010. p. 131-151. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126832>>. Acesso em: 05.jun.2021.

⁷⁹ Tradução livre, no original: “The need to use and reuse memorial knowledge, and to forget as well as to recall, forces us to select, distil, distort, and transform the past, accommodating things remembered to the o the needs of the present”.

É a partir desta perspectiva que entendemos, também, a categoria de patrimônio e compartilhamos a posição de que, da mesma forma, “a elaboração da memória se dá no presente e para responder as solicitações do presente” (MENESES, 1992, p. 11).

Há um provérbio, deveras disseminado, que diz que “quem gosta de passado é museu”. Essa expressão popular demonstra uma concepção depreciativa em que o museu é reputado como um local estático, obsoleto e empoeirado, possuindo a função de guardar coisas antigas que não tem mais utilidade. Jacques Le Goff (2013) argumentou que o termo “antigo” oscila entre sabedoria e senilidade, ou seja, pode ser associado ao acúmulo de conhecimento, mas também pode ser aplicado de forma pejorativa, como sinônimo de velho/ultrapassado. Contudo, no período do Renascimento (séculos XIV, XV e XVI) o “antigo” ganhou uma nova perspectiva, graças a valorização da Antiguidade Greco-Romana, movimento que fundamentou a modernidade do século XVI. Mais tarde, a partir dos ideais iluministas, é que substancialmente a ideia de um tempo cíclico vai ser substituída pela noção de um progresso linear que privilegiava significativamente o moderno. Em relação ao passado e ao presente, o historiador francês evidenciou que a cognição do tempo é variável conforme a sociedade e o momento. O afamado texto intitulado *Documento/Monumento* (2013) também auxilia nesta reflexão, posto que Le Goff propõe uma análise acerca da problematização da memória nas ciências humanas, principalmente na História e na Antropologia. O autor alertou que as perturbações na memória não são apenas perturbações do indivíduo, mas apresentam reflexos na memória e na identidade coletiva. Nesse sentido, o primeiro ponto explorado por ele é o da memória étnica, a qual solidificou a memória coletiva dos povos sem escrita, aquela que fundamentou a existência das etnias ou famílias - os mitos de origem. É importante perceber que ela não é caracterizada como uma memória palavra por palavra. Deste modo, o autor tratou das variações existentes nos mitos justamente porque o processo de memorização destas sociedades sem escrita tem mais liberdade e possibilidades criativas. Explicou também que nestas sociedades a memória coletiva tem três grandes objetivos: o conhecimento da idade coletiva do grupo (mitos de origem); o prestígio das famílias dominantes (genealogia); e o saber técnico (magia religiosa).

Com o aparecimento da escrita há uma significativa transformação na memória coletiva (LE GOFF, 2013, p. 394). A escrita permitiu que esta memória registrasse a origem e a comemoração dos seus acontecimentos. Assim, surgiram os monumentos comemorativos, como as estelas ou obeliscos com inscrições e imagens. No Egito, destacam-se os monumentos funerários, e existem também as estelas jurídicas, como o código de Hamurabi na Mesopotâmia. Estes registros ganharam visibilidade com os gregos e os romanos e

chegaram até o suporte papel. Françoise Choay alertou também para a natureza afetiva dos monumentos em relação a memória, pois o monumento atua na memória a fazendo “vibrar como se fosse presente” (CHOAY, 2017, p. 18).

O monumento assegura, acalma, tranquiliza conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento (CHOAY, 2017, p. 18).

No início do século XX, a crise do progresso motivou novas atitudes em relação ao passado, presente e futuro. No pós-guerra, a ligação com o passado começou a adquirir configurações reacionárias, diante da angústia imposta pelas armas atômicas e uma euforia perante o progresso científico. Neste sentido, a sociedade volta-se para o passado com nostalgia e para o futuro com receio ou esperança. A aceleração da história levou também os povos dos países industrializados a conectar-se nostalgicamente ao passado (NORA, 2008). “Daí a moda retrô, o gosto pela história, arqueologia, entusiasmos pela fotografia e prestígio da noção de patrimônio” (LE GOFF, 2013, p. 210).

Patrimônio é um termo de origem latina, *patrimonium*, que deriva da palavra *pater* e refere-se “a tudo que pertencia ao pai” (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 10). Segundo Pedro Funari e Sandra Pelegrini o conceito de patrimônio surgiu no âmbito privado, mais especificamente relacionado ao direito de propriedade. Portanto, o patrimônio, em sua origem, é “patriarcal, individual e privativo da aristocracia” (FUNARI, PELEGRINI, 2006, p. 11).

O caráter público do patrimônio decorreu do surgimento dos Estados nacionais, naquele mesmo contexto de consolidação dos museus, pois é a partir do final do século XVIII que este tema passou a interessar ao Estado. Para Choay (2017), que estudou os marcos e os processos ocidentais de proteção e definição das noções de patrimônio histórico e cultural, a França é a nação que ofereceu instrumentos para o início dessa discussão pública. Para evitar a destruição de monumentos durante a Revolução, aquele país voltou-se para criação de uma legislação, que “durante muito tempo constituiu uma referência, primeiro na Europa, depois no resto do mundo, pela clareza e racionalidade de seus procedimentos” (CHOAY, 2017, p. 145).

Percebemos, portanto, que a noção de patrimônio cultural vem sofrendo reformulações ao longo do tempo, tornando-se uma construção essencialmente interdisciplinar. Podendo ser encarada como uma questão de valor, uma categoria jurídica, mas também uma forma de

comunicação social ou objeto de política pública (FONSECA, 2017). Célia Reis Camargo (1999), em *A Margem do Patrimônio Cultural*, alertou que é preciso atenção para o conceito de patrimônio exposto nos diversos momentos da história do país, nos atos e textos legais e nos estudos e investigações acerca da construção histórica do conceito diante das políticas de proteção ao patrimônio no Brasil, justamente, por se tratar de um termo polissêmico (CAMARGO, 1999, p. 10). A problematização proposta por esta historiadora sugere que “utiliza-se em geral, sem os esclarecimentos necessários quanto à significação exata do sentido dado, as expressões patrimônio cultural, patrimônio histórico e artístico, patrimônio histórico e cultural” (CAMARGO, 1999, p. 11). Em concordância com a autora, concebemos que se trata de uma questão complexa, afinal “envolve diferentes entendimentos do que seja cultura, história, arte, estética, monumento, documento, testemunho, e outras tantas noções que são mais, ou menos abrangentes, conforme cada conceito é compreendido” (CAMARGO, 1999, p. 11).

Para Nestor Canclini (2015, p. 162) “o patrimônio existe como força política na medida em que é teatralizado: em comemorações, monumentos e museus”. Já vimos que, no Brasil, foi através do Decreto Lei nº 25 de 1937 (ainda em vigor), que o Estado regulamentou e assumiu a responsabilidade de proteção do patrimônio cultural nacional. Para a legislação brasileira e para o IPHAN, o patrimônio cultural do país diz respeito ao conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e bens que remetem à história, à memória e à identidade do povo e do território brasileiro (BRASIL, 1988, Art. 216; BRASIL, 2000). Assim, entendemos que o reconhecimento de algo como patrimônio cultural, é resultado de uma seleção, portanto, fruto de uma escolha marcada por subjetividades e interesses, resultado da ação do Estado, por meio de políticas públicas ou institucionais. Todavia, esse não é o único sentido possível, afinal há patrimônios legitimados por suas comunidades que não são protegidos ou ratificados pelo Estado⁸⁰.

Para o antropólogo Reginaldo Gonçalves, patrimônio cultural é uma categoria de pensamento e não estariam equivocados os diversos estudos que afirmam que “essa categoria se constitui em fins do século XVIII, juntamente com os processos de formação dos Estados nacionais”, mas, para o autor, “ela não é simplesmente uma invenção estritamente moderna”, estando presente desde as “culturas primitivas”. Portanto, “estamos provavelmente diante de

⁸⁰Sobre patrimônio cultural para além do reconhecimento oficial do Estado ver: JOHANSEN, Elizabeth. **A devoção ao Divino, os devotos e a Casa do Divino**: a instituição de um patrimônio cultural em Ponta Grossa, 1882-2019. 2019. 274f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2835>. Acesso em: 06.jun.2021.

uma categoria extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana” (GONÇALVES, 2005, p. 17).

Todo e qualquer grupo humano exerce algum tipo de atividade de “colecionamento” de objetos materiais cujo efeito é demarcar um domínio subjetivo em oposição a um determinado “outro”. O resultado dessa atividade é precisamente a constituição de um “patrimônio” (GONÇALVES, 2007, p. 109).

Essa ideia de uma subjetividade construída em oposição “ao outro” dialoga diametralmente com a definição de identidade como “o sentido da imagem de si, para si e para os outros” de Michael Pollak (1992). Pois, para o autor, a construção de uma identidade passa pela perspectiva de pertencimento, o que significaria afirmar que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si” (POLLAK, 1992, p. 5). O colecionamento ou então a constituição de um patrimônio, de certa forma, legitimaria ou favoreceria a construção de uma identidade ancorada em determinadas memórias.

Vislumbramos, portanto, espaços de intersecção entre memória, história e patrimônio cultural, e consideramos os museus campos privilegiados para a “materialização” desse diálogo. Pois como sugere a museóloga Waldisia Rússio Guarnieri o museu é o cenário que expõe as relações sociais e culturais estabelecidas entre o Homem e o Objeto (GUARNIERI, 1979 *apud* BRUNO, 2010).

A criação dos arquivos, dos monumentos e museus são significativos no processo de seleção e construção de memórias. Já vimos que o termo *Museion* significa templo das musas, que faz referência as filhas de *Mnemosine*, deusa da memória, e de Zeus, o deus supremo do Olimpo. Le Goff escreveu que na Antiguidade a memória era percebida em um primeiro momento como um dom, pois a deusa *Mnemosine* revelou ao poeta os segredos do passado e o introduziu aos mistérios do além. Por esse viés a memória é colocada fora do tempo, possibilitando a assimilação de uma separação entre memória e história, pois “a memória pode conduzir a história ou distanciar-se dela” (LE GOFF, 2013, p. 401).

É nesse sentido que o conceito de *lugares de memória*, proposto por Pierre Nora (1993; 2008)⁸¹, norteia nossas reflexões. Pois, a partir deste autor, entendemos os *lugares de*

⁸¹A obra *Les Lieux de Mémoire* é composta por 7 volumes publicados entre os anos de 1984 e 1992, é fruto de um projeto coletivo, coordenado por Pierre Nora. A introdução da obra foi traduzida para o português e pode ser encontrada em: NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n.10, dez. 1993. p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 06.jun.2021.

memória como elementos de natureza tangível ou intangível, selecionados, construídos ou reconhecidos como patrimônio cultural.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. [...] Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, por que essas ações não são naturais (NORA, 1993, p. 12-13).

Percebemos, assim como a historiadora Janice Gonçalves que a noção proposta por Nora, “escapou do controle de seu autor, extrapolou a esfera acadêmica e ganhou contornos cada vez mais imprecisos” (GONÇALVES, 2012, p. 43). A banalização da expressão tentou reduzi-la a ideia de um “recinto” ou uma “ilustre localização”, uma vez que o termo foi apropriado com fins celebrativos e midiáticos, relegando a problematização e a crítica proposta pelo projeto inicial do autor⁸². No entanto, as reflexões do historiador francês promoveram e ainda promovem “estudos mais sistemáticos e aprofundados sobre instituições de preservação, bens patrimoniais e processos de patrimonialização” (GONÇALVES, 2012, p. 43).

Nora argumenta que esses processos não são naturais ou espontâneos, portanto, resultam da preocupação com a implacável ameaça do esquecimento. É curiosa a contradição que estas análises sugerem, pois, a relevância destas memórias teoricamente seria evidente e irrefutável, no entanto, os *lugares de memória* são forjados socialmente, justamente, por necessitarem de vigilância. “Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis” (NORA, 1993, p. 13).

Consoante ao apontado, é pertinente considerar também as análises do antropólogo José Reginaldo Gonçalves acerca do caráter “construído” ou “inventado” do que é definido ou reconhecido como patrimônio cultural. Além disso, sobre os discursos e as políticas de patrimônio no Brasil, o pesquisador explicou que “a imagem da perda é usada como uma estratégia discursiva por meio da qual a cultura nacional é apresentada como uma realidade objetiva, ainda que em processo de desaparecimento” (GONÇALVES, 1996, p. 89-90). A

⁸² Um exemplo de uma pesquisa na área da História que poderá auxiliar o(a) leitor(a) a entender a abrangência e as potencialidades da noção de *lugar de memória* é a tese de Rodrigo Christofolletti, uma vez que este historiador propôs analisar um conjunto de publicações intitulado *Enciclopédia do Integralismo* como um *lugar de memória* para o movimento integralista, ver: CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)**. 2010. 279f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

retórica da perda, nas palavras do autor, se caracterizou por narrativas que sugeriram o desaparecimento de valores culturais nacionais e consequentemente da memória e da identidade nacional (GONÇALVES, 1996).

Retomando o nosso objeto, no caso brasileiro, o nacionalismo foi um fomentador das instituições museológicas. São as ideologias nacionalistas, recrudescidas no século XX, que dão impulso a uma nova perspectiva acerca das políticas de conservação do que viria a ser avaliado como patrimônio cultural da nação. Foi durante a década de 1930 sob a égide de um governo com perfil nacionalista que foi criado o SPHAN, hoje IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, órgão responsável pela identificação, documentação e promoção do patrimônio cultural brasileiro⁸³. Inicialmente vinculado principalmente à preservação dos bens imóveis dos séculos XVI, XVII, e XVIII, prioritariamente de arquitetura religiosa (FONSECA, 2017).

A atuação do poder público em prol da construção de um ideal e de uma identidade para a nação refletira a “mentalidade específica de organização e preservação da história pátria, a mesma que prevalecerá como tônica determinante do modelo de formatação da história de diversas localidades, através dos museus municipais” (MACHADO, 2013, p. 154). Essas práticas foram se solidificando com o passar dos anos, posto que na década de 1970 “os museus foram utilizados como instrumentos de veiculação de discursos oficiais, com tendências a efetivação do ideal do regime militar” (MACHADO, 2013, p. 154). Todavia, neste mesmo período a Museologia⁸⁴, passou por um processo de (re)avaliação que pode ser observada nos documentos resultantes de seminários e conferências internacionais promovidos pelo o *International Council of Museums* – ICOM (Conselho Internacional de

⁸³ Por meio do Decreto-lei n° 25 de 30 de novembro de 1937 que dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, sancionado pelo então presidente Getúlio Vargas. A criação e consolidação do SPHAN e a relação com a política nacionalista do Estado Novo foi e ainda é amplamente estudada. Sobre o tema ver: CAMARGO, Célia Reis. **À Margem do Patrimônio Cultural**: Estudo sobre a rede institucional de preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980). 1999. 175f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1999; CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009; FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2017.

⁸⁴O termo, etimologicamente, diz respeito ao “estudo do museu” e pode ser definido também como: “uma ciência aplicada, a ciência do museu”. Segundo Georges-Henri Riviére a Museologia “estuda os museus em sua história e no seu papel na sociedade, nas suas formas específicas de pesquisa e de conservação física, de apresentação, de animação e de difusão, de organização e de funcionamento, de arquitetura nova ou musealizada, nos sítios herdados ou escolhidos, na tipologia, na deontologia” (RIVIÈRE, 1981 *apud* DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 61).

Museus). Na década de 1970 “o ICOM assumiu o papel de iniciador das novas exigências de utilidade social dos museus e do patrimônio” (POULOT, 2013, p. 17)⁸⁵.

As declarações e os documentos produzidos a partir dos comitês de discussões realizados nessas conferências demonstram modificações e transições nos discursos e nas práticas desse campo do conhecimento, culminando no desenvolvimento da Nova Museologia. Esse movimento, resumidamente, é identificado como esforço e/ou orientação de voltar-se à função social dos museus. As propostas basilares são encontradas, principalmente, na Carta de Santiago, produzida na capital chilena, em 1972. Para Poulot este documento enfatizou a dimensão social dos museus e abriu uma perspectiva de compromisso profissional (POULOT, 2013). A Carta de Santiago propôs o conceito de *museu integral*, um ideal que buscou proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural.

Portanto, a chamada “Mesa-redonda de Santiago de Chile” é um marco para a Nova Museologia, e é a partir de então que muitas dessas discussões foram ampliadas em demais eventos e publicações, com destaque para a Declaração de Quebec de 1984 e Declaração de Caracas de 1992. Estes textos estabeleceram pactos internacionais que procuraram garantir a participação dos cidadãos e das comunidades nas definições de seus patrimônios e consequentemente de sua conservação e preservação, aspectos diretamente relacionados ao direito à memória e o acesso à cultura e à educação.

O que existe de mais inovador, a meu ver, fora do contexto da época são, sobretudo, duas noções que aparecem melhor, embora às vezes mal colocadas, nas considerações das resoluções e não nelas mesmas: - aquela de *museu integral*, isto é, que leva em consideração a totalidade dos problemas da sociedade; - aquela do *museu como ação*, isto é, instrumento dinâmico de mudança social. Desta forma se esquecia aquilo que se havia constituído, durante mais de dois séculos, na mais clara vocação do museu: a missão da coleta e da conservação. Chegou-se, em oposição, a um conceito, a um conceito de patrimônio global a ser gerenciado no interesse do homem e de todos os homens (VARINE, 1995 *apud* BRUNO, 2010, p. 40).

O museólogo Hugues de Varine, diretor do ICOM entre 1965 e 1974, que estava no centro das discussões naquele momento, concluiu que foi a partir da década de 1970 que houve uma quebra de paradigma de mais de dois séculos: os museus não deveriam mais estar atrelados a uma ideia reducionista de apenas um espaço para coleta e conservação de artefatos. Houve um reconhecimento do potencial e da função dos museus na sociedade “a noção de museu como instrumento de desenvolvimento, desconhecida antes de 1972, é agora

⁸⁵ No Brasil o ICOM atua através do Comitê Brasileiro (ICOM Brasil), fundado em 9 de janeiro de 1948, no Museu Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro.

largamente formulada e admitida. O mesmo ocorre com a noção de função social do museu. E com a responsabilidade política do museólogo” (VARINE, 1995 *apud* BRUNO, 2010, p. 42).

O antropólogo argentino Nestor Canclini, radicado no México, que pesquisou aspectos culturais na América Latina, considerou que “muitos museus dos Estados Unidos, Europa e Japão são hoje para esses países instrumentos fundamentais na renovação de sua hegemonia cultural doméstica e internacional” (CANCLINI, 2015, p. 171). Situação que o autor não observou na América Latina, “por isso, a reflexão sobre o lugar dos museus na política patrimonial pode ser útil para encontrarmos explicações para o nosso deficiente desenvolvimento cultural e nossa peculiar inserção na modernidade ocidental” (CANCLINI, 2015, p. 171).

O Museu do Tropeiro foi oficializado legalmente em 1976, portanto, “gerado” durante esse período de intensas mudanças e transformações na área dos museus e da Museologia. Todavia, veremos nesta investigação se estas ideias debatidas e produzidas nos grandes centros e em âmbito internacional refletiram nas instituições brasileiras e chegaram no interior do Paraná.

2.2. Judith Carneiro de Mello e um museu para Castro

(...) o Museu do Tropeiro não é somente o meu ideal, é a minha vida, é tudo o que eu nunca esperei realizar e que, hoje, me dá um ânimo diferente, de querer mostrar para essa mocidade que alguém tem que conservar isso, alguém tem que levar adiante, não é a minha ideia, mas a nossa história. Então eu faço um apelo: por favor, não deixem acabar o Museu do Tropeiro.

Judith Carneiro de Mello (2002)⁸⁶

A autora dessa súplica é a professora Judith Carneiro de Mello, a mulher que idealizou e realizou um museu para sua cidade natal⁸⁷. Judith nasceu no município de Castro, no estado do Paraná, em 11 de abril de 1923, filha de Maria da Conceição Bueno Barbosa Carneiro de Mello e Vespasiano Carneiro de Mello, empresário e político paranaense. Integrante de uma

⁸⁶ O trecho em destaque faz parte de um raro depoimento da professora Judith Carneiro de Mello gravado em vídeo pelo diretor de teatro Fernando Philbert no ano de 2002, após a realização de um evento intitulado “Espetáculo de Luz Som”. Além deste depoimento, as entrevistas citadas nesta pesquisa foram publicadas em um livro organizado pela Associação de Amigos do Museu do Tropeiro no ano de 2013. A publicação apresenta a transcrição de um manuscrito da própria Judith, trechos de uma entrevista sobre o Colégio São José, cedidas por Ronie Cardoso Filho e transcrição do depoimento gravado por Philbert. Ver: ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO. **Judith**. Castro: Gráfica Kugler. 2013.

⁸⁷ Mas antes de seguirmos, é preciso observar que as “falas” de Judith, ou daqueles que a conheceram, trata-se de memórias que devem ser lidos a partir das orientações da metodologia da História Oral. Resultados de entrevistas são documentos construídos pelo pesquisador e pelo próprio entrevistado e assim como todos os documentos, escritos ou não, oficiais ou não, possuem suas subjetividades e intencionalidades, os quais necessitam um olhar crítico e cuidadoso do pesquisador e do leitor (ALBERTI, 2010, 2013).

das mais antigas e conhecidas famílias da região dos Campos Gerais, estudou nos Colégios São José e Diocesano Santa Cruz em Castro, seguindo depois para Curitiba, onde formou-se normalista em 1942. Logo após concluir o curso de docente, foi nomeada professora do Grupo Escolar Vicente Machado em Castro. No ano de 1949, retornou à capital para cursar a Escola Superior de Educação Física, lecionando por três anos naquela cidade, no Grupo Escolar das Mercês. Sobre esse período Judith deixou o seguinte relato:

Eu não escolhi ser professora, porque quando nós tiramos o ginásio, o papai disse assim: “bom, se vocês querem ser professoras eu vou pagar e vocês vão para Curitiba, para a Escola Normal”. “Mas, eu não quero ir, papai”. “Por que?” “Porque eu quero ser advogada”. Lembro bem da resposta dele, “filha minha não vai ser nunca independente, desista”. Daí, no outro dia comecei a pensar: se eu não for para Curitiba, fico aqui, fazendo o quê? Fui. (MELLO, 2002 *apud* ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, 2013, p. 24);

Mesmo não escolhendo a profissão, Judith lecionou ainda no município de Piraí do Sul, no Grupo Escolar Leandro da Costa, na Escola Normal Regional e no Ginásio Jorge Queiroz. Transferida em 1954 para Rolândia, também no estado do Paraná, trabalhou no Ginásio Estadual e na Escola Normal Regional. Em 1964 retornou para sua cidade natal para trabalhar na Escola Normal Amanda Carneiro de Mello (homenagem a irmã de Judith, igualmente professora) e mais tarde tornou-se Diretora do Ginásio Estadual de Castro, atual Colégio Estadual Major Vespasiano Carneiro de Mello (homenagem ao pai de Judith). Aposentou-se da função de professora no ano de 1983, após trinta anos dedicados à educação.

Em um levantamento realizado no acervo da Biblioteca Nacional, principalmente nos periódicos disponibilizados pela Hemeroteca Digital, encontramos algumas notas publicadas em jornais da capital paranaense. Estas notas revelam que Judith realizou outras atividades além do magistério, como notadamente a organização de eventos sociais e especialmente os habituais bailes de debutantes.

Associados do Centro Castrense de Curitiba, estarão seguindo hoje, para Castro a fim de assistir ao tradicional Baile da Primavera para apresentação das Debutantes de 1979. A grande festa do calendário da sociedade da Pérola do Iapó, tem a organização e coordenação da **Srta. Judith Carneiro de Mello** e entre as atrações, está o conjunto musical “Muzzionos”, nos salões do Clube União e Progresso, com início às 23:00 horas (DIÁRIO DO PARANÁ, 1979, p. 3, grifo nosso).

Outro registro relevante para entendermos a atuação de Judith na cidade de Castro é uma nota publicada há alguns anos antes, em junho de 1970, indicando-a como responsável pelo sucesso de uma exposição itinerante de antiguidades.

Cartas manuscritas pelo reformador Martinho Lutero, documentos da época de Luiz XV, e toalhas russas antiquíssimas, foram algumas das raridades expostas na Mostra de Antiguidades, realizadas em Castro, nos dias 4 e 5 deste mês. Organizada pelo Lions Clube de Castro, a exposição de grande importância para colecionadores – e que passou quase despercebida em Curitiba - **teve na sra. Judith Carneiro de Mello um de seus esteios**. A renda com a exposição foi destinada para a Vila da Amizade, núcleo residencial de Castro. E os bons resultados com a exposição de antiguidades fez seus organizadores programarem outra para 1971 (DIÁRIO DO PARANÁ, 1970, p.3, grifo nosso).

As fontes consultadas em periódicos que circulavam por todo estado, e este último informe em especial, demonstram o interesse da professora por antiguidades e colecionismo, mesmo antes da fundação do Museu do Tropeiro. Além disso, encontram-se também na imprensa paranaense diversos registros sobre a passagem de seus aniversários, comentários sobre sua presença em eventos culturais e sociais na capital e também eventos comemorativos ou beneficentes promovidos ou apoiados por Judith em Castro⁸⁸.

Para compreendermos a presença do nome da professora nas colunas sociais dos diários paranaenses, é preciso retomar a uma informação já oferecida, Judith era filha de um influente comerciante e político. Vespasiano Carneiro de Mello (1886-1960), era natural de Jaguariaíva, filho e neto de comerciantes e que ainda na infância tornou-se morador da cidade de Castro. Foi proprietário do cinema Odeon e de um jornal com o mesmo nome. O historiador José Augusto Leandro (1995) verificou que o pai de Judith expunha suas convicções e se autopromovia politicamente através do jornal, que tinha como principal objetivo divulgar o cinema e sua programação. Leandro (1995) apontou que primeiramente ele era conhecido como proprietário da “Casa Comercial Esperança” e que após a aquisição do cinema, no ano de 1918, é que deu início a sua carreira política, tornando-se prefeito do município de Castro durante diversos mandatos entre as décadas de 1930 e 1950⁸⁹. Devido sua influência e prestígio recebeu o título de Major da Guarda Nacional.

No que diz respeito ao contexto estadual, entre os anos de 1932 e 1945 o interventor do Paraná era Manoel Ferreira Ribas que, segundo o sociólogo Ricardo Oliveira (2004),

⁸⁸ O pesquisador e membro da Associação de Amigos do Museu do Tropeiro, Fidélis Franco Bueno declarou que Judith organizou em 1969 “uma grande exposição no quartel, com peças significativas de usos dos tropeiros e móveis dessa época”. Outro fato interessante que este amigo revela é que “quando o pai dela morreu fez uma fogueira com os papéis dele e, depois que o vento dissipou as cinzas, se arrependeu”. Segundo ele, “a história de Judith divide-se em duas fases, antes e depois da fogueira” (BUENO *apud* ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, 2013, p. 39).

⁸⁹ Leandro verificou que no *Odeon Jornal*, periódico de divulgação do cinema, eram veiculadas as opiniões de Vespasiano e de seu grupo político: “após adquirir o cinema Odeon, em fins de 1918, sua carreira política ascendeu. Primeiramente camarista no início da década de 1920, no seu final, em 1927, já era Presidente da Câmara Municipal e líder mais destacado do diretório local do Partido Republicano Paranaense. Mais tarde assumiu o comando do executivo castrense por diversas vezes (1936-1945, 1946-1947, 1955-1957) (LEANDRO, 1995, p. 99).

pertencia a uma tradicional família da classe dominante do estado e estava vinculado também a classe dominante da região dos Campos Gerais do Paraná, “além disso, era uma importante liderança dos trabalhadores ferroviários, e este conjunto de fatores ajudou a explicar a sua continuidade à frente do poder executivo paranaense” (OLIVEIRA, 2004, p. 19). Manoel Ribas era natural da região dos Campos Gerais, nasceu na cidade de Ponta Grossa e casou-se com a castrense Zelinda Cândida da Fonseca, informação relevante, posto que Oliveira avaliou ao longo de suas obras o alcance e a configuração do poder político no Paraná a partir das relações familiares. Suas considerações nos ajudam a compreender o lugar social de Judith no contexto regional⁹⁰.

Outro sinal da conservação de interesses da classe dominante paranaense no período de 1930-1945 pode ser considerado pela presença de membros das famílias que detinham o poder no Paraná desde o século XVII em cargos importantes. Portanto, nesse período não ocorreram rupturas significativas desse *status quo* (OLIVEIRA, 2004, p. 20).

No supracitado período temos então Manoel Ribas no governo do Paraná e o pai de Judith na administração de Castro⁹¹. Vespasiano Carneiro de Mello, no campo político, ocupou posteriormente também o cargo de deputado e veio a falecer em 1960. Em meados da década seguinte, Judith, já no fim da carreira de professora, experiente em viagens internacionais e com trânsito entre a elite política paranaense, se propôs a criar um museu em Castro. Após discutir o assunto com o intelectual paranaense e seu amigo, Newton Carneiro, estabeleceu com seu auxílio as diretrizes estruturais de um propósito: preservar a memória dos homens que desbravaram as paragens de Castro e do Paraná para realizar o comércio de animais.

A respeito da concepção do museu, Judith fez a seguinte revelação:

Eu me lembro que o Dr. Newton Carneiro, grande historiador paranaense, foi quem me despertou essa vontade de conhecer a história de Castro. Porque, até então, eu não dava muita importância, porque eu não ouvia falar da história de Castro. Quando o Dr. Newton foi comigo até a casa onde nós instalaríamos o museu de Castro, ele disse: “Olha, Judith, me desculpe eu dar um palpite assim, a minha

⁹⁰ Para compreender a estreita relação entre poder político e conexões familiares no Paraná ver: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.; OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **A construção do Paraná Moderno**: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI, 2004; OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Na teia do nepotismo** – sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil. Curitiba: Editora Insight, 2012.

⁹¹ E Getúlio Vargas na presidência do Brasil. Consideramos essa informação relevante porque é possível observar aspectos do fenômeno do populismo nacional reverberando em Castro por meio do perfil de Vespasiano. A residência da família ficava localizada na antiga “Rua das Tropas”, umas das principais e mais movimentadas ruas da cidade e a casa era conhecida por estar sempre com as portas abertas (literalmente) e Judith residiu nesse imóvel por toda a vida.

arrogância, mas eu acho que aqui, nós estaríamos fazendo um Museu do Tropeiro, que é a origem de Castro”. Então, eu pensei e respondi “Dr. Newton, o senhor está aqui para me orientar, pois eu pretendia fazer um museu, porque estou vendo que todas as coisas de Castro, os costumes de Castro estão se evaporando”. (MELLO, 2002 *apud* ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, 2013, p. 25).

Deste modo, durante o processo de pesquisa para instalação do museu, o professor Newton Carneiro, então membro do Conselho do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, recomendou que, devido a origem do município, se instalasse em Castro um museu temático, o primeiro museu especificamente sobre a atividade tropeira do Brasil.

Newton Carneiro, também membro de família tradicional paranaense, advogado e industrial, exerceu diversos cargos públicos ao longo da vida, inclusive dois mandatos de deputado federal (1955-1959; 1963-1967)⁹². Associado ao Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, desenvolveu pesquisas principalmente na área de História da Arte e iconografia paranaense⁹³. Após sua morte, em 1987, foi publicado um artigo no jornal *O Estado do Paraná* (1987) que entre outros aspectos destacou também o seu perfil de colecionador:

Na Avenida Visconde de Guarapuava, uma grande mansão ao estilo virginiano, rodeada de prédios, guarda o maior acervo das artes plásticas e documentação iconográfica não só do Paraná, mas mesmo uma das mais respeitáveis coleções do Brasil. Durante mais de 40 de seus 72 anos, o professor Newton Isaac Carneiro, reuniu pinturas, esculturas, objetos de arte e, principalmente livros, publicações, documentos que o fariam um dos mais admirados estúdios da arte no Brasil (MILLACH, 1987, p. 3).

⁹² Newton Carneiro é irmão do também historiador David Carneiro (1904-1990). A família estava ligada a uma das principais atividades econômicas do Paraná no século XIX: a produção e comercialização da erva mate. David Carneiro é considerado um dos principais intelectuais paranaenses, um dos responsáveis pela construção de um discurso de história regional. David formou-se engenheiro e administrou os negócios da família até a década de 1940, foi a principal liderança do Centro Positivista do Paraná. Professor universitário, lecionou nas áreas de Economia e História, atuando no Brasil e nos Estados Unidos. Marcado pela doutrina positivista, aplicou em suas produções essa linha teórico-metodológica, buscando, portanto, os feitos heroicos e o princípio mitificador no Paraná. David Carneiro criou em 1928 o Museu Coronel David Carneiro, em homenagem ao seu pai. A família, portanto, reuniu significativo acervo com mais de 5 mil itens referente à história do estado. Acervo esse tombado em 1972 em nível estadual e que desde 2004 está sob jurisdição do Museu Paranaense em Curitiba. Para saber mais sobre a produção intelectual de David Carneiro e a sua relação com a escrita da História do Paraná ver: CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Bento, Brasil e David: o discurso regional de formação social e histórica paranaense**. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

⁹³ Obras publicadas por Newton Carneiro: **A Louça da Cia das Índias no Brasil**, São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1943; **Iconografia Paranaense**. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1950; **As Artes e o Artesanato do Paraná**. Curitiba: Ed. Requião, 1954; **O Mate nas Artes Luso-Brasileiras**, 1965; **Em Defesa dos Chamados Bens Culturais Brasileiros**. Brasília: Imprensa Nacional, 1966; **Quarenta Aquarelas Inéditas de Debret**. São Paulo, 1970; **O Paraná e a Caricatura**. Col. Memória Cultural do Paraná, n.º 1, Curitiba: Grafipar, 1975; **Chichorro e Seus Calungas**, 1975; **As Artes Gráficas em Curitiba**. FCC. Curitiba: Edições Piol, 1976; **A Fábrica de Colombo e a Cerâmica Artística no Brasil**. Curitiba: BADEP, 1979; **Rugendas no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos Ed., 1979; **A Arte Paranaense Antes de Andersen**. Curitiba: Ed. Casa Romário Martins, 1980.

O colunista lamentou a morte repentina de Newton e sua esposa Elza, em um acidente automobilístico. Além disso, procurou sensibilizar os leitores a respeito do acervo mantido pelo intelectual, suplicando para que aqueles bens culturais não fossem removidos do estado do Paraná.

Newton Carneiro, sempre referenciado por Judith como historiador ou professor, foi então, o responsável pela concepção e determinação temática do museu público de Castro. A diretora deixou registrada suas lembranças sobre as interlocuções entre eles durante o processo de criação e instalação do Museu do Tropeiro e relatou como deu início a constituição do acervo.

A gente não ouve mais as histórias como eu ouvia de minha avó, e como o povo vivia diferente. Estou vendo um descaso pela nossa história, nossa origem. Então, eu fico muito grata que o senhor me dê essa orientação. Eu só peço uma coisa: que o senhor me ajude a fazer esse museu. Ele (Newton Carneiro) falou: “Ah! Mas eu estou muito satisfeito [...] **porque Castro é a cidade depositária de toda a história do Paraná**”. Eu fui vendo que toda aquela história que meu pai contava, do caboclo de Castro, estava dentro daquilo que eu procurava [...] **em dois meses eu pus todo aquele acervo do museu lá dentro, graças às amizades do meu pai**. No interior do município, aonde eu chegava, eles diziam: “não posso ir, mas a senhora pode levar o que achar que pode servir para o seu museu” (MELLO *apud* ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, 2013, p. 26, grifo nosso).

Neste trecho, além de identificarmos a *retórica da perda* e a disposição em construir um *lugar de memória* para Castro, ficamos sabendo também que a professora percorreu o vasto interior do município em busca das peças que formariam o acervo daquele museu, esclarecendo às pessoas o que significaria o gesto de doação de um artefato para a preservação da memória de Castro. Informação da qual depreendemos que a influência e/ou o prestígio social de Vespasiano Carneiro de Mello pode ser apontado como um dos sustentáculos que viabilizaram tal projeto.

Por meio da análise dos arquivos administrativos e institucionais do museu, percebemos que os documentos citam nomes de diversos sujeitos, funcionários da Prefeitura Municipal e voluntários⁹⁴. Ademais, o interesse e o apoio político da então gestão, na figura do prefeito Lauro Lopes, é um fator que não pode ser ignorado. Entendemos, portanto, que a concretização do museu não se deu apenas pela iniciativa de uma única pessoa, mas a participação e a diligência da professora Judith Carneiro de Mello se apresentaram durante a pesquisa como primordiais. Uma das questões que nos acompanhou durante a investigação sobre a trajetória do Museu do Tropeiro foi, justamente, tentar perceber até que ponto a

⁹⁴ O material de divulgação de 1977 traz uma listagem com todos estes nomes e pode ser conferido no Anexo D.

interferência e ação individual de sua diretora determinou a concepção e a consolidação da instituição.

Nossa hipótese constituía-se do entendimento de que a atuação e as particularidades em torno da figura da senhora Judith seriam essenciais para o êxito e longevidade daquele empreendimento. Dessa forma, assim que tivemos a grata surpresa de encontrar a Ata de Inauguração, no preâmbulo do livro que registrou os primeiros visitantes, percebemos que poderíamos perseguir nosso intento, a fim, de confirmar ou refutar nossa hipótese. Vejamos o excerto abaixo:

A ideia de criação de um museu histórico na cidade de Castro é um sonho muito antigo e um sonho de longos anos da Professora Judith Carneiro de Mello, cujo empenho e dinamismo hoje é inaugurado um de seus anelos, em benefício, não somente, da gente de sua terra natal, mas de todos que por aqui passarem e tiverem o privilégio de visitar o Museu do Tropeiro (MUSEU DO TROPEIRO, 1977a, p. 1).

Logo, o texto que inaugura o museu evidenciou que, desde o princípio, já no plano da idealização, é possível identificar a estreita relação entre a instituição e a professora. Relação essa que foi documentada durante os aproximadamente 30 anos que vieram na sequência, período em que esteve envolvida com a instituição. Constatamos que Judith, em razão da longevidade no desempenho de suas funções, conduziu a constituição do Museu do Tropeiro e consequentemente delineou os caminhos de atuação do mesmo para cidade e para a comunidade.

Essa perspectiva de análise pode ser encontrada em pesquisas sobre outras instituições museológicas, como na já citada tese de Ana Cláudia Fonseca Brefe (1999), que investigou o Museu Paulista e a gestão de um diretor que também esteve à frente da instituição por quase 30 anos. Segundo a historiadora, entre 1917 e 1945 o chamado Museu do Ipiranga adquiriu um novo perfil sob a direção de Affonso d'Escagnolle Taunay. Afastando-se do campo das Ciências Naturais e aproximando-se definitivamente da História: passando de um “museu enciclopédico para um museu-memorial” (BREFE, 1999, p. 42). A autora revelou que, para Taunay, o movimento bandeirante e a atuação dos paulistas, naquela empreitada, deveriam ser consideradas “imprescindível para o advento do Brasil como unidade territorial” (BREFE, 1999, p. 46), elementos narrativos que são construídos também no interior do Instituto

Histórico e Geográfico de São Paulo do qual Taunay foi membro e orador oficial antes de tornar-se diretor do Museu Paulista⁹⁵.

Brefe concluiu que Taunay institucionalizou um “nacionalismo paulista”, reunindo documentos, objetos e um significativo acervo iconográfico. Fontes como correspondências, demonstram o direcionamento do diretor para composição histórica do museu (BREFE, 1999)⁹⁶. Percebemos que há um empenho constante em “contar a história da nação brasileira, do ponto de vista de São Paulo, isto é, como resultado do esforço paulista, desdobrado desde os primórdios da colonização” (BREFE, 1999, p. 169).

Neste caso, o eixo central da narrativa foi ancorado no movimento das bandeiras e nos bandeirantes. Segundo Brefe (1999, p. 172), os volumes que compõem a obra *História das Bandeiras Paulista* foram primordiais para “montagem do cenário do Ipiranga”. A autora identificou que havia uma relação entre Taunay e a elite econômica e política de São Paulo e consequentes ligações genealógicas com determinados sertanistas, designados a partir do século XX como bandeirantes. No entanto, considerou que a atuação de Taunay enquanto pesquisador não deveria ser reduzida a essas relações, pois “para além de um discurso laudatório do papel do bandeirante paulista, havia uma busca incessante da “verdade histórica” sobre os sertanistas (BREFE, 1999, p. 180). Ainda que, a noção de “verdade histórica” seja passível de problematizações, esse interesse pela pesquisa teria contribuído significativamente para a salvaguarda de inúmeros documentos, bem como para a própria produção do conhecimento histórico.

Subscrevemos esta análise, pois percebemos nuances muito próximas a estas apontadas pela autora no processo de institucionalização de um *lugar de memória* para Castro. Nos deparamos com uma construção profundamente marcada pelo colonialismo e suas “idiossincrasias”, todavia reconhecemos o trabalho de pesquisa, reunião e salvaguarda de fontes para a construção do conhecimento histórico para aquele momento, mas também para a posteridade. Características identificadas no Museu Paulista e no Museu do Tropeiro. Espaços que selecionaram e asseguraram não apenas documentos oficiais, mas também um considerável acervo iconográfico e tridimensional de cultura material.

⁹⁵ Taunay assumiu a direção no lugar de Hermann Friedrich Albrecht von Ihering, médico e zoólogo alemão que ocupou o cargo entre os anos de 1894 e 1915. Ihering foi afastado durante um processo de inquérito administrativo que investigou irregularidades na administração da instituição. Coleções e livros adquiridos com verbas públicas foram encontrados em suas propriedades particulares (BREFE, 1999).

⁹⁶ Brefe comenta também como se deu a criação do Museu Republicano Convenção de Itu. Inaugurado em 18 de abril de 1923, em comemoração ao cinquentenário da Convenção de Itu, pela Lei nº 1.856, de 29 de dezembro de 1921. Taunay organizou e dirigiu tal instituição, posto que esta foi criada como extensão do Museu Paulista (BREFE, 1999).

Outro estudo que também investigou um museu criado ainda no século XIX, e que nos interessa especialmente pela topografia de seu objeto é a tese de Ricardo Carvalho Rodrigues (2018). O autor analisou o Museu Paranaense e o papel da instituição perante sua comunidade. Ao longo do texto é possível perceber a relação entre os gestores e as mudanças de perfil e atuação da instituição. Rodrigues observou que o Museu Paranaense, desde os seus primeiros anos, ocupou um espaço de prestação de serviços, atuando diretamente com a comunidade local⁹⁷.

Para o autor, essa relação com a sociedade passou diretamente pelas figuras dos respectivos diretores. No período de Agostinho Ermelino de Leão (1876-1901), por exemplo, havia uma forte aproximação com a elite agrícola paranaense, já com Romário Martins (1902-1928) observou-se a afinidade com a urbe curitibana, ligada ao meio intelectual e político. Vimos que Romário Martins foi um dos principais teóricos do movimento denominado Paranismo, que buscou definir, difundir e enaltecer uma cultura e uma identidade paranaense. Dessa forma, segundo Rodrigues (2018), durante os séculos XIX e XX o Museu Paranaense atuou para o desenvolvimento social, econômico e cultural de uma elite local. Agora, na contemporaneidade, na última gestão analisada na pesquisa, sob a direção de Renato Carneiro Junior (2011-2018) e a luz da Nova Museologia (e mais recentemente da Sociomuseologia e da Museologia Social) o autor identificou uma proposta de ampliação e diversificação da comunidade alcançada. Contudo, Rodrigues afirmou que esse é um desafio para instituição, posto que o museu até aquele momento ainda atendia, majoritariamente, um público restrito (RODRIGUES, 2018).

História das elites; público seletivo; promoção de uma identidade cultural vinculada ao poder econômico e político, entre outras abordagens que encontramos frequentemente em análises críticas sobre instituições museológicas. Sabemos que existem diversas tipologias e classificações de museus (de arte, de ciência, de cidade, ecomuseus, entre outras). Nós estamos, obviamente, tratando dos museus de história ou históricos. E segundo Meneses (1994, p. 20) os museus históricos “são aqueles que operam com objetos históricos”, o que implica na problemática da definição de “objeto histórico”. O ex-diretor do Museu Paulista, um especialista em cultura material, afirmou que esta categoria “por sua própria natureza e funções, privilegia as classes dominantes – fato facilmente observável nos museus e abundantemente denunciado na bibliografia” (MENESES, 1994, p. 20).

⁹⁷ Serviços como: beneficências (pontos de coleta de doações e promoção de eventos para angariar fundos) e diversos eventos sociais. Além de uma referência durante processos eleitorais com a publicação de candidatos, como local de votação e de publicação e divulgação dos eleitos.

A biografia de um objeto, parafraseando Kopytoff (2010), passa pelo valor monetário, pela qualidade do suporte, pelas condições de uso. Fatores que influenciam diretamente na perpetuação no tempo de um determinado bem até que ele seja selecionado e reconhecido enquanto um bem cultural ou então um patrimônio cultural. Sendo assim, segundo Canclini (2015, p. 160) na América Latina, o “patrimônio é o lugar onde melhor sobrevive hoje a ideologia dos setores oligárquicos”.

O Museu Paulista e o Museu Paranaense, exemplos selecionados, são museus do século XIX que se consolidaram na tipologia da história no início do século seguinte. No entanto, essa não é uma leitura restrita aos museus daqueles períodos. A tese de doutorado de Edson José Holtz Leme (2013) que examinou o Museu Histórico de Londrina, um museu local, vinculado à Universidade Estadual de Londrina, gestado durante a década de 1960 e inaugurado oficialmente no ano de 1970, revelou que a busca por “mitos de origem” e a consolidação de uma história “oficial, única e verdadeira” são aspectos que também podem ser observados em instituições do século XX. Do mesmo modo, advertiu que no processo de concepção do museu “o papel dos diversos diretores, que estiveram à sua frente, cada qual a sua maneira, deixou marcas” (LEME, 2013, p. 254).

No caso de Londrina, a pesquisa explicou que a seleção do acervo e as exposições do museu foram constituídas a partir da “sacralização das figuras do pioneiro e da CTNP (Companhia de Terras do Norte do Paraná) e dos homens a ela vinculados” (LEME, 2013, p. 255). No entanto, a ideia de museu como um “espaço de conflitos, campos de tradições e contradições” (CHAGAS, 2006), ficou bastante evidente, pois:

(...) a partir da década de 1980, os novos professores do departamento de História (da UEL) passaram a criticar e exigir mudanças conceituais no museu. Imbuídos pelos ventos da renovação historiográfica, sobretudo das correntes marxistas e da história cultural, assim como, pela produção de pesquisas em diversas áreas, que ao fazerem uma leitura a contrapelo da história local, descortinaram temas, personagens e vozes, até então silenciados no discurso histórico engendrado pelo museu, por meio da expografia de sua cultura material (LEME, 2013, p. 115).

Nos anos seguintes o Museu Histórico de Londrina, que tem como sede a antiga estação ferroviária, passou por uma reconfiguração e em 2000 inaugurou um projeto de reestruturação com novas galerias expositivas, tornando-se “um dos mais modernos museus do Paraná” (LEME, 2013, p. 255). Leme identificou que, “além da renovação física, uma mudança conceitual importante se deu na museologia do MHL, a sua transformação de *museu-memória* em *museu-narrativa*” (LEME, 2013, p. 255), apresentando a categoria *trabalho* como o conceito central das exposições. No entanto, o autor revelou que “o novo

museu manteve, no eixo narrativo de sua exposição de longa duração, elementos de referência do já tradicional e consagrado discurso de história da cidade” (LEME, 2013, p. 255), ou seja, um forte vínculo com a figura dos pioneiros e consequentemente com a elite econômica local.

E no caso do Museu do Tropeiro? O perfil da instituição foi definido por Judith?

Por meio de registros pessoais da diretora armazenados na instituição e através de depoimentos de amigos e familiares publicados em 2013, podemos perceber vestígios acerca de seu temperamento, interesses e outras subjetividades. Maria da Conceição Carneiro Geisler, irmã caçula, declarou que “Judith possuía gênio diferente dos nossos, era mandona, gostava de dar ordens, mas a gente se dava muito bem” (GEISLER *apud* ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, 2013, p. 29). Eloisa Amanda Geisler, sobrinha, lembra que a via como uma mulher “forte” e “transgressora”⁹⁸:

Nasci e cresci ouvindo que fui a primeira neta depois de outros primos, que todos ficaram muito felizes, principalmente porque nessa família as mulheres eram muito fortes e eu teria que continuá-las numa versão mais moderna. Mas que responsabilidade! **Imaginem ter que ser sobrinha da Dona Judith, que espaço havia para transgredir?** Tivemos muita discussão, dias sem nos falar na época da adolescência. Ela era metida, eu também [...]. Sempre contei aos meus filhos que a tia Judith não era só minha, tinha que dividi-la com toda a cidade, isso bem que incomodava um pouco (GEISLER *apud* ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, 2013, p. 30, grifo nosso).

Essa assertividade indicada em depoimentos de familiares, também apareceu na declaração da professora Zoé Rolim, colega de escola (desde 1936) e mais tarde de trabalho:

Nasceu líder, apreciadíssima pela família, sempre se valorizou, fazia o que queria. Inovadora, usava roupa que naquele tempo não se usava, pegava roupas de seu irmão José. Personalidade forte, transparente e confiável. Procurava resolver a vida dos outros. Como professora sempre enérgica, intuitiva, mas valorizava o aluno, uma de suas frases: a vida vai ensinar. (ROLIM *apud* ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, 2013, p. 38).

A própria Judith teceu comentários sobre essas características que ela denominou de franqueza:

Na minha vida, a maior riqueza, são os meus amigos. É deles que eu tiro toda essa força que eu tenho [...] quando eu vejo a sinceridade com que eles me falam e a liberdade que eles me dão para usar minha sinceridade e a minha franqueza, isso para mim vale muito mais do que tudo o que uma pessoa possa almejar [...] porque eles me entendem, eles me compreendem e, principalmente, me perdoam por tudo aquilo que eu não queria dizer e que, com a minha franqueza, eu já disse (MELLO, 2002 *apud* ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, 2013, p. 26).

⁹⁸ Judith não teve filhos e não foi casada.

Constatamos que esse perfil de liderança e de persistência colaborou significativamente para a constituição do Museu do Tropeiro. Durante os quase 30 anos de sua gestão, Judith aplicou-se ao estudo do tema e contou com o apoio dos funcionários do museu e de pesquisadores dedicados à história de Castro e à história dos tropeiros no Brasil. O mérito pela organização do museu foi reconhecido pelo Governo do Estado do Paraná, que em 1988 lhe atribuiu o 1º Prêmio Ermelino de Leão⁹⁹.

Ao longo da pesquisa descobrimos que a atuação de Judith não estava restrita à concepção tradicional de museu, ou melhor, o senso comum de um “depósito de antiguidades”. Ainda que Judith tenha declarado que a princípio sua ideia era reunir móveis e objetos pessoais antigos para que “não se perdessem”, desde os primeiros anos da instituição é possível perceber o envolvimento com a comunidade e as diversas atividades organizadas pela diretora para além das paredes de taipa de sua sede. Em discurso proferido durante a cerimônia de inauguração, em 1977, Judith esclareceu que:

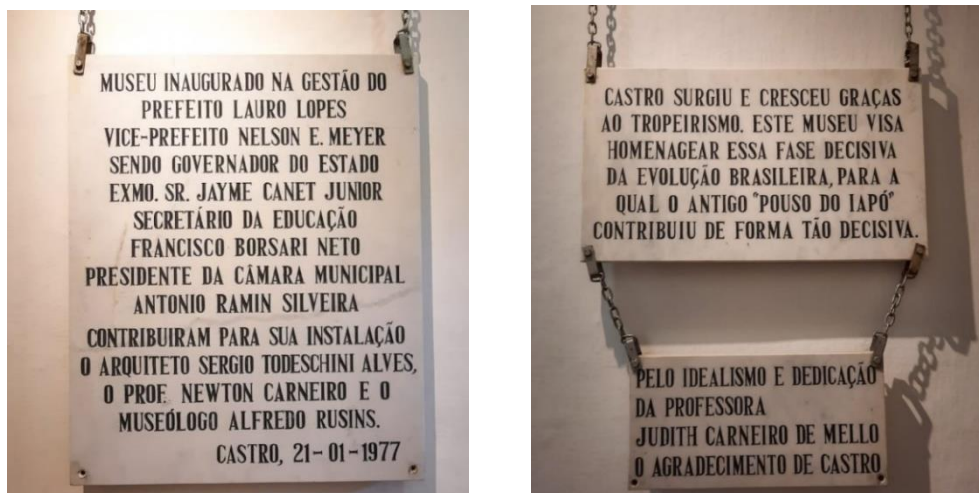
E porque retrata este museu a fisionomia sociológica de uma época de nossa história, a sua finalidade não é apenas a de guardar o acervo de usos e costumes tropeiros. Pelos aposentos desta vetusta moradia que o abriga hão de ressoar exemplos que convidem à reflexão, ao estudo, à pesquisa social e histórica (MELLO, 1977, n.p.).

Este é um registro esclarecedor, pois ainda que ela recorra ao termo “exemplo”, como uma referência aos supostos atributos propagados pela historiografia, neste discurso podemos vislumbrar que Judith percebeu o museu como um local de reflexão e pesquisa e “não apenas de guardar o acervo de usos e costumes tropeiros”. Vimos que a década de 1970, período de concepção do Museu do Tropeiro, foi marcado por um contexto em que profissionais e pesquisadores de museus estavam em constante movimentação para que o campo fosse fortalecido a partir de uma nova perspectiva, em que os museus deixassem de focar apenas na conservação e exposição do objeto e democratizassem suas ações, dedicando-se ao território em que estavam inseridos e consequentemente à comunidade.

Doravante veremos “se” ou “como” o “museu da dona Judith” respondeu a essas demandas entre os anos de 1977 e 2007.

⁹⁹ Homenagem da Secretaria de Cultura do Estado do Paraná para pessoas vinculadas às causas de preservação, manutenção, recuperação do patrimônio cultural do Estado, especificamente na área de museus. Como já vimos Ermelino de Leão foi o primeiro diretor do Museu Paranaense.

FIGURA 13 – Placas internas do Museu do Tropeiro



Fonte: Acervo do Museu do Tropeiro.

2.3. Apresentando as fontes e a metodologia

Agora que já refletimos acerca do conteúdo produzido no campo da história sobre o *tropeirismo*, pensadores e pensamentos que nos inspiraram, conceitos e reflexões teóricas que nos precederam, bem como foram apresentados aos(as) leitores(as), ainda que de maneira introdutória, o Museu do Tropeiro e a sua idealizadora, para continuarmos nosso percurso é preciso esclarecer quais foram as fontes consultadas, sobre quais bases teórico-metodológicas construímos nossos raciocínios e de que forma responderemos nossos questionamentos. Seguindo as orientações de Durval Albuquerque Junior (2019), para não nos “perdermos” no arquivo, optamos por descrever e partilhar nossa experiência de pesquisa.

Perder-se no arquivo, gesto comum ao historiador. Gesto paradoxal, pois ele vai ao arquivo para algo encontrar, para se encontrar com a história. Na ânsia de encontrar o que procura, ele começa por perder a própria presença material do arquivo. Na busca por conhecer, o primeiro gesto é de desconhecimento. **Vai-se ao arquivo, mas ele não é reconhecido. Atravessa-se tantas vezes aquelas portas, que se abrem para a documentação desejada, mas nunca se deseja saber desde quando elas estão abertas, quem as construiu, quem as franqueou ao acesso dos pesquisadores.** Ao perder-se no arquivo, o historiador tende a perder o arquivo, como questão, como problema, como uma camada de tempo que condiciona a leitura daquilo que ele guarda. Templo das perdas, espaço destinado a guardar as coisas que restaram dos tempos que se perderam, o arquivo é um tempo de pedra, um monumento destinado a lembrar dada época, dada autoridade política e cultural que o instituiu. Antes de ser um depósito de documentos, o arquivo é um espaço arquitetônico e institucional. Antes de entrarmos em contato com os tempos que nele se acumulam, na forma de vestígios, de rastros, de restos, de sinais, de signos, o arquivo já remete, ele mesmo, para outras temporalidades que, se conhecidas, ajudariam na leitura e na interpretação daquilo que ele guarda, de seu acervo: a

temporalidade de sua instituição e de sua constituição (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2019, p. 57-58).

Em um espaço, batizado pelos (as) colaboradores (as) do museu como anexo, construído na década de 1990, “nos fundos” do terreno, logo após o jardim da casa bicentenária que abriga suas exposições, encontra-se a estrutura administrativa com escritório, biblioteca e um centro de documentação, onde estão armazenados os demais documentos em suporte papel salvaguardados pela instituição. Nesta edificação, onde ficava a mesa da diretora, é que os pesquisadores são recebidos para consulta e análise de livros, periódicos, transcrição de inventários *post mortem*, *clippings* biográficos, e demais documentos organizados em pastas temáticas, voltadas à cultura, artes, religiosidade, arquitetura, cotidiano, tropeirismo e demais impressos e manuscritos produzidos em Castro ou que se referem à cidade e à região dos Campos Gerais.

Foi neste espaço que realizamos o levantamento das fontes que poderiam ter algum registro acerca da trajetória institucional do Museu do Tropeiro. Recorremos a um conjunto documental administrativo que ainda não foi sistematizado pela própria entidade. Buscamos pistas que nos indicassem de que maneira esse museu se colocou ou foi posicionado perante a sociedade, interessados em perceber as imbricações entre as noções de museu e as definições de patrimônio cultural a partir do estudo dessa instituição como um *lugar de memória*.

Informamos que essa “massa documental” examinada diverge do tratamento do acervo tridimensional e da coleção que constitui a biblioteca da instituição (itens inventariados, registrados e tombados) a documentação administrativa não foi alvo de um processamento técnico arquivístico. Dessa forma, essa pesquisa propõe também, como um desdobramento de ordem prática, criar o “Fundo Museu do Tropeiro” sugerindo e indicando que a documentação aqui levantada seja selecionada como arquivo permanente, considerando a teoria das três idades da arquivística.

Segundo Heloisa Bellotto (2017), um acervo permanente é formado por documentos produzidos há mais de 25 ou 30 anos, que “guardam entre si relações orgânicas que devem ser respeitadas”, isto é:

(...) um documento de arquivo só tem sentido se relacionado ao meio genético que o produziu. Seu conjunto tem que retratar a infraestrutura e as funções do órgão gerador. Reflete, em outras palavras, suas atividades-meio e suas atividades-fim. Esta é a base da Teoria dos Fundos. Ela preside a organização dos arquivos permanentes” (BELLOTTO, 2017, p. 61).

Dentre estes documentos, localizamos 25 agendas e 3 cadernos produzidos por Judith ou por funcionários(as) entre os anos de 1976 até 2007¹⁰⁰. Trata-se de uma espécie de diário, no qual eram registradas as atividades cotidianas do Museu do Tropeiro. Realizamos uma leitura prévia e fotografamos todo o material potencialmente útil à pesquisa, gerando um arquivo com 1.641 imagens. Essas fontes a princípio deram ânimo para a pesquisa, mas também preocuparam quanto a forma de tratamento que seria necessária para entendê-las, afinal, são registros regulares produzidos pelos sujeitos que desenvolveram suas atribuições laborais para o museu, todavia, foram anotados de forma fragmentada. Há uma sequência cronológica, mas não com uma estrutura de texto contínua, em prosa, como, geralmente, são organizados os diários pessoais.

Em contato com as agendas, constatamos que os fatos relatados e registrados dia após dia são vestígios do passado da instituição, fragmentos de informações que nos ajudariam a construir e compreender uma trajetória. Dessa forma, fomos seguindo “os rastros” (nomes, eventos, compras, doações, viagens, reuniões), tentando estabelecer conexões com outros dados. As fontes e a própria prática da pesquisa nos conduziram ao “paradigma indiciário” do historiador italiano Carlo Ginzburg (1999). Recorremos então a essa proposta teórica-metodológica para a análise das agendas e das correspondências expedidas e recebidas pelo museu. Examinamos os pormenores, por vezes negligenciados, estabelecendo as possíveis relações entre as evidências encontradas, interpretando os indícios, os sintomas e os sinais (GINZBURG, 1999). Assim fomos construindo uma metodologia para a produção de uma ficção controlada, como escreve Sandra Jatahy Pesavento (2012):

A História, como ficção controlada, se presta à testagem, à comprovação, mesmo que a experiência passada não seja mais capaz de ser reproduzida. Hipoteticamente, permite-se ao leitor refazer o caminho do historiador nos arquivos, além de ser convidado a seguir suas deduções. O arrolamento das fontes-provas e a sua composição em encadeamentos lógicos de sentido são ainda reforçados pela linguagem. A produção narrativa histórica também obedece a uma estratégia retórica e estética que implica fazer uso da linguagem, traduzindo ao leitor os dados em combinações exemplares que procuram dar resposta àquela questão *a priori* formulada (PESAVENTO, 2012, p. 44).

Ao longo de sua existência o Museu do Tropeiro também selecionou e armazenou documentos produzidos por órgãos oficiais (principalmente a Prefeitura Municipal e a Câmara de Vereadores de Castro), bem como produziu *clippings* com recortes de jornais com informações ou artigos sobre Castro (os mais variados temas) e sobre o próprio museu. Além

¹⁰⁰ Não encontramos as agendas em todos os anos, pois períodos em que Judith não esteve à frente da instituição acreditamos que não foram mantidas às práticas de registro das atividades em agendas, estes períodos coincidem com as gestões de Rivadávia Menarim como prefeito (1984-1989 e no ano de 1994).

dos recortes, estão também disponíveis para pesquisa uma coleção de periódicos que consistem em 71 títulos que foram adquiridos pela Prefeitura Municipal de Castro e pertenciam a empresa Kugler Artes Gráficas¹⁰¹.

A imprensa periódica atua como disseminadora de informações através do registro “imediato” de acontecimentos extraordinários ou cotidianos. Portanto, constitui uma profícua fonte de pesquisa histórica. Através dela é possível avaliar aspectos diversos da trajetória de indivíduos, grupos sociais e instituições. A riqueza de informações contidas nos periódicos impressos revela aspectos socioeconômicos, políticos e culturais que são significativos para a compreensão do passado de uma sociedade. Portanto, buscamos perceber a perspectiva da imprensa a respeito da fundação da instituição, selecionamos os seguintes títulos produzidos na cidade de Castro e armazenados no Museu: *Jornal do Iapó* (1967 -1983) *O Bravo* (1974 - 1977; 1986-1992); *Jornal de Castro* (1978-1979) *Revista VUP* (1976-1979).

Com respaldo em autoras como Maria Helena Capelato (1988; 2015) e Tania Regina de Luca (2008) reconhecemos os periódicos como veículos/instrumentos que refletem e estão inseridos em campos de disputas políticas, sociais e culturais.

A análise do jornal como fonte e objeto pressupõe uma avaliação crítica desse documento, o que implica sua desconstrução. Nesse processo, devem-se considerar as circunstâncias históricas em que a análise foi produzida, os interesses em jogo e os artifícios utilizados pelos seus produtores (CAPELATO, 2015, p. 115).

Além destes títulos expostos acima, consultamos os recortes de jornais impressos em Curitiba armazenados na instituição e no Arquivo da Hemeroteca Nacional. Examinamos diversas outras espécies de documentos que estavam contidos nos armários do anexo, entre eles as legislações referentes ao museu, produzidas pelo Poder Legislativo e Executivo do município. Como já informamos, durante o processo de investigação, localizamos a Ata de Inauguração, documento que está no primeiro livro de registro de visitantes (1977a).

Outra fonte em que procuramos indícios acerca da trajetória do museu é o Livro Ata da Associação de Amigos do Museu do Tropeiro - AAMT, criada em 1992. Neste livro estão registradas todas as reuniões da dita Associação a partir do dia 16 de fevereiro de 1992.

Por fim, selecionamos fotografias que registram o prédio, as exposições e eventos da instituição, não apenas como ilustração da pesquisa, mas com o entendimento de que se trata de uma noção ampliada de documento e de texto, leituras possíveis a partir de uma

¹⁰¹Originalmente Tipografia Kugler, a empresa foi instalada em Castro em 1894. No ano de 2014 a Prefeitura Municipal adquiriu a coleção que foi impressa, organizada, encadernada e armazenada por seus proprietários (a família Kugler). São periódicos que vão de 1895 a 1998. Sobre a Gráfica Kugler ver: KUGLER, Nelsi. **Kugler: 100 anos de Brasil. Castro: Kugler Artes Gráficas, 1999.**

perspectiva de história cultural (BURKE, 2008). Foram examinadas ainda publicações produzidas pela instituição, como o primeiro material de divulgação, elaborado para a inauguração do museu em 1977; dois boletins comemorativos, um de 1980, em alusão ao terceiro aniversário e o outro produzido em 2001, para o vigésimo quinto ano¹⁰². Por intermédio e apoio da AAMT o museu publicou de forma independente 15 impressos para divulgação da organização ou de suas pesquisas.

Para o tratamento e análise de todas essas fontes elencadas, elegemos como eixo norteador a abordagem proposta pela micro-história, entendida como uma prática historiográfica que não segue uma linha teórica bem definida, mas que denota um procedimento em que o “método está de fato relacionado em primeiro lugar, e antes de mais nada, aos procedimentos reais detalhados que constituem o trabalho do historiador” (LEVI, 1992, p. 133). Ao longo da dinâmica da pesquisa, vimos que a análise construída **sobre e no** Museu do Tropeiro poderia fornecer subsídios para compreendermos elementos de uma realidade mais ampla acerca das políticas de patrimônio cultural e da história dos museus no Brasil.

Um dos questionamentos de Ginzburg na obra *O queijo e os vermes* (2006), nos inspirou a pensar nosso objeto, pois, que relevância teria, num plano geral, a trajetória de um museu no interior do Paraná?¹⁰³ Será que “propor uma investigação capilar sobre um moleiro pode parecer paradoxal ou absurdo, quase como o retorno ao tear mecânico numa era de teares automáticos”? (GINZBURG, 2006, p. 20). Ginzburg demonstrou que uma pesquisa micro-analítica pode responder a um conhecimento macro, o que não significa construir ou buscar generalizações.

Propomos, portanto, uma abordagem que tomou como ponto de partida a observação e a descrição para analisar as contradições, as especificidades e as sensibilidades que envolveram as ações sociais estabelecidas a partir de um museu, pois:

(...) toda ação social é vista como o resultado de uma constante negociação, manipulação, escolhas e decisões do indivíduo, diante de uma realidade normativa que, embora difusa, não obstante oferece muitas possibilidades de interpretações e liberdade pessoais (LEVI, 1992, p. 135).

¹⁰² O primeiro material divulgação, um panfleto produzido para a inauguração não pertence ao acervo do Museu do Tropeiro e foi gentilmente cedido pelo senhor Walmor Villela. Da mesma forma, o boletim de 1980 não foi encontrado no museu e foi digitalizado e disponibilizado pelo historiador e amigo Rafael Pomim Lopes a quem o documento pertence.

¹⁰³ Nas palavras de Ginzburg: “Antes de analisar em que medida as confissões de Menocchio nos ajudam a precisar o problema, devemos nos perguntar que relevância podem ter, num plano geral, as ideias e crenças de um indivíduo único em relação aos do seu nível social” (GINZBURG, 2006, p. 19).

Além disso, a micro-história possui uma estreita relação com a Antropologia, e desde o início da pesquisa, as leituras que mais nos instigavam sobre patrimônio cultural já nos indicavam um diálogo com essa disciplina, principalmente a partir dos textos produzidos pelos antropólogos Nestor Canclini (1994, 2015) e José Reginaldo Gonçalves (1996, 2005, 2007). Sendo assim, recorremos também a Clifford Geertz (2008) e a uma adaptação ou interpretação do método da descrição densa, para compreender as estruturas significantes implicadas nas ações sociais observadas¹⁰⁴. Nos inspiramos nos métodos da Antropologia, no entanto, sabemos que nesse campo os diários de notas são produzidos pelo pesquisador para futuras análises, no entanto, no nosso caso, não seríamos nós que construiríamos um diário, por isso, indicamos que se trata de uma inspiração, pois os diários já foram produzidos entre os anos de 1976 à 2007. Portanto, os atos não foram presenciados/vivenciados como em uma pesquisa etnográfica, e sim observados posteriormente, e só então apreendidos e apresentados. Tudo isso concatenado aos indícios que encontramos em outras fontes propondo a nossa interpretação.

A descrição densa serve, portanto, para registrar por escrito uma série de acontecimentos ou fatos significativos que de outra forma seriam imperceptíveis, mas que podem ser interpretados por sua inserção no contexto, ou seja, no fluxo do discurso social (LEVI, 1992, p. 141-142).

É preciso lembrar também que a análise de registros ordinários, ou seja, aqueles que foram escritos sem intenção de serem publicados, por mais que, neste caso, estejam vinculadas à um contexto profissional, são anotações pessoais, portanto, atravessadas por tensões, dilemas, escolhas e “cabe ao historiador (a) sempre relativizar suas fontes” (CUNHA, 2001, p.253-254). Cientes de que os documentos são produtos dos sujeitos e das sociedades que os fabricaram, o que sobrevive não é o “conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa” (LE GOFF, 2013, p. 485). Com este argumento em vista, nos propusemos a historicizar a trajetória do Museu do Tropeiro, a realizar a institucionalização de uma narrativa e os desdobramentos para a sociedade castrense a partir da concepção de um *lugar de memória*.

¹⁰⁴ Esse método é sugerido também como metodologia possível para produção do conhecimento histórico por Sandra Pesavento (2012, p. 45): “A contribuição ou aproximação da Antropologia com a História foi um pouco mais além da utilização de certos conceitos explicativos, relacionados ao domínio do simbólico e à representação. Fornecendo ao historiador os exemplos de um método altamente significativo para realizar uma pesquisa intensa, descrevendo a realidade observada nos seus mínimos detalhes e correlação de significados possível, a descrição densa da Antropologia ensinou como explorar as fontes nas suas possibilidades mais profundas, fazendo-as falar e revelar significados”. Ver: PESAVENTO, Sandra. **História & história cultural**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CAPÍTULO 3 – MUSEU DO TROPEIRO: CONSTRUINDO UM *LUGAR DE MEMÓRIA*

Lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações (NORA, 1993, p. 27).

Com sentidos atribuídos no presente, os *lugares de memória* são idealizados como elementos capazes de “parar o tempo”, “bloquear o trabalho do esquecimento”, “imortalizar a morte”, tudo isso, a partir de três dimensões que, nas palavras de Nora, “coexistem sempre”: a material, a simbólica e a funcional (NORA, 1993, p. 22). É assim que analisamos, do ponto de vista da história, a materialização, a operacionalização e as significações do Museu do Tropeiro.

Janice Gonçalves (2012) e Zita Possamai (2018), historiadoras que se dedicam ao campo do patrimônio cultural, entendem que a “perspectiva epistemológica” proposta por Nora, “deixou um legado da necessidade de busca de distanciamento crítico em relação aos dispositivos materiais ou simbólicos erigidos no presente para fazer perdurar aspectos do passado” (POSSAMAI, 2018, p. 27). Promovendo, portanto, uma “História da História” a partir dos *lugares de memória*, uma vez que estes tornaram-se “objetos da investigação dos historiadores” (GONÇALVES, 2012, p. 33). A partir das provocações de Nora, estes profissionais, além de historicizar os “processos de produção social de memórias (configuradores desses lugares)”, foram instigados a também “examinar o seu papel na construção do conhecimento histórico e na consolidação das narrativas de caráter histórico” (GONÇALVES, 2012, p. 33).

O desenvolvimento da pesquisa nos fez depreender que a categoria de patrimônio cultural diz respeito ao imbricamento entre materialidade e imaterialidade de práticas, expressões, conhecimentos e técnicas que não estão diretamente condicionadas ao reconhecimento oficial da esfera pública. No entanto, nosso estudo tem como fio condutor compreender a constituição de um *lugar de memória*, que nasceu com o objetivo de preservar a memória do tropeirismo de muares no Sul do Brasil e suas implicações socioculturais no município de Castro. Uma institucionalização que se deu *a priori* na esfera municipal e que promoveu, mediou e conduziu as políticas públicas culturais e de preservação do patrimônio locais e com alcance regional.

Dessa forma, apresentaremos a análise da trajetória e das estratégias do Museu do Tropeiro para “bloquear o trabalho do esquecimento” e “materializar o imaterial” (NORA,

1993, p. 22). Em *A retórica da perda*, Jose Reginaldo Gonçalves (1996) escreveu que enquanto os historiadores, os antropólogos e os folcloristas desempenharam papel importante na articulação das narrativas nacionais sobre patrimônio cultural, produzindo textos de descrição e análises, existem outros sujeitos, aqueles que lidaram e “lidam pragmaticamente com o chamado patrimônio cultural” que dedicam-se “às práticas de colecionar, restaurar e preservar objetos com o propósito de expô-los para que possam ser vistos e preencham as funções pedagógicas e políticas que lhe são atribuídas” (GONÇALVES, 1996, p. 21).

O boletim comemorativo do terceiro aniversário do museu, publicado e distribuído em 1980, é elucidativo em relação à caracterização e a definição do perfil da instituição para com o público e para com a própria gestão dele:

O Museu do Tropeiro, durante os anos de 1977, 1978 e 1979, cumpriu a sua missão cultural, adquirindo, estudando, conservando e mostrando. O museu iniciou seu objetivo didático informativo de evidenciar a cultura artística e histórica da região, visando além de retratar a vida do tropeiro, apresentar documentos históricos, antigos pesos e medidas, peças sacras e um quadro comparativo dos dias atuais. Não só expôs como facilitou aos pesquisadores os seus conhecimentos (MUSEU DO TROPEIRO, 1980, n.p.).

O viés de um lugar constituído para a produção e difusão de pesquisa apareceu desde a sua fundação. “Objetivo didático”, um “espaço informativo”, “facilitador de acesso à cultura e ao conhecimento”. Da mesma forma, na mesma publicação, é significativo apontar que há uma citação do escritor Aluísio de Almeida com tom deveras celebrativo:

Desprezadores da morte, orgulhosos de serem chamados: valentes, digna linhagem bandeirante de cavaleiros feudais independentes, individualistas, levando a lei na ponta da espada ou de facão, mas sempre com um mínimo de normas de conduta e dogmas de gente honrada (ALMEIDA *apud* MUSEU DO TROPEIRO, 1980, n.p.).

Em um mesmo documento, vemos indícios de uma aparente dicotomia entre um *lugar de memória* com dimensões materiais, funcionais e simbólicas, apresentado em dois aspectos distintos: primeiro como “laboratório de história” e como “teatro da memória” (MENESES, 2013)¹⁰⁵. Sigamos abrindo caminhos para compreendermos os meandros da institucionalização desse lugar.

¹⁰⁵ Uma referência ao prestigiado artigo de Ulpiano Bezerra de Meneses: “se o Teatro da Memória é um espaço de espetáculo que evoca, celebra e encultura, o Laboratório da História é o espaço de trabalho sobre a memória, em que ela é tratada, não como um objetivo, mas como objeto de conhecimento”. Esse texto foi publicado originalmente em 1994. Ver: MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material**, 2 (1), 1994, p. 9-42. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47141994000100002>. Acesso em: 16.ago.2021.

3.1. O museu no papel: leis, datas e nomes

Localizamos no museu documentos datilografados e manuscritos, amarelados pela ação do tempo e com a informação quase se perdendo devido ao desgaste da tinta. Muitos sem indicação de autoria ou ano, outros que identificamos como cópias de ofícios, certidões e escrituras. Em toda “essa papelada” procuramos vestígios para cumprir o desafio de compreender a historicidade dessa instituição museal.

Legalmente, o processo de instauração do museu tem início com a lei nº17/1975 que autorizou o Poder Executivo municipal a realizar a compra de um imóvel, pertencente na época a Leonidia Madureira, situado na então Praça Getúlio Vargas, para ser destinado ao museu histórico de Castro. No ano seguinte, por meio da lei nº 72/1976, o museu foi criado e nomeado como Museu do Tropeiro, em 03 de dezembro de 1976, 47 dias antes da inauguração. As leis foram aprovadas por unanimidade na Câmara Municipal de Castro, estando presentes em ambas as sessões os seguintes vereadores: Antônio Ramon Silveira, José Nery Carneiro Napoli, Roberto Lesnau, Antônio Simão, Arthur Gomes Machado, Manavo Vamoto, Manoel Otávio Torres Pereira, Takeshi Maeda e Valdir Bueno Carneiro (CASTRO, 21.dez.1976)¹⁰⁶.

Portanto, sabemos que pelo menos dois anos antes da inauguração do MT, Judith iniciou as articulações para criação de um “museu para a história de Castro”, contando com a aprovação e o suporte do então prefeito, o advogado Lauro Lopes¹⁰⁷. Analisando o tempo transcorrido, notamos que a instalação do museu foi realizada através de uma força-tarefa com muitos membros da sociedade local, voluntários e servidores públicos. Com a aprovação da desapropriação do imóvel número 11 da atual Praça Sant’Ana do Iapó, iniciaram-se as obras de restauração da casa e o processo de pesquisa para esse museu¹⁰⁸. Em depoimento já citado, Judith relatou que recebeu a visita de Newton Carneiro, então membro do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que a orientou e intermediou o contato com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, através do seu Presidente, à

¹⁰⁶ Certidão de Livro de Atas da Câmara Municipal de Castro. Fundo Museu do Tropeiro (Museu do Tropeiro, Castro), 21.dez.1976.

¹⁰⁷ As indicam que desde o fim da década de 1960 Judith já planejava um museu para Castro.

¹⁰⁸ CASTRO. Lei Nº 1.301, de 3 de março de 2005. Autoriza o executivo municipal a alterar a denominação da Praça Getúlio Vargas e dá outras providências.

época Renato Soeiro (1967-1979)¹⁰⁹. O apoio do órgão à iniciativa materializou-se com o acompanhamento de Alfredo Rusins, o primeiro museólogo do IPHAN¹¹⁰.

No dia 21 de janeiro de 1977, Judith narrou algumas dessas informações em seu discurso de inauguração. A idealizadora iniciou sua explanação falando sobre a honra que sentia ao representar “a mais alta autoridade executiva” do município em uma solenidade “da mais alta significação para a nossa vida cultural”. Registrou o orgulho que sentia por ser uma cidadã “nascida neste chão” em participar de um “momento histórico” da cidade. Os agradecimentos e as adjetivações à pessoa do senhor Lauro Lopes são reiterados em diversos momentos do discurso. “É, portanto, com muita emoção que falamos em nome do senhor prefeito, trazendo-lhes como único mérito pessoal o amor e entusiasmo por esta terra de Castro, sentimentos esses que orientaram a nossa formação desde o berço” (MELLO, 1977, n.p.). Judith, fez questão de salientar que aquele não era um feito individual e que o apoio do poder executivo foi essencial.

A anfitriã da cerimônia explicou aos presentes, resumidamente, o caminho percorrido e os nomes de algumas autoridades que estiveram envolvidas no processo.

Tudo começou de uma simples conversa - de uma prosa como se diz por aqui – com o Dr. Lauro Lopes, nosso estimado prefeito. Entusiasmado, desde logo, com a ideia da criação de **um museu que retratasse, conservasse e perpetuasse a memória de Castro**” (MELLO, 1977, n.p., grifo nosso).

O discurso foi estruturado sobre o juízo de que o apoio irrestrito e a concentração de esforços teriam sido o sustentáculo necessário para a superação das adversidades que surgiram durante o empreendimento.

Sobre a seleção do imóvel que viria a ser a sede do museu, neste documento, não há muitos detalhes, apenas que a escolha se deu por tratar-se de uma “histórica residência” e que o fato se materializou com um decreto de desapropriação que fora assinado pelo vice-prefeito

¹⁰⁹ Segundo Carolina Martins Saporetti, a direção de Soeiro foi marcada pela “implantação do turismo cultural; a criação de cursos de capacitação; a descentralização do Iphan; a preservação do entorno do monumento; a proteção do patrimônio natural, dentre outras questões”. A pesquisadora afirmou que sua gestão e trajetória foram apagadas da história do Iphan e de fato as únicas referências encontradas foram os trabalhos de Saporetti. Ver: SAPORETTI, Carolina Martins. **A gestão de Renato Soeiro na direção do DADPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (1967-1979)**. 2017. 134f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/6485/1/carolinamartinssaporetti.pdf>. Acesso em: 15.mai.2021.

¹¹⁰ Alfredo Teodoro Rusins, formou-se pela turma de 1938 no Curso de Museus do Museu Histórico Nacional no Rio de Janeiro. Atuou como museólogo no IPHAN de 1943 a 1978, participando da criação, implantação, instalação, organização de inúmeros museus brasileiros: Casa de Victor Meirelles, Museu do Homem Americano, Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá, entre outros (SIQUEIRA, 2009, p. 117).

Nelson Eufrazio Meyer, em 16 de maio de 1975, naquela data o prefeito em exercício. Para o restauro do prédio, Judith declarou que contou com o apoio da então Secretaria de Estado da Educação e Cultura, na pessoa do senhor Alberto Garcez Duarte Filho, que encaminhou a missão ao então diretor do Departamento Histórico e Artístico do Paraná, o arquiteto Sergio Todeschini Alves¹¹¹. Sobre esse processo, a professora deixou registrado que:

Já na fase de pesquisas, quando a ideia era a da criação do Museu da História de Castro, recebemos, a nosso convite, a visita do eminente professor Dr. Newton Carneiro, membro do Conselho de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pessoa por demais conhecida de todos os paranaenses, pela sua cultura invulgar e por ser a autoridade absoluta que é em questões de história (MELLO, 2002 *apud* ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, 2013, p. 26).

Percebemos o enaltecimento à participação e à pessoa de Newton Carneiro. As fontes indicam que este personagem foi decisivo para a concretização do museu, pois acompanhou e esteve presente como “mentor intelectual” do intento.

O eminente patrono do Museu do Tropeiro, professor Newton Carneiro, ao entrar pela primeira vez na casa que hoje abriga o museu, ficou tão entusiasmado com a autenticidade do estilo arquitetônico do prédio que, desde então, envidou todos os esforços para que algo de muito importante fosse, ali, instalado. E o museu ganhou um amigo admirável. E, todos os momentos deu seu apoio integral na organização, na classificação das peças, na contribuição de objetos, na escolha mais acertada dos painéis, enfim, foi a alma na constituição deste museu (MELLO, 1977, n.p.).

Infelizmente, não há muitas referências ou pesquisas sobre o mesmo e sobre sua produção intelectual¹¹². Situação oposta à do seu irmão, David Carneiro. Esse sim é significativamente (re)conhecido, estudado e referenciado por quem pesquisa ou se interessa pela História do Paraná, conforme já explicamos em nota anterior¹¹³. Presumivelmente há influência das obras de David Carneiro na concepção e definição do tema do museu, como a

¹¹¹ O arquiteto Sérgio Todeschini Alves foi diretor da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná entre os anos de 1974 e 1981. Portanto, durante esse período o arquiteto foi o responsável por diversos projetos de restauro no estado. Ver: LYRA, Cyro Ilídio Correa de Oliveira. **Espiraís do tempo: bens tombados do Paraná**; Rosina Coeli Alice Parchen, José La Pastina Filho consultoria de dados históricos, revisão final; Larissa Aparecida Brotto tradução e revisão, espanhol. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

¹¹² Na realidade do ponto de vista do campo da História Intelectual ou História dos Intelectuais não encontramos nenhuma pesquisa. Considerando a lista de publicações que levantamos e referenciamos em nota de rodapé anterior e a influência identificada nesta pesquisa, deixamos aqui registrada nossa sugestão para futuras investigações.

¹¹³ David Carneiro também é autor de um livro chamado *O Drama da Fazenda Fortaleza* publicado em 1941. A partir dos relatos de Saint-Hilaire sobre a Fazenda Fortaleza e seu proprietário José Felix da Silva, Carneiro produziu um romance narrando a relação conflituosa daquele que ocupou o primeiro cargo executivo da Vila de Castro em 1789 e sua esposa, Onistarda do Rosário, a quem manteve em cárcere privado em sua propriedade. Devido a eventuais controvérsias e contestações dos descendentes daquela família, entre eles Pedro Novaes Rosas, este livro não foi reeditado e tornou-se uma raridade. Recomendamos a leitura desta curiosa e interessante obra literária, baseada em fatos e personagens reais e informamos que o Museu Paranaense digitalizou tal publicação, que está disponível em: https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos.

Galeria de ontem e de hoje (1963), publicação com resumos biográficos de “personalidades” selecionados por ele, e onde encontram-se em destaque o capítulo “*Os Grandes Tropeiros*”, inclusive contendo ilustrações retratando-os (ANEXO B).

Judith, em diversas oportunidades, reiterou que a sugestão do tema do museu foi uma proposta do irmão de David Carneiro, segundo ela uma “autoridade absoluta em questões de história”. Teria sido Newton e seu conhecimento na área dos museus e do patrimônio cultural que enaltecera o ineditismo do feito, fato esse também sempre ressaltado: o Museu do Tropeiro seria o primeiro, o pioneiro. Sabemos que estes marcos de pioneirismos ou vanguardas são informações registradas na historiografia desde os escritos de Heródoto até as atuais publicações acadêmicas, passando pelas anotações dos memorialistas e pelos materiais didáticos de História. Com esse dístico - o primeiro museu sobre tropeirismo do país - a proposta temática foi consolidada e aprovada pelos gestores públicos de Castro.

Também foi por intermédio de Newton Carneiro, que houve o contato com Renato Soeiro, presidente do IPHAN, que providenciou e proporcionou a assessoria técnica do museólogo Alfredo Rusins que inclusive estava presente na inauguração. Pois Judith o incluiu em seu discurso: “esse museu, que hoje emerge para a história de Castro, muito lhe deve, senhor Rusins, pela sua rica experiência e pelas profundas manifestações de cultura histórica que o senhor nos trouxe” (MELLO, 1977, n.p.). A retrospectiva de todo processo de instalação do museu, exposta neste discurso de inauguração, foi breve, mas Judith anotou que gostaria de registrar que foram meses de trabalho árduo e empenho de muitas pessoas. “Nunca estivemos sós” (MELLO, 1977, n.p.).

Vejamos agora de que maneira Judith via seu mais novo projeto e o que ele representava para ela naquele momento:

Castro, que representa, por força do tropeirismo, um importante elo de integração entre o Norte e o Sul, vai ter, neste Museu do Tropeiro, conservadas as suas tradições. **Vai mostrar as gerações de hoje e do futuro toda a pujança de uma era de coragem, de desbravamento, de patriotismo, de afirmação de valores pátrios.** Quis o destino que a nossa terra, hoje a nossa cidade de Castro, fosse um verdadeiro traço de união no imenso território da pátria. Fomos o caminho forçado das tropas e dos tropeiros que rasgavam os sertões entre o norte e o sul, e vice-versa, nas caminhadas de trabalho e de progresso. Fomos um pouso acolhedor dos que descansavam a fadiga das viagens, nos capões de pinheiros, confraternizando em volta do fogo feito de sapê. E, pela aurora, quando a comitiva a tomava o passo o braseiro da sapecada ali ficava, como um marco plantado na terra, a indicar o lugar do pouso amigo. Era o Pouso do Iapó. As margens do seu rio, este nosso bem-amado rio Iapó, é que refaziam as formas, é que se retemperavam os ânimos para o seguimento da tropa. **Vem-nos a lembrança a denominação pela qual conhecemos a atual rua Dr. Jorge Xavier da Silva – Rua das tropas. E o pouso do tropeiro da Ronda, onde hoje viceja a Vila Rio Branco, que mais conhecemos por Ronda.** Lá, certamente, descansaram Diogo Pinto Portugal, José Felix da Silva, Pedro Taques de Almeida e tantos e tantos outros tropeiros que por

aqui transitaram. Muitos haveriam de aqui fixar-se atraídos pelo encanto irresistível da terra moça e graciosa. A paisagem dos chapadões era um desafio, ao mesmo tempo em que aqueles pinheiros de verde sombrio eram alguma coisa que prendia. Tinham o encanto da meditação silenciosa, nostálgicos, apolíneos, voltados para o alto como se estivessem enamorados das estrelas. **Muitos daqueles homens destemidos ficaram para engrandecer a terra.** E a terra lhes foi dadivosa na retribuição. E assim essa terra que, em outros tempos, se subordinava a um simples imperativo de passagem, foi se transformando num parque de convergência das mais variadas atividades. Para aqui afluíram energias, esperanças e ambições de todos os pontos da Pátria. Irmanaram-se o elemento nacional e o elemento estrangeiro na compreensão comum da conquista pacífica e obreira, graças à qual ir-se-iam, pouco a pouco, desvendando os mananciais de novas riquezas e os roteiros de outros tesouros. A terra fixou o homem e, e o homem realizou o milagre de converter o mistério das forças telúricas em riquezas palpáveis. **Muito, portanto, falará a posteridade o monumento que agora aqui plantamos.** Ele é a **prova** de um passado de trabalho, de um presente de realidades, de um futuro repleto de esperanças. Ele é o **tributo de gratidão** aqueles homens obstinados que, embalados pela sua bravura, lançaram-se a magnífica aventura de abrir novos caminhos no chão da pátria, propiciando o surgimento de novos núcleos de civilização, de novas cidades, de nossa cidade de Castro [...] Para vocês, jovens que nos ouvem, o espírito tropeiro aqui ficará bem vivo para demonstrar que quaisquer que sejam as contingências das controvérsias humanas, o estímulo não deve se apagar, a tenacidade deve sobreviver no homem novo, para colocar bem alto, perto de Deus, a sua predestinação de engradecer o Brasil, de engradecer o Paraná através do engrandecimento de Castro (MELLO, 1977, n.p., grifo nosso).

Entendemos que este documento, mais especificamente este trecho, suscita reflexões sobre as concepções de museu, de monumento, de patrimônio cultural e de *lugares de memória*.

O Museu do Tropeiro é apresentando como um *lugar de memória* para a pátria, refletindo as concepções apontadas pelas referências bibliográficas já mencionadas sobre a estreita relação entre museus e/ou patrimônios culturais e as concepções de nação. No entanto, o que nos chama mais a atenção é a seguinte afirmação: “muito, portanto, falará a posteridade o **monumento** que agora aqui plantamos”. Choay (2017, p. 18) esclareceu em suas análises que o termo *monumentum* é uma palavra de origem latina e que significa “aquilo que traz à lembrança a alguma coisa”. *A priori* o discurso acima se encaixa perfeitamente na definição proposta pela autora: “chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2017, p. 18). Além disso, aquele “monumento” seria também um “**tributo de gratidão**”, uma vez que o “passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar” (CHOAY, 2017, p. 18).

Segundo Jacques Le Goff (2013, p. 486) desde a Antiguidade romana o monumento “tende a especializar-se em dois sentidos: uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura (arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico, etc) ou um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularidade valorizada: a morte”. O Museu do Tropeiro, não se encaixa exatamente nestes dois sentidos como veremos neste capítulo. No entanto, antes de continuarmos nossa rota sobre a trajetória da instituição, consideramos importante refletir acerca destas ponderações, posto que é preciso ter em mente que um monumento não é algo ineficaz. E como alertou Le Goff (2013, p. 497), “cabe ao historiador não fazer papel de ingênuo”. Além disso, “o monumento, dependendo do caso, recusa as inscrições ou as acolhe, ora com parcimônia, ora de forma bem liberal, chegando às vezes a se deixar cobrir por elas, tendendo a acumular outras funções” (CHOAY, 2017, p. 18).

O material de divulgação produzido logo após a inauguração informava que o acervo inicial era composto por aproximadamente 400 peças e que “além de retratar a vida do tropeiro, o museu apresentava documentos históricos, antigos pesos e medidas, peças sacras e outras” (MUSEU DO TROPEIRO, 1977b). Sob o título de “Roteiro” o guia indicava que a instituição possuía 7 salas, organizadas da seguinte maneira: Salas 1, 2 e 3 – o tropeiro, Sala 4 – exposições de interesses culturais, Sala 5 – documentos e objetos de valor histórico, Sala 6 – aferições, Sala 7 – testemunho de uma época, Salas 8 e 9 – arte sacra, Alpendre – artesanato, Jardim – poste de iluminação a querosene, bebedouro e muros (MUSEU DO TROPEIRO, 1977b).

Desde sua primeira configuração, a exposição de longa duração apresentou elementos diretamente relacionados à atividade tropeira e artefatos do século XIX e início do XX, como móveis, louças, objetos de aferição, imagens que pertenciam a Igreja Matriz, entre outros elementos avaliados como “testemunhas de uma época” ou de “valor histórico”.

Após um ano da inauguração, em 24 de abril de 1978, Judith escreveu para o Departamento de Cultura do Paraná no atendimento à solicitação do diretor Joaquim A. de Oliveira Portes para apresentar dados técnicos da nova instituição e para pedir apoio, pois “caminhamos com entusiasmo, embora com dificuldades” dizia ela na correspondência. “Pretendendo conseguir ajuda de órgãos culturais, que verdadeiramente possam nos levar a possibilidade de ser o Museu do Tropeiro um lídimo representante da cultura que nos deu origem e a tradição do *tropeirismo*” (MELLO, 1978).

Este documento nos permitiu conhecer a configuração do museu no seu primeiro ano de atividade. Sobre os recursos humanos, a correspondência informou que o museu

apresentava quatro funcionários mantidos pela Prefeitura Municipal: a diretora, uma datilografa, um guardião e uma zeladora. Havia ainda uma equipe técnica que não gerava ônus para a prefeitura, seriam eles: um guia (monitor), três pesquisadores, dois restauradores, um desenhista e um técnico em educação. Estes últimos eram membros de um conselho consultivo que colaborava voluntariamente com a instituição¹¹⁴.

No que diz respeito a “situação museológica e museográfica” (termos utilizados na correspondência), Judith comunicou ao Estado que o acervo era composto por “numerosos objetos ligados a fase do tropeirismo, preciosas peças de arte-sacra, iconografias, pesos e medidas e peças da escravatura” (MELLO, 1978). Naquele momento, a correspondência informou que o número aproximado de peças expostas era de 800 objetos, classificados por ela como: utensílios de montaria, armas, painéis, reproduções litográficas e pesos/medidas (MELLO, 1978). Portanto, nesse período de um pouco mais de 12 meses, o acervo dobrou em quantidade. Quanto a tipologia da instituição, Judith declarou que se tratava de um “Museu Histórico” que estava aberto ao público de terça-feira a domingo das 08:30h às 11:30 e das 14 às 16:30, com acesso gratuito desde a sua inauguração (MELLO, 1978).

3.2. Uma casa para o museu

O imóvel sede do Museu do Tropeiro, “uma casa velha de estuque”, segundo o Registro do Cartório de Imóveis¹¹⁵, foi construído no fim do século XVIII e pertencia a família Carneiro Lobo, do Cel. Luciano Carneiro Lobo, da fazenda Jaguariaíva, conforme vimos no primeiro capítulo¹¹⁶. Segundo as certidões de registro do imóvel (cópias arquivadas no museu), em 1865, o reverendo Damaso José Correa comprou tal imóvel de Vitoriana Alves da Nunciação, esposa de Francisco de Deus Martins. Não encontramos exatamente a data, mas tempos depois, Maria de Jesus Antunes teria adquirido a propriedade deixando-a de herança para Benedito Antunes Coelho, Euclides Correa Ribas, Agenor Nalfredo de Sousa Pimentel, Antônio Antunes de Sampaio, Lysandro Sampaio e sua esposa e Jacinto Antunes Sampaio.

¹¹⁴ **Funcionários em 1977:** Jahira Paes de Almeida (conservadora), João Maria Monteiro de Souza (zelador), Sofia Milek (servente), João dos Anjos (guardião noturno); **Conselho Consultivo de 1978:** Newton Carneiro, Ronie Cardoso, Oney Barbosa Borba, Diair Santos, Sergio Todeschini Alves, Alfredo Ruisins, Idalina Bueno de Magalhães, Nelsi Kugler, Nicolau Hampf, Julieta Signoreli, Felipe Signoreli, Marli Rolim de Moura, Rosa Maria Sidor, Carlos Ernesto Kugler, Valmor Vilella e Atila do Amaral.

¹¹⁵ CASTRO (PR). Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Castro. Matrícula nº 5897. Registro em: 24.jun.1982.

¹¹⁶ Essa informação consta em todos os textos produzidos pelo museu e inclusive no registro de tombamento estadual. Luciano Carneiro Lobo consta no rol dos “grandes tropeiros” de David Carneiro (ANEXO B).

No ano de 1912 Balbina Marques Ribas comprou a casa destes herdeiros e, após o seu falecimento, o imóvel ficou como espólio para Zelia Maria Bittencourt Laroca, casada com Allan Kardec Laroca, Mariana Bittencourt Decker, casada com Norberto Martins Tramujas, e Lilia Bittencourt (todas filhas de Elsa Meira de Vasconcelos Bittencourt que já havia falecido), Rubens Meira e Vasconcelos, casado com Irene Pereira Souza Vasconcellos, e Leonidia Madureira, casada com Sebastião José Madureira. Em 1972, esta última herdeira, Leonidia Vasconcellos Madureira, comprou a casa dos demais titulares tornando-se, portanto, a última proprietária antes do imóvel tornar-se público (MUSEU DO TROPEIRO, Histórico, s.d.)¹¹⁷.

Usufruído principalmente como uma residência, obras e adaptações foram necessárias para torná-lo um espaço de exposição, além da recuperação de características originais por meio de um processo de restauração. Em uma publicação sobre os imóveis tombados no estado, produzido pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural do Paraná, podemos assimilar quais foram os procedimentos adotados nas obras e quais são as características arquitetônicas do imóvel:

Constaram da reconstrução de quase todas as paredes em armação de taipa e rebocadas com barro, tendo-se, todavia, a precaução de se fazer, em sua base, viga em concreto armado, para funcionar como baldrame. Toda a madeira utilizada — estrutura, assoalho em tabuado — foi imunizada. As gateiras foram mantidas em pequenas aberturas. Substituiu-se, ademais, uma porta por janela, retomando-se, assim, à concepção original. Eliminaram-se banheiros e todos os acréscimos não válidos. Todas as divisórias internas foram respeitadas. Nos fundos, em alpendre ou abrigo que havia para carroças, expõem-se, agora, objetos de valor histórico usados pelos antigos tropeiros. A casa, de um pavimento, apresenta aberturas com requadros em madeira, vergas encurvadas, janelas de peitoril, folhas externas em sistema de guilhotina, divididas em quadrículos, postigos internos em calha e portas com bandeiras (LYRA, 2006, p. 80).

O primeiro registro imagético desta casa (que se tem conhecimento) integra uma aquarela atribuída a Jean-Baptiste Debret datada de 1827. A edificação estava (na verdade está até hoje) na esquina exatamente atrás da Igreja Matriz de Senhora Sant’Ana. Na imagem da aquarela podemos observar bem ao centro uma capela, logo na sequência a atual Matriz em construção e ao fundo o dito imóvel.

¹¹⁷ As fontes consultadas que nos permitiram construir essa sequência de proprietários foram: MUSEU DO TROPEIRO, Histórico da Edificação, sem data; CASTRO (PR). Tabelionato de notas e protestos. Escritura de venda e compra. Livro nº 134, fl.1 04/05/1972; CASTRO (PR). Tabelionato de notas e protestos. Escritura de venda e compra. Livro nº 142, fl. 53, 10/06/1975.

FIGURA 14 – Iapó. Jean-Baptiste Debret (1827)



Fonte: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil**. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008. p. 284.

Nas fotografias seguintes podemos observar registros fotográficos produzidos durante o processo de restauro na década de 1970, bem como perceber seu posicionamento em relação à igreja¹¹⁸.

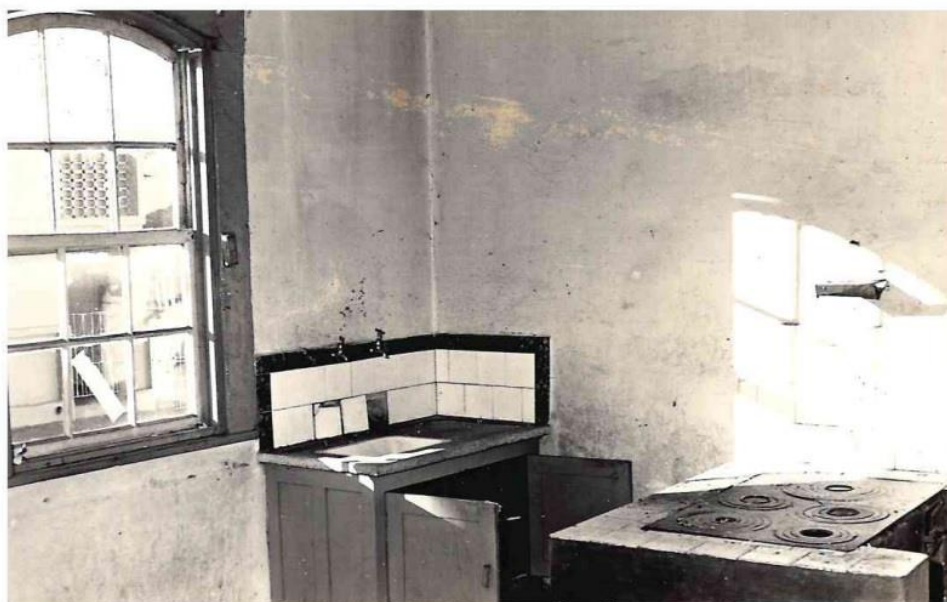
FIGURA 15 – O imóvel sede do Museu do Tropeiro durante o processo de restauro (1976)



Fonte: Acervo Museu do Tropeiro.

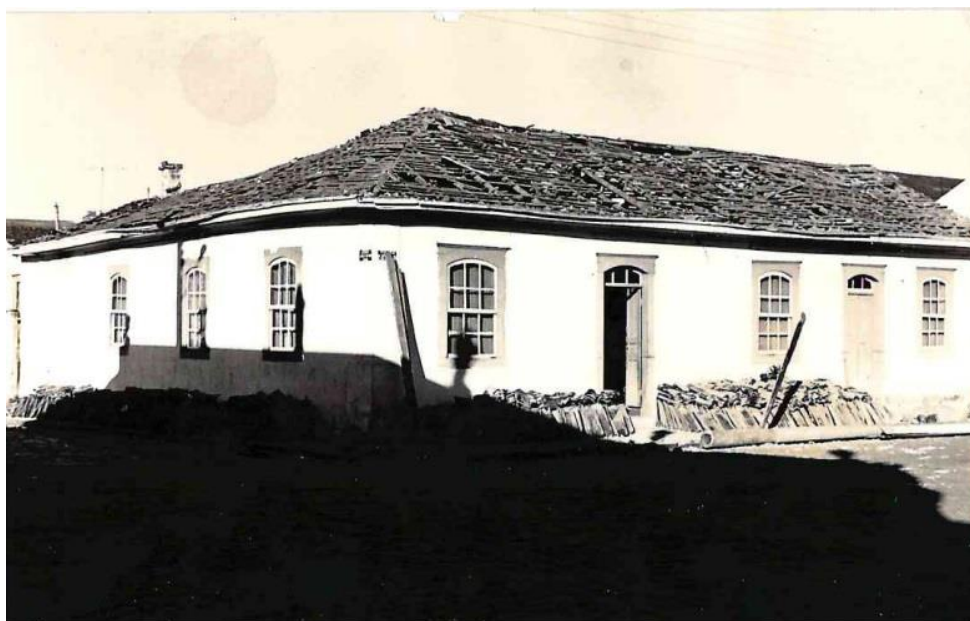
¹¹⁸ As fotografias dessa seção não têm indicação de autoria. No entanto, desde o primeiro material de divulgação (1977) há indicação de apoio do fotógrafo Carlos Ernesto Kugler, proprietário da empresa Kugler Artes Gráficas, local onde eram produzidos todos os materiais gráficos do museu. Dessa forma, mesmo não identificadas, acreditamos que todas ou então a maioria das fotografias são de autoria deste fotógrafo.

FIGURA 16 – Interior do imóvel (1976)



Fonte: Acervo do Museu do Tropeiro.

FIGURA 17 – O imóvel durante o processo de restauro (1976)



Fonte: Acervo Museu do Tropeiro.

Segundo o Livro de Tombo Histórico da atual Coordenação do Patrimônio do Paraná¹¹⁹ o processo de tombamento deste imóvel foi iniciado em 1977, ano de inauguração do museu, e a inscrição se deu no ano seguinte em 06 de março de 1978 (PARANÁ, 1978, p. 50). O registro tem poucas informações sobre o imóvel e sobre o processo, mas consta que foi uma solicitação voluntária a pedido do proprietário. Trata-se do primeiro ato de tombamento naquela cidade (ANEXO E). Quando nos deparamos com esta informação, consideramos ali um possível vestígio de que a criação do Museu do Tropeiro teria sido o pontapé inicial para o desenvolvimento de políticas e ações de preservação do patrimônio cultural local. É importante lembrar que Castro é um dos municípios mais antigos do Paraná, no entanto, o primeiro reconhecimento em nível estadual só ocorreu após a concepção da instituição museal. Ao longo da pesquisa, foi possível confirmar esta hipótese e veremos na sequência que o Museu do Tropeiro viabilizou e promoveu diversas ações em prol da preservação do patrimônio cultural no território em que estava inserido.

FIGURA 18 – Judith Carneiro de Mello na sede do Museu do Tropeiro (1976)



Fonte: Acervo Museu do Tropeiro.

¹¹⁹ A Coordenação do Patrimônio Cultural é o setor encarregado dos assuntos relativos à preservação do patrimônio arqueológico, histórico, artístico e natural do Paraná (Lei Estadual nº 1.211/53), vinculado à Secretaria de Estado da Cultura. Para uma abordagem do campo da História sobre as políticas de tombamento no Paraná ver: KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: UFPR, 2000.

3.4. Um dia após o outro: as atividades de uma instituição museológica registradas diariamente

No dia 9 de agosto de 1976, eu, Ana Meiris Bachmam fui juntamente com D. Judith Carneiro de Mello e a Sra. Sofia Milek, até a prefeitura municipal falar com o prefeito Dr. Lauro Lopes a respeito do Museu Municipal. Pois no dia seguinte era para começarmos os trabalhos. Eu encarregada do museu para cuidar das pesquisas e históricos da cidade de Castro, e dos objetos que o compõe. A Sra. Sofia Milek para cuidar da limpeza e D. Judith como administradora do Museu. O museu de Castro foi aberto para iniciar os trabalhos no dia 10 de agosto de 1976 às 08h e 30 min. Assim que chegamos eu e a zeladora abrimo-lo e enquanto o material para eu iniciar o trabalho não havia chegado procurei conhecê-lo. Contem 8 repartições pintadas em branco, suas portas, janelas, assoalho e forro todos envernizados. Os objetos estavam todos colocados numa das repartições. Atrás da casa há um espaço onde estão colocados 2 postes e um bebedouro para arrumar e na outra repartição separada é onde fica o aposento para o guardião. Quando chegou o material, peguei-os e procurei entrosar-me no assunto, pois li o começo da pesquisa sobre o histórico de Castro, e continuei nos livros que deles irei precisar. Pela manhã apenas li alguns trechos, a zeladora fez a limpeza e logo tivemos que deixá-lo pois já havia dado 11h e 30 min. Voltei às 13h e continuei o meu estudo sobre a Fundação da Cidade de Castro, pois no período da tarde eu fico só, pois a zeladora trabalha meio expediente. E assim eu permaneci até terminar o expediente. Antes de sair fiz o relatório (DIÁRIO, 1976, n.p.).

Assim iniciaram as anotações manuscritas em um caderno brochura, tamanho 27,5 cm por 20 cm com ilustração do personagem *Garibaldo* da *Vila Sésamo*. Esse diário é de 1976 e contém um breve histórico da instituição grampeado na primeira página e na sequência contém relatórios produzidos por Ana Meiris Bachman¹²⁰. Além de Ana e Judith, verificamos que estava presente desde a concepção da instituição a senhora Sofia Milek que desempenhou a função de zeladora. Sofia trabalhou no museu até o ano de 2011 (4 anos após o falecimento de Judith).

Segundo estas anotações, nos próximos dias que se seguiram “nada de extraordinário aconteceu, tudo o que fizemos foi como o dia anterior” (DIÁRIO, 1976, n.p), as duas funcionárias trabalharam constantemente na higienização das peças e do imóvel:

A 16 de agosto - já limpamos uma boa porção dos objetos menores. Pela tarde foi encaminhado para a oficina do sr. Walmor Villela 12 peças para limpeza com ácido. Também foi limpo o espaço vazio atrás da casa, capinaram e removeram os materiais de construção que ali estavam. Desde esta data até 31 de agosto eu e a zeladora fizemos a limpeza em todos os objetos que aqui estão. Pois os de cobre, metal e outros foram limpos, dado lustro, outros lavados e foi pintado também os oratórios, agora está para ser iniciada a colocação dos mesmos nos seus devidos lugares (DIÁRIO, 1976, n.p.).

¹²⁰ Que naquele momento era servidora em funções administrativas no município de Castro. Encontramos referência a essa pessoa apenas neste caderno de 1976.

Sem contar com um conhecimento técnico de conservação e restauro de objetos museológicos, mas demonstrando boa vontade, disposição e zelo é que foram preparados os objetos para a exposição com o apoio da comunidade, como é o caso do torneiro mecânico e artesão Walmor Villela que trabalhava na oficina mecânica da família, castrense, que em diversos momentos colaborou com a instituição e dedicou-se a esse trabalho sem receber qualquer remuneração ¹²¹.

Em contanto com o material, logo percebemos que Judith prezava pelo registro detalhado das atividades e do cotidiano de trabalho. Por exemplo, no dia 02 do mês seguinte, há um apontamento inusitado, foram encontrados “vestígios de alguns ossos enterrados neste terreno” (DIÁRIO, 1976, n.p.). Portanto, como coordenadora do projeto “Museu Municipal de Castro”, a professora solicitou que fossem produzidos relatórios com descrições minuciosas ao longo da jornada. Apenas o caderno de 1976 foi escrito de forma narrativa, a partir de 1977 as anotações são mais diretas ou em tópicos e os suportes passaram a ser agendas datadas. Para compreendermos o resultado desses registros apresentamos abaixo uma seleção do conteúdo anotado na Agenda do primeiro ano de funcionamento do museu. Informamos que reconhecemos a caligrafia de Judith Carneiro de Mello, mas constam também algumas anotações com outras caligrafias não identificadas¹²². Quando necessário ou pertinente, no quadro ao lado das anotações, elaboramos observações para contextualizar ou informar o leitor a respeito do conteúdo citado.

QUADRO 2 - Anotações da Agenda de 1977

Dia	Anotação	Observação
12/01	<i>Levar relógio; Recuperar as canastras; Ver os defeitos das paredes para o pintor; Judith viagem a Curitiba;</i>	
13/01	<i>Judith, Sofia, Vitor, Roque, Ajudante, Marli, Rosa Maria, Felipe, pedreiro, Nicolau.</i>	Em diversos momentos Judith anota os nomes das pessoas que compareceram ao Museu naquele dia.

¹²¹ Pelos serviços prestados o senhor Villela foi homenageado pelo poder público municipal no ano de 2010.

¹²² As agendas apresentam caligrafias distintas: de 1977 até 2007 identificamos a caligrafia de Judith Carneiro de Mello; de 1992 até 1993 Aleksandra Aparecida Cole (servidora municipal) identifica algumas de suas anotações; de 1990 até 2007 Léa Maria Cardoso Villela (servidora municipal e consultora do MT) também fez registros nas agendas; de 1998 até 2007 Daniele Cristine Martins (funcionária responsável pelas atividades administrativas contratada pela AAMT); de 2002 até 2007 Amélia Podolan Flugel (servidora municipal); de 2004 até 2007 também podem constar anotação de Fabiana Hey (servidora municipal). Como as identificações são esporádicas, optamos por não as individualizar. Informamos também que não foram transcritos aqui todo o conteúdo das agendas, foram selecionados dados e informações identificados como indícios para a construção da trajetória do Museu do Tropeiro.

15/01	<i>Carlos, Carlito, Felipe, Nicolau, Vitor – Reunião a noite.</i> <i>Placa do Museu; Grama;</i>	
16/01	<i>Alfredo Rusins</i>	1º dia do museólogo em Castro.
20/01	<i>Concluída a instalação do Museu as 12 horas. Colaboraram:</i> <i>Sr. Alfredo Rusins</i> <i>Sr. Nicolau Hampsf e sra.</i> <i>Sr. Felipe Signoreli</i> <i>Sr. Carlito Kugler</i> <i>Sr. Luiz Raffo</i> <i>Sr. Valmor Villela</i> <i>Srta. Rosa Maria Sidor</i> <i>Srta. Marli Rolim de Moura</i> <i>Srta. Julieta Signoreli</i> <i>Sra. Idalina Bueno de Magalhaes</i> <i>Srta. Nelsi Kugler</i> <i>Sr. Lourival Moreira</i> <i>Sr. Rivadavia Menarim</i> <i>Sra. Maria da Luz Novaes</i> <i>Srta. Evangelina Carmargo</i> <i>Sr. Eurico Novaes</i> <i>Sra. Marlene Plels</i> <i>Sr. Reginaldo Paranhos</i> <i>Sr. Jose Peixoto</i> <i>Sr. Newton Carneiro.</i>	
21/01	<i>Aberto a inauguração 11:30horas com a presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas e o povo em geral.</i> <i>A tarde visita do Canal 12 para uma reportagem.</i> <i>20 horas apresentação do Museu no Canal 12 Curitiba.</i>	
22/01	<i>Fechado</i> <i>Despedida do Dr. Alfredo Rusins</i>	
23/01	<i>Aberto das 9 às 11 – 14 as 16 horas</i>	
04/02	<i>Visita do Dr. Newton Carneiro: Recebemos a gravura “Negras pilando o café” e “Pouso dos Tropeiros”;</i> <i>Orientou sobre a jurisdição do Museu.</i>	
05/02	<i>Doação de Alberto Elvino Zappe:</i>	Esse é um exemplo de como as doações eram anotadas nas

	1 puxador esticador de arame farpado (4 peças) 1 panela de ferro com tampa 1 chicote trançado (rabo de tatu) 1 lança 1 plantadeiro 1 lascadora 1 panela de pressão 1 caldeirão de ferro	agendas, sem documentação oficial ou termos de doação. Em alguns casos os doadores assinavam logo abaixo da anotação na agenda.
06/02	Mandar folheto para “Quatro Rodas”	Provavelmente para divulgação do museu na publicação do Guia Quatro Rodas produzido pela Editora Abril entre 1965 a 2014.
08/02	José Sebastião da Silva (Zé do Coco) fez uma doação de uma foice antiga de 45 cm. Doações ou empréstimos de Angelo Salim Prosdócimo e Jeferson Napoli: 2 candelabros de prata 1 vaso porcelana 1 tinteiro prata 2 garrafas de cristal 1 concha e 1 colher 1 perfumeiro	Consta a assinatura do doador, um senhor conhecido no município como “Zé do Coco”. Este homem costumava circular pela cidade tocando uma corneta para anunciar sua passagem, pois trocava garrafas de vidro por doces. Além disso, trabalhava também engraxando sapatos e vendendo pipoca.
09/01	Lenita Novais – Ponta Grossa 1 guarda-roupa de jacarandá	
13/02	Visita professor Alfredo Klass, falar ao Dr. Newton sobre Palmeira no roteiro da parede.	Alfredo Klass foi combatente durante a 2ª Guerra Mundial, professor do departamento de História da UEPG e prefeito da cidade de Palmeira. Conforme as anotações, Klass deve ter sentido falta de sua cidade natal na rota que havia sido pintada na parede no museu.
25/02	1 garrucha comprada pela Prefeitura Municipal.	Anotação que demonstra que o acervo não foi constituído apenas com doações, como indicam textos mais recentes sobre o museu.
26/02	Doação Sr. Florentino Telles 1 cuia 1 garfo 2 colherinhas 1 garrafa com copo 1 100 réis 1870 1 50 cruzeiros 1965 1 200 reis 1889 1 caixa para cigarros Entregues ao sr. Tuto Menarim 1 cinturão 1 bombacha 1 colete 1 par de esporas 1 chiripa (couro)	Encontram-se anotações de doações em diversos momentos, selecionamos este dia para demonstrar a diversidade do acervo que estava sendo constituído.
07/03	Descrição das peças doadas por	Registro da doação de Newton

	<i>Newton Carneiro - 20 peças (estribos, freios e esporas do século XIX)</i>	Carneiro, sem muitas especificações.
10/03	<i>Doação – um diapasão de Benedito Pereira por Leonor Baroni Ribas (agradecer)</i>	O maestro Benedito Pereira foi o fundador da banda Lyra Castrense.
26/03	<i>Falar com a Diair sobre ofícios;</i> <i>Sugestão “Rua das Tropas” substituição a rua Dr. Jorge Xavier da Silva</i>	Diair Santos, amiga desde o período da adolescência de Judith, foi procuradora do Estado do Paraná e segundo as anotações e correspondências redigiu e/ou revisou diversos textos para o Museu do Tropeiro e para a diretora. A antiga “Rua das Tropas” é uma das principais ruas do centro da cidade de Castro, já foi denominada também de “Rua do Comércio” e desde 1895 presta uma homenagem ao médico Jorge Xavier da Silva.
03/04	<i>Foi recebido do departamento de ensino 5 livros da história de Castro – Pedro Novaes</i>	Pedro Novaes foi um político e memorialista que escreveu: “A Fundação da Cidade de Castro” e “A Fundação da Cidade de Ponta Grossa”.
04/04	<i>Sr. Humberto M. do Prado retirou 1 laço, 1 chicote, 1 guampa e um cabresto. Assinado por Humberto</i>	Eram também nas agendas que se registravam os empréstimos ou comodatos.
12/05	<i>Visita dos professores alunos do Grupo Júlio Teodorico de Ponta Grossa (160 alunos)</i>	Já no primeiro ano a instituição começou a receber o público escolar da cidade e da região.
17/05	<i>Doação – moedas antigas, dinheiro em nota e um Buda</i>	Registro de peças que não possuíam qualquer relação com atividade tropeira ou com a história de Castro.
19/05	<i>Compra em Itu- SP:</i> <i>3 estribos de metal CR\$ 420,00</i> <i>1 candeeiro antigo CR\$ 140,00</i> <i>1 caçamba de metal CR\$ 800,00</i> <i>1 estribo pequeno</i> <i>1 caçamba CR\$100,00</i> <i>1 freio CR\$ 100,00</i> <i>1 espora CR\$ 50,00</i>	Em mais de uma ocasião Judith deslocou-se até o interior de São Paulo para pesquisar e adquirir peças para compor o acervo.
20/05	<i>Livros:</i> <i>“Marginalismo Sertanejo” 5</i> <i>“Casos e causos” 5</i> <i>“Telêmaco mandava matar” 5</i> <i>“Povoadores dos Campos Gerais” 10</i> <i>CR\$ 325,00 pagos</i>	Todos os livros de autoria de Oney Barbosa Borba (advogado e pesquisador). Estas são anotações de compra e venda, portanto desde o ano de sua fundação o museu comercializou livros sobre a história local/regional.
26/05	<i>Visita dos professores e alunos do Grupo Dr. Lineu M. Novaes – Castro</i>	
01/06	<i>Diário de Pedro Novaes Rosas cedido por D. M^a. Luz para ser</i>	Além de objetos tridimensionais, estas anotações

	exposto na 2ª feira do museu. <i>Livro de Atas do Partido Republicano, impressos manuscritos, peças de teatro e programas poesias que pertenceram ao sr. Francisco de Assis Andrade e duas fotografias</i> <i>1 jornal e um livro de poesia de Jonas Borges Martins</i> <i>2 livros de música e 1 jornal do Iapó de Bento Mossurunga</i> <i>1 dobrado Major Vespasiano C. de Mello</i> <i>1 livro de Ata do clube União e Progressos de 1919</i>	indicam que também já no primeiro ano o museu salvaguardou documentos em suporte papel, dando início ao setor de pesquisa, centro de documentação e biblioteca.
25/06	<i>Santa Quitéria- Artesanato</i> <i>Falar com a profª Ilva</i> <i>D. Catarina, de Moura (piri)</i> <i>D. Julia (esteira de palha)</i> <i>Sr. Antônio Alves (gamela, pilão)</i>	Santa Quitéria é a denominação de uma localidade no interior do município. Na sequência os nomes dos artesãos e o tipo de artesanato ou matéria prima utilizada.
26/06	<i>Desapareceu uma bomba de mate. Antônio Carlos de Arruda Leme viu um menino mexer</i> <i>Apareceu a bomba</i> <i>JMello (assinatura Judith)</i>	
04/07	<i>Judith saiu fazer entregas dos objetos emprestados para a exposição</i>	Anotações que demonstram que eram realizadas exposições de curta duração.
05/07	<i>Judith viajou para Curitiba a serviço do Museu</i>	
20/07	<i>Judith viajou para Curitiba a serviço do Museu</i>	
25/07	<i>Judith viajou para São Paulo a serviço do Museu;</i> <i>Levaram N. S. Sant'Ana para a procissão (A Conceição foi quem a levou)</i>	Senhora Sant'Ana é a padroeira da cidade de Castro. Por mais de 30 anos a imagem utilizada durante a procissão no dia 26 de julho ficava sob responsabilidade do museu e em exposição.
27/07	<i>Trouxeram N. S. Santana com "rustimento" no manto do lado direito. Quem entregou a imagem foi a empregada da D. Mariinha Macedo.</i>	
16/08	<i>João Maria Monteiro de Souza assumiu o cargo de zelador neste museu em 16/08/1977</i>	O sr. João Maria prestou seus serviços ao museu durante 31 anos, até o ano de 2008.
18/08	<i>Chegou à encomenda de seis cadeirinhas de palha a CR\$ 55,00 cada. CR\$ 200,00 do</i>	Diversas anotações demonstram que Judith recorria aos seus próprios proventos para

	<i>museu e a Judith inteirou com CR\$ 130,00 dela. Judith tem a ver do museu CR\$ 70,00.</i>	financiar ou viabilizar atividades no museu.
19/08	<i>Judith compareceu ao Museu</i>	
21/08	<i>Judith esteve no museu; Judith emprestou o livro Drama da Fortaleza a sra. Vera Lucia.</i>	As anotações sobre empréstimo de livros demonstram que o museu consolidou sua biblioteca, inclusive realizando empréstimos. A obra citada é um romance de David Carneiro, baseado em suas pesquisas sobre história do Paraná.
23/08	<i>Está sendo organizado numa das salas do museu para a interiorização da cultura, uma exposição – Patrimônio Arquitetônico do Paraná; Judith esteve no museu</i>	Parceria com órgãos estaduais. Promoção e divulgação das temáticas relacionadas ao patrimônio cultural.
28/10	<i>Judith esteve no museu; Foram produzidas fotografias do museu para o Jornal do Paraná.</i>	
04/09	<i>Houve exposição de cartões antigos, muita visita, inclusive uma professora do Instituto Cristão que estava tocando nos objetos. Foi pedido para não tocar ela revoltou-se dizendo que uma professora não podia ser chamada atenção e continuou a desacatar, seu nome é ***; Judith esteve no museu</i>	Anotações das mais diversas ocorrências do cotidiano. Optamos por ocultar o nome da dita professora.
08/09	<i>Judith assume a direção</i>	Antes desta data Judith trabalhou de forma voluntária. Segundo uma Portaria Municipal Nº 72/75 Judith foi designada “independente de remuneração” para a supervisão e coordenação das atividades para instalação do museu de Castro (26/08/1975). Mas apenas a partir de setembro de 1977 é que ela assume oficialmente a direção.
12/09	<i>Por empréstimo saíram trabalhos em crinas e rabichos de cavalo; Vida e Morte do Tropeiro.</i>	Empréstimo de peças de artesanato; Registro do título da obra Aluísio de Almeida.
18/09	<i>Receitas do Tropeiro: Café Bolo de polvilho Arroz Charque assado no braseiro Chimarrão Angu de farinha de mandioca</i>	Pesquisa sobre cultura alimentar

	<i>Virado de feijão Virado de ovos Torresmo Couve</i>	
23/09	<i>Apararam a grama; Levaram armação da vitrine para o sr. Leandro Galeto</i>	
03/10	<i>O museu estará fechado para restauração do assoalho até dia 11/10/77</i>	No primeiro ano já foram realizadas novas obras de restauro.
13/10	<i>Foi entregue ao sr. Ari Prestes Kravitch o histórico da Fazenda Taquara. (assinatura do sr. Ari)</i>	Registro de atividades de pesquisa no museu.
26/10	<i>Judith viajou para Sorocaba fazer comprar para o Museu</i>	
06/11	<i>Feira no alpendre: Vendemos 1 livro Fundação da Cidade de Castro, 1 Casos e Causos, 1 cartão postal, 1 receita do feijão do tropeiro, 1 sabonete.</i>	Comercialização de livros e produtos locais.
09/11	<i>Doação de Olga Wiegand Vasconcelos: 1 rabo de tatu que pertenceu a Emanoel Meira de Vasconcellos nascido na casa do museu. Filho de Ernesto M Vasconcelos e Balbina Ribas Vasconcellos.</i>	Exemplo de peça que contém informações sobre a origem.
25/11	<i>Nelsi emprestou dois livros “O Troeirismo e Vida e Morte do Troeiro” para produção da folhinha do Carlito Kugler.</i>	Carlito era a alcunha do fotógrafo Carlos Ernesto Kugler, proprietário da Kugler Artes Gráficas. A folhinha é provavelmente o calendário da empresa para o ano de 1978.
07/12	<i>Doação da Prefeitura Municipal de Castro: - 1 Boletim de Heráldica, - Jornais do Século XIX, - Balancetes de receitas e despesas do século XIX e início do XX, - Planta da cidade de Jaguariaíva (05/07/1871) - Documentos da Câmara Municipal.</i>	O museu como local de salvaguarda para documentos administrativos do poder público municipal.
13/12	<i>Foram devolvidas as peças do Museu pela Badep</i>	Exemplo de parcerias com outras instituições. O Badep era o Banco de Desenvolvimento do Paraná, um banco público do estado, criado em 1968 e extinto em 2018.

Fonte: AGENDA, Arquivo Permanente, Fundo Museu do Tropeiro, 1977. Nota: Dados trabalhados pela Autora.

Nesse primeiro ano podemos observar que Judith assumiu o cargo de diretora apenas em setembro de 1977, entretanto, a coordenação dos trabalhos que envolviam o museu estava sob sua responsabilidade desde a desapropriação do imóvel em 1975. A despeito do museu ter

nascido como um espaço temático, com um recorte bem específico, a instituição recebeu doações de muitas peças que não condiziam com a proposição de Newton Carneiro. Por tratar-se da única e primeira instituição do gênero na cidade, acabou por “acolher” todo e qualquer objeto/documento que poderia ser considerado relevante para a preservação da memória do município e da região. Definitivamente não existia uma política de acervo com critérios bem definidos.

Já vimos que uma crítica comum aos museus tradicionais, principalmente após o desenvolvimento da Nova Museologia e da Museologia Social, é que estes espaços foram criados e mantidos com o intuito de celebrar uma história que não considerava a complexidade do corpo social, não havia espaço para diversidade ou para todas as esferas da sociedade (CANCLINI, 2015, p. 160). Também, já dissemos que a professora Judith é de uma família tradicional e fazia parte da elite econômica e política de Castro. Lembramos que na historiografia alguns autores apontaram como tropeiros apenas aqueles com um bom poder aquisitivo e/ou aqueles que receberam títulos militares ou de nobreza. Nesta toada, os registros das agendas apontam as doações de objetos que confirmam estes juízos, como porcelanas, aperos em prata, móveis de madeiras de lei, objetos de arte sacra vindos da Igreja Católica, entre outros. Logo, afirmamos que o Museu do Tropeiro, desde sua fundação, salvaguardou artefatos oriundos de uma elite, podendo ser apontado como um espaço de celebração de seus feitos e sua cultura material. Todavia, também asseguramos que este museu não dialogou apenas com essa esfera da sociedade. A atuação do Museu do Tropeiro no município de Castro, no que diz respeito ao acesso ao direito à memória, à bens culturais e aos debates acerca do patrimônio cultural, demonstram que a instituição, desde o primeiro ano, foi além da conservação e exposição de objetos provenientes da elite econômica local.

Nos deparamos com algumas indicações de procedência anotadas nas agendas, no entanto, muitas peças não possuem essas informações, o que dificulta uma análise detalhada sobre os objetos e consequentemente sobre a cultura material que compõe o acervo. Todavia, podemos destacar algumas especificidades que chamam a atenção e nos permitem evidenciar nossa argumentação. Um registro singular é a doação de uma “foice antiga” pelo senhor José Sebastião da Silva, conhecido como Zé do Coco e que foi uma das primeiras pessoas a assinar uma doação na agenda de 1977 (AGENDA, 08 fev.1977). Pesquisando referências sobre quem seria o senhor Zé do Coco, encontramos diversos depoimentos em um grupo da rede social *Facebook*, fotografias e testemunhos, relatando que se tratava de um homem negro que

na década de 1970 trocava materiais recicláveis por doces¹²³. Há também relatos de que trabalhou na cidade como engraxate e pipoqueiro. Um sujeito bastante conhecido, mas que certamente não integrava a alta sociedade castrense. Temos, portanto, um indício de que há um diálogo com grupos que não faziam parte da elite econômica local.

O acervo não foi apenas composto por doações, como dão a entender algumas reportagens ou pequenos textos de divulgação sobre o museu. Muitas peças foram adquiridas por meio de compra pelo poder público municipal ou pela própria Judith. Dessa forma, percebemos que o acervo possui as mais diversas origens, com peças oriundas de Castro ou da região dos Campos Gerais, mas também por artefatos adquiridos principalmente no interior de São Paulo (Sorocaba e Itu).

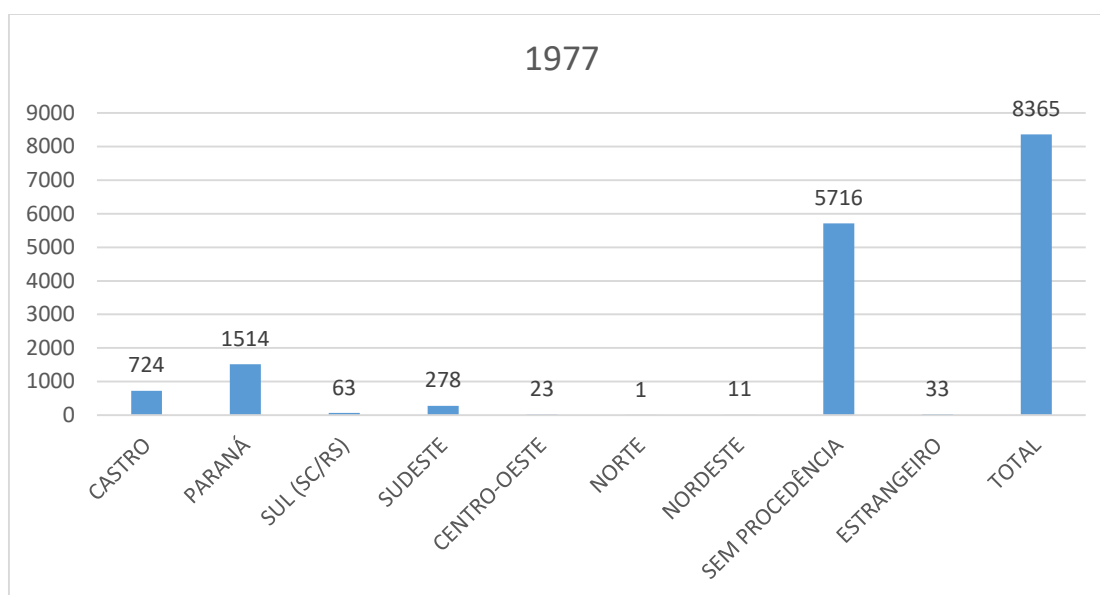
Houve também, desde o primeiro ano, engajamento em prol de uma biblioteca e do desenvolvimento de pesquisas, com o registro de empréstimo de livros e circulação de informações. Essa concepção de museu como um local de produção e divulgação de conhecimento não é uma novidade daqueles tempos. Desde o século XIX as instituições museológicas são entendidas como lugares de ciência, como os grandes museus nacionais de caráter enciclopédicos, dedicados principalmente às ciências naturais (SCHWARCZ, 1996). Vez ou outra, Judith se deslocava até a capital do estado para tratar de assuntos do museu e não é raro encontrar logo após o registro da viagem a anotação dos livros que foram adquiridos por ela em sebos ou livrarias de Curitiba¹²⁴.

Quanto ao público, a visita de estudantes e professores de Castro e da região também já aparecem desde 1977. Não podemos esquecer que a diretora da instituição era uma professora e que em suas publicações e discursos, reiterou o potencial didático de um museu. Além do livro de visitantes, a presença de grupos estudantis era especialmente anotada nas Agendas. Naquele ano, o MT recebeu aproximadamente 8.400 visitantes de todas as regiões do país e alguns estrangeiros. Em sua maioria moradores da cidade de Castro (acreditamos que muitos visitantes, justamente por serem locais, não identificaram procedência), seguidos de outras cidades do Paraná, conforme gráfico abaixo:

¹²³ KARNOPP, Edna Roberto. **[Zé do Coco]**. Facebook: [Grupo Castro de Antigamente]. 24.jul.2020. A postagem contém uma foto do senhor José Sebastião da Silva tocando uma corneta. Segundo as informações da legenda e comentários o senhor conhecido como Zé do Coco anunciava que estava passando na rua por meio de uma corneta para trocar doces por garrafas e vasilhames, os comentários informam também que ele trabalhou como engraxate e vendedor de pipoca.

¹²⁴ Temáticas: História do Brasil e História dos três estados da região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e tropeirismo).

GRÁFICO 1 – Contagem de público no ano de inauguração



Fonte: LIVRO DE REGISTRO DE VISITANTES, Arquivo Permanente. Fundo Museu do Tropeiro, 1977.

Nota: Elaboração da Autora.

Outro tópico recorrente são as pequenas movimentações financeiras como compra e venda de publicações de história local ou regional. Em 1977 observamos a comercialização de livros de Oney Barbosa Borba, essas negociações eram realizadas principalmente durante as feiras que ocorriam aos finais de semana na sede do museu. As Agendas serviam também de controle de caixa para esses eventos denominados “Feira de Artesanato”.

Após a leitura e análise das Agendas, concluímos que a trajetória do Museu pode ser organizada em três fases. A primeira corresponde aos anos de 1977 até 1983, período em que a principal atividade da instituição foi a pesquisa sobre a arte produzida no município, principalmente no interior e que possuía alguma relação com a atividade tropeira ou o cotidiano rural. Há registros das idas para as comunidades rurais, dos nomes dos artistas ou artesãos, da compra de diversas peças e comercialização desse material em feiras organizadas na rua em frente ao museu. Neste primeiro período foram registradas constantemente doações e compras de peças, as visitas de Newton Carneiro e da esposa Elza, os livros emprestados e as pesquisas realizadas, o que significa dizer que nos sete primeiros anos que se seguiram as anotações apresentam um mesmo padrão da primeira agenda (AGENDAS, 1977-1983).

Após esta fase, entre 1984 e 1988, há uma lacuna, não encontramos Agendas, pois Judith não ocupou o cargo de diretora da instituição. Sendo assim, os diários voltaram em 30

de maio de 1989, justamente com a anotação de que fora nomeada como diretora novamente¹²⁵.

Essa segunda fase, que vai até o ano 2000, é marcada como um período de reestruturação. A partir de então não houve mais registro das feiras semanais, apenas vendas esporádicas, principalmente em eventos externos (AGENDA, 08.ago.1991). As primeiras providências, após o retorno de Judith, foram verificações e consertos no imóvel, principalmente no telhado que apresentava problemas com goteiras. Além disso, no ano de 1990, foi construído o anexo para melhor acomodar o escritório e a biblioteca e o centro de documentação. Foi também na década de 1990 que começamos a encontrar anotações mais frequentes sobre o trabalho de Léa Maria Cardoso Villela, advogada, servidora da Prefeitura Municipal de Castro, que já atuava há algum tempo como “consultora para pesquisas históricas”, mas que após a aposentadoria, continuou prestando serviços ao museu (AGENDA, 23.abr.1990)¹²⁶. Nesta segunda fase, nos deparamos com uma preocupação com a documentação museológica do acervo, registros de reorganização por meio da confecção de fichas e “relações descritivas das peças” (AGENDA, 06.jan.1990).

Naquele momento, os comentários indicam um despertar para demandas técnicas e teóricas. É o que depreendemos dos registros a respeito de uma atividade de inventário ou catalogação e do contato com professores e professoras do departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa e profissionais da Coordenadoria do Patrimônio do Paraná - CPC que recomendaram fontes e referências, como por exemplo, “adquirir para o futuro: *O que é Museu?* de Marlene Suano, editora Brasiliense” (AGENDA, 29.mai.1991)¹²⁷, relevante contribuição para o campo e que foi publicada em um período de escasso material em língua portuguesa. A visita e as orientações de Aimoré Índio do Brasil Arantes e Marcelo Polinari, historiadores da CPC também demonstram à atenção voltada para adequações técnicas e metodológicas para produção de pesquisas e algumas noções arquivísticas¹²⁸.

Visitou-nos o sr. Aimoré para fazer uma pesquisa sobre os caminhos das tropas.
Datilografei mais algumas fichas, eu Aleksandra, pela manhã. Pela tarde, sr.

¹²⁵ O cargo de direção do museu é um cargo de confiança/comissão, por isso é relevante anotar que este período corresponde a mudança de gestão no poder executivo municipal. Judith não esteve à frente da instituição durante a gestão de Rivadávia Menarim. Em 1989, com a eleição de Reinaldo Cardoso, a professora retornou à direção da instituição. Durante aquele período apuramos que as seguintes pessoas responderam pelo museu: Edson Rodrigues de Quadros (de janeiro de 1984 até setembro de 1985); Ademilde Valenga (de outubro de 1985 até maio de 1987); Noemi Barreto Vaz (de junho de 1985 até dezembro de 1988).

¹²⁶ Depois do falecimento de Judith, Léa Maria assumiu a direção da instituição e permaneceu no cargo entre os anos de 2007 até 2013.

¹²⁷ SUANO, Marlene. **O que é um museu?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

¹²⁸ Até então a instituição não possuía cargo técnico específico, com formação nas áreas de história, arquivologia ou museologia.

Aimoré, retornou para fazer uma reunião com as senhoras Léa e Judith, também em busca de informações sobre como estão os levantamentos. Máximo de organização e ordenamento dos documentos antigos, deve ser feita uma relação à parte como prova de cuidados e organização para serem levados para Curitiba (AGENDA, 13.ago.1991).

Deste modo, a instituição foi ao longo dos anos organizando uma coleção de documentos referentes ao tropeirismo, mas também a diversos outros assuntos julgados como “fatos importantes” que deveriam ser salvaguardados naquele *lugar*. “Pela manhã e pela tarde separei os jornais para recortes e montagem para a técnica de arquivo, lendo todos os assuntos que dizem respeito a fatos importantes de Castro” (AGENDA, 27.ago.1991).

São também da década de 1990 registros de participações em eventos, como a presença no Seminário Nacional de Tropeirismo (SENATRO), na cidade de Bom Jesus-RS. Um evento bienal organizado pela Prefeitura daquele município com apoio da Universidade de Caxias do Sul, que contou com a participação do MT e dos pesquisadores associados a instituição desde a primeira edição em abril de 1992¹²⁹. Naquele mesmo ano, em agosto de 1992, Amélia Podolan, historiadora de formação, iniciou suas atividades de pesquisa na instituição, resultando em dois livretos (Tropeirismo 1 e Tropeirismo 2) que nas Agendas são denominados como “apostilas” (AGENDA, 30.out.1992). As atividades de pesquisa são anotações constantes, e o advogado e pesquisador Oney Barbosa Borba era visita frequente, emprestando, doando ou lendo livros no próprio museu.

É só a partir deste período que vimos referência sobre *termos de doação*, no entanto, a agenda continuava servido também para tal função. Percebemos que havia uma certa insegurança jurídica em relação a posse e propriedade das peças. No dia 16 de abril de 1993, por exemplo, há a seguinte anotação:

Com grande pesar registramos a saída de peças expostas na *Sala da Casa do Tropeiro*. Um relógio pedestal com pêndulo, uma escarradeira, um santo com crucifixo, um quadro francês e um console que teriam pertencido a Pedro Novaes e foram retirados. Ass. Judith (AGENDA, 16.abr.1993).

Neste caso, Maria da Luz Novaes Rosas, viúva do ex-prefeito e historiador, teria deixado um documento doando as peças para terceiros que procuraram o museu para

¹²⁹ Estão disponíveis três publicações com o resultado das apresentações de palestras e comunicações dos eventos de 1992, 1994, 1996, 1998, 2000 e 2002. Ver: SANTOS, Lucila Maria Sgarbi dos; VIANNA, Maria Leda Costa; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs). **Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional**. Porto Alegre: Edições EST, 1995; SANTOS, Lucila Maria Sgarbi dos; et al. (Orgs.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Est, 2000; SANTOS, Lucila Maria Sgarbi dos; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Est, 2004.

concretizar a posse. Estas anotações nas Agendas, demonstram uma informalidade no processo de doação ou comodato, informalidade que estava diretamente vinculada e ancorada na figura da diretora. Prática que perdurou durante anos, em 2001, por exemplo, Judith fez o seguinte comentário:

Estive no museu para deixar a agenda para o ano de 2001. Dra. Rose (Diretora de Cultura) comunicou que na terça pela manhã teremos a condução para a Fazenda Boa Vista de D. Darcy Gaspareto para trazer o pilão antigo. Esta peça virá em comodato até o dia que eu deixar a direção do museu (AGENDA, 05. jan. 2001).

O dito pilão esteve em exposição desde a criação do museu, em algum momento ele foi retirado, desconhecemos a data e a motivação, no entanto, vemos que a peça retornou em 2001 e encontra-se sob guarda da instituição até o presente momento. Essas relações de subjetividade e a consequente instabilidade relacionada a um cargo de confiança também foi um ponto de atenção durante esse período de reestruturação do MT. Para que o museu não ficasse à mercê somente da vontade ou interesse político das gestões municipais, no início da década de 1990, foi criada a Associação de Amigos do Museu do Tropeiro (AAMT). Organização sem fins lucrativos, que fortaleceu e viabilizou grande parte das iniciativas a partir de então. Pois aqueles que já prestavam algum tipo de apoio voluntário tiveram a oportunidade de “oficializar” essa contribuição tornando-se associados (AGENDA, 08.mar.1992)

Dia após dia eram anotadas participações em exposições, presença ou ausência dos funcionários, manutenção do jardim, atendimento a pesquisadores, empréstimo de livros (sendo *O Drama da Fazenda Fortaleza* de David Carneiro o título mais recorrente) e constantes intervenções para conservação do imóvel. Em 1995, a primeira anotação do ano revelou a reabertura do museu, uma vez que,

Reabrimos o museu após meses fechados em virtude da construção de um anexo para a administração que ainda precisa de arremates. Este anexo foi construído segundo uma planta da Dra. Rosina Parchen, arquiteta da Secretaria da Cultura em Curitiba. Consta de uma sala para reuniões e pesquisas, uma sala para o arquivo, secretaria, um banheiro, uma sala para guarda do acervo e mais um banheiro para uso público (AGENDA, 2.fev.1995).

Como vimos, o imóvel do museu é uma casa tombada em nível estadual. Sendo assim, a presença de Rosina Parchen na instituição era sempre registrada¹³⁰. A arquiteta acompanhava constantemente as obras de manutenção do prédio ou qualquer outra alteração. Aliás, referente ao entorno, ainda em 1995, foi dado início a um canteiro de ervas medicinais

¹³⁰ Rosina Parchen esteve à frente da Coordenadoria de Patrimônio do Paraná de 1980 até 2017.

(AGENDA, 11.mai.1995), que em 1999 passou por um processo de identificação das plantas e foram tratadas como temática para pesquisa e parte da exposição (AGENDA, 27.jan.1999).

Continuamos nos deparando, todos os anos, nos dias próximos ao dia 26 de julho, com anotações sobre a retirada da imagem de Sant'Ana para a procissão que, desde o início do século XX, percorre um trajeto pelo rio Iapó em embarcações da comunidade e depois é carregada em procissão até a Igreja Matriz, seguida de missa e demais comemorações (MELLO, PODOLAN, VILLELA *apud* DINIZ, 2009, p. 22).

Algo curioso do final da década de 1990 são as recorrentes solicitações de um computador. Judith e as colaboradoras registraram que escreveram ofícios, pediram patrocínios, buscaram doações. Até que em 15 de setembro de 1998 o museu instala um computador, oferecimento de um deputado estadual que visitara a instituição (AGENDA, 15.set.1998).

Percebemos que a terceira e última fase do período que diz respeito ao nosso recorte de pesquisa, teve início no ano 2000. Este foi o período dos grandes eventos, de uma perspectiva turística e midiática, talvez o momento da divulgação do que fora construído até ali. Em 2004 a concessão da sesmaria às margens do Iapó completaria 300 anos e essa efeméride desencadeou esse movimento. Foram realizados nesta última fase estudada: o *Espetáculo de Luz e Som* na Fazenda Capão Alto em 2002, a inauguração da exposição *Casa de Sinhara* em 2004 e a concretização de um projeto desejado e gestado desde 1996, que foi o *I Seminário de Tropeirismo* também no ano do tricentenário.

Naquele período, foram materializados projetos significativos de publicações. Uma obra de pesquisa coletiva e colaborativa de muitos meses, onde encontramos, de outubro de 1999 até maio de 2000, anotações da presença de João Maria Ferraz Diniz, Léa Maria Cardoso Vilella, Oney Barbosa Borba, Judith Carneiro de Mello e Emerenciana Ehalt, pesquisando para a confecção de uma cronologia da história de Castro (AGENDA, out.1999-mai.2000), resultando no livro *Castro Antiga: cronologia* que foi publicado pela Imprensa Oficial do Paraná em 2003.

Concomitantemente, foi promovido pelo museu e por sua Associação de Amigos um projeto que a princípio chamar-se-ia “orgulhe-se de Castro” e seria um álbum com “tudo de bom que Castro já teve” (AGENDA, 17.nov.1998). Este projeto, por sua configuração e proposta imagética, resultou em quatro publicações denominadas como álbuns: *Castro Antiga: imagens e lembranças* (2000); *Sesmarias, Velhas Fazendas e quilombos: Campos de Castro* (2000), *Castro Antiga Sant'Ana do Iapó: Patrimônio Cultural e Arquitetônico* (2001), *Sant'Ana do Iapó: Castro nasceu aqui* (2005).

Nestes últimos anos de nosso recorte de pesquisa, equipes de emissoras de televisão eram presenças constantes, além do curioso registro de apoio à produção da obra cinematográfica *Cafundó*, dirigida pelo ator Paulo Betti e pelo cineasta Clóvis Bueno, lançada em 2005. Algumas cenas foram gravadas em Castro e há anotações de que Judith indicou os contatos necessários para a produção (AGENDA, 10.ago.2002). Mas se tratando da divulgação midiática do museu, sem dúvida, o registro de destaque foram as filmagens para o projeto *Os Tropeiros*, uma produção do programa *Globo Rural* da Rede Globo de Televisão (AGENDA, 11, 12 e 13.mai.2005). Uma série de reportagens que foi ao ar na televisão aberta, sempre aos domingos, de 16 de julho a 1º de outubro de 2006. Seguindo as rotas já apresentadas no primeiro capítulo, saindo do Rio Grande do Sul com destino a Sorocaba em São Paulo, o trajeto levou 66 dias para ser percorrido. Este trabalho resultou em três DVD's e em um livro, *Os Tropeiros: O Diário da Marcha*, no qual o jornalista José Hamilton Ribeiro relatou o cotidiano da tropeada e os bastidores das reportagens¹³¹. Este projeto, dedicado exclusivamente ao tema da instituição, promoveu uma excepcional divulgação para o museu, em nível nacional (RIBEIRO, 2006).

Por fim, para encerrar essa descrição e análise das fontes e de como e o que eram registrados nos Diários/Agendas, segue a transcrição do dia 02 de janeiro de 2007:

Esperamos que o ano de 2007, ano que comemoramos o 30º aniversário do museu, nos traga grandes realizações e vitórias em nossos propósitos de:

- Sediarmos o Centro Internacional do Tropeirismo;
- Realização do II Congresso ou Seminário do Tropeirismo;
- Transformação da Casa de Sinhara em órgão oficial;
- Compra do imóvel onde se acha instalada a Casa de Sinhara;
- Enriquecer o acervo da Casa de Sinhara com doações;
- Realização de uma missa para comemorar os 218 anos da ereção da Vila Nova de Castro;
- Lançamento do 5º Álbum: As Sinharas de Castro.
- Trazer um palestrante historiador para falar da importância do tropeirismo na economia do país;
- Trazer pessoas para colaborarem não só com o museu, mas com a cidade;
- Elaboração de um boletim comemorativo dos 30 anos.

Assinado: Judith Carneiro de Mello (AGENDA, 02.jan.2007).

Destes planos e projetos pensados para aquele ano, informamos que no dia 20 de janeiro 2007 “foi realizada uma missa solene comemorativa dos 218 anos da Vila Nova de Castro, 150 anos da elevação à categoria de cidade e 30 anos do Museu do Tropeiro”, (AGENDA, 20.jan.2007). E que o boletim de aniversário já estava sendo preparado no

¹³¹ A equipe esteve três dias consecutivos fazendo gravações na sede do Museu do Tropeiro e na exposição Casa de Sinhara. Portanto, no último DVD, denominado “A jornada final” é possível ver imagens da exposição e depoimentos de Léa Maria Cardoso Villela, Amélia Podolan Flugel e a rara aparição de Judith. Para saber mais ver: RIBEIRO, Hamilton. **Os Tropeiros** – O Diário da Marcha. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

primeiro mês do ano. Porém, poucos dias após o último evento organizado em sua gestão, no dia 12 de fevereiro 2007, uma segunda-feira, encontramos a seguinte anotação: “falecimento da diretora do museu, Dona Judith Carneiro de Mello” (AGENDA, 12.fev.2007).

Com a morte repentina de Judith, que havia sofrido uma queda alguns dias antes, houve o fechamento temporário do museu, até o dia 22 de fevereiro, e no dia 6 de março Léa Maria Cardoso Villela assumiu a direção (AGENDA, 06.mar.2007).

Voltando nosso olhar para os primeiros 30 anos do Museu do Tropeiro e para gestão de Judith, daqui em diante retomaremos essa trajetória, dialogando com outras fontes a fim de analisarmos as especificidades da construção desse *lugar de memória* e suas práticas e sentidos para Castro e para o campo do patrimônio cultural nesta região.

3.5. Museu e sociedade: ações e associações

O Museu é percebido pelos teóricos como um fenômeno, identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória, relação esta, a que denominaremos ‘musealidade’. A musealidade é um valor atribuído a certas ‘dobras’ do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com os sistemas de pensamento e os valores de suas próprias culturas. E, portanto, a percepção (e o conceito) de musealidade poderá mudar, no tempo e no espaço, de acordo com os sistemas de pensamento das diferentes sociedades, em seu processo evolutivo. Assim, o que cada sociedade percebe e define como Museu poderá também mudar, no tempo e no espaço (SCHEINER, 2012, p. 18).

Vimos que a Declaração de Santiago de 1972 é considerada por diversos autores como um marco para a Museologia. No entanto, conforme afirma a museóloga Teresa Scheiner as “propostas e realizações de uma prática museológica voltada para o social não são originárias – e nem exclusivas – da Declaração de Santiago, nem do movimento que se autodenominou Nova Museologia” (SCHEINER, 2012, p. 19).

O conceito de *museu integral*, disseminado a partir daquele evento, diz respeito a ideia de museu como um instrumento de mudança social. Para Scheiner (2012, p. 19, grifo nosso):

O *museu integral* se fundamenta não apenas na musealização de todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação), ou na ênfase no trabalho comunitário, **mas na capacidade intrínseca que possui qualquer museu (ou seja, qualquer representação do fenômeno Museu) de estabelecer relações com o espaço, o tempo e a memória – e de atuar diretamente junto a determinados grupos sociais.** O sentido do Museu está, portanto, no seu próprio existir.

Ao longo da pesquisa, não encontramos referência alguma ao dito conceito, nem à Nova Museologia, movimento contemporâneo com a criação do Museu do Tropeiro. Todavia, percebemos claramente essa “relação com o espaço, o tempo e a memória” e a capacidade de atuação social da instituição defendidos pela autora.

Concebemos que quando um objeto é adquirido por um museu e é musealizado, torna-se um patrimônio da instituição, patrimônio no sentido de propriedade e como categoria de pensamento, como patrimônio cultural. No caso do Museu do Tropeiro, um museu público, torna-se um **patrimônio cultural público** e passa a pertencer a todos os cidadãos. Além disso, a constituição do acervo do MT só foi possível com a participação da sociedade. Identificamos o protagonismo de Judith, mas também concluímos que esse “empreendimento” foi resultado de um processo dinâmico, que refletiu uma construção narrativa do campo da história e as demandas da sua comunidade.

Vimos que os *lugares de memória* são motivados pela necessidade humana de almejar o registro de suas lembranças, mas é preciso ressaltar que o direito à memória e a cultura são pilares da cidadania, ou pelo menos da *cidadania cultural*, nas palavras de Marilena Chauí (1995). Concordamos com Scheiner (2012) de que ser um espaço de acesso à cultura, de direito à memória e, portanto, um espaço de cidadania, é uma característica intrínseca das instituições museológicas, ainda que possuam recortes temáticos e estejam sujeitos a subjetividades, seleções e “esquecimentos”. Os espaços museais são repletos de discursos que buscam produzir sentidos e construir significados.

No caso do Museu do Tropeiro, a criação de um *lugar de memória* para Castro e as ações propostas por este lugar possuem uma forte vinculação com as noções de identidade e de pertencimento. Vimos que a origem dos museus modernos está diretamente amarrada com as concepções de nação ou Estado e consequentemente atreladas à necessidade de construção de identidades.

No Brasil, a questão da identidade está na gênese das políticas de patrimônio. Intelectuais e gestores “obcecados por uma “identidade nacional brasileira, defenderam de modo admirável o chamado patrimônio histórico e cultural brasileiro” (GONÇALVES, 1996; FONSECA, 2017; CANCLINI, 1994). E segundo Stuart Hall, “a culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações” (HALL, 2006, p. 50). Esses discursos, que forjaram ou forjam uma cultura nacional, “são modos de construir sentidos que influenciam e organizam tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2006, p. 50). O Museu do Tropeiro foi a

primeira iniciativa institucionalizada em prol da “consolidação de uma identidade cultural” em Castro. Ainda que a escolha de um recorte temático possa gerar exclusões ou silenciamentos, a criação de um *lugar de memória* viabilizou a implementação de práticas e políticas culturais. Outrossim, a instituição foi apresentada para a sociedade da seguinte maneira:

O Museu do Tropeiro tem por finalidade: - primeiro: – pesquisar e estudar os documentos, arquivos e demais registros sobre a pessoa do tropeiro e de sua influência econômica, social e cultural na área de sua atuação; - segundo: - reunir os testemunhos materiais autênticos usados pelo tropeiro na sua época; - terceiro: - expor estes objetos para o conhecimento e apreciação de estudiosos e do público em geral; quarto: contribuir com a política de Turismo do Governo da Revolução de 1964, no eixo Vila Velha – Foz do Iguaçu, no plano de Turismo Cultural (MUSEU DO TROPEIRO, 1977a).

É bom lembrar que o museu foi criado em plena Ditadura Militar. Momento em que o setor cultural tem um papel significativo para o projeto político e ideológico pós Golpe de 1964. Segundo Natália Fernandes (2013) é possível identificar três frentes de atuação governamental nessa área: censura a determinado tipo de produção cultural; investimento em infraestrutura em telecomunicações, favorecendo a consolidação da indústria cultural; e a criação de órgãos governamentais destinados dedicados a política cultural oficial (FERNANDES, 2013, p. 174).

Sérgio Miceli, que analisou “o processo de construção institucional na área cultural federal nos anos 1970” (MICELI, 1984, p. 53), argumentou que foi durante aquele período que houve a implementação do “primeiro plano oficial abrangente e em condições de nortear a presença governamental na área cultural, a chamada Política Nacional de Cultura” (MICELI, 1984, p. 57)¹³². O que significou a inserção da dimensão cultural nas “metas da política de desenvolvimento social” (MICELI, 1984, p. 57). Foi quando o SPHAN ganhou *status* de Instituto e tornou-se IPHAN (1970), foi lançado o Programa de Reconstrução de Cidades Históricas (1973), aconteceu o I Encontro Nacional de Dirigentes de Museus (1975), a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (1975), a criação da Fundação Pró-memória (1979), entre outras ações de políticas culturais (MICELI, 1984). “Verifica-se na década de 1970, a configuração e um grupo de dirigentes da atividade cultural que firmaram suas reputações em função do êxito logrado pelas instituições que eles mesmos ajudaram a implantar” (MICELI, 1984, p. 60-63).

¹³² A Política Nacional de Cultura é de 1975 (MICELI, 1984).

Nesse período Célia Reis Camargo (2003), dialogando com Miceli (1984) e pensando os centros de documentação no Brasil, também diagnosticou uma “febre de memória” na década de 1970.

Os projetos sistemáticos desenvolvidos no Brasil dos anos 1970 para a implantação de centros de documentação nos permitem, hoje, identificar esses centros como parte integrante da estrutura das nossas universidades, órgãos públicos, empresas e instituições em geral. Partindo do pressuposto de que não se encontram informações prontas, admitindo-se que elas são construídas a partir de diferentes critérios que orientam o manejo de dados, compreende-se por que se tornou estratégico para a produção do conhecimento oferecer informações de qualidade, seja para a ciência, seja para o mundo dos negócios, para a política ou para o turismo, entre tantos exemplos a que se poderia recorrer. Esse movimento foi acompanhado pelos estados e municípios brasileiros (CAMARGO, 2003, p. 23).

No que diz respeito especificamente aos museus, Ana Maria Alves Machado (2013), pontuou que entre os anos de 1936 até 1967, a política patrimonial para instituições museológicas esteve voltada “à conservação das coleções e ao papel educacional dos museus” (MACHADO, 2013, p. 154). Já na década seguinte, a ênfase era “a veiculação de discursos oficiais” com objetivo de promoção e consolidação do regime militar (MACHADO, 2013, p. 154).

Portanto, analisando o contexto aqui exposto, evidentemente, a criação de um museu em Castro não é um fenômeno isolado e não é apenas “fruto de um sonho” de uma única pessoa. Ao longo da pesquisa, verificamos que a tônica levantada por diversos pesquisadores da área do patrimônio cultural aqui citados, evidenciaram análises acerca dos discursos construídos para a definição ou “invenção” de patrimônios. No caso dos museus, principalmente por meio das exposições. Em nossa pesquisa, a análise das fontes, nos encaminharam para a reflexão acerca do papel central da produção historiográfica sobre o tema da instituição em paralelo às ações extramuros promovidas para e com a sociedade, conforme demonstraremos a seguir.

3.5.1. As “Feiras de Artesanato”

Artesanato é um termo do século XX, de origem francesa, *artisanat*, mas que deriva do italiano *artigiano*, registrado no século XV e que diz respeito a artesão: “indivíduo que exerce, em geral por conta própria, uma arte, um ofício manual” (CUNHA, 2010, p. 60). Para Mario de Andrade “o artesanato é uma parte da técnica da arte, a mais desprezada infelizmente”, mais especificamente é “parte da técnica que se pode ensinar” (ANDRADE, 1938, p. 13).

Já no primeiro ano de atuação da instituição foram organizadas feiras de artesanatos que aconteciam na calçada do Museu do Tropeiro. O objetivo principal seria a divulgação e a manutenção da produção artesanal relacionada aos “usos e costumes” da atividade tropeira. Artefatos produzidos manualmente, geralmente de origem familiar ou comunitária. Técnicas passadas de geração em geração para a confecção de ferramentas e utensílios relacionados ao cotidiano rural e ao trato com os animais na atividade pecuária.

FIGURA 19 – Panfleto de divulgação da 1ª Feira do Artesanato



Fonte: Fundo Museu do Tropeiro.

Cestos de taquara, gamelas de madeira, esteiras de piri, baixeiros de lã de carneiro, jarros e potes de cerâmica, arreios de couro para montaria, selas, cangalhas, bruacas, chicotes, laços, bainha de facas são tipos de objetos utilizados pelos tropeiros durante o século XVIII e XIX e que suas confecções permaneceram artesanais até o século XX. Portanto, aqueles que eram considerados “antigos” compunham a exposição, enquanto novos objetos eram adquiridos e comercializados pela instituição.

FIGURA 20 – Exposição do Museu do Tropeiro, a esquerda sela feminina, também chamada de selim ou silhão e a direita uma cangalha de madeira com duas bruacas em couro (sem data)



Fonte: Fundo Museu do Tropeiro.

FIGURA 21 – Exposição do Museu do Tropeiro, uma cangalha em madeira com dois cestos de taquara também chamados de jacás (sem data)



Fonte: Fundo Museu do Tropeiro.

Nas Agendas de 1977 até 1984 estão anotações acerca de pesquisas para encontrar artesanatos, principalmente das comunidades rurais, que produzissem peças de forma *tradicional* apenas com matéria-prima natural e sem recurso de quaisquer aparatos tecnológicos¹³³. Os

¹³³ Por *tradição* tomamos o “seu sentido etimológico de “dizer através do tempo”, significando práticas produtivas, rituais e simbólicas que são constantemente reiteradas, transformadas e atualizadas, mantendo, para o grupo, um vínculo do presente com o seu passado” (BRASIL, 2012, p. 55). Ver: BRASIL. SENADO Federal. **Patrimônio imaterial:** disposições constitucionais, normas correlatas, bens imateriais registrados. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496320/000934175.pdf>. Acesso em: 01.abr.2021.

frutos dos saberes dos artesãos eram encaminhados por Judith para feiras nacionais e internacionais¹³⁴.

FIGURA 22 – Feira de artesanato na calçada do Museu do Tropeiro. Judith Carneiro de Mello com mais duas mulheres em frente aos produtos (1977)



Fonte: Acervo Museu do Tropeiro.

FIGURA 23 – Feira de Artesanato em Esteio – RS. Judith Carneiro de Mello cumprimentando visitantes (1990)



Fonte: Acervo Museu do Tropeiro.

¹³⁴ Há também uma cópia de uma correspondência enviada para o IBGE em 20 de abril de 1977, com exemplares do artesanato e informações sobre os artesãos (nomes e localidades).

Percebemos que as justificativas para tal intento eram baseadas em duas premissas: a primeira é a *retórica da perda*, ou seja, a necessidade da recuperação de um conhecimento que poderia desaparecer e a segunda era a possibilidade de uma fonte de renda para a população das comunidades rurais. Miceli (1984) identificou que em nível federal houve, na década de 1970, um significativo investimento financeiro na “vertente patrimonial”, justamente atrelado ao viés do desenvolvimento econômico. É o caso do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste (1973) que viabilizou recursos para “a restauração de sítios e monumentos históricos que se prestassem a uma reutilização econômica através do turismo” (MICELI, 1984, p. 77). O possível desenvolvimento econômico, social e cultural de áreas carentes justificaria o investimento na “conservação do acervo histórico e artístico” (MICELI, 1984, p. 78).

Nossa hipótese é que estas políticas nacionais que aproximavam patrimônio cultural da perspectiva econômica do turismo reverberaram no interior do Paraná. Talvez mais substancialmente que a perspectiva de valorização de um “saber fazer”. Afinal, a dimensão imaterial do patrimônio conquistou espaço nas discussões das políticas públicas somente a partir dos anos 2000 no Brasil¹³⁵.

A direção do museu juntamente com o conselho realizou um trabalho de pesquisa do artesanato no município de Castro. Para isso viajaram para o interior do município e constataram que ainda existe muito trabalho de origem primitiva tais como a cerâmica no bairro do Lago executado por duas mulheres que modelam o barro e o queimam num sistema bastante primitivo para o cozimento do barro [...] Nos arredores da cidade encontramos gente humilde fazendo um tipo de artesanato também interessante como chapéus de palha, cestos e balaies de taquara, peneiras, etc [...] Continuarão essas pesquisas por outras regiões do município para que dentro de pouco tempo tenhamos o objetivo alcançado que é a valorização e conhecimento dos usos e costumes do nosso tropeiro (MUSEU DO TROPEIRO, 1977c).

No trecho acima, são expostos os argumentos que apontam a preocupação com o registro de usos e costumes que estariam relacionados ao tema da instituição, mas também indica a promoção de desenvolvimento econômico de uma “gente humilde”. Dessa forma, não há como negar que antes dos seis meses de operação, o museu já estava atuando como um prestador de serviço para a comunidade, com um retorno cultural, social e econômico.

¹³⁵ Por patrimônio cultural imaterial entende-se “as criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social” (BRASIL, 2012, p. 55) Ver: BRASIL. SENADO Federal. **Patrimônio imaterial:** disposições constitucionais, normas correlatas, bens imateriais registrados. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496320/000934175.pdf>. Acesso: 01.abr.2021.

Além disso, o trecho citado levanta uma discussão posta no primeiro capítulo: quem é o tropeiro? A qual segmento econômico social diz respeito à memória e à história conservada, pesquisada e exposta em um “museu do tropeiro”?

Uma das leituras possíveis é que neste museu os bens culturais expostos representam tão somente uma elite, uma vez que, o substantivo (tropeiro) é indicado no próprio nome da instituição e essa figura pode ser imediatamente relacionada a elite econômica do chamado Paraná Tradicional ou na expressão difundida na historiografia regional à “elite campeira” (BALHANA, MACHADO, WESTPHALEN, 1969). No entanto, esta escolha por pesquisar “saberes tradicionais” sugere uma reflexão acerca dos demais sujeitos envolvidos na atividade tropeira e não somente o “dono da tropa”. Essa perspectiva do artesanato, traz à tona demais ofícios e saberes que viabilizaram ou foram fomentados pela atividade tropeira. Além disso, há uma linha muito tênue e com contornos completamente indistintos entre cultura material da atividade tropeira e do próprio cotidiano dos séculos XVIII e XIX, afinal, estamos falando de um país com raízes rurais, e especificamente da região que tratamos, interior do Paraná, acreditamos que se pode falar em mais que raízes, pois são rurais também os caules e os frutos¹³⁶.

A análise das fontes indicou o protagonismo do ofício de tropeiro na narrativa do museu. O tropeiro dono do capital, mas também aqueles que eram “contratados” como condutores, ou seja, a figura do “chefe” de uma tropeada. A informação de procedência de uma peça inicia na origem do seu proprietário, o destaque era para quem pertenceu tal objeto, quem pode adquiri-lo e usufrui-lo. Estamos cientes que essa discussão acerca do potencial que às pesquisas sobre o intangível oferecem, como a problematização dos processos de invisibilização na sociedade, são reflexões que construímos no presente, resultado de nossas reflexões. Contudo, acreditamos que é nosso papel historicizar a trajetória dessa instituição, analisar a sua construção enquanto *lugar de memória*, e refletir acerca das possibilidades que um museu público apresenta para sua comunidade e para a sociedade.

3.5.2. Correspondências: entre contatos pessoais e relações profissionais

As cartas são uma forma direta de comunicação entre o emissor e o receptor. Uma prática de escrita que estabelece uma relação ou um contato. Já vimos que a partir da Escola dos Annales e da História Cultural houve uma ampliação na tipologia de fontes passíveis de

¹³⁶ Sobre essas “raízes rurais” poderíamos referenciar aqui todos os autores analisados no primeiro capítulo.

análise pelo historiador, sendo assim a historiografia também pode contar com esses documentos para a produção do conhecimento. Usualmente as abordagens teóricas-metodológicas sobre correspondências acabam concentrando seus estudos a partir da noção de experiências individuais e problematização de arquivos pessoais (GOMES, 2004; MALATIAN, 2009). Segundo Ângela de Castro Gomes, “a escrita epistolar é, portanto, uma prática eminentemente relacional e, no caso das cartas pessoais, um espaço de sociabilidade privilegiado para o estreitamento (ou o rompimento) de vínculos entre indivíduos e grupos” (GOMES, 2004, p. 19). Porém, no caso das correspondências do Museu do Tropeiro, o privado e o público se confundem. As epístolas não são exatamente cartas pessoais, mas, é possível perceber o processo de comunicação da instituição e os vínculos estabelecidos a partir da mesma. Portanto, trata-se de documentos institucionais, marcados pela subjetividade das palavras redigidas por Judith ou destinadas a ela.

Apresentamos agora o levantamento que realizamos nas correspondências expedidas entre os anos de 1976 até 1992 e recebidas de 1979 até 1989. Encontramos correspondências referentes a todo o recorte temporal da pesquisa, no entanto, optamos por esta delimitação por algumas razões: primeiro porque nestes anos iniciais da instituição as correspondências foram organizadas em pastas específicas e não apresentam muitas lacunas, assim seria possível observar a prática relacional; segundo que no fim da década de 1990 popularizou-se o sistema de transmissão de mensagens de computador para outro computador por meio da internet (o *e-mail*) e terceiro porque após a análise de todo conjunto documental concluímos que é nesta primeira fase que as cartas representam um interessante veículo de comunicação para apresentar a instituição e dar início a redes de sociabilidade.

Para que o leitor tenha acesso ao teor dessas correspondências, ou pelo menos aos assuntos que selecionamos como relevantes para nossas reflexões, organizamos dois quadros, o primeiro com as mensagens expedidas e o segundo com as recebidas. Ambos apresentam as datas registradas nos documentos, órgãos ou pessoas com quem o “museu estava se comunicando”, de onde eram ou de onde vieram e uma breve síntese do conteúdo redigido (o teor entre aspas indica transcrição).

QUADRO 3 – Correspondências Expedidas

Data	Destinatário	Local	Assunto/Conteúdo
19/10/1976	Renato Soeiro – IPHAN	Rio de Janeiro - RJ	Solicitação de um técnico em museologia para orientar a instalação de um museu histórico.
26/10/1976	Renato Soeiro - IPHAN	Rio de Janeiro - RJ	Através do Dr. Newton Carneiro, tomamos conhecimento da vinda Sr. Alfredo Rusins. Informações sobre

			reserva em hotel.
8/03/1977	Alfredo Rusins	Rio de Janeiro - RJ	- Agradecimento; - Solicitação de orientação sobre estatuto, administração, personalidade jurídica; -Envio das fotos da inauguração como lembrança.
21/03/1977	Atila do Amaral	Porto Alegre - RS	Agradecendo interesse e cooperação. “Seu artigo no Correio do Povo muito nos desvaneceu”.
22/09/1977	Monsenhor Castanho (Aluísio de Almeida)	Sorocaba - SP	- Envio de boletim do museu; -Intenção de pesquisas sobre os “velhos tropeiros”; -Solicitação de indicação de obras; -Informando que Newton Carneiro visita mensalmente o museu; - Que o museu tem atraído muitos visitantes, inclusive o Jornal de Itu; -Convite para que ele fosse visitar o museu.
29/07/1977	Manuel Diegues Júnior Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais - Ministério da Educação e Cultura	Rio de Janeiro - RJ	- Envio de dados técnicos. - “Escusas se porventura não estiverem em consonância com os altos padrões da museologia”.
1977	Alfredo Mendonça de Souza – Professor	Rio de Janeiro - RJ	-Solicitação de assinatura gratuita de Nheengatu: cadernos brasileiros de arqueologia e indigenismo.
1977	Pietro Bardi Diretor do MASP	São Paulo - SP	- “É com grande satisfação que atendemos o seu pedido de fotos do Museu do Tropeiro”.
1977	Vera Lúcia Maciel Barroso – Professora	Porto Alegre - RS	-Respondendo solicitação da pesquisadora; -Solicitando cópia de “tese de mestrado”; - Indicando para procurar em Porto Alegre o jornalista castrense Atila do Amaral.
1977	Companhia Editora Nacional	São Paulo - SP	Solicitação do álbum comemorativo “Debret”.
29/06/1977	Jornal “O Estado do Paraná”	Curitiba - PR	Solicitação divulgação da feira de artesanato.
22/09/1977	Clea Sspeli Graciano - Museu Paranaense	Curitiba - PR	Enviando boletim do museu.
22/09/1977	Atila do Amaral – Jornalista	Porto Alegre - RS	Informando sobre boletim, agradecendo apoio, e oferecendo hospedagem na própria casa para que venha conhecer o museu (Judith).
21/06/1977	Vitor de Luca- Diário de Sorocaba	Sorocaba - SP	Agradecendo o acolhimento quando foi para Sorocaba e enviando presentes para Aluísio de Almeida.
6/05/1977	Hermes Macedo	Curitiba - PR	Agradecendo a doação do manequim que fica em exposição na sala de apresentação.
6/05/1977	Djalma de Araújo	Curitiba - PR	Agradecendo doação de manequim.
1977	Sergio Todeschini Alves – Diretor Patrimônio Histórico	Curitiba - PR	Envio de documentos do imóvel e solicitação das instruções da lei de tombamento.

	do Paraná		
Dezembro 1977	Diversas pessoas que prestaram serviços ou ofereceram apoio ao MT	Castro – PR	Votos de feliz natal e próspero ano novo para todos os colaboradores do museu.
12/1977	Juarez Lustosa – Delegado de Polícia	Castro – PR	Solicitando segurança para uma exposição de joias no Museu do Tropeiro.
20/04/1977	IBGE	Rio de Janeiro - RS	Informação sobre artesanato e artesãos, indicação dos locais onde eram produzidos;
11/10/1978	Zélia Branco Carneiro – professora	Jaguariaíva - PR	Solicitando pesquisa sobre a história de Jaguariaíva produzida pela professora.
1978	Fernanda Camargo de Almeida – ICOM	Rio de Janeiro - RJ	Enviado dados técnicos sobre o museu.
11/09/1978	Jayme Canet Junior - Governador do Estado	Curitiba - PR	Solicitação para colocar à disposição da prefeitura a professora Judith Carneiro de Mello, sem prejuízo de vencimentos, e que ela exercerá a função de diretora.
1979	Norton Macedo – Deputado Estadual	Curitiba - PR	Solicitando verba para financiamento de pesquisas.
1979	Dácio Leonel – Deputado Estadual	Curitiba - PR	Solicitando verba para financiamento de pesquisas.
16/01/1979	Hermes Macedo – Deputado Estadual	Curitiba - PR	Solicitando verba para financiamento de pesquisas.
1979	Léa Maria Cardoso - Diretora do Departamento de Cultura de Castro	Castro – PR	Solicitando um colchão novo para o guardião.
06/06/1979	Reinhold Stephanes – Deputado Estadual	Curitiba - PR	Solicitando verba para pesquisas.
06/06/1979	Paulo Cruz Pimentel - Deputado Estadual	Curitiba - PR	Solicitando verba para pesquisas.
06/06/01979	Mario Braga Ramos – Deputado Estadual	Curitiba - PR	Solicitando verba para pesquisas.
12/09/1979	Léa Maria Cardoso – Chefe da Divisão de Educação e Cultura	Castro – PR	Solicitando funcionária para atendimento no museu (12 de setembro a 12 de outubro).
05/02/1980	Pietro Maria Bardi - Diretor do MASP	São Paulo - SP	Recebimento da publicação “Arte da Prata no Brasil”.
03/02/1981	Pietro Maria Bardi – Diretor do MASP	São Paulo - SP	Acusar recebimento de um livro.
29/01/1981	Jussara Valentini - Chefe da Curadoria do Patrimônio Histórico do Paraná	Curitiba - PR	Enviando documentos “certidões” solicitadas sobre imóveis em processo de tombamento. “O senhor José Rodrigues, proprietário do imóvel da Praça Getúlio Vargas, pede que o tombamento seja apenas da casa e não do terreno nos fundos da casa”.
05/11/1982	Pietro Maria Bardi – Diretor do MASP	São Paulo - SP	Acusando recebimento do volume “Um século de escultura no Brasil” e material de divulgação.
1982	Ronie Cardoso - Prefeito Municipal de Castro	Castro – PR	Solicitando a autorização para incluir no acervo do museu um cinzeiro de metal com figuras estampadas de uso da Assessoria Jurídica.
25/10/1989	Rene Ariel Dotti – Secretário da Cultura do Paraná	Curitiba - PR	Solicitação de cinco mil cruzados novos para reparos na fazenda Capão Alto.

10/12/1989	Geraldo Bonadio – Associação Sorocabana de Letras	Sorocaba - SP	Solicitando publicações.
10/12/1989	Secretaria de Educação e Cultura de Sorocaba	Sorocaba - SP	Comentando sobre a visita no Museu Histórico Sorocabano, solicitando cópias de documentos sobre o tropeirismo.
18/12/1989	Pietro Maria Bardi – Diretor do MASP	São Paulo - SP	Solicitando que o diretor a recebesse no MASP.
02/08/1990	Fundação Roberto Marinho	Rio de Janeiro - RJ	Solicitando doação de trajes retratados por Debret ou desenhos, fotos, gravuras.
02/08/1990	Pietro Maria Bardi – Diretor do MASP	São Paulo - SP	Solicitando orientações para adquirir uma cópia de uma aquarela de Taunay, que estaria no Museu de Leningrado.
16/03/1990	Sem destinatário – Modelo de convite	Castro – PR	Contive para o evento “Pouso Tropeiro”.
16/03/1990	Reinaldo Cardoso – Prefeito Municipal de Castro	Castro – PR	Solicitação de providencias para realização do Pouso Tropeiro na Fazenda Marumbi.
08/03/1990	Adolfo Frioli - Diretor Museu Histórico de Sorocaba	Sorocaba - SP	Agradecendo cópias de documentos.
Não tem data (1991)	Pietro Maria Bardi – Diretor do MASP	São Paulo - SP	Novamente falando sobre a aquarela. Agora com mais informações: Aquarela de Adriano Taunay de 1826, trajeto entre Castro e Itapeva, “Rico tropeiro da 5ª Comarca de São Paulo”, estaria no Museu de Ciência de Leningrado. Solicita indicações de como obter uma cópia.
25/10/1991	Reinaldo Cardoso – Prefeito Municipal de Castro	Castro – PR	Solicitação para o segundo “Pouso Tropeiro” na Fazenda das Andorinhas.
11/09/1992	Lucilia Sgarbi – Professora coordenadora do SENATRO	Bom Jesus - RS	Solicitando conteúdo do 1º Seminário Nacional de Tropeirismo de Bom Jesus.
11/09/1992	Joelson Trindade		Solicitando um livro do autor.
27/07/1992	Maria Augusta Machado da Silva - museóloga	Rio de Janeiro - RJ	Agradecendo a visita e a aula que recebeu. Informando que após a conversa tratou de organizar a Associação de Amigos do Museu do Tropeiro. Solicita modelo de estatuto. Fala sobre a criação do Museu do Garimpo em Tibagi.
23/06/1992	Juíza de direito da Comarca de Castro	Castro – PR	Solicitando autorização para que Léa Maria Cardoso Villela, membro da Associação de Amigos do Museu do Tropeiro, pesquise no fórum.

Fonte: Acervo Museu do Tropeiro. Nota: Elaborado pela Autora.

QUADRO 4 - Correspondências Recebidas

Data	Remetente	Local	Assunto /Conteúdo
10/03/1979	Therezinha de Moraes Sarmiento - Associação Brasileira de Museologistas	Rio de Janeiro – RJ	Informando nova diretoria da Associação Brasileira de Museologistas. Museu Histórico Nacional.
26/03/1979	Takeshi Maeda –	Castro - PR	Informando do voto de louvor e congratulações

	Presidente da Câmara Municipal de Castro		Judith e sua equipe pelo trabalho de ornamentação das ruas por ocasião do Natal.
11/09/1979	Nei Alilton Menarim - Prefeito de Castro em exercício (vice-prefeito)	Castro - PR	Agradecendo Judith por participar da confecção da bandeira de Castro.
08/01/1980	Luiz Alberto Gomes - Chefe da Casa Civil do Paraná	Curitiba - PR	Comunicando que foi prorrogado o período cessão de Judith para a prefeitura.
14/01/1980	Takeshita Maeda	Castro - PR	Comunicando que o prefeito solicita a participação de Judith na comissão de organização do carnaval de rua de 1980; em anexo o histórico da Escola de Samba "Chiquinho de Andrade" criada em 1980. Com samba enredo e nomes de todos os componentes. Judith estava presente na reunião de criação.
12/05/1980	Fernando Pernetta Velloso - Chefe da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná	Curitiba - PR	Solicitando peças para a exposição "Paraná-Memória e Momento" que ocorrerá no MASP (São Paulo).
24/07/1980	Fernando Pernetta Velloso - Chefe da Coordenadoria do Patrimônio Cultural	Curitiba - PR	Solicitando prorrogação do empréstimo das peças, porque a mostra vai para outras cidades. Curitiba e Brasília.
10/11/1980	Luiz Henrique Silva Pinto - TELEPAR (Telecomunicações do Paraná S.A.)	Curitiba - PR	Solicitando ao prefeito dados históricos, fotos, publicações antigas sobre a evolução do serviço telefônico e o telefone no estado.
1981	Bráulio do Nascimento - Diretor do Instituto Nacional do Folclore	Rio de Janeiro - RJ	Solicitando peças para a exposição Folclore Paranaense.
16/01/1981	Pietro Maria Bardi - Diretor do MASP	São Paulo - SP	Solicitando cromos de objetos para um livro que estava organizando sobre Ofícios.
02/02/1981	Marly Garcia Correia - Chefe do setor de pesquisa e programação da PARANATUR	Curitiba - PR	Agradecendo Judith pelas amostras de artesanato para Super Feira de Verão/81 da cidade Camboriú-SC.
13/02/1981	Pietro Maria Bardi - Diretor do MASP	São Paulo - SP	Agradecendo as imagens que Judith enviou e dizendo que irá usar algumas em seu livro.
18/11/1981	Maria Edwiges Carneiro Duarte - CTG Porteira do Rio Grande	Vacaria - RS	Convidando Judith para o 14º Rodeio Internacional de Vacaria.
1982	Museu Dom Diogo de Souza	Bagé - RS	Convite para III Encontro Sul-rio-grandense de museus em Bagé dias 8, 9, 10 e 11 de setembro de 1982.
03/03/1982	Rosina Coeli Alice Parchen - Chefe da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná	Curitiba - PR	Comunicando ao prefeito quais imóveis foram tombados pelo estado do Paraná.
25/03/1982	Museu de Folclore Edison Carneiro	Rio de Janeiro - RJ	Devolvendo e agradecendo as peças de empréstimo. Exposição "Folclore Paranaense" no Rio de Janeiro.
07/10/1982	Ronie Cardoso - Prefeito Municipal de Castro	Castro - PR	Agradecendo Judith por organizar o stand de Castro na IV Feira Brasileira de Artesanato que ocorreu em Curitiba de 03/9/1982 a 12/09/1982.
26/10/1985	Marilda Gadotti - PARANATUR	Curitiba - PR	Informando que as imagens que foram gravadas pela TV Educativa do Rio de Janeiro irão compor um

	(Empresa Paranaense de turismo)		documentário cultural sobre o Paraná e que será exibido em âmbito nacional.
29/11/1985	Biblioteca Pública do Paraná	Curitiba - PR	Encaminhando dados e dúvidas de um pesquisador oriundo do estado de Massachusetts – EUA. A carta diz que o setor de pesquisa da Biblioteca Pública não conseguiu os dados e encaminhou para que o Museu do Tropeiro respondesse ao pesquisador (pesquisa na área de genealogia).
19/12/1985	Rui Vezarro – Cineasta/ Diretor de cinema	Curitiba - PR	Declaração do diretor de empréstimos de peças para uso durante as filmagens de Quíngingoo.
10/12/1987	Coordenador do Sistema Nacional de Museus – SPHAN	Rio de Janeiro – RJ	Comunicando que o MT foi escolhido para compor o calendário de 1988. Solicitando informações para constar na publicação.
18/05/1988	René Ariel Dotti - Secretário de Estado da Cultura	Curitiba - PR	Declaração que Judith recebeu “indicação para o prêmio Ermelino de Leão, no Dia Internacional dos Museus;
01/1989	Rafael Greca de Macedo - Deputado	Curitiba - PR	Cópia de uma carta do Rafael Greca para “Zé Eduardo” - José Eduardo de Andrade Vieira que naquele ano era presidente do banco Bamerindus. No ano seguinte foi eleito senador da República. Solicitando apoio ao problema da Fazenda Capão Alto e recomendando o contato com Judith Carneiro de Mello.
24/05/1989	Empresa Prosdócimo – Relações públicas	Curitiba - PR	Carta endereçada à Judith como “Comissão de Restauro da Fazenda Capão Alto” negando o pedido de patrocínio.
14/10/1989	Cooperativa Central de Laticínios do Paraná	Rio de Janeiro – RJ	Cópia de uma correspondência enviada à Fundação Roberto Marinho solicitando apoio para restauração do imóvel da Fazenda Capão alto. Anexos a esse documento há outros sobre a Capão Alto e Grupo Folclórico Holandês da Castrolanda.
21/03/1990	Câmara Municipal de Castro	Castro - PR	Informando sobre aprovação de convênio entre prefeitura e Grupo Folclórico Holandês da Castrolanda.

Fonte: Fundo Museu do Tropeiro. Nota: Elaborado pela Autora.

Os assuntos das correspondências são sinais que nos permitem confirmar a hipótese de que o comprometimento, a disposição ou interesse da professora Judith é um elemento basilar para a constituição e manutenção desse museu. Judith entrou em contato com especialistas, instituições e políticos para viabilizar o funcionamento do Museu do Tropeiro. Através das cartas percebemos que as reivindicações são constantes. Judith pleiteou livros, pesquisas, indicações técnicas e patrocínio.

Vejamos o conteúdo das cartas destinadas aos deputados estaduais:

Confiando no alto espírito de compreensão de Vossa Excelência aos assuntos culturais exponho o seguinte:

O Museu do Tropeiro inaugurado, a 20 de janeiro de 1977, tendo, portanto, dois anos de existência, necessita de grandes pesquisas, pois bem sabe Vossa Excelência que o tropeirismo no Paraná foi o marco que iniciou o nosso desenvolvimento.

É de maior interesse que este museu represente verdadeiramente o ciclo do tropeirismo e, não havendo grande bibliografia específica, necessitamos recorrer a fontes informativas.

Esperando a atenção de Vossa Excelência para o exposto acima, venho solicitar para este Museu uma verba que venha facilitar as pesquisas para o enriquecimento de nosso patrimônio.

No momento, apresento a Vossa Excelência saudações muito cordiais,
Judith Carneiro de Mello (MELLO, 1979).

Ademais, as correspondências revelam também que Judith, por meio do Museu do Tropeiro, promoveu o desenvolvimento de outras iniciativas voltadas a proteção do patrimônio cultural da cidade. Os setores responsáveis pelas políticas de tombamento do estado do Paraná entravam em contato com a instituição para viabilizar os processos de tombamento, seja para solicitar o levantamento de documentações ou requerer a intermediação com os proprietários. Da mesma forma, correspondências endereçadas ao prefeito ou ao município relacionadas a temática do patrimônio cultural da cidade eram encaminhadas para Judith.

Castro, 29 de janeiro de 1981

Exma. Sra. Jussara Valentini

Prezada senhora,

Tenho a satisfação de passar as suas mãos as certidões pedidas por ocasião de sua visita à Castro. Outrossim o senhor José Rodrigues, proprietários do imóvel da Praça Getúlio Vargas, pede que o tombamento seja apenas da casa e não do terreno nos fundos da casa.

Apresento cordiais saudações.

Diretora (MELLO, 1981).

Castro possui oito imóveis tombados em nível estadual e, analisando o conjunto documental das correspondências, é possível afirmar que a instituição ocupou um papel preponderante em todo o processo de pesquisa, no fornecimento de documentação e até mesmo na comunicação com os proprietários, pois, as demandas necessárias passaram pelo Museu do Tropeiro e pelas mãos de Judith. Para visualizar essa questão, organizamos um quadro em ordem cronológica com as informações essenciais desses processos. É importante lembrar que Castro se constituiu enquanto uma das cidades mais antigas do Paraná, no entanto, o primeiro reconhecimento oficial do poder público, que é o instrumento de tombamento, só se deu depois da criação da instituição museal, indício que confirma o protagonismo que este *lugar de memória* assumiu diante de outras práticas de preservação do patrimônio cultural. A partir da criação de um museu, foram viabilizadas as demais políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no município de Castro.

QUADRO 5 – Imóveis tombados em Castro – PR

Imóveis tombados em Castro –PR					
Referência	Localização	Data de Construção	Proprietário	Processo/ Ano	Inscrição/ Ano
Museu do Tropeiro	Praça Getúlio Vargas, nº 11	Século XVIII	Prefeitura Municipal de Castro	Nº 64/1977	Nº 63/1978
Casa Emília Ericksen	Rua Dr Jorge Xavier da silva, esquina da Rua Benjamin Constant	Início do século XIX	Prefeitura Municipal de Castro	Nº 76/1981	Nº 73/1981
Casa Colonial à Praça Manoel Ribas nº 120	Praça Manoel Ribas, nº 120	1880	Particular	Nº 77/1981	Nº 75/1981
Casa Colonial à Praça Manoel Ribas nº 152	Praça Manoel Ribas, nº 152, esquina da Rua Benjamim Constant	1863	Particular	Nº 78/1981	Nº 74/1981
Casa Colonial à Praça Getúlio Vargas nº 10	Praça Getúlio Vargas, 10, esquina com a Rua General Osório	Fins do século XIX	Prefeitura Municipal de Castro	Nº79/ 1981	Nº 77/1982
Casa Colonial à Praça Getúlio Vargas nº6	Praça Getúlio Vargas, nº 6	Fins do século XIX	Particular	Nº80/1981	Nº 78/1982
Fazenda Capão Alto	Capão Alto	Século XIX	Particular	Nº 82/1981	Nº 63/1981
Estação Ferroviária de Castro	Avenida Miguel Couto s/nº	Final do século XIX	Prefeitura Municipal de Castro	Nº 03/1997	Nº 133/2000

Fonte: Adaptado de PARANÁ - Coordenação do Patrimônio Cultural. Imóveis tombados em Castro-PR. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/municipio.php>. Acesso em: 16.out.2021.

As correspondências correlacionadas ao *Grupo Folclórico Holandês da Castrolanda*, armazenadas no Museu do Tropeiro, também corroboraram para essa conclusão, posto que Judith assinou e recebeu cartas pelo grupo, trabalhando, portanto, em benefício de outras temáticas culturais do município. Castrolanda é o nome da colônia de imigrantes holandeses fundada em 1951 em Castro que fica aproximadamente há 10 km do centro da cidade. E é no distrito da Castrolanda que fica a fazenda Capão Alto, local que já foi a sede de uma das sesmarias da família Taques e possui doze edificações construídas entre os séculos XVIII e XIX (PARANÁ, 1983, p. 65)¹³⁷. Em 1983, no ato do tombamento, a fazenda Capão Alto pertencia à *Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda*, mas estava em comodato para

¹³⁷ Registro livro tombo inscrição **Tombo 80-II Processo Número 82/81**. Data da Inscrição: **26 de novembro de 1.983**. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br> . Acesso em: 20 jun. 2021

o *Grupo Folclórico da Castrolanda* ¹³⁸. Portanto, as pesquisas realizadas no Museu do Tropeiro sobre a “história da fundação da cidade de Castro” fundamentaram a proteção de “um dos marcos históricos mais importantes do processo de ocupação dos Campos Gerais do Paraná” (LYRA; PARCHEN; LA PASTINA FILHO, 2006, p. 79). Judith acessou também seus contatos com agentes políticos para solicitação de verbas para o restauro da sede daquela fazenda, da mesma forma, nas Agendas encontram-se anotações sobre o acompanhamento as visitas da arquiteta Rosina Parchen, então Chefe da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (AGENDA, 11.mai.1993).

Esse diálogo com outros órgãos ou organizações são igualmente estendidos às instituições museais. Identificamos, nestas cartas, a diligência em prol da construção de uma rede de sociabilidades por meio de trocas de informações de pesquisas, publicações e até mesmo peças para exposição em outras cidades e estados. Entre eles podemos citar o Museu de Folclore Edison Carneiro (Rio de Janeiro), o Museu Histórico Sorocabano (São Paulo), Museu Dom Diogo de Souza (Rio Grande do Sul) e o Museu Paranaense (Paraná). Nesse sentindo, para exemplificar nossas colocações, selecionamos as correspondências trocadas com o diretor do Museu de Arte de São Paulo (MASP), Pietro Maria Bardi (1900-1999). O MASP é uma instituição privada, inaugurada em 1947, e que já nascera grande, em pouco tempo tornou-se uma das maiores instituições do país com o mais importante acervo de arte europeia do Hemisfério Sul. O italiano P.M. Bardi, como assinava, foi o seu primeiro diretor e permaneceu na função até 1996. Na pasta de correspondências recebidas localizamos duas cartas assinadas por ele, enquanto nas expedidas, foram sete. Pelo teor da epístola mais antiga, acreditamos que Bardi de algum modo ficou sabendo sobre a nova instituição e em 1977 escreveu fazendo solicitações, no entanto, este documento não estava entre os outros. O conteúdo das correspondências arquivadas fornece indícios de que Bardi teria enviado telegramas, mas estes não estão presentes no arquivo). Transcrevemos abaixo estas correspondências armazenadas no Museu do Tropeiro em ordem cronológica:

138 O Grupo Folclórico foi criado logo no início da colonização em 1953 como um grupo de dança que reunia os jovens da comunidade. Mas é em 1981 que o Grupo passa ser uma entidade jurídica, regida por um estatuto e dirigida por uma diretoria eleita em Assembleia Geral, possuindo como presidente Koob Petter. Definido o estatuto, o grupo passou a ser oficialmente denominado como Grupo Folclórico Holandês de Castrolanda. Segundo a historiadora Samara Hevelize de Lima, no final da década de 1980, a diretora do MT produziu o novo estandarte do Grupo contendo as bandeiras do Brasil e Holanda. Ver: LIMA, Samara Hevelize de. **Dança em Tamancos: Os 65 anos do Grupo Folclórico Holandês de Castrolanda**. Exposição temporária Centro Cultural Castrolanda, Castro-PR, 2018.

QUADRO 6 – Correspondências entre Judith Carneiro de Mello e Pietro Maria Bardi

Data	Remetente	Destinatário	Conteúdo
1977	Judith Carneiro de Mello	Pietro Bardi	Prezado senhor É com grande satisfação que atendemos o seu pedido de fotos do Museu do Tropeiro. O senhor Carlos Ernesto Kugler, responsável pelo nosso acervo de cópias fotográficas e fotos, selecionou-as e Vossa Senhoria poderá escolher as que mais o interessar. Antecipadamente apresentamos os nossos sinceros agradecimentos pelo interesse e promoção deste museu. Aproveitamos o ensejo para apresentar cordiais saudações. Judith Carneiro de Mello
05/02/1980	Judith Carneiro de Mello	Pietro Bardi	Senhor diretor Tenho a honra de acusar o recebimento do exemplar “Arte da Prata no Brasil, editado pelo Banco Sudameris Brasil S.A. e de autoria de V. Senhoria, que veio enriquecer o patrimônio do Museu do Tropeiro, de Castro, estado do Paraná. Creio ser desnecessário afirmar ao emérito professor a satisfação que nos toca pelo oferecimento dessa importantíssima obra que honra de maneira invulgar, ao seu culto e eminente autor, garantindo, pelo valor da pesquisa e ilustração nela contidos, a garantia de tornar-se documento de rara importância para os estudiosos da arte prateira e da cultura nacional. Ao ensejo de tão rica dádiva, seja-me permitido externar os mais sinceros agradecimentos pela manifestação de simpatia que recebo do distinto amigo e reafirmar as manifestações do meu real apreço e distinta consideração. Judith Carneiro de Mello
16/01/1981	Pietro Bardi	Judith Carneiro de Mello	Caro colega, estou sabendo através do boletim, dos projetos do Museu do Tropeiro e me permito lhe dirigir esta pergunta: tem o Museu cromos (transparências) dos objetos mais interessantes? Estou preparando um livro o similar ao da Cerâmica, que lhe envio em separado, dedicado aos ofícios, dentre eles está o do tropeiro, e gostaria de reproduzir alguns objetos de seu museu como os dos esquemas em anexo. Eventualmente, gostaria que a colega me indicasse outras peças que julga interessante. Certo de contar com a colaboração, antecipadamente agradeço. P.M. Bardi
03/02/1981	Judith Carneiro de Mello	Pietro Bardi	Prezado senhor diretor, Apraz-me acusar o recebimento do livro “Cerâmica”, que veio enriquecer o patrimônio do nosso modesto museu e que fez justiça ao seu grande espírito de pesquisador e museólogo. Em atenção à sua prezada solicitação que muito me desvanece, estou lhe enviando algumas transparências, em filmes, de peças do museu, trabalho executado pelo nosso colaborador Carlos Ernesto Kugler e que, espero, possa ser de alguma utilidade ao seu trabalho. No aguardo de outras manifestações do seu

			especial apreço sirvo-me da oportunidade para cumprimentá-lo pela beleza da obra ofertada e apresentar protestos de apreço e consideração. Judith Carneiro de Mello
13/02/1981	Pietro Bardi	Judith Carneiro de Mello	Cara senhora Judith Como lhe telegrafei, muito agradeço sua colaboração, verdadeiramente excepcional, para meu livro em que os tropeiros serão lembrados através das fotos que escolhi. As outras, não utilizadas, estou-lhe enviando em anexo. Esperamos conhecê-la qualquer dia. Coloco-me à sua disposição aqui no MASP. P.M. Bardi
18/12/1989	Judith Carneiro de Mello	Pietro Bardi	Prezado Senhor Pietro Maria Bardi Reassumindo a direção do Museu do Tropeiro da cidade de Castro, Paraná, e em memória do nosso saudoso Dr. Newton Carneiro, estou certa de merecer a sua atenção, sem que me torne importuna, numa visita com data previamente indicada por vossa senhoria. Antecipadamente, quero agradecer a sua atenção. Judith Carneiro de Mello
Sem data	Judith Carneiro de Mello	Pietro Bardi	Prezado Senhor Em dezembro próximo passado, lhe escrevi pedindo a sua atenção numa visita, previamente marcada por Vossa Senhoria. Volto a lhe escrever, solicitando a sua atenção e informar que o assunto que eu gostaria de tratar com vossa Senhoria é o seguinte: Através de informações de nosso saudoso amigo Dr. Newton Carneiro, soubemos que existe em Leningrado, mais precisamente no Arquivo do museu de Ciências, uma aquarela de Adriano Taunay feita em 1826, no trajeto entre Castro e Itapeva, de um Rico tropeiro da 5ª comarca de São Paulo”. Gostaria de saber como obter uma cópia dessa aquarela. Certos de podermos contar com a vossa presteza e atenção, colocamo-nos a sua disposição. Judith Carneiro de Mello
02/08/1990	Judith Carneiro de Mello	Pietro Bardi	Prezado senhor Quero cumprimentá-lo, em primeiro lugar pela sua nova idade, fazendo votos que a sua saúde e tranquilidade lhe permitam viver ainda por muitos anos, para a felicidade de todos os brasileiros que o admiram. O senhor é para nós uma joia de imenso valor, que devemos zelar com muito carinho, e temos sempre no coração a sua imagem que tanto bem nos faz. As minhas desculpas se venho lhe pedir um grande favor: o de me orientar como devo fazer para adquirir cópia de uma aquarela de Taunay, que segundo o dr. Newton Carneiro, se acha exposta no museu de Leningrado. Essa aquarela retrata “um rico tropeiro a caminho de São Paulo” já tentei através da embaixada da Rússia, mas não recebi resposta. Com muita satisfação faço aqui um convite para

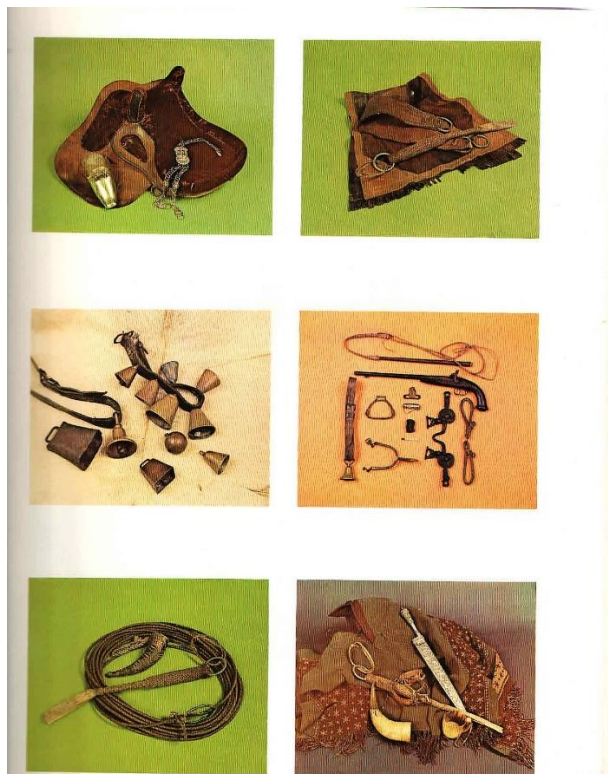
			que o senhor e sua senhora nos visitem. Para isso, colocamos a sua disposição um carro para a sua viagem. Aqui estaremos à espera de sua resposta. Muito obrigada pela atenção com muito respeito e admiração. Judith Carneiro de Mello
09/01/1991	Judith Carneiro de Mello	Pietro Maria Bardi	Prezado senhor Acusamos o recebimento dos folhetos que Vossa Senhoria teve a gentileza de nos enviar. Com grande satisfação trazemos os nossos agradecimentos, pedindo a Deus que lhe conserve com muita saúde para que possamos usufruir de sua cultura no ano de 1991, cheio de paz e realizações. Cordialmente Judith Carneiro de Mello

Fonte: Correspondências Expedidas e Correspondências Recebidas. Fundo Museu do Tropeiro. Nota: Elaborado pela Autora.

O livro sobre ofícios a que Bardi se refere trata-se de *Mestres, artífices e aprendizes no Brasil*, publicado no mesmo ano da correspondência, em 1981. Conforme ele comunicou à Judith, é uma obra que abordou os mais diversos trabalhos manuais e seus produtos. Desde a construção de moradias, carpintaria, “artes espontâneas ou puras”, culinária, costura até o advento da tecnologia e os novos conceitos de design. No capítulo “O couro inaugurando outro ciclo” (BARDI, 1981, p. 80) Bardi argumentou que com o desenvolvimento da atividade pecuária no Brasil, esta matéria prima ganhou destaque principalmente no que diz respeito a indumentária dos “vaqueiros, boiadeiros e tropeiros”. É interessante como neste texto a *Feira de Sorocaba* é abordada como um “pretexto” para negociação de animais, evidenciando na verdade a circulação e a comercialização de outras mercadorias e a concentração de diversos outros ofícios em Sorocaba. Após a inserção das imagens enviadas pelo museu, o autor fez essa curiosa avaliação:

Eram os tropeiros que levavam para lá gado e mercadorias. Estes agentes do ciclo do couro eram jornaleiros incansáveis, metódicos expertos em psicologia de gente e de animais, não descartavam a estética, cuidando de ornar as cabeças das mulas, faiscando-as até de miudezas de prata. Os tropeiros deste nosso século são os caminhoneiros que decoram e enfeiram seus veículos, ostentando metais reluzentes, quando não inscrevem na parte traseira figuras ou frases de anedotário popular, provérbios ou rebus espirituosos (BARDI, 1981, p. 84).

FIGURA 24 – Imagens de peças do Museu do Tropeiro publicados no livro de Pietro Maria Bardi



Fonte: BARDI, Pietro Maria. **Mestres, artífices e aprendizes no Brasil**. São Paulo: Sudameris, 1981. p.81.

Logo abaixo destas imagens a referência ao Museu do Tropeiro consta na seguinte legenda:

Da esquerda para a direita de cima para baixo: Silhão, Caçamba e Peitoral, séc. XIX; Badana, Chinha e Rabo de tatu (espécie de chicote), Chocaleiro, Guizo e Arianos, Garrucha, Chicote Isqueiro, Maneadeiras e Chocalho, Laço, Guampa, Rabo de tatu e Chifre (copo), Poncho, Esporas e Facas, séc. XIX. Museu do Tropeiro, Castro, PR, Fotografias Carlos Ernesto Kugler (BARDI, 1981 p. 81).

Sobre a aquarela que Judith tanto procurou, aparentemente não obteve resposta, no entanto, em um material publicado pelo museu, em 2003, consta a dita imagem que também foi publicada em 2010 em um livro Catálogo da exposição “Expedição LANGSDORFF” do Centro Cultural Banco do Brasil e atualmente é facilmente encontrada nas plataformas de busca online, conforme a seguir:

FIGURA 25 – “Rico habitante de São Paulo, que conduz suas mulas com cargas de açúcar” - Aimé-Adrien Taunay, 1825



Fonte: CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. Catálogo da exposição “Expedição Langsdorff”, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>>. Acesso em: 13.set.2021.

Nesta imagem é possível observar os adornos nas cabeças das mulas à que Bardi se referiu. Contudo, nossa observação sobre as correspondências é apontar o alcance, a circulação de informações, a produção de conhecimento e as relações institucionais que são oportunizadas a partir da criação do museu. E destacar a relevância na organização e conservação dos arquivos administrativos dos *lugares de memória*. Segundo Teresa Malatian, “poucos são os escritores de cartas que guardaram rascunhos ou minutas da correspondência expedida, capaz de cobrir lacunas (MALATIAN, 2009, p. 202). É curioso, mas também compreensível, que alguém que estava dedicando-se a criar um *lugar de memória* produzisse e arquivasse cópias das cartas que escreveu. No entanto, esta historiadora advertiu que “o desejo do controle da memória, da preservação da imagem pública, e a manutenção de segredos constituem, com frequência, obstáculos a serem superados na busca das fontes epistolares” (MALATIAN, 2009, p. 202). As trocas de cartas com Bardi demonstram que nem todas encontram-se armazenadas no museu. Estamos cientes de que os documentos consultados passaram por um processo de seleção, assim como a própria composição da escrita e do conteúdo e isso não aconteceu apenas nas cartas, mas também nas anotações das Agendas. Analisando e estabelecendo paralelos entre essas fontes, concluímos que a fronteira

entre público e privado, Judith e Museu do Tropeiro não era bem definida. No entanto, no que diz respeito às correspondências, de um modo geral, elas se assemelham a ofícios, pois, apresentam o objetivo de comunicar, solicitar ou notificar determinado assunto em nome de um órgão ou instituição.

Dessa forma, nosso objetivo não foi realizar uma posoprografia, até porque a massa documental disponível não permitiria tal intento. As correspondências são mais algumas peças que estamos encaixando para compreender as circunstâncias pessoais, políticas e sociais que possibilitaram a fundação do museu e orientaram sua trajetória. Portanto, seguimos este movimento de interpretação das relações que o cercam no tempo, no espaço e na sociedade.

3.5.3 Associação de Amigos do Museu do Tropeiro - AAMT

As primeiras organizações civis voltadas ao apoio de instituições museais surgiram na Europa, ainda no século XIX, com o objetivo de congregar pessoas interessadas na preservação, divulgação e fortalecimento de seus museus de origem. A *Société des Amis du Musée du Louvre* (Sociedade dos Amigos do Museu do Louvre), criada em 1897 é uma das associações de amigos mais antigas que se tem conhecimento, mas é no século XX que há uma expansão na criação dessas entidades e na atuação delas. Em 1967, Luis Montreal, curador do Museu Frederic Marès (Barcelona, Espanha) propôs a criação de uma organização internacional sem fins lucrativos para a reunião das sociedades existentes de Amigos dos Museus em todo o mundo. E, em 1972, com o 1º Congresso Internacional de Amigos dos Museus, realizado em Barcelona, foram lançadas as bases para a *World Federation of Friends of Museums* (WFFM), instituída oficialmente em 1975¹³⁹. O Brasil possui uma representação da WFFM desde 1989 por meio da Federação de Amigos de Museus do Brasil (FEAMBRA, 2021).

Em Castro, aos 16 dias do mês de fevereiro de 1992, nas dependências do museu, aconteceu a primeira reunião para a fundação da Associação de Amigos do Museu do Tropeiro. A primeira ata registrou que a intenção de criar uma associação tinha por objetivo a conservação do museu, a ampliação do seu acervo, a congregação de pessoas que poderiam

¹³⁹ A WFFM organiza, desde então, uma reunião do Conselho e Assembleia Geral, realizada uma vez por ano, e um Congresso Internacional e um Congresso Internacional realizado de três em três anos, de cada vez numa cidade diferente do mundo. Congressos internacionais têm sido realizados em Barcelona (1972), Bruxelas (1975), Florença (1978), Birmingham (1981), Paris (1984), Toronto (1987), Córdoba (1990), Treviso (1993), Oaxaca (1996), Sydney (1999) Buenos Aires (2002), Sevilha (2005), Jerusalém (2009), Génova (2011), Berlim (2014), e Verona & Mântua (2017). Disponível em: <http://www.museumsfriends.com/es/historia-y-proposito/>. Acesso em:

auxiliar nas atividades de pesquisas e a renovação no quadro de voluntários e contatos por meio da “busca por jovens interessados em história e museu” (AAMT, 16.fev.1992)¹⁴⁰. A leitura do documento nos leva a crer que a maior preocupação era a constituição de uma entidade capaz de defender o museu de desmandos ou vontades pessoais e políticas. “Esta presidência terá força para proibir a retirada de objetos que fazem parte da história de Castro, principalmente do acervo do Museu do Tropeiro e da Igreja Matriz de Sant’Ana” (AAMT, 16.fev.1992).

Ao longo das 39 atas estudadas entre os anos de 1992 e 2007¹⁴¹ alguns assuntos são recorrentes, como a intenção em aproximar professores e comunidade escolar do museu, a preocupação com a necessidade de novos membros, a solicitação de doações de livros para a biblioteca, e que um dos objetivos principais da associação seria a garantia de permanência e salvaguarda do acervo. É possível observar também que eram discutidas outras pautas que envolviam a proteção do patrimônio cultural local, como a necessidade de criação de um Arquivo Público Municipal (AAMT, 14.jun.1992).

Ainda antes da formalização da AAMT, Judith mencionou que entraria em contato com o Museu Paranaense para solicitar apoio em relação às questões burocráticas, e com a Associação de Amigos do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, pois foi a interação com um membro deste último, em visita ao museu, que a diretora foi incentivada a oportunizar tal iniciativa (AGENDA, 15.jan.1992).

Na sexta reunião, em 16 maio de 1992, há o registro de criação da Associação com todas as formalidades legais necessárias, sendo inclusive informado aos presentes que a entidade recebeu uma declaração municipal de Utilidade Pública pela Lei nº 626 de 1992 (AAMT, 16.mai.1992).

Ao longo da década de 1990 percebemos os mesmos temas sendo abordados de distintas maneiras, como por exemplo, o envio de solicitação para o Núcleo Regional de Educação de Ponta Grossa e para professores da rede pública estadual para que o *tropeirismo* fosse inserido nos conteúdos curriculares, requerimentos de material de expediente, patrocínio para empresas privadas para manutenção e publicação de pesquisas e apostilas.

¹⁴⁰ Gostaríamos de nomear todos os associados, no entanto, a lista de adesão de novos membros que consta no Livro de Atas não é composta por nomes por extenso e sim por assinaturas o que dificulta tal identificação. No entanto, os nomes que aparecem regularmente nos registros de reunião até 2007 são: Judith Carneiro de Mello, Léa Maia Cardoso Villela, Nicolau Hampf, Nelsi Kugler, Gustavo Ribas, Artur Ehalt, Araci Pianowski, Oney Barbosa Borba, Rose Nisgoski, Fidelis Bueno, Rosa Maria Sidor Kremer, Luiz Amilton Sidor, Ronie Cardoso Filho, Daniel Schendroski, Rosa da Silva Ribeiro, Lucrécia Signorelli, Julieta Signorelli, Zoé Rolim, Amélia Podolan Flugel, Sandra Fadel, Emerenciana Ehalt, José Flugel, João Maria Ferraz Diniz, Setuko Nagao, Helva Bannach, Mozar Lopes.

¹⁴¹ A 38ª ata é fruto da reunião extraordinária de comunicação do falecimento de Judith Carneiro de Mello.

Havia também o problema de um local para a realização das reuniões, pauta recorrente. A solução tomou forma no dia 12 de junho de 1994, quando a diretora informou a destinação de 22 mil dólares pelo governo do estado do Paraná para construção de um anexo no terreno do museu, já comentamos que esse anexo foi concluído em 1995 e passou a abrigar as funções administrativas, a biblioteca, a sala de reuniões e um depósito (possivelmente para servir de reserva técnica, segundo as recomendações da CPC).

Em certo momento, Judith propôs uma votação para que os membros decidissem se derivam ser emprestadas peças para uma longa-metragem que seria produzido em Castro, o empréstimo foi vetado por unanimidade pelos membros que registraram em ata que o objetivo do museu era “a preservação do patrimônio histórico e que o empréstimo contrariaria essa finalidade” (AAMT, 27.jun.1999). Nesse sentido, também houve uma discussão sobre a possibilidade de fundação de um Instituto Histórico e Geográfico em Castro, proposta que foi rejeitada pelos membros, que avaliaram como inviável a “criação de mais uma entidade com a mesma finalidade da Associação de Amigos do Museu do Tropeiro” (AAMT, 26.jan.2000).

A associação, a princípio, foi criada para assegurar a manutenção e a estabilidade do museu, assunto que prevaleceu ao longo de todo o Livro de Atas, mas, depreendemos que esta congregação de pessoas da comunidade propiciou um ambiente de discussão para todos aqueles que de alguma forma tinham interesse em algum aspecto relacionado com a história, cultura, artes e educação em Castro.

As atas contêm também os debates e as considerações sobre a participação do museu e seus associados em eventos promovidos por outras organizações, como o chamado *Dia de Castro* realizado pelo *Lions Clube* da cidade e que teve sua primeira edição em setembro de 1999. Em parceria com a prefeitura, esse evento se repetiu a partir de então todos os anos no período do feriado nacional de 07 de setembro, com o objetivo de oferecer atrações e confraternizações que motivassem o retorno à cidade dos castrenses que estavam morando em outras localidades. O museu e a associação participaram ativamente desses eventos, com lançamentos de livros e oferecimento de refeições e experiências como a degustação do “feijão tropeiro” ou do “café tropeiro”, formas também de arrecadação de verba para a associação e que contavam com o trabalho voluntário dos associados deliberado durante as reuniões (AAMT 29.ago.1999).

Mas foi no ano de 2001 que a entidade assumiu uma função estrutural para manutenção do MT, quando a prefeitura firmou um convênio de cooperação para colocar em prática projetos ou oferecer serviços. Por meio desse convênio eram transferidos recursos financeiros para ações descritas em plano de trabalho aprovado previamente pelo poder

executivo. O dinheiro foi utilizado principalmente para manter e pagar três funcionários (uma auxiliar administrativa, uma zeladora e um guardião/monitor) e para custear as publicações e a realização de eventos (AAMT, 11.fev.2001).

As atas das reuniões ressaltavam também o propósito de que o museu permanecesse temático e que fossem criados outros *lugares de memória* no município, posto que a instituição não possuía espaço suficiente para ampliar suas coleções. Em vista do convênio e da função mantenedora, foi necessário ainda rever o estatuto da organização para formalização de uma prática já habitual da associação, que era a presença de Judith na diretoria. A partir desse momento o estatuto previu que o cargo de direção do MT estaria vinculado ao cargo de vice-presidente da Associação, pois, este seria o responsável pelas movimentações financeiras. Portanto, Judith sempre ocupou o cargo de vice-presidente e a partir de então acumulou também a função de tesoureira. Usualmente as eleições ocorriam com chapa única e aclamação, mas, no ano de 2003, houve uma atividade inédita, duas chapas concorreram a eleição, com Judith como vice-presidente em ambas (AAMT, 2003). Percebemos que havia espaço para intervenções, sugestões e que as decisões eram tomadas em conjunto através de votações, todavia, os registros demonstram que a professora comandava as reuniões, fazia a proposição das pautas e alinhava os interesses da AAMT à direção do MT.

Durante os anos 2000, as pautas contemplaram as prestações de conta de Judith, algumas intervenções de associados e comentários sobre as dificuldades enfrentadas para divulgação das atividades do museu. As deliberações sobre a exposição Casa de Sinhara, um espaço inaugurado em 2004 para “homenagear nossas grandes mulheres castrenses”, também são regulares a partir do final de 2003 (AAMT, 09.nov.2003)¹⁴².

Sobre a interação da AAMT com a comunidade local, bem como no tocante as ações para solucionar os problemas apontados em relação a ausência de jovens ou novos associados, destacamos a promoção de um concurso de redação com a participação de estudantes entre 15 e 18 anos que foram convidados a produzir uma “carta-convite”, apresentando o Museu do Tropeiro aos turistas. A comissão julgadora era formada pelos associados e os ganhadores receberam uma premiação em dinheiro, uma das últimas ações da associação com Judith a frente do museu (AAMT, 18.mai.2006).

No dia 18 de fevereiro de 2007, por meio de uma reunião extraordinária, foi registrado em ata o falecimento de Judith. Podemos afirmar que a situação era de fato inesperada e

¹⁴² Sobre a Casa de Sinhara apresentaremos mais detalhes adiante.

surpreendeu a todos, pois, um dia antes do falecimento, em 11 de fevereiro, houve uma reunião para definir a *Unidade Gestora de Transferência* em cumprimento as exigências e normativas do Tribunal de Contas do Paraná para o repasse de recursos da Prefeitura Municipal. Apesar de Judith não estar presente, pois já se encontrava debilitada devido a uma cirurgia no fêmur, consequência de uma queda, ficou novamente definido que ela seria a responsável pela parte financeira daquela nova configuração.

A reunião extraordinária do dia 18 definiu um novo nome para garantir a continuidade do repasse de recursos. Naquele mesmo dia, os associados aprovaram uma moção de apoio a indicação da senhora Léa Maria Cardoso Villella ao cargo de diretora do Museu do Tropeiro, e deliberaram que encaminhariam o documento a Moacyr Fadel, então Prefeito municipal. Estava presente nessa reunião Heloisa Amanda Geisler, sobrinha de Judith, que não era associada, mas que fez questão de registrar que a vontade de sua tia era que a historiadora Amélia Podolan Flugel e a advogada e pesquisadora Léa Maria Cardoso Villella dessem continuidade às atividades desenvolvidas por ela no museu, e que a Associação fosse fortalecida para manter a “imparcialidade e permanência do trabalho” mediante as eventuais mudanças políticas (AAMT, 18 fev. 2007).

3.3. “Saiu no jornal”: o Museu do Tropeiro e a comunicação da imprensa

A imprensa periódica atua como disseminadora de informações aos seus leitores, transmite e difunde conhecimentos por meio do registro “imediato” dos acontecimentos no cotidiano. Através dela é possível elucidar aspectos diversos da trajetória de grupos sociais, indivíduos ou instituições. As informações presentes nos documentos da imprensa periódica, desde que congruentemente indagadas e investigadas, oportunizam a produção de conhecimento sobre o passado. Para René B. Zicman (1985), o jornal permite compreender os acontecimentos numa perspectiva cronológica, o que inclui acompanhar um determinado assunto no decorrer de seus desdobramentos em virtude do caráter periódico. Da mesma forma, “os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia a dia estão registrados em suas páginas” (CAPELATO, 1988, p. 34).

O Museu do Tropeiro tem sob sua guarda uma coleção de periódicos locais que foram organizados, encadernados e armazenados originalmente pela Tipographia Kugler, empresa instalada em Castro em 1894 e que esteve em funcionamento por mais de cem anos. Quando a empresa fechou, em 2014, a Prefeitura Municipal de Castro adquiriu o acervo. A coleção é

composta por 71 títulos que vão de 1895 a 1998. Além dos jornais de Castro, o acervo possui periódicos de outras cidades do Paraná como: Lapa, Irati, União da Vitória, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Piraí do Sul, Arapoti, Carambeí, Imbituva, Ivaí, Guarapuava, Palmeira¹⁴³.

Logo no ano de 1895 em *A Campanha*¹⁴⁴, o periódico mais antigo da coleção, “primeiro órgão de imprensa composto e impresso na própria cidade” (CARDOSO FILHO, 2009, p.1), encontramos notas sobre a necessidade de criação de um museu em Castro.

Onde acaba a acção vagarosa, tardia dos governos, começa a acção individual de cada cidadão e assim deve ser para lograrmos conquistar alguma cousa do muito que precisamos. O que existe e se nota em geral, existe e manifesta-se em particular nesta florescente cidade, onde esse espírito de preocupação pelo bem público, pelo próprio progresso, já se fez notar em diversas tentativas levadas a cabo, com sacrifícios, porém, com geraes applausos.

É assim que a iniciativa individual aqui já levou por diante a construcção d’um bello templo, d’um prado, d’uma capella; já fundou um club litterário, uma bibliotheca, e diversos melhoramentos mais que há muito tempo usufruímos. **Pois bem: esta cidade que já tem um club litterário, uma bibliotheca, um prado, e que cogita de construir um theatro, está em excellentes condições para ter também um museo.** Tal estabelecimento está dentro de nossa civilização e da nossa cultura científica.

Nós podemos e devemos mante-lo, enriquecê-lo porque para isso nada nos falta, senão a iniciativa dos castrenses. Esta tomamo-la nós hoje certo de que não invocamos de balde o patriotismo de nossos concidadãos.

Um museo, em uma localidade como esta custa pouquíssimo, desde que se tenha em vista a facilidade de obter no município, todas as raridades que podem enriquecê-lo. É sabido, que por ahi sobejam as preciosidades admiráveis de nossa opulenta natureza, quer do reino animal, quer no vegetal, quer enfim e sobretudo no mineral. A difficuldade está em pedi-las, ou coletá-las e transportá-las, pois nisto se resume tudo por enquanto. Só mais tarde surgirá a necessidade de classificar-se os objetos adquiridos e reunidos.

Urge, pois, que tratemos d’isso. Pela nossa parte desde já nos promptificamos para receber, reunir e guardar tudo quanto nos queirão remetter, nossos concidadãos. E o fazemos com muito prazer, inaugurando este util estabelecimento num dos compartimentos da casa de nossa modesta officina. Ao lado d’este jornal, pode ainda existir um museo, esse luminoso livro da natureza. (MUSEO, 1895, p. 1, grifo nosso).

Lemos na ata de inauguração do Museu do Tropeiro que ter um museu na cidade era um sonho muito antigo, podemos agora afirmar que há vestígios desse desejo desde o século XIX. Aliás, no apelo é possível perceber que o perfil do museu que se pretendia era justamente aos moldes das instituições enciclopédicas e de História Natural daquele período. O artigo é um exemplo para demonstrar que esta discussão, ou vontade de se criar um museu

¹⁴³ As redações eram de outras cidades, mas são periódicos que foram produzidos pela Typographia Kugler em Castro.

¹⁴⁴ Segundo Ronie Cardoso Filho, *A Campanha* foi um periódico semanário publicado aos domingos, com quatro páginas, editado por uma “associação” destinado “à defesa dos interesses populares”. E os “associados do jornal formavam um grupo de profissionais ligados especificamente às carreiras jurídicas: advogados, juizes, promotores, cartorários” (CARDOSO FILHO, 2009, p. 3). Essa associação estava vinculada à Maçonaria, portanto quando o autor da nota se refere a officina, termo próprio daquela organização, estava colocando à disposição a estrutura física que dispunham.

em Castro, não está localizada apenas na pessoa de Judith, ou no ano de 1977, contudo, por questões de operacionalização e respeitando os contornos da pesquisa, não examinamos toda a coleção de periódicos disponíveis. Informamos que o órgão de imprensa de maior longevidade do acervo é o *Castro Jornal*, que sem interrupção, foi veiculado por mais de três décadas, de 1931 a 1965. Mas para nossa investigação, selecionamos os títulos que circularam posteriormente nas décadas de 1960, 1970, 1980 e 1990, períodos que estão dentro do recorte da pesquisa. Portanto, realizamos o levantamento de fontes nos seguintes periódicos: *Jornal do Iapó* (1967-1983), *O Bravo* (1974-1977; 1986-1992), *Jornal de Castro* (1978-1979) e *Revista VUP* (1976-1979).

Sobre a imprensa castrense desse período Oney Borba (1986) fez a seguinte avaliação:

Em 1967 surgiram “Folha de Castro” e “Jornal do Iapó”. O primeiro com circulação irregular e logo desapareceu; o segundo fechou em 1983. “O Bravo” circulou em 1974 aguentando dois anos¹⁴⁵. Desse período são também “O Caramuru”, “Novo Papel”, a revista “VUP”, de aspecto gráfico excelente. Em 1978 também apareceu o “Jornal de Castro”, com prelo próprio e circulação sob dependência financeira da prefeitura municipal. Enquanto perdurar o sistema vigente, de predomínio indisfarçado de grupos elitistas., controlando os meios de comunicação; enquanto os recursos financeiros dependerem da politicalha de aldeia – não haverá condições para jornais locais independentes. Jornais dependentes dos cofres públicos não criticam, nem glosam as safadezas, as espantosas burrices e omissões despidoradas dos representantes da vaidade provinciana (BORBA, 1986, p. 219-220).

Em uma cidade relativamente pequena com menos de 40 mil habitantes (IBGE, 1980), com características provincianas, conforme aponta Borba (1986), os órgãos de imprensa eram profundamente vinculados aos interesses dos dirigentes políticos, característica que Castro compartilha com grande parte dos serviços de imprensa no Brasil e no mundo. Além disso, é preciso informar que *O Bravo* tinha como redatores Fidélis Franco Bueno¹⁴⁶ e Ronie Cardoso Filho¹⁴⁷, ambos membros da Associação de Amigos do Museu do Tropeiro e pessoas ligadas ao campo cultural da cidade e, portanto, este é o periódico em que mais encontramos artigos que abordavam aspectos culturais, bem como textos que tratavam da história da cidade. A *Revista VUP* foi um projeto coordenado pelo empresário Izidro Guedes, que também atuou no

¹⁴⁵ *O Bravo* retornou às atividades, justamente naquele ano da publicação de Borba, em 1986, permanecendo em circulação até 1992.

¹⁴⁶ Fidelis Franco Bueno formou-se em Filosofia e Licenciatura em Didática pela Universidade de Guanabara (RJ), quando atuava como mecânico de voos comerciais na década de 1950. Mas foi após um grave acidente aéreo em 1970, com perda total da aeronave e queimaduras em mais de cinquenta por cento do corpo, que Bueno dedicou-se a pesquisar a história de Castro e tornou-se escritor. Publicou, entre outras obras, o livro *Historiadores de Castro* (2016), com um capítulo com sua autobiografia, ver: BUENO, Fidelis. **Historiadores de Castro**. Castro: Museu do Tropeiro. Prefeitura de Castro, 2016.

¹⁴⁷ Ronie Cardoso Filho é advogado e atuou como gestor de cultura em Castro durante os anos de 1989-1992 e 1997-2004. Mestre (2004) e Doutor (2009) em Educação pela Universidade Federal do Paraná e Doutor em Comunicação pela UNISINOS (2009).

serviço público em diversas gestões na prefeitura municipal de Castro e foi vereador entre os anos de 1982 e 1987.

O Museu do Tropeiro é um museu público municipal e, portanto, tornou-se logo um assunto de interesse público. Comentários e matérias sobre sua instalação começaram a veicular na imprensa local desde 1975 com a desapropriação do imóvel para tal fim, com manchetes de primeira página como podemos ver na imagem abaixo:

FIGURA 26 – *Jornal do Iapó*. Castro, 30.mai.1975



Fonte: Acervo do Museu do Tropeiro. Coleção Gráfica Kugler. Acervo do Museu do Tropeiro.

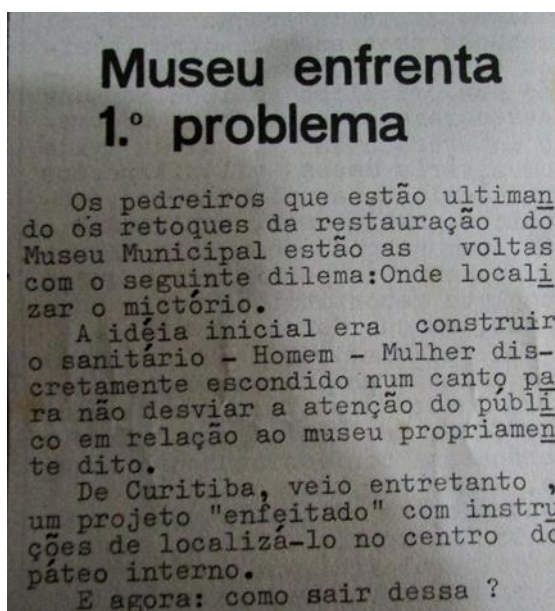
A nota informa que a prefeitura municipal adquiriu o terreno nas imediações da Igreja Matriz para a “construção do Museu de Castro” e que “a providência corresponde a um velho desejo de grande parte da população e dotará Castro de um monumento cultural existente em raras cidades” (CASTRO..., 1975, p.1). O texto fala em construção e não cita a restauração do imóvel que fora adquirido, mas, reitera que iria ser concretizado um “desejo da população”. Pouco tempo depois, em dois meses, esse mesmo periódico fez uma matéria mais detalhada, sob o título de “Vai tomando forma **nosso** Museu” (grifo nosso). Com uma fotografia do processo de restauro, o texto registrou a presença do arquiteto Sergio Todeschini Alves, então diretor do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, relatando os pormenores da vistoria, destacando que Judith também levou a comitiva para uma visita à Fazenda Capão Alto, e que

“desta visita muitos benefícios advirão para a preservação de nosso patrimônio histórico” (VAI TOMANDO FORMA..., 1975, p. 1).

Em um tom mais crítico, o jornal *O Bravo* publicou artigo refletindo sobre o trabalho em andamento. Este também foi destaque de primeira página, partindo de um questionamento: “Para que serve um museu?”.

Sob orientação técnica do Serviço de Patrimônio Histórico, prosseguem as obras de restauração do prédio destinado ao Museu Municipal de Castro. Ali naquela casa estilo colonial, será reconstituído um segmento de nossa história para que as gerações futuras possam saber como viveram seus antepassados. **Até aí, tudo bem, acontece que logo vamos descobrir que as dependências são insuficientes para abrigar todo aquele acervo que os atuais moradores da cidade gostariam de preservar.** Ou pelo menos peças representativas de casa fase de nossa história de 269 anos (PARA QUE ..., 1975, p.1, grifo nosso).

Os textos de 1975 confirmam informações de que no princípio do projeto, a intenção era criar um museu histórico sem delimitação temática. Não havia divulgação a respeito de quais seriam os recortes ou memória a ser preservada. Nesse último artigo, há provocação acerca da “relevância” à história local dos troféus do clube de futebol da cidade e os quadros de formatura dos alunos de uma escola, que segundo o autor, seriam “fragmentos do passado que também fazem parte da história da cidade” e não objetos “dos períodos colonial, imperial e republicano velho são dignos de atenção por parte dos museólogos e preservacionistas” (PARA QUE..., 1975, p. 1). Vimos que Oney Borba informou que *O Bravo* tinha “aguentado” apenas dois anos, por ser um órgão independente do financiamento público. Em relação ao museu, podemos dizer que essa independência significou apontamentos críticos e até comentários com um certo teor satírico:

FIGURA 27 – Museu enfrenta 1º problema (*O Bravo*)

Fonte: **O Bravo**. Castro, 2ª quinzena, jan.1976. Acervo do Museu do Tropeiro.

O que não significa dizer que os redatores não apoiavam a iniciativa, pelo contrário. *O Bravo* era uma publicação quinzenal e em todos os números alguma nota sobre o museu era veiculada. Em um artigo intitulado *O Museu de Judith*, os autores (ou o autor) comentam que quando o pai da professora faleceu, ela queimou seus pertences e acabou se arrependendo, entretanto, esse arrependimento teria sido benéfico para ela e para a cidade, resultando no museu: “começamos a falar no museu de Judith e passamos para o museu da cidade. Isso porque ambos fazem parte da mesma realidade. Oxalá, num futuro próximo, tenhamos muitos museus particulares formados por outras famílias e seguindo o exemplo de Judith” (*MUSEU DE JUDITH*, 1976, p. 2).

Em março de 1976 foi noticiado que as obras estavam concluídas e que a inauguração seria no mês de abril daquele ano (*MUSEU TERMINADO*, 1976, p. 1). O que não aconteceu, pois, foi no início do ano de 1976 que Newton Carneiro começou a participar do projeto. Com a assessoria do historiador, a concepção foi alterada e, além disso, Carneiro possibilitou o contato com o museólogo Alfredo Rusins, o que acarretou também em mudanças na expografia da instituição e o consequente “atraso” na inauguração.

É a partir de então que o *Jornal do Iapó*, passou a anunciar a característica que se tornou um “cartão de visita” para esse futuro museu: “o primeiro museu sobre o tema do Brasil”.

FIGURA 28 – Nosso Museu é Pioneiro



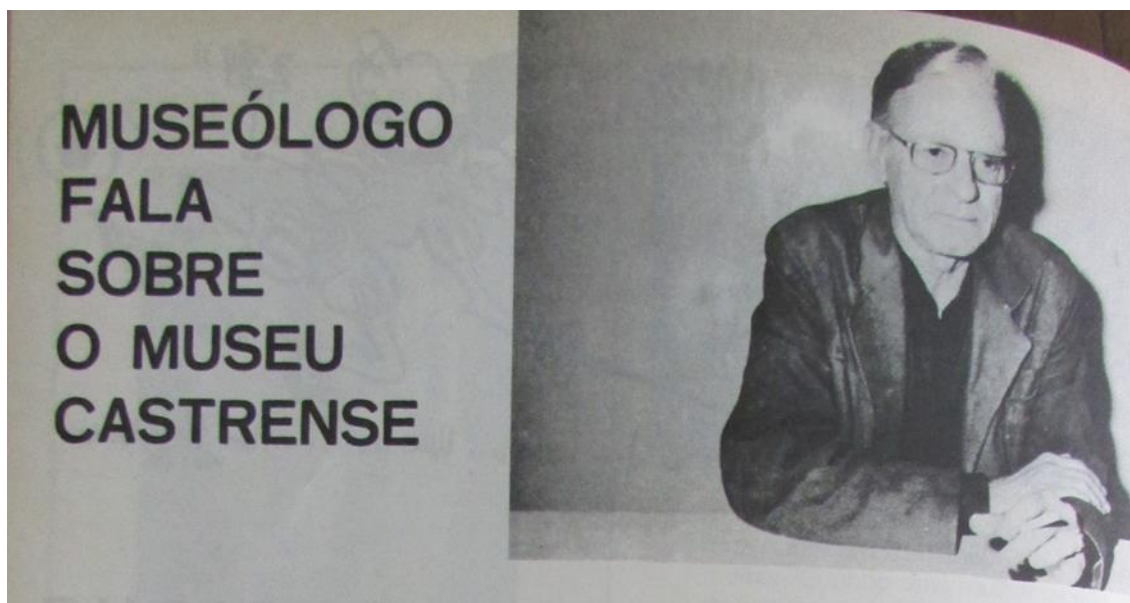
Fonte: NOSSO MUSEU É PIONEIRO. *Jornal do Iapó*. Castro, 15 de abril de 1976. Acervo do Museu do Tropeiro.

Ainda que no subtítulo conste “órgão independente a serviço do povo”, este era um veículo alinhado ao governo municipal. Informação que contribui para entendermos porque reiteradamente são utilizados pronomes possessivos em relação ao museu. Além disso, vimos também como as políticas de patrimônio cultural que são propostas ou legitimadas pelo estado, tendem a vincular discursos de identidade e de pertencimento.

Em outubro, antes das eleições municipais, o *Jornal do Iapó* apresentou uma retrospectiva da gestão de Lauro Lopes, onde a imagem do Museu do Tropeiro ocupou localização central (NEM TODOS..., 1976, n.p.). Do ponto de vista de gestão pública e “propaganda” política, o museu foi anunciado como um produto turístico, capaz de fomentar o setor e consequentemente a economia local. Nesse sentido é que os redatores destacaram as declarações do museólogo Alfredo Rusins sobre o tema, dizendo que Castro poderia vir a ser “um centro turístico dos mais importantes, em virtude de sua situação privilegiada (meio caminho São Paulo- Foz do Iguaçu) unidos com a futura formação do Museu do Tropeiro, cuja fama, poderá tornar-se similar ao Museu do Ouro em Sabará” (MUSEU DE CASTRO..., 1976, p. 1).

A *Revista VUP* também fez uma entrevista com o representante do IPHAN, que evidenciou novamente: a localização privilegiada do município; o pioneirismo da iniciativa “nunca no Brasil, se cogitou um museu, propriamente dito, do Tropeiro”; e a “sólida fundamentação historiográfica” que apresentou Castro como “ponto de passagem obrigatório, daqueles que se dirigiam do Sul para São Paulo” (MUSEÓLOGO..., 1976, p. 26).

FIGURA 29 – Alfredo Rusins (Revista VUP)



Fonte: **Revista VUP**, p.26, nov. e dez.1976. Acervo do Museu do Tropeiro.

Segundo a revista, Rusins fez questão de dizer que não foi até Castro para ditar ideias e esquemas quanto ao que iria ser exposto no museu, mas sim para “dar uma força”, pois toda a coordenação estava sob responsabilidade de Judith, e “encontrava-se impecável e em plena fase final de organização” (MUSEÓLOGO..., 1976, p. 26).

A inauguração aconteceu no dia 20 de janeiro como um presente para o aniversário da cidade. Assim, em 1977, as publicações enfatizaram os nomes das autoridades envolvidas no processo, a legislação municipal que fora criada, elogios à Judith pela concretização do “tão sonhado projeto”, bem como divulgou material sobre a história de Castro com ênfase para a atividade tropeira, principalmente com crônicas e artigos assinados por Fidelis Bueno e Oney Barbosa Borba (O BRAVO, 1977; JORNAL DO IAPÓ, 1977).

Outras fontes já haviam nos indicado que a primeira fase após a instalação do museu foi eminentemente voltada à divulgação da própria instituição e do artesanato produzido, principalmente no interior do município. Panorama presente também nas notas e matérias divulgadas pela imprensa ainda no primeiro ano, como no exemplo a seguir:

a realização da Feira do Artesanato em nossa cidade, uma promoção que tem a constante inspiração da professora Judith Carneiro de Mello, mentora de grandes eventos culturais, inclusive do próprio Museu do Tropeiro, merece e deve receber o integral apoio dos castrenses e de todos os que se importam com a cultura” (III FEIRA..., 1977, p. 1).

FIGURAS 30 e 31 – Notas no *Jornal do Iapó* (1978)

Fonte: **Jornal do Iapó**. Castro, p. 1. 31.mai.1978. **Jornal do Iapó**. Castro, p.1. 20.jun.1978.

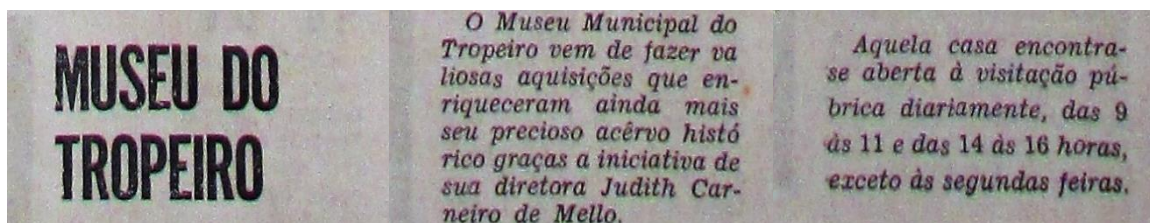
Esse apoio e fomento às feiras e ao turismo vem ao encontro da leitura de Sérgio Miceli (1984) de que as políticas para o patrimônio cultural da década de 1970, em âmbito federal, projetaram vincular as práticas de preservação à contingência de desenvolvimento econômico. Em Castro, por meio dos órgãos de imprensa, percebemos que era de interesse do poder executivo do município difundir essa mesma perspectiva.

Em 1981, a matéria sobre a participação do município na *II Feira Brasileira do Artesanato*, na cidade de Curitiba, também fundamenta essa interpretação, pois foi um evento em que foram colocados para exposição e venda produtos artesanais de todo o país, com grande visibilidade, reunindo “só nos primeiros 3 dias mais de cem mil pessoas”. O texto salientou que Castro foi a única cidade com um estande próprio, uma vez que a estrutura do evento previa apenas um espaço de exposição para cada um dos estados da federação. Destaque que teria sido alcançado graças ao apoio das “senhoras Nice Braga e Theresa Christina Ribas Fontana”, e do secretário de Indústria e Comércio do Paraná, Francisco Fernando Fontana e do prefeito Ronie Cardoso, “além do devotado trabalho realizado por Judith Carneiro de Mello, coordenadora e responsável pela participação castrense” (CASTRO EM... 1981, p. 1). É relevante notar que as senhoras citadas na reportagem são esposas do então Governador e do Secretário de estado da pasta responsável pelo evento, respectivamente. Além disso, Theresa Christina Ribas era neta de Manoel Ribas, sinais que

confirmam nossa hipótese de que as relações familiares, pessoais e de poder oportunizaram que Judith Carneiro de Mello concretizasse e consolidasse o Museu do Tropeiro.

Aliás, outra questão muito presente nos conteúdos selecionados pelos jornais é o protagonismo de Judith. Os artigos que trataram do museu, até as mais simples notas de divulgação com horários de abertura para visitação, reiteram o papel preponderante da professora não só na criação, mas também na manutenção daquele *lugar de memória*.

FIGURA 32 – Horários de funcionamento (1978)



Fonte: **Jornal de Castro**, Castro, p.4, 28 out. – 03 nov.1978.

Da mesma forma, percebemos apontamentos sobre os desdobramentos e os reflexos da criação do museu em relação a configuração espacial e os possíveis usos do patrimônio cultural. A notícia sobre o tombamento da sede foi oferecida à população sob o seguinte título: *Patrimônio Histórico incorpora nosso Museu* (1980). O breve texto explicou que a partir daquele momento qualquer obra no museu necessitaria de autorização da Curadoria do Patrimônio. Destacando que com esse ato administrativo o “**nosso** museu, ganhou a importância de pertencer ao Patrimônio Histórico do Paraná” (PATRIMÔNIO, 1980, p. 1, grifo nosso). Outrossim, foi transmitido também à população que, a partir daquele momento, sem que houvesse autorização da Divisão de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, não se poderia, “na vizinhança da coisa tombada, realizar construção que lhe impedisse ou reduzisse a visibilidade, nem a colocação de cartazes ou anúncios, sob pena de destruição da obra, retirada dos objetos e cobrança de multa” (PATRIMÔNIO, 1980, p. 1) Informações embasadas na lei estadual de tombamento nº 1211 de 1953.

Após o estabelecimento do museu, houve também a instalação de uma pousada em um imóvel em frente à instituição, e discutiu-se a possibilidade de fechamento das ruas do entorno, entre a Igreja Matriz e o bem tombado, para facilitar a circulação e o acesso dos turistas e dos estudantes (PODE ACONTECER..., 1980). Um “calçadão” que nunca chegou a ser materializado. Assim como o projeto de criação de um hotel na Fazenda Capão Alto, noticiado pelo jornal como uma “grande oportunidade” para promover o turismo na cidade,

discussões que, segundo esta matéria, incluíam Judith na comissão que trataria da questão, ainda antes do tombamento daquela propriedade (HOTEL FAZENDA...,1980).

Nos anos seguintes, entre 1984 e 1988, não encontramos notícias sobre o museu. Sabemos que este período corresponde ao afastamento de Judith. Até que em maio 1989, *O Bravo*, que havia retomado as atividades em 1986, noticia que o Museu do Tropeiro seria revitalizado:

Sendo uma das principais unidades culturais no município, o Museu do Tropeiro passará por uma completa revitalização nos próximos meses. **Esta semana, o prefeito municipal estará nomeando um nome de alto conceito na área da Cultura para assumir a direção do museu.** Serão realizados trabalhos de reforma, com um completo restauro da cobertura, que ora apresenta muitas goteiras. O acervo será novamente catalogado com o fim de identificar peças porventura faltantes. Haverá também um trabalho de restauração de peças que apresentem deterioração (TROPEIRO..., 1989, p. 1, grifo nosso).

Os museus são instituições a serviço da sociedade, contudo, é preciso que haja condições estruturais e humanas para que desenvolvam suas atividades de conservação, pesquisa, comunicação e cumpram suas funções sociais. No Brasil, as políticas públicas voltadas aos estabelecimentos museológicos foram recrudescidas principalmente a partir de 2003 com o Plano Nacional de Museus e com a criação do Instituto Brasileiro de Museus em 2009. No entanto, ainda hoje, sabemos que as instituições sofrem com a falta de investimentos financeiros e políticas efetivas para fortalecimento desta área, causando danos e perdas irreparáveis e incalculáveis para o patrimônio cultural e científico do país, vide incêndio no Museu Nacional em 2018. Desse modo, observamos que na década de 1980, no interior do Paraná, o Museu do Tropeiro sofreu as consequências da vulnerabilidade a que estavam e ainda então expostas as instituições museológicas, dependendo de vontades e interesses políticos pessoais.

A falta de manutenção adequada, levou inclusive ao fechamento temporário do museu e a notícia de reabertura foi publicada em outubro de 1989. O “nome de alto conceito na cultura” que seria nomeado para assumir a direção era, claro, o de Judith.

O Museu inaugurado em 1977, passou por um período de relativo abandono e apresentava problemas gerais de conservação como, por exemplo, infiltrações na cobertura com a apodrecimento de vigas. Dentro dos recursos disponíveis, a Prefeitura municipal realizou reparos, com substituições de telhas e madeiramento, pintura geral e reciclagem dos expositores, em especial na seção de arte sacra [...] será feita a revisão da instalação elétrica, que se encontra abaixo dos padrões e instalados equipamentos de combate a incêndio (REABERTO..., 1989, p. 1).

Estas informações veiculadas nos jornais são vestígios que dialogam com aqueles que já “colhemos” nas agendas. No entanto, a coleção de periódicos que consultamos vai até o ano de 1992 e por isso, conseguimos acompanhar a cobertura da imprensa até o período em que inicia a reestruturação da instituição e as primeiras notícias sobre as outras formas de comunicação que o museu se propôs a oferecer para a comunidade, como o evento *Pouso Tropeiro* de 1990, conforme imagem abaixo:

FIGURA 33 – Nota sobre o Pouso Tropeiro (1990)



Fonte: **O Bravo**. Castro, p.1. 2ª quinzena mar.1990.

Sobre essas ações e os usos do patrimônio cultural selecionado e construído pelo Museu do Tropeiro, veremos mais detalhes no capítulo seguinte. Todavia, para finalizar as ponderações desta seção, gostaríamos de comentar dois pontos fundamentais para a reflexão que ora construímos: o primeiro, é que “patrimonializar é selecionar um bem cultural (objetos e práticas) por meio da atribuição de valor de referência cultural para um grupo de identidade” (CHUVA, 2012, p. 73); segundo, que concordamos com o sociólogo e antropólogo Denys Cuche quando disse que “não é o cientista que deve fazer controles de identidade”, ou seja, entendemos que não é nosso papel definir “autenticidade” de determinada identidade (CUCHE, 1999, p. 187).

Neste capítulo, nos propusemos, à luz da história, a conectar os fragmentos que descobrimos e elegemos acerca da trajetória do Museu do Tropeiro, a fim de explicar os

desdobramentos e as ressonâncias para as práticas de preservação do patrimônio cultural em Castro a partir da institucionalização de um *lugar de memória*. Mediante esta operação historiográfica, percebemos que a concepção, as contradições e as deliberações de uma instituição museal podem confirmar, alterar, delinear ou produzir um enredo capaz de nortear as políticas patrimoniais de uma cidade. Veremos agora as estratégias de comunicação e usos deste patrimônio cultural.

CAPÍTULO 4 - USOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL: AÇÃO E COMUNICAÇÃO

Se o patrimônio é interpretado como repertório fixo de tradições, condensadas em objetos, ele precisa de um palco-depósito que o contenha e o proteja, um palco-vitrine para exibi-lo. O museu é a sede cerimonial do patrimônio, o lugar em que é guardado e celebrado, onde se reproduz o regime semiótico com que os grupos hegemônicos o organizaram. Entrar em um museu não é simplesmente adentrar um edifício e olhar obras, mas também penetrar em um sistema ritualizado de ação social

Nestor Canclini (2015)

Essa analogia exposta por Canclini com o termo *palco* é uma reflexão recorrente na bibliografia sobre a temática, pois, as metáforas com *teatro ou cenário* para reportar a noção de museu são recursos recorrentes e podem ser observados em análises já indicadas nesta pesquisa (LEME, 2013; BREFE, 1999; MENESES, 1994) e para compreender essas reflexões buscamos referências no campo da museologia. A museóloga brasileira Waldisa Rússio Guarnieri (2010), um dos principais nomes da teorização das práticas museológicas do século XX, propôs que o objeto de estudo da museologia é o *fato museológico* e não o museu em si, uma vez que o museu seria o *cenário* no qual o *fato museológico* acontece. Segundo a autora, é partir da relação entre o homem e o objeto que se dá o *fato museal* (GUARNIERI, 2010, p. 78). Nesse sentido, a teoria museológica proposta por ela, consiste no estudo da relação do homem com sua realidade diante de uma perspectiva patrimonial. Para Maria Cristina Bruno, também museóloga, “à museologia cabe a experimentação e análise da relação museal, entendida como o eixo de um processo de comunicação entre o Homem/Objeto/Cenário” (BRUNO, 1997, p. 17).

Pensando ainda esse universo dos museus como *palco-depósito* ou *palco-vitrine*, outra reflexão que provem daquele campo do conhecimento é o chamado modelo PPC – Preservação, Pesquisa e Comunicação, estrutura usada “desde 1982 na *Reinwardt Academie*, em Amsterdam” e que foi difundido pelos trabalhos de Peter van Mensch (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 77). Nossas análises sobre o caso do Museu do Tropeiro demonstraram que deste tripé, devido à ausência de profissionais e conhecimentos técnicos adequados, a **preservação** ficou limitada à coleta e salvaguarda dos artefatos; a **pesquisa** esteve quase sempre atrelada as fontes escritas, não nos parece que houve algum momento de dedicação ou empenho em desenvolver pesquisas fundamentadas nos próprios bens culturais, com exceção dos artefatos considerados artesanatos; já as estratégias de **comunicação** foram diversificadas e inferimos como o ponto forte da instituição. Para a museologia *comunicação museológica* é:

a apresentação dos resultados da pesquisa efetuada sobre as coleções (catálogos, artigos, conferências, exposições) e o acesso aos objetos que compõem as coleções (exposições de longa duração e informações associadas). Esta perspectiva vê a exposição não apenas como parte integrante do processo de pesquisa, mas, também, como elemento de um sistema de comunicação mais geral, compreendendo, por exemplo, as publicações científicas (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 35).

Assim, daremos seguimento a análise abordando a exposição de longa de duração, os eventos e as publicações promovidas pela instituição.

4.1. Seguindo um roteiro: “uma exposição permanente”?

Os artefatos em um museu, após serem adquiridos, selecionados, inventariados, classificados e expostos, renunciam suas funções originais e passam a conter outros valores, sendo convertidos à categoria de patrimônio cultural. Vimos que na área da museologia, principalmente a partir da década de 1970, houve a expansão de um movimento de ressignificação perante a sociedade com o intuito de não conservar, pesquisar e comunicar apenas as posições de grupos hegemônicos. Observamos também que os museus históricos, segundo Meneses (1994, p. 20) “por sua própria natureza e funções, privilegiam as classes dominantes”. No caso do Museu do Tropeiro, os registros de doações nas Agendas indicavam uma heterogeneidade de procedências, mas antes de analisarmos “o que” foi selecionado para o museu, é preciso fazer uma parada para explicarmos sob qual perspectivas entendemos a noção de cultura material.

Pois bem, o objeto da pesquisa pode ser classificado como um museu histórico tradicional. O termo museu diz respeito a um lugar em regra “concebido para realizar a seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 64). Já notamos que a própria definição possui uma historicidade e, portanto, “a forma e as funções dos museus variaram sensivelmente ao longo dos séculos” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 64). Retomando a definição de coleção de Pomian (1984, p. 53) como “conjunto de objetos naturais ou artificiais, retirados do circuito econômico definitivamente ou temporariamente, mantidos, portanto, sob uma proteção especial e expostos ao público”, entendemos, assim, que a relação entre cultura material e museus é essencial e perpassa toda a história das instituições museais.

A tendência mais comum no museu histórico, previsível pela caracterização corrente que dele se fez, é a fetichização do objeto na exposição. Inserida numa dimensão de fenômenos históricos ou sociais, a fetichização tem que ser entendida como deslocamento de atributos do nível das relações entre os homens, apresentando-os

como derivados dos objetos, autonomamente, portanto “naturalmente”. Ora, os objetos materiais só dispõem de propriedades imanentes de natureza físico-química: matéria-prima, peso, densidade, textura, sabor, opacidade, forma geométrica, etc.etc.etc. Todos os demais atributos são aplicados às coisas. Em outras palavras: sentidos e valores (cognitivos, afetivos, estéticos e pragmáticos) não são sentidos e valores das coisas, mas da sociedade que os produz, armazena, faz circular e consumir, recicla e descarta, mobilizando tal ou qual atributo físico (naturalmente, segundo padrões históricos, sujeitos a permanente transformação) (MENESES, 1994, p. 26-27).

E quando se trata de estudo da vida material pelo viés da história, isto é, pensar os objetos não como algo dado e sim matéria para a construção do conhecimento, os historiadores remetem prontamente a Fernand Braudel, pois, os três volumes que compõe a obra *Civilização Material, Economia e Capitalismo* (1967), destacam-se pelo pioneirismo em tratar de assuntos “rentes ao chão”, pensar na economia e nas estruturas econômicas a partir das atividades ordinárias dos seres humanos como alimentação, transporte, vestuário e moradia. “Vida material são homens e coisas, coisas e homens” (BRAUDEL, 1995, p. 19). Daniel Roche, autor de *História das Coisas Banais: nascimento do consumo* (2000), escreveu que os objetos não devem ser pensados apenas a partir de sua materialidade ou distinção social simplesmente. Os artefatos devem se situar entre “redes de abstração e sensibilidade essenciais à compreensão dos fatos sociais” (ROCHE, 2000, p. 13).

Voltando para a historiografia brasileira, percebemos que os autores analisados no primeiro capítulo, quando refletiram sobre a atividade tropeira, de alguma forma abordaram a questão da cultura material. Pesquisas como *Capítulos da história Colonial* (1907) de Capistrano de Abreu, *Casa Grande e Senzala* (1933) e *Sobrados e Mucambos* (1936) de Gilberto Freire e, ainda, *Caminhos e Fronteiras* (1957) de Sérgio Buarque de Holanda são obras que não pensaram a cultura material, enquanto norte teórico-metodológico. Entretanto, “estes autores já estudavam as moradias, o mobiliário, a vestimenta, a morte, os elementos da natureza – como o couro, a palha do milho o algodão - e muitas outras questões, retomadas pela historiografia europeia somente nos anos oitenta” (MARTINEZ, 2006, p. 33). O cotidiano tornou-se objeto de interesse do conhecimento histórico, principalmente a partir da chamada Nova História Cultural, quando o viés político e econômico passou a “disputar” o espaço com outras dimensões.

Uma questão que nos acompanhou ao longo da trajetória da pesquisa foi justamente essa possível contradição entre a vida material de um ofício peculiar, mas que, ao mesmo tempo, também compõem a “banalidade” do cotidiano rural local. Como pensar uma cultura material comum do universo doméstico ou laboral, diante das narrativas construídas sobre o tropeiro, como um representante da elite econômica e social que ocupou posições de destaque

na política regional, sujeito que acumulou capital e ostentou arreios com metais nobres, além das alegações de que se tratava da própria “personificação da honestidade”? O Museu do Tropeiro seria mais um *lugar de memória* a serviço das classes dominantes?

Para responder a estas questões foi preciso considerar quais foram os usos praticados pela instituição e quais os recursos e as demandas expressas em sua comunicação com a sociedade, iniciando por suas exposições.

No primeiro material de divulgação (ANEXO D) já é possível observar que o espaço foi dividido a priori em nove salas, sendo três delas para o tropeiro propriamente dito, uma para exposições de interesses culturais (curta duração), uma para “documentos e objetos de valor histórico”, uma para aferições, e ainda uma identificada como “testemunho de uma época” e mais duas para arte sacra. Além destas, em um espaço coberto, mas que pode ser considerado externo, chamado de alpendre, estava exposto o artesanato (MUSEU DO TROPEIRO, 1977b).

Neste primeiro momento o museu contava com aproximadamente 400 peças, todas em exposição¹⁴⁸. Apresentava, além dos objetos, painéis com litografias que faziam parte da coleção de Newton Carneiro e textos produzidos por ele. As salas identificadas como *do tropeiro* eram dedicadas a apresentação do tal sujeito, com manequim, indumentária, objetos pessoais, objetos de montaria e artefatos utilizados na “lida” com os animais, seguida da *sala do roteiro* que apresentava uma rota pintada em uma das paredes onde constavam os nomes e a localização das cidades do Paraná que foram pousos durante o trajeto “Viamão-Sorocaba”. Na sequência, a *sala do pouso* apresentava uma ambientação conforme o painel atribuído a Debret identificado como *Acampamento noturno dos viajantes*, 1835 - Jean-Baptiste Debret (Figura 5). Neste ambiente, encontrava-se a “cama do tropeiro” que era composta pelo arranjo dos *arreios* e apetrechos para cargas, como as *canastras* e *cangalhas*, cobertas pelo *ligal* e forradas com um *pelego*. Destaque também para os objetos voltados ao preparo e consumo de alimentos como *trempe*, *chaleira*, *panelas*, *pratos* e *guampas* (utilizadas como copos).

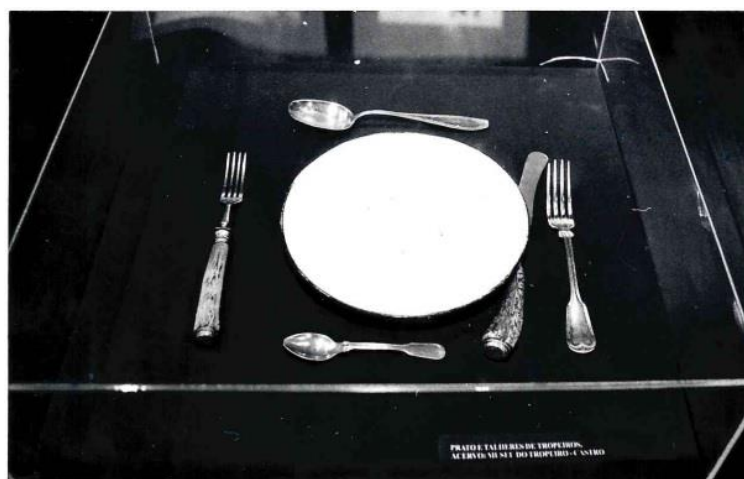
¹⁴⁸ Durante os 30 anos que analisamos, não identificamos que houve um espaço de Reserva Técnica. Toda peça que entrava para o museu e sua salvaguarda era considerada, concomitantemente tornava-se elemento da exposição. Após a construção do anexo em 1995, havia no projeto um espaço destinado a este fim, no entanto, funcionou como um depósito. Reafirmando a questão do descompasso entre museologia e fazer museal, uma vez que Reserva Técnica é o espaço “de guarda do acervo não exposto” e que deve ser adequado conforme as normas de conservação e organização que os objetos demandam. Ver: COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, 2006. p. 100.

FIGURA 34 – Sala do Pouso, representação baseada na aquarela *Acampamento noturno dos viajantes*, 1835 - Jean-Baptiste Debret (1977)



Fonte: Álbum de Inauguração Acervo Museu do Tropeiro.

FIGURA 35 – Sala do Pouso, vitrine com prato de ágata e talheres (1977)



Fonte: Álbum de Inauguração. Acervo Museu do Tropeiro.

Nas três primeiras salas (apresentação, roteiro e pouso) é que se concentravam também os *arreios de prata* ou *alpaca*: *estribos*, *freios*, *chicotes*, *peitorais*, *bombas para chimarrão*, *enfeites*, entre outros.

Ao longo dos anos, foram realizadas alterações nestes espaços. A exposição era revista e readequada por Judith (AGENDA, 1983, 1992, 2001), ainda que não constem informações exatas sobre o que fora mudado em cada ocasião. O termo utilizado pela instituição era

exposição permanente, expressão comum ao mundo dos museus até o fim do século XX, no entanto, tornou-se um consenso na área de que o termo mais adequado seria “exposição de longa duração, para evitar a conotação de permanência” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 29), uma vez que as exposições não são congeladas e estão constantemente sujeitas a intervenções e/ou atualizações, fato que constatamos no Museu do Tropeiro.

Com a ampliação do acervo, vimos que a *sala de exposições de interesses culturais* foi suprimida e que a *sala de documentos e objetos de valor histórico* tornou-se a *Sala da Casa do Tropeiro* (AGENDA, 1992). Nesta, encontravam-se *móveis, cristaleiras, marquesas, louças, cantoneiras, escarradeiras, objetos de escritório, relógios*, além das telas e imagens de “tropeiros ilustres” como Luciano Carneiro Lobo (a quem teria pertencido a sede do museu) e Manuel Inácio do Canto e Silva, fazendeiro e político, descendente do José Felix da Silva, da Fazenda Fortaleza, e que assenhoreava negócios atrelados à atividade tropeira, como já mencionamos anteriormente.

FIGURAS 36 e 37 – Sala da Casa do Tropeiro, destaque para a tela com Manoel Inácio do Canto e Silva na imagem da direita (1977)



Fonte: Álbum de Inauguração. Acervo Museu do Tropeiro.

Foi nesta sala também que permaneceram os ditos “objetos de interesse histórico” e que não necessariamente detinham alguma relação direta com a temática, como o *diapasão* do maestro fundador da primeira banda marcial municipal, *pregos feitos a mão* e que foram utilizados na construção da Igreja Matriz, um *berço* que pertenceu à Pedro Novais, entre outros. Além de diversas peças relacionadas ao cotidiano doméstico do século XIX e início do

XX como *tachos de cobre*, *moedores de café*, *cadeados*, *chaves*, *lampiões*, *álbuns de fotografia*, *porta-joias*, *jogos de jantar* e mais algumas tipologias de objetos que podem ser conferidas no Anexo F.

FIGURAS 38 e 39 - Fragmentos da exposição de longa duração do Museu do Tropeiro (1977)



Fonte: Álbum de Inauguração. Acervo Museu do Tropeiro.

A *Sala de Aferição* foi uma das que foram criadas para a inauguração e permaneceu com esta denominação. Os *padrões de pesos e medidas* em cobre e um *metro* que foram doados por Dom Pedro II em sua passagem por Castro, em 1880, foram conservados pelo poder público local e possivelmente foram as primeiras peças selecionadas e encaminhadas pela Prefeitura para compor o acervo do museu municipal. O diálogo com o tema foi explicado pelos materiais de divulgação como “medidas do tempo do tropeiro”. Assim, esta sala reuniu aqueles “padrões de D. Pedro II” e mais algumas *balanças de prato e de precisão*, *pesos*, *cofre*, *moedas*, enfim, objetos relacionados com a comercialização de mercadorias em armazéns de secos e molhados, tão presentes no cotidiano do século XIX e início do XX. Além de concentrar também a exposição de armas de fogo como *espingardas* e *garruchas*.

FIGURA 40 – Fragmentos da exposição de longa duração, ao fundo Sala de Aferição e a porta de acesso a Sala de Arte Sacra (1977)



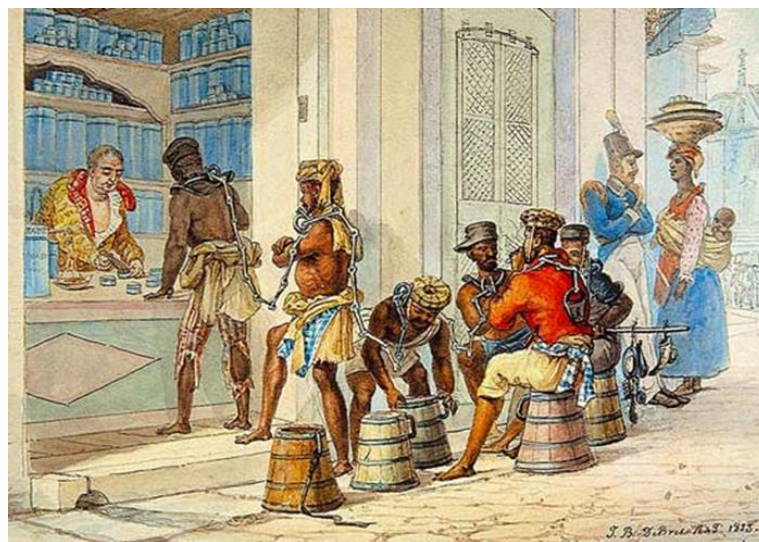
Fonte: Álbum de Inauguração. Acervo Museu do Tropeiro.

Já a *Sala Testemunho de uma Época* passou ao longo do tempo a ser chamada de a *Sala dos Escravos*. Este ambiente apresentava ao fundo uma litografia da aquarela de Debret identificada como *Loja de Rapé*. A imagem representa, portanto, um comércio de tabaco, mas foi selecionada por Newton Carneiro, por exibir homens escravizados presos a correntes pelo pescoço. Esse painel foi escolhido para ilustrar o uso de uma *gargalheira* de ferro com 20 argolas em exposição. O material de divulgação do MT descreveu que esta peça “foi encontrada enterrada” no interior do município de Castro¹⁴⁹. Há registros nas Agendas que este artefato foi solicitado por outros museus para exposições acerca do período da escravidão no Brasil, posto que se trata de um artefato raro por sua extensão e integridade. Além da *gargalheira*, a sala era composta por objetos de cerâmica, como *potes*, *moringas*, *panelas* e *pilões de madeira*, uma reprodução da Lei Áurea e uma imagem da Igreja Matriz, uma vez que esta, assim como grande parte das outras construções datadas do século XVIII e XIX, foram erigidas por mão de obra de negros escravizados. A historiografia regional, por vezes criticada por produzir uma História a serviço das classes dominantes, “subestimando as desigualdades sociais, valorizando o imigrante europeu como o agente modernizador do estado e subjugando o indígena, o negro e o caboclo” (ALMEIDA, 2016, p. 116), não se

¹⁴⁹ Para compreender a questão da mão de obra de escravizados negros em Castro, recomendamos os seguintes trabalhos: MARTINS, Ilton César. **E eu só tenho três casas**: a do senhor, a da cadeia e o cemitério, crime e escravidão na Comarca de Castro (1853-1888). Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em História. Universidade Federal do Paraná, 2011. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/26637>. Acesso em 15 dez.2021; MARTINS, Ilton César. **Veredicto Culpado**: a pena de morte enquanto instrumento de regulação social em Castro-PR (1853-1888). Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, 2005. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/handle/1884/26292> . Acesso em: 15 dez. 2021.

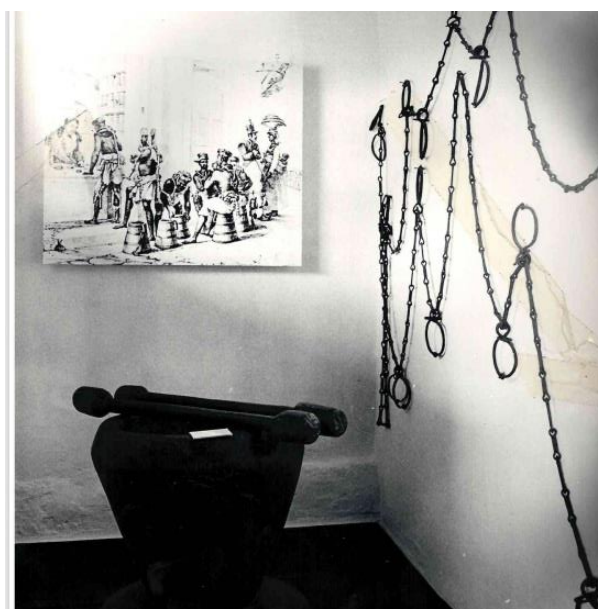
absteve em registrar e produzir reflexões baseadas em estudos demográficos sobre a relação entre atividade pecuária nos Campos Gerais e a mão de obra de escravizados (WESTPHALEN, 1997).

FIGURA 41 – Loja de Rapé J.B. Debret, Rio de Janeiro, 1823



Fonte: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil**. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008. P.190.

FIGURA 42 – Fragmento da *Sala Testemunho de uma Época* (1977)



Fonte: Álbum de Inauguração. Acervo Museu do Tropeiro.

As duas últimas salas eram dedicadas às *Artes Sacras* e desde 1977 expunham peças cedidas em comodato pela Igreja Matriz de Sant’Ana, entre elas as *imagens* da própria padroeira, *paramentos sacerdotais*, *elementos arquitetônicos* oriundos da construção original e demais *objetos litúrgicos*. As fontes indicam uma relação de proximidade entre a Igreja Matriz e o museu, que vai além da imediação espacial, afinal, é preciso lembrar que, devido a configuração administrativa colonial do Brasil, a igreja católica é um dos lugares que concentrava grande parte da documentação oficial, as quais subsidiaram muitas das pesquisas produzidas pelo museu. Além disso, ao longo dos anos as salas foram “recebendo” objetos oriundos de outras igrejas ou capelas, como é o caso, por exemplo, das imagens de Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora do Rosário, ambas provenientes de templos de Castro que foram demolidos (MUSEU DO TROPEIRO, 2001).

FIGURAS 43 e 44 – Fragmentos da *Sala de Arte Sacra* (1977)

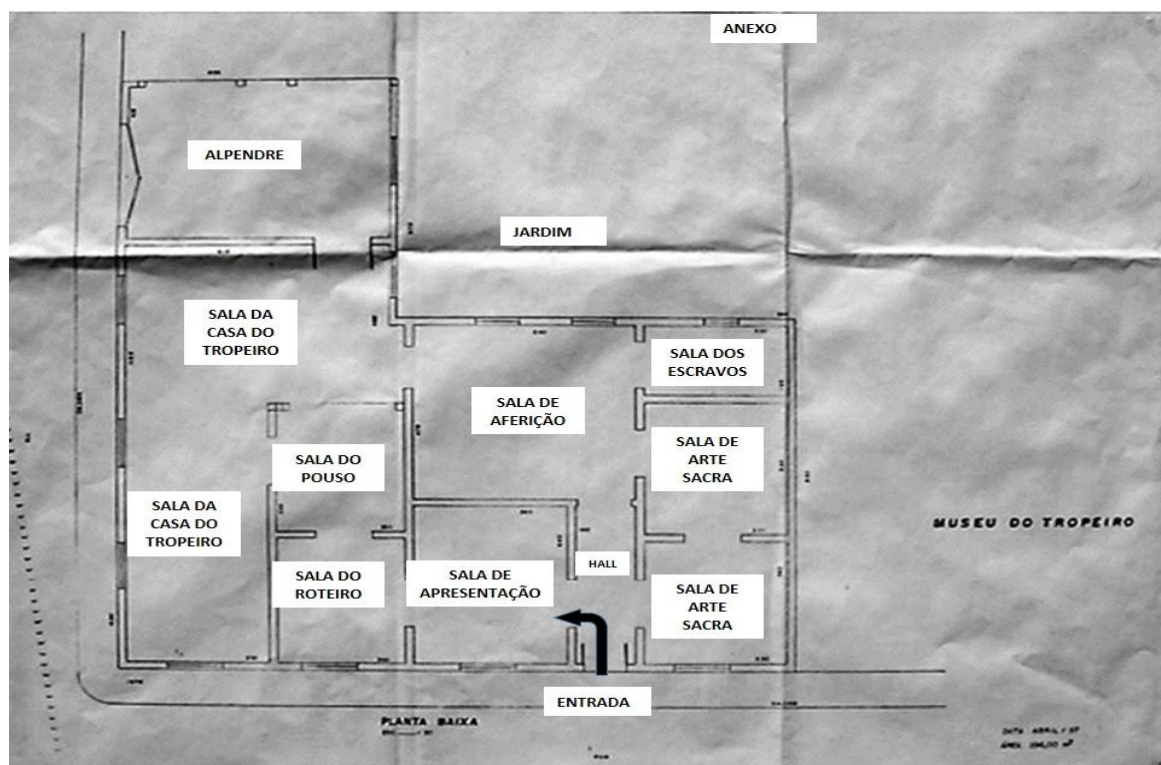


Fonte: Álbum de inauguração. Acervo Museu do Tropeiro.

Saindo da casa, em direção a área externa, há um espaço denominando de *Alpendre*, um ambiente parcialmente aberto, uma espécie de varanda, que acompanha e aproveita um dos beirais da casa. Neste espaço, eram expostos *instrumentos de marcenaria*, *ferramentas*, uma *prensa de seleiro*, *cestos de taquara*, *peneiras* e outros artefatos relacionados aos ofícios

manuals e seus produtos, considerados naquele momento como *artesanatos utilitários*. Notamos que, ao longo do tempo, outras peças que não caberiam no interior da casa foram colocadas neste ambiente, como um *catre* (cama) e um trole (charrete) ou peças repetidas como pilões, cangalhas, “objetos da casa de um tropeiro” (MUSEU DO TROPEIRO, 2001).

FIGURA 45 – Planta baixa do Museu do Tropeiro (1997)



Fonte: Acervo da Secretaria de Estado de Cultura do Paraná, Projeto de Restauro, 2010. Nota: Adaptada pela Autora para melhor visualização.

A instituição organizou e publicou guias com textos explicativos sobre a exposição de longa duração. Vimos nas Agendas que estes textos eram revistos, ampliados e reeditados. Tivemos acesso ao material publicado em 2001. Esse roteiro apresenta comentários sobre cada sala a que nos referimos acima, portanto, trata-se de um documento substancial para compreendermos a comunicação do museu. Vejamos a transcrição de trechos deste livreto:

Sala de Apresentação: quem era o tropeiro?

Bandeirantes e tropeiros eram sertanistas e por esse nome e por sertanejos foram conhecidos. O tropeiro é o patrão, o empresário do transporte, que, por preço combinado carrega suas mulas e se vai pelos caminhos a fora. Eram reconhecidos não só como homens corajosos e experientes, mas também como probos e honrados nos negócios. O tropeiro, pelo seu desempenho na vida econômica e social, deixou na História Pátria um exemplo de heroísmo e dignidade que merece ser melhor conhecido e seguido.

Sala do Roteiro: donde veio o tropeiro?

O Paraná, desde as primeiras décadas da chegada dos portugueses, foi uma grande ponte: passagem de castelhanos para o Atlântico; caminho dos escravizadores de indígenas; invernada de tropas vindas do Rio Grande para as Minas Gerais. Em um ano e dois meses de viagem, Cristóvão Pereira de Abreu passava por Sorocaba. O grande preador de muares nas Campinas do extremo sul retificara o caminho aberto em 1728 por Souza Farias, ligando Araranguá e Laguna aos campos de Lajes e Sorocaba, nele construindo cerca de trezentos pontilhões.

Sala do Pouso: como viveu o tropeiro.

Tão logo organizado o tráfego de tropas de muares, evidenciou-se a necessidade de serem levantadas aqui e acolá, rústicas palhoças, simples coberturas de palha sobre paus-a-pique, sem paredes, para abrigo das cargas e dos homens ao fim das jornadas diárias. Era o pouso. O pouso foi a primeira manifestação de abrigo praticado pela mão do homem, que surgiu nos ermos das travessias, à beira dos caminhos [...].

Enquanto os homens iam derrubando as cargas e os arreios, o cozinheiro da tropa já espontaneamente, preparava café para oferecer aos recém-chegados. Durante a operação de descarregamento, e de arrumação das cargas e dos animais, não havia conversa; as horas passavam e era preciso deixar tudo em perfeita ordem. Terminadas as tarefas, a “confraternização”.

Sala da Casa do Tropeiro

No século XIX, muitos objetos foram trazidos nos lombos das mulas para o uso de José Felix da Silva – Sargento Mor de Castro (1789) e de seu neto Coronel Manoel Inácio do Canto e Silva. Hoje em poder dos seus descendentes.

Sala de Aferição: medidas em tempo de tropeiro

O tropeiro era homem abastado, pois ganhava gordas percentagens sobre as mercadorias que negociava [...]. Já de meia idade, o tropeiro muitas vezes estabelecia com lojas, na rua das tropas, negociava fazendas e gêneros com os tropeiros, sem abandonar os negócios de animais, vendendo, revendendo, assinando letras, fiando, agindo como banqueiro rudimentar.

Sala Testemunho de uma Época

Povo segregado, cuja pigmentação negra foi motivo de exploração, de inquestionáveis e cruéis suplícios dos mais diversos portes e de difícil ressarcimento, quer fosse de ordem moral, corporal ou espiritual, o escravo muito contribuiu para desenvolvimento do tropeirismo, muitas vezes condutor, cozinheiro, arrieiro, vigilante, outras vezes, o homem de confiança.

Sala de Arte Sacra

Da religiosidade do tropeiro é prova o episódio: ao avistar de longe a torre da igreja, o tropeiro parou, tirou o chapéu e rezou alto, a cavalo:

Deus vos salve Casa Santa,

Onde Deus fez morada

Onde estão o cálice bento

E a hóstia consagrada.

Nas velhas igrejas e capelas do interior do país, onde quer que não houvesse os caminhos andantes dos rios, os tropeiros é que levavam até os altares, onde ainda estão em caixões enormes, numas andas chamadas bangué de carga, ou pendentes das cangalhas, se fossem pequenas, as velhas imagens de cedro brasileiro da Bahia e do Rio de Janeiro, ou de castanho do Porto.

(MUSEU DO TROPEIRO, 2001).

Após a leitura deste guia e as observações sobre as peças expostas, podemos propor algumas reflexões retomando o conteúdo do primeiro capítulo. A princípio, “o tropeiro do Museu do Tropeiro” era “o dono da tropa” concordando com as leituras de Sérgio Buarque Holanda (1975) e José Alípio Goulart (1961). Desde a década de 1980 encontram-se na *Sala de Apresentação* dois manequins: um que representa um homem branco e é descrito como “figura do tropeiro com seu traje típico: chapéu, lenço, camisa, bombacha, guaiaca, faca,

arma, bota esporas, poncho e tirador”; e outro que representa um homem negro e é descrito como “arrieiro com canastra” (MUSEU DO TROPEIRO, 2001). Tem ainda a inscrição “Coleções de indumentária existem desde pelo menos o século XVII em museus europeus e são alvo de estudos especializados desde pelo menos o século XVIII, com considerável aumento de publicações a este respeito a partir do século XX” (ANDRADE, 2016, p. 10).

A indumentária do tropeiro foi composta por artefatos originais, já a do arrieiro foi confeccionada por encomenda para compor o cenário. As peças deste último são inspiradas na imagem da publicação *Viagem ao Brasil* do príncipe Maximilian von Wied Neuwied que já vimos quando analisamos a obra de Goulart (Figura 9). Dessa forma, concluímos que essa divisão de funções em uma tropeada na narrativa do museu foi fundamentada, principalmente, na obra *Tropas e tropeiros na formação do Brasil* (1961).

Vimos que Aluísio de Almeida (1971) também faz referência a uma hierarquia de acordo com as atribuições, no entanto, para ele todos seriam considerados tropeiros. Inclusive, o pesquisador de Sorocaba é o único autor, estudado no primeiro capítulo, que faz referência a “escravos tropeiros”. Na exposição a escravidão foi abordada na *Sala Testemunho de uma Época*. Na inscrição do roteiro constava a informação de que as pessoas trazidas do continente africano e seus descendentes, subjugados e comercializados como ferramentas para trabalhos forçados, “contribuíram muito para o desenvolvimento do tropeirismo”, mas não são denominados tropeiros. Pois, como vimos na *Sala da Casa* e na *Sala de Aferição*, para o MT “o tropeiro era homem abastado” que possuía móveis, louças e objetos sofisticados ou produzidos com metais nobres, além de realizar outras atividades econômicas. Todavia, precisamos informar que as aquarelas de Debret, tão caras à exposição no Museu do Tropeiro, que retratam a atividade por meio dos registros da indumentária e da condução de mulas xucras, destacam a presença do homem negro escravizado. Notem que a vestimenta abaixo corresponde a descrição do “traje típico do tropeiro”.

FIGURA 46 - “Escravo negro conduzindo tropas na província do Rio Grande”



Fonte: BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil**. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.

O último texto explicativo do roteiro justificava a existência da *Sala de Arte Sacra* a partir de uma religiosidade católica do tropeiro. A oração citada na apresentação sobre esta sala não apresentou referências, contudo, identificamos que são trechos de tradição oral, cantadas em Folias de Reis. A comunidade católica de Castro realiza a Caravana dos Reis, como é chamada na cidade, desde o final do século XIX. Aliás, em 2002, Judith foi a responsável pela confecção de novas roupas para os reis (AGENDA, 26.mar.2002), indício que explicaria tal oração no roteiro. Por fim, as peças expostas no *alpendre* estão relacionadas, assim como os elementos das outras salas. Contudo, não há qualquer conteúdo explicativo. Na sequência o roteiro repete a longa lista de artefatos expostos, mas agora identificando os nomes de seus respectivos doadores (ANEXO F).

Além dos guias ou catálogos, em uma exposição museológica a identificação individual de cada peça é feita por meio de legendas e sobre elas, em meio às fontes de pesquisa, nos deparamos com um comunicado atribuído a Marcelo Polinari, identificado como historiador da Curadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, atual Coordenação do Patrimônio Cultural. O texto inicia com a seguinte informação: “em 03 de janeiro de 1988 foi publicado, na Gazeta do Povo, o texto denominado *A mantigueira*, aqui distribuído, que discorre sobre a fragmentação do universo documental, possibilitando a criação de monumentos através de plaquinhas a seus pés” (POLINARI, 1988).

Imediatamente, procuramos tal artigo publicado na seção de cultura do jornal *Gazeta do Povo*, editado na capital paranaense¹⁵⁰.

FIGURA 47 - Imagem da exposição do Museu do Tropeiro no artigo *A manteigueira*



Fonte: *Gazeta do Povo*, **A manteigueira**. 3.jan.1988, ano 69, nº 21321. Acervo da Biblioteca Pública do Paraná.

Na imagem acima consta uma fotografia de uma manteigueira e de uma pequena placa com a seguinte legenda: “quando D. Pedro esteve em Castro em 1880, hospedou-se na casa de João Duarte de Camargo e fez uso desta manteigueira que fazia parte do jogo de café usado por ele”. Pois bem, o artigo que acompanha a imagem é assinado por Marcelo Polinari e Aimoré Índio do Brasil Arantes, ambos historiadores do corpo técnico do setor de patrimônio histórico e artístico da então Secretaria de Educação e Cultura do estado do Paraná. No texto publicado no jornal, os autores comentaram que “em viagens realizadas por vários municípios paranaenses”, visitaram “grande número de pessoas e entidades ligadas ao preservacionismo”, e neste processo, ao visitar “um museu temático”, notaram a presença de uma “manteigueira em meio a vários objetos”. Os profissionais não identificaram o nome deste museu, mas, escreveram que estavam expostos também “celas (sic), armas, relógios e máquinas”. E propuseram, a partir de então, uma série de questionamentos a respeito da exposição, como: “quais informações fornecem ao conjunto, para entender o modo de vida de uma época? Esses objetos, em um abrir e fechar de olhos, fornecem o panorama do viver de uma determinada época? Que segmentos sociais esses objetos abrangem?” (ARANTES, POLINARI, 1988, n.p.).

¹⁵⁰ ARANTES, Aimoré Índio do Brasil; POLINARI, Marcelo. *Gazeta do Povo*, 03.jan.1988, ano 69, nº 21321.

É claro que o “museu da manteigueira”, fruto dessa reflexão, é o Museu do Tropeiro. Aliás, apuramos que a doação, do dito equipamento doméstico, foi registrada no segundo ano de funcionamento da instituição (AGENDA, 10.fev.1978), justamente acompanhada desta informação peculiar sobre o suposto uso.

Na sequência, os autores responderam suas reflexões e discorreram críticas acerca da exposição do MT, vejamos suas avaliações:

E a resposta que sobressai é que a manteigueira não passa de uma manteigueira, um fragmento perdido em meio a vários fragmentos desconexos no conjunto. Na verdade, o que lhe dá algum sentido é a plaquinha nela fixada. Na construção de uma memória que legitima a hegemonia das elites, a fragmentação do conjunto do que é preservado funciona como um catalizador que seleciona o que deve e o que não deve passar para a memória histórica (ARANTES, POLINARI, 1988, np).

Assim, a partir da ponderação sobre a manteigueira, Arantes e Polinari questionaram a aparente falta de informação acerca dos contrastes e dos conflitos sociais que “constroem a história”. Encaminharam a conclusão do texto para a explicação de que um objeto isolado em um museu passa apenas uma visão parcial da sociedade em que foi produzida ou usufruída e que, na verdade, o patrimônio deveria ser tratado como fonte histórica, localizado no tempo e no espaço. Pois, segundo os autores, “uma fonte não pode ser tratada em separado sem considerar o universo do qual ela faz parte” (ARANTES, POLINARI, 1988, n.p.). Por fim, reiteraram que, “uma manteigueira isolada num museu ou uma edificação das antigas elites em meio a prédios modernos, filtram a memória histórica, deixando passar uma visão harmoniosa da vida social. Essa seleção, então, deixa veicular valores estéticos e outros, dessa elite, em detrimento dos valores das outras classes” (ARANTES, POLINARI, 1988, n.p.).

Infelizmente não encontramos indícios acerca da avaliação de Judith ou do conselho do MT sobre estas críticas, no entanto, podemos informar que, no roteiro da exposição apresentado acima, não há qualquer menção a manteigueira, inclusive ela não está relacionada especificamente na listagem das peças, e não há a informação sobre sua relação com a passagem de D. Pedro II pelo município de Castro. O que nos leva a depreender que após a veiculação desse artigo a legenda foi retirada da exposição.

O outro texto assinado somente por Polinari e que nos alertou a respeito da existência desse artigo é ainda mais enfático. Trata-se de relevante fonte para nossa análise, uma vez que concerne em uma perspectiva externa a respeito do museu e da sua exposição. O historiador, por meio de uma análise crítica e técnica, explicou que:

(...) questionar a manteigueira disposta em meio a selas, facas e pistolas num museu que, sem plaquinhas, não passaria de um depósito de velharias desconexas, é questionar o que é monumento, museu, fonte para a história, fato histórico e patrimônio” (POLINARI, 1988, n.p.).

É interessante perceber que Polinari não utiliza o termo *patrimônio cultural* em nenhum momento e sim a expressão *patrimônio social*, fato que, somados a outros indícios, como a menção a *lutas de classes* e ao conceito de *hegemonia*, apontam que suas leituras dialogam com a teoria marxista. Além disso, o texto foi produzido no final da década de 1980, período em que a historiografia brasileira estreitou relações com o marxismo e a História Social teve grande expansão na Academia (MALERBA, 2009).

Na visão deste historiador, “as plaquinhas serviam para ordenar o caos”, uma ordenação que estava assistindo a determinados interesses. “Por que a manteigueira tocada por D. Pedro II é um monumento e o barraco do favelado não o é, ou a gruta de orações?” (POLINARI, 1988, n.p.). Manifestadamente, além das críticas em relação a expografia, o questionamento do técnico do órgão responsável pela proteção do patrimônio cultural do Paraná é sobre quais memórias e quais histórias estavam sendo preservadas e comunicadas, não só no Museu do Tropeiro, mas também por outros órgãos do estado. Melhor dizendo, quais memórias e histórias estavam sendo silenciadas ou esquecidas por estes mesmos espaços.

Analisando toda a crítica exposta neste documento, entendemos que o que mais lhe causou incomodo no Museu do Tropeiro, e em outras instituições que o servidor acompanhou durante quatro anos, foi a ausência de contextualização, pois, para ele, “o historiador sabe que não vai recuperar todas as vivências de todos os tempos e, isso não lhe causa neuroses. Mas, ele sabe que pode e deve contextualizar um objeto com sua especificidade sócio temporal” (POLINARI, 1988, n.p.). Por fim, Polinari sintetizou suas provocações no seguinte parágrafo:

As consequências disso, são que não se pode mais haver manteigueiras ao lado de espadas, revólveres, máquinas de escrever sob uma placa onde se lê museu; a menos que tenham algo em comum que ligue esses objetos além de sua antiguidade ou seja, a menos que haja uma ligação temática entre estes objetos. A placa museu deve dispensar plaquinhas que deem lógica ao caos. Patrimônio social, história, museus não podem mais ser depósitos de velharias e curiosidades, mas trincheiras de resistência cultural. Manteigueiras fazem parte de um modo de vida registrado num conjunto de objetos característicos de um grupo social e uma manteigueira isolada não dá conta desse registro, além de se poder dizer o que quiser dela, pois não fala e não tem contraponto crítico além de selas e pistolas (POLINARI, 1988, n.p.).

Entendemos que o historiador fez uso da análise da “manteigueira tocada por D. Pedro II” como um recurso para refletir acerca dos *lugares de memórias* instituídos no Paraná com o

objetivo de promover reflexões enquanto órgão “responsável” pelas políticas públicas de patrimônio cultural. Certamente, caso o(a) leitor(a) já tenha visitado um museu histórico municipal, principalmente os localizados em cidades do interior, conseguirá visualizar a cena descrita na citação acima “manteigueiras ao lado de espadas, revólveres e máquinas de escrever”. As provocações sobre um suposto caos, bem como sobre a sacralização de determinados objetos que aparentemente, por si só, não revelam conflitos ou contradições, sugerem que estes museus deveriam rever suas narrativas expositivas, evitando a comunicação unilateral. Portanto, a proposta do corpo técnico dialoga com as discussões do campo da museologia daquele mesmo período. Todavia, novamente os vestígios indicam pontos de descompasso entre o fazer museal e a museologia, bem como entre as narrativas de um museu histórico e a historiografia enquanto campo do conhecimento.

Contudo, o processo de investigação nos levou ao entendimento de que a exposição de longa duração do Museu do Tropeiro não deveria ser reduzida “a manteigueira”, em razão das complexidades que já apontamos até o momento. Afinal, a cultura material relacionada à temática proposta é bastante diversificada. A atividade pecuária é composta por diversos objetos bem específicos como: freios, selas, pelegos, estribos, coxonilhos, chicotes, esporas; objetos de carga, como bruacas, canastras, cangalhas, jacás; objetos de indumentária, como chapéus, botas, ponchos; objetos de uso nos pousos, bancos, caldeirões, chocolateiras, talheres; objetos de uso pessoal, garruchas, facas, punhais, bengalas; entre outros artefatos que estão relacionados diretamente ao trabalho, à viagem e ao comércio de animais. Outro ponto que deve ser observado é que, em razão de ser a única instituição museológica pública do município, o museu acabou ultrapassando a temática, ou então, adaptando suas configurações, para a quase compulsória ampliação do acervo com móveis, objetos de arte sacra, utensílios domésticos, objetos de arqueologia, moedas, cédulas, fotografias, obras de arte, livros e documentos.

Com essa expansão foi possível, no ano de 2004, criar uma outra exposição de longa duração, em outro imóvel, denominada Casa da Sinhara. Assim, os objetos classificados como equipamentos domésticos, móveis e demais artefatos associados ao gênero feminino foram transferidos para essa nova exposição sobre a qual veremos a seguir.

4.2. Casa de Sinhara: o Museu do Tropeiro em outro espaço

Retratamos nesta exposição uma época em que era atribuída ao homem a autoridade sobre a família, os escravos, os bens. Às mulheres cabiam os cuidados com os filhos, a organização do lar, o devotamento religioso. Assim foi historiograficamente

descrita por quase todo o século XX a sociedade colonial e imperial brasileira. Os estudos mais recentes mostram, no entanto, que, quer fosse baronesa ou escrava, a mulher desempenhou discreta e veladamente um papel d extrema importância na consolidação de nossas relações culturais e sociais. Para além da submissão reinante, houve mulheres em quem explodiu uma grande energia social, e não simplesmente doméstica. Energia para chefiar, para dirigir. Não foram poucas as viúvas que administraram sozinhas suas fazendas, andando a cavalo, dando ordens aos escravos, cuidando das plantações e do gado [...]. Gentis, afáveis, enérgicas, corajosas. Mulheres de personalidade singular, formada ao longo da história de suas vidas. A todas essas mulheres magnificas a Casa de Sinhara presta homenagem, como forma de relembrar suas graciosas presenças, tão importantes e significativas para as origens de Castro (MUSEU DO TROPEIRO, 2004, n.p.)

A exposição Casa de Sinhara, atualmente (2022) consta no Cadastro Nacional de Museus do IBRAM como uma seccional do Museu do Tropeiro. Essa definição foi baseada na Lei nº 11.904 de 2009, que instituiu o Estatuto de Museus no Brasil e que prevê a existência de filiais, seccionais, núcleos ou anexos de instituições museais. Segundo essa legislação seccional é “a parte diferenciada de um museu que, com a finalidade de executar seu plano museológico, ocupa um imóvel independente da sede principal” (BRASIL, 2009, n.p). Quando a exposição foi executada não havia IBRAM, muito menos se cogitava um plano museológico para o Museu do Tropeiro, no entanto, veremos que essa acepção reflete o que este espaço acabou se tornando para a instituição¹⁵¹.

A primeira anotação sobre a questão das mulheres na exposição do museu é de 24 de setembro de 1995 quando encontramos o registro sobre a preparação de um manequim feminino que foi vestido com roupas do final do século XIX e início do XX doadas por Jussara Bittencourt (AGENDA, 24.set.1995). Este manequim, a partir de então, passou a integrar a *Sala da Casa do Tropeiro*, e foi identificada no roteiro como “figura da mulher do tropeiro, sentada na cadeira de balanço” (MUSEU DO TROPEIRO, 2001, n.p.). Com a ampliação do acervo, desde janeiro de 2001, estava sendo planejada uma ampliação do espaço expositivo do museu. O então Governador Jaime Lerner, em visita a Castro, prometeu à Judith que iria verificar a possibilidade de aquisição de um novo imóvel (AGENDA, 19.jan.2001).

Assim como em 1976, os primeiros passos do novo projeto também foram registrados em um pequeno caderno, agora de capa dura na cor azul. Em maio de 2003, Amélia Podolan

¹⁵¹ Plano museológico é uma ferramenta de gestão que foi instituída também pela Lei nº 11.904/2009 e regulamentada pelo Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013. “O Plano Museológico é o principal instrumento para a compreensão das funções dos museus. Por meio do planejamento institucional, é possível definir prioridades, indicar os caminhos a serem tomados, acompanhar as ações e avaliar o cumprimento dos objetivos. É a partir dele que as ações administrativas, técnicas e políticas são sistematizadas tanto no âmbito interno, quanto na sua atuação externa” (IBRAM, 2016, p. 03).

Flugel escreveu na primeira página: “servirá este livro para relacionar as peças que serão destinadas ao acervo do *Museu da Casa Castrense* e descrever as ações efetuadas em prol da sua fundação” (DIÁRIO, 2003, n.p.).

A partir de então, foram produzidos pequenos relatórios sobre a constituição do que ainda estava sendo chamado de *Museu da Casa Castrense* ou *Casa da Memória de Castro* (as duas denominações estavam sendo avaliadas). Vimos que esta era uma demanda constantemente presente nas pautas das reuniões da Associação de Amigos do Museu do Tropeiro, desde os primeiros anos de sua fundação, no início da década de 1990 (AAMT, 12.jun.1994). Em 02 de junho de 2003, o então Prefeito, o médico Reinaldo Cardoso, comunicou a senhora Judith que estava em negociação com José Avi Rodrigues, proprietário da casa nº 06 da Praça Getúlio Vargas, para a instalação desse novo museu (DIÁRIO, 02.jun.2003). O imóvel consta no rol das edificações protegidas por tombamento estadual desde a década de 1980. Já observamos também que foi Judith, através do Museu do Tropeiro, que intermediou as negociações para o tombamento.

Logo em seguida a equipe do museu teve acesso às chaves e à casa, constatando que o imóvel necessitava de reparos no telhado e dedetização. Mais uma vez, coube ao museu entrar em contato com a CPC e intervir em prol do restauro e da manutenção de um patrimônio cultural edificado do município (DIÁRIO, 17.jun.2003). No entanto, Judith considerou a casa nº6 “pequena” e que não comportaria o que ela tinha planejado para a Casa da Memória de Castro. A Prefeitura Municipal, por meio do Secretário de Educação e Cultura, Ronie Cardoso Filho, estudavam a desapropriação de um outro imóvel, a casa nº 9 da Praça Manoel Ribas (este sem proteção legal de tombamento). Assim, *a priori* ficou decidido que a Casa da Memória aguardaria a desapropriação deste último e no imóvel nº 6 seria criado o Museu da Casa Castrense (DIÁRIO, 02.jul.2003).

Durante esse processo de planejamento, Judith e Léa Maria foram a Curitiba para conversar com a então Diretora do Museu Paranaense, Eliana Reboli, sobre a possibilidade de conseguir retratos de castrenses “ilustres”, todos do gênero masculino (DIÁRIO, 22.jul.2003)¹⁵². Ainda neste propósito, Judith entrou em contato com José La Pastina Filho “para discutir a possibilidade de reaver as peças castrenses que faziam parte do acervo do colecionador David Carneiro”, no entanto, o então Superintendente do IPHAN no Paraná,

¹⁵² “Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Dr. Francisco Xavier da Silva, Bonifácio José Baptista, Bento Mossurunga, Manoel Inácio do Canto e Silva e outros. Foram recebidas com atenção e disposição de auxílio por parte da Sra. Eliana Reboli” (DIÁRIO, 22.jul.2003).

informou que a coleção estava *sub judice*, portanto, não poderia dar qualquer garantia ou definição naquele momento (DIÁRIO, 31.jul.2003)¹⁵³.

Voltando para Castro, Judith começou a visitar e a solicitar aos familiares e amigos objetos pertencentes ao século XIX, bem como das três primeiras décadas do século XX, para compor os ambientes do Museu da Casa Castrense. Há anotações sobre as primeiras peças, doadores e origens. Trata-se principalmente de móveis e louças. Além disso, também foram registrados os bens culturais que seriam transferidos do Museu do Tropeiro para o “novo museu”, basicamente utensílios de uso doméstico (DIÁRIO, 14.agosto.2003).

Apenas em outubro de 2003 é que apareceu a primeira referência de recorte temático de gênero. Nos parece que a motivação inicial foi justamente o pouco espaço do imóvel que naquele momento estava disponível. Sendo assim, o tema Casa Castrense foi remodelado para Casa de Sinhara. Imediatamente, o eixo do projeto foi redirecionado para a coleta, conservação, pesquisa e exposição de objetos relacionados ao gênero feminino e em novembro de 2003 esse apelo foi distribuído para a comunidade castrense.

Mulheres Castrenses e seu Lugar na História

Como extensão do Museu do Tropeiro, estamos organizando a “Casa de Sinhara”, que funcionará na casa nº 6 da Praça Getúlio Vargas, a partir de 2004. Neste novo espaço, pretendemos perpetuar o nome das mulheres castrenses, alicerces das nossas famílias antepassadas.

Foram essas mulheres as mães amorosas, as esposas dedicadas, que no seu trabalho silencioso e anônimo contribuíram para engrandecer seus filhos e maridos. Foram elas as viúvas abnegadas ou as heroínas solitárias que dedicaram as suas vidas a ser o amparo forte dos enfermos, dos pobres e dos aflitos. Foram mulheres de fibra e coragem, a quem Castro muito deve.

Prestarão justa homenagem às suas mães, avós e bisavós, aqueles que doarem à “Casa de Sinhara” objetos, móveis, retratos antigos com molduras, louças e cristais e prataria que foram de uso dessas mulheres. As peças, juntamente com as suas informações, deverão ser cadastradas no Museu do Tropeiro, situado à praça Getúlio Vargas, nº 11, das 09:00h as 11:30h e das 14:00h as 16:30h, de terça a sexta feira.

Contamos com o alto espírito de compreensão de todos os castrenses para levar às gerações futuras o orgulho e o respeito a essas magníficas mulheres.

Atenciosamente

Direção do Museu do Tropeiro (DIÁRIO, nov.2003).

¹⁵³ Como informamos anteriormente no ano de 2004 a coleção foi adquirida pelo estado do Paraná e encontra-se no Museu Paranaense. Entre as peças de interesse de Judith estavam principalmente aquelas relacionadas ao Sargento-Mor José Felix da Silva que foi o primeiro juiz ordinário após a ereção da Vila Nova de Castro, em 1789, e os objetos pertencentes a sua esposa Onistarda Maria do Rosário. No Diário, há o registro sobre a solicitação da tela “Guardamento do Sargento Mor José Felix da Silva” de autoria de Theodoro de Bona. Esta tela retrata uma cena do livro *Drama da Fazenda Fortaleza* quando Onistarda teria cuspidido no rosto do esposo durante o velório dele. As informações sobre essa coleção podem ser consultadas no portal do banco de dados dos museus do Paraná. Disponível em: <http://www.memoria.pr.gov.br/biblioteca/index.php>. Acesso em: 14.dez.2021.

Segundo as anotações do Diário da Casa de Sinhara, este texto foi distribuído em formato de panfleto e publicado na imprensa local. O Museu do Tropeiro recebeu, a partir de então, doações e muitas peças por empréstimos. E no dia 20 de janeiro de 2004 foi inaugurada a exposição que ficou aberta à visitação até o dia 31 de março. Portanto, uma mostra de curta duração, aproximadamente três meses.

Confrontando os documentos, percebemos que esta exposição fora motivada, principalmente, pelas comemorações em decorrência da efeméride dos 300 anos da concessão da primeira sesmaria na região (1704-2004), e por essa razão foi pensada como um evento pontual e efêmero. Ademais, havia uma promessa por parte do poder executivo de que em algum momento haveria a desapropriação de um imóvel para a criação de uma outra instituição museológica capaz de acolher “as manteigueiras” que estariam isoladas ou descontextualizadas em meio a selas, armas e demais objetos rústicos referentes a acampamentos. No entanto, recorrendo a expressão de Gonçalves (2005, p. 19) a exposição Casa de Sinhara “encontrou *ressonância* junto ao público” e graças ao sucesso e apelo da comunidade, poucos meses depois, o projeto foi retomado e a exposição foi reaberta em agosto de 2004 sem prazo para encerramento (DIÁRIO, 26.ago.2003). Assim, a Casa de Sinhara foi mantida naquele imóvel, uma das casas mais antigas do perímetro urbano do município, em um terreno de esquina na frente da Igreja Matriz de Sant’Ana, exatamente na direção oposta à sede do Museu do Tropeiro que fica localizada atrás da mesma igreja. O imóvel continuou sendo de natureza privada, portanto, a Prefeitura Municipal estabeleceu um contrato de aluguel para uso da edificação¹⁵⁴.

A despeito das discussões e intenções de se criar uma instituição museológica, a Casa da Memória ou o Museu da Casa Castrense, efetivamente o que ocorreu foi a concepção de uma nova exposição diretamente relacionada e subordinada ao Museu Tropeiro, sendo tratada e referenciada como um anexo dele, embora ocupasse outro endereço. Ambos sob a coordenação de Judith. O imóvel que ficou conhecido pela alcunha de Casa de Sinhara, mesmo após a recente transferência da exposição, ocupa toda a extensão de um terreno situado entre as ruas Dr. Francisco Xavier da Silva e José Carneiro e segundo os arquivos da CPC e da Secretaria de Estado da Cultura do Paraná é do fim do século XIX.

¹⁵⁴ A exposição permaneceu neste imóvel até o ano de 2014, quando foi devolvido para o proprietário. A exposição Casa de Sinhara foi então transferida para outro imóvel, também nas imediações da Praça Sant’Ana do Iapó, mas agora de propriedade do município (casa nº 51, cuja última proprietária foi a professora Mariinha Macedo). Apuramos que em 2020 o poder executivo desapropriou e adquiriu o imóvel original (a casa nº6) que atualmente aguarda projeto de restauro.

Construído em alvenaria de pedra e taipa, seus elementos confirmam o partido adotado pela arquitetura de transição entre o colonial e o neoclássico. A casa sofreu várias intervenções, as quais, entretanto, não a descaracterizaram: ampliação para instalação de banheiros e um quarto, fechamentos de alguns vãos e substituição do telhado original por outro, de telhas francesas. As esquadrias, internas e externas, a maior parte do forro e o piso são, ainda, originais (PARANÁ, 2006, p. 68).

FIGURA 48 – Casa nº 6 da Praça Sant’Ana do Iapó



Fonte: ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, **Judith**. Castro: Gráfica Kugler, 2013. p. 67.

FIGURA 49 – Casa de Sinhara – Sala de jantar (2004)



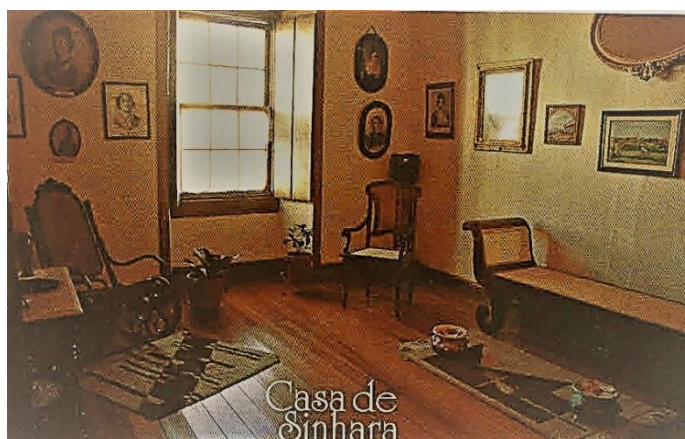
Fonte: ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO, **Judith**. Castro: Gráfica Kugler, 2013, p. 67.

A exposição foi planejada como uma reconstituição de um ambiente doméstico, por meio da concepção de um cenário com sala de estar, sala de jantar, cozinha, quarto do casal, quarto dos filhos, alcova e oratório. O livreto de apresentação é um documento que explicita a lógica da narrativa proposta: “os móveis eram arrumados ao gosto das senhoras, prevalecendo a simetria na sala de visitas: o sofá no meio, de cada lado uma cadeira de braço, em seguida

várias cadeiras austríacas com os encostos enfeitados de rendas” (MUSEU DO TROPEIRO, 2004, n.p.).

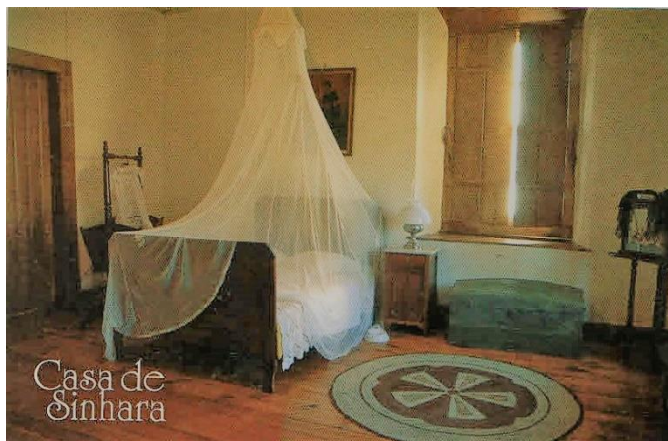
O texto descreveu o que o visitante encontraria naquele espaço, como a decoração com vasos, relógios, gravuras, espelhos e castiçais, além daqueles móveis, louças e demais artefatos domésticos que, até aquele momento, estavam expostos da *Sala Casa do Tropeiro* e foram transferidos para a nova exposição. O documento buscou estabelecer a relação entre os dois espaços, registrando que “alguns destes móveis eram fabricados no Brasil e outros na Europa, porém todos transportados pelos tropeiros em lombo de mulas” (MUSEU DO TROPEIRO, 2004, n.p.), destacando a Feira de Sorocaba como “um centro de comércio onde se adquiriam as melhores louças, panos, móveis e até pianos que ornamentavam as casas castrenses” (MUSEU DO TROPEIRO, 2004, n.p.). Enumeram-se ainda os detalhes como a *mesa de madeira maciça com gavetas*, os *armários envidraçados* para a louça, *pratos de porcelana azul e branca* vindos da China, *aparelhos de chá, colheres e garfos de prata, travessas, pratos para doce, copos de vidro e cálices*. Nos quartos e alcovas, o destaque são as *camas com colchões e travesseiros de lã* e “lençóis excelentes, sendo que as camas mais ricas ostentavam colchas da Índia ou da China” (MUSEU DO TROPEIRO, 2004, n.p.). O uso dos *mosqueteiros*, das *arcas e baús* e o “*lavatório com jarra e bacia de louça ou prata* compunham o conjunto do quarto” (MUSEU DO TROPEIRO, 2004, n.p.). A apresentação foi finalizada com a afirmação de que todos esses objetos e cômodos eram ornamentados “ao gosto feminino, zeloso nos detalhes que tornavam o lar mais acolhedor”, características essas que teriam sido passadas de geração em geração, fazendo “com que este precioso acervo doméstico felizmente chegasse até nós e pudesse nos mostrar como se vivia em Casa de Sinhara” (MUSEU DO TROPEIRO, 2004, n.p.).

FIGURA 50 – Casa de Sinhara - Sala de estar (2004)



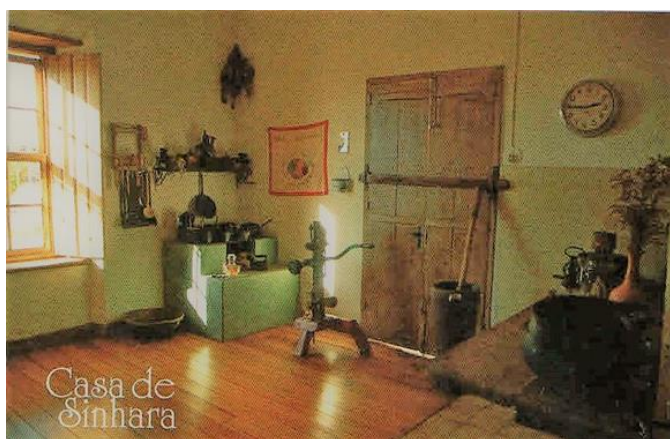
Fonte: Cartão Postal. Castro. 2004. Acervo Museu do Tropeiro.

FIGURA 51 – Casa de Sinhara – Quarto do casal (2004)



Fonte: Cartão Postal. Castro, 2004. Acervo do Museu do Tropeiro.

FIGURA 52 – Casa de Sinhara – Cozinha (2004)



Fonte: Cartão Postal. Castro, 2004. Acervo do Museu do Tropeiro.

A historiadora Vania Carneiro de Carvalho (2008) é autora de uma obra fundamental, importante para auxiliar nas reflexões acerca da Casa de Sinhara. Em seu livro *Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material - São Paulo, 1870-1920*, resultado de sua tese de doutorado, Carvalho abordou a aproximação entre a cultura material relacionada ao ambiente doméstico com o gênero feminino, ou melhor, a historicidade desse processo. A autora refletiu sobre como tudo que diz respeito à ordem masculina faz parte do universo que é exterior ao lar, ou seja, ao universo do trabalho realizado fora de casa. A partir do estudo do acervo do Museu Paulista, percebemos que alguns artefatos, como as canetas, por exemplo, estão relacionados, quase sempre, ao gênero masculino e momentos solenes em que teriam sido utilizadas. No entanto, canetas são objetos que também poderiam ter sido manipulados por mulheres, afinal, aquelas que eram alfabetizadas (e de elite) possuíam o

hábito de escrever e a comunicação por correspondências fazia parte do cotidiano destas mulheres.

Carvalho demonstra que, historicamente, a cultura material relacionada às mulheres em museus está diretamente vinculada ao ambiente doméstico. As noções de “felicidade, harmonia e mulher foram construídas a partir de uma relação com a beleza e conforto do lar” (CARVALHO, 2008, p. 293). Essas noções são prontamente perceptíveis na publicação que acabamos de referenciar, como na própria essência da proposta de uma “Casa de Sinhara”.

As referências bibliográficas que identificamos no material produzido para esta exposição são, principalmente, as publicações com os relatos de viajantes como Saint-Hilaire (1820) e Thomas Bigg Wither (1874). Foram consultadas as impressões sobre as posturas e os comportamentos das mulheres e as descrições acerca dos equipamentos domésticos.

Sinhara é uma variação do pronome senhora, termo utilizado na região dos Campos Gerais. Saint-Hilaire, quando passou pela Fazenda Carambeí, registrou que “levava uma carta de recomendação para o seu proprietário, mas como ele estava ausente mandou entregar a carta à sua mulher” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 57). Essa mulher era Francisca de Paula Lima, conhecida por *Sinhara de Carambeí*, que segundo o viajante tinha “boas maneiras e uma conversa muito agradável”. “Essas senhoras me serviram chá e eu voltei ao meu trabalho, depois de passar umas duas horas em sua companhia” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 58). O marido em questão era o tropeiro Francisco Teixeira de Azevedo. Esse é um ponto deveras interessante para a narrativa do museu, uma vez que Saint-Hilaire anota, reiteradamente, em seus relatos sobre os Campos Gerais, a ausência dos homens em suas propriedades. Enquanto esses homens estavam em viagem para o sul ou Sorocaba, as mulheres ficavam “tomando conta” dos negócios. O viajante chega a propor uma comparação com as mulheres que conheceu em Minas Gerais, dizendo que estas ficavam comumente constrangidas na presença de estranhos, enquanto que “é raro que as damas dos Campos Gerais se escondam à aproximação dos homens, elas recebem os seus hóspedes com uma cortesia simples e graciosa, são amáveis e, embora destituídas da mais rudimentar instrução, sabem tornar cheia de encantos a sua conversa” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 18).

Ainda antes de chegar na região do Carambeí, Saint-Hilaire pede abrigo em uma “fazendola chamada Guartela”. Novamente encontramos o mesmo registro: “a dona da propriedade, cujo marido estava ausente, consentiu gentilmente que eu me hospedasse em sua casa, cedendo-me não só a sala, como um quarto e cozinha” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 47). O marido estava ausente, mesmo assim ele fora recebido, aliás fora bem recebido:

(...) quando cheguei, ela mandou servir-me o mate, uma bebida forte muito usada na região, e embora eu não fosse recomendado por ninguém ela mandou servir jantar para mim e o meu pessoal. Se os habitantes dos Campos Gerais não têm a mesma inteligência dos mineiros, por outro lado são tão hospitaleiros quanto eles” (SAINT-HILAIRE, 1995, p. 47).

Portanto, argumentos que corroboraram para a proposta de uma exposição voltada ao gênero feminino.

Percebemos que a ampliação do acervo do Museu do Tropeiro com objetos do cotidiano doméstico sobreveio de forma relativamente orgânica, consequência de sua posição de única instituição museológica da cidade. No entanto, a partir do interesse em se manter um museu temático, a narrativa da nova exposição moldou-se às necessidades e inclinações daquele momento, dado que um novo museu não foi viabilizado. Outrossim, conforme concluiu Carvalho (2008), a associação entre o “feminino” e o “lar” e entre a “estética doméstica” e a “dona de casa” é uma concepção onde a “imposição de trabalho mostra-se a uma suposta obtenção de prazer pessoal” (CARVALHO, 2008, p. 275). Fato que explicaria a posição de que uma exposição de um “belo ou harmonioso” ambiente doméstico coincidiria com uma homenagem às mulheres dos tropeiros ou às mulheres castrenses de modo geral. Ademais, compunham a exposição diversas imagens, fotografias e telas retratando mulheres castrenses, nomeando-as, assim como no trecho abaixo:

Belo exemplo foi a castrense Ana Estevão Carneiro, que viúva aos 39 anos e com seis filhos menores (de 14 a 22 dias), assumiu em 1843, o cuidado dos negócios de tropa, os campos de Jaguariaíva, as fazendas do Curralinho, do Vorá e de São Tomé, numerosos animais, casa na Vila de Castro, além de 53 escravos. Administrou prosperamente todo o patrimônio seu e de seus filhos, comprando ainda mais terras em seguida [...]. Muito boas, muito generosas, muito devotas, preocuparam-se sempre com as boas obras, como fez D. Mariana Marques Madureira, que nas festas do Divino Espírito Santo liderava os pedidos de esmolas para a obra da Capela de Nossa Senhora da Conceição. Ao falecer deixou certa importância de sua fortuna para a construção de um hospital de caridade, o restante de seus bens para os criados Jacinta e Candinho e para os castrenses o exemplo de solidariedade humana. Houve ainda as figuras femininas que representam o modelo de mãe de família, preocupando-se zelosamente com a educação dos filhos e a administração de sua casa. Levantar-se de madrugada, fazer o fogo na cozinha, ver partir a lenha, matar a galinha mais gorda para o almoço, ensinar as filhas a remendar, cerzir, bordar, alinhar a roupa da casa e ainda fabricar o sabão, a vela, o licor doce, faziam parte da faina diária dessas mulheres incansáveis, que com fibra e ternura tornavam-se o cerne de suas famílias. Assim era D. Conceição Carneiro de Mello. Era a mãe amorosa de dezesseis filhos; era a esposa dedicada que cuidava da Casa Esperança e hospedava gentilmente aqueles que procuravam o Prefeito Vespasiano em sua casa e não na Prefeitura. Era mão solícita que cozinhava refeições para toda a vizinhança quando a epidemia de tifo preto assolou a cidade. Era a alma devota que fazia doces para serem distribuídos às crianças nas festas do Divino e de Sant’Ana. Outras chamavam atenção pela distinção, como Francisca de Paula Lima, a Sinhara do Carambéi, descrita pelo viajante Auguste de Saint-Hilaire em 1820, como muito bonita, de muito boas maneiras e de conversa agradável. A ele pareceu encantador conversar com mulher tão decente e amável. Tão valorosas quanto estas, foram as

inúmeras lavadeiras e cozinheiras que com seu trabalho anônimo contribuíram para engrandecer as famílias a quem serviam e ainda valentemente criaram as suas próprias forjando no seu exemplo muita gente de bem. (MUSEU DO TROPEIRO, 2004, n.p.).

Consideramos que o texto acima enfatiza o viés do labor feminino, seja na administração dos negócios na ausência do homem, na beneficência, na criação dos filhos e nos serviços domésticos. Talvez ainda seja preciso enfatizar que o cotidiano doméstico é um cotidiano de muito trabalho, ainda mais quando nos referimos aos séculos XIX e início do XX, com poucos produtos industrializados ou manufaturados à disposição. Entendemos que as descrições acima privilegiam as mulheres de posses, e que muitos dos artefatos enumerados e expostos naquela casa não estavam presentes em todas as residências. Trata-se, em sua maioria, de objetos que representam uma elite que conseguiu adquirir, conservar e transmitir bens para seus descendentes. Porém, já vimos que essa não é uma demanda exclusiva do Museu do Tropeiro ou de sua exposição Casa de Sinhara, afinal, parafraseando Chagas (2002), além do caráter celebrativo, a íntima afinidade entre museus históricos e elites poderia ser apontada como o “pecado original” destas instituições.

Retomamos aqui novamente o questionamento acerca de qual memória estaria sendo preservada, estudada e comunicada por este *lugar*. Se o Museu do Tropeiro foi concebido enquanto um *lugar da memória* para o tropeiro Barão, logo a Casa de Sinhara representaria às Baronesas e suas descendentes. Todavia, assim como na atividade tropeira, não se pode falar em trabalho sem mencionar mão de obra. Por mais, que se queira exaltar ou celebrar uma determinada classe social, nos parece que tanto os bens culturais, quanto a documentação consultada para as pesquisas, impõem a presença dos demais sujeitos nas narrativas dos catálogos, guias e na própria exposição.

A mulher no contexto do tropeirismo foi um dos temas de discussão durante o I Seminário do Tropeirismo realizado no mesmo ano de inauguração da Casa de Sinhara. Passemos agora para este que foi um evento voltado para a comunidade de pesquisadores do tema.

4.3. O Museu do Tropeiro e os “teatros da memória”

A concepção de museu como *Theatrum Memoriae*, segundo Meneses (1994), inspirado pelos estudos de Eilean Hooper-Greenhill (1988), provem do início da constituição das ideias de coleção no período do Renascimento. Neste período histórico as “coleções de

objetos materiais das mais diversas espécies, organizadas pelos príncipes e senhores renascentistas, funcionavam como paradigmas visuais que recriavam simbolicamente a ordem do mundo e o espaço do exercício de seu poder” (MENESES, 1994, p. 9). No entanto, para o historiador essa perspectiva “é altamente problemática”, na medida que com a ascensão da sociedade do consumo poderia “reduzir” a História em espetáculo, marginalizando a produção de conhecimento (MENESES, 1994, p. 10).

Françoise Choay (2017), que construiu uma trajetória da categoria de patrimônio cultural a partir da realidade francesa, identificou que, em meados do século XX, esse campo acompanhou o movimento em que “a cultura perdeu seu caráter de realização pessoal, tornando-se empresa e logo indústria” (CHOAY, 2017, p. 211). Os museus e os monumentos “adquiriram dupla função, obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos, mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos” (CHOAY, 2017, p. 211). O contexto de consolidação do capitalismo, do crescimento de um “turismo de massa” e o surgimento da indústria cultural, propiciaram o que autora denomina de *animação cultural*, uma estratégia que procurou criar uma mediação com o objetivo de facilitar o acesso ao patrimônio cultural e torná-lo consumível (CHOAY, 2017). De certa forma, enxergamos que estas abordagens também chegaram à Castro e foram experimentadas a partir do Museu do Tropeiro. Desde o início da década de 1990 foram organizados pela instituição eventos extramuros que marcaram sua trajetória e o calendário cultural da cidade de Castro.

O primeiro foi o **Pouso Tropeiro**, um evento de encenação ou reconstituição, que ocorreu em duas edições (1990 e 1991). Reuniram-se pessoas da comunidade que entendiam da atividade pecuária, entusiastas e interessados para que instalassem uma representação dos antigos pousos. No interior do município foram conduzidas tropas de mulas, preparados os acampamentos com todos os apetrechos necessários com a intenção de demonstrar de forma dinâmica a narrativa do Museu do Tropeiro. Como os eventos aconteciam no interior do município havia uma interação e aproximação entre a comunidade urbana e a rural. Segundo o material de divulgação e o relatório das atividades, a programação consistiu na “experiência de pouso” com pernoite, alimentação, apresentações musicais, divulgação de causos e lendas, além da oportunidade de visualização da passagem de uma tropa pelo rio Iapó (MUSEU DO TROPEIRO, 1990).

Mais de 200 pessoas participaram do primeiro evento, entre elas identificamos professores e alunos do curso de graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Como não poderia ser diferente, o livro que registrou a assinatura dos presentes,

apresenta na sequência anotações em formato de diário, descrevendo os preparativos e as circunstâncias daquela *animação cultural*.

No dia 31 de março – sábado, amanheceu um dia bonito e tudo ficou preparado para o bom andamento do evento. Logo começaram a chegar os primeiros convidados e visitantes. À tarde, porém, ventou e choveu nos arredores da Fazenda, dificultando os primeiros trabalhos na partida da tropa e organização do pouso, conforme programação. Às 14:00 horas foi feito um ensaio com toda a tropa e foi fotografado pela equipe de Curitiba do SPHAN e pelo Sr. Carlos E. Kugler. À noite, com o céu estrelado e o ar puríssimo da Serra do Morumby, houve um conagração de todo o pessoal acampado e visitantes com muita música, feijão tropeiro e chimarrão. No retiro da Fazenda estavam 15 homens que vieram acompanhados de montaria, mulas e apetrechos de tropa. Eram ao todo 27 animais (MUSEU DO TROPEIRO, 1990, p. 5-6).

FIGURA 53 – Passagem de uma tropa durante o evento Pouso Tropeiro – Fazenda Marumbi (1991)



Fonte: Acervo Museu do Tropeiro. Autor: Carlos Ernesto Kugler.

Este evento nos remete à um movimento denominado *living museum* (museu vivo). Suas raízes estariam nos museus ao ar livre e que foram adaptando suas estratégias de comunicação para uma “completa teatralização da exposição” (MENESES, 1994, p. 33). Recursos sensoriais com potencial para, “a partir da seleção mental, ordenamento, registro, interpretação e síntese cognitiva da apresentação visual”, impactar significativamente como recurso pedagógico (MENESES, 1994, p. 9), desde que a “encenação da história” se constituísse enquanto um estímulo para o conhecimento, isto é “para além de mostrar como se vivia, fosse capaz de explicar porque se vivia assim” (MENESES, 1994, p. 35).

Simultaneamente a experiência do pouso, foi servido também o feijão tropeiro. Vimos que, para além da promoção e da divulgação do modo de fazer de um alimento, o feijão tropeiro foi, por vezes, fonte de renda para a AAMT. Contudo, as reflexões que surgem a partir da realização do *Pouso Tropeiro* e do *Feijão Tropeiro* dizem respeito aos conceitos e aproximações entre patrimônio material e imaterial. No que diz respeito à exposição de longa duração na sede do museu, estavam expostos, entre outros objetos, a *trempe*, o *caldeirão*, *panelas* e *chaleiras de ferro*, *pratos* e *canecas esmaltados*, *talheres*, *gamelas de madeira*, *cuias* e *bombas* (para o consumo do chimarrão). “Coisas” banais que foram eleitas a categoria de patrimônio cultural, sofrendo assim a ação de políticas de preservação que possibilitaram a conservação, a pesquisa e a divulgação do movimento tropeiro como fenômeno social e cultural, bem como seus reflexos e implicações na construção das narrativas historiográficas sobre a cidade de Castro e da região.

Em 1989, portanto, um ano antes deste evento, a Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná lançou um livro intitulado *Tropeirismo: um modo de vida*, com o objetivo de sistematizar “a história de vida das pessoas que compunham aquela atividade” (PARANÁ, 1989, p. 14). A publicação apresentou o resultado de entrevistas e depoimentos de tropeiros ou seus descendentes, todos dos Campos Gerais. O historiador que assinou os textos e comentou sobre esse processo de produção de fontes orais foi Marcelo Polinari, o autor de “*A manteigueira*”. Portanto, mesmo não havendo qualquer menção ao Museu do Tropeiro nesta publicação, sabemos que os técnicos da CPC estavam sempre em contato com a instituição, principalmente nos anos que antecedem esse projeto. Além disso, os vestígios apontam que o tema começa a ter notoriedade no estado do Paraná com a criação do museu. Mas por que estamos falando sobre essa publicação? Porque a série de entrevistas com pessoas que vivenciaram, ainda no início do século XX, aspectos culturais comuns àquela prática comercial proveniente do século XVIII, corroboram com as leituras que vimos no primeiro capítulo sobre a permanência de usos e costumes até meados do século XX, podendo ser traduzida como “um modo de vida”, como sugere o título da obra da Secretaria do Estado do Paraná.

Estes eventos promovidos pelo Museu do Tropeiro trouxeram à tona não apenas a cultura material preservada em suas exposições, mas também viabilizaram a salvaguarda ou registro dos aspectos intangíveis daquilo que foi selecionado e legitimado como patrimônio cultural a partir da criação daquele *lugar de memória*.

Em entrevista concedida em abril de 1986, João Candido Antunes Chaves relatou ao historiador, aspectos do cotidiano de uma tropeada - deslocamentos de homens e animais que

poderiam durar dias ou até mesmo meses, que tinham por objetivo a comercialização de animais de carga ou de corte, ou então o transporte de mercadorias. Por meio do depoimento podemos notar que era necessário levar consigo uma série de itens capazes de propiciar uma jornada mais aprazível. Deste modo, além dos artefatos indispensáveis ao trato com os animais e com o transporte, destacam-se aqueles utilizados para alimentação e reabastecimento daqueles sujeitos que exerciam a atividade tropeira.

O cozinheiro levava a mesma montaria nossa. Pelego, badana, carona e os pelego no chão para forrar os bachero, a tralha pra ele dormir. Um cobertorzinho por baixo do pelego, e no cargueiro, dentro das bruacas, ele levava o caldeirão para cozinhar feijão; levava uma caçarola pra fazer arroz; o balde pra pegar água; um lampiãozinho para acender em volta das panelas ou se não, uma velinha; chaleira para fazer o café, ou uma chocolateira pra fazer o café, por ser mais ligeiro (CHAVES *apud* PARANÁ, 1989, p. 48).

Os depoimentos sobre os pousos relataram, principalmente, memórias dos hábitos alimentares, como podemos observar em mais um exemplo que selecionamos, desta vez de José Alves ¹⁵⁵:

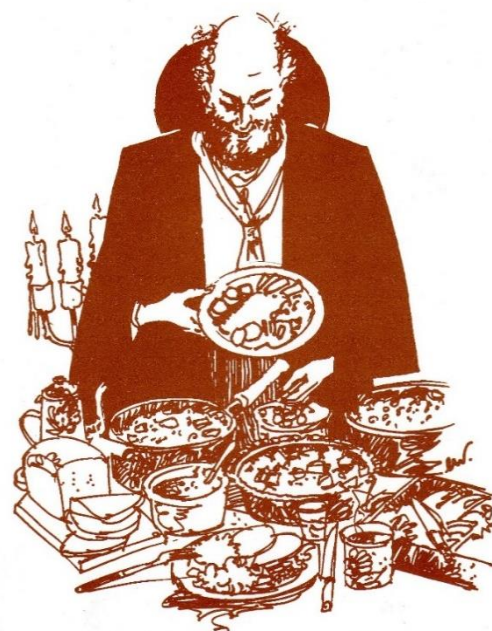
O cozinheiro levava no cargueiro o caldeirão que tem um arco na panela de ferro grande. Corta duas forquilhas e finca uma lá e outra aqui e uma vara que sustenta o caldeirão em cima do fogo e é apoiada nas forquilhas. Ali ele preparava a comida do tropeiro que era feijão, charque – tem que ser charque pra não arruinar na viagem. Ali é charque assado, charque feito paçoca. Uns fazem até café e outros não. Era charque, farinha e arroz, quando dá pra cozinhar. Feijão, quase sempre cozinha porque o tropeiro come bem desde cedo. A maioria usava chimarrão, mas as vezes dava tempo de fazer café (ALVES *apud* PARANÁ, 1989, p. 47).

Assim, o modo de fazer o feijão foi objeto de pesquisa da instituição, que inclusive organizou e disponibilizou um folheto informativo intitulado *Feijão Tropeiro*, que expõe os ingredientes, o modo de fazer e as orientações sobre a apresentação de tal iguaria. Resumidamente, trata-se de feijão com carne de porco e/ou charque, servido com arroz, couve, torresmo e um pirão feito com o caldo do feijão e farinha de milho. Além da indicação de acompanhamentos como quibebe de abobora, ovos mexidos, laranja e vinagrete. Esta receita, conhecida na cidade de Castro como “a receita da dona Judith”, foi definida por ela a

¹⁵⁵ João Candido Antunes Chaves que se identificou como marinheiro, peão, capataz e guasqueiro, foi entrevistado em 20 de abril de 1986, quando era morador de Ponta Grossa; José Alves foi identificado como peão, condutor, capataz e sócio de um frigorífico, contemporâneo de Chaves, foi entrevistado em 22 de abril de 1986. Ambos nasceram em 1920 e viviam na cidade de Ponta Grossa (PARANÁ, 1989, p. 54).

partir de investigações e inspirações de pratos comumente associados à atividade tropeira também nos estados de Minas Gerais e São Paulo¹⁵⁶.

FIGURAS 54 e 55 – Feijão do Tropeiro (1990)



Observação de Auguste de Saint-Hilaire, hóspede da Fazenda Fortaleza em 1820:
 "Nesta fazenda - não sei por que - a comida era servida de maneira diferente da usada nas outras casas brasileiras. A refeição começava por onde, na França, ela acaba. Primariamente serviam-se as frutas, em seguida o assado, depois os legumes, logo após o cozido e, finalmente, os doces.

Referência: Saint Hilaire, Auguste de. Viagem a Curitiba e Santa Catarina. Ed. Itatiaia: São Paulo: 1978.

Fonte: Acervo do Museu do Tropeiro

No que diz respeito às práticas alimentares e a relação com a categoria de patrimônio, percebemos que, usualmente, esta perspectiva é vinculada à ideia de patrimônio imaterial. Entretanto, nos parece que este ainda é um tema, em muitos aspectos, insipiente, posto que no Brasil, por exemplo, há um significativo distanciamento em números, do que é reconhecido pelas instâncias governamentais como patrimônio. O predomínio da pedra e cal é uma

¹⁵⁶ É conhecida a forte associação entre o prato “feijão tropeiro” e o estado de Minas Gerais, posto que a atividade do tropeirismo, essencialmente de mulas arreadas, também foi devolvida naquele estado, considerando suas especificidades. Além disso, destaca-se a relação direta entre o comércio de muares do “caminho do Viamão” com a demanda desses animais para carga e transporte durante a exploração aurífera na região das minas. A principal diferença entre eles é que em Minas Gerais e em São Paulo são utilizados grãos de feijão branco ou carioca e no Paraná é feito com feijão preto.

característica que está relacionada à história e a atuação do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN e, portanto, a problemática do registro e da salvaguarda do intangível é recente (FONSECA, 2017). É curioso perceber que com a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, no campo legislativo, houve uma ampliação da noção de patrimônio cultural ao reconhecer bens culturais de natureza material e imaterial (BRASIL, 1988). Entretanto o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial foi instituído com o Decreto Federal Nº 3551/2000 (BRASIL, 2000). O primeiro bem cultural registrado no Brasil foi o Ofício das Paneleiras de Goiabeiras, justamente um saber fazer que está relacionado a confecção de um objeto diretamente relacionado à alimentação (IPHAN, 2002).

Os eventos organizados pelo Museu para a comunidade propiciam a percepção acerca das dimensões materiais e imateriais do patrimônio cultural institucionalizado pelo poder público (neste caso, o acervo do Museu do Tropeiro, tombado e reconhecido também como patrimônio público do município de Castro). Como já vimos, a partir da década de 1970, os museus, principalmente os históricos, são instigados a resistir contra a ideia equivocada de que seriam instituições estáticas e empoeiradas, possuindo a função de guardar “coisas” que não possuem mais utilidade, ou contar a história dos grandes heróis nacionais, como um espaço de elite intelectual e econômica. De fato, é possível, a partir dos objetos do Museu do Tropeiro, produzir um discurso enaltecendo uma elite campeira dos Campos Gerais, presente na historiografia, nos móveis imponentes, nos objetos de prata e nas louças importadas, elite esta que dominava o espaço político e social. Entretanto, para se contar a história do cotidiano daquela atividade econômica, que envolve, por exemplo, os hábitos alimentares, é preciso falar de todos os atores, proporcionando uma aproximação efetiva com as mais distintas esferas da sociedade.

O museu e qualquer política patrimonial devem tratar os objetos, os ofícios e os costumes de tal modo que, mais que os exibir, tornem inteligíveis as relações entre eles, proponham hipóteses sobre o que significam para a gente que hoje os vê e evoca” (CANCLINI, 1994, p. 113).

Pensar a história e a memória do tropeirismo a partir da alimentação auxiliou a instituição nessa tarefa de aproximação e diálogo com a sociedade. Afinal de contas, o dono da tropa se alimentava, assim como se alimentavam também os camaradas, o cozinheiro, os peões que poderiam ser homens livres ou escravizados, ou seja, todos os tropeiros. Por conta das intempéries e condições apresentadas nas demandas pelas quais estavam expostos, os sujeitos envolvidos nesta atividade compartilhavam dos mesmos hábitos quanto a nutrição.

Carlos Alberto Antunes Santos (2005, p. 151) especialista em História da Alimentação, concluiu que os hábitos alimentares são constituídos pela disponibilidade dos alimentos. Em outras palavras, a cultura alimentar é compartilhada a partir daquilo se tem acesso¹⁵⁷. Portanto, essa reflexão acerca do patrimônio cultural diante da história de uma cultura alimentar, especificamente no movimento tropeiro, é um exemplo que aponta caminhos e fontes possíveis para a ampliação das pesquisas nesta área. Acreditamos que os bens culturais expostos no museu, bem como a história dos usos destes objetos, constituem uma proposta que amplia o entendimento de patrimônio cultural. Conservar e expor o objeto é também explorar as dimensões da imaterialidade destes artefatos que perderam a sua função de uso por meio da musealização, mas que se tornaram fragmentos que fundamentam a narrativa construída pelo museu. O diálogo entre a temática da gastronomia ou hábitos alimentares e o patrimônio cultural é um espaço rico em possibilidades para a construção do conhecimento para ambos os campos, bem como para a própria construção do conhecimento histórico. Verificamos, nesta análise, que a história da alimentação tem um potencial significativo para a compreensão do patrimônio cultural e na percepção de que o objeto é indissociável da sua imaterialidade.

Alimentar-se é um ato nutricional, comer é um ato social, pois se constitui de atitudes, ligadas aos usos, costumes, protocolos, condutas e situações. Nenhum alimento que entra em nossas bocas é neutro. A historicidade da sensibilidade gastronômica explica e é explicada pelas manifestações culturais e sociais, como espelho de uma época e que marcaram uma época. Nesse sentido o que se come é tão importante quanto quando se come, onde se come, como se come e com quem se come. Enfim este é o lugar da alimentação na História (SANTOS, 2005, p. 12).

Santos também escreveu que “a comida desperta lembranças que permitem reconstruir a memória, o que possibilita redefinir e reconstruir identidades” (SANTOS, 2005, p.12). Da mesma forma apresenta-se o patrimônio cultural preservado em um museu e é também como enxergamos essas *animações culturais* promovidas pela instituição, uma vez que os eventos são uma ferramenta para aproximar ou mediar, termo utilizado por Choay (2017) as relações entre patrimônio e sociedade. Além disso, as iniciativas do Museu do Tropeiro em prol da divulgação e salvaguarda do feijão tropeiro, fundamentaram também o uso do patrimônio pela perspectiva do consumo também advertida pela historiadora francesa.

¹⁵⁷ Com relação ao cultivo do feijão, Carlos Roberto Antunes dos Santos escreve que este grão esteve presente nas lavouras de subsistência no Paraná desde o início da colonização compondo a dieta de grande parte da população de baixa renda. Da leitura de *História da Alimentação do Paraná*, percebemos que o feijão era um dos alimentos mais citados em relatórios da economia paranaense, associado ao charque e a farinha (SANTOS, 1995, p. 125).

Essa “gastronomia tropeira” foi estudada pela pesquisadora Rubia Mascarenhas (2009), que produziu uma dissertação e uma tese, analisando aspectos alimentares na região dos Campos Gerais com o objetivo de identificar as potencialidades para o turismo. A autora concluiu que: “foi possível constatar que a culinária tropeira regional ainda pode ser resgatada, pois está presente na memória das pessoas, fazendo parte do cardápio ou ainda sendo encontrada em receitas de família” (MASCARENHAS, 2009). Com o objetivo de analisar o viés turístico, a autora elaborou, entre outros aspectos, uma reflexão sobre o *Castropeiro*, instituído por lei como prato típico do município de Castro. No Paraná, segundo Mascarenhas (2009), há pratos que foram atribuídos como típicos, mas que não são reconhecidos ou considerados representativos pela comunidade.

O *Castropeiro* foi oficializado como prato típico do município e, segundo as pessoas entrevistadas, é possível perceber que existe um conflito com relação à sua vinculação no município. Parte dos entrevistados aponta que este é um prato que é integrante do município e que representa sua cultura; outro grupo aponta o *Castropeiro* como algo falso, uma invenção que não é integrante da cultura gastronômica local. Alguns apontam o prato como fazendo parte da história e cultura de Castro, pois resgata os valores do tropeirismo e da comunidade local; outros o apontam como uma criação que não mostra a alimentação tropeira, já que foi criado em período posterior e que sua receita foi adaptada ao paladar atual, uma vez que houve modificações no paladar desde o tropeirismo até a atualidade. Para este grupo, o *Castropeiro* é um prato criado para ser vendável, o qual surgiu como uma estratégia de marketing. (MASCARENHAS, 2009, p. 211).

O *Castropeiro*, institucionalizado por lei em 1992, é um prato composto por carnes de gado e de porco, acompanhadas de feijão tropeiro, feito com feijão carioca, quibebe de abóbora, arroz, legumes refogados, salada, virado, queijo e ovo. A pesquisadora defendeu em sua tese que, embora compreenda que “a cultura não é algo estanque e que os costumes alimentares vão se modificando e se adaptando ao paladar atual”, o uso do feijão carioca, principal ingrediente, “acabou modificando a essência do prato e não representa o movimento histórico do tropeirismo” (MASCARENHAS, 2009, p. 211)¹⁵⁸. Desta forma, a autora afirmou que este pode ser considerado um prato turístico, mas não um prato típico do município. Não encontramos vestígios de envolvimento do Museu do Tropeiro na construção desta lei, talvez por isso haja essa diferença inclusive na qualidade do feijão.

Compreendemos que o museu, enquanto um *lugar memória*, despertou usos sociais do patrimônio cultural a partir destes e outros eventos. Segundo Silvia Helena Zanirato (2009, p. 139) os usos sociais do patrimônio cultural:

¹⁵⁸ Sobre os sentidos e os significados da História da Alimentação, particularmente sobre o uso de feijões e a constituição da feijoada ver: CARNEIRO, H. S. Comida e sociedade: significados sociais na História da alimentação. **História: Questões & Debates**. Curitiba: n. 42, p. 71-80, 2005. Editora UFPR.

(...) correspondem aos modos socialmente construídos para a participação da sociedade em geral na identificação, conservação, estudo e difusão dos bens que configuram a sua identidade. Isso implica que a população se sinta identificada com os elementos a serem conservados, que se reconheça neles, para que eles se tornem, de fato, representativos dela e para ela. O reconhecimento do pertencimento coletivo dos bens acarreta esforços comuns para sua conservação e, quanto mais coletivo e representativo eles forem, mais protegidos estarão.

Em nosso trabalho de história de uma instituição patrimonial, buscamos esclarecer os processos de significação e ressignificação social possíveis a partir da análise dessa trajetória: “isto implica em tomar a compreensão da historicidade do bem cultural como explicação das dinâmicas de sentidos e valoração que constituem o objeto patrimonial” (OLIVEIRA, 2012, p. 100). Na medida em que nosso objeto é um museu do tipo histórico e que as relações entre memória e patrimônio sugerem dimensões afetivas, sensoriais e de pertencimento, tomamos o Museu do Tropeiro como:

(...) indicador empírico da memória coletiva de um determinado grupo, uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais (POLLAK, 1989, p. 03).

Veremos mais dois exemplos de usos sociais do patrimônio cultural, por essa perspectiva das animações culturais ou dos “teatros da memória”, promovidos pelo Museu do Tropeiro.

4.3.1. Espetáculo de Luz e Som

Sem dúvida, o projeto de comunicação pontual que obteve maior expressão de público e de mobilização da comunidade foi o *Espetáculo de Luz e Som “Concessão da Sesmaria do Iapó”*, que ocorreu em três edições nos anos de 2002, 2003 e 2004. Vimos que a escrita da história sobre Castro, produzida por memorialistas ou publicações acadêmicas, registram que a ocupação do território ocorreu pelo regime de sesmarias e que o primeiro requerimento desse caráter data de 19 de março de 1704 e faz referência ao local como “Paragens do Iapó”

“uma região de campos gerais”, aliás segundo Veiga Lopes (2004), esta foi a primeira menção oficial desta denominação encontrada por ele¹⁵⁹.

O *Espetáculo de Luz e Som “Concessão da Sesmaria do Iapó”*, como o nome sugere, tratou-se de um espetáculo que utilizou o som e a luz para a dramatização e representação de um determinado acontecimento da história do município de Castro. Sobre essa forma de uso do patrimônio, recorreremos novamente à Françoise Choay (2017), pois a historiadora advertiu que operações para a valorização dos monumentos históricos, surgiram a partir de meados do século XX com o intuito de transformá-los ocasionalmente em um produto econômico, como a restauração de um determinado monumento para a sua reutilização; a animação cultural no espaço; e a *mise-en-scène*. Esta última é uma expressão francesa que remete ao posicionamento em uma cena ou uma encenação. Choay afirmou que a invenção da iluminação noturna na década de 1930 “rompeu a espessura da noite”, possibilitando que o “monumento fosse assemelhado à aparição de uma divindade gloriosa, parecendo irradiar a eternidade” (CHOAY, 2017, p. 215).

A luz artificial tira um grande partido da sombra, fazendo que dela surjam figuras impolutas, formas jamais vistas, topografias desconhecidas. Esse artifício. Cujo defeito não desprezível é suprimir o peso da obra arquitetônica, revela outra dimensão do monumento, poética ou transcendente. É realmente a uma revelação - que se torna monótona com o passar do tempo - que se assemelha atualmente, no mundo todo, a iluminação ritual com horários, dias ou datas fixas, do Partenon, de São Pedro, em Roma, do castelo de Praga, de Santa Sofia, do Taj Mahal ou de tantos outros edifícios, famosos ou desconhecidos (CHOAY, 2017, p. 215).

Uma *mise-en-scène* também compreende o som, “institucionalmente associados à luz nos (de maneira tão apropriada) chamados espetáculos de som e luz” (CHOAY, 2017, p. 215). Choay apontou reflexões e críticas a respeito destes espetáculos:

É o público que deve ser alvo de sua influência e quem ele pretende distrair e divertir (do monumento). Que música, que comentário? Os melhores e os piores. Eles praticamente não importam, uma vez que neles veem fenômenos secundários, mecanismos de ambiente, análogos aos que são montados pelas grandes estruturas comerciais. A luz por si só, pode dar aos edifícios uma opacidade insuspeita. O som tende a reduzi-los à pequenez do insignificante (CHOAY, 2017, p. 215-216).

Todavia, o som, a música e o discurso atuam sobre o espectador, não sobre o monumento. A partir destas reflexões é que consideramos importante apresentar os dados que encontramos durante o processo de pesquisa. O Museu do Tropeiro promoveu três destas

¹⁵⁹ No ano de 2010 foi sancionada uma lei que reconheceu o dia 19 de março de 1704 como data de fundação da cidade, portanto desde então é neste dia que comemorasse o aniversário do município. Antes desta lei, o aniversário era comemorado no dia 20 de janeiro em alusão a criação da Vila Nova de Castro em 20 de janeiro de 1789 (CASTRO, 2010).

apresentações, isto é, nos deparamos com essa iniciativa (espetáculos de luz e som) também no interior do Paraná. Entretanto, os eventos não ocorreram na sede do museu e sim na Fazenda Capão Alto.

Já nos referimos a esse espaço anteriormente, uma vez que localizada às margens do rio Iapó, menos de 20 km do centro da cidade de Castro, esse local está profundamente associado à fundação do município e à ocupação da região dos Campos Gerais. As edificações que foram tombadas no ano de 1982 pela Coordenadoria Estadual do Patrimônio Histórico são consideradas um dos principais vestígios materiais do século XVIII e XIX na região. Além disso, recentemente, estudos arqueológicos apontam aquele território como um local de significativo potencial arqueológico com vestígios capazes de fornecer informações sobre os povos originários, a escravidão no Paraná Tradicional e a atividade tropeira¹⁶⁰.

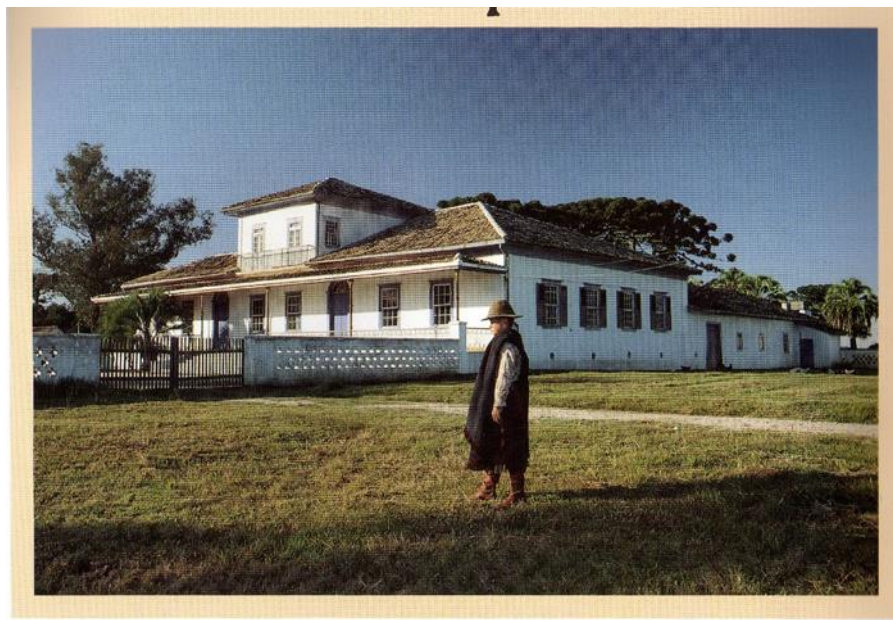
Ainda no século XVIII, em 1751, a propriedade foi transferida para a Ordem Carmelita e até o ano 1770 os frades administraram o local, produzindo alimentos e criando gado com mão de obra escravizada. A partir da saída dos religiosos do município, as pessoas que viviam ali até aquele momento na condição de escravizados, continuaram administrando a fazenda. Segundo os pesquisadores que estudaram aquele momento e aquele contexto, os moradores da Capão Alto, de certa forma, imersos no ordenamento imposto pelos carmelitas, manifestados no trabalho e na religião, “entregaram a chefia” da fazenda a Nossa Senhora do Carmo, e a imagem era então consultada para a tomada das decisões. Estes homens, mulheres e crianças viviam como pessoas livres e este período durou aproximadamente 100 anos. Até que no ano de 1864, cerca de 200 pessoas que habitavam a fazenda, foram vendidas para uma casa comercial de São Paulo. Há registro de um impasse no que diz respeito ao comprovante de pagamento, entretanto, a transação foi confirmada e durante esse processo algumas pessoas foram presas e outras conseguiram fugir, dando origem a comunidades quilombolas da região (PARANÁ, 1985; GOMES, 2018).

Algum tempo depois, em 1870, Bonifácio Jose Baptista - o Barão de Monte Carmelo, comprou a propriedade e determinou a construção do casarão principal. O imóvel reflete o estilo dos casarões coloniais típicos das fazendas de café de São Paulo e do Rio de Janeiro, mas também apresenta influências urbanas das abastadas famílias daquelas localidades. A técnica de construção utilizada é taipa de pilão. No início do século XX a fazenda ainda

160 O coordenador dos trabalhos foi o arqueólogo professor Dr. Igor Chmyz. Mais informações podem ser consultadas no endereço eletrônico da empresa responsável pelos projetos. Disponível em: <http://nmconhecimento.com.br/2012/?p=1260>. Acesso em: 25.out.2021.

pertencia aos herdeiros do Barão, contudo, presentemente ela pertence a um imigrante holandês, como já informamos quando tratamos dos imóveis tombados em Castro.

FIGURA 56 – Sede da Fazenda Capão Alto - Fotografia produzida para publicação do Museu do Tropeiro (2000)



Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. **Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos**. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2000. Autor: Carlos Ernesto Kugler.

Foi em frente a esse casarão que o espetáculo foi realizado em alusão as comemorações dos 298, 299 e 300 anos da concessão da sesmaria. Através do levantamento das fontes podemos indicar que a iniciativa vem ao encontro de um projeto turístico denominado “Rota dos Tropeiros”, lançado em 2002. Esta rota compreendia 16 municípios paranaenses e tinha como intuito propor um roteiro turístico inspirado em exemplos como o Caminho de Santiago de Compostela na Espanha e a Estrada Real no sudeste do Brasil (ZUCCHERELLI, 2008)¹⁶¹.

Por meio da análise das fontes, principalmente as agendas e através das publicações da instituição, observamos que os eventos foram financiados pela Prefeitura Municipal de Castro por intermédio da então Secretaria de Educação e Cultura. Os figurinos utilizados foram

¹⁶¹ Este era um projeto de parceria público-privada proposto pela Secretaria Estadual de Turismo do Paraná, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Associação dos Municípios dos Campos Gerais (AMCG). A arquiteta Moara Zuccherelli analisou esse projeto pelo viés antropológico e pode ser consultado em: ZUCCHERELLI, Moara. **A “Rota dos Tropeiros” - Projeto turístico na região dos Campos Gerais: um olhar antropológico**. 2008. 111f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

emprestados do Centro Cultural Teatro Guaíra de Curitiba¹⁶², algumas peças foram confeccionadas em Castro e o traje dos tropeiros foi encomendado a Ney Souza, um renomado figurinista paranaense (AGENDA, 2002).

A publicação organizada para a primeira apresentação revelou que “o objetivo deste evento foi trazer a público as origens do povoamento nos Campos Gerais do Paraná a partir da concessão das terras em sesmaria no século XVIII” (MUSEU DO TROPEIRO, 2002, n.p.). Foram produzidos, portanto, folhetos que são como roteiros que introduziam o assunto e direcionavam o expectador acerca desta *mise-en-scène*¹⁶³.

Além das projeções de luz e som na fachada do casarão a apresentação contou com mais de 70 voluntários entre homens, mulheres e crianças que interpretaram os personagens previstos no roteiro que foi baseado em pesquisas da equipe do museu, sob coordenação de Judith e direção de Fernando Philbert.

Fundamentalmente a representação consistia na identificação dos sujeitos envolvidos nessas concessões como o então Governador da Capitania do Rio de Janeiro, D. Álvaro da Silveira Albuquerque e os sesmeiros e seus familiares, Capitão-mor Pedro Taques de Almeida e seus filhos, esposas e netos. Na sequência, foram encenadas também a posse da Fazenda pela Ordem Carmelita, “na pessoa do Frei João de Santa Izabel” e dos escravizados que pertenciam àquela ordem. Em 2002, o encerramento foi marcado por uma apresentação de capoeira e de um momento de devoção à Nossa Senhora do Carmo, fazendo alusão à história daquela fazenda. Já nos anos seguintes as partes finais priorizaram a apresentação de indumentária tropeira e a representação da passagem de uma tropa. Portanto, contando com personagens representando tropeiros que conduziram de fato alguns animais que passaram em frente ao casarão.

¹⁶² O Centro Cultural Teatro Guaíra é uma instituição mantida pelo governo do estado do Paraná responsável por projetos de teatro, dança e espetáculos musicais.

¹⁶³ MUSEU DO TROPEIRO. **298 anos da Concessão da Sesmaria do Iapó**. Castro: Prefeitura Municipal de Castro, 2002.; MUSEU DO TROPEIRO. **Espectáculo de Luz e Som: Concessão da Sesmaria do Iapó**. Castro: Prefeitura Municipal de Castro, 2003.

FIGURA 57 – Espetáculo de Luz e Som



Fonte: Álbum Espetáculo de Luz e Som. Fundo Museu do Tropeiro

FIGURA 58 – Leitura da Carta de Sesmaria (2004)



Fonte: Álbum Espetáculo de Luz e Som. Fundo Museu do Tropeiro

FIGURA 59 – Posse da Ordem Carmelita



Fonte: Álbum Espetáculo de Luz e Som. Fundo Museu do Tropeiro

FIGURA 60 – Passagem da tropa



Fonte: Álbum Espetáculo de Luz e Som. Fundo Museu do Tropeiro

Todos os sujeitos que participaram como atores foram convidados pela diretora do museu e atuaram voluntariamente, o elenco foi composto majoritariamente por servidores da prefeitura municipal, mas também contou com a participação da comunidade. Como o próprio nome sugere, o espetáculo era essencialmente luz e som, portanto não havia diálogos, apenas iluminação, sonoplastia e a voz de um narrador.

Consideramos que esta ação nos ajuda a perceber a narrativa construída pelo museu sobre o tropeiro e sobre o tropeirismo, além de oferecer em outro formato o conteúdo pesquisado e conservado pela instituição e divulgar aquela que foi eleita a história oficial do município. No material escrito que apresentava o roteiro e os dados técnicos é possível perceber as escolhas narrativas e identificar argumentos que são amparados pela historiografia analisada no primeiro capítulo:

No isolamento que as distancias impunham, a presença daqueles homens significava quase uma festa para os moradores. Sem esquecer o recato que lhes era natural, as mulheres queriam logo ver que luxos se escondiam nas canastras e bruacas; vestidos, fitas, um ou outro mimo que pudesse ser comprado. Para as crianças a lida e as aventuras relatadas por aqueles intrépidos homens enchiam os dias de novidades. E para o senhor da casa interessava os acontecimentos do mundo, as notícias vindas de longe, as cidades, das vilas, quem sabe dos parentes distantes. Ao adentrar a porteira os hospedes eram saudados e em seguida iniciava-se a rotina de cuidados com os animais e a eventual carga. O tropeiro, dono e responsável pela tropa, mesmo quando desconhecido tinha honra e honestidade inquestionáveis. Por essas virtudes era recebido na casa-grande pela família do fazendeiro, como reconhecimento ao ser caráter nobre e distinto. (MUSEU DO TROPEIRO, 2003, n.p.).

Segundo Roger Chartier (2002) “a história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 2002, p. 16-17). Segundo o autor, as representações do mundo social, ainda que busquem um consenso baseado na ciência, são “sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 2002, p. 17). A trajetória do Museu do Tropeiro não é diferente, e se os museus históricos são notoriamente concebidos como espaços de celebração para determinadas memórias, acreditamos que um evento como esse, em comemoração à fundação de uma cidade ou ao seu mito fundador, exprime um uso eminentemente celebrativo do patrimônio. O que significa afirmar que as narrativas construídas e teatralizadas não apresentam conflitos, contradições ou questionamentos.

Há sem dúvida outras razões para a escolha desta ou daquela maneira de narrar, e em particular para a tradução de representações diversas, até mesmo contraditórias, do social, que já não é pensado como uma totalidade estruturada em instâncias, definitivamente hierarquizadas, mas como uma teia de relações complexas, onde

cada indivíduo se encontra inscrito de múltiplas formas, as quais são todas culturalmente construídas. Fica claro que as escolhas feitas entre as diferentes escritas históricas possíveis — e que relevam do gênero narrativo — constroem modos de inteligibilidade diversos de realidades históricas pensadas de maneira diferentes. (CHARTIER, 2002, p. 83).

Subscrevemos o pensamento de Chartier e depreendemos que com a análise dessa teia de relações complexas que constituem a trajetória do Museu do Tropeiro é possível não apenas identificar os posicionamentos da organização, mas também contribuir para “a história das instituições patrimoniais, do reconhecimento dos objetos patrimoniais com o a constituição de uma temporalidade, em busca da inteligibilidade do ‘patrimonial’ de modo que o objeto patrimonial não seja um dado, mas um campo de conhecimento” (OLIVEIRA, 2012, p. 100).

4.3.2. Chafariz da Costa: “revitalização” e espetáculo

Outra ação viabilizada pelo Museu do Tropeiro foi uma *animação cultural* para inaugurar a revitalização de um chafariz. Nas agendas do ano de 2001 encontramos diversas anotações que indicam que a equipe do museu desenvolveu a pesquisa para o levantamento de dados e a elaboração do histórico daquele espaço e que Judith acompanhou todo o processo de restauro (AGENDA, 17.ago.2001).

Segundo a pesquisa elaborada, o *Chafariz da Costa* foi construído para que a Vila de Castro fosse servida de água, portanto um espaço de suma importância para os moradores. Em 1858, a Câmara Municipal preocupou-se em mandar limpar e reparar aquela fonte de abastecimento de água, uma entre as várias que existiam na cidade. Foi restaurada em 1914 pelo então prefeito Coronel Olegário de Macedo e até meados do século XX continuou a servir a população como um local de trabalho para as mulheres que lavavam roupas “para fora”. A região conhecida como Costa foi ocupada por descendentes de escravizados que se instalaram na “costa da vila” depois da abolição (MUSEU DO TROPEIRO, 2001). Sua construção seguia os modelos dos chafarizes existentes no Brasil Colonial, era revestido do mesmo material que revestia as paredes da Igreja Matriz de Sant’Ana, utilizando a técnica de imitação de pedras ornamentais chamado escaiola. Possuía três bicas por onde brotava água vinda da nascente acima (MUSEU DO TROPEIRO, 2001). É importante ressaltar que esse é

um lugar representativo para a memória da população negra da cidade de Castro¹⁶⁴. Pelos textos anexados às fotos do evento, percebemos que a equipe do Museu do Tropeiro registrou os relatos presentes na tradição oral daquela comunidade, vejamos o texto que provavelmente foi utilizado para a encenação em frente o chafariz e que ocorreu no dia 08 de setembro de 2001:

Na Costa morava Nhá Mariquinha, benzedeira e curandeira muito querida por todos. Como na época não havia casa que vendesse comercialmente o café torrado e moído, seu mister era torrar e moer o grão do café que seu irmão lhe mandava, e depois já em pó entregava aos seus costumeiros compradores.

Todos os dias, quando a neta vinha à sua casa, ela mandava a menina levar ao tio Abrão, uma caneca com pó de café, recomendando que a menina não deixasse de pedir a benção ao senhor.

Tio Abrão era um preto velho e já doente, que morava vizinho de Nhá Mariquinha. Chegando à sua casa a menina deixava a caneca de café no chão e arrumava as mãos para a benção, ou seja, “o louvado”. O preto velho então, cheirava o conteúdo da caneca e dizia com sua voz cavernosa:

- Eta Nhá Marica! Café melhor não existe! Diga a ela que Deus lhe pague.

Muitas mulheres eram babás e empregadas nas famílias mais abastadas. Nhá Joaquina era uma preta velha vigilante das crianças que ficavam sob sua guarda. Entretinha os pequenos com suas histórias fantásticas do “Gardinho”, procurando ensinar noções de moral e respeito, através desse personagem (MUSEU DO TROPEIRO, 2001).

Junto a este texto há uma cópia de uma fotografia da senhora descrita no texto e homenageada durante o evento:

FIGURA 61 – Cópia da fotografia de Nhá Mariquinha – Guardiã do Chafariz (s.d.)



Fonte: **Álbum Chafariz da Costa**. Acervo do Museu do Tropeiro, 2001.

¹⁶⁴ A região onde ficava esse chafariz é ao lado do centro da cidade, próximo a antiga Igreja do Rosário. Na mesma rua, chamada Princesa Isabel, localizava-se o Clube Campos Gerais, um Clube Social Negro, agremiação surgida pós-abolição, isto é, uma região que pode ser apreendida como um reduto dos descendentes dos negros escravizados.

Além das memórias sobre a Nhá Maria ou Mariquinha, neste evento foram (re)tratadas em formato literário e dramatizadas outras histórias resultantes do registro das memórias da comunidade em relação ao chafariz. Foram nomeadas as mulheres que no início do século XX frequentavam aquele espaço para dali tirarem seu sustento.

A sede iluminada de tempos de outrora, pousa suave no largo, lembrando o canto dos escravos, os batuques, umbigadas, que hoje ecoam como pedaços de histórias de antepassados.

A bica lembra escravos à espera da posso da água, em pensamentos longínquos, com a nostalgia da sua terra.

Na rua da Costa se encontravam as lavadeiras e passadeiras. Ficaram famosas a Feliciano, Ambrozina e Maria Madureira. Maria Lavadeira era baixinha e descendia dos escravos do Capão Alto. Lavava roupa das famílias numerosas.

Era comum vê-la atravessando a Praça da Matriz carregando uma enorme trouxa de roupa que chegava a lhe esconder a cabeça. Não faltava moleque que lhe passasse uma rasteira para vê-la cair sobre a trouxa de roupa.

As lavadeiras lavavam e secavam as roupas no chafariz. Buscavam a água numa lata antiga de querosene, apoiada numa rodinha de pano em cima da cabeça. Em volta do chafariz seus filhos brincavam.

As cozinheiras executavam seu trabalho com perfeição Conceição do Paetão, Francisca, e outras faziam os quitutes para as grandes festas das famílias tradicionais. Entre as iguarias estavam sempre presentes o leitão à pururuca, o arroz de forno. Os doces de tacho: compotas de figo, laranja e goiaba, eram feitos pelas doceiras Firmina e Vitória.

Nhá Deolinda era filha de escrava e devota de Nossa Senhora do Carmo. Ajudou a levantar a capela. E nas festas a filha de Nhá Deolinda – “do Carmo” vendia doces feitos por ela.

Havia as sambadeiras que dançavam em frente à Igreja do Rosário nos dias de festa: Nhá Eva, Nhá do Carmo e outras. (MUSEU DO TROPEIRO, 2001)

FIGURA 62 – Elenco do espetáculo de inauguração do Chafariz da Costa, 2001. Na imagem identificam-se voluntários, a esquerda o prefeito Reinaldo Cardoso e ao centro a diretora do Museu do Tropeiro



Fonte: **Álbum Chafariz da Costa**. Fundo Museu do Tropeiro.

FIGURA 63 – Espetáculo de inauguração do Chafariz da Costa 2001



Fonte: Álbum Chafariz da Costa. Acervo Museu do Tropeiro.

Michel Pollak (1989, p. 04), refletindo sobre “memórias, esquecimentos e silêncios”, observou que “a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’”. Apreendemos que ao criar um *lugar de memória* para o tropeiro e para o tropeirismo, o município de Castro institucionalizou uma memória oficial local e que se pretendia regional. No entanto, percebemos também que as ações em prol da preservação de um patrimônio cultural, não ficaram restritas à atividade pecuária. Havia um interesse em pesquisar e salvaguardar outros elementos daquele contexto, tentando entendê-los como desdobramentos ou reflexões da atividade tropeira.

Partindo da concepção de que “os *lugares de memória* nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p. 13), percebemos que a instituição promoveu reflexões acerca das “memórias subterrâneas” (POLLAK, 1989), ainda que sob uma perspectiva romantizada em relação ao cotidiano das mulheres negras pobres que utilizavam aquele espaço. Por mais que enxerguemos o potencial do registro da memória daquelas pessoas e daquele lugar, ainda mais quando voltados à historiografia tradicional paranaense e a tentativa reiterada de apagamento desses sujeitos na história do Paraná, ainda assim é preciso compreender que o intuito não era problematizar ou contrapor memórias de dominação e de sofrimentos, pois nas palavras de Pollak (1989) tratar destas memórias seria superar um tabu e dificilmente elas seriam expostas em público. Realidade que tem sido

transformada no cotidiano das lutas dos movimentos sociais negros, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Os domínios da memória são territórios em disputas e estamos cientes de que nas ações comunicativas do Museu do Tropeiro “existem lembranças de uns e de outros, zonas de sombra, silêncios e não-ditos” (POLLAK, 1989, p. 08).

4.4. O Museu do Tropeiro e o “laboratório da história”

Laboratório é um termo do século XVIII que tem origem na palavra latina *labor* que significa “fadiga experimentada na realização de um trabalho” (CUNHA, 2010, p. 378). E foi por esse sentido original de “um lugar onde há um trabalho por fazer” que Meneses (2013) propôs o uso desse vocábulo para defender a ideia de museu histórico como um local de produção de conhecimento histórico. *A priori*, a reflexão pode sugerir um sentido de oposição entre teatro e laboratório, no entanto, estudando a proposta do ex-diretor do Museu Paulista, bem como as outras análises sobre história dos museus as quais já indicamos, entendemos que essa não seria a leitura mais adequada, posto que as dimensões afetivas e de fruição relacionadas a percepção de teatro são componentes formadores da gênese dos museus, tanto quanto as funções de conservação e pesquisa.

Dessa forma, não se trata de encaixar nosso objeto de estudo em uma das duas “classificações” e excluir a outra. Ou então, determinar qual das duas seria a mais apropriada, até porque as fontes demonstram que durante a trajetória investigada, o Museu do Tropeiro respondeu as demandas de seus gestores, mas também se adaptou às necessidades dos usuários e da comunidade em ambas as acepções. A composição de uma instituição museológica é complexa e corresponde à processos dinâmicos movidos pelos agentes sociais que os circundam e os compõem.

Reiteradamente informamos que desde 1977 os documentos enunciam a disposição para a pesquisa. Na primeira fase da instituição, esse âmbito contou principalmente com o apoio e as indicações de Newton Carneiro e estavam fundamentadas nas obras de referência apuradas para a elaboração do primeiro capítulo, além da busca pelo contato com pesquisadores que já se interessavam pelo tema. Na segunda fase, na década de 1990, período de reestruturação, com a ampliação do espaço físico foi possível priorizar a expansão da biblioteca e a consolidação de um “centro de documentação” e atendimento aos pesquisadores. A criação da Associação de Amigos foi um fator que oportunizou também a

aproximação dos membros interessados em desenvolver atividades de pesquisa. Esse movimento culminou no propósito de produzir material para publicações.

Em 1992, Amélia Podolan Flugel, então professora de História, elaborou textos para compor um material que *a priori* foi denominado de apostila, e que deu origem a dois livretos intitulados Tropeirismo nº 1 e Tropeirismo nº2:

Considerando a superficialidade de informações sobre o tropeirismo e a fundação de Castro a nível didático, elaboramos essa apostila, com vista ao enriquecimento do material utilizado pelo professor nas diversas séries do âmbito escolar. Procuramos fazer dela um trabalho claro e objetivo, que poderá elucidar dúvidas a respeito do tema ou ainda ampliar os conteúdos de História, dentro de propostas pedagógicas (MUSEU DO TROPEIRO, 2020b, p. 5).

Esse material foi reeditado algumas vezes, inclusive recentemente em 2020 (infelizmente não temos exatamente o número de edições e tiragem). Acreditamos que o sucesso dessa publicação está justamente nas características expostas na citação acima. De forma direta, fundamentada nas referências analisadas no primeiro capítulo, principalmente Aluísio de Almeida, José Alípio Goulart, Oney Barbosa Borba e José Pedro Novaes Rosas, o texto apresenta uma síntese acerca de quem era o tropeiro, como se organizavam as tropas, os caminhos, a Feira de Sorocaba, a “influência cultural” da atividade em Castro, entre outros aspectos. O volume nº 1 aborda um levantamento mais factual da história colonial do Brasil meridional, enquanto no volume nº 2 há um destaque para as especificidades do movimento como usos e costumes.

No que diz respeito às reflexões e análises enquanto produção do conhecimento histórico este material apresenta a seguinte leitura:

A historiografia oficial brasileira preferiu, ao longo do tempo, exaltar os bandeirantes como desbravadores do Brasil, imprimindo-lhes um caráter valente e heroico. Longe de questionar seu papel na formação da Colônia, é necessário também ressaltar o trabalho contínuo e pacífico dos tropeiros, ocupando, expandindo e fixando verdadeiramente as fronteiras do Brasil [...]

A história do tropeirismo confunde-se com a ocupação portuguesa no extremo sul. Reavivar sua memória é estabelecer os estágios iniciais da sociedade que se formou nas fazendas de criação de bovinos, equinos e muare, bem como nos pousos ao longo das trilhas das tropas. Essas trilhas formaram um longo corredor, ligado por um fluxo constante de quase dois séculos de trocas comerciais e culturais, constituindo-se hoje em um rosário de cidades mais ou menos isoladas entre si, mas que conservam usos e costumes semelhantes adquiridos ao longo do ciclo do tropeirismo (...) Em síntese, podemos dizer que o tropeirismo constitui-se numa atividade econômica de primeira importância no período colonial, promovendo além disso a integração nacional e a diversificação cultural que até hoje se manifesta. (MUSEU DO TROPEIRO, 2008, p. 15).

Essa interpretação acompanha os posicionamentos dos autores de referência que analisamos. Um viés de história marcado pelo colonialismo e que acompanha os anseios de um *lugar de memória*. Afinal, é compreensível que a instituição procurasse divulgar suas pesquisas dialogando com autores que justificassem sua própria existência.

Em 1998 foi iniciado um projeto intitulado, até aquele momento, como “Orgulhe-se de Castro”. Esta proposta deu origem a uma série de edições chamadas de “Álbuns”. O primeiro, *Castro Antiga: Imagens e Lembranças*, foi lançado em 1999 e o texto de introdução exprimiu as diretrizes e as intenções daquele intento:

Com este álbum pretendemos inaugurar uma série de edições destinadas a divulgar a nossa história, partindo de fontes como: entrevistas, documentos, obras de arte, manifestações de cultura popular, periódicos etc.

Este é um trabalho de **resgate do passado**.

O resultado de nossa pesquisa será o nosso legado para gerações **vindouras** e deverá ser acrescentado à história de Castro.

Nosso objetivo é despertar coletâneas do momento, testemunhos, formas de vida, tradições e costumes, através da colaboração de todos, ainda neste século.

A nossa expressão cultural constitui o orgulho de nossa gente.

Queremos lembrar certos grupos sociais que, apesar de não deixarem vestígios, foram também protagonistas nesse processo de povoamento econômico, político, cultural e social.

A alma da cidade é importante, buscando formas de convívio e sobrevivência, acumulando expressões de um povo que se transforma e que progride.

A compreensão do progresso e a noção da preservação serão os nossos valores essenciais. Este é um desafio que é dever de todo o cidadão castrenses.

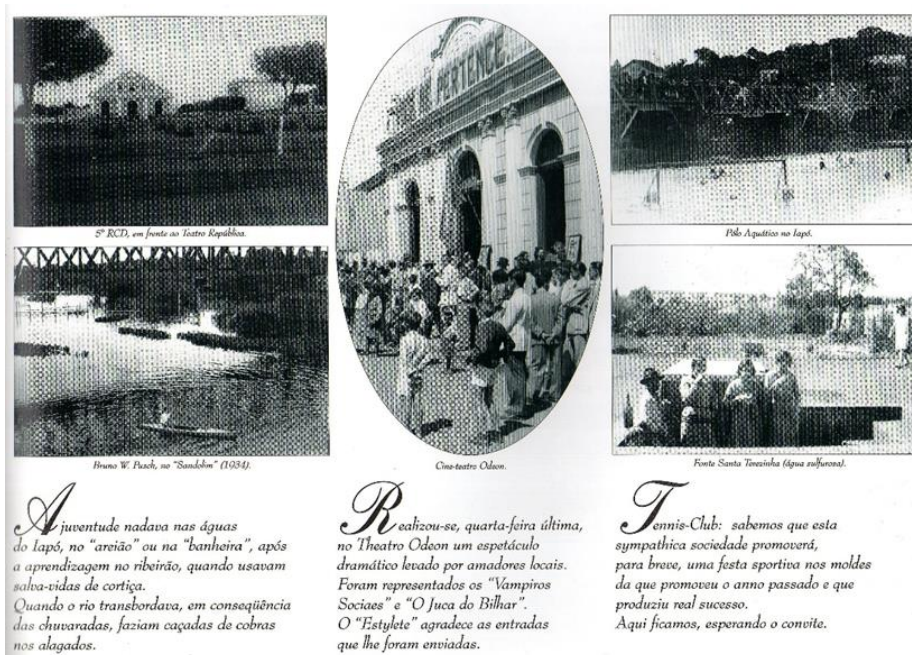
A nossa gratidão para aqueles que tornaram possível o nosso trabalho (MUSEU DO TROPEIRO, 2003, n.p., grifo nosso).

Podemos depreender a *retórica da perda* e aquele desejo de “resgate” que já discutimos quanto tratamos das definições de *lugares de memória*. Acreditamos, por tanto, que esses álbuns, assim designados justamente por priorizar a reunião de imagens, podem também ser pensados a partir dessa perspectiva, dado que *lugares de memórias* são “lugares onde a memória se cristaliza e se refugia” (NORA, 1993, p. 7).

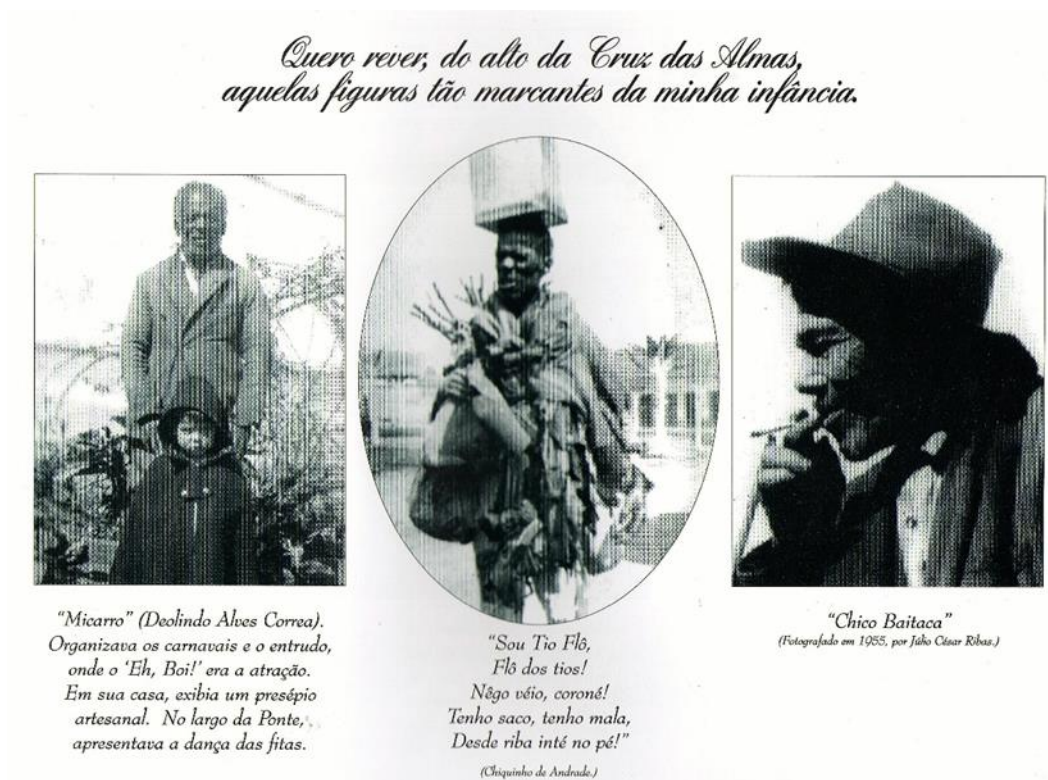
Composto por fotografias e textos sobre diferentes aspectos culturais do final do século XIX até a década de 1940 do século XX, o primeiro álbum apresentou as casas comerciais, os passeios no rio Iapó, as festas religiosas, os cinemas e os teatros, as bandas, os clubes, os carnavais e uma seleção de imagens de “moças” de Castro que eram destaques em artigos de periódicos como o “Bellezas de Castro” de 1927 e também fotografias de pessoas identificadas como “tipos populares”, conforme figuras abaixo:

FIGURA 64 – Página do álbum *Castro Antiga: imagens e lembranças* (1)

Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. **Castro Antiga: Imagens e Lembranças**. 2.ed. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2002.

FIGURA 65 – Página do álbum *Castro Antiga: imagens e lembranças* (2)

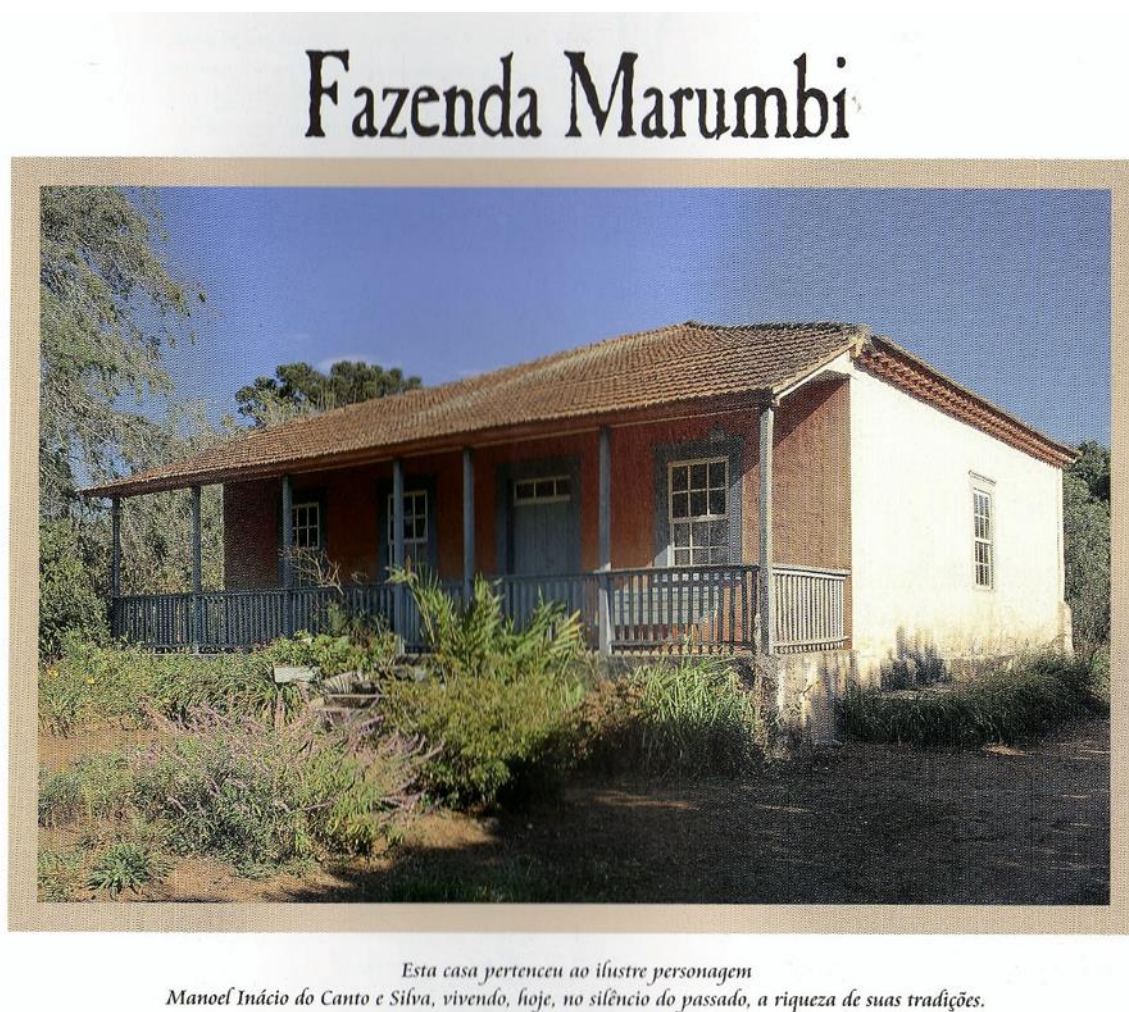
Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. **Castro Antiga: Imagens e Lembranças**. 2.ed. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2002.

FIGURA 66 – Página do álbum *Castro Antiga: imagens e lembranças* (3)

Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. **Castro Antiga: Imagens e Lembranças**. 2.ed. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2002.

O segundo álbum, *Sesmarias, Velha Fazendas e Quilombos: Campos de Castro*, foi publicado no ano 2000, e também sublinhou a “recuperação do passado”, “resultado de sérias pesquisas, que, acreditamos, poderão servir de base e estímulo à compreensão do valor histórico das propriedades visitadas” (MUSEU DO TROPEIRO, 2012, n.p.) Neste caso então, Judith, Léa Cardoso Villela e o fotógrafo Carlos Kugler foram pessoalmente nas quatorze propriedades selecionadas para realizar levantamentos de características arquitetônicas e produzir material fotográfico (AGENDA, 28.mar.2000). Além da descrição das edificações, as imagens são acompanhadas da identificação dos diferentes proprietários que foram mudando ao longo dos anos e a explicação das origens das denominações.

FIGURA 67 – Página do álbum *Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos: campos de Castro*, 2000 (1). A Fazenda Marumbi foi o local onde ocorreu o Pouso Tropeiro de 1990



Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. **Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos:** Campos de Castro. 3.ed. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2012.

FIGURA 68 – Página do álbum *Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos: campos de Castro*, 2000 (2)



Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. *Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos: Campos de Castro*. 3.ed. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2012.

Ao final, após explanação sobre cada uma das fazendas selecionadas, consta um artigo de Oney Barbosa Borba, então presidente da AAMT, intitulado *Escravos negros dos Campos Gerais*, que apresentou um apanhado geral sobre o tema, com ênfase para as comunidades quilombolas da região, com fotografias de alguns membros dessas comunidades.

Vale ressaltar que Oney iniciou seu raciocínio explicando qual seria a conceituação de quilombo: “tentativa de organização social para sobrevivência daqueles negros que fugiam do regime escravocrata”, e para o autor, segundo este conceito, “no território abrangido pelos campos gerais nunca houve quilombo” (BORBA, 2012, n.p.). Uma afirmação um pouco contraditória com o restante do texto que relata as revoltas e fugas identificadas por ele nos documentos oficiais locais (principalmente processos crimes).

Os fugidos, por segurança, escolhiam os cafundós, na esperança de sobreviver livres da escravidão. Entre nós, bem retirados dos campos, houve lugares de refúgios como no mocambo da fazenda Taquara, nos socavões do sertão da Ribeira, nos cafundós da serra do Apon há o lugar conhecido como Canhembora, nome em tupi quer dizer fujão. Em tais lugares há descendentes possíveis daqueles escravos fugitivos da escravidão brasileira. A propósito convém sempre com vergonha reconhecer que o Brasil foi o último país americano a extinguir por lei o fim da escravidão negra” (BORBA, 2012, n.p.).

Como o exemplo de quilombo a que ele se refere é Palmares, acreditamos que o autor não reconhece as comunidades tradicionais negras localizadas em Castro como quilombos, talvez por não identificar uma organização social estruturada como Palmares e por não reconhecer que os conceitos também possuem historicidade e, portanto, não estão congelados no tempo e no espaço. No entanto, a despeito destas ressalvas, esta é uma das publicações do Museu do Tropeiro que mais se aproxima de uma visão crítica, devido às posturas e concepções do próprio Oney. Além disso, a introdução deste álbum traz uma citação do historiador Fernando Novais, afirmando que “em história, não pode haver nunca obra definitiva; tudo ao que podemos aspirar são aproximações mais ou menos felizes” (NOVAIS, 2018, p.7), fugindo então daquela concepção tradicional de História como verdade absoluta.

O terceiro álbum, intitulado *Castro – Antiga Sant’Ana do Iapó: Patrimônio Cultural e Arquitetônico*, foi lançado em 2001 e é apresentado por Diair Santos¹⁶⁵ como um “álbum de memórias dedicado aos castrenses do passado, do presente e do futuro” (SANTOS, 2001 *apud* MUSEU DO TROPEIRO, 2020, n.p.). Também com fotografias de Carlos Ernesto Kugler, o livro pode ser dividido em três partes: a primeira que apresenta os oito imóveis tombados em nível estadual do município, com as descrições técnicas feitas pelo arquiteto Dr. Ciro Correa Lyra que era servidor do IPHAN desde 1979; a segunda que traz mais seis edificações com imagens da fachada e do interior, incluindo a Igreja Matriz, portanto construções que foram entendidas e selecionadas como ícones da arquitetura local, mas que não estavam sob proteção de tombamento; e por último mais doze fotografias apenas das fachadas de outros doze imóveis, em que se encontrava alguma característica de arquitetura colonial ou técnicas de construção utilizadas até o início do século XX (MUSEU DO TROPEIRO, 2020).

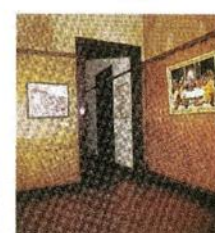
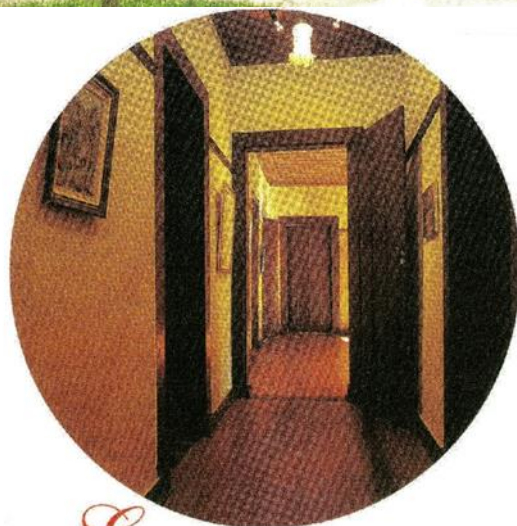
Não colhe este trabalho a pretensão de ser perfeito. Pretende, sim, fixar-se como documentário técnico e informativo da variedade dos estilos arquitetônicos presentes nas edificações retratadas. Pretende mais. Que a fixação iconográfica desse patrimônio possa evocar futuros estudos do nosso passado cultural, social, histórico e econômico: possa, ainda, inspirar deveres e responsabilidades com a sua preservação (MUSEU DO TROPEIRO, 2020, n.p.).

Como uma das mais antigas cidades do Paraná, Castro possui um significativo conjunto de edificações com técnicas construtivas e estilos peculiares, principalmente do século XIX. No entanto, o número de imóveis protegidos pelo estado é pequeno se comparado

¹⁶⁵ Já explicamos anteriormente que a procuradora Diair Santos era a pessoa a quem Judith recorria para revisar seus textos, correspondências e ofícios. Além disso, mesmo residindo em Curitiba, a jurista também era membro da AAMT.

a outras cidades do mesmo período. Em nível municipal há apenas uma edificação tombada desde 2003, um prédio que abriga um hotel.

FIGURAS 69 e 70 – Páginas do álbum *Castro – Antiga Sant’Ana do Iapó: Patrimônio Cultural e Arquitetônico* (2001)



E

dificação em taipa, provavelmente da década inicial do século XIX, constitui bom exemplo da arquitetura adotada no Paraná durante a fase do tropeirismo. Sediou o primeiro jardim de infância particular do Brasil, dirigido pela educadora Emilia Erichsen. Construída sobre planta retangular, a edificação tem sua fachada principal emoldurada por cunhais de massa, aberturas (uma porta e quatro janelas) enquadradas por requadros em madeira e encimadas por vergas retas; janelas em sistema de guilhotina, divididas em quadriculos, e postigos internos. Cobertura em telhado de quatro águas, telha canal, arrematada por beiral em cimália. (Dr. Ciro Corrêa Lyra, Coordenador do IPHAN).

• João Moreira Garcez foi localizado como proprietário, em 1857, passando a casa nos anos seguintes à Professora Emilia Erichsen, que ali fez continuar a sua Escola de Primeiras Letras, que já funcionara antes à Rua do Rosário e no Largo da Matriz.

Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. **Castro – Antiga Sant’Ana do Iapó: Patrimônio Cultural e Arquitetônico**. 3.ed. Castro: Carlão Assessoria Gráfica, 2020.

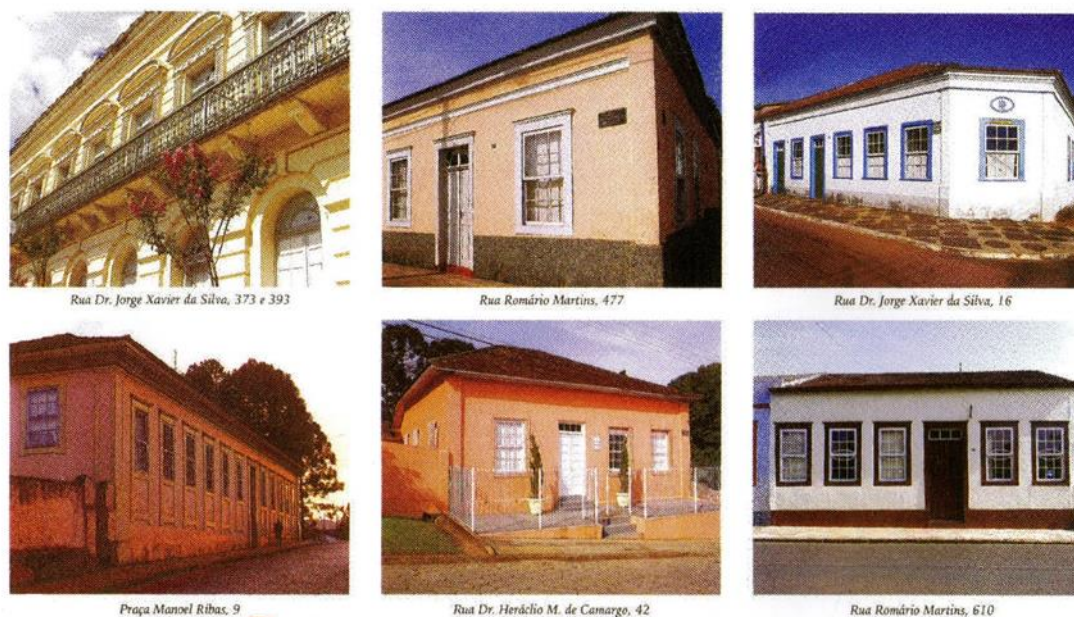
No ano seguinte à publicação deste álbum, em 2002, o Ministério Público do Paraná produziu um relatório a respeito do patrimônio arquitetônico da cidade e encaminhou à Secretaria do Estado da Cultura um pedido para o tombamento do centro histórico de Castro (INVITTI, 2008, p. 97). Segundo o MP “o seu centro histórico estava se tornando exclusivamente comercial e aos poucos estava sendo descaracterizado, seja pela poluição visual, seja pela interferência arquitetônica realizada nas fachadas” (INVITTI, 2008, p. 97).

O perímetro definido como área de interesse de tombamento tem como eixo principal a antiga “Rua das Tropas”, isto é, os relatórios técnicos, assim como a própria publicação do museu, invariavelmente justificam ou embasam os estudos sobre o patrimônio edificado urbano a partir do tropeirismo.

As margens do Iapó, o número de moradias se multiplicava em razão do tráfego intenso de viajantes e tropeiros, que em suas idas e vindas, traziam as influências de outras paragens, com estilos, ornamentos e arremates variados. Assim, nossa arquitetura foi adquirindo fisionomia própria, ora copiando arquitetura erudita, ora simplificando-se devido às circunstâncias do meio, ora fazendo permanecer certas estruturas tradicionais. (MUSEU DO TROPEIRO, 2020, n.p.).

A arquiteta Alessandra Luckow Invitti (2008, p. 96) produziu uma dissertação de mestrado em História, analisando o que ela denominou de “entrevos para a aplicação de uma política local de conservação dos bens patrimoniais”. A autora explicou que desde 2004 a Coordenadoria Estadual do Paraná deu início ao processo de tombamento do centro histórico de Castro, o que acarretou audiências públicas tumultuadas, marcadas pela rejeição da ideia por um número significativo de proprietários (INVITTI, 2008). Devido aos conflitos vivenciados, a Secretaria Estadual de Cultura suspendeu o processo, que foi retomado em 2020 e até a conclusão desta pesquisa este imbróglio ainda não foi resolvido. Todavia, podemos afirmar que durante todos esses anos, a insegurança jurídica de um espaço sob inventário, mas sem definições legais de proteção, acabaram gerando indefinições e consequentes prejuízos nesse patrimônio cultural edificado. Assim, empiricamente, observando a paisagem urbana, atestamos que o terceiro álbum do Museu do Tropeiro, tornou-se de fato um registro documental, uma vez que muitas das construções que compõem as imagens da publicação foram descaracterizadas ou completamente demolidas.

FIGURA 71 – Página do álbum *Castro – Antiga Sant’Ana do Iapó: Patrimônio Cultural e Arquitetônico* (2001)



Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. **Castro – Antiga Sant’Ana do Iapó: Patrimônio Cultural e Arquitetônico**. 3.ed. Castro: Carlão Assessoria Gráfica, 2020.

A última publicação dessa série foi o *Sant’Ana do Iapó: Castro nasceu aqui*, de 2005. Dentre todos os álbuns, esse é quase que exclusivamente imagético, contendo apenas alguns comentários descritivos de viajantes como Sant-Hilaire, por exemplo, ou laudatórios, sem assinatura. Assim como nos demais, as fotografias são de autoria de Carlos Kugler e retratam a vegetação, o cânion do rio Iapó, as cachoeiras, as matas de araucária, as grutas e os campos, mas sem identificar os locais exatos onde as imagens foram produzidas.

FIGURA 72 – Imagem do álbum *Sant’Ana do Iapó: Castro nasceu aqui* (2005)



Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. **Sant’Ana do Iapó: Castro nasceu aqui**. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2005.

Segundo os textos de apresentação e introdução, assinados por Diair Santos e Amélia Podolan Flugel, respectivamente, a intenção foi abordar um aspecto do patrimônio que não havia ainda sido tratado: o natural. “O intuito desta divulgação é o mesmo que norteou os outros, ou seja, enfatizar a importância e beleza da terra castrense, ao mesmo tempo em que se clama pela preservação e restauração da sua riqueza ambiental natural, considerada nos seus mais largos conceitos” (MUSEU DO TROPEIRO, 2005, n.p.).

Entendemos que este último, aparentemente, seria uma produção para fruição, por apresentar aprazíveis obras feitas por um talentoso fotógrafo e em razão de não trazer dados técnicos de produção do conhecimento acerca dos aspectos naturais de Castro ou dos Campos Gerais. No entanto, não deixa de ser uma forma de comunicação do Museu do Tropeiro e ao mesmo tempo uma ferramenta de estímulo para novas reflexões com perspectivas recentes no campo da historiografia como a História Ambiental e a dimensão Natural como uma faceta do Patrimônio Cultural¹⁶⁶.

Retomando a reflexão sobre o museu como um laboratório de história, analisando todas as publicações do Museu do Tropeiro (ANEXO H), entendemos que os álbuns são resultados do trabalho de pesquisa realizada **pela** instituição e **na** instituição. Contudo, concluímos que o formato, a proposta e os objetivos pressupostos em um projeto que nasceu sob o título de “orgulhe-se de Castro”, inclinam estas publicações para a construção de um veículo capaz de recriar, manter e divulgar determinadas memórias sobre Castro e não produzir conhecimento histórico ou científico, conforme preconiza Meneses (2013). Conotação que não se repete em outros projetos que selecionamos.

Com a fundação da Associação de Amigos e a criação de um espaço para pesquisa, no fim da década de 1990 as anotações das Agendas revelam a presença constante de alguns membros para debater ideias, consultar os livros da biblioteca e desenvolver investigações. Além de Léa Maria Cardoso Villela e Oney Barbosa Borba, os professores João Maria Ferraz Diniz e Emerenciana Ehalt passaram a frequentar quase que diariamente o museu durante o processo de elaboração de uma cronologia (AGENDA, 19.out.1999). Segundo as atas da AAMT, João Maria Ferraz Diniz, membro desde 1999 foi quem propôs tal trabalho. Diniz era médico veterinário de formação e professor aposentado da Universidade Federal do Paraná e desde que se tornou associado foi um dos maiores incentivadores de produções bibliográficas.

¹⁶⁶ Sobre o tema ver: MELO, Mario Sergio de; MORO, Rosemeri Segecin; GUIMARÃES, Gilson Burigo **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

Além disso, era artista plástico e produzia ilustrações, telas e quadrinhos para exposições e publicações¹⁶⁷.

Castro Antiga: cronologia (2003) foi a única publicação organizada a partir do Museu do Tropeiro que passou por uma editoração externa à instituição. Em geral, as demais foram financiadas pela prefeitura municipal ou contaram com patrocínio de pessoas físicas ou jurídicas, sendo diagramadas e impressas pela gráfica local (Kugler Artes Gráficas). Já a cronologia foi financiada e impressa pelo Governo do Estado do Paraná através da Imprensa Oficial do Estado. Um livro fruto de um trabalhoso levantamento de retrospectiva cronológica de efemérides desde 1704 a 1930 da região dos Campos Gerais. Portanto, o eixo central da obra traz uma sequência de datas, nomes e fatos, literalmente. Outrossim, também apresenta anexos com listas de: arruamentos de Castro (1789 a 1930), vigários da Igreja Matriz (1772 a 1934), prefeitos (1789 a 1930), inventários *post mortem* (organizados por nomes dos inventariados e ano do processo de 1854 a 1936), e nomes e sobrenomes de imigrantes, em sua maioria europeus, mas há também uma pequena lista com alguns nomes pessoas identificadas como africanos (DINIZ, et al. 2003).

Os membros da associação envolvidos nesse processo não eram historiadores de formação. Dessa forma, percebemos que a leitura de História destes pesquisadores estava muito próxima do entendimento da disciplina do século XIX, o que significa entender que há uma preocupação em descobrir verdades, estabelecer datas e reconhecer pessoas, a partir de documentos oficiais. Sendo assim, este é um trabalho deveras descritivo. Pensando sobre a questão da produção do conhecimento, reconhecemos que a publicação reúne sim o fruto de muito trabalho de pesquisa, no entanto, a partir de uma perspectiva da função social da escrita da história, bem como baseados em linhas de análises críticas de produção do conhecimento histórico provenientes do mundo Acadêmico, percebemos que esta publicação pode ser encarada como um instrumento de pesquisa. Um inventário que aponta de forma rápida e cronológica dados e unidades documentais sobre a história de Castro. Em outros termos, fazendo uma analogia com a imagem de laboratório, o Museu do Tropeiro viabilizou “microscópios, lâminas e amostras” à comunidade e aos cientistas interessados em fazer experiências de observação e análises.

¹⁶⁷ Em Castro, o professor era conhecido como historiador e sem dúvida foi um dos principais colaboradores das atividades do Museu do Tropeiro. João Maria Ferraz Diniz, com apoio da AAMT e dos funcionários da instituição, organizou e publicou uma série com mais de uma dezena de livretos sobre as matérias tratadas pelo museu, muitos na linguagem dos quadrinhos, uma vez que seu principal público era o infantil e o seu objetivo era a produção de ferramentas que pudessem complementar materiais pedagógicos. Organizamos um quadro com todos os títulos que estão disponíveis no Museu do Tropeiro e podem ser conferidos no Anexo I.

Segundo Meneses (2013, p. 17), além da produção do conhecimento, “formar o espírito crítico” é “a maior responsabilidade social do museu”. Nesse sentido, é que apresentamos agora a experiência que mais se aproxima destas intenções de debate público e demonstram o potencial crítico que um museu pode oferecer.

4.4.1. Seminário de Tropeirismo: interlocuções e reflexões

Impulsionado pelas comemorações do tricentenário da concessão da sesmaria, em 2004, nos dias 19 e 20 de março foi realizado o primeiro e único Seminário de Tropeirismo¹⁶⁸ promovido pelo museu. Contudo, a ideia de um evento para reunir pesquisadores da temática estava sendo discutida desde 1996 (AGENDA, 34.jan.1996). “O ponto de partida foi a proposição de realizar um encontro de ideias e estudos sobre o tropeirismo, através das pesquisas mais sérias e minuciosas a respeito do assunto” (MUSEU DO TROPEIRO, 2004b, p. 1).

José Ruiter Cordeiro, advogado e membro da Academia de Letras dos Campos Gerais (FONTES; CHERES; ZAN, 2015, p. 128), foi o mestre de cerimônia e mediador do evento. Após cumprir todos os protocolos fez questão de registrar o protagonismo feminino em prol do seminário e da preservação do patrimônio cultural da cidade fazendo referência às organizadoras do evento.

Obrigo-me a reconhecer prazerosamente que as mulheres, em especial as mulheres deste município, expressam o que de melhor e mais profundo poderia conter qualquer sociedade, notadamente se considerarmos o imprescindível tecido de cidadania que tonaliza o nível de consciência social, cultural e política de uma comunidade, pois aqui é fácil de verificar, nós vemos um auditório em que a presença das mulheres é uma presença, desde logo, majoritária (CORDEIRO, 2004, p. 6).

A primeira palestra foi proferida pela pesquisadora Léa Maria Cardoso Villela, que foi servidora vinculada à Secretaria de Educação do município e que atuava como assessora, de forma voluntária, do Museu do Tropeiro. O título de sua fala foi “A indumentária do tropeiro no Paraná”. Vale ressaltar que nas atas das reuniões da AAMT são recorrentes as discussões e a preocupação dos membros em diferenciar o tropeiro paranaense do gaúcho dos pampas e

¹⁶⁸ As fontes disponíveis sobre o evento são fotografias e um livro de publicação independente com a transcrição de todas as palestras e discussões do evento. Segundo a apresentação o evento e a publicação foram organizados por Judith Carneiro de Mello, Léa Maria Cardoso Villela e Amélia Podolan Flugel (MUSEU DO TROPEIRO, 2004b).

frequentadores dos Centros de Tradição Gaúcha (CTG's). Por isso a fala da pesquisadora foi para explicar ao público o que é o Museu do Tropeiro, porque Castro tem esse museu e quem era o tropeiro paranaense e como ele se apresentava. Dessa forma, o seminário significou uma oportunidade de expor as pesquisas realizadas pela instituição e promover debates sobre o tema.

Segundo Léa Villela, que estava representando o museu, o tropeiro era um agente do comércio de muares, mas também “um emissário oficial, o correio, o transmissor e notícias, o intermediário de negócios, o portador de bilhetes, recados, encomendas, receitas” (VILLELA, 2004b, p.7). Fundamentada em obras que vimos no primeiro capítulo, a fala buscou identificar ou construir um perfil para o tropeiro, representação profundamente assinalada pela imagem do heroísmo e pela reiterada convicção de uma honestidade simbolizada pela metáfora do “fio da barba”. “O tropeiro pelo seu desempenho na vida econômica, social e cultural, deixou na história de nossa gente, nossa pátria um exemplo de dignidade, de heroísmo, de costumes, onde a palavra dada não precisava de firma reconhecida” (VILLELA, 2004b, p. 7).

A apresentação e descrição dos trajes são resultados de pesquisas em inventários *post-mortem* e aquarelas do século XIX e foram representados por voluntários da comunidade que usaram réplicas dessa indumentária, conforme pode ser verificado na imagem abaixo:

FIGURA 73 – Indumentária tropeira – I Seminário de Tropeirismo (2004)



Fonte: Acervo Museu do Tropeiro.

A segunda fala do evento é de um membro da Academia. Professor da PUCRS, Moacyr Flores é autor do livro *Tropeirismo no Brasil* publicado em 1998¹⁶⁹. Historiador de formação, Flores especializou-se em História do Rio Grande do Sul, mais especificamente na história da Revolução Farroupilha (1835-1845). Em suas pesquisas de mestrado e doutorado dedicou-se a compreender primeiro as ideias políticas daquele conflito, e depois a participação da sociedade, das famílias e da igreja no movimento, a fim de refletir sobre os modelos sociais e econômicos dos Farrapos¹⁷⁰. A Revolução tencionou uma eventual separação daquele território do Império Brasileiro e a possibilidade de criação de uma República, assim esse “evento” tornou-se um símbolo do Rio Grande do Sul, comemorado e fomentado pelo denominado tradicionalismo gaúcho. As pesquisas de Flores buscam historicizar esse processo e acabam por problematizar as construções míticas em torno deste episódio.

Essa postura crítica diante da concepção de mitos na história ou para a história elucida os caminhos e as leituras indicadas pelo professor durante sua comunicação intitulada *Os tipos de tropeiros*. Primeiro, Flores comentou sobre a definição de tropeiro encontrada em dicionários do início do século XIX “como um homem que conduz cavalgadas”. Já em pesquisas no Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul anotou que encontrou documentos do século XVIII em que tropeiro significava o dono da tropa e não aquele que conduzia a mesma, este último seria denominado peão. E para demonstrar sua argumentação sobre a origem dos conceitos e como são construídos ao longo do tempo, tratou também do termo *gaúcho*, fazendo a seguinte interpretação: “eu sei que vocês têm CTG, por favor, isso aí não é o gaúcho. Gaúcho de CTG é invenção de poeta, eles nunca existiram, o verdadeiro gaúcho é outro, é o marginal, sociedade, é o bandido, esse que era o gaúcho” (FLORES, M. 2004b, p. 14).

O palestrante explicou que *a priori* o termo *gaúcho* era pejorativo no Rio Grande do Sul durante o século XVIII. “Temos que cuidar quando usamos a palavra *gaúcho*. O gaúcho de CTG é um mito, assim como o bandeirante é um mito” (FLORES, M. 2004b, p. 14). Flores apresentou uma fala contrária aos tradicionais discursos de celebração. “O bandeirante era um

¹⁶⁹ FLORES, Moacyr. **Tropeirismo no Brasil**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.

¹⁷⁰ As pesquisas resultaram nos seguintes livros: FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**: as idéias políticas da Revolução Farroupilha. Editora Mercado Aberto: [distribuição exclusiva, AUDIPEL], 1978; e FLORES, Moacyr. **República Rio-Grandense**: realidade e utopia. Edipucrs, 2002.

pirata de terra, que pilhou e aprisionou e num segundo momento buscou ouro e pedras preciosas” (FLORES, M. 2004b, p. 14). Problematisações que possivelmente foram consideradas polêmicas pelos presentes, como: “não é o tropeiro que funda, mas é em função da atividade dele que surgem as cidades” (FLORES, M. 2004b, p. 15).

Do mesmo modo, de forma bastante enfática, defendeu que a partir do século XIX passou a ser chamado de tropeiro todo aquele que conduzia uma tropa, “a palavra vai se modificando, de dono da tropa, de capataz, para arrieiro, agora tropeiro é todo mundo, aquele que conduz a tropa é tropeiro, então a palavra mudou, não é mais aquela primeira que significava o dono da tropa” (FLORES, M. 2004b, p. 15). Reiterando, portanto, o entendimento de Aluísio de Almeida de que, no período do auge da atividade, a denominação não ficou restrita aos homens de posses oriundos de tradicionais famílias paulistas. Aliás, registrou também a presença dos charruas nas atividades pecuárias, povos originários que habitavam os atuais territórios do Uruguai, Argentina e do sul do Rio do Grande do Sul e “não foi só o índio que trabalhou como tropeiro, mas também o escravo, o negro” (FLORES, M. 2004b, p. 17). Para Flores não é possível identificar uma etnia na atividade tropeira, pois “o tropeiro é o grande proprietário, é o pequeno proprietário e é também a pessoa pobre, o miserável que vai trabalhar na tropa, então a tropa é um mosaico étnico” (FLORES, M. 2004b, p. 17).

Não são só os barões, ou só os condes, mas também gente humilde, que as vezes, tem duas mulas e se unem com um vizinho que tem mais duas, com outro vizinho que tem mais três e aí eles formam uma tropa. Então, os pequenos proprietários também estão aí como tropeiros. E como tropeiros todas as etnias, o branco, o índio e o negro. Todos são tropeiros, então há uma verdadeira mistura. (FLORES, M. 2004b, p. 22).

Ao final destas duas primeiras falas, o público presente teve oportunidade de proferir perguntas aos palestrantes e em diferentes momentos destacamos as seguintes interrogações do auditório: “a que se deve, então, maior importância dada ao bandeirante no Brasil e não é dada tal importância ao tropeiro?” “Existem registros de atrocidades, barbaridades praticadas por tropeiros nessas principais rotas?” “O professor falou em mitos, existe o mito dos tropeiros?” (MUSEU DO TROPEIRO, 2004, p. 31-35).

Respondendo e refletindo sobre as questões Flores ponderou que todos os povos criaram ou criam seus mitos, e para esclarecer ao público recorreu a figura de Tiradentes e a construção de um herói para a República brasileira com a concepção da imagem de um alferes com cabelos e barbas compridas, lembrando Jesus Cristo. “Constrói-se o herói, pois o povo precisa de heróis” (FLORES, M. 2004b, p. 31).

Já sobre “crimes ou atrocidades”, o historiador lembrou que durante o período estudado o uso de armas de fogo fazia parte do cotidiano rural e que pelos caminhos percorridos pelo interior do país tropeiros foram assassinados ou assassinaram. Todavia sua fala tem um tom de justificativa do uso dessas armas em virtude da imposição de defesa pessoal ou “patrimonial”, e mesmo quando mencionou os assassinatos dos povos originários vinculou-os a uma presumida “necessidade”, nas palavras de Flores “foi necessário matar os índios Jês”, tronco linguístico que, no Brasil meridional, atualmente correspondem aos povos Kaingang e Xokleng (PARELLADA, 2006, p. 39)¹⁷¹. “Esse trabalho de matança dos Jês era feito por profissionais chamados bugreiros. Que vão limpar as zonas, a trilha, matando os Jês para o tropeiro poder atravessar. Então, a trilha não é só heroica, ela tem também esse lado sangrento” (FLORES, M. 2004b, p. 34).

O palestrante reconheceu o uso da violência. No entanto, nos parece que há um esforço em dissociar a responsabilidade destes atos à imagem do tropeiro. É preciso dizer que o Seminário de Tropeirismo trouxe à tona discussões e perspectivas que até então não estavam explícitas nos materiais publicados pelo Museu do Tropeiro. Todavia, na exposição, peças como as garruchas, espingardas e a gargalheira, são vestígios destes temas, de certa forma desconcertantes para um lugar concebido enquanto um espaço celebrativo e de homenagem. Por mais que prevalecesse o interesse em construir um *lugar de memória* para solenizar supostas conquistas e progressos econômicos e sociais, acreditamos que não foi possível silenciar ou esquecer outras memórias, afinal, como advertiu Chagas (2006) “há uma gota de sangue em cada museu”. Por fim, optamos por trazer ao leitor a resposta completa sobre as indagações quanto a uma possível construção mítica envolvendo a atividade tropeira e seus agentes:

A gente vê que está sendo construído um mito. Como está sendo construído o mito do pioneiro imigrante alemão, italiano, polonês. Os indivíduos saíram lá da Europa corridos pela fome, pela miséria. Agora são todos descendentes de nobres! Que isto! Então não estão vendo como saíram de lá? Então está se criando o mito. E é claro que esse mito é necessário. Ele faz parte. Porque o indivíduo precisa acreditar em coisas que transcendem a ele. Então ele cria toda uma mitologia. E é claro que estamos criando o mito do tropeiro. E a minha luta, porque eu trouxe, **aliás à professora Judith que me pediu essa palestra**, porque essa palestra? É justamente para nós começarmos a ver, pela origem da própria palavra, pelo tipo, que o negócio não é bem assim. **Que havia gente humilde, que havia gente pobre, e eram todos tropeiros.**

E depois é o seguinte, se me permitem aqui colocar uma coisa, a senhora Lea falou em documentação. Se a gente for no arquivo judiciário vai ver que naquela época

¹⁷¹ A família Jê, um dos ramos mais recentes das línguas Macro-Jê, separou-se há mais de três mil anos do tronco principal. PARELLADA, Claudia Inês. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira**: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná. 2006. 271f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

também, havia os tratantes. O tropeiro tratante, não eram todos honestos. Eles eram seres humanos, e tem que se dar a dimensão humana. Havia, também tratantes que muitas vezes eram acusados de roubo, de desvio de valores. Então, em dado momento nós começamos a construir um personagem da história e a mitificar esse personagem. Eu creio que não podemos esquecer a dimensão humana. A dimensão humana é fundamental. Então, cadê outra pergunta: havia somente homens valentes? Não havia também pessoas covardes no meio? Homossexuais havia no meio? Claro que havia. Viajando meses e meses só homens, então havia homossexualismo e claro quando eles chegam no pouso estavam lá às mulheres à disposição. Em Sorocaba era uma festa, não ficava mulher pobre, mas durante a viagem, não. Então havia o homossexualismo¹⁷²? Sim, havia. É essa dimensão humana que temos que dar e cuidar na construção dos mitos (FLORES, M. 2004b, p. 35, grifo nosso).

Para além de todas as problematizações e contestações possíveis nesta fala, a trouxemos na íntegra para destacar que Flores comentou que Judith definiu o tema da fala e que a intenção era justamente compreender a complexidade dos “tipos” de tropeiros. Demonstrar que não se tratava apenas de uma história de barões. Lembramos que em um depoimento a diretora revelou que quando começou a pesquisar sobre o tema, entendeu que aquela história era a história “do caboclo de Castro” que seu pai contava (MELLO, 2002 *apud* AAMT, 2013, p. 26). Ademais, essa palestra e os debates gerados a partir dela foram todos transcritos, pulcados e disponibilizados no Museu do Tropeiro, chegando inclusive a ter uma 2ª edição (MUSEU DO TROPEIRO, 2004b).

Essa publicação traz na sequência a fala da também professora da PUCRS, Hilda Agnes Hubner Flores, graduada em filosofia com mestrado em história pela mesma instituição, autora da obra *Dicionário de Mulheres* (1999), entre outros textos relacionados a temática de gênero. Hilda, esposa de Moacyr Flores, comentou que Judith a convidou para falar sobre a “a mulher na época do tropeirismo” (título de sua fala). Segundo a pesquisadora, até aquele momento, ela não tinha conhecimento sobre tropeiras, e por esse motivo trataria a respeito da vida das mulheres naquele contexto (FLORES, H. 2004b, p. 38).

Suas fontes são principalmente os inventários *post mortem* e os relatos de viajantes. Apontou que na atividade de condução de tropas, não havia espaço para as mulheres, pois o feminino estaria reduzido ao ambiente doméstico. “A mulher casadoira do século XIX, deveria aprender piano, falar francês, bordar e ordenar. Isso se rica, se pobre, ela trabalharia” fora de casa. (FLORES, H. 2004b, p. 43). Citando Saint-Hilaire, Hilda comentou sobre a

¹⁷² Ressaltamos que o termo homossexualismo é um termo em desuso, posto que o sufixo “ismo” é também relacionado a noção de doença e no dia 17 de maio de 1990, a Assembleia-geral da Organização Mundial de Saúde - OMS retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais da Classificação internacional de doenças – CID. O dia 17 de maio é o Dia Internacional de combate a homofobia. Sobre história da sexualidade ver: FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. 14.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001a; FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade II: o uso dos prazeres**. 9.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2001b.

prostituição nos locais de pousos e a existência das doenças sexualmente transmissíveis, “então sobrava para a mulher em casa, ela não acompanhava a tropa e o dinheiro não voltava para casa, o que o homem trazia para dentro de casa era a doença venérea” (FLORES, H. 2004b, p. 41). Na sequência apresentou dados biográficos de diversas mulheres que viveram no Rio Grande do Sul e não aprofundou mais questões acerca do tema proposto. Porém, esse comentário sobre a prostituição e a displicência financeira predita por Saint-Hilaire sugere um prisma diverso daquele apontado na primeira fala do evento e que representava a instituição.

Na sequência Henrique Paulo Schmidlin, mais conhecido pelo apelido de Vitamina, bacharel em Direito, membro do Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Paraná desde o final da década de 1980, montanhista e pesquisador na área de patrimônio natural foi convidado para falar sobre “*Os caminhos de Castro*”. Para Schmidlin “todos os caminhos vinham à Castro”, pois todas as antigas comunicações teriam alguma conexão no Brasil meridional (SCHIMIDLIN, 2004b, p. 58). A comunicação deste pesquisador é fundamentada em um projeto de investigação e identificação do *Caminho do Peabiru* no Paraná. Esta era uma “uma linha de penetração” utilizada pelos povos originários e que ia de São Vicente, litoral paulista, à Cusco, no Peru. Um caminho que possuía outros ramais, mas que basicamente ligava o Oceano Atlântico ao Oceano Pacífico.

Retomando a história de ocupação do território Paranaense, Schmidlin cita muitos dos nomes e datas já mencionadas no primeiro capítulo sobre a abertura de caminhos no século XVIII. Comenta também que as rotas dos tropeiros coincidem com as atuais rodovias e com a ferrovias, estas últimas principalmente nos trechos paulistas. Não obstante, as informações trabalhadas por este palestrante e que geraram debates foram mais no sentido da análise sociológica apontada por ele, quando enumerou os municípios e localidades gaúchas que teriam sido formadas e povoadas por pessoas dos Campos Gerais e estariam então ancoradas à atividade tropeira, como: Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Carazinho, Cruz Alta, Santo Ângelo, Santo Luiz Gonzaga, São Borja, Lages, Curitibaanos, São Joaquim, Goio-En. O pesquisador destacou as aproximações culturais, “o próprio linguajar serrano tem a pronúncia idêntica da população do Paraná tradicional” (SCHIMIDLIN, 2004b, p. 68). Reflexões que introduziram o conteúdo do conferencista seguinte.

Francisco Filipak, graduado e mestre em Letras pela PUCPR, professor, linguista, membro da Academia Paranaense de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná autor do *Dicionário Sociolinguístico Paranaense* (2002), entre outras obras, apresentou no evento a seguinte comunicação: “*O tropeirismo e a sua herança sociolinguística nos planaltos sul-brasileiros*” (FILIPAK, 2004b, p. 73). O resultado de suas análises é um

material com alto potencial para a composição das narrativas conservadas, produzidas e divulgadas pelo Museu do Tropeiro para a sociedade. O professor argumentou que no ir e vir dos tropeiros, elementos de São Paulo foram levados para o sul, assim como aspectos culturais do Rio Grande do Sul chegaram em São Paulo, deixando pelos caminhos, mais especificamente nos Campos Gerais, características dos dois extremos¹⁷³.

No entanto, assim como já havia alertado Schimidlin, o linguista também identificou características sociolinguísticas comuns as regiões dos planaltos do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, justamente nas regiões de rotas mercantis de animais xucros. Acreditamos que o levantamento de frases e vocábulos organizadas por Filipak contribuem substancialmente para nosso objetivo de reunir elementos e referências sobre as iniciativas de preservação da memória, sobre a produção do conhecimento acerca da temática e as implicações socioculturais dessas iniciativas, portanto transcrevemos o inventário de expressões propostos pelo pesquisador:

Vamos ver o que o tropeirismo nos deixou. Uma delas é “andar toda vida”. Se algum tropeiro paulista perguntava: “como é que vou para os Campos Gerais?”. Imediatamente ele era respondido: “você chegando na altura tal, costead a serra do Paranapiacaba, você vá toda vida para o sul”. “Toda vida” quer dizer “sempre”. E essa expressão “toda a vida” ficou. Às vezes, a gente pede informação, a qual respondem “você pega essa rua e vá toda vida”, que quer dizer, vá sempre em frente. É uma herança dos costumes dos nossos homens que andavam montados a cavalo e a mula;

“Acertar os arreios” significa “arrumar a vida da gente”, quando se dizia “agora ele acertou os arreios”;

“Abrir o charque” significa “fugir”, ou então, “abrir o pala”, que também significa fugir;

“Amarrar o burro”, quando se dizia “ele escutou algumas coisas lá, daí amarrou o burro”, quer dizer ficou “enfezado”, “se ofendeu”. “Ficou teimoso” por causa da ofensa;

No hipódromo: “arrepia a carreira”. O que era? Era “desistir”, “correr do jogo”;

“Amarrar a tropa”, “bater a bruaca”, que é “andar a cavalo” ou “andar à toa”;

“Bater guizos”, é “falar mal de alguém”. Eles é que encontravam as cascavéis na estrada, então estavam habituados a escutar o guizo da cobra;

“Bater o casco”, “bater a cola no lombo” é fugir, “levantar a cola”. Quando o cavalo levanta a cola ele desaparece campo afora;

“Cresce como rabo de cavalo” quer dizer “em vez de crescer diminui”;

“Conversa mole para boi dormir”;

“Chá de casca de vaca” é uma metáfora que significa “uma surra”;

“Destripa o mico”, muito usada entre nós, o tropeiro que via mico em toda parte, significava “vomitar”;

“Dormir na palha”, eles que dormiam quando muito no colchão de palha;

“Dar com os burros na água”;

“Dar pelota” é atender ao pedido”, “não dar pelota” é “não dar atenção”;

¹⁷³Filipak cita também uma pesquisa de Oney Barbosa Borba que descobriu na Câmara Municipal de Castro documentos que registraram reclamações sobre a debandada de castrenses para o planalto médio do Rio Grande do Sul: “entre 1820 e 1826, a população castrense caiu na base de 2 mil pessoas. Que migraram! Ora, naquele tempo 2 mil pessoas era gente! Era um desfalque para Castro” (FILIPAK, 2004b, p. 84)

“Dar carão” é “negar-se a dançar”. A moça que se nega a dançar com o rapaz “dá carão”. O mesmo que “dar tábua” no Norte do Paraná;
 “Dar bola a pé” era o vau da calda, onde a água batia na barriga do cavalo e este passava sem nadar;
 “Deitar o cabelo” é “fugir”.
 “Dormir nas palhas”, o tropeiro quando tinha conforto, dormia na palha, então significa “descansar” ou “perder a oportunidade”;
 “Estar de orelhas em pé”, vocês vejam, muito interessante, porque o burro, ou o cavalo quando ele chega num ponto e vê o perigo, ele levanta as orelhas. É uma expressão vivenciada pelo nosso cavaleiro, o tropeiro;
 “Entreverar os pelegos” significa casar-se;
 “Estar a meia guampa” é tomar umas manguaças. Manguaças é um termo de Minas Gerais que entrou no nosso dicionário;
 “Estar no mato sem cachorro”;
 “Negar o estribo” é negar-se a dançar com alguém;
 “Queimar o campo com chuva” é mentir.
 Outra interessante: nós hoje quando pagamos à vista, antigamente, há alguns anos atrás se dizia pagar no pára-lama. As notas aí no pára-lama. À vista. O tropeiro dizia assim: “na boca da guaiaca”, “pagar na boca da guaiaca”. Guaiaca era o cinturão com aqueles depósitos de couro para ele carregar as moedas, pois não havia banco. Eles tinham que ir levando com que pagar suas compras;
 “Fazer uma vaquinha” coletar um dinheiro para alguma finalidade.
 “Fincar as guampas no chão” cair do cavalo.
 “Lamber esporas”, o lambe esporas é aquele adulator. Adula alguém por interesse. (FILIPAK, 2004b, p. 86-88).

Filipak propôs uma denominação para essas características linguísticas comuns, o *Curitiense*, uma vez que “curi” na língua guarani significa “pinheiro” e o “ti” quer dizer “bastante”. “Por que “nossos planaltos, os do Paraná, o Catarinense e a Serra Gaúcha, são cobertos pela fitogeografia da Araucária, o nosso pinheiro” (FILIPAK, 2004b, p. 76).

O último a apresentar suas pesquisas no evento foi José Veiga Lopes, engenheiro de formação, que como pesquisador e escritor dedicou-se a literatura e a história do chamado Paraná Tradicional. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná e da Academia de Letras do Paraná, seus livros trazem levantamentos e transcrições de muitas fontes primárias. Sua apresentação foi intitulada “*Povoamentos dos Campos Gerais*” e assim como em suas obras, buscou construir uma narrativa sobre “a verdade dos fatos”, nomes e datas retirados de documentos oficiais¹⁷⁴.

Veiga Lopes apresentou um apanhado geral de dados retirados de inventários *post-mortem*, testamentos, comunicações oficiais da Província de São Paulo, listas de ordenanças, relatos de viajantes, entre outros. O pesquisador explicou que sua intenção era produzir e

¹⁷⁴ José Veiga Lopes era presença constante no museu nos anos 2000. Publicou diversos livros e no campo da história e suas obras apresentam muitas transcrições de fontes primárias e, portanto, são bastante referenciadas em pesquisas acadêmicas. Principalmente *Introdução à História de Tibagi* (2002), *Primórdios das Fazendas de Jaguariáiva e Região* (2002), *Fazendas e Sítios de Castro e Carambeí* (2004) e a monumental obra de quase 1000 páginas, *Aconteceu nos Pinhais* (2007). Por intermédio do Museu do Tropeiro, Veiga Lopes teve acesso aos inventários *post-mortem* da Comarca de Castro, pois as colaboradoras do museu retiravam os processos do Fórum e levavam até o museu para realizar um trabalho de transcrição dos documentos. Todos os inventários entre os anos de 1800 a 1870 foram transcritos e estão disponíveis para consulta desde então.

publicar uma história total da região dos Campos Gerais e que naquele evento estava lançando uma fração fundamental do seu intento, o livro *Fazendas e Sítios de Castro e Carambeí* (2004). A palestra iniciou no século XVIII, passando pelos registros das aberturas dos novos caminhos, pelas atividades econômicas, pela emancipação da província do Paraná no século XIX até chegar às colônias de imigrantes do século XX. Descreveu como se deu a concessão da primeira sesmaria da região e das demais que vieram na sequência, e assim como outros pesquisadores, corroborou com a ideia de que o “progresso” dos Campos Gerais foi resultado dos “intercâmbios promovidos pelo tropeirismo” após abertura do *Caminho Viamão-Sorocaba* (LOPES, 2004b, p. 101).

Para concluir nossas considerações sobre o evento, informamos que a participação da professora da UFPR, Cecília Maria Westphalen, um dos principais nomes da historiografia paranaense, estava prevista na programação, no entanto aos 77 anos, a historiadora veio a falecer poucos dias antes da realização do evento (MUSEU DO TROPEIRO, 2004b, p. 74). Aliás, durante a década de 1980 e 1990, Westphalen levava seus alunos anualmente à Castro e à instituição (AGENDAS, 1980-1990). já nos anos 2000, encontramos anotações sobre visitas de Judith à casa de Westphalen em Curitiba, inclusive em certa oportunidade a professora doou sete livros para o museu (AGENDA, 21.jun.2001). Da mesma forma, as fontes revelam que a presença de inúmeros investigadores, fossem eles acadêmicos, memorialistas, alunos da educação básica ou curiosos, era constante no cotidiano da organização.

Desde os primeiros documentos de fundação do Museu do Tropeiro, inferimos que havia uma pré-disposição a tornar aquele *lugar de memória* um lugar de pesquisa, ou nas palavras de Meneses (1994) um Laboratório da História. Percebemos que o Seminário de Tropeirismo foi um momento de “materialização” de um projeto de superação daquele entendimento de museu enquanto depósito de antiguidades. Após quase 30 anos de existência, um museu histórico temático promoveu um espaço de debate. Ainda que muitos dos pesquisadores convidados dialogavam com a perspectiva positivista de história, de busca pela verdade, o oferecimento de uma arena de discussão proporcionou reflexões acerca do dinamismo do conhecimento histórico e proveram um ambiente crítico à sacralização ou exaltação à uma determinada memória. Embora a concepção de museu esteja vinculada à percepção de conservação, o que ofereceria uma imagem de inércia ou permanência, as práticas e as ações de comunicação da instituição para com a sociedade ou o público se apresentam de modo dinâmico, adaptado e contemporâneo às demandas de cada momento.

Em síntese, vimos neste capítulo que o Museu do Tropeiro foi instituído como um *lugar de memória* organizado pelo poder público municipal e que foi idealizado como um monumento com caráter celebrativo, assim como tantas outras instituições museológicas ditas “tradicionais”. No entanto, isso não significa afirmar que estes museus estejam “maculados por pecado original e fadados à reprodução de modelos que eliminam a participação social e a possibilidade de conexão com o presente” (CHAGAS, 2002, p. 64). Além disso, apreendemos com Le Goff (2013) que todo documento é um monumento, o que significa afirmar que ambos são passíveis de investigações e problematizações. Os elementos que compõem a trajetória do Museu do Tropeiro são para nós fontes documentais capazes de indicar de que maneira foram delineados sentidos e significados acerca dos eventos do passado. Compreendemos que o Museu do Tropeiro é fruto da vontade de indivíduos e grupos que selecionaram determinados interesses e narrativas e que as memórias e as produções historiográficas sobre a atividade tropeira no Brasil Colonial subsidiaram as definições acerca do patrimônio cultural local. As histórias sobre os tropeiros e sobre a fundação da cidade de Castro - orientaram a seleção e salvaguarda de testemunhos materiais nesta instituição. Todavia, “a memória (provocada ou espontânea) é construção e não está aprisionada nas coisas, ao contrário, situa-se na dimensão interrelacional entre os seres, e entre os seres e as coisas” (CHAGAS, 2002, p. 62).

Convite

Completo-se uma jornada.
Chegar é cair na inércia de um ponto final.
Na euforia da chegada, porém,
há um convite irrecusável
para uma nova partida.

Helena Kolody

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início dessa jornada nos propusemos a compreender o porquê e de que maneira o tropeiro tornou-se principal elemento para a política de preservação do patrimônio cultural do município de Castro. Para esse intento percorremos um longo caminho. Saímos da cidade de Ponta Grossa no Paraná e fizemos viagens semanais até Assis no estado de São Paulo, onde fomos buscar as ferramentas teóricas que nos ajudariam em nosso intento. Em seguida, nosso principal ponto de parada foi às margens do Iapó, no Museu do Tropeiro, onde fizemos nossa “invernada” e coletamos o conteúdo que carregáramos em nossas bagagens. No retorno, anotamos, descrevemos e refletimos sobre as impressões e observações ao longo do percurso trilhado.

O Museu do Tropeiro é um museu público municipal, localizado no interior do Paraná e que foi inaugurado em janeiro de 1977 no município de Castro. *A priori* a instituição teria sido criada com o objetivo de preservar e divulgar a memória do comércio de muares no Brasil meridional. Nos propusemos a investigar o contexto, a trajetória, as contradições e as implicações de um museu histórico municipal que se identifica enquanto museu temático. Ou seja, empreendemos uma pesquisa com o objetivo de historicizar a institucionalização de um *lugar de memória*.

Realizamos levantamento da produção historiográfica sobre a temática da atividade tropeira no Brasil e demonstramos sobre quais bases narrativas o Museu do Tropeiro foi estruturado. Estas análises, nos auxiliaram no entendimento sobre o lugar do tropeiro na escrita da história, do mesmo modo que fundamentaram a origem da expressão *tropeirismo*, tão cara ao nosso objeto de pesquisa e largamente utilizada após a década de 1960 pela imprensa, pelos memorialistas e por membros da Academia. Concluímos que as aproximações e comparações com o movimento das Bandeiras e com os bandeirantes inspiraram tais reflexões, que foram propagadas principalmente por Aluísio de Almeida (1968, 1971).

Vimos que historiadores de diferentes tempos, fundamentações teóricas e posições sociais apresentaram interpretações diversas quanto as “histórias nacionais”. Todavia, em nossa análise, apontamos semelhanças e aproximações quando abordaram o tema do museu. Para nós, a razão fundamental dessas aproximações é justaposição das fontes consultadas, principalmente os relatos de viagem do século XIX, isto é, as representações elaboradas por Jean Baptiste Debret, pelo príncipe de Wied-Neuwled e a preponderância das observações e juízos do naturalista Saint-Hilaire. Além disso, em nosso primeiro capítulo, evidenciamos que o conhecimento histórico é, em muitos aspectos, uma história da escrita da história, uma vez

que os historiadores estão sempre revisitando o que foi produzido antes deles e refletindo sobre o próprio ofício.

O início da atividade pecuária, remonta aos primeiros anos de colonização, quando o gado vacum e cavalar foi inserido no território nacional, vindo de outras colônias e da Europa, para servirem de força de trabalho nos engenhos de cana de açúcar e como alimento. Há registro de tropas de gado de corte e cavalar não apenas nos limites da coroa portuguesa, mas em toda a extensão ocupada pelos colonizadores na América do Sul. A locomoção destes rebanhos recebeu denominações diversas, como comboios, boiadas e tropas. Da mesma forma, seus condutores também foram chamados de tocadores, boiadeiros, vaqueiros, carreiros e tropeiros. Particularidades regionais e culturais, decorrências evidentes de um país continental e plural.

As obras de referência acerca de uma história nacional, apontaram a pecuária como uma atividade acessória, de segunda importância no que diz respeito a estrutura econômica da colônia. No entanto, a atividade mercantil com animais de carga e de transporte onde o gado mular era o protagonista, assumiu contornos de assunto de primeira ordem em determinados quesitos. Quando se tratava do transporte de mulas, identificamos consonância em torno dos termos tropas, tropeiros e tropeadas, este último para se referir às viagens. Todos os autores estudados esclarecem que as mulas foram operadas como principal meio de transporte terrestre no Brasil até o advento das ferrovias no fim do século XIX. Contudo, foi com José Alípio Goulart (1961) e Aluísio de Almeida (1968;1971) que a compreensão acerca das peculiaridades dessa atividade tornou-se centro das reflexões. Estes autores, contribuíram para a difusão do conhecimento acerca dessa ocupação, explicando, por exemplo, que as características físicas das mulas perante os outros equinos, justificariam a preferência desses animais para o transporte de cargas, principalmente pela resistência e habilidade de se locomoverem por distintos e difíceis condições territoriais.

Outro ponto de convergência entre os autores estudados é que, com a intensificação da exploração das atividades mineradoras em Minas Gerais, houve uma demanda por gêneros de todos os tipos, entre eles os animais para o transporte e para escoação da produção. É preciso lembrar que as mulas são animais híbridos, portanto, estéreis e a sua criação depende da indução humana do cruzamento do burro e da égua, exigindo manejo adequado. A região Sul teria se tornando grande produtora pelas características topográficas e de vegetação adequadas à função, consequências da introdução das atividades pecuárias pelas missões jesuíticas e pela junção de conhecimentos de espanhóis, portugueses e indígenas charruas que coabitaram as regiões platinas.

Estas particularidades viabilizaram o estabelecimento de uma rota mercantil com controle da coroa portuguesa por meio de abertura de estradas e instauração dos registros de cobranças de impostos. Concluímos que, do ponto de vista da historiografia, uma das principais “consequências” desse comércio foi a ocupação e povoamento da região Sul, garantindo a expansão do domínio português. Nas palavras dos autores analisados, percebemos que a narrativa comum é que esse movimento teria assegurado a ampliação das fronteiras se caracterizando como uma “notável contribuição para História Nacional”. Desdobramento materializado pela organização de locais de pousos e invernadas que se tornaram cidades.

Para nossa pesquisa, todo esse levantamento foi importante para identificar a idealização de um perfil de quem seria esse tropeiro. Avistamos uma distinção entre os “tipos de tropas de muares” e consequentemente uma diferenciação entre os “tipos de tropeiros”. As tropas de mulas arreadas ou cargueiros, eram aquelas em que os animais transportavam mercadorias que precisavam ser deslocadas de suas zonas de produção ou origem. De modo geral, para e através destas tropas, foram estabelecidas diversas rotas que se ramificaram pelo interior do país. Neste caso, a rota mais lembrada e estudada é a chamada Estrada Real que ligava as Minas Gerais até o litoral do Rio de Janeiro. Estes sujeitos, aqueles que conduziam tropas cargueiras, foram identificados como pessoas de menor poder aquisitivo. Já os tropeiros, designados como condutores de tropas de mulas xucras, objeto da temática do museu de Castro, são tratados pelos autores como uma elite econômica e social. Estes comerciantes, os donos das tropas e proprietários de terras, são apresentados como homens extremamente honestos e confiáveis. E no caso dos Campos Gerais, homens que ganharam títulos de nobreza e ocuparam posições importantes com a criação da Província do Paraná a partir de 1853, período justamente de auge do comércio de animais do *Caminho Viamão-Sorocaba* (1830-1870).

A imagem do tropeiro foi construída a partir das oposições e aproximações com outro sertanista, o bandeirante. Este último apresentado como um explorador, que abriu caminhos, expandiu fronteiras, mas que não perseguia o propósito da fixação em determinado território. Além de ser associado à violência para com os povos originários. Já o tropeiro, também seria o responsável pela expansão de fronteiras, igualmente aventureiro e corajoso, contudo, deveria ser lembrado como “plantador de cidades”, relegando ao esquecimento as narrativas de conflitos com os povos indígenas e toda a problemática do sistema escravista daquele período.

“Fidelidade à palavra dada”, “probidade”, “respeitabilidade”, “independência moral”, “honra”, “honestidade”, “dignidade sobranceira e senhoral”. Com base em evidências de que atividade tropeira foi desenvolvida a partir de uma rede de crédito e fiança, foram assentadas generalizações acerca de um perfil moral desses negociadores. Uma narrativa atraente para a criação de um *lugar de memória*.

Deste modo, quando da fundação de um museu histórico para Castro, a sugestão desse recorte temático foi prontamente acolhida pela coordenadora do projeto, pelo poder público municipal e mais tarde pela comunidade. Impulsionada pelo desejo de materializar um espaço destinado a conservar as memórias que “estavam se perdendo”, a professora Judith Carneiro de Mello organizou e consubstanciou o Museu do Tropeiro.

Constatamos que essa não foi uma realização de uma só pessoa, contudo, os vestígios indicam o papel central desta mulher em todo o processo. Desempenho que pode ser explicado a partir de sua posição na sociedade castrense e por características subjetivas de uma personalidade marcada por traços de liderança e de vanguarda. A lacuna de dados e informações sobre o museu, durante o período em que Judith esteve afastada da direção (1984-1988), bem como a necessidade de completa reestruturação e restauro do imóvel, no ano de 1989, com o retorno da diretora, confirmam nossa hipótese de que a rede de sociabilidade e a influência da professora na cidade e no estado, viabilizaram não só a criação, como também a manutenção da instituição. Essa perspectiva também pode ser conferida nas fotografias que anexamos ao fim deste trabalho e que mostram como o museu ficou após o falecimento de Judith (ANEXO J). As anotações das Agendas indicam que cotidianamente, enquanto esteve à frente da instituição, o contato com a Coordenação do Patrimônio Cultural do Paraná e o cuidado com as atividades de manutenção eram constantes. Além da viabilização de verbas e patrocínios para realização de suas atividades e projetos, resultado também dos contatos oriundos da vida pública e política de Vespasiano Carneiro de Mello, seu pai.

No que diz respeito a quais segmentos sociais foram contemplados pelas ações do Museu do Tropeiro, concluímos que não se pode negar a confirmação das narrativas que estabeleceram uma correlação entre atividade tropeira e a formação de uma elite regional. Vimos que a conservação de objetos oriundos das classes dominantes é um tema recorrente das análises sobre os museus históricos, além da fetichização do objeto. Contornos de que o museu não escapou e que pôde ser verificado no caso da “mantigueira tocada por Dom Pedro II” e no rol de tropeiros outorgados com títulos de nobreza no Paraná. Muitos dos objetos que compõem o acervo do museu pertenciam a famílias tradicionais e abastadas do município de Castro, famílias próximas a de Judith. Contudo, avaliamos que estes artefatos compartilham o

espaço com uma significativa parcela de objetos que dizem respeito não só a história da atividade tropeira, mas também informam sobre o cotidiano da vida rural no sul do Brasil. O que significa dizer que a cultura material preservada, pesquisada e comunicada pelo museu dialoga diretamente com a noção de “raízes rurais” e, portanto, não estão circunscritas às classes dominantes. Uma vez que, utensílios como caldeirões, panelas e chaleiras de ferro, gamelas de madeira, por exemplo, “coisas banais” foram eleitas a categoria de patrimônio cultural.

Ainda que desde a década de 1970 as instituições museológicas e o campo da museologia têm procurado ressignificações acerca das suas definições e funções, percebemos que há um descompasso entre as teorias e as práticas museais. Diversos museus históricos ainda são avaliados como locais estáticos que desempenham o papel de “acumular coisas” que não tem mais utilidade ou salvaguardar apenas a histórias oficiais e dos grandes heróis nacionais. No caso de nosso objeto de pesquisa, é possível, a partir do acervo do Museu do Tropeiro, produzir um discurso enaltecendo a elite campeira dos Campos Gerais, presente na historiografia, nos móveis imponentes, nos arreios de prata e nas louças finas, elite esta que dominava o espaço político e social. Entretanto, avaliando as ações sociais e de comunicação da instituição, percebemos que a leitura do Museu do Tropeiro não deve ficar restrita à essa perspectiva. Afinal, a própria instituição promoveu e promove reflexões que consideram o *tropeirismo* um movimento não só econômico, mas também social e cultural que diz respeito as mais diferentes esferas da sociedade que formaram o município de Castro.

Avaliamos que as ações do Museu do Tropeiro que analisamos nesta pesquisa, como as animações culturais, as feiras de artesanato, as publicações, demonstram que a instituição promoveu políticas de preservação que possibilitaram a conservação, a pesquisa e a divulgação do movimento tropeiro, mas também expandiu seus interesses a partir do entendimento de que poderia dedicar-se também as implicações e os desdobramentos desta atividade econômica em outros âmbitos socioculturais do município.

Desde 2009 com a criação do IBRAM e a implementação de políticas públicas e leis específicas para o campo museológico brasileiro, promoveu-se um novo processo de reorganização da instituição que caminha para adequar suas práticas a fim de fortalecer e garantir a preservação dos bens culturais sob sua guarda. No ano de 2014 foram concretizados importantes programas de adequação estrutural como, por exemplo, o projeto de "Documentação Museológica", resultando na catalogação e tombamento municipal do acervo, que registrou até aquele momento 2494 peças.

Na sequência, no ano de 2016, foi elaborado o Plano Museológico da instituição, o qual é previsto pela Lei nº 11.904/2009, uma ferramenta essencial na gestão de um espaço museológico. No que diz respeito às coleções, o texto do Plano indicou a necessidade de se construir de fato uma Política de Acervos, um documento que conduza as ações dos museus e defina quais critérios devem ser considerados para que um objeto integre a coleção. Como dito anteriormente, o Museu do Tropeiro é principal instituição museológica pública do município e, portanto, muitos artefatos não relacionados com a temática foram incorporados ao acervo, como máquinas de escrever, câmeras fotográficas, equipamentos domésticos do século XX, bem como a duplicação de objetos que transmitem a mesma informação.

Entre os anos de 2013 e 2017 a exposição principal foi transferida e a edificação sede foi fechada devido às más condições de conservação. A reinauguração ocorreu no dia 10 de junho de 2017, após a conclusão de um minucioso trabalho de restauro da edificação e com uma nova configuração em sua exposição de longa duração (ANEXO L).

O período que corresponde a nossa pesquisa diz respeito aos anos de 1977 a 2007: os primeiros 30 anos de atividades do Museu do Tropeiro. Esperamos que este trabalho seja capaz de oferecer ferramentas para que essa instituição pública desenvolva suas potencialidades e cumpra sua função social, acompanhando as exigências da contemporaneidade, propondo e oferecendo aos seus usuários reflexões críticas por meio do acesso ao direito à memória, à cultura e consequentemente à cidadania.

LISTA DE FONTES

Documentos arquivados no “Fundo Museu do Tropeiro”

AGENDA, 1977, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1978, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1979, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1980, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1981, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1982, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1983, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1988, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1990, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1991, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1992, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1993, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1995, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1996, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1997, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1998, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 1999, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 2000, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 2001, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 2004, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 2005, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 2006, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

AGENDA, 2007, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO. Castro. **Livro de Atas**. Livro 1, p.01-31.

CASTRO. Lei Nº 1.301, de 3 de março de 2005. Autoriza o executivo municipal a alterar a denominação da Praça Getúlio Vargas e dá outras providências.

CASTRO (PR). Registro de Imóveis da Comarca de Castro (Matrícula Nº 5897). Acervo do Museu do Tropeiro, Castro.

CASTRO (PR). Tabelionato de notas e protestos. **Escritura de venda e compra**. Livro nº 134, fl. 1, 04/05/1972.

CASTRO (PR). Tabelionato de notas e protestos. **Escritura de venda e compra**. Livro nº 142, fl. 53, 10/06/1975.

Certidão de Livro de Atas da Câmara Municipal de Castro. Fundo Museu do Tropeiro (Museu do Tropeiro, Castro) 21.dez.1976.

CORDEIRO, José Ruiter. Apresentação do evento. In: I Seminário de Tropeirismo: 300 anos concessão da sesmaria da Paragem do Iapó. Castro, 2004b.

DIÁRIO DO PROJETO CASA DE SINHARA, 2004, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

DIÁRIO DO PROJETO MUSEU DO TROPEIRO, 1976, Castro. Acervo do Museu do Tropeiro.

FILIPAK, Francisco. O tropeirismo e a sua herança sociolinguística nos planaltos sul-brasileiros. In: I Seminário de Tropeirismo: 300 anos concessão da sesmaria da Paragem do Iapó. Castro, 2004b.

FLORES, Hilda Agnes Hüber, **A mulher na época do tropeirismo**. In: I Seminário de Tropeirismo: 300 anos concessão da sesmaria da Paragem do Iapó. Castro, 2004b.

FLORES, Moacyr. Os tipos de tropeiros. In: I Seminário de Tropeirismo: 300 anos concessão da sesmaria da Paragem do Iapó. Castro, 2004b.

LOPES, José Veiga. **Povoamento dos Campos Gerais**. In: I Seminário de Tropeirismo: 300 anos concessão da sesmaria da Paragem do Iapó. Castro, 2004b.

MELLO, Judith Carneiro de. [Correspondência]. Destinatário: Departamento de Cultura do Paraná. Castro, 24.abr.1978. Carta.

MELLO, Judith Carneiro de. [Correspondência]. Destinatários: Deputados estaduais. Castro, 1979. Cartas.

MELLO, Judith Carneiro de. Castro. Discurso de inauguração. Judith Carneiro de Mello. 1977.

MUSEU DO TROPEIRO, Álbum Chafariz da Costa. Castro. Fundo museu do tropeiro, 2001.

MUSEU DO TROPEIRO. Boletim comemorativo. 1980. Acervo de Rafael Pomim Lopes.

MUSEU DO TROPEIRO. Boletim comemorativo. 2001. Fundo Museu do Tropeiro.

MUSEU DO TROPEIRO. Casa de Sinhara: mulheres castrenses e seu lugar na história. Castro, 2004a

MUSEU DO TROPEIRO. Castro. **Ata de inauguração no dia 21 de janeiro de 1977.** Livro de Assinaturas de Visitantes nº1, p. 1. 1977a.

MUSEU DO TROPEIRO. Castro. Pasta Correspondências Expedidas, 1977-1992.

MUSEU DO TROPEIRO. Castro. Pasta Correspondências Recebidas, 1977-1989.

MUSEU DO TROPEIRO. Castro. Pasta de Recortes de Jornais.

MUSEU DO TROPEIRO. Histórico da Edificação. Pasta Museu do Tropeiro. Fundo Museu do Tropeiro, Castro.

MUSEU DO TROPEIRO. I Seminário de Tropeirismo: 300 anos concessão da sesmaria da Paragem do Iapó. Castro, 2004b.

MUSEU DO TROPEIRO. Material de divulgação. 1977b. Castro. Acervo de Walmor Villela.

MUSEU DO TROPEIRO. Relatório de Atividades. Castro. Fundo Museu do Tropeiro. 1977c.

POLINARI, Marcelo. Análise sobre o artigo “A Mantegueira”, 1988.

SCHIMIDLIN, Henrique Paulo. **Os caminhos de Castro.** In: I Seminário de Tropeirismo: 300 anos concessão da sesmaria da Paragem do Iapó. Castro, 2004b.

VILLELA, Léa Maria Cardoso. A indumentária do tropeiro no Paraná. In: I Seminário de Tropeirismo: 300 anos concessão da sesmaria da Paragem do Iapó. Castro, 2004b.

MUSEU DO TROPEIRO. 298 anos da Concessão da Sesmaria do Iapó. Castro: Prefeitura Municipal de Castro, 2002.

MUSEU DO TROPEIRO. Espetáculo de Luz e Som: Concessão da Sesmaria do Iapó. Castro: Prefeitura Municipal de Castro, 2003.

MUSEU DO TROPEIRO. Espetáculo de Luz Som: 300 anos da Concessão da Sesmaria do Iapó. Castro: Prefeitura Municipal de Castro, 2004.

MUSEU DO TROPEIRO. Castro Antiga: Imagens e Lembranças. 2ª edição. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2002

MUSEU DO TROPEIRO. Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos: Campos de Castro. 3ª edição. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2012.

MUSEU DO TROPEIRO. Castro – Antiga Sant’Ana do Iapó: Patrimônio Cultural e Arquitetônico. 3ª edição. Castro: Carlão Assessoria Gráfica, 2020a.

MUSEU DO TROPEIRO. Tropeirismo nº1. Castro: Associação de Amigos do Museu do Tropeiro, 2020b.

MUSEU DO TROPEIRO. Tropeirismo nº2. Castro: Associação de Amigos do Museu do Tropeiro, 2008.

DINIZ, João Maria Ferraz; VILLELA, Léa Maria; MELLO, Judith Carneiro de; EHALLT, Emerenciana. Castro antiga: cronologia. Curitiba: Imprensa Oficial, 2003.

MUSEU DO TROPEIRO. Sant'Ana do Iapó: Castro nasceu aqui. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2005.

BORBA. Oney Barbosa. Escravos negros dos Campos Gerais. In: MUSEU DO TROPEIRO. Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos: Campos de Castro. 3ª edição. Castro: Kugler Artes Gráficas, 2012.

Documentos (outras instituições)

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 12.nov.2021.

BRASIL. DECRETO Nº 3.551, DE 4 DE AGOSTO DE 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em 23.jun.2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 10.abr.2020.

BRASIL. Lei nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Estabelece o Estatuto dos Museus. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 10.abr.2020.

BRASIL. SENADO Federal. **Patrimônio imaterial**: disposições constitucionais, normas correlatas, bens imateriais registrados. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496320/000934175.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2020.

IBRAM. **Subsídios para a elaboração de planos museológicos**. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus-IBRAM, 2016. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Subs%C3%ADdios-para-a-elabora%C3%A7%C3%A3o-de-planos-museol%C3%B3gicos.pdf>. Acesso em: 14 nov.2021.

PARANÁ, Livro do Tombo Histórico. Processo nº 64/77, Inscrição nº 63. Data: 06.mar.1978. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>. Acesso em: 16.set.2021.

PARANÁ. Livro do Tombo Histórico. Inscrição **Tombo 80-II Processo Número 82/81**. Data da Inscrição: **26 de novembro de 1.983**. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br> . Acesso em: 20.jun.2021.

IPHAN. Ofício das Paneleira de Goiabeiras. Brasília: IPHAN, 2002. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Paneleiras%20de%20Goiabeiras.pdf>. Acesso em: 23.jun.2021.

Jornais e Revistas (consultados)

Folha de Castro. Editora: Idalina Bueno de Magalhães. 1967-1998. (56 números)

Jornal do Iapó. Eds.: Lourival Leite de Carvalho, Noeli Martins de Oliveira. 1967-1983. (466 números)

O Bravo. Reds.: Fidélis Franco Bueno; Ronie Cardoso Filho. 1974-1976; 1986-1992. (147 números)

Revista VUP. Editor: Izidro Guedes. 1976-1979. (35 números)

Jornais e Revistas (citados)

CASCUDO, Luís da Câmara. José Alípio Goulart, Etnógrafo. **Diário de Notícias**. Rio de Janeiro, 03.jul.1960.

CASTRO em grande destaque no Barigui. Jornal do Iapó. Castro, p.1 20 jul, 1981.

CASTRO realizara Pouso ao Tropeiro. O Bravo. Castro, p.1. 2ª quinzena mar.1990.

CASTRO terá um museu. Jornal do Iapó, Castro, p. 1, 30 mai. 1975.

CASTRO, A história a ser preservada. Revista VUP, p. 9-10 Ano I nº I – julho 1976

DIÁRIO DO PARANÁ. 1970-1979. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Curitiba, 1979, p. 3.

FEIRA de artesanato é uma realidade. Jornal do Iapó. Castro, p.1. 20 jun. 1978

GRANDE visitação ao Museu do Tropeiro. Jornal do Iapó. Castro, p. 1. 31 mai. 1978.

HOTEL FAZENDA na Capão Alto. Jornal do Iapó. Castro, p.1.20 mai. 1980.

MUSEO. A Campanha, Castro, p.1, 8 set. 1895.

MUSEÓLOGO fala sobre o museu castrense. Revista VUP, p.26. ano I, nº 5/6 nov e dez 1976

MUSEU DE CASTRO é assunto da quinzena. Jornal do Iapó 15 nov. 1976.

MUSEU DO TROPEIRO, Jornal de Castro, Castro, p.4, 28 out. – 03 nov. 1978

MUSEU enfrenta 1º problema. O Bravo. Castro, 2ª quinzena, jan. 1976.

MUSEU TERMINADO. Jornal do Iapó, Castro, p.1 31 mar. 1976.

NEM TODOS SABEM A VERDADE SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DE LAURO LOPES. Jornal do Iapó. Castro, Cardeno Especial. 31 out. 1976

NOSSO MUSEU É PIONEIRO. Jornal do Iapó. Castro, 15 de abril de 1976

O MUSEU DE JUDITH, O Bravo. Castro, p. 2. 2ª quinzena, fev 1976.

PARA QUE serve um museu? O Bravo, p. 1, 2ª quinzena nov, 1975

PATRIMÔNIO Histórico incorpora nosso Museu. Jornal do Iapó, Castro, 30 out. 1980.

PODE ACONTECER calçadão definitivo. Castro, p.1. Jornal do Iapó, 31 jan 1980

REABERTO o Museu do Tropeiro. O Bravo, Castro, p. 1, 1ª quinzena out. 1989.

TROPEIRO será revitalizado. O Bravo, Castro, p.1. 2ª quinzena mai. 1989.

VAI TOMANDO FORMA nosso museu. Jornal do Iapó, p. 1, 31 jul. 1975.

Sites

DICIONÁRIO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DOS CAMPOS GERAIS. Disponível em: <https://www2.uepg.br/dicion/>. Acesso em: 12.dez.2021.

FEAMBRA - Federação de Amigos de Museus do Brasil, História. 2021. Disponível em: <http://www.feambra.org/>. Acesso em: 04.out.2020.

IBRAM – Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <https://www.gov.br/museus/pt-br>. Acesso em: 16.dez.2021.

ICOM BRASIL - Conselho Internacional de Museus. Disponível em: <https://www.icom.org.br/>. Acesso em 16.dez.2021.

KARNOPP, Edna Roberto. **[Zé do Coco]**. Facebook: [Grupo Castro de Antigamente]. 24.jul.2020.

OHARA, João Rodolfo Munhoz (Org.). **Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História**. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.historiografia.com>. Acesso em: 20 out. 2020.

PARANÁ. Coordenadoria Estadual do Patrimônio Cultural. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>. Acesso em 16.dez.2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Alzira Alves de; et al (Coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>> Acesso em: 28.set.2021.
- ABREU, Capistrano de. **Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, Livraria Briguiet, 1930.
- ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial: 1500–1800**. Brasília: Senado, 1998.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais – História dentro da história. In: Pinsky, Carla (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2010.
- ALBERTI, Verena. Fontes orais. **Manual de história oral**. Disponível em: <http://arpa.ucv.cl/articulos/manualdehistoriaoral.pdf>. Acesso em: 14.abr.2021.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **O Tecelão dos tempos: novos ensaios de teoria da história**. São Paulo: Intermeios, 2019.
- ALMEIDA, Aluísio de. **O Tropeirismo e a Feira de Sorocaba**. Sorocaba: Luzes, 1968.
- ALMEIDA, Aluísio de. **Vida e morte do tropeiro**. São Paulo: Martins, 1971.
- ALMEIDA, Letícia Leal de. **Regionalismo Paranaense: do esboço de uma sinopse de História Regional do Paraná à História do Paraná (1951-1969)**. 2016. 125f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.
- ALVES, Luiz Antônio.; ALVES, Sandra Maria Schimith. **Cidades tropeiras: região sul do Brasil**. Porto Alegre: Evagraf, 2018.
- ANDRADE, Mario de. O artista e o artesão (1938). In: **O baile das quatro artes**. 3.ed. São Paulo: Martins, 1975. p. 9-33.
- ANDRADE, Rita Morais de. Indumentária nos museus brasileiros: a invisibilidade das coleções. **Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia**. Brasília: v.: il., n. 7, 2016. p. 10-31.
- ANHEZINI, Karina. Afonso d’Escragno Taunay (1876-1958) In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Orgs.). **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2018.
- ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira: A História da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. 2006. 237f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2006.
- ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil (1711)**. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982. (Coleção Reconquista do Brasil). Disponível em:

<<http://www.culturatura.com.br/obras/Cultura%20e%20opulência%20do%20Brasil.pdf>>.
Acesso em: 15.ago.2019.

ARANTES, Aimoré Índio do Brasil; POLINARI, Marcelo. **Gazeta do Povo**, 03.jan.1988, ano 69, nº 21321.

ARQUIVO MUNICIPAL DE PONTE DE LIMA. **Cristóvão Pereira**. Figuras Limianas. Disponível em: https://arquivo.cm-pontedelima.pt/pages/895?poi_id=125. Acesso em: 14.out. 2021.

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO MUSEU DO TROPEIRO. **Judith**. Castro: Gráfica Kugler, 2013.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. **Campos Gerais**: estruturas agrárias. Curitiba: UFPR, 1968.

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, 1969. v. 1.

BANDEIRA, Júlio; LAGO, Pedro Corrêa do. **Debret e o Brasil**. Obra completa 1816-1831. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.

BARDI, Pietro Maria. **Mestres, artífices, oficiais e aprendizes no Brasil**. Banco Sudameris Brasil, 1981.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia história**. v. 22, n. 36, 2006. p. 460-475.

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. **Revista de História Regional**, 2005.

BARROS, José D'Assunção. O lugar da História Local. **São Paulo: Intervezes**, 2013.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivo**: estudos e reflexões. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. **Novo caminho no Brasil meridional**: a província do Paraná. Três anos de vida em suas florestas e campos – 1872/1875. Trad. Temístocles Linhares. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1974. (Coleção Documentos Brasileiros).

BORBA, Oney Barbosa. **Os iapoenses**. 2.ed. Curitiba: Lítero-Técnica, 1986.

BORBA, Oney Barbosa. **Preconceito e Violência**. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1984.

BORDONI, Orlando. **Dicionário**: A língua Tupi na Geografia do Brasil. Curitiba, BANESTADO. s.d.

BRASIL. MINC. BANCO DO BRASIL. **Expedição LANGSDORFF**. Catálogo da Exposição. Brasília: Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, 2010.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV – XVIII**: I. As estruturas do cotidiano. II. Os jogos da troca. III. O tempo do mundo. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 3v.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. **O Museu Paulista, Affonso de Taunay e a memória nacional**. 1917-1945. São Paulo: MP/Editora UNESP, 2005.

BREFE, Ana Claudia Fonseca. **Um lugar de memória para a Nação: o museu paulista reinventado por Affonso d'Escragnoille Taunay (1917-1945)**. 1999. 304f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279962>. Acesso em: 05.mai.2021.

BRESCIANI, Maria Stella. **O charme da ciência e a sedução da objetividade**. Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. 1.ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

BRESCIANI, Maria Stella. Oliveira Vianna (1883-1951). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Orgs.). **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2018.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Teoria museológica: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. **Cadernos de Sociomuseologia**. 1997. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/297>. Acesso em: 15.dez.2021.

BUENO, Fidelis. **Historiadores de Castro**. Castro: Museu do Tropeiro. Prefeitura de Castro, 2016.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 2011.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** 2.ed. Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora da UNESP, 2017.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2013.

CAMARGO, Célia Reis. A construção da memória na sociedade global. Identidades sociais: local x global. **Patrimônio e memória**. Assis: Unesp, v. 2, n. 2, 2006. p. 45-53.

CAMARGO, Célia Reis. **À margem do patrimônio cultural**. Estudo sobre a rede Institucional de Preservação do patrimônio histórico no Brasil (1838-1980). 1999. 175f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 1999.

CAMARGO, Célia Reis. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: CAMARGO, Célia Reis; et al. **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 2003.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro: n. 23, 1994. p. 95-115.

CÂNDIDO, Antônio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CAPELATO, Maria Helena. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: VILLAÇA, Mariana; PRADO, Maria Ligia Coelho. **História das Américas: fontes e abordagens historiográficas**. São Paulo: Humanitas/CAPEL, 2015. p. 114-136.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARDOSO FILHO, Ronie. O semanário A Campanha (1895-1896): aspectos ideológicos, midiáticos e históricos de um órgão de imprensa no interior do Paraná. **Anais do 7º Encontro Nacional de História da Mídia**, p. 9-21, 2009.

CARNEIRO, Cintia Braga. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. Curitiba: SAMP, 2013.

CARNEIRO, David. **Galeria de ontem e de hoje**. Editora Vanguarda, 1963.

CARNEIRO, David. **O Paraná na história militar**. 2.ed. Curitiba: Travessa dos Editores/Farol do Saber, 1995.

CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na História da alimentação. **História: Questões & Debates**. Curitiba: n. 42, p. 71-80, 2005. Editora UFPR.

CARVALHO, Tatiane Valéria Rogério de. **O silêncio sobre o negro na construção da identidade de Curitiba: memória e esquecimento**. Curitiba: 2016.

CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e artefato: o sistema doméstico na perspectiva da cultura material: São Paulo, 1870-1920**. São Paulo: EDUSP, 2008.

CASCUDO, Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. Rio de Janeiro: INL, 1954.

CASCUDO, Câmara. **História da Alimentação no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Global, 2004.

CENTRO CULTURAL BANCO DO BRASIL. **Catálogo da exposição “Expedição Langsdorff”**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/Langsdorff.pdf>>. Acesso em: 13.set.2021.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topói**. Rio de Janeiro: v. 8, n. 15, jul./dez.2007.

CHAGAS, Mario. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. In: Cadernos de Sociomuseologia, n.19. 2002. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt>. Acesso em: 15.mai.2021.

CHAGAS, Mario. Museu, memória, criatividade e mudança social. In: GOBIRA, Pablo; ROLLA, Marco Paulo; SILVEIRA, Yuri Simon da; LEMOS, Flávia (Orgs.). **Refletindo sobre a Cultura**: Política cultural, memória, universidade. Belo Horizonte: EdUEMG, 2017.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 2002.

CHAGAS, Mario. **Inscrever & Apagar**. Cultura, escrita e literatura. Trad. Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

CHAUÍ, Marilena. Cidadania cultural como diretriz. **Informativo do Instituto de Estudos Avançados da USP**. 1995. p. 7.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 6.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2017.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do integralismo**: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961). 2010. 279f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2010.

CHUVA, Márcia. **Os arquitetos da memória**: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**. Brasília, DF, n. 34, 2012b. p. 147-165.

CHUVA, Márcia. Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

CONTINI, Adriana Zanirato; CASTILHO, Maria Augusta de; COSTA, Reginaldo Brito da. A erva-mate e os Kaiowá e Guarani: da abordagem etnobotânica à promoção do desenvolvimento local. **Revista INTERAÇÕES**. Campo Grande, v. 13, n. 2, jul./dez. 2012. p. 161-168.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Bento, Brasil e David**: o discurso regional de formação social e histórica paranaense. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

CORDOVA, Maria Julieta Weber. **Tinguis, Pioneiros e Adventícios na mancha loira do sul do Brasil**: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense. 2009. 296f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

CORTESÃO, Jayme. **Alexandre de Gusmão e o tratado de Madri**. 1950. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/34868/37604>. Acesso em: 20.jun.2021.

COSTA, Evanise Pascoa. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, Fabiana Lopes da. **Histórias e Memórias ao Redor dos Trilhos**: Um Relato Histórico do Museu de Ourinhos e do Conjunto Benedito da Silva Eloy. Ourinhos: UNESP-Campus experimental de Ourinhos, 2008.

CUNHA, Fabiana Lopes da. **Histórias e memórias de um “museu local”**: o Museu Histórico e Pedagógico de Ourinhos. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 4, n. 2, jun.2009. p. 163-197.

CUNHA, Maria Teresa. Diários pessoais: territórios abertos para a História. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi. **Entre a história e a economia: o pensamento econômico de Roberto Simonsen**. 2014. 221f. Dissertação (Mestrado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-28022014-095317/pt-br.php>. Acesso em: 16.jun.2021.

DANTAS, Arruda. **Mons. Castanho/Aluísio de Almeida**. Editora Pannartz: São Paulo, 1985.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Sec. de Estado da Cultura, 2013.

DINIZ, Wivian; MEDRONI, Melissa (Orgs.). **Museus do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

EAGLETON, Terry. **Teoria da Literatura**: uma introdução. Trad. Waltensir Dutra; [revisão da tradução João Azenha Jr.]. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

ELLIS JUNIOR, Alfredo. **O ciclo do Muar**. Revista de História. v. 1, n. 1 (1950). Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/issue/view/2670>. Acesso em: 17.set.2021.

FERNANDES, Natalia Aparecida Morato. A política cultural à época da ditadura militar. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**. São Carlos: v. 3, n. 1, p. 173-173, 2013.

FERNÁNDEZ, Luis Alonso. **Museologia e Museografia**. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1999.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. 3.ed. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 1998.

FLUGEL, Amélia Podolan; MAYER, Milena Santos. Entre a crônica, o conto e o causo: Oney Borba e as histórias dos Campos Gerais. In: BENATTE, Antonio Paulo; SAAD, Cesar Leonardo van Kan. (Orgs.). **História da Historiografia Paranaense**: matrizes & mutações. 1.ed. Londrina: EDUEL, 2019. p. 2133-2430.

- FLORES, Moacyr. **Tropeirismo no Brasil**. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1998.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.
- FONTES, Luísa Cristina dos Santos; CHERES, Luiz Fernando; ZAN, Sérgio Monteiro. **Biobibliografia da Academia de Letras dos Campos Gerais**. 1.ed. Ponta Grossa, Paraná: Gráfica Planeta, 2015.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48.ed. São Paulo: Global, [1933] 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global, 2013a.
- FREYRE, Gilberto. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global, 2013b.
- FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e cultural**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da Cultura. In._____. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008. p. 3-21.
- GIL, Tiago Luis. **Coisas do Caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)**. 2009. 372f. Tese (Doutorado em História Social) - Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. A presença de escravos carmelitas na Fazenda Capão Alto, no Paraná: questões historiográficas. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**. Campinas: v. 26, n.1 [35], jan./jun.2018. p. 173-190.
- GOMES, Josélia Maria Loyola de Oliveira. **Significações e Ressignificações do Patrimônio Cultural: as Fazendas Históricas e o Turismo nos Campos Gerais do Paraná**. 2007. 162f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2007.
- GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural. **Historiæ**. Rio Grande: v. 3, n. 3, 2012. p. 27-46. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/3260/193>. Acesso em: 04.set.2021.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: patrimônios, museus e coleções. Brasília: IBRAM, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro. 1988. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2163/1302>. Acesso em: 24.nov.2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Revista Horizontes Antropológico**. Porto Alegre: n. 23, jan./jun.2005. p. 15-36.

GONTIJO, Rebeca. Capistrano de Abreu (1853-1927). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Orgs.) **Os historiadores**: clássicos da história do Brasil, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2018.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador. Tese (Doutorado em História) – ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

GOUBERT, Pierre. História Local. **História & Perspectivas**. Uberlândia, 6-45-47, jan/jun 1992.

GOULART, José Alípio. **Tropas e Tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GUARNIERI, Waldisa Rússio Camargo. Museologia e museu (1979). In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. v.1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado de Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p.78-85.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Orgs.) **Os historiadores**: clássicos da história do Brasil, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2018.

GUTIÉRREZ, Horácio. **Demografia das fazendas de gado no Paraná**. Disponível em: abphe.org.br/arquivos/horacio-gutierrez.pdf. Acesso em: 04 dez. 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. São Paulo: DP&A, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. São Paulo: Paz e terra, 1990.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira**. tomo I, vol. 2. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **História Geral da Civilização Brasileira: a época colonial**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Monções**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1945.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Teatro da memória. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília: n. 22, 1987. p. 158-162.

HUNT, Lynn. **A Nova História Cultural**. Trad. Jefferson Luis Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

INVITTI, Alexandra Luckow. **O patrimônio cultural da cidade de Castro-PR: ações para a conservação da memória histórica**. 2008. 144f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Maringá, 2008. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2966/1/000172270.pdf> Acesso em 05 dez. 2021.

JOHANSEN, Elizabeth. **A devoção ao Divino, os devotos e a Casa do Divino: a instituição de um patrimônio cultural em Ponta Grossa, 1882- 2019**. 2019. 274f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2019. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2835>. Acesso em: 21.out.2021.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais de tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: UFPR, 2000.

KLEIN, Herbert S. A oferta de muare no Brasil central: o mercado de Sorocaba, 1825-1880. **Estudos Econômicos**. São Paulo: v. 19, n. 2, 1989. p. 347-372.

KLEIN, Herbert S. The supply of mules to Central Brazil: the Sorocaba Market, 1825-1880. **Agricultural history**. Washington, EUA: v. 64, n. 4, p. 1-25, 1990.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). **A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural**. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 89-123.

KUGLER, Nelsi. **Kugler: 100 anos de Brasil**. Castro: Kugler Artes Gráficas, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir). **História: novos problemas**. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LEANDRO, José Augusto. **Palco e tela na modernização de Castro**. 1995. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

LEME, Edson José Holtz. O Teatro da Memória: o Museu Histórico de Londrina: 1959-2000. 2013. 276f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho, Assis, 2013.

LESSA, Clado Ribeiro de. Vida e Obra de Varnhagen. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro: n. 186, jan./mar.1945.

LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. **A Escrita da História: novas perspectivas** São Paulo: UNESP, 1992.

LICCARDI, Antonio; PIEKARZ, Gil. **Tropeirismo e Geodiversidade no Paraná**. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017.

LIMA, Samara Hevelize de. **Dança em Tamancos: Os 65 anos do Grupo Folclórico Holandês de Castrolanda**. Exposição temporária Centro Cultural Castrolanda, Castro-PR, 2018.

LINHARES, Temístocles. **História Econômica do Mate**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969.

LOUREIRO, José Carlos de Magalhães. **Cristovão Pereira de Abreu (1678-1755)**. Arquivo Municipal de Ponte de Lima. Disponível em: https://arquivo.cm-pontedelima.pt/pages/895?poi_id=125. Acesso em: 25.set.2021.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LOWENTHAL, David. **The past is a foreign country**. New York: Cambridge University Press, 1985.

LYRA, Cyro Illídio Correa de Oliveira. **Espiraais do tempo: bens tombados do Paraná**. Rosina Coeli Alice Parchen, José La Pastina Filho consultoria de dados históricos, revisão final; Larissa Aparecida Brotto tradução e revisão, espanhol. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Ed., 1981.

MACHADO, Ana Maria Alves. Cultura, ciência e política: olhares sobre a história da criação dos museus no Brasil. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. 2.ed. Belo Horizonte: Fino Trato, 2013.

MALATIAN, Teresa. Cartas: Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (Orgs.). **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MALERBA, Jurandir. **A história da América Latina: ensaio de crítica historiográfica**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MALERBA, Jurandir (Org.) **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. **Cinzas do passado: riqueza e cultura material no vale do Paraopeba/MG (1840/1914)**. 2006. 314f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MARTINS, Romário. **História do Paraná**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1995.

MARTONI, Rodrigo Meira. **Caminhos redescobertos: o potencial turístico das rotas do Sul**. 2005. 183f. Dissertação (Mestrado em Geografia, Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2005.

MASCARENHAS, Rubia Gisele Tramontin. **A diversidade gastronômica como atrativo turístico na região dos Campos Gerais do Paraná: um estudo de caso no município de Castro**. 2009. 343f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MAYER, Milena Santos. **Políticas Públicas e Museus: uma análise sobre as instituições dos Campos Gerais**. 2015. 138f. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Direito e Cidadania) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

MELO, Mario Sergio de; MORO, Rosemeri Segecin; GUIMARÃES, Gilson Burigo. **Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.

MELLO, Luiza Laranjeira da Silva. Luís da Câmara Cascudo (1898-1986). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Orgs.) **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2018.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**. São Paulo: n. 115, 1983. p. 103-117.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (Orgs.). **Museus: dos gabinetes de curiosidade à museologia moderna**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CNPq, 2013. p. 15-84.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A História, Cativa da Memória? Para um Mapeamento da Memória no Campo das Ciências Sociais. **Revista Do Instituto De Estudos Brasileiros**, (34), 1992, p. 9-23. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i34p9-23>. Acesso em: 16.set.2021.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, jan./dez. 1994, p. 9-42.

MENESES, Ulpiano Bezerra de; CARNEIRO, Henrique. A História da Alimentação: balizas historiográficas. **Anais do Museu Paulista - História e cultura material**. São Paulo, v. 5, jan./dez. 1997. p. 9-91.

MICELI, Sergio. **Estado e Cultura no Brasil**. São Paulo: Difel, 1984.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/modernoportugues/index.php>. Acesso em: 12.dez.2019.

MILLACH. **O Estado do Paraná**. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. 1987, p. 3.

MOTT, Luis. Goulart, José Alípio - O Mascate no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [S. l.], n. 6, p. 154-156, 1969. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i6p154-156. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/56537>. Acesso em: 23.fev.2022.

NASTARI ZENI, Sílvia de Moraes. **O projeto gráfico da coleção Biblioteca de Literatura Brasileira, publicada pela Livraria Martins Editora nas décadas de 1940 e 1950**. 2019. 192f. Dissertação (Mestrado em Design) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

NICODEMO, Thiago Lima. Sérgio Buarque de Holanda. In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Orgs.) **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio**. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. 2008. 411f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo, n. 10, dez.1993. p.7-28.

NORA, Pierre. **Pierre Nora en Les lieux de mémoire**. Montevideo: Trilce, 2008.

NOVAIS, Fernando Antonio. Prefácio In: SOUZA, Laura Mello (org). *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa*. São Paulo: Companhias das Letras, 2018.

NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogerio Forastieri da (Orgs.). **Nova história em perspectiva**. Volume 2: Debates. São Paulo: CosacNaify, 2013.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Memória, História e Patrimônio: perspectivas contemporâneas da pesquisa histórica. **Fronteiras**. Dourados: v. 12, n. 22, 2010. p. 131-151. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/126832>>. Acesso em: 05.jun.2021.

OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Usos sociais do patrimônio cultural. In: Frank Antonio Mezzomo; Cristina Satiê Pátaro; Fábio André Hahn. (Org.). **Educação, Identidades e Patrimônio**. 1ed. Campo Mourão: 978-85-6117521-4, v. 1, 2012. p. 101-128.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **A construção do Paraná Moderno: políticos e política no governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI, 2004.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **Na teia do nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Editora Insight, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de (Org.). **O silêncio dos vencedores**. Genealogia, classe dominante e estado do Paraná. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Orgs.). **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2018.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. **Tropeirismo um modo de vida**. Curitiba: SEEC, 1989.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura. Coordenadoria do Patrimônio Cultural. **Fazenda Capão Alto**. Curitiba; Castro: SECE, 1985.

PEREIRA, Luis Felipe Lopes. **Paranismo: Cultura e Imaginário no Paraná da I República**. 1996. 276f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

PARELLADA, Claudia Inês. **Estudo arqueológico no alto vale do rio Ribeira: área do gasoduto Bolívia-Brasil, trecho X, Paraná**. 2006. 271f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PINHA, Daniel. Gilberto Freyre (1900-1987) In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Orgs.) **Os historiadores: clássicos da história do Brasil**, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2018.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**. Volume 5, 1992. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/104.pdf. Acesso em: 24.ago.2021.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Tradução do francês de Dora Rocha Flaksman. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. v. 1 (Memória-História). Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p. 51-86.

POSSAMAI, Zita Rosane. O lugar do patrimônio na operação historiográfica e o lugar da história no campo do patrimônio. **Anos 90: revista do Programa de Pós-Graduação em História**. Porto Alegre: v. 25, n. 48, dez.2018. p. 23-49.

POULOT, Dominique. **Museu e museologia**. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1962.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a História**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

REIS, José Carlos. **O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

RIBEIRO, Hamilton. **Os Tropeiros** – O Diário da Marcha. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2006.

ROCHA NETTO, Bento Munhoz da. Da necessidade de divulgação da história paranaense. In: BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

ROCHE, Daniel. **História das coisas banais**. Nascimento do consumo nas sociedades do século XVII ao XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

RODRIGUES, José Honório. **História da historiografia do Brasil**: historiografia colonial. São Paulo: Editora Nacional, 1979.

RODRIGUES, Lidiane Soares. Caio Prado Jr. (1907-1990). In: PARADA, Maurício; RODRIGUES, Henrique Estrada (Orgs.) **Os historiadores**: clássicos da história do Brasil, vol. 4: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Petrópolis, RJ: Vozes: PUC-Rio, 2018.

RODRIGUES, Ricardo Carvalho. Museu Paranaense: caminhos, contextos, ações museológicas e interações com a sociedade. Curitiba: SAMP, 2018. Disponível em: http://www.museuparanaense.pr.gov.br/arquivos/File/Livros/Museu_Paranaense_Ricardo_Carvalho_Rodrigues.pdf. Acesso em: 19.dez.2021.

ROMAGUERA NETTO, Luiz. **Erro Histórico & Outros Ensaios**. Curitiba: Imprensa Oficial, 2002.

ROSAS, José Pedro Novaes. **A Fundação da Cidade de Castro**: apontamentos históricos. Castro: S/ed., 1993.

SAINT-HILAIRE, August de. **Viagem pela Comarca de Curitiba**. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. A alimentação e seu lugar na História: os tempos da memória gustativa. **História: Questões & Debates (UFPR)**. Curitiba: v. 42, n. 1, 2005. p. 11-31.

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos. História da alimentação no Paraná. Curitiba: Fundação Cultural, 1995.

SANTOS, Francisco Marques (Org.). **D. Pedro II**: diário da visita à Província do Paraná. Ponta Grossa: UEPG, 2008.

SANTOS, Lucila Maria Sgarbi dos; VIANNA, Maria Leda Costa; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional**. Porto Alegre: Edições EST, 1995.

SANTOS, Lucila Maria Sgarbi dos; et al. (Org.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2000.

SANTOS, Lucila Maria Sgarbi dos; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre: Edições EST, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. v. 19, n. 55, 2004. p. 53-72.

SAPORETTI, Carolina Martins. **A gestão de Renato Soeiro na direção do DADPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (1967-1979)**. 2017. 134f. Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/bitstream/ufjf/6485/1/carolinamartinssaporette.pdf>. Acesso em: 15.mai.2021.

SCHEINER, Tereza Cristina. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas. Belém: v. 7, n. 1, jan./abr.2012. p. 15-30.

SCHMIDLIN, Paulo Henrique; POLINARI, Marcello; MANFREDINI, Luiz. **Trilhas, caminhos e estradas no Paraná: séculos XVI a XIX**. Cadernos Paraná da Gente, número 07. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. **Pintores da Paisagem Paranaense**. Solar do Rosário: Curitiba, 2005.

SIMONSEN, Roberto Cochrane. **História Econômica do Brasil**. 1500-1820. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1111/749413.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 13.ago.2021.

SIQUEIRA, Graciele Karine. **Curso de Museu MHN (1932-1978): o perfil acadêmico profissional**. 2009. 178f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SOUZA, Laura de Mello. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: _____(Org.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**, 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SUANO, Marlene. **O que é um museu?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. **Comércio de animais de carga no Brasil imperial: uma análise quantitativa das tropas negociadas nas províncias do Paraná e São Paulo**. 2006. 113f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2006.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo. O mercado de animais de carga no centro-sul do Brasil imperial: novas evidências. **Estudos Econômicos**. São Paulo: v. 38, n. 2, 2008. p. 319-347.

SZESZ, Christiane Marques. **A invenção do Paraná: O discurso regional e a definição das fronteiras cartográficas (1889-1920)**. 1997. 187f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Viagem philosophica aos Campos Geraes e ao sertão de Guarapuava**; edição, introdução e notas: Darcio Rundvalt e Antonio Paulo Benatte. Londrina: Eduel, 2016.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle. **Guia da secção histórica do Museu Paulista**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

UNESCO – Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>. Acesso em: 01.set.2019.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: E. e H. Laemmert, 1877.

VIANA, Francisco José de Oliveira. **Populações meridionais no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.

WACHOWICZ, Ruy. **História do Paraná**. 10.ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WESTPHALEN, Cecília Maria. Afinal, existiu ou não regime escravo no Paraná? **Revista da SBPH**. Belo Horizonte: n. 13, 1997. p. 25-63.

WESTPHALEN, Cecília Maria. **O Barão dos Campos Gerais e o comércio de tropas**. Curitiba: CD Editora, 1995.

WIED-NEUWIED, Prinz Maximilian von Wied. **Viagem ao Brasil**. 1.ed. Trad. Edgar Sússekind de Mendonça e Flávio Poppe de Figueiredo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 1, p. 137-152, 2009.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista História e Historiografia**. São Paulo: n. 4, jun.1985. p. 89-102.

ZUCCHERELLI, Moara. **A “Rota dos Tropeiros” - Projeto turístico na região dos Campos Gerais: um olhar antropológico**. 2008. 111f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

Anexo A - Quadro com pesquisas acadêmicas que apresentam como palavras-chave o termo “tropeiro” / “tropeirismo” ou que abordam ou tangenciam o tema.

Ano	Autor	Título	Nível	Instituição
1964	Franco, Maria Sylvia Carvalho	Homens livres na velha civilização do café (publicada em livro como Homens livres na ordem escravocrata em 1969)	Doutorado	USP
1974	Lavalle, Aida Mansani	Análise quantitativa das tropas passadas no registro do Rio Negro (1830 - 1854)	Livre- docência	UFPR
1987	Lourdes Stefanello Lago	Origem e Evolução da População de Palmas - 1840-1899	Mestrado	UFSC
1989	Gutiérrez, Horácio	Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830	Mestrado	USP
1989	Roderjan, Roselys Vellozo	A formação de comunidades campeiras nos planaltos paranaenses e sua expansão para o sul: séculos XVI até XIX	Mestrado	UFSC
1989	Rogério De Oliveira Ribas	Tropeirismo e escravidão: um estudo das tropas de café das lavouras de vassouras, 1840-1888	Mestrado	UFPR
1991	Maristela Porfírio Da Paz Gumiero	Os Tropeiros na História de Goiás - Séculos XVIII e XIX	Mestrado	UFG
1991	Gumiero, Maristela P. Da Paz	Os tropeiros na história de Goiás - séculos XVIII e XIX	Mestrado	UFG
1992	Pinto, Elisabete Alves	Vila de Castro: população e domicílios (1801- 1830)	Doutorado	UFPR
1994	Mendes, Denise	A calçada do Lorena: o caminho de tropeiros para o comércio do açúcar paulista	Mestrado	USP
1994	Bacellar, Carlos de Almeida Prado	Família e sociedade em uma economia de abastecimento interno (Sorocaba, século XVIII e XIX)	Doutorado	USP
1997	Correa, Dora Shellard	Paisagens sobrepostas. Índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)"	Doutorado	USP
1997	Gutiérrez, Horácio	Terras e gado no Paraná tradicional.	Doutorado	USP
1997	Szesz, Christiane Marques	A invenção do Paraná: e a definição das fronteiras cartográficas	Mestrado	UFPR
2000	Cássia Maria Baddini	Sorocaba no Império: Comércio de Animais e Desenvolvimento Urbano	Mestrado	USP
2000	Marques, Cláudia Eliane Parreira.	Riqueza e Escravidão - Dimensões Materiais da Sociedade no Segundo Reinado: Bonfim/MG	Mestrado	USP
2001	Paes, Jurema	Tropas e tropeiros na Primeira	Mestrado	UFBA

	Mascarenhas.	Metade do século XIX no Alto Sertão Baiano		
2002	Hameister, Martha Daisson	O continente do Rio Grande de são Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (c.1727- c.1763)	Mestrado	UFRJ
2002	Pozzebon, Maria Catharina Lima	O caminho das tropas e a formação de Cruz Alta	Mestrado	PUCRS
2002	Castro, Evandro Carlos Guilhon De	Tropeiros em Mariana Oitocentista	Mestrado	UFMG
2003	Lins, Silvia Queiroz Ferreira Barreto	De tropas, trilhos e tatus: arredores paulistanos no auge das tropas de muares à instalação das estradas de ferro (1855-85)	Doutorado	USP
2003	Chiovitti, Nanci Marti	Discursos do Progresso: Sorocaba e o fim das feiras de muares (1850-1900)	Mestrado	UNICAMP
2003	Silva, Nery Luiz Auler Da	A arquitetura rural sulina no caminho das tropas do Planalto Médio. Século XIX	Mestrado	UPF
2004	Araújo, Ordália Cristina Gonçalves	História do protestantismo em Goiás (1890-1940)'	Mestrado	UFG
2005	FRANCO NETTO, Fernando	População, escravidão e família em Guarapuava no século XIX.	Doutorado	UFPR
2005	Schnoor, Eduardo Cavalcanti.	Na penumbra: o entrelace de negócios e famílias (Vale do Paraíba 1770-1840)	Doutorado	USP
2005	Ribeiro, Luana Manzione	A Festa e o Movimento Tropeirista em Silveiras: A Cidade Esquecida, A Cidade Relembrada	Mestrado	PUCSP
2006	Silva, Sueli Maria Da	O tropeirismo de porcos: processos mercantis e dinâmicas socioculturais na região Nordeste do Rio Grande do Sul nas primeiras décadas do século XX	Mestrado	UPF
2006	Silva, Adriana Fraga Da	Estratégias materiais e espacialidade: uma arqueologia da paisagem do tropeirismo nos Campos de Cima da Serra / RS	Mestrado	PUCRS
2007	Portela, Bruna Marina	Caminhos do cativo: a configuração de uma comunidade escrava (Castro, São Paulo, 1800-1830)	Mestrado	UFPR
2008	Novaes, Idelma Aparecida Ferreira	Produção e comércio na imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840-1888)	Mestrado	UFBA
2009	Borges, Joacir Navarro	Das justiças e dos litígios: a ação judiciária da câmara de Curitiba no século XVIII (1731-1752)	Doutorado	UFPR
2009	Ivo, Isnara Pereira	Homens de caminho: trânsitos, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa - século XVIII	Doutorado	UFMG

2009	Novaes, João Reis.	De tropeiro a coronel: ascensão e declínio de Marcionillo Antônio de Souza (1915-1930)	Mestrado	UFBA
2009	Ferreira, Carlos Alberto Dias	Francisco Paulo de Almeida - Barão de Guaraciaba: reflexões biográficas e contexto histórico	Mestrado	USS
2009	Garcia, Ana Cláudia Alves de Aquino	O rastro e o laço: o contrabando do boi no sertão dos Goyazes (1830-1870)	Metrado	UFG
2009	Gil, Tiago Luis.	Coisas do caminho: tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)	Doutorado	UFRJ
2010	Silva, Adriana Fraga da	"Meu avô era tropeiro!": Identidade, patrimônio e materialidades na construção da Terra do Tropeirismo - Bom Jesus (RS).	Doutorado	PUCRS
2011	Silva, Itací de Souza e	Tropeirismo e criatórios de mulas em Lagoa Vermelha, Nordeste do RS - 1914 – 1955	Mestrado	PFB
2011	Oliveira, Clovis Frederico Ramaiana Moraes	Canções da cidade amanhecendo: memórias urbanas, silêncios e esquecimento em Feira de Santana, 1920-1960'	Doutorado	UNB
2011	Santos, Fabiano Teixeira dos.	A casa do planalto: arquitetura rural e urbana na região dos Campos de Lages, séculos 18 e 19'	Mestrado	UPF

FONTE: OHARA, João Rodolfo Munhoz (org.). Catálogo Histórico de Teses e Dissertações da Área de História. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.historiografia.com>. Acesso em: 15 jun. 2021.; Catálogo de Teses da CAPES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 15 jun. 2021.

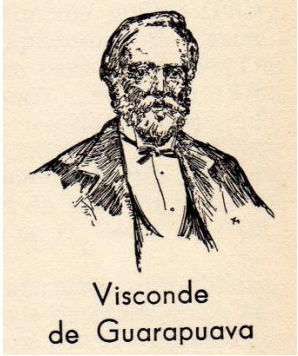
Anexo B – Transcrição “Os Grandes Tropeiros” de David Carneiro (1963)

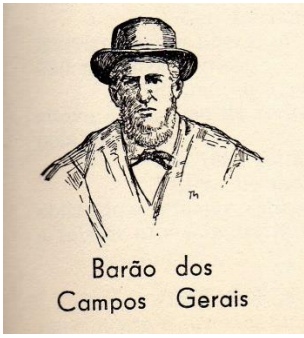
Nome e imagem	Resumo biográfico
 Luciano Carneiro Lobo	Nasceu no Capão Alto, distrito de Curitiba em 1761 e aí foi batizado. Era filho do primeiro matrimônio do bandeirante curitibano, Francisco Carneiro Lôbo, que acompanhou o Cel. Afonso Botelho, em 1771, a Guarapuava e que salvou a vida dos seus companheiros depois do extermínio de sete soldados pelos índios Câmes. Francisco foi capitão comandante da 3ª companhia do regimento de auxiliares de cavalaria dos Campos Gerais. Luciano, casado, teve do primeiro matrimônio muitos filhos, entre os quais José, talvez o mais velho, que foi capitão-mor de Castro. Viuvando relativamente cedo, deslocou-se para Jaguariaíva e aí contraiu núpcias com Da. Isabel Branco e Silva em 1810. Capitão-mor de Jaguariaíva, coronel de milícias encarregado pelo rei, da pólvora, e comandante do destacamento existente até a divisa do Itararé, era homem de grande prestígio. Foi convidado por Antônio Alves de Araújo – maior do senado da comarca do Rio, em nome de D. João VI, a participar dos festejos do casamento de D. Pedro e de Da. Leopoldina em 1818. Possuindo apenas 30 escravos, segundo afirmou Saint-Hillaire, sua manada ia a 6.000 bois, 1.000 muares e uma tropa de éguas que o naturalista nem chegou a avaliar, e isso pondo de parte os potros e garanhões, touros especiais e reprodutores. A fazenda de Carneiro Lôbo era o conjunto mais considerável desde a vila de Sorocaba, a caminho do sul. O Cel. Luciano era enérgico, mas bondoso ao mesmo tempo. Extremamente liberal, de uma feita enviou ao rei (D. João VI) 500 novilhas gordas. Promoveu a ponte sobre o Itararé e conseguiu elevar Jaguariaíva à situação de freguesia; além disso, erigiu a primeira igreja, depois matriz. Em 1831 foi à Lapa e aí fez o seu testamento. Vítima de moléstia cerebral durante 7 anos ainda recuperou voltando a retomar a direção do seu destacamento e da sua fazenda, vindo a falecer aí em Jaguariaíva em 1841, aos 80 anos de idade.
JOSÉ FÉLIX DA SILVA:  José Félix da Silva	Nasceu em 1760. O lugar do seu nascimento é incerto, ainda que seja presumível sua conexão genealógica com Luís Félix da Silva, casado com Ana Rodrigues de Siqueira, nos Campos Gerais em 1758. Luís Félix foi um dos primeiros habitantes dos Campos Gerais a criar raízes, e um dos auxiliares velados do bandeirismo curitibano do século XVIII. Com o nome José Félix da Silva é que o senhor da Fortaleza aparece na história do Paraná. Pioneiro, desbravador, valente sem dúvida. Mas sua origem, como seu próprio nome completo, constitui dificuldade. Nasceu em Portugal? No Brasil? Já nos Campos Gerais ou em Taubaté ou em Santos? O que é fato é que foi o inimigo maior dos Caingangs, tendo conseguido para deixá-los desmontados, a vitória do Capão da Mortandade, em que os havendo atacado deixou claro que se o desejasse, mais sangrentas seriam suas vinditas e mais freqüentes suas vitórias. Isso, entretanto, não evitou a reiteração dos ataques. De qualquer forma foi conquistando terreno e obtendo sesmarias: Lança, Furnas, Fortaleza onde construiu sua habitação e erigiu capela sob a invocação de Nossa Senhora da Paz. Estranha padroeira de quem vivem em guerra acesa. Sua criação foi extensiva, e ao que parece ninguém teve em terras uma situação igual: 3.000 alqueires em Fazendinha; 4.000 na Fortaleza, 14.000 na Taquara e 60.000 em Monte Alegre, fora as primeiras que foram base às conquistas posteriores, e tôdas cheias de gado. Os índios o atacaram na Fortaleza inúmeras vezes. Para defender-se, além da

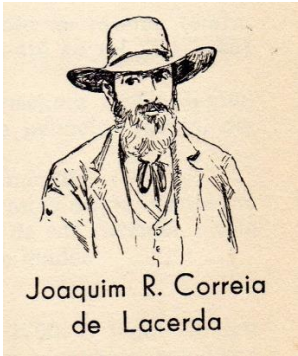
	milícia, tinha escravos, que lhe eram dedicados. Muito mais do que obedientes serviam os seus subordinados milicianos. Sua luta doméstica com Da. Onistarda Maria do Rosário com quem se casou em Curitiba no fim do século XVIII chegou até nós pela pena empolgante de Saint-Hilaire e pelas tradições locais, muitas delas talvez, cheias de exagero, mas vibrantes de ódios e ressumando ao sangue das curiosas e incompreensíveis lutas que o tempo acabou, depois dos 13 anos de sua prisão, dentro da própria casa em que devia ser soberano incontestável. José Felix sustentou a expedição de Guarapuava de 1809 até o fim, com o gado de suas fazendas. E não só isso senão que também conseguiu manter com os seus artífices, o serviço de selaria, que não devia ser pequeno, nem fácil do 1º regimento de cavalaria de milícias, de Curitiba. Faleceu a 27 de abril de 1822. Foi sepultado em Castro e enterrado na capela-mor da igreja matriz, única parte que ao tempo estava construída.
BARÃO DE ANTONINA:  Barão de Antonina	Nasceu João da Silva Machado, Barão de Antonina, na vila de Taquari, a 17 de junho de 1782. Taquari está situada no Estado atual, antes província e capitania do Rio Grande do Sul ou Rio Grande de São Pedro. Foram seus progenitores Manuel da Silva Jorge e sua mulher, Da. Antonia Maria de Bittencourt. Começou a vida como alfaiate. Depois foi feitor de fazenda e como tropeiro iniciou sua fortuna que chegou a ser notável. Eleito às côrtes de Lisboa em 1821, nessa época teria iniciado sua ascensão política, fixada depois por diversas circunstâncias favoráveis. Não chegou a assumir seu posto. Em 1820 encontramo-lo encarregado da exploração do morro do Itaió, e em 1823, da conservação da estrada da Mata, que ligava diretamente o Viamão no Rio Grande do Sul, ao Rio Negro no Paraná. Em 1826, com a cooperação do Brigadeiro Franco, fundou a colônia alemã do Rio Negro. Era tenente coronel das milícias em 1829. Como coronel honorário do exército e chefe de legião, atuou em 1842, estabelecendo uma espécie de ocupação na 5ª comarca, com o intuito evidente de separar os revoltosos de Sorocaba, dos Farrapos que tentassem restabelecer a perigosa ligação. Desde 1837 atuava na parte norte da sua província natal, na região de Lajes, de onde saiu por causa das desinteligências com Manoel dos Santos Loureiro. Não acompanhou o Brigadeiro Xavier da Cunha na sua desastrosa investida. Entretanto fez com Manoel Antônio da Cunha, ilustre prefeito da Lapa e comendador, o quanto pôde para aumentar os reforços de que o governo imperial pudesse dispor na zona do Rio Negro, visando a possíveis investidas futuras. Tinha 253 homens sob seu comando na ocasião em que o Marquês de Caxias determinou – à vista da rebelião de Sorocaba – que o 12º de Santa Catarina marchasse “pela Curitiba”, sob comando de Silva Machado. O Barão de Monte Alegre, presidente da província de São Paulo ficou muito agradecido a Silva Machado pela atitude pacificadora junto à comarca de Curitiba – que desejava emancipar-se elevando-se à categoria de província. Silva Machado, que era ladino, resolveu tirar proveito dessa situação e conseguiu os seus objetivos obtendo de Monte Alegre o compromisso de ajudar com quanto estivesse ao seu alcance para que Curitiba fosse província. Representando a 5ª comarca tomou assento na Assembléia Provincial de São Paulo. Ficou então, encarregado da direção de obras públicas de grande vulto, entre as quais abertura de estradas novas e remodelação e conservação das antigas, entre as quais a da Graciosa. Já era influente, comandante superior da Guarda Nacional, deputado provincial de São Paulo (representante de Curitiba) quando se casou com Da. Ubaldina do Paraíso Guimarães, de quem teve numerosa descendência. Assim que o Paraná se viu emancipado, êle se apresentou candidato a senador e obteve a posição. Outros que pela emancipação da província haviam

	trabalhado muito mais, ficaram na sombra. Quando Zacarias de Góis e Vasconcelos veio instalar a nova província em Antonina encontrou Silva Machado pronto para dar-lhe indicações e diretrizes. Não as aceitou, todavia, o perspicaz baiano. Seja, porém, como fôr, a vida de João da Silva Machado foi cheia, útil e brilhante. Começou como simples tropeiro, fazendo percurso do Viamão a Sorocaba. Logo as perturbações políticas da sua vila natal jogaram-no ao comando de forças aliciadas por ele próprio. Surgiu o governo imperial contra os seus comprovincianos. Foi isso o que lhe deu prestígio e proporcionou-lhe o título. Depois, o contato com as imensas áreas de terra devolutas no Paraná, deram-lhe idéia da possibilidade do seu aproveitamento. Contratou com Francisco Lopes, destemido sertanejo, e com o piloto, (agrimensor) João Henrique Elliot as medições de que necessitava (ainda que essas fossem sem precisão perfeita) para a posse que não tardou em obter à vista das suas amizades políticas. Foi assim que fez a fortuna nababesca que possuía ao fim de sua vida. Tornou-se elemento de progresso para São Paulo, onde não deixou de trabalhar, sempre com valor e perseverança, mas também com muita astúcia e sagacidade política. Alcançada, porém, a brilhante posição social e política com que talvez nem tivesse sonhado, transformou-se num homem de cômte. Aliás os hábitos gauchescos bem cedo os foi perdendo. Observador arguto, não ficava mal em meio algum. Sua prudência o fazia ser homem moderado, de palavras medidas e golpes acertados. Apesar dos seus imensos cabedais, representados sobretudo por tratos de terra que seriam como verdadeiras províncias, não se desfazia de posições rendosas, ou de situações administrativas que lhe dessem prestígio e o mantivessem na estacada. Ainda foi diretor da fábrica de ferro – aliás fundição – do Ipanema, última posição administrativa útil, que teria ocupado. Deixou fortuna imensa. Foi vereador honorário da Imperatriz, grande do Império, cavaleiro fidalgo da Casa Imperial. Possuía comendas da Rosa (gr. dignatário), Cruzeiro (oficial) e Cristo (cavaleiro). Escreveu alguns artigos na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, graças às informações e aos mapas dos irmãos Lopes, de Elliot e dos Borbas. Foi então elevado ao baronato com grandeza em 13 de agosto de 1860 e teve o seu brasão passado em 17 de setembro de 1859, lembrando a possibilidade de catequese dos numerosos índios que ao seu tempo ainda existiam nas vastíssimas fazendas com que havia ficado. Êsse papel, porém, não chegou a realizar, nem mesmo em pequena parte. Faleceu em São Paulo a 19 de março de 1875, sendo enterrado no cemitério da Consolação.
BARÃO DO TIBAGI:	Vejamos agora o Barão do Tibagi, José Caetano de Oliveira. Também este titular não era nascido no Paraná. Mas sem dúvida, por adoção e pelas obras, um grande paranaense. Seus filhos ligados às atividades políticas da província, entraram de cheio nas páginas da história local, durante períodos difíceis do 2º reinado. José Caetano de Oliveira nasceu na cidade de Sorocaba, então capitania de São Paulo, em abril de 1794. Era filho de Manoel Gonçalves de Oliveira, ignorando-se o nome de sua progenitora. Sua origem não podia ser mais modesta e obscura. Sabe-se pouco, relativamente, a seu respeito, salvo que foi peão antes de ser tropeiro.

 Barão do Tibagi	Seus progenitores eram pobres e ele teve à sua custa, que ganhar a vida. Jogou-se, então para o sul, com algum tropeiro conhecido, no intuito de ganhar. Encontrou nos Campos Gerais, as suas aspirações afetivas e aí se fixou, casando-se na capela do Tamanduá, que daria nascimento depois, à atual cidade de Palmeira, com Da. Querubina Rosa Marcondes de Sá, filha do Tte. Manoel José de Araújo e de sua esposa Da. Ana da Conceição de Sá. Geriu com eficiência as fazendas do sogro e fê-las desenvolverem-se produzindo muito mais do que até então. Em poucos anos todos sentiam os efeitos da abundância. Com seu sogro que já era importante e conceituado fazendeiro dos Campos Gerais, e com seus cunhados, entre os quais o Capitão Domingos Inácio de Araújo e Antônio Joaquim de Camargo, foi um dos fundadores da atual cidade da Palmeira, onde viveu e faleceu. Dirigiu a abertura das primeiras estradas para o rio Iguaçu e à Lapa pelo Caiacanga, depois a Guarapuava e a Palmas. Alferes de Milícias ainda ao tempo de colônia, como seu cunhado Manoel Mendes de Araújo, povoador e sesmeiro de Guarapuava em 1809, não tomou parte em aventuras, nem mesmo políticas. O Barão do Tibagi, era pai da Viscondessa de Guarapuava (Da. Zeferina Marcondes de Sá) e do Conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, que foi ministro de Estado dos Negócios e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no Gabinete Furtado de 31 de agosto de 1864. Foi Jesuíno Marcondes deputado pela sua província natal e último presidente dela em 1889. O título de Barão do Tibagi (decreto de 4 de agosto de 1858) devia ter sido consequência das atividades políticas conservadoras em face da revolta de Sorocaba e da emancipação política do Paraná. Tibagi era amigo muito chegado do Brigadeiro Tobias (Rafael Tobias de Aguiar), o revoltoso de 1842, e do presidente Barão de Monte Alegre. Manteve-se, porém, sempre neutro. Possuía além do título, as comendas da Rosa e de Cristo, na ordem de cavaleiro. O Barão do Tibagi ao falecer, foi por sua determinação expressa enterrado na cidade de Palmeira. Foi isso a 17 de novembro de 1863.
BARÃO DE GUARAÚNA:  Barão de Guaraúna	Nasceu Domingos Ferreira Pinto a 3 de setembro de 1820, nos Campos Gerais de Curitiba. Era abastado fazendeiro, e chegou a ter em mão vultoso capital amodado. Também foi tropeiro. Na pecuária fêz fortuna. Tomava parte relativamente saliente nos assuntos políticos da província, junto com seu irmão, Capitão Joaquim Ferreira, chefe político de Conchas, homem extremamente generoso e liberal. Hospedou, por indicação do presidente da província, a D. Pedro II em 1880. Organizou a comitiva montada que foi esperá-lo em Palmeira, e que o escoltou até Ponta Grossa. Era major da Guarda Nacional, e por causa da sua pouca liberalidade não serviu ao imperante com a munificência e o esbanjamento usado nos outros lugares. Depois do seu último jantar oferecido ao monarca, segundo conta Ermilino de Leão, declarou: - Senhor Imperador; eu podia ter matado mais um peru ou um leitão para obsequiar a V. M. Mas não quis: preferi em comemoração à honra da visita de V. M. que se concedesse alforria aos meus escravos. Estou certo de que assim agrado mais a V. M. O Imperador não só agradeceu e distribuiu as cartas liberdade, senão que também, do Rio, em lugar de mandar-lhe uma comenda, fê-lo barão, pelo decreto de 31 de agosto de 1880, apesar da oposição do Conselheiro Buarque de Macedo. Não chegou a registrar o seu brasão d'armas, porém seu túmulo tem brasão, provavelmente aquele que havia concebido ou que a alguém pedira para

	compor. O Barão de Guaraúna faleceu a 20 de setembro de 1891 e está enterrado em Ponta Grossa, no cemitério municipal.
BARÃO E VISCONDE DE GUARAPUAVA:  Visconde de Guarapuava	O Visconde de Guarapuava, é de todos os titulares paranaenses, ainda que não haja deixado descendentes diretos, o mais conhecido, talvez no seu Estado natal, por causa da sua atuação filantrópica, contribuindo grandemente para obras de benemerência. Antônio de Sá Camargo era descendente de tradicional família paulista, segundo nos informa Eurico Branco Ribeiro. Seus pais viveram em Campinas onde deixaram seus ossos. Seus avós paternos eram de Sorocaba, e os maternos eram, um de Minas Gerais e outro de Curitiba, onde se casaram em 1772. Nasceu Antônio de Sá Camargo em Palmeira, a 25 de abril de 1808. Começou a vida como tropeiro, conhecedor que era das feiras de Sorocaba. Casado com uma prima, Da. Zeferina Marcondes de Sá, filha dos Barões do Tibagi, dêsse consórcio nasceu apenas um filho, Jeremias, que morrendo em tenra idade, provocou a separação do casal. O futuro Barão de Guarapuava foi tomar conta da fazenda paterna, e sua mulher ficou em Palmeira até morrer. Antônio de Sá Camargo contribuiu poderosamente para a criação e o desenvolvimento de obras úteis de caráter coletivo: Escolas, bibliotecas, a Santa Casa de Curitiba, a de Paranaguá, o Teatro de Guarapuava, e a igreja nova da mesma cidade. Aí por 1840 um grupo de bandidos, com o apoio dos índios, promoveu um assalto à povoação de Guarapuava, no intuito de saqueá-la. Foram as medidas do futuro barão que determinaram o fracasso do ataque. Prestigiado e querido, Antônio de Sá Camargo fundou então, a Sociedade do Paiquerê, que organizou bandeiras de reconhecimento e descobrimento. Rebentando a guerra do Paraguai, sendo ele comandante do 7º de cavalaria da Guarda Nacional, fardou, equipou e armou o seu batalhão, que foi fazer a guarnição de fronteira do lado do Barracão, fundando Palmas de baixo. Por tais serviços foi cavaleiro da ordem da Rosa e Barão de Guarapuava por decreto de 14 de julho de 1870. Vice-presidente da Província em 1865, não somente ocupou todos os cargos de eleição popular no regime monárquico, como nunca deixou de estar investido em um deles. Nos cargos, porém, sempre foi útil, deixando traços de sua passagem: Bibliotecas e estradas. E tais foram os serviços prestados, que a 31 de agosto de 1880, sem haver hospedado o imperador, recebeu o título de visconde. Faleceu o visconde, depois de se haver portado com extrema dignidade por ocasião da revolução de 1894, a 12 de novembro de 1896, sendo seu corpo sepultado na capela central do cemitério local que ele mesmo fizera construir. Quando se restabeleceu o seu nome em uma das avenidas da capital paranaense e se inaugurou o seu busto em bronze junto à Assembléia Legislativa na placa se resumiu sua vida da forma seguinte: “Defendeu a sua terra com armas nas mãos; ajudou a construir hospitais; fundou cidades e escolas; rasgou estradas e caminhos; distribuiu esmolas e libertou escravos”.
BARÃO DE MONTE CARMELO:	Nasceu Bonifácio José Batista, na Lapa, antiga paróquia de Santo Antônio do Registro e depois Vila do Príncipe, 1827. Era filho de Antônio Dias Batista, descendente de fazendeiros povoadores dos Campos de Ponta Grossa e de Da. Maria do Nascimento Teixeira de Azevedo Batista, filha do Sargento-mor Francisco Teixeira de Azevedo. Casou-se, ainda antes da emancipação da província, com Da. Ana Luísa, filha do Brigadeiro Manoel Inácio do Canto e Silva, e bisneta do Sargento-mor José Félix da Silva, tendo por natural herança, um enorme patrimônio. A vida inicial de Bonifácio Batista foi dura. Teve que negociar em tropas, com o auxílio do Comendador Rosas, que lhe emprestou dinheiro, bem como com o

 Barão de Monte Carmelo	de seu irmão Francisco, que o ajudava a domar as mulas melhores. Quando se casou já possuía, conforme nos conta Pedro Novais, um pecúlio acumulado considerável, mas o orgulho de Manoel Inácio do Canto e Silva era tal que achava todos os pretendentes pequenos para sua filha, o que obrigou Bonifácio, a quem fora negada a mão de Ana Luísa, a raptá-la para casarem-se em Ponta Grossa, na capela de Sant'Ana. Manoel Inácio ficou furioso, mas acabou por chegar às boas com o genro. Bonifácio militou no partido liberal e foi presidente de partido na Comarca de Castro, devendo-lhe a vila os maiores trabalhos para sua elevação à categoria de cidade. Foi deputado à Assembléia Provincial no biênio 1858/59. Por morte de sua sogra a 20 de outubro de 1864, coube ao futuro Barão de Monte Carmelo a fazenda de Monte Alegre, com 63.000 alqueires e 4.000 cabeças de gado. Bonifácio entusiasmou-se com a compra realizada e montou casa de fazenda, passando a criar aí animais de raça, sendo a indústria pessoalmente dirigida por ele, como profundo conhecedor do assunto. Já a esse tempo era coronel, comandante superior da Guarda Nacional. Sua preocupação altruísta e intelectual fê-lo criar a biblioteca pública de Castro, que chegou a ter 6.000 volumes. Nomeado em 1878 presidente da província de São Paulo o seu concunhado Dr. Laurinho Abelardo de Brito, o futuro Barão de Monte Carmelo comprou solarenga residência na capital, passando daí por diante, os invernos em S. Paulo, e os verões em Castro. Seus filhos se foram casando com gente da família Prates e da família do Barão de Antonina. A morte de seu sogro, Manoel Inácio, em 23 de novembro de 1885 dá-lhe grande aumento nos cabedais já então muito extensos. Foi agraciado por D. Pedro II com o título de Barão de Monte Carmelo, a 20 de novembro de 1886, sendo, portanto, um dos últimos titulares da província por ordem de criação. Fundada a Biblioteca Pública da Província sob a direção do Comendador Manoel Ricardo Carneiro e do futuro Barão de Sêro Azul, a contribuição do Barão de Monte Carmelo foi tão grande que os diretores resolveram inaugurar na sede o retrato do benfeitor. Tomou parte da revolução federalista, dando quanto auxílio se lhe pedisse. Dezenas de contos de réis, milhares de animais de corte e montaria. Com a vitória republicana o barão se retirou para São Paulo e não voltou mais à terra natal, falecendo a 21 de abril de 1897.
BARÃO DOS CAMPOS GERAIS:  Barão dos Campos Gerais	O primeiro ascendente da família Pacheco do Paraná, foi José Pacheco dos Santos Lima, figura curiosíssima da velha comarca curitibana do século XVIII, e a quem Francisco Negrão faz referências na Genealogia Paranaense como homem que mereceu uma das mais injustas prisões do governo Lôbo Saldanha, exatamente como Santa Catarina era invadida pelos espanhóis e pela estrada do Viamão passavam centenas senão milhares de homens como tropa de socorro. Exigia o despótico Lôbo Saldanha que José Pacheco desse de comer a toda tropa, como feitor que era do pouso de Santo Antônio, agregado ao Registro... A impossibilidade, manifestada, considerou-a o capitão general como má vontade e reação ao real serviço. Fê-lo prender e levar para fora da comarca à qual só voltou quando o govêrno em S. Paulo foi modificado e Lôbo Saldanha substituído. O terceiro filho de José Pacheco dos Santos Lima, que usava o nome de Manoel dos Santos Pacheco, nascido em 1761 é o pai do Coronel David dos Santos Pacheco, mais tarde Barão dos Campos Gerais, o sétimo filho dos nove que teve o casal. A família, desde o início possuiu a fazenda do Bom Jardim, que hoje tem o nome de Santa Amélia, ainda pertencendo aos seus descendentes. Foi nessa fazenda do Bom Jardim que nasceu a 28 de junho de 1810, David dos Santos Pacheco, filho de Manoel dos Santos Pacheco, capitão de

	ordenanças e Maria Coleta da Silva, descendente de fundadores da Lapa e aí nascida, parente próxima dos seus primeiros capitães-mores, e do seu ilustre prefeito nº 1. David era o 7º filho, mas apesar disso teve esmerada educação ainda que se não formasse como seu irmão mais velho e o Comendador Joaquim Pacheco. A todos o velho Manoel dos Santos Pacheco desejou, conforme assinala José Sabóia Côrtes em seu formoso trabalho “Paraná de outros tempos” mandar educar sem que deixassem as tradições da família, como fazendeiros e negociantes de gado. A sua preocupação era de que continuassem a lavrar a terra e não saísse da família esse entranhado amor ao torrão. Desde muito cedo David dos Santos Pacheco se fêz tropeiro. Ia buscar mulas e gado no Rio Grande e Lajes, vindo pelo Viamão à Lapa e daí a Sorocaba. Diz Sabóia Côrtes que foi sócio nesse comerciar de muitos anos, do Barão de Antonina, seu padrinho de batismo e seu chefe orientador nos assuntos políticos. Foi deputado à Assembléia Provincial, Comandante Superior da Guarda Nacional e 1º vice-presidente da província. Quando surgiu a guerra do Paraguai, encarregou-se de dar uniformes e treinamento a 150 voluntários da Pátria que êle próprio trouxe até Curitiba. Casado, na Lapa, com Da. Ana Francisca de Carvalho, lapeana como êle, deixou muitos descendentes, dentre os quais cumpre salientar Da. Maria Coleta Santos Araújo, casada com o futuro Ministro da Agricultura, Manoel Alves de Araújo. Foi dos que batalharam pela emancipação da província do Paraná, mas sua ação ficou na sombra. Hospedou D. Pedro II em 1880, na sua própria casa, na Lapa, o velho “Solar do Barão” hoje destruído, e para comemorar e festejar dignamente essa passagem, alforriou os escravos que possuía em suas extensas fazendas, que eram duas no Paraná, e uma em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. Foi barão por decreto de 31 de agosto de 1880, “apenas oficializando a nobreza inata do seu grande coração e das suas virtudes pessoais”, segundo as expressões de J. Sabóia Côrtes. O Barão dos Campos Gerais faleceu a 1º de novembro de 1893, às vésperas de chegar à sua casa a sangrenta revolução federalista, cujas páginas palpitantes foram escritas pelos seus companheiros.
JOAQUIM DE REZENDE CORREIA DE LACERDA:  Joaquim R. Correia de Lacerda	Nasceu na vila de Santo Antônio da Lapa no dia 29 de março de 1845. Era filho de comerciante português do Pôrto, Manoel José Correia de Lacerda e de Da. Leocádia Cassiana de Rezende, parente próxima do Comendador Joaquim Américo Guimarães, cujos escravos foram encarregados por ocasião da boda, de edificar o solar em que Joaquim Lacerda nasceu, em que viveu e onde veio a falecer muitos anos mais tarde, depois de haver sido ela palco de inúmeros fatos históricos durante a campanha federalista. Joaquim Lacerda possuía qualidades excepcionais de observação e muita capacidade artística. Depois de estudar as primeiras letras em sua própria cidade natal, e mais desenho e línguas com Frederico Guilherme Virmond, foi mandado para o Rio onde estudou música de cuja arte era apaixonado, especialmente piano, que estudou com o maestro Artur Napoleão. Tendo perdido sua progenitora, voltou à terra natal, e aderiu ao tropeirismo por ser, das atividades possíveis em sua província, uma das mais rendosas, além de que o Barão dos Campos Gerais, foi-lhe guia e amigo nesse comércio. Alferes da Guarda Nacional, assim que rebentou a guerra do Paraguai, preparou, como instrutor, os contingentes que deviam seguir para a campanha e durante anos permaneceu prestando êsse serviço. Depois de amearhar pequena fortuna, e ter instalada uma loja de fazendas e armazinhos na sua cidade natal, de sociedade com os irmãos, pensava abandonar a política. Fôra membro proeminente, do partido liberal sob a chefia do Cel. David dos Santos Pacheco. A República, forma política de sua esperança foi proclamada no Rio de Janeiro e êle se rejubilou.

	Como não se fizera propagandista antes de 15 de novembro, recolheu-se aos bastidores, mas foi aqui que o procuraram os líderes da mesma forma quando o Paraná estêve ameaçado de invasão. Coronel arvorado, líder efetivo em sua terra natal, submeteu-se primeiro ao comando do General Argolo e depois do Cel. Antônio Ernesto Gomes Carneiro, para opor-se aos federalistas. O contingente que levantou e que foi realmente apreciável assim se compunha: - Batalhões 13 de cavalaria e 18 de infantaria de Guarda Nacional, patrióticos Floriano Peixoto e 15 de novembro e ainda o da Reserva da Guarda Nacional. Êste contingente ficou sob seu comando e constituiu a 2ª brigada. A 1ª durante a resistência da Lapa ficou sob comando do Cel. Júlio Augusto da Serra Martins. Quando o cêrco se iniciou, a 17 de janeiro de 1894, era um chefe bisonho. A experiência, porém, foi-lhe chegando rapidamente, até que nos combates de 22 de janeiro, 3 e 7 de fevereiro, ficasse em posição de eminência, pela bravura demonstrada, merecendo ser chamado de herói pelo General Gomes Carneiro, quando já moribundo, a 8 de fevereiro de 1894. Foi Joaquim Lacerda que assumiu o comando da praça a 9 de fevereiro, após a morte de Gomes Carneiro, e o fez porque Serra Martins a quem cabia o encargo não quis fazê-lo no temor da rendição iminente e da vindita dos chefes revolucionários por haver rompido o compromisso assumido em Santa Catarina de não mais tomar armas contra a revolução. Joaquim Lacerda foi um homem bom, um chefe eminente, mas um agitado, na franqueza rude das suas atitudes desassombradas. Seu anedotário, desde os tempos do tropeirismo mostram-no homem de valentia desmedida. Foi como tropeiro que, indo a Lagoa Vermelha encontrou sua noiva, depois sua espôsa, Da. Magdalena Moogen, filha de um médico inglês a serviço do exército brasileiro durante a campanha do Paraguai. Sua noiva, também pianista, tomou-se de verdadeiro deslumbramento quando, tendo recebido um tropeiro rude, de poncho pala, botas e chilenas, de catadura duvidosa sob as longas barbas, ouviu-o tocar Liszt e Chopin com a maior desenvoltura no piano Butcher que o velho cirurgião possuía. Foi Senador da República, e chefe político eminente. O Cel. Joaquim Lacerda deixou um único filho, José Lacerda, origem de numerosa descendência que honra o Paraná. Faleceu na sua casa, ex-quartel da 2ª brigada da Lapa, sede da assinatura da capitulação da histórica praça, de um insidioso câncer, a 12 de julho de 1905.

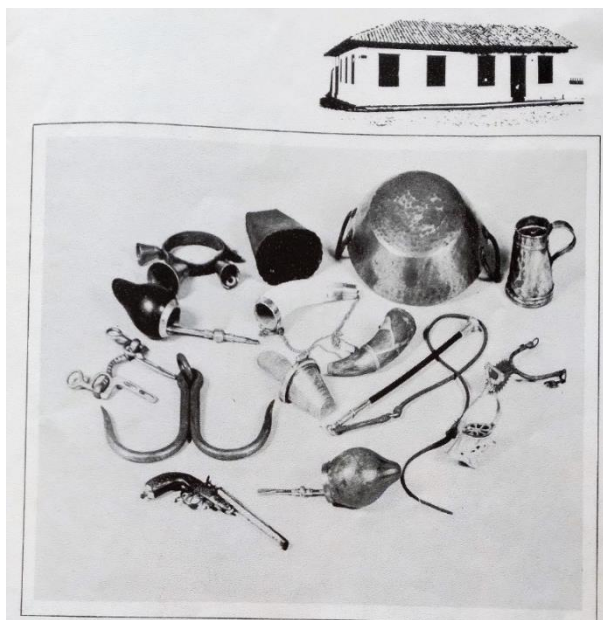
FONTE: CARNEIRO, David. Galeria de ontem e de hoje. Curitiba: Vanguarda, 1963, p. 61-p. 74.

ANEXO C – Álbum Inauguração do Museu do Tropeiro (20 de janeiro de 1977)



Fonte: Fundo Museu do tropeiro. Museu do Tropeiro, Castro, 1997.

ANEXO D – Material de divulgação 1977



Objetos característicos do Tropeiro.

Acervo

O Museu inicia seu objetivo didático informativo de evidenciar a cultura artística e histórica de nossa gente com um acervo de aproximadamente 400 peças.

Além de retratar a vida do tropeiro, o Museu apresenta documentos históricos, antigos pesos e medidas, peças sacras e outras.

Roteiro

Sala 1, 2 e 3 - O Tropeiro

Sala 4 - Destinada a exposições de interesses culturais.

Sala 5 - Documentos e objetos de valor histórico.

Sala 6 - Aferições.

Sala 7 - Testemunho de uma época.

Sala 8 e 9 - Arte Sacra.

Alpendre - artesanato popular do Município de Castro.

Jardim - Postes de iluminação a querosene, bebedouro, muros.

Administração

Órgão da Prefeitura Municipal, sob a direção da Professora Judith Carneiro de Mello, conta ainda com zeladora e guardião.



Foto interna do Museu.

O eminente patrono do Museu do Tropeiro, professor Newton Carneiro, ao entrar pela 1ª vez na casa que hoje abriga o museu, ficou tão entusiasmado com a autenticidade do estilo arquitetônico do prédio que, desde então, empenhou todos os esforços para que algo de muito importante fosse ali, instalado.

E o museu ganhou um amigo admirável.

Em todos os momentos deu seu apoio integral na organização, na classificação das peças, na contribuição de objetos, na escolha mais acertada dos painéis, enfim, foi a alma na constituição deste museu.



O Museu é hoje uma realidade graças - à confiança depositada pelas autoridades: Prefeito Municipal - Lauro Lopes, Vice-Prefeito - Nelson E. Meyer, Presidente da Câmara e vereadores;

- também ao dinamismo, dedicação e entusiasmo de: Vigário da Paróquia de Santana - Pe. Nicolau Baltazar, Diretor do Patrimônio Histórico do Paraná - arquiteto Sérgio Todeschini Alves, Eminent professor Newton Carneiro, que sugeriu fosse o Museu dedicado ao Tropeiro, Assessor do Diretor do IPHAN, museólogo Alfredo Rusins, Viúva José Pedro Novaes Rosa, Carlos Ernesto Kugler, Luis Carlos Raffo, Valmor Vilela, Julieta Signorelli, Roque Pinto;

- ao trabalho de equipe de: Judith Carneiro de Mello, como coordenadora, Glacy Ribas Lopes, Evangelina Camargo Ribas, Nicolau Hampf, Ely Braga, Guilherme Zimmermann, Idalina Bueno Magalhães, Nelsi Kugler, Marli Rolim de Moura, Maria Rosa Sidor, Luciane K. Moreira, Rosemarie Hampf, Victor Hampf, Cláudio Hampf, Natália Propheta Inoue, Luis Petreski, Hildebrando Rodrigues, Felipe Signorelli - à boa vontade e desprendimento de tantos Doadores e Colaboradores.

ANEXO E – Registro de tombamento da sede do Museu do Tropeiro.

50

INSCRIÇÃO N.º 63 PROCESSO N.º 64/77.

DESIGNAÇÃO MUSEU DO TROPEIRO

NATUREZA: arquitetura civil

CARÁTER DA INSCRIÇÃO: pluritério

MUNICÍPIO: CASTRO

LOCALIDADE: CASTRO

LOGRADOURO: Rua Getúlio Vargas.

PROPRIETÁRIO: Prefeitura Municipal de Castro.

ENDEREÇO: Rua Getúlio Vargas nº 11

CARACTERÍSTICAS: Casa do século XVIII que pertenceu a Cosmeo Lobo, construída sobre uma base de pedras com colunas de madeira que sustentam toda a estrutura da cobertura. As paredes são apenas vedadas construídas em sistema de pau e prego, e os vãos envidraçados com barro. A cobertura é de telhas de barro.

OBSERVAÇÕES: Sede do Museu do Tropeiro - Da Prefeitura Municipal de Castro.

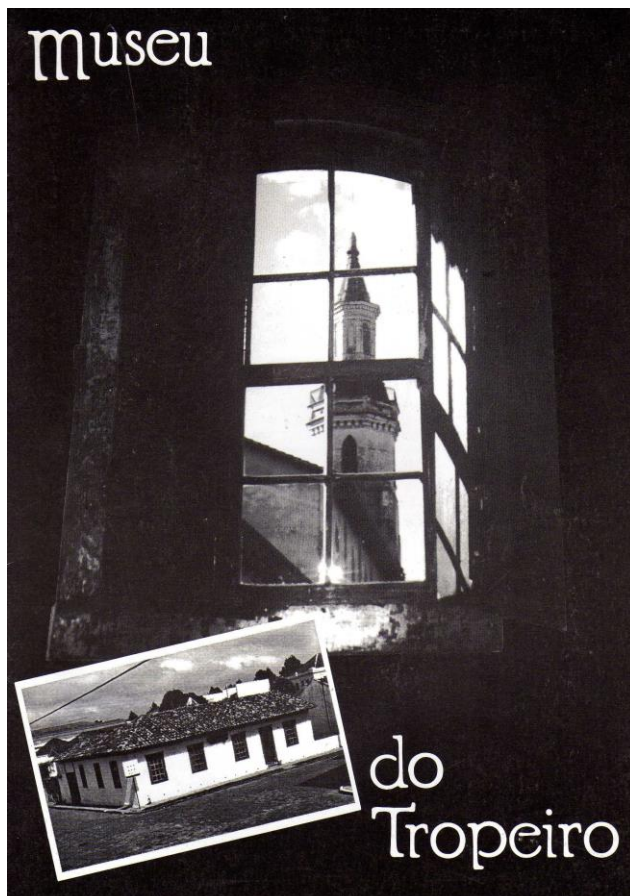
INSCRITO EM 6 de março de 1978

Assinatura: 

Cargo: DIRETOR DO D.P.H.A.-PR.

Fonte: PARANÁ, Livro do Tombo Histórico. Processo nº 64/77, Inscrição nº 63. Data: 06.mar.1978.
Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>. Acesso em: 15.mar.2021.

ANEXO F – Roteiro da Exposição de Longa Duração (2001)



MUSEU DO TROPEIRO, testemunho de uma época

O Museu do Tropeiro, oficializado pelas leis 13/75 e 71/76.
A cultura faz a eternidade de um povo. O Museu é o espelho da cultura de um povo.
Uma casa de 200 anos.
Um acervo de 300 anos.

A Casa

A casa foi construída no século XVIII; propriedade da família Carneiro Lobo.

Casa de estuque, de fiel estilo. Pertenceu ao Padre Damaso que a comprou de Francisco de Deos Martins e sua esposa Victoriana Alves da Nunciação.

Por que “Museu do Tropeiro”?

A Placa de Inauguração justifica a razão da denominação:
“Castro surgiu graças ao Tropeirismo. Este Museu visa homenagear essa fase decisiva da evolução brasileira para a qual o antigo Pouso do Iapó contribuiu de forma tão decisiva.”

Inauguração

Ainda da Placa de inauguração: “Museu inaugurado a 21-01-77, na gestão do Prefeito Lauro Lopes e Vice-Prefeito Nelson E. Meyer, sendo Governador do Estado o Exmo. Sr. Jaime Canet Junior, Secretário da Educação Francisco Borsari Neto e Presidente da Cmara, Antonio Ramin Silveira.

Contribuíram para sua instalação o Arquiteto Sérgio Todeschini, Professor Newton Carneiro e o museólogo Alfredo Ruskins.

Fonte: Acervo do Museu do Tropeiro.

“Museu do Tropeiro”

O Museu do Tropeiro foi criado em 01/12/76, sendo inaugurado em 21/01/77, na gestão do Prefeito Lauro Lopes.

O eminente patrono do Museu do Tropeiro, professor Newton Carneiro, ao entrar pela primeira vez na casa que hoje abriga o museu, ficou tão entusiasmado com a autenticidade do estilo arquitetônico do prédio que desde então, emvidou todos os esforços para que algo de muito importante fosse, ali, instalado.

E o museu ganhou um amigo admirável.

Em todos os momentos deu seu apoio integral na organização, na classificação das peças, na contribuição de objetos, na escolha mais acertada dos painéis, enfim, foi a alma na constituição deste museu.

Prefeitura Municipal de Castro
Museu do Tropeiro

Roteiro das Exposições Hall de Entrada

- 1 – Placa de mármore comemorativa ao ato de inauguração do Museu.
- 2 – Placa de mármore de homenagem ao tropeirismo.
- 3 – Placa de mármore – agradecimento.
- 4 – Estante: Livros, publicações e artesanato à venda.

Castro surgiu e cresceu graças ao tropeirismo. Este Museu visa homenagear essa fase decisiva da evolução Brasileira, para a qual o antigo “Pouso do Iapó” contribuiu de forma tão decisiva.

Painéis

Colaboração do Professor Newton Carneiro na redação de textos e escolha de temas extraídos de litografias de sua coleção.

As reproduções fotográficas das litografias são da execução e doação de Carlos Ernesto Kugler e Luiz Carlos Raffo.

Sala de Apresentação “Quem era o Tropeiro”

Bandeirantes e Tropeiros eram sertanistas e por esse nome e por sertanejos foram conhecidos.

O tropeiro é o patrão, o dono da tropa, o empresário de transporte, que, por preço combinado, carrega suas mulas e se vai pelos caminhos a fora.

Eram reconhecidos não só como homens corajosos e experientes, mas também como probos e honrados nos negócios.

O tropeiro, pelo seu desempenho na vida econômica e social, deixou na História Pátria um exemplo de heroísmo e dignidade que merece ser melhor conhecido e seguido.

01. **Figura do Tropeiro com seu traje típico:** chapéu, lenço, camisa, bombacha, guaiaca, faca, arma, bota, esporas, poncho e tirador.
02. **Aperos do Cavalo:** baixeiro, arreo, barrigueira, pelego, badana, chinchador, laço, peitoral, rabicho, buçal, freio, cabeçada, maneadeira, rabo de tatu, duas rédeas, dois loros e dois estribos.
03. **Preparativos para Viagem:** Pannel, litografia do Príncipe Maximiliano de Wied-Newied.
04. Boleadeiras, tala, estribos de couro – cangalha e brucas
05. Arrieiro com canastra

06. **Grande pannel:** “Tropa subindo a Serra”, de Pallière.
07. Onça empalhada.
08. Coleção de estribos.
09. Dois selins (montaria feminina).
10. Uma canastra grande.
11. **Pannel legenda:** “Tropeirismo”.
12. Pannel histórico de Castro.
13. Decreto da Assembléia Legislativa do Paraná de 28 de julho de 1854.
14. Canastra com as iniciais SRB.
15. Seriema empalhada.
16. Perdiz empalhada.

Sala do Roteiro “Donde veio o Tropeiro”

O Paraná, desde as primeiras décadas da chegada dos portugueses, foi “uma grande ponte”: passagem de “castelhanos” para o Atlântico; caminho dos escravizadores de indígenas; invernada de tropas vindas do Rio Grande para as Minas Gerais.

Em um ano e dois meses de viagem, Cristóvão Pereira de Abreu passava por Sorocaba. O grande preador de muare nas Campinas do extremo sul retificara o caminho aberto em 1728 por Souza Farias, ligando Araranguá e Laguna aos campos de Lajes e Sorocaba, nele construindo cerca de trezentos pontilhões.

À esquerda:

01. Cabeceira de arrieiros
02. Prato e talher do tropeiro.
03. Bombas e banhas de prata
04. À direita:
05. Estribos
06. Freios
07. Chicotes
08. Enfeites de peitoral de arreo, freio e cabeça de chicote
09. Peças avulsas de arreo
10. Peças avulsas de peitoral
11. Pannel: Gravura de uma Tropa em marcha
12. Desenho do Roteiro das Tropas
13. Pannel: Roteiro das Tropas
14. Ilustração do Caminho das Tropas
15. Mapa do Caminho das Tropas
16. Canastra com iniciais PB, pertencente a Príciliana Barbosa
17. Canastra – século XIX
18. Canastra de procedência desconhecida
19. Mala
20. Facas de prata
21. Canastra de procedência desconhecida
22. Baú com as iniciais GRPU.

Sala do Pouso “Como viveu o tropeiro”

Tão logo organizado o tráfego de tropas de muare, evidenciou-se a necessidade de serem levantadas aqui e acolá, rústicas palhoças, simples coberturas de palha sobre paus-a-pique, sem paredes, para abrigo das cargas e dos homens ao fim das jornadas diárias. Era o pouso. O pouso

foi a primeira manifestação de abrigo praticado pela mão do homem, que surgiu nos ermos das travessias, à beira dos caminhos.

O pouso era rude, desconfortável, mas era sempre um abrigo contra a inclemência do sol ou da chuva, uma defesa contra o orvalho das noites frias do Brasil central.

Na sua amplitude, o pouso não compreendia apenas a palhoça para resguardo das cargas e dos homens; necessariamente tinha que apresentar condições para a recomposição dos animais, com boa aguada e pasto suculento.

Com frequência acontecia a reunião, num mesmo pouso, de mais de uma tropa.

Havia um certo ritual entre os homens de tropas ao se encontrarem num mesmo pouso.

Enquanto os homens iam derrubando as cargas e os arreios, o cozinheiro da tropa já espontaneamente, preparava café para oferecer aos recém-chegados. Durante a operação de descarregamento, e de arrumação das cargas e dos animais, não havia conversa; as horas passavam e era preciso deixar tudo em perfeita ordem. Terminadas as tarefas, “a confraternização”.

À direita:

01. Diversos tipos de guizeiras e cinerros
02. Paineis: “Pouso do Tropeiro”
03. Corrente com diversos tipos de guampas. Utensílios para beber água
04. Capa de tropeiro
05. Caldeirões e chaleira de ferro
06. Uma corrente com os objetos usados na cozinha do tropeiro: panela, peneiras, esticador de arame, porongo, espeto, foice, caldeirões, panela de ferro, chaleira de ferro, chifre de veado, foice, raízes, lascadeira, machado.
07. Cama do Tropeiro: ligal, pelego, chapéu, arreio, canastras, cangalhas.
08. Armas – espingardas
09. Na porta à esquerda. Painel “Pousos da Tropa”
10. Marcas de animais
11. Cabeção, freio de burro e ninho de nhapim
12. Cangalha com cestos
13. Baús de zinco
14. Arreios
15. Trempe e chaleira
16. Cangalha com duas bruacas
17. Banco bandeirante
18. Objetos: lascadeira, peneira, fole.
19. Poncho.
20. Corrente com cinerros.

Sala da Casa do Tropeiro

No século XIX, muitos objetos foram trazidos nos lombos das mulas para o uso de José Felix da Silva – Sargento Mor de Castro (1789) e de seu neto Coronel Manoel Inácio do Canto e Silva. Hoje em poder dos seus descendentes.

01. Painel: Casa do Tropeiro
02. Retrato do Tropeiro Felisbino Gonçalves Bueno e de sua esposa Maria Rolim Bueno
03. Gravura de um tropeiro em viagem
04. Quadro a óleo de Luciano Cameiro Lobo
05. Vitrine com louças antigas.
06. Máquinas de costura de mão
07. Vitrine com objetos da casa de um tropeiro.
08. Um berço
09. Marquesa da Fazenda Curralinho
10. Relógio

11. Figura da mulher do Tropeiro, sentada na cadeira de balanço
12. Roca
13. Retrato de Manoel Inácio do Canto e Silva.
14. Peça incompleta da Sala de Visita, ostentando um jogo de café e chá, em ágata e estanho, lampião. Escarradeira, mata-borrões e tinteiro.
15. Tapetes artesanais da época.
16. Marquesa da casa de Francisco Xavier da Silva.
17. Cantoneira com relógio, lampião, álbum e porta-jóias.
18. Pintura rupestre
19. Painéis com fotos de Castro Antigo
20. Paineis suspenso – caçambas e estribos
21. Paineis suspenso – coleção de freios

Vitrine grande:

22. **Na parte superior:** estribos, bombinhas, esporas, freios, enfeites de rabicho, cabeceira de arreio, garfo, cuias de chimarrão, faca, chocolateira, burrinhos artesanais, chicotes, bengalas, estoque, formiga, ferraduras, cadeado, bigorna, chave de boca, roldana, puxavante de pá, fleme, diapasão, cravador, trena.
23. **Na parte inferior:** Iluminação de casa do tropeiro – lanternas, castiçal, lampiões, candieiros e espivatadeiras. Binóculo, pedras indígenas, cachimbos, bodequês, facões, espadas, balas de bacamartes, pregos (feitos à mão na Matriz de Sant’Ana), chaves, serra manual.
24. Armário com roupas de uso, escarradeiras e objetos.
25. Seis silhões
26. Sofá de bilros.
27. Tachos de cobre.
28. Armário com objetos do cotidiano.
29. Moedor de café
30. Limpador de pés
31. Cadeiras de balanço
32. Quadro da Vila de Castro, retratada por Debret em 1828. Maquete baseada no mesmo.
33. Retrato de Mecia Novaes Rosas - “Nhãnhã”

Sala de aferição

“Medidas em tempo de Tropeiro”

O tropeiro era homem abastado, pois ganhava gordas percentagens sobre as mercadorias que negociava. Comprava gêneros, fazendas e utensílios de toda espécie, no litoral, e os vendia com pingues lucros no interior.

Para o interior eram transportados produtos estrangeiros como aço, cobre, chumbo, espingardas, vinho, vinagre, azeite de oliveira, medicamentos, artigos de modas, sal, peixe, salgado, presunto, farinha de trigo e escravos.

Já de meia idade, o tropeiro muitas vezes se estabelecia com lojas, na rua das tropas, negociava fazendas e gêneros com os tropeiros, sem abandonar os negócios de animais, vendendo, revendendo, assinando letras, fiando, agindo como banqueiro rudimentar.

À esquerda:

01. Na parede – o metro doado por D. Pedro II.
02. Metro da Casa Comercial de um Tropeiro.
03. Balança de pratos
04. Balança de Precisão
05. Estante: uma prensa
06. Medidas antigas em madeira usadas pela família Wisoski.
07. Balança Romana

08. Quadro informativo sobre os "Padrões de Pesos e Medidas"
09. Padrões de Pesos e Medidas para secos
10. Balança com pesos
11. Cofre
12. Quadro da Fundação da Vila Nova de Castro
13. Painel: Armas Militares do século XIX, doados por D. Pedro II e um capacete de soldado.
14. Vitrine: com armas do século XIX
15. Balanças manuais
16. Padrão de medidas para líquidos – Peças doadas por D. Pedro II (1880)
17. Terno de punções de aço e numeração e datas
18. Vitrine contendo teodolito usado para agrimensura.
19. Vitrine com moedas
20. Vitrine com pesos diversos

Sala Testemunho de uma Época

Povo segregado, cuja pigmentação "negra" foi motivo de exploração, de inquestionáveis e cruéis suplicios dos mais diversos portes e de difícil ressarcimento, quer fossem de ordem moral, corporal ou espiritual, o escravo muito contribuiu para o desenvolvimento do tropeirismo; muitas vezes condutor, cozinheiro, arrieiro, vigilante, outras vezes, o homem de confiança.

01. Reprodução fotográfica da litografia de Debret
02. Quadro: Cópia da "Lei Áurea"
03. Quadro: "Capitão do Mato" – Rugendas
04. Quadro – construção da Igreja Matriz – Elmiro Ferrari
05. Duas telhas goiva, fabricada pelos escravos, que serviu de cobertura à Casa do Museu.
06. Corrente de escravos (gargalheira) encontrada enterrada no local "Casa Branca", no município de Castro.
07. Pilão grande Fazenda Boa Vista
08. Três pilões pequenos
09. Potes de barro
10. Moringa
11. Mesa
12. Cabaças para água
13. Painéis de barro
14. Gamela

Sala de Arte Sacra

Da religiosidade do tropeiro é prova o episódio: ao avistar de longe a torre da igreja, o tropeiro parou, tirou o chapéu, e rezou alto, a cavalo:

*"Deus vos salve Casa Santa,
Onde Deus fez a morada
Onde estão o cálice bento
E a hóstia consagrada".*

Nas velhas igrejas e capelas do interior do país, onde quer que não houvesse os caminhos andantes dos rios, os tropeiros é que levaram até os altares, onde ainda estão em caixões enormes, numas andas chamadas banguê de carga, ou pedentes das cangalhas, se fossem pequenas, as velhas imagens de cedro brasileiro da Bahia e do Rio de Janeiro, ou de castanho do Porto.

À esquerda:

01. Paramentos da Capela do Senhor Bom Jesus da Pedra Fria – Fazenda Fortaleza. Manípulo, faixa para crisma, estola para atendimento de doente, pala, porta-pedra Ara, mursa, véu de sacrário e véu de cálice, bolsa para corporal
02. Cômoda da Sacristia da Igreja Nossa Senhora da Conceição (demolida): várias imagens, livros de missas em latim, fotografia da Igreja Matriz em 1939, Sacrário Móvel, Castiçal,

- redomas e mangas, Sacrário da Antiga Igreja Matriz, crucifixo (procedência desconhecida).
03. Dalmáticas: doadas pela Imperatriz D. Tereza Cristina.
04. Andor e umbela, um par de crucifixo em metal, usado em frente de procissões.
05. Paramentos da Igreja Matriz.
06. Estante da antiga Igreja Matriz com oratório da Capela de Nossa Senhora da Conceição e dois crucifixos antigos.
07. Estandarte da Imaculada Conceição
08. Estandarte do Divino Espírito Santo.
09. Pianha da antiga Igreja Matriz com imagem de Nossa Senhora dos Prazeres, da Matriz Sant'Ana, santa de roca carregada nas procissões.
10. Estandarte da Irmandade do Sagrado Coração de Jesus da Matriz Sant'Ana, século XIX.
11. Órgão antigo – Igreja Matriz
- À esquerda:**
12. Pia para água-benta
13. Estante com imagem de Nossa Senhora do Rosário, pertencente à antiga Capela do Rosário do século XIX – 1830.
14. Pianha da Igreja Matriz com crucifixo do século XIX
15. Peça do Altar da antiga Capela do Senhor Bom Jesus no bairro do Tronco
16. Imagem de Nossa Senhora da Conceição da Igreja de mesmo nome (demolida), paramento e crucifixo da Igreja Matriz.
17. Pianha da Igreja Matriz com a imagem de Nossa Senhora Sant'Ana, do século XIX, da Igreja Matriz Sant'Ana.
18. Estandarte da Irmandade das Filhas de Maria, Igreja Matriz Sant'Ana.
19. Relíquia de São Januário
20. Parte do altar da antiga Igreja Matriz com Santos de terracota em medalhas
21. Estante da antiga Igreja Matriz com a imagem de Cristo Ressuscitado
22. Console com a imagem de Nossa Senhora Sant'Ana do século XIX feita por Frei Mathias. Castiçais da Igreja Matriz Sant'Ana do século XIX.
23. Lâmpada da Capela do Sagrado Coração da Igreja Matriz.
24. No teto: rosáceas da antiga Igreja Matriz de Sant'Ana.

Alpendre

À direita:

01. Armário com objetos da casa de um tropeiro.
02. Ferros de passar roupa (à brasa)

À esquerda:

03. Baú de zinco
04. Instrumentos de marcenaria do Sr. Ferrari
05. Máquina de tapar garrafas
06. Fole
07. Rebole
08. Cangalhas
09. Prensa de seleiro
10. Pilão
11. Trole
12. Folhagens

Em cima

13. Rede de cipó
14. Cestos de taquara
15. Catre tecido de couro

À frente Canteiro de Ervas do Tropeiro

Sala de apresentação

Doações:	
Grande painel:	
Quadro – Preparativos para Viagem:	} Sr. Carlos E. Kugler e Sr. Luiz Raffo
Painel legenda – Tropeirismo:	
Cordão divisório:	
Pingentes:	Prefeitura Municipal De Castro
Manequim do arreio:	Dra. Diair Santos
Maquilagem:	Sr. Djalma Gomes de Araújo
Traje:	Sr. Cláudio Hampf
Tecido:	Confecção da Sra. Angelina Dekkers
Canastra:	Prefeitura Municipal de Castro
Cangalha:	Sr. Walfrido Carneiro de Mello
Bruacas:	Sr. Armond Carvalho
Baixeiro:	Sr. Ari Kravustke
Arreios:	Sra. Judith Carneiro de Mello
Estribos:	} Sr. Sinésio Marques
Loros:	
Pelego:	} Sr. Reginaldo Paranhos
Badana:	
Chinchador:	} Sr. Eurico Novaes
Mala:	
Buçal:	} Sra. Judith Carneiro de Mello
Freio:	
Cabeçada:	Prefeitura Municipal de Castro
Rédeas:	} Sra. Judith Carneiro de Mello
Peitoral:	
Maneadeira:	} Sr. Cláudio Hampf
Espingarda:	
Manequim do tropeiro:	Sr. Djalma Gomes de Araújo
Maquilagem:	Sr. Cláudio Hampf
Chapéu:	Prefeitura Municipal de Castro
Lenço:	Sra. Judith Carneiro de Mello
Camisa:	Sra. Judith Carneiro de Mello
Bombacha:	Prefeitura Municipal de Castro
Botas:	Sr. Olivério Ziareski
Tirador:	Sr. Eimanoel Fonseca
Onça:	Família do Sr. José Dallarmi
Canastra c/ as iniciais SRB:	Sra. Maria Januária Barbosa Vianna
Peças cedidas por comodato:	
Boleadeiras:	} Sr. James Hilton Taques
Tala:	
Rabo de tatu:	
Estribos de couro:	

Sala do Roteiro

Doações:	
Enfeites de rédeas:	Prefeitura Municipal de Castro
Enfeite de peitoral de arreio:	Sr. Ovídio D'Alcol dos Santos
Cabeceira de arreio:	Prefeitura Municipal de Castro

Cabeceira de arreio:	Museu do Tropeiro
Bomba de chimarrão:	Sra. Jaíra Paes de Almeida
Colher de prata:	} Sra. Judith Carneiro de Mello
Faca c/ cabo de chifre de veado:	
Colherinha de alpaca:	
Garfo c/ chifre de veado:	
Cabo de bomba de chimarrão:	Prefeitura Municipal de Castro
Bomba de chimarrão:	Prefeitura Municipal de Castro
Bomba de chimarrão:	Sr. Maria da Silva Menarim
Punhal:	Sr. Eurico Novaes
Punhal:	Sra. Judith Carneiro de Mello
Prato:	Sra. Judith Carneiro de Mello
Canastra de madeira:	Sra. Eloah Moreira Ivanoski
Canastra:	Sra. Judith Carneiro de Mello
Canastra:	Sra. Iaiá Gasparetto
Canastra:	Sra. Ruth de Oliveira Garcia
Baú:	Procedência desconhecida

Sala do Pouso do Tropeiro

Doações:	
Cangalha:	Prefeitura Municipal de Castro
Ligal:	Sr. Benedito Antunes
Travessão c/ chinchador de ferro:	Sr. Raul Lopes
Arreio:	Sr. Francisco Canha
Cinorro:	Sr. Odorico Barbosa
Cinorro:	Sr. Raul Lopes
Cinorros:	Prefeitura Municipal de Castro
Guizeira:	Sr. Augusto Kossoski
Guizeira:	Sr. João Maria Gonçalves
Guizeira:	Prefeitura Municipal de Castro
Caneco de chifre:	Sra. Helena Van Der Berg
Guampa:	Prefeitura Municipal de Castro
Guampa:	Sr. Edwino Donato Tempski
Capa:	Sr. Lauro B. Ribas
Panela de ferro:	Sra. Judith Carneiro de Mello
Porongo:	Sr. Tadeu Plovas
Foice de ferro:	Sr. José Sebastião da Silva
Esticador de arame:	} Sr. Alberto Elvino Zappe
Panela de ferro:	
Rabo de tatu:	
Cavadeira:	
Caldeirão:	Museu do Tropeiro
Caldeirões:	Prefeitura Municipal de Castro
Caldeirão de ferro:	Sr. Alberto Elvino Zappe
Gamela:	Sr. Antonio Alves
Foice de ferro:	Prefeitura Municipal de Castro
Colher de pedreiro:	Sr. Frederico Augusto de Geus
Moinho de ferro:	Família de Jorge F. de Albuquerque
Machado:	} Sr. Francisco Valenga Sobrinho
Picareta:	
Lascadeira:	

Lascadeira: Sr. Alberto Elvino Zappe
 Trempe: Sr. Lotario Bueno de Meira
 Ninho de nhapim: Prefeitura Municipal de Castro
 Marca de gado: Sr. Mario F. Pereira
 Canastra: Sr. Sinézio Marques de Souza
 Fole: Sr. Gilnei Marcelo Gabriel Kiel
 Bruacas: Sr. Celso Lamartine Mascarenhas
 Poncho: Sr. Rivadávia Menarim (Pertenceu ao Cel. Pedro Carneiro de Mello)

Peças cedidas por comodato:

Chapéu: Sr. James Hilton Taques
 Guampa: Sr. Reginaldo Paranhos

Sala da Casa do Tropeiro

Doações:
 Retrato de Manoel Inácio do Canto e Silva: Sr. Maria da Luz Novaes
 Retrato de Felisbino Gonçalves Bueno: Família Licínio Bueno
 Retrato de Maria Rolim Bueno: Família Licínio Bueno
 Consolo:
 Bule de café: } Sr. Maria da Luz Novaes
 Bule para chá:
 Açucareiro:
 Leiteira:
 Gravura de um tropeiro em viagem:
 Escarradeira: Sr. Julia Prestes
 Escarradeira: Sr. Lilia Vassão
 Escarradeira: Sr. Maria Helena Ribas
 Máquina de costura: Sr. Mário F. Pereira
 Máquina de costura: Sr. Maria Francisca de Almeida
 Relógio: Sr. Regina Fadel
 Toalhas de rosto: Sr. Leôncia Novaes Cruz
 Pente: Sr. Amelia Antunes Janareski
 Bordado: Sr. Ruth de Oliveira Garcia
 Toalha de jantar: Sr. Ruth de Oliveira Garcia
 Avental: Sr. Maria da Luz Novaes
 Estojo de madeira:
 Bule de porcelana branca:
 Açucareiro de porcelana branca: } Sr. Carlos Severo Braga
 Xícaras e pires de porcelana branca:
 Leiteira de porcelana branca:
 Copo de vidro branco: Sr. Alayde da Silva Sobanski
 Açucareiro:
 Bule de café:
 Compoteira azul:
 Copo de vidro azul:
 Copo de vidro:
 Copo de vidro em tons dourados:
 Xícara c/ pires de porcelana rosa:
 Xícaras c/ pires de porcelana branca:
 Terrinas:
 Licorreira de vidro: Banco Bamerindus do Brasil – pertenceram a Sr. Ondina Duarte Fontes

Bacia de louça:
 Sopleira com tampa:
 Marquesa:
 Cadeira de balanço:
 Cadeira de balanço:
 Retrato de Mecia Novaes Rosas:
 Sofá de bilros:
 Prato:
 Leiteira:
 Manteigueiras:
 Xícara de louça nacarada:
 Xícara de porcelana rosa:
 Bule:
 Bengalas:
 Bengala:
 Rabo da tatu:
 Canecas de porcelana:
 Pires de porcelana:
 Silhão:
 Silhão:
 Pote de barro:
 Tacho de cobre:
 Ferro de passar:
 Moinho de café:
 Bengala:
 Guarda-chuva de veludo:
 Caneta de metal:
 Copo:
 Porta barbante:
 Tinteiro:
 Porta papel:
 Espada:
 Caçambas de metal:
 Coleção de freios:
 Coleção de estribos:
 Estribo de ferro:
 Estribos de bronze:
 Caçamba:
 Cabeceiras de arceio:
 Freio:
 Cabo de chicote:
 Chibata:
 Espora:
 Esporas:
 Estribo:
 Espiviteadeira:
 Cuia:
 Suporte:
 Formiga:
 Panela de ferro:
 Ferradura de burro:
 Prego:

Sr. Mário F. Pereira
 Srta. Ivana Graciela de Mattos
 Sr. Eurico Novaes
 Sra. Zélia Laroca
 Sra. Judith Carneiro de Mello
 Sr. Décio Pereira da Silva
 Sr. Guido Eliseu de Mattos
 Sra. Yone Biásio
 Sra. Yone Biásio
 Sra. Leonor Graces Marques
 Sra. Zely Betenheuser Kudreck
 Sra. Ondina Bueno
 Sra. Yaiá Gasparetto
 Sr. Mário F. Pereira
 Dr. Oney B. Borba
 Sr. Eimanoel da Fonseca Filho
 Sra. Hilda Koller
 Sra. Hilda Koller
 Sr. Herculano Gomes
 Sr. Takeshi Maeda
 Sr. Otávio Mendes Carneiro
 Prefeitura Municipal de Castro
 Sr. Tadeu Brigolla
 Sr. Mário Faria de Albuquerque
 Sr. Fioravante Garcez Marques
 Sra. Alayde da Silva Sobanski
 Sr. José E. Dutra
 Família Betenheuser
 Sr. Germano Kugler
 Sra. Avani Marques Ayres
 Sra. Avani Marques Ayres
 Sr. Mário F. Pereira
 Prefeitura Municipal de Castro
 Dr. Newton Isaac Carneiro
 Dr. Newton Isaac Carneiro
 Sr. Raul Lopes
 Sra. Marina Martins Ribas
 Sra. Marina Martins Ribas
 Prefeitura Municipal de Castro
 Sr. Raul Lopes
 Prefeitura Municipal de Castro
 Sr. João Maria Gonçalves
 Dr. Newton Isaac Carneiro
 Sr. Eneo da Motta Bandeira
 Prefeitura Municipal de Castro
 Sr. Fidélis Rodrigues
 Sr. Eurico Novaes
 Sr. Eurico Novaes
 Sra. Marina Coimbra
 Sr. Luiz Cantador Bueno
 Sr. Eurico Novaes
 Igreja Matriz de Sant'Ana

Prego: Sra. Mariinha Macedo
 Trena: Sr. Raul Lopes
 Serra manual: Sr. Eurico Novaes
 Chave: Sr. Frederico Augusto de Geus
 Cadeado: Sr. Frederico Augusto de Geus
 Facas: Sr. Herman Van Ray
 Faca: Sr. Gustavo Ribas
 Diapasão: Sra. Leonor Baroni
 Argola de cobre: Museu do Tropeiro
 Binóculo: Capitão Antonio Prestes
 Pedras: Casa da Cultura
 Pedra: Sr. Arthur Falcão Ehalt
 Pedra: Sr. Loreno Marques de Melo
 Máquina de costura: Sr. Mitsuo Nagao
 Máquina de costura: Sr. Luiz Cantador Bueno
 Máquina de costura: Família do Sr. Alfredo Schmidtke
 Lança: Sr. Alberto Elvino Zappe
 Ferro de passar: Sr. Mitsuo Nagao
 Ferraduras: Prefeitura Municipal de Castro
 Roldana: Sr. Raul Lopes
 Chocolateira de ferro: Sra. Lindair Baggio de Oliveira
 Farda da Guarda Nacional: Sra. Estela Maria de Oliveira
 Caçamba: Sr. Erik Cornelis Loeff
 Estribos: Sr. Pedro Lausbolski
 Estribo: Sr. Walter Bueno
 Lampião: Sr. Sigmundo Kremer
 Tacho: Sra. Julieta e Lucrécia Signorelli

Peças cedidas por comodato:
 Roca: Sr. Alcebiades Paranhos
 Tacho: Sr. Reginaldo Paranhos
 Espada: Sr. James Hilton Taques

Sala da Aferição

Doações:
 Os pesos e medidas e as armas – pertenceram à Prefeitura Municipal de Castro, e doadas por D. Pedro II por ocasião de sua visita a Castro.
 Balança com dois pratos de cobre: Sra. Emilie Avila
 Quadro da Fundação da Vila Nova de Castro: Sr. Hartur Nizke Silva
 Metro de madeira: Sra. Mila Cruz
 Moeda: Sr. Alfredo de Jesus Pinheiro – (Caju)
 Prensa de ferro: Sr. Mário F. Pereira
 Moeda de cobre: Prefeitura Municipal de Castro
 Medidas de madeira: Sr. Hugo Wisoski
 Balança: Prefeitura Municipal de Castro
 Balança de prato: Sr. João Luis Holowchak

Sala Testemunho de uma época

Doações:
 Telha de barro: Sr. Carlito Kugler

Correntes: Prefeitura Municipal de Castro
 Cópia da Lei Áurea: Câmara Municipal
 Pilão: Sr. Elpidio Tibucheski
 Pannel: Dr. Newton Carneiro
 Pito: Dr. Oney Borba

Peças cedidas por comodato: Sra. Darcy Gaspareto Camargo
 Pilão:

Sala de Arte Sacra

Doação:
 As imagens pertenceram à Paróquia de Castro, com exceção das pequenas imagens doadas por:
 Família Bannach;
 Ivete Camargo Ribas;
 Teodósio de Oliveira.
 Nossa Senhora Sant' Ana em madeira: Sra. Dulce Kiel
 Jesus carregando a cruz: Sra. Dulce Kiel
 Manual de missa e confissão:
 Manual de orações, de 1904:
 Estandarte do Divino:
 Quadro do Sagrado Coração de Jesus:
 Oratório:
 Quadros c/ textos em latim: Igreja Matriz de Sant' Ana
 Parte do Altar da Capela Bom Jesus: Comunidade do Bairro do Tronco
 Os paramentos foram doação de D. Tereza Cristina por ocasião de sua visita à Castro.
 Outros paramentos foram doados por Srtas. Ivete e Evangelina G. Ribas.

Alpendre

Doação:
 Armário com objetos da Casa do Tropeiro Jorge Mendes de Carmo.
 Na parede instrumentos de marcenaria do Sr. Ferrari doação do Sr. Amando Assmé.
 Trole: Sra. Dorotéia Wiedemann
 Rodas de carretão de boi: Sr. Nicolau Hampf
 Rodas de carroça: Sr. Juca Marques
 Aro de ferro de carretão de boi: Sr. Mário Faria de Albuquerque
 Rebolo: Família Lederer
 Rede de cipó: Sr. Tadeu Iarocinsk
 Fole: Prefeitura Municipal de Castro
 Catres: Sr. Sebastião Prestes
 Banco de seleiro: Família Lederer
 Pannels de ferro: Família Carneiro de Mello
 Forma de fazer farinha de mandioca: Museu do Tropeiro
 Pássaros empalhados: Teresa Kief
 Serra manual: Museu do Tropeiro
 Máquina de tampar garrafas: Sr. Acassio Bueno Filho

ANEXO G – Capas das publicações do Museu do Tropeiro



Fonte: MUSEU DO TROPEIRO. Livros do Museu do Tropeiro. Museu do Tropeiro, Castro, 26, von. 2010.
Disponível em: <http://museudotropeirocastro.blogspot.com/2010/>. Acesso em: 24.dez.2021.

ANEXO H – Publicações do Museu do Tropeiro

Título	Assunto	Ano	Número de folhas
Feijão do Tropeiro	Folheto com os ingredientes e modo de preparo do feijão do tropeiro.	1992	02
Álbum - Castro Antiga: Imagens e Lembranças	Livro com imagens de diversos aspectos culturais do final do século XIX até a terceira década de XX.	1999	14
Álbum - Sesmarias, Velhas Fazendas e Quilombos	Livro com fotografias das fazendas mais antigas de Castro, com elementos históricos e de identificação do patrimônio edificado.	2000	36
Álbum - Castro Antiga Sant'Ana do Iapó: Patrimônio Cultural e Arquitetônico	Livro com fotografias e informações históricas e arquitetônicas dos imóveis que compõe o conjunto urbano de imóveis do século XIX e início do XX de Castro.	2001	42
Tropeirismo Nº 1	Livreto que contém aspectos históricos, usos e costumes do tropeiro e a relação do tropeirismo com a cidade de Castro.	2001	12
Tropeirismo Nº. 2	Livreto que contém apontamentos históricos sobre atividade tropeira no Sul do Brasil, os caminhos, as viagens e os desdobramentos culturais dessa atividade.	2001	16
Roteiro do Museu	Guia de apresentação das salas de exposição do Museu do Tropeiro relacionando os objetos encontrados em cada sala.	2001	06
Memórias de Nhá Mariquinha	Publicação dos manuscritos produzidos por Helena Kolody a partir memórias narradas por Marica Barbosa, avó de Judith Carneiro de Mello. Esta é a única obra em prosa da poetisa paranaense.	2002	47
Castro Antiga: Cronologia	Livro que apresenta uma retrospectiva cronológica de efemérides desde 1704 a 1930 da região dos Campos Gerais. Apresenta também anexos com listas de: arruamentos, vigários, prefeitos, inventários <i>post mortem</i> , imigrantes.	2003	158
Receitas de Sinhara	Livro de tradicionais receitas caseiras de Maria Clara de C. Macedo, organizado por José Alfredo C. Macedo.	2004	30
Casa de Sinhara	Livreto de apresentação da exposição Casa de Sinhara	2004	4
I Seminário de Tropeirismo: 300 anos Concessão da Sesmaria da Paragem do Iapó	Livro com a transcrição das palestras do I Seminário de Tropeirismo.	2004	108
Álbum - Sant'Ana do Iapó: Castro nasceu aqui.	Livro com imagens dos aspectos naturais que compõem o patrimônio cultural do município de Castro	2005	15

Nota: Elaboração da Autora.

ANEXO I – Publicações de autoria de João Maria Ferraz Diniz.

Título	Gênero Textual	Ano	Número de páginas	Outros autores
Vale do Iapó: Santuário Ecológico “quase perdido”	Narrativo em Quadrinhos	2009	23	
Igreja Matriz Sant’Ana	Descritivo e Dissertativo expositivo	2009	34	Léa Maria Cardoso Villela
O tropeirismo e o pouso do Iapó	Narrativo em quadrinhos	2006	43	
A medicina tropeira nas paragens do Iapó	Narrativo em quadrinhos	2007	29	
Pesos e medidas nos tempos dos tropeiros e equivalências atuais	Narrativo em Quadrinhos	2007	20	
Ruas de Castro no tempo dos tropeiros	Descritivo (listas e mapas)	2007	20	
Antiga Sant’Ana do Iapó: proprietários de prédios urbanos	Descritivo (transcrição de documentos oficiais)	2008	24	
Lendas, mitos e profecias nas paragens do Iapó e o mundo supersticioso dos tropeiros	Narrativo em quadrinhos	2008	14	
Bezimentos e simpatias da vó Zula nas paragens do Iapó	Narrativo em quadrinhos	2008	24	
História da Igreja Matriz Sant’Ana	Narrativo em quadrinhos	2009	60	Léa Maria Cardoso Villela
Crônicas do Iapó	Crônicas (publicadas originalmente na imprensa periódica)	2018	72	Léa Maria Cardoso Villela
Marcas: primeiros registros de marcas de animais em Castro – PR - 1887	Dissertativo expositivo com transcrição de documentos oficiais.	2017	86	Léa Maria Cardoso Villela
O ensino nas paragens do Iapó	Narrativo e dissertativo expositivo	2019	66	Léa Maria Cardoso Villela.

Fonte: Elaboração da Autora. Acervo do Museu do Tropeiro.

**ANEXO J – Imagens do prédio do Museu do Tropeiro após o falecimento de
Judith Carneiro de Mello (2007 – 2012)**



Fonte: Fundo Museu do Tropeiro.

ANEXO K – Restauro e reorganização do Museu do Tropeiro (2014-2017)



Fonte: Fundo Museu do Tropeiro (Fotografias de Marcio Bueno).

ANEXO L - Exposição após restauro da sede (2017)

Fachada



Sala de Apresentação



Sala do Pouso



Rancho Tropeiro



Equipamentos de montaria e objetos pessoais



Sala de Aferições



Sala da Arte Sacra



Sala Testemunho de uma Época



Alpendre



Sala de Arqueologia



Fonte: Fundo Museu do Tropeiro.